

ANISTIA

INTERNACIONAL —

INFORME 2016/17

**O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS
NO MUNDO**



ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que se mobilizam para criar um mundo em que os direitos humanos sejam desfrutados por todas as pessoas. Nossa visão é que cada pessoa tenha acesso aos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais de direitos humanos.

A Anistia Internacional é independente de qualquer governo, ideologia política, interesse econômico ou religião. Acesse o nosso site para outras informações: anistia.org.br

Publicado originalmente em 2017 pela Amnesty International Ltd

Peter Benenson House, 1 Easton Street, Londres WC1X 0DW - Reino Unido

© Amnesty International 2017

Índice: POL 10/4800/2017

ISBN: 978-0-86210-496-2

Idioma original inglês

Tradução: Verve Traduções

Grafitto Gráfica e Editora Ltda.

Rua Costa Lobo, 352 - Benfica, CEP 20911-180, Rio de Janeiro - RJ

Anistia Internacional Brasil

Praça São Salvador, 5

Laranjeiras, CEP 22.231-170,

Rio de Janeiro – RJ

Email: contato@anistia.org.br

anistia.org.br

A menos que indicado o contrário, o conteúdo deste documento é disponibilizado de acordo com uma licença Creative Commons (atribuição, não comercial, sem derivação, internacional 4.0) <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcodeInternacional>).

Para outras informações, visite a página de permissões em nosso site: www.amnesty.org

Este relatório documenta o trabalho e as preocupações da Anistia Internacional no ano de 2016.

A ausência de uma seção sobre algum país ou território neste relatório não significa que nesse local não tenham ocorrido violações de direitos humanos que preocupem a Anistia Internacional. Tampouco a extensão de uma determinada seção deve servir de comparação para a dimensão e a gravidade das preocupações da Anistia Internacional com algum país.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2016/17

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



ÍNDICE

INFORME ANUAL 2016/17

Abreviaturas 6	Itália 167
Prefácio 8	Jamaica 170
Introdução 10	México 171
Panorama regional: África 14	Mianmar 176
Panorama regional: Américas 23	Moçambique 180
Panorama regional: Ásia e Oceania 32	Nicarágua 183
Panorama regional: Europa e Ásia Central 41	Nigéria 184
Panorama regional: Oriente Médio e Norte da África 50	Palestina 189
Afeganistão 60	Paquistão 192
África do Sul 64	Paraguai 197
Alemanha 69	Peru 199
Angola 71	Quênia 201
Arábia Saudita 74	Reino Unido 204
Argentina 78	República Democrática do Congo 208
Bolívia 81	Rússia 213
Brasil 82	Síria 218
Canadá 87	Somália 223
Catar 89	Sudão 226
Chile 91	Sudão do Sul 230
China 93	Turquia 233
Colômbia 99	Ucrânia 239
Coreia do Norte 104	Uruguai 243
Cuba 106	Venezuela 244
Egito 108	
El Salvador 113	
Equador 115	
Espanha 116	
Estados Unidos da América 119	
França 125	
Grécia 127	
Guatemala 131	
Haiti 133	
Honduras 134	
Hungria 136	
Iêmen 139	
Índia 142	
Indonésia 148	
Irã 152	
Iraque 157	
Israel e Territórios Palestinos Ocupados 162	

ABREVIATURAS

ACNUR, o Órgão da ONU para Refugiados

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ANSEA

Associação de Nações do Sudeste Asiático

CEDAW

Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDEAO

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CERD

Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CIA

Agência Central de Informações dos EUA

CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

COMITÊ CERD

Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Degradantes e Desumanos

Convenção da ONU contra a Tortura

Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção da ONU Sobre Desaparecimentos Forçados

Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

Convenção da ONU sobre Refugiados

Convenção relativa ao Status dos Refugiados

Convenção Europeia Dos Direitos Humanos

Convenção (Europeia) para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

EUA

Estados Unidos da América

LGBTI

Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos

OEA

Organização dos Estados Americanos

OIT

Organização Internacional do Trabalho

OMS

Organização Mundial da Saúde

ONG

Organização Não Governamental

ONU

Organização das Nações Unidas

OSCE

Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

OTAN

Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIDCP

Pacto Internacional sobre (os) Direitos Civis e Políticos

PIDESC

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais

Relator Especial da ONU sobre a Liberdade de Expressão

Relator especial da ONU sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão

Relator Especial da ONU sobre Racismo

Relator Especial da ONU para as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância

Relator Especial da ONU sobre a Tortura

Relator Especial da ONU sobre a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes

Relator Especial da ONU sobre a Violência Contra a Mulher

Relator especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências

RPU

Mecanismo de Revisão Periódica Universal da ONU

RU

Reino Unido

TPI

Tribunal Penal Internacional

UA

União Africana

UE

União Europeia

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

PREFÁCIO

O Informe 2016/17 da Anistia Internacional documenta a situação dos direitos humanos no mundo em 2016.

O informe testemunha o sofrimento vivido por muitos, seja por conflito, deslocamento, discriminação ou repressão. O Informe também mostra que, em algumas áreas, tem havido progresso na proteção e garantia dos direitos humanos.

Embora haja muito esforço para assegurar a precisão das informações, elas podem sofrer alterações sem aviso prévio.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2016/17

**INTRODUÇÃO
E PANORAMAS REGIONAIS**



INTRODUÇÃO

“2016 viu a ideia de dignidade e igualdade humanas, a própria noção da humanidade como uma família, sob um ataque vigoroso e implacável de narrativas poderosas de culpa, medo e bodes expiatórios, propagadas por aqueles que buscam tomar ou se manter no poder a quase qualquer preço.”

SALIL SHETTY, SECRETÁRIO-GERAL

Para milhões de pessoas, 2016 foi um ano de miséria e medo implacáveis, já que governos e grupos armados abusaram dos direitos humanos de incontáveis maneiras. Grande parte da cidade mais populosa da Síria, Aleppo, foi transformada em pó por ataques aéreos e batalhas terrestres, enquanto ataques cruéis contra civis continuaram no Iêmen. Da piora na já difícil situação das pessoas em Rohingya, em Mianmar, aos assassinatos ilegais no Burundi e no Sudão do Sul, da terrível repressão das vozes dissidentes na Turquia e no Bahrein ao aumento dos discursos de ódio em grande parte da Europa e dos EUA, em 2016 o mundo se tornou um lugar mais sombrio e instável.

Ao mesmo tempo, a lacuna entre a necessidade e a ação, entre a retórica e a realidade foi deprimente e, por vezes, aterradora. Em nenhuma ocasião essa diferença esteve mais clara que durante a Assembleia Geral da ONU para Migrantes e Refugiados, quando os países participantes foram incapazes de chegar a um consenso

sobre uma resposta adequada para a crise global de refugiados, que se tornou muito maior e urgente durante o ano. Enquanto os líderes do mundo fracassaram diante do desafio, 75 mil refugiados permaneceram encurralados, numa terra de ninguém entre a Síria e a Jordânia. 2016 também foi o Ano dos Direitos Humanos da União Africana. Ainda assim, três países membros da União Africana anunciaram que estavam se retirando do Tribunal Penal Internacional, enfraquecendo, assim, o prospecto de responsabilização por crimes previstos no direito internacional. Enquanto isso, o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, percorreu o continente livre e impune, ao mesmo tempo em que seu governo despejava armas químicas sobre a população em Darfur.

No cenário político, talvez o mais vistoso de muitos acontecimentos desastrosos tenha sido a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA. Sua eleição veio depois de uma campanha em que ele, com frequência, fez comentários profundamente desagregadores, marcados pela misoginia e xenofobia, e prometeu restringir liberdades civis e introduzir políticas que podem ser bastante contrárias aos direitos humanos.

A retórica venenosa da campanha de Donald Trump exemplifica uma tendência global em direção a uma política mais raivosa e fragmentada. Em todo o mundo, líderes e políticos apostaram seu poder futuro em narrativas de medo e desunião, culpando o “outro” por queixas do eleitorado - reais ou fabricadas.

Seu antecessor, o Presidente Barack Obama, deixou um legado que inclui muitos fracassos dolorosos na questão dos direitos humanos, entre eles a ampliação da campanha secreta da CIA de ataques com drones e o desenvolvimento de uma máquina de vigilância em massa gigantesca, como Edward Snowden denunciou. Ainda assim, os indicadores iniciais do presidente-eleito Trump sugerem uma política externa que vai debilitar significativamente a cooperação multilateral e nos levar a uma nova era de maior instabilidade e suspeita mútua.

É bem provável que qualquer narrativa abrangente que tente explicar os eventos turbulentos do ano passado seja incompleta. Mas a realidade é que começamos 2017 num mundo bastante instável, cheio de agitação e incertezas sobre o futuro.

Nesse cenário, a certeza dos valores articulados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 corre o risco de ser dissolvida. A Declaração, escrita logo após um dos períodos mais sangrentos da história humana, começa com essas palavras:

“Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.”

Assim, apesar das lições do passado, 2016 viu a ideia de dignidade e igualdade humanas, a própria noção da humanidade como uma família, sob um ataque vigoroso e implacável de narrativas poderosas de culpa, medo e bodes expiatórios, propagadas por aqueles que buscam tomar ou se manter no poder a quase qualquer preço.

O desprezo por esses ideais foi demonstrado com abundância num ano em que o bombardeio deliberado de hospitais se tornou um acontecimento rotineiro na Síria e no Iêmen; em que refugiados foram forçados a voltar às zonas de conflito; em que a inação quase total do mundo em Aleppo trouxe à memória fracassos similares em Ruanda e Srebrenica em 1994 e 1995; e em que os governos de quase todas as regiões do mundo reprimiram duramente as vozes dissidentes.

Diante disso, é alarmante como tem sido fácil pintar uma imagem distópica do mundo e seu futuro. A tarefa urgente e cada vez mais difícil que se apresenta é reavivar o compromisso com esses valores fundamentais, dos quais a humanidade depende.

Entre os acontecimentos mais inquietantes de 2016 estão os frutos de uma nova barganha oferecida pelos governos a seus povos — uma promessa de segurança e

melhoria econômica em troca da cessão de direitos de participação e liberdades civis.

Nenhuma parte do mundo passou o ano livre de repressão à dissidência — em alguns casos evidente e violenta, em outros sutil e sob um véu de respeitabilidade. A tentativa de silenciar as vozes críticas aumentou em abrangência e intensidade em boa parte do mundo.

O assassinato da líder indígena Berta Cáceres em Honduras, em 3 de março, simbolizou os perigos enfrentados por pessoas que têm a coragem de enfrentar Estados poderosos e interesses corporativos. Esses bravos defensores dos direitos humanos, nas Américas e em outros lugares, são muitas vezes tratados como ameaça ao desenvolvimento econômico pelos governos, por conta de seus esforços para destacar as consequências humanas e ambientais de projetos de infraestrutura e exploração de recursos. Por seu trabalho defendendo comunidades locais e suas terras, mais recentemente contra uma proposta de barragem, Berta Cáceres era aclamada no mundo todo. Os homens armados que a mataram em sua própria casa mandaram uma mensagem aterrorizante para os outros ativistas, em especial os que não têm o mesmo nível de atenção internacional.

A segurança foi usada como justificativa para atos de repressão no mundo inteiro. Na Etiópia, em resposta a protestos em grande parte pacíficos contra a desapropriação injusta de terras na região de Oromia, forças de segurança mataram várias centenas de manifestantes e as autoridades prenderam arbitrariamente milhares de pessoas. O governo etíope usou a Proclamação Antiterrorismo para reprimir duramente ativistas de direitos humanos, jornalistas e membros da oposição política.

Na esteira de uma tentativa de golpe em julho, a Turquia aumentou a repressão das vozes dissidentes durante um estado de emergência. Mais de 90 mil funcionários do setor público foram demitidos com base em alegações de “ligação com uma organização terrorista ou ameaça à segurança nacional”, enquanto 118 jornalistas foram mantidos em

detenção pré-julgamento e 184 meios de comunicação foram arbitrariamente e permanentemente fechados.

No Oriente Médio e Norte da África, a repressão dos dissidentes foi endêmica. No Egito, forças de segurança prenderam arbitrariamente, causaram o desaparecimento forçado e torturaram supostos apoiadores da organização proibida Irmandade Muçulmana, bem como outros críticos e oponentes do governo. As autoridades do Bahrein processaram sem piedade os críticos, sob diversas acusações referentes à segurança nacional. No Irã, as autoridades prenderam críticos, censuraram toda a imprensa e adotaram uma nova lei, que impede praticamente qualquer crítica ao governo e suas políticas, sob pena de processos criminais.

Na Coreia do Norte, o governo ampliou a repressão, já extrema, fortalecendo ainda mais o controle que exerce sobre a tecnologia da comunicação.

Por vezes, medidas austeras foram simplesmente uma tentativa de mascarar fracassos do governo, como na Venezuela, onde o governo tentou silenciar os críticos em vez de enfrentar a crise humanitária cada vez pior.

Além dos ataques e ameaças diretos, houve o total desrespeito a liberdades civis e políticas já estabelecidas, em nome da segurança. O Reino Unido, por exemplo, adotou uma nova lei, a Lei de Poderes Investigativos, que aumenta significativamente os poderes das autoridades para interceptar, acessar, reter e hackear comunicações digitais e dados sem nenhuma exigência de suspeita razoável contra uma pessoa. Ao introduzir um dos regimes mais amplos de vigilância em massa de qualquer país do mundo, o Reino Unido deu um passo significativo em direção a uma realidade na qual o direito à privacidade simplesmente não é reconhecido.

No entanto, a erosão dos valores dos direitos humanos foi, talvez, mais perniciosa quando os políticos culpam um “outro” específico por problemas sociais reais ou percebidos, para justificar suas ações

repressivas. A retórica do ódio, da divisão e da desumanização liberou os instintos mais sombrios da natureza humana. Ao jogar a responsabilidade coletiva por problemas sociais e econômicos em grupos específicos, em geral minorias étnicas ou religiosas, os que detêm o poder deram passe livre para discriminação e crimes de ódio, em especial na Europa e nos EUA.

Uma variante disso foi demonstrada pela enorme perda de vidas resultante da “guerra contra as drogas” decretada pelo Presidente Rodrigo Duterte nas Filipinas. A violência sancionada pelo Estado e os assassinatos em massa por justiceiros tiraram mais de cinco mil vidas após o presidente ter aprovado, em público e repetidas vezes, que pessoas supostamente envolvidas em crimes relacionados a drogas fossem mortas.

Quando figuras autodenominadas “antissistema” culpam as chamadas elites, instituições internacionais e o “outro” por dificuldades sociais ou econômicas, escolheram o remédio errado. A sensação de insegurança e de revogação de direitos — que surge de fatores como desemprego, insegurança no trabalho, desigualdade crescente e perda de serviços públicos — exige compromisso, recursos e mudanças políticas dos governos, e não bodes expiatórios fáceis de culpar.

Estava claro que muitas pessoas desiludidas no mundo não buscaram respostas nos direitos humanos. No entanto, a desigualdade e a negligência por trás da raiva e frustração popular surgiram, ao menos em parte, por conta do fracasso dos países no cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais.

A história de 2016 foi, de certa maneira, uma história de coragem, resiliência, criatividade e determinação do povo frente a ameaças e desafios imensos.

Todas as regiões do mundo tiveram provas de que quando as estruturas formais de poder forem usadas para reprimir, as pessoas encontrarão meios para se impor e serem ouvidas. Na China, apesar da hostilização e intimidação sistemáticas, ativistas encontraram modos subversivos para

comemorar on-line o aniversário do massacre na Praça Tiananmen em 1989. Nas Olimpíadas do Rio, o maratonista etíope Feyisa Lilesa foi manchete no mundo todo ao fazer um gesto para chamar atenção para a perseguição do povo de Oromo pelo governo, no momento em que cruzou a linha de chegada para ganhar a medalha de prata. Nas costas europeias do Mediterrâneo, voluntários responderam à inércia e incapacidade do governo para proteger os refugiados, arrastando pessoas que estavam se afogando para fora da água eles mesmos. Movimentos populares dos povos africanos — algo impensável um ano antes — reavivaram e canalizaram as demandas populares por direitos e justiça.

No fim, a acusação de que direitos humanos são um projeto da elite soa inócua. Os instintos humanos por liberdade e justiça simplesmente não desaparecem. Durante um ano de segregação e desumanização, as ações de algumas pessoas para afirmar a humanidade e a dignidade fundamental de cada pessoa brilharam mais forte do que nunca. Essa resposta cheia de compaixão foi incorporada por Anas al-Basha, de 24 anos, o chamado “palhaço de Aleppo”, que decidiu ficar na cidade para levar conforto e alegria às crianças mesmo depois que as forças do governo lançaram bombardeios terríveis. Depois de sua morte, devido a um ataque aéreo, em 29 de novembro, seu irmão prestou um tributo a ele por levar felicidade às crianças no “lugar mais sombrio, mais perigoso”.

Ao iniciarmos 2017, o mundo se sente instável e o medo do futuro prolifera. Ainda assim, é nessas horas que vozes corajosas são necessárias, e heróis comuns vão se levantar contra a injustiça e a repressão. Ninguém pode conquistar o mundo, mas cada um pode mudar seu próprio mundo. Cada um pode se posicionar contra a desumanização, agindo localmente para reconhecer a dignidade e os direitos iguais e inalienáveis de todos, e construir assim os alicerces da liberdade e justiça no mundo. 2017 precisa de heróis dos direitos humanos.

PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA

Protestos, movimentos e mobilização em massa — com frequência, articulados e organizados através das redes sociais — varreram o continente em 2016. Os manifestantes, defensores e defensoras dos direitos humanos encontraram inúmeras maneiras inspiradoras de lutar contra a repressão e campanhas como #oromoprotests e #amaharaprotests na Etiópia, #EnforcedDisappearancesKE no Quênia, #ThisFlag no Zimbábue e #FeesMustFall na África do Sul formaram as imagens icônicas do ano.

Dada a escala e o longo histórico de repressão, alguns dos protestos — como na Etiópia e Gâmbia — seriam impensáveis um ano antes. As demandas por mudança, inclusão e liberdade foram, por vezes, espontâneas, virais e lideradas por cidadãos comuns, especialmente jovens que carregam um fardo triplo: desemprego, pobreza e desigualdade. Embora no início fossem predominantemente pacíficas, as campanhas, num dado momento, tiveram elementos violentos, muitas vezes em reação à repressão pesada das autoridades e à falta de espaço para as pessoas expressarem suas opiniões e se organizarem.

Essa tendência de unir resiliência e o enfraquecimento da política do medo deu motivo para esperança. Muitas pessoas foram para as ruas, ignorando ameaças e proibições dos protestos e se recusando a ceder à repressão brutal. Em vez disso, expressaram suas opiniões e exigiram seus direitos por meio de atos de solidariedade, boicotes e uso amplo e criativo das redes sociais.

Apesar de histórias de coragem e resiliência, a repressão aos protestos pacíficos atingiu novos níveis e parecia haver pouco ou nenhum progresso no que se refere às causas por trás do amplo descontentamento popular.

Dissidentes foram reprimidos brutalmente, como se pode ver pelos padrões de ataques contra protestos pacíficos e o direito à liberdade de expressão. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e oponentes políticos continuaram a enfrentar perseguição e agressões. Os civis continuaram a carregar o peso de conflitos armados, marcados por violações persistentes e em larga escala do direito internacional. A impunidade por crimes contra o direito internacional e violações graves dos direitos humanos continuaram, em grande parte, ignoradas. E havia muito a ser feito em relação à discriminação e marginalização dos mais vulneráveis, entre eles mulheres, crianças e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI).

REPRESSÃO A PROTESTOS PACÍFICOS

Durante o ano, os padrões de repressão violenta e arbitrária contra aglomerações e protestos se espalharam — marcados por proibições de protestos, prisões arbitrárias, detenções, espancamentos e assassinatos — em diversos países, como África do Sul, Angola, Benim, Burundi, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné Equatorial, Mali, Nigéria, República Democrática do Congo (RDC), Serra Leoa, Sudão, Togo e Zimbábue.

As forças de segurança etíopes, por exemplo, fizeram uso excessivo da força sistematicamente para dispersar protestos predominantemente pacíficos que começaram em Oromia em novembro de 2015, cresceram e tomaram outras partes do país, incluindo a região de Amhara. Os protestos foram brutalmente reprimidos por forças de segurança, com o uso até mesmo de munição real. Como resultado, várias centenas de pessoas foram mortas e milhares foram presas arbitrariamente. Após a declaração de estado de emergência, o governo proibiu todas as formas de protesto e o bloqueio do acesso à internet e às redes sociais, iniciado durante os protestos, prosseguiu.

Na Nigéria, forças militares e de segurança embarcaram numa campanha de violência contra os pacíficos manifestantes pró-Biafra — resultando na morte de pelo menos 100 manifestantes no ano. Houve evidências de que os militares dispararam munição real com pouco ou nenhum aviso para dispersar as multidões, e execuções extrajudiciais em massa — incluindo pelo menos 60 pessoas mortas a tiros em dois dias, devido aos eventos de protesto para marcar o Dia da Memória de Biafra, em 30 de maio. O padrão era parecido com o de ataques e uso excessivo da força em dezembro de 2015 contra aglomerações. Na ocasião, os militares massacraram centenas de homens, mulheres e crianças em Zaria, no estado de Kaduna, durante um confronto com membros do Movimento Islâmico na Nigéria.

Na África do Sul, os estudantes voltaram a protestar em agosto, nas universidades de todo o país, sob a bandeira #FeesMustFall. Era normal os protestos terminarem com violência. Apesar de poder ter havido violência do lado dos estudantes, a Anistia Internacional documentou muitos relatos de policiais usando excesso de força, inclusive atirando balas de borracha à queima-roupa contra os estudantes e apoiadores em geral. Um líder estudantil levou treze tiros de balas de borracha nas costas, em 20 de outubro, em Johannesburg.

No Zimbábue, a polícia continuou a reprimir os protestos em Harare, usando força excessiva. Centenas de pessoas foram presas por participar de protestos pacíficos em diversas partes do país. Entre elas, estava o Pastor Evan Mawarire, líder da campanha #ThisFlag. Ele foi preso por um breve período, numa tentativa de reprimir a dissidência crescente, e acabou por fugir do país, temendo pela própria vida.

Em muitos desses e outros protestos, como no Chade, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Lesoto, República Democrática do Congo, República do Congo (Congo) e Uganda, houve cada vez mais repressão nas redes sociais e padrões de restrição arbitrária ou o corte do acesso à internet.

ATAQUES A DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Os defensores dos direitos humanos e jornalistas estiveram, com frequência, na linha de frente das violações de direitos humanos, com seu direito à liberdade de expressão reprimido regularmente e novas ondas de ameaças. A tentativa de eliminar os dissidentes e aumentar a repressão à liberdade de expressão apareceu em todo o continente, inclusive em Botsuana, Burundi, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Gâmbia, Mauritânia, Nigéria, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia.

Alguns pagaram o preço mais alto. Um advogado de direitos humanos famoso, seu cliente e o motorista de táxi que os conduzia foram submetidos a desaparecimento forçado e assassinato extrajudicial pela polícia do Quênia. Eles estavam entre os mais de 177 casos de pessoas que foram executadas extrajudicialmente pelas mãos de agentes de segurança desde janeiro. No Sudão, o assassinato do estudante universitário Abubakar Hassan Mohamed Taha, 18, e de Mohamad Al Sadiq Yoyo, 20, por agentes da inteligência veio ao encontro de uma onda de repressão mais intensa das dissidências estudantis. Dois jornalistas foram mortos na Somália por agressores não identificados, num momento em que jornalistas e profissionais da imprensa sofrem ameaças, intimidação e ataques.

Muitos outros enfrentaram prisões arbitrárias, além de processos e detenção por conta de seu trabalho. Apesar de algumas medidas positivas em Angola — como a absolvição de defensores dos direitos humanos e a libertação de prisioneiros de consciência —, os julgamentos com motivação política, acusações criminais difamatórias e aplicação de leis de segurança nacional continuaram sendo usadas para reprimir os defensores dos direitos humanos, vozes dissidentes e outros críticos. Na RDC, movimentos da juventude foram classificados como grupos de insurreição. Em outros lugares, o paradeiro de políticos e jornalistas

presos arbitrariamente e forçados a desaparecer na Eritreia desde 2001 continuou desconhecido, ainda que o governo tenha anunciado que ainda estavam vivos.

Na Maurîtânia, embora a Suprema Corte tenha ordenado a libertação de doze ativistas antiescravistas, três continuaram detidos. Organizações e ativistas antiescravistas continuaram sendo perseguidos pelas autoridades.

Além da prisão, defensores dos direitos humanos e jornalistas também sofreram agressões físicas, intimidação e assédio em muitos países, como o Chade, Gâmbia, Quênia, Somália e Sudão do Sul.

Em 18 de abril, Dia da Independência do Zimbábue, agentes de segurança do Estado agrediram brutalmente o irmão do jornalista desaparecido e ativista pró-democrata Itai Dzamara, depois que ele ergueu um cartaz num evento que contava com a presença do Presidente Robert Mugabe, em Harare. Em Uganda, houve uma série de ataques a escritórios de ONGs e defensores dos direitos humanos. Como ninguém é responsabilizado por esses crimes, as autoridades passam a mensagem de que aceitam e toleram essas ações. Em um dos ataques, os invasores espancaram um guarda até a morte.

Empresas dos meios de comunicação, jornalistas e usuários de redes sociais enfrentaram cada vez mais dificuldades em muitos países. As autoridades da Zâmbia fecharam o jornal independente The Post, numa jogada para silenciar a imprensa crítica antes da eleição. Também prenderam os funcionários mais altos e seus familiares.

A sociedade civil do Burundi, já dizimada, e a imprensa independente foram cada vez mais atacadas: jornalistas, membros de grupos de redes sociais e mesmo crianças em idade escolar foram presos apenas por emitirem opiniões. Em Camarões, Fomusoh Ivo Feh foi condenado a dez anos de prisão por encaminhar uma mensagem de texto sarcástica sobre o Boko Haram.

Em alguns países, as leis que estão surgindo causam preocupação. Um projeto de lei sendo analisado pelo parlamento da

Maurîtânia restringe o direito às liberdades de reunião pacífica e de associação. No Congo, foi aprovada uma lei que aumenta o controle do governo sobre organizações da sociedade civil. Em Angola, a Assembleia Nacional aprovou cinco projetos de lei que restringem, de forma inadmissível, o direito à liberdade de expressão. Em outros lugares, leis existentes, como as leis de terrorismo e estado de emergência, foram usadas para criminalizar a dissidência pacífica. O governo etíope, cada vez mais intolerante com as vozes dos opositores, aumentou a repressão contra jornalistas, defensores dos direitos humanos e outros dissidentes, usando a Proclamação Antiterrorismo.

Do lado positivo, houve alguns sinais esperançosos de ativismo e coragem judicial, mesmo nos países mais repressivos, que questionaram o uso que o governo faz das leis e do judiciário para sufocar a dissidência. Na RDC, quatro ativistas pró-democracia foram liberados, um passo positivo raro num ano bastante difícil para a liberdade de expressão no país. Uma decisão judicial marcante contra as leis repressivas na Suazilândia em setembro foi outra vitória para os direitos humanos. A Suprema Corte do Zimbábue revogou a proibição de protestos. Embora outra decisão da Suprema Corte tenha anulado essa decisão posteriormente, a decisão corajosa, tomada depois de uma ameaça do presidente Mugabe contra o judiciário, representou uma vitória na defesa dos direitos humanos e enviou uma mensagem clara: o direito de protestar não pode ser anulado por capricho. Na Gâmbia, mais de 40 prisioneiros de consciência, alguns detidos havia oito meses, foram liberados sob fiança, com recurso pendente para logo após as eleições.

REPRESSÃO POLÍTICA

O ano de 2016 testemunhou várias eleições contestadas na África, contribuindo para um aumento da repressão. Em vários países, como o Burundi, Chade, Congo, Costa do Marfim, RDC, Gabão, Gâmbia, Somália e Uganda, líderes e vozes da oposição sofreram ataques graves.

Num dos acontecimentos mais inesperados, dezenas de milhares de gambianos participaram de aglomerações pacíficas antes das eleições presidenciais, até o final do ano os resultados da eleição continuavam em disputa.

Os meses que antecederam as eleições foram marcados por graves violações aos direitos dos cidadãos de se expressarem com liberdade. Dezenas de membros da oposição foram presos, e dois morreram em custódia, depois de participarem de protestos pacíficos. Trinta manifestantes foram condenados a três anos de prisão por seu envolvimento em protestos pacíficos. Outros 14 esperam julgamento. Todos foram soltos sob fiança, logo após as eleições, em 1º de dezembro.

Apesar de, no início, conceder a derrota ao líder da oposição Adama Barrow, o Presidente Yahya Jammeh contestou os resultados e continuou desafiando a pressão nacional e internacional para que entregasse o poder.

O governo de Uganda enfraqueceu a capacidade do partido da oposição de desafiar legalmente os resultados das eleições de fevereiro. Forças de segurança prenderam diversas vezes o candidato à presidência Dr. Kizza Besigye e alguns dos seus colegas de partido e apoiadores, além de cercar sua casa e invadir o escritório do partido em Kampala.

Na RDC, houve repressão sistemática de oponentes à tentativa do Presidente Joseph Kabila de se manter no poder além do segundo mandato autorizado pela constituição, que terminou em dezembro. Os que criticaram os atrasos na eleição também foram reprimidos. Agentes de segurança prenderam e hostilizaram quem se posicionasse explicitamente no debate constitucional ou denunciasse violações de direitos humanos, sob acusações de traição ao país.

Na Somália, uma crise humanitária aguda se juntou à crise política sobre os colégios eleitorais nas eleições presidenciais e parlamentares, com o grupo armado Al Shabaab rejeitando todas as formas de

eleição e incitando seus seguidores a atacar os locais de votação para matar os anciãos dos clãs, funcionários do governo e parlamentares que participassem das eleições.

As autoridades do Congo continuaram a deter Paulin Makaya, presidente do “Unis pour le Congo” (UPC), por apenas ter exercido pacificamente seu direito à liberdade de expressão. Depois que a oposição rejeitou os resultados da eleição presidencial de março, as autoridades prenderam figuras da liderança da oposição e reprimiram protestos pacíficos.

As autoridades da Costa do Marfim perseguiram membros da oposição e restringiram injustamente seus direitos à liberdade de expressão e manifestação pacífica, antes de um referendo sobre as mudanças constitucionais em outubro. Nesse contexto, dúzias de membros da oposição foram presos e detidos num protesto pacífico. Alguns deles foram deixados em diferentes lugares da capital econômica, Abidjan. Outros, a cerca de 100 km de suas casas e forçados a andar de volta, numa prática conhecida como “detenção móvel”. Em 20 de outubro, conforme os manifestantes contra o referendo começavam a se reunir, policiais atiraram gás lacrimogêneo, espancaram os líderes e prenderam pelo menos 50 pessoas.

CONFLITO ARMADO

Os civis nos conflitos armados na África sofreram abusos e violações graves em países como Camarões, República Centro-Africana (RCA), Chade, RDC, Mali, Níger, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão. A violência sexual e de gênero estava em toda parte, e crianças foram recrutadas como crianças soldados.

Na região ocidental, central e oriental do continente africano, grupos armados como o Al-Shabaab e o Boko Haram perpetraram violência e abusos constantes, deixando centenas de civis mortos e sequestrados, além de milhões de pessoas forçadas a viver em estado de medo e insegurança, dentro ou fora de seus próprios países. Em Camarões,

mais de 170 mil pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, foram desalojadas na região do extremo norte do país, em resultado dos abusos do Boko Haram. No Níger, mais de 300 mil pessoas precisaram de ajuda humanitária durante o estado de emergência na região de Diffa, onde o Boko Haram realizou a maioria dos ataques.

Muitos governos responderam a essas ameaças com desrespeito ao direito internacional humanitário e aos direitos humanos, através de prisões arbitrárias, detenção sem direito a comunicação, tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos extrajudiciais.

Na Nigéria, 29 crianças abaixo de seis anos, incluindo bebês, estavam entre as mais de 240 pessoas que morreram em condições terríveis durante o ano nos famosos quartéis do centro de detenção de Giwa, em Maiduguri. Milhares de pessoas capturadas em prisões em massa no nordeste, muitas vezes sem evidência contra elas, continuaram presas em condições sem higiene e com superlotação, sem julgamento ou acesso ao mundo exterior. Do mesmo modo, em Camarões, mais de mil pessoas, muitas delas presas arbitrariamente, foram mantidas em condições horríveis e dezenas morreram em decorrência da tortura, de doenças ou desnutrição. Em casos em que os detentos suspeitos de apoiar o Boko Haram foram julgados, enfrentaram julgamentos injustos em tribunais militares nos quais a pena de morte era, de longe, o resultado mais provável.

Em outros lugares, a situação humanitária e de segurança nos estados de Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul continuou bastante difícil. Evidências do uso de armas químicas por forças do governo na região de Jabel Marra em Darfur demonstraram que o regime vai continuar atacando a população civil, sem medo de ser responsabilizado por violar o direito internacional.

Apesar da assinatura de um acordo de paz no Sudão do Sul entre o governo e as forças rivais, o conflito continuou em partes diferentes do país durante o ano todo, e chegou à região do sul de Equatória depois

do confronto pesado na capital, Juba, em julho. Durante o confronto, as forças armadas, em especial soldados do governo, cometeram violações de direitos humanos, incluindo assassinatos e ataques também contra o pessoal da ajuda humanitária. A missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS) foi criticada por não proteger os civis durante o confronto. Uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para criar uma força de proteção regional não foi colocada em vigor. O Conselheiro Especial da ONU sobre a prevenção de genocídios e a Comissão de Direitos Humanos da ONU no Sudão do Sul levantaram a questão de que o cenário de um genocídio estava sendo preparado.

Na RCA, apesar das eleições pacíficas em dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, a situação de segurança piorou próximo ao fim do ano, ameaçando afundar o país em mais violência mortal. Grupos armados realizaram numerosos ataques: em 12 de outubro, milicianos ex-Selekas de pelo menos duas facções diferentes mataram no mínimo 37 civis, feriram 60 e incendiaram um acampamento para pessoas desalojadas dentro do país na cidade de Kaga Bandoro.

Ainda assim, apesar do derramamento de sangue e do sofrimento, a atenção do mundo se afastou ainda mais dos conflitos da África. É certo que a resposta da comunidade internacional ao conflito no continente foi lamentavelmente inadequada, como mostra o fracasso do Conselho de Segurança da ONU no que se refere às sanções ao Sudão do Sul, e a capacidade insuficiente das operações de paz para proteger civis na RCA, Sudão do Sul e Sudão. Quase não foram tomadas providências, mesmo pelo Conselho de Segurança da ONU e o Conselho de Segurança e Paz da União Africana (UA), para pressionar o governo do Sudão a permitir o acesso humanitário e investigar as alegações de violações e abusos graves. A resposta da UA aos crimes previstos pelo direito internacional e outras violações e abusos de direitos humanos cometidos no contexto de conflitos e crises foi lenta, inconsistente e reativa, em vez de fazer parte de uma estratégia uniforme e abrangente.

PESSOAS EM TRÂNSITO

Os conflitos da África, entre eles os de Camarões, RCA, Chade, Mali, Níger, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão, foram os maiores fatores que contribuíram para a crise de refugiados no mundo, e para o deslocamento de pessoas dentro de suas fronteiras. Milhões de mulheres, crianças e homens ainda não conseguiam voltar para casa, ou eram forçados por novas ameaças a fugir rumo a perigos desconhecidos e futuros incertos.

Pessoas da África subsaariana eram maioria dentre as centenas de milhares de refugiados e migrantes que viajavam em direção à Líbia, fugindo da guerra, de perseguições ou da pobreza extrema, muitas vezes na esperança de atravessar o país e se estabelecer na Europa. Uma pesquisa da Anistia Internacional revelou abusos horrendos, como violência sexual, assassinatos, tortura e perseguição religiosa ao longo das rotas de acesso ilegal à Líbia e para atravessar o país.

No norte da Nigéria, pelo menos dois milhões de pessoas continuaram desalojadas, vivendo em comunidades de acolhimento e, algumas, em acampamentos superlotados com comida, água e saneamento básico impróprios. Dezenas de milhares de pessoas desalojadas foram detidas em acampamentos sob guarda armada pelos militares e pela Força Tarefa Conjunta Civil, que eram acusadas de explorar as mulheres sexualmente.

Milhares de pessoas morreram nesses campos, devido à desnutrição aguda.

Centenas de milhares de pessoas refugiadas da RCA, Líbia, Nigéria e Sudão continuaram em condições pobres nos campos de refugiados do Chade. De acordo com a ONU, mais de 300 mil pessoas fugiram do Burundi, a maioria para campos de refugiados nos países vizinhos, Ruanda e Tanzânia. Mais de 1,1 milhão de somalis continuaram desalojados, e mais 1,1 milhão de refugiados somalis continuaram nos países vizinhos e em outros lugares.

Nos três anos desde o início do conflito no Sudão do Sul, o número de pessoas refugiadas nos países vizinhos chegou a um milhão, enquanto 1,7 milhão de pessoas estavam desalojadas no país e 4,8 milhões viviam em situação de insegurança no que se refere à alimentação.

O governo do Quênia anunciou sua intenção de fechar o campo de refugiados de Dadaab, onde vivem mais de 280 mil refugiados. Cerca de 260 mil dessas pessoas são da Somália ou descendentes de somalis e, em decorrência de outras mudanças na política de refugiados do Quênia, corriam o risco de serem deportados à força, numa clara violação do direito internacional.

IMPUNIDADE E FRACASSO PARA GARANTIR A JUSTIÇA

A impunidade era um denominador comum em todos os principais conflitos da África. Raramente os suspeitos de crimes previstos no direito internacional e de violações graves de direitos humanos eram responsabilizados.

Apesar de ter uma missão clara, a UA ainda precisa tomar medidas concretas para criar um tribunal híbrido no Sudão do Sul, conforme exige o acordo de paz do país. Esse tribunal representaria a opção mais viável para assegurar que os culpados por crimes de guerra e contra a humanidade cometidos durante o conflito, por exemplo, fossem responsabilizados, e também para evitar abusos futuros.

Houve um certo progresso na criação de uma Corte Criminal Especial na RCA, mas a grande maioria dos suspeitos de perpetrar crimes graves e violações de direitos humanos continuam soltos, livres de prisão ou de investigação. Além da grande fraqueza da missão de paz da ONU na RCA, a impunidade permanece um dos fatores chave do conflito e os civis enfrentaram violência mortal e instabilidade.

Na Nigéria houve evidências convincentes de violações sistemáticas e difundidas dos direitos humanos e do direito humanitário internacional pelos militares, levando a mais de sete mil nigerianos, em sua maioria jovens e meninos, a morrer em detenções militares

e mais de 1200 pessoas mortas em execuções extrajudiciais. No entanto, o governo não tomou nenhuma providência para investigar essas alegações. Ninguém foi levado à justiça e as violações continuaram.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) declarou que as acusações contra o presidente em exercício do Quênia William Ruto e o locutor de rádio Joshua Arap Sang eram nulas, levando ao fim todos os casos no TPI relacionados à violência depois das eleições no Quênia em 2007 e 2008. Essa decisão foi vista como um grande revés por milhares de vítimas que ainda esperavam justiça.

Traindo milhares de vítimas de crimes internacionais em todo o mundo, três países da África — Burundi, Gâmbia e África do Sul — demonstraram sua intenção de se retirar do Estatuto de Roma.

A UA também continuou a pedir que os países desconsiderassem suas obrigações internacionais de prender o presidente sudanês Omar Al-Bashir, apesar de ele ser procurado pelo TPI sob acusações de genocídio. Em maio, a Uganda não prendeu o Presidente Al-Bashir em sua visita, e por consequência não o entregou ao TPI, decepcionando centenas de milhares de pessoas mortas ou desalojadas no conflito de Darfur.

Houve, no entanto, momentos históricos e emocionantes para a justiça internacional e a prestação de contas.

Muitos países africanos membros do TPI confirmaram seu apoio e intenção de permanecer no sistema do Estatuto de Roma durante a 15ª Sessão da Assembleia dos Estados-Parte em novembro. Esse compromisso foi demonstrado anteriormente, na reunião da UA em julho, em Kigali, na qual muitos países, entre eles Botsuana, Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Tunísia, refutaram uma proposta de saída em massa. Em dezembro, o presidente eleito da Gâmbia anunciou sua intenção de rescindir a decisão do governo de se retirar do Estatuto de Roma.

Entre os acontecimentos positivos, está a condenação do ex-presidente do Chade,

Hissène Habré, em maio, por crimes contra a humanidade, crimes de guerra e tortura cometidos entre 1982 e 1990. A Câmara Extraordinária Africana em Dacar o condenou à prisão perpétua, e estabeleceu um novo referencial nas iniciativas para dar fim à impunidade na África. Foi o primeiro caso de jurisdição universal do continente, e Habré foi o primeiro ex-líder africano a ser processado num tribunal em outro país por crimes previstos pelo direito internacional.

Em março, o TPI condenou Jean-Pierre Bemba, ex-vice-presidente da RDC, por crimes de guerra e contra a humanidade cometidos na RCA. A sentença de 19 anos do TPI seguiu sua primeira condenação por estupro como crime de guerra e sua primeira condenação com base na responsabilidade de comando. O veredito de culpado foi um momento chave na luta por justiça para as vítimas de violência sexual na RCA e em todo o mundo.

O TPI também começou o julgamento do ex-presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo e seu ministro da Juventude, Charles Blé Goudé, acusados de crimes contra a humanidade. O TPI também condenou Ahmad Al-Faqi Al-Mahdi, suposto membro sênior do grupo armado Ansar Eddine, por ataques a mosteiros e mausoléus em Timbuktu, no Mali, em 2012, crime previsto no direito internacional.

A Suprema Corte da África do Sul repreendeu o governo por não cumprir suas obrigações internacionais ao não prender Al-Bashir em sua visita ao país em 2015. Com isso, confirmou a norma internacional de rejeitar a imunidade de perpetradores de crimes internacionais, qualquer que seja o cargo público ocupado.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Mulheres e meninas foram, com frequência, submetidas a discriminação, marginalização e abuso, em grande parte devido a tradições e normas culturais, além da discriminação institucionalizada por leis injustas. Mulheres e meninas foram submetidas a estupros e outras formas de violência sexual em conflitos e países que abrigam grandes

quantidades de pessoas desalojadas e de refugiados.

Os altos níveis de violência de gênero contra as mulheres e meninas foi relatado em muitos países, como Madagascar, Namíbia e Serra Leoa.

Em Serra Leoa, o governo continuou a impedir que as meninas grávidas frequentassem a escola e fizessem as provas. O presidente também se recusou a aprovar um projeto de lei legalizando o aborto em determinadas situações, apesar de ele ter sido adotada pelo Parlamento duas vezes e da alta taxa de mortalidade materna. O país rejeitou as recomendações da ONU relacionadas à proibição por lei da mutilação genital.

O casamento precoce e forçado em Burkina Faso roubou a infância de milhares de meninas a partir dos 13 anos, ao mesmo tempo em que o custo dos contraceptivos, além de outras barreiras, impediu que elas escolhessem quando e se queriam ter filhos. Mas, em seguida a uma campanha intensa da sociedade civil, o governo anunciou que revisaria a lei, aumentando a idade mínima para o casamento para 18 anos.

As pessoas LGBTI, ou percebidas como tal, continuam a enfrentar abusos ou discriminação em países como Botsuana, Camarões, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo e Uganda. No Quênia, dois homens solicitaram à Suprema Corte em Mombasa que o exame anal e os testes de HIV e hepatite B que foram obrigados a fazer em 2015 eram inconstitucionais. No entanto, o tribunal manteve a legalidade dos exames anais em homens suspeitos de terem relações sexuais com outros homens. Exames anais forçados violam o direito à privacidade e a proibição de tortura e outros maus-tratos prevista pelo direito internacional.

No Malawi, uma onda sem precedentes de ataques violentos contra pessoas albinas expôs uma falha sistêmica do policiamento. Indivíduos e gangues criminosas sequestraram, mataram e assaltaram túmulos em busca de partes do corpo que acreditavam conter poderes mágicos.

Mulheres e crianças estavam mais vulneráveis aos assassinatos, por vezes sendo alvo de seus próprios familiares.

No Sudão, a liberdade religiosa foi enfraquecida por um sistema jurídico segundo o qual a conversão do Islã para outra religião era passível da pena de morte.

A falta de prestação de contas por parte das grandes empresas também foi um fator da violação brutal dos direitos de crianças e adolescentes. Mineiros artesãos, entre eles milhares de crianças, mineraram cobalto em condições arriscadas na RDC. O cobalto é usado para alimentar dispositivos, como celulares e notebooks, e as grandes empresas de eletrônicos, como a Apple, Samsung e Sony, não estão realizando as verificações básicas para garantir que o cobalto extraído pelo trabalho infantil não seja utilizado em seus produtos.

UM OLHAR SOBRE O FUTURO

A UA chamou 2016 de Ano dos Direitos Humanos, mas muitos de seus estados membros não transformaram a retórica sobre os direitos humanos em ação. Se havia algo a ser celebrado sobre esse ano, era a história de resiliência e coragem do povo, que articulou uma mensagem clara de que a repressão e a política do medo não consegue mais calar sua voz.

É quase certo que crises que aumentaram em países como Burundi, Etiópia, Gâmbia e Zimbábue poderiam ter sido evitadas ou minimizadas se houvesse vontade política e a coragem de abrir espaço para o povo falar e expressar suas opiniões com liberdade.

Apesar do progresso em algumas áreas, as respostas da UA a violações de direitos humanos — seja como causa estrutural dos conflitos ou como resultado deles — continuam lentas, inconsistentes e reativas. Na verdade, mesmo quando demonstrou preocupação, a UA não tinha a determinação e vontade política para confrontar essas violações. Além disso, parece haver lacunas de coordenação entre os órgãos de segurança e paz e os mecanismos — como o Conselho de Paz e Segurança da UA e seu Sistema Continental de Alerta Antecipado —

e as instituições regionais de direitos humanos, o que limitou uma resposta abrangente às violações de direitos humanos que levam a conflitos ou que resultam deles.

A UA tem menos de quatro anos para realizar seu objetivo de “silenciar todas as armas” no continente até 2020. É hora de traduzir esse compromisso em ações, garantindo uma resposta eficaz para as causas estruturais dos conflitos, incluindo as violações de direitos humanos recorrentes.

Medidas mais eficazes também precisam acabar com o ciclo da impunidade, incluindo o afastamento de ataques com motivações políticas no TPI e trabalhar para garantir a justiça e a responsabilização por crimes graves e violações brutais de direitos humanos cometidas em países como o Sudão do Sul.

A UA projetou um Plano de Implementação e Ação sobre Direitos Humanos na África de 10 Anos, criando assim mais uma oportunidade para resolver os seus principais desafios. O ponto de partida deve ser o reconhecimento de que os africanos estão se levantando e exigindo seus direitos, apesar da repressão e exclusão.

PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS

Apesar do discurso público sobre democracia e progresso econômico e das esperanças de finalmente acabarem os conflitos armados na Colômbia, as Américas continuaram uma das regiões mais violentas e desiguais do mundo.

Na região, o ano foi marcado pela tendência a uma retórica de combate aos direitos, racista e discriminatória nas campanhas políticas e por representantes do estado, que foi aceita e normalizada pela grande mídia. Nos EUA, Donald Trump foi eleito presidente em novembro, depois de uma campanha eleitoral que provocou consternação com sua retórica discriminatória, misógina e xenofóbica, e gerou graves preocupações sobre o futuro dos compromissos assumidos pelo país na questão dos direitos humanos em âmbito nacional e internacional.

A crise dos direitos humanos na região foi acelerada por uma tendência de aumento dos obstáculos e restrições à justiça e liberdades fundamentais. Ondas de repressão se tornaram mais visíveis e violentas, e os governos muitas vezes usaram o aparato de justiça e segurança para reprimir a dissidência, de maneira cruel, aumentando assim o descontentamento público.

A discriminação, insegurança, pobreza e prejuízo ambiental tiveram um aumento desenfreado na região. O fracasso na manutenção das normas internacionais de direitos humanos também foi revelado por um abismo de desigualdade — tanto em relação a riquezas quanto ao bem-estar social e acesso à justiça — que se sustentou na corrupção e na falta de responsabilização.

Obstáculos difundidos e enraizados ao acesso à justiça e o enfraquecimento do estado de direito foram comuns a muitos países na região. A impunidade por abusos

contra os direitos humanos foi alta, e em alguns casos, a falta de sistemas judiciários imparciais e independentes protegeram ainda mais os interesses políticos e econômicos.

Esse cenário permitiu a perpetuação das violações de direitos humanos. A tortura e outros maus-tratos, principalmente, prevaleceram, apesar da existência de leis de combate à tortura em países como Brasil, México e Venezuela.

O fracasso dos sistemas judiciários e o fracasso dos governos para implantar políticas de segurança pública que protejam os direitos humanos contribuíram para os altos níveis de violência. Países como o Brasil, El Salvador, Honduras, Jamaica, México e Venezuela tiveram as taxas de homicídio mais altas do planeta.

A violência e a insegurança endêmicas estavam, por vezes, ligadas ou foram causadas pela proliferação de armas de pequeno porte ilegais e o crescimento do crime organizado, que em alguns casos tomou o controle de territórios inteiros, às vezes com a cumplicidade ou a concordância da polícia e dos militares.

O “Triângulo do Norte” da América Central — El Salvador, Guatemala e Honduras — foi um dos lugares mais violentos do mundo, com mais pessoas assassinadas que na maior parte das áreas de conflito do mundo. A taxa de homicídios em El Salvador foi de 108 a cada 100 mil habitantes, uma das mais altas do mundo. Para muitos, a vida diária foi dominada pela atuação de grupos criminosos.

A violência de gênero, amplamente difundida, continuou sendo um dos fracassos mais retumbantes dos governos nas Américas. Em outubro, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe revelou que doze mulheres e meninas eram assassinadas todos os dias na região por conta de seu gênero (crime conhecido como “feminicídio”). A maioria desses crimes ficou impune. De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, uma em cada cinco mulheres no país sofreu agressão sexual durante o período universitário, embora

apenas um em cada dez incidentes tenha sido informado às autoridades.

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) em toda a região enfrentaram altas taxas de violência e discriminação, além de maior dificuldade para ter acesso à justiça. O tiroteio numa boate em Orlando, na Flórida, demonstrou que as pessoas LGBTI eram o alvo mais provável para os crimes de ódio nos EUA. Enquanto isso, o Brasil continuou sendo o país onde mais morrem pessoas transgênero no mundo.

Em fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o vírus da zika uma emergência na saúde, depois de detectar sua propagação “explosiva” na região. O receio de que a transmissão da mãe para o feto possa estar relacionada à microcefalia em recém-nascidos, bem como da possível transmissão sexual do vírus, destacou as barreiras para o cumprimento eficaz dos direitos sexuais e reprodutivos na região.

Os fracassos do estado deixaram vácuos de poder, ocupados por grandes empresas transacionais, em especial no setor de extração e outros setores relacionados à apropriação de território e recursos naturais, em sua maior parte em terras reivindicadas e pertencentes a povos indígenas, outras minorias étnicas e pequenos fazendeiros, sem o devido respeito ao seu direito ao consentimento livre, prévio e bem informado. Com frequência, esses grupos sofreram prejuízos relacionados à saúde, meio ambiente, subsistência e cultura, além de serem desalojados à força, o que levou ao desaparecimento de suas comunidades.

A repressão política, discriminação, violência e pobreza causaram uma crise humanitária aprofundada, mas em grande parte esquecida. Centenas de milhares de refugiados, a maioria da América Central, foram forçados a abandonar suas casas em busca de proteção, com frequência se colocando em risco de sofrer mais abusos contra os direitos humanos e até mesmo arriscando suas vidas.

Muitos governos demonstraram uma intolerância às críticas cada vez maior,

sufocando as vozes dissidentes e amordaçando a liberdade de expressão.

No México, a falta de vontade das autoridades para aceitar as críticas foi tão grande que elas entraram em negação sobre a crise dos direitos humanos no país. Apesar do fato de que quase trinta mil desaparecimentos terem sido informados, de que milhares perderam suas vidas devido a operações de segurança para combater o tráfico de drogas e o crime organizado, e de que milhares foram retirados à força de suas casas, resultado da violência espalhada por todos os lugares, as autoridades ignoraram as críticas da sociedade civil mexicana e de organizações internacionais, entre elas a ONU.

A negação também foi um marco na deterioração da situação cada vez pior dos direitos humanos na Venezuela, com o governo colocando em risco os direitos humanos e a vida de milhões de pessoas ao contestar a existência de uma grande crise econômica e humanitária e se recusando a pedir ajuda internacional. Apesar da falta acentuada de alimentos e medicamentos, das taxas de crimes aumentando rapidamente e das contínuas violações de direitos humanos — inclusive os níveis de violência policial —, o governo silenciou seus críticos em vez de responder aos pedidos desesperados de ajuda do povo.

Entre os eventos marcantes de 2016 estão a visita histórica do Presidente dos EUA, Barack Obama, a Cuba, que colocou os desafios relacionadas aos direitos humanos dos dois países – como os maus-tratos a imigrantes nos EUA, o impacto dos embargos americano sobre a situação dos direitos humanos em Cuba e a falta de liberdade de expressão e a repressão aos ativistas na ilha – no centro das atenções.

A ratificação pelo congresso colombiano do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), depois de mais de quatro anos de negociações, finalmente encerrou o conflito armado que já durava cinquenta anos contra as FARC e devastou milhões de vidas. O processo de paz com o segundo maior grupo guerrilheiro

da Colômbia, o Exército de Libertação Nacional (ELN), foi anunciado, mas no final do ano ainda tinha que ser iniciado, em grande parte devido ao fato de o grupo não ter liberado um de seus reféns mais ilustres.

No Haiti, um furacão mortal causou uma grande crise humanitária, ampliando ainda mais os danos causados por desastres naturais anteriores. Problemas estruturais profundamente arraigados, como falta de financiamento e vontade política, já tinham deixado o Haiti incapaz de fornecer moradia adequada para 60 mil pessoas alojadas em campos para desabrigados, em condições terríveis, depois do terremoto de 2010. As eleições presidenciais e para o legislativo foram adiadas duas vezes sob alegações de fraude em meio aos protestos, contra os quais a polícia fez uso excessivo da força, segundo relatos. Em novembro, Jovenel Moise foi eleito presidente.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS EM RISCO

Em muitos países na região das Américas, defender os direitos humanos continuou sendo extremamente perigoso. Jornalistas, advogados, juízes, oponentes políticos e testemunhas foram os principais alvos de ameaças, ataques, tortura e desaparecimentos forçados. Algumas dessas pessoas foram mortas por atores estatais e não estatais, para garantir seu silêncio. Os ativistas dos direitos humanos também enfrentaram campanhas de difamação e vilificação. Houve pouco progresso nas investigações desses ataques ou na apresentação desses perpetradores à justiça.

Defensores dos direitos humanos e movimentos sociais que se opunham a projetos de desenvolvimento em larga escala e corporações transnacionais corriam riscos mais sérios de represálias. Os defensores dos direitos humanos das mulheres, bem como das comunidades historicamente excluídas, também foram alvo de violência.

Defensores e defensoras dos direitos humanos enfrentaram mais ataques, ameaças e assassinatos no Brasil. Na Nicarágua, o governo fechou os olhos para as

violações de direitos humanos e perseguiu ativistas. A difícil condição dos prisioneiros de consciência na Venezuela e a disposição do governo para reprimir os dissidentes ficaram em evidência quando o líder da oposição, Rosmit Mantilla, estava gravemente doente e sua cirurgia foi negada, e ele colocado, em vez disso, numa cela como punição. Depois de intensa pressão nacional e internacional, recebeu os cuidados médicos de que precisava, e foi solto em novembro.

Honduras e Guatemala foram os países mais perigosos no mundo para os defensores de terras, territórios e do meio ambiente, com uma onda de ameaças, acusações forjadas, campanhas de difamação, ataques e assassinatos que tinham com o alvo os ativistas de terras e do meio ambiente. Em março, o assassinato da famosa líder indígena hondurenha Berta Cáceres, morta a tiros em sua casa por homens armados, evidenciou a generalização da violência contra quem trabalha para proteger a terra, os territórios e o meio ambiente no país.

Na Guatemala, a criminalização dos defensores dos direitos humanos que se opunham a projetos de exploração de recursos naturais e sua identificação como “o inimigo interno” foi frequente. Esse processo se deu através de procedimentos criminais sem embasamento e do uso indevido do sistema judiciário criminal. Na Colômbia, os defensores dos direitos humanos, em especial líderes comunitários e ambientalistas, continuaram sendo ameaçados e mortos em números alarmantes.

Na Argentina, a líder social Milagro Sala foi presa e acusada de protestar pacificamente em Jujuy. Apesar de sua libertação ter sido ordenada, foram iniciados outros procedimentos criminais contra ela, para que ficasse detida. Em outubro, o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU concluiu que sua prisão foi arbitrária e recomendou sua libertação imediata.

No norte do Peru, Máxima Acuña — fazendeira de pequeno porte envolvida numa batalha jurídica contra Yanacocha, uma das

maiores mineradoras de ouro e cobre da região, sobre a titularidade das terras onde vive — recebeu, em 2016, o Prêmio Goldman, um prêmio ambiental bastante respeitado. Apesar de uma campanha de ameaças e intimidação, na qual afirma que seguranças a atacaram fisicamente e também à sua família, Máxima permaneceu firme e se recusou a encerrar sua luta para proteger os lagos locais e continuar em suas terras.

No Equador, os direitos de liberdade de expressão e associação foram cerceados por leis restritivas e táticas de silenciamento. A criminalização da dissidência continuou, em particular contra os que se opunham a projetos extrativistas em terras indígenas.

Apesar das alegações de abertura política em Cuba e do restabelecimento das relações com os EUA no ano anterior, a sociedade civil e os grupos de oposição relataram um aumento na intimidação de críticos do governo. Defensores dos direitos humanos e ativistas políticos foram descritos publicamente como “subversivos” e “mercenários anti-Cuba”. Alguns foram submetidos a breves detenções arbitrárias antes de serem soltos sem acusação, diversas vezes por mês.

AMEAÇAS AO SISTEMA DE DIREITOS HUMANOS INTERAMERICANO

Apesar da extensão das dificuldades relacionadas aos direitos humanos na região, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), crucial na defesa e promoção dos direitos humanos e na garantia de acesso à justiça para vítimas que não conseguiram esse acesso em seus países, foi afetada por uma crise financeira durante a maior parte do ano. A causa foi a alocação insuficiente de recursos pelos estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), numa demonstração marcante da falta de vontade política desses estados para promover e proteger os direitos humanos dentro e fora de seus territórios.

Em maio, a CIDH declarou estar enfrentando a pior crise financeira de sua

história. Havia o perigo real de que o progresso conseguido pela CIDH no questionamento das violações graves dos direitos humanos e da discriminação estrutural seria enfraquecido, exatamente quando a CIDH precisava exercer um papel mais enfático para garantir que os países cumprissem suas obrigações, de acordo com a legislação internacional sobre direitos humanos.

Com um orçamento anual de USD 8 milhões, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos continuou o sistema de direitos humanos mais pobre do mundo, com menos recursos que as entidades correspondentes na África (USD 13 milhões) e Europa (cerca de USD 104,5 milhões).

Embora tenham sido recebidas verbas adicionais para complementar a receita da CIDH, houve a preocupação de que a crise política continuaria, a menos que os governos alocassem os fundos adequados para a instituição e cooperassem com ela, independentemente de suas críticas aos registros de direitos humanos dos países.

Houve fracassos mais específicos para o apoio à CIDH, também. O governo do México tentou obstruir seu trabalho no caso Ayotzinapa, em que 43 estudantes foram vítimas de desaparecimento forçado depois de serem presos pela polícia em 2014. Apesar da alegação das autoridades de que os estudantes tinham sido sequestrados por uma facção criminoso, e seus restos mortais queimados e jogados numa lixeira, um grupo de especialistas indicados pela CIDH concluiu que era cientificamente impossível que tantos corpos tivessem sido queimados nas condições alegadas. Em novembro, a CIDH lançou um mecanismo especial para acompanhar as recomendações dos especialistas, mas foi difícil garantir o apoio adequado das autoridades.

PESSOAS REFUGIADAS, MIGRANTES E APÁTRIDAS

A crise de refugiados na América Central piorou rapidamente. A violência implacável nessa região tantas vezes esquecida do mundo continuou a causar um aumento nos

pedidos de asilo por cidadãos da América Central no México, EUA e outros países, alcançando níveis nunca antes vistos, uma vez que os conflitos armados da região acabaram décadas atrás.

Centenas de milhares de pessoas viajaram para o México para pedir asilo lá ou continuar a viagem até os EUA. Muitos foram detidos em péssimas condições, sequestrados ou vítimas de extorsão por grupos criminosos que, muitas vezes, operam em conluio com as autoridades. Muitas crianças e adolescentes desacompanhados foram especialmente afetados por abusos contra os direitos humanos; mulheres e meninas correram sérios riscos de violência sexual e tráfico de pessoas.

Apesar das provas avassaladoras de que muitos requerentes de asilo corriam risco de violência extrema caso não conseguissem asilo, as deportações do México e EUA continuaram no mesmo nível. Muitas pessoas foram forçadas a voltar para as situações em que corriam risco de vida das quais estavam fugindo. Outras, supostamente, foram mortas por grupos criminosos depois de serem deportadas.

Honduras, Guatemala e El Salvador alimentaram essa crise, cada vez mais profunda, ao não proteger as pessoas da violência e nem implantar um plano de proteção para pessoas deportadas de países como o México e EUA.

Ainda assim, em vez de assumir a responsabilidade por seu papel na crise, os governos se preocuparam apenas com os abusos contra os direitos humanos que as pessoas sofreram viajando pelo México para os EUA. Eles também apresentaram argumentos falsos, de que a maioria das pessoas estava fugindo em razão de necessidades econômicas, não da violência e homicídios crescentes, sem considerar as ameaças diárias, extorsões e intimidações que a maior parte da população enfrentava, enquanto grupos lutavam por controle territorial.

Nos EUA, dezenas de milhares de crianças desacompanhadas, bem como

pessoas viajando com suas famílias, foram apreendidas tentando cruzar a fronteira do sul durante o ano. Famílias ficaram detidas por meses, sem acesso adequado a cuidados médicos e representação jurídica. O Alto Comissariado para Refugiados da ONU descreveu a situação como uma “crise humanitária e de proteção”.

Durante o ano, a CIDH expressou sua preocupação sobre a situação dos migrantes cubanos e haitianos que tentavam chegar aos EUA.

Em outros lugares, migrantes e suas famílias enfrentaram discriminação generalizada, exclusão e maus-tratos. Nas Bahamas, migrantes não documentados de países como Haiti e Cuba sofreram maus-tratos. A República Dominicana deportou milhares de descendentes de haitianos — inclusive nascidos no país, o que transformou essas pessoas em apátridas — e, com frequência, desrespeitou o direito internacional e as normas sobre deportação. Ao chegar no Haiti, muitas pessoas que tinham sido deportadas foram colocadas em acampamentos improvisados, onde viviam em condições horríveis.

Apesar do compromisso das autoridades recém-eleitas na República Dominicana para lidar com a situação dos apátridas, dezenas de milhares de pessoas continuaram apátridas depois da decisão, em 2013, pelo Tribunal Constitucional, que as privou de sua nacionalidade arbitrariamente e com efeito retroativo. Em fevereiro, a CIDH descreveu uma “situação de apátridas... de uma magnitude nunca vista antes nas Américas”.

Mais de 30 mil refugiados sírios foram recebidos no Canadá, e mais 12 mil nos EUA.

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

Atores não estatais — entre eles, grandes empresas e grupos criminosos — tiveram uma influência cada vez maior e foram responsáveis pelos níveis crescentes de violência e abusos contra os direitos humanos. No geral, no entanto, os governos não conseguiram responder à situação de

modo condizente com as normas internacionais, o que resultou em violações dos direitos humanos significativas devido à tendência de militarização da segurança pública.

Alguns governos responderam à inquietação social, e em particular a protestos pacíficos, com o uso cada vez maior do exército para realizar operações de segurança pública, e adotaram técnicas, treinamento e equipamentos militares para uso pela polícia. Embora combater o crime organizado seja uma justificativa frequente para respostas militarizadas, na realidade elas permitiram que os governos violassem ainda mais os direitos humanos, em vez de atacar as causas da violência. Em países como a Venezuela, por exemplo, a ação militar em resposta a protestos foi, muitas vezes, seguida por tortura e outros maus-tratos aos manifestantes.

Nos EUA, em resposta aos protestos que ocorreram após a polícia atirar e matar Philandro Castile, em julho, em Minnesota, e Alton Sterling, em Louisiana, a polícia usou forte aparato repressivo e armas militares, levantando questões sobre o direito dos manifestantes à manifestação pacífica. Também foi questionado o grau da força utilizada pela polícia contra protestos majoritariamente pacíficos que se opunham ao oleoduto perto da Reserva Sioux Standing Rock, em Dakota do Norte. Enquanto isso, as autoridades dos EUA continuaram sem conseguir registrar o número exato de pessoas mortas por policiais. A mídia informa que, em 2016, esse número ficou próximo de mil, e que pelo menos 21 pessoas morreram depois de serem atingidas por armas de eletrochoque dos policiais.

Os Jogos Olímpicos realizados no Brasil, em agosto, foram manchados por violações de direitos humanos pelas forças de segurança, com as autoridades e organizadores do evento incapazes de implantar medidas para impedir os abusos. Assassinatos por policiais aumentaram na cidade durante a preparação para sediar os Jogos. Ocorreram operações policiais violentas durante o evento, inclusive com o

uso de força excessiva e desnecessária. Durante o ano, as operações de combate ao tráfico de drogas no país e a abordagem com armamento pesado das operações de segurança alimentaram as violações de direitos humanos e colocaram os policiais em risco.

A polícia e outras forças de segurança também usaram força excessiva e desnecessária em países como Bahamas, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Jamaica, México, Peru e Venezuela.

Assassinatos ilegais na Jamaica foram parte de um padrão de operações policiais que não se alterou por duas décadas, enquanto muitos assassinatos por agentes de segurança na República Dominicana foram relatados como ilegais. Nos dois países, as forças de segurança não sofreram mudanças positivas e raramente foram responsabilizadas.

ACESSO À JUSTIÇA E A LUTA PARA ACABAR COM A ÍMPUNIDADE

A impunidade sem limites permitiu que aqueles que violam os direitos humanos operassem sem medo das consequências, enfraquecessem o estado de direito e negassem a verdade e a reparação a milhões de pessoas.

A impunidade foi sustentada pelos sistemas judiciário e de segurança, que continuaram com menos recursos que o necessário, além de fracos e, muitas vezes, corruptos, somados a uma falta de vontade para garantir a imparcialidade e a independência.

Como resultado, o fracasso em levar os perpetradores de violações de direitos humanos à justiça permitiu que o crime organizado e as práticas abusivas de aplicação da lei criassem raízes e prosperassem.

A negação de acesso significativo à justiça também deixou uma enorme quantidade de pessoas incapazes de exigir seus direitos em países como o Brasil, Colômbia, Guatemala, México, Honduras, Jamaica, Paraguai, Peru e Venezuela.

Na Jamaica, a impunidade prevaleceu como padrão durante décadas de supostos assassinatos ilegais e execuções extrajudiciais cometidos por policiais. Apesar de mais de três mil pessoas terem sido mortas por agentes de segurança desde 2000, poucos foram responsabilizados até agora. Em junho, a Comissão de Inquérito sobre supostas violações de direitos humanos durante o estado de emergência de 2010 recomendou uma reforma da polícia. Até o fim do ano, a Jamaica ainda não tinha apresentado como implantaria as reformas.

No Chile, os crimes de membros das forças de segurança culpados de espancamentos, maus tratos e até assassinatos de manifestantes pacíficos e outros ficaram, em sua maioria, impunes. Os tribunais militares, que julgaram casos de violações de direitos humanos cometidas por membros das forças de segurança, fracassaram com regularidade ao investigar e processar policiais suspeitos de terem cometido um crime, com julgamentos que, frequentemente, não atendiam os níveis mais básicos de independência e imparcialidade.

Em julho, um tribunal no Paraguai condenou um grupo de camponeses a até 30 anos de prisão pelo assassinato de seis policiais e outros crimes relacionados, no contexto da disputa por terras em 2012, no distrito de Curuguaty. No entanto, não foi aberta nenhuma investigação sobre as mortes de onze camponeses no mesmo incidente. O Procurador Geral não deu explicações críveis sobre a falta de investigação dessas mortes, nem respondeu às alegações de que a cena do crime tinha sido adulterada e de que os fazendeiros tinham sido torturados enquanto estavam sob custódia da polícia.

Até o fim do ano, e dois anos depois de um relatório do Senado dos EUA sobre o assunto, ninguém tinha sido levado à justiça nos EUA por violações de direitos humanos cometidas na detenção secreta da CIA e no programa de interrogatórios depois dos ataques de 11 de setembro de 2001.

No México, o processo de cinco fuzileiros navais, acusados do desaparecimento

forçado de um homem encontrado morto semanas depois de sua prisão em 2013, foi um passo positivo que trouxe a esperança de uma abordagem nova na luta contra a onda de desaparecimentos no país. No entanto, o destino e o paradeiro de dezenas de milhares de pessoas continuaram desconhecidos.

Em países como a Argentina, Bolívia, Chile e Peru, a impunidade permanente e a falta de vontade política para investigar as violações de direitos humanos e crimes de acordo com o direito internacional — entre eles, milhares de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados — perpetrados durante as ditaduras militares continuaram a negar às vítimas e suas famílias a verdade, justiça e reparação.

Por outro lado, na Argentina, o ex-presidente de fato Reynaldo Bignone foi condenado a vinte anos de prisão por seu papel em centenas de desaparecimentos forçados durante uma operação de inteligência na região, e outros catorze militares também foram condenados e cumprirão penas nas prisões. Essas decisões foram um passo positivo para a justiça que, esperava-se, poderia abrir as portas para outras investigações.

Embora o progresso para tratar da impunidade na Guatemala tenha sido lento, uma decisão histórica condenou dois ex-militares por crimes contra a humanidade pela escravidão doméstica e violência sexual que infligiram a mulheres da tribo indígena maia Q'eqchi'.

Em julho, o Supremo Tribunal de El Salvador declarou a Lei de Anistia inconstitucional, o que marcou um passo importante em direção à justiça para crimes segundo o direito internacional e outras violações de direitos humanos cometidos durante o conflito armado entre 1980 e 1992.

No Haiti, não houve progresso nas investigações de supostos crimes contra a humanidade cometidos pelo ex-Presidente Jean-Claude Duvalier e seus colaboradores.

DIREITOS DE MULHERES E MENINAS

Os governos progrediram pouco no combate à violência contra mulheres e meninas, inclusive sendo incapazes de protegê-las de estupros e assassinatos, além de não responsabilizarem os perpetradores. Relatórios sobre violência com base no gênero vieram do Brasil, Canadá, El Salvador, EUA, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela, entre outros países.

Diversas violações dos direitos sexuais e reprodutivos tiveram um impacto significativo na saúde das mulheres e meninas. As Américas tiveram o maior número de países com a proibição total do aborto. Em alguns países, mulheres foram jogadas na cadeia por simples suspeitas de terem abortado, algumas vezes depois de terem sofrido abortos naturais.

Mulheres pobres na Nicarágua continuaram sendo as principais vítimas de mortalidade materna, e o país teve uma das taxas de gravidez na adolescência mais altas da região. As mulheres também foram submetidas a algumas das leis mais duras contra o aborto, que continuou proibido em todas as circunstâncias, mesmo quando a vida da mulher corria risco. Na República Dominicana, uma reforma do Código Penal que descriminalizaria o aborto em certos casos foi, mais uma vez, adiada. A reforma legislativa proposta para descriminalizar o aborto no Chile continua em discussão.

Ainda assim, houve pequenos sinais de esperança. Em El Salvador, a decisão de um tribunal de liberar María Teresa Rivera, que cumpriu quatro anos de uma pena de 40, depois de sofrer um aborto natural, foi um passo em direção à justiça, num país em que o tratamento dado às mulheres é apavorante. Em outra vitória dos direitos humanos, uma mulher condenada a oito anos de prisão na Argentina por ter sofrido um aborto natural foi liberada da detenção pré-julgamento, depois que o Supremo Tribunal decidiu não haver razões suficientes para mantê-la presa.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em junho, a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi adotada pela OEA, depois de 17 anos de negociações.

Apesar disso, povos indígenas em todas as Américas continuaram vítimas de violência, assassinatos e uso excessivo de força pela polícia, além de abusos aos seus direitos à terra, território, recursos naturais e cultura. A realidade diária para milhares de pessoas é uma vida sobrepujada pela exclusão, pobreza, desigualdade e discriminação sistêmica — mesmo na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Paraguai.

Atores estatais e não estatais, como proprietários de terras e empresários, foram responsáveis pela retirada forçada de povos indígenas de suas terras, na busca por seu próprio lucro econômico.

Projetos de desenvolvimento, como no setor de extrativismo, ameaçam a cultura dos povos indígenas, por vezes levando ao deslocamento de comunidades inteiras. Além disso, com frequência, foi negada aos povos indígenas uma consulta significativa e o consentimento prévio e bem informado. Mulheres indígenas e da zona rural em todas as Américas exigiram mais atenção ao impacto das mulheres nos projetos de extração de recursos naturais e a maior participação nos processos de tomada de decisão sobre projetos de desenvolvimento que afetem suas terras e territórios.

Em maio, líderes de comunidades indígenas e afrodescendentes Rama-Kriol disseram que um acordo sobre a construção do Grande Canal Interoceânico tinha sido assinado, sem um processo de consulta efetivo. Houve uma onda de violência na Região Autônoma do Atlântico Norte na Nicarágua, onde os povos indígenas Miskitu foram ameaçados, atacados, submetidos a violência sexual, mortos e expulsos por assentados não indígenas.

Entre os acontecimentos positivos, estão o anúncio do governo canadense sobre o lançamento de uma investigação nacional

sobre o desaparecimento e assassinato de mulheres e meninas indígenas.

DIREITOS LGBTI

O progresso legislativo e institucional em alguns países, como o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, não se traduziu necessariamente em mais proteção contra a violência e discriminação de pessoas LGBTI.

Em todas as Américas, altos níveis de crimes e discursos de ódio e discriminação, além dos assassinatos e perseguições de ativistas LGBTI, continuaram em países como Argentina, Bahamas, República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Jamaica, EUA e Venezuela.

Ainda assim, na República Dominicana, o processo eleitoral durante o ano teve vários candidatos abertamente LGBTI concorrendo a cargos para aumentar sua visibilidade e participação políticas.

PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E OCEANIA

Enquanto muitos governos na região da Ásia e Oceania — que abriga 60% da população mundial — reprimiram cada vez mais os direitos humanos, também houve sinais de mudança positiva em alguns países e contextos.

A demanda por liberdade de expressão e justiça falou alto e foi insistente. Ativismo e protestos contra violações cresceram. Os jovens ficaram cada vez mais determinados na defesa de direitos. As tecnologias on-line e as redes sociais permitiram que esses jovens compartilhassem informações, expusessem injustiças, se organizassem e defendessem seus direitos. Diversas vezes, defensores e defensoras dos direitos humanos, frequentemente trabalhando em situações difíceis e com recursos limitados, mantiveram uma posição firme contra a mão pesada da opressão estatal, agindo de forma corajosa e inspiradora.

No entanto, em geral o preço foi caro. Muitos governos demonstraram indiferença pela liberdade, justiça e dignidade. E se esforçaram para calar as vozes da oposição e acabar com protestos e o ativismo, inclusive a dissidência on-line, usando a repressão, a força e a aplicação duvidosa de leis novas e antigas.

Na Ásia Oriental, a transparência dos governos diminuiu e a percepção de uma lacuna cada vez maior entre os governos e seus cidadãos aumentou. A isso somou-se a repressão arraigada em países como a China e a República Democrática Popular da Coreia do Norte (Coreia do Norte). Um padrão de aumento da intolerância em relação às críticas e ao debate aberto se desdobrou no sul da Ásia. Blogueiros foram assassinados em Bangladesh, profissionais da imprensa atacados no Paquistão e o espaço para a sociedade civil em países como a Índia diminuiu. No sudeste da Ásia, as liberdades

de pensamento, consciência, religião, opinião, expressão, associação e reunião foram amplamente atacadas, com repressão pelo regime militar na Tailândia e tentativas de calar as vozes políticas na Malásia.

Como o espaço da sociedade civil encolheu em muitos lugares, a discriminação, em especial contra minorias étnicas e raciais, além de mulheres e meninas, se ampliou em uma variedade de países e contextos.

Em países como China, Cingapura, Coreia do Norte, Filipinas, Malásia, Maldivas, Nepal, Tailândia, Timor Leste e Vietnã, a tortura e outros maus-tratos estavam entre as ferramentas usadas para atingir defensores dos direitos humanos, grupos marginalizados e outros.

Essas violações foram, muitas vezes, sustentadas pela falta de responsabilização de torturadores e outros perpetradores de violações de direitos humanos. A impunidade foi prejudicial, por vezes crônica, e comum em muitos países. Às vítimas era negada a justiça, a verdade e outras formas de reparação. Houve algum progresso nessa frente, no entanto. Alguns exemplos: passos lentos para realizar a prestação de contas por supostos crimes previstos no direito internacional que atormentaram o Sri Lanka por décadas, embora a impunidade arraigada tenha persistido; e o acordo bilateral entre o Japão e a República da Coreia (Coreia do Sul) sobre o sistema militar de escravidão sexual antes e durante a II Guerra Mundial, que foi criticado por excluir os sobreviventes das negociações. Numa decisão histórica, um tribunal das Filipinas condenou um policial por tortura pela primeira vez desde a Lei de Combate à Tortura de 2009. O Gabinete do Promotor do Tribunal Penal Internacional indicou que poderia, em breve, abrir uma investigação no Afeganistão. Essa investigação cobriria as alegações de crimes cometidos pelo Talibã, pelo governo afegão e pelas forças dos EUA.

Em Mianmar, a intensificação do conflito no estado de Kachin e a explosão da violência no norte do estado de Rakhine, onde a operação de segurança forçou os

membros das comunidades de Rohingya e Rakhine a fugir de suas casas, agravou ainda mais uma situação humanitária e de direitos humanos complicada, na qual dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas pela violência nos últimos anos. Restrições do governo impediram o acesso à ajuda humanitária nos dois estados. O conflito armado no Afeganistão continuou devido ao reaparecimento do Talibã, que infligiu consequências devastadoras aos civis.

Grupos armados alimentaram a insegurança e o sofrimento em vários países, cometendo abusos como raptos e assassinatos ilegais no norte e centro da Índia, além do estado de Jammu e Caxemira. Bombardeios e tiroteios na Indonésia pelo grupo armado que se autointitulou Estado Islâmico (EI) ilustraram um absoluto desprezo pelo direito à vida. No Afeganistão, grupos armados realizaram ataques horripilantes na capital Cabul, inclusive à agência humanitária CARE International, com alvos civis, num ato que constituiu crime de guerra.

O cenário regional de repressão, conflito e insegurança alimentou a crise mundial de refugiados. Na região, milhões se tornaram refugiados e solicitantes de refúgio, forçados a deixar suas casas e se submeterem a condições terríveis e que, muitas vezes, punham suas vidas em risco. Muitos se viram presos em situações precárias, vulneráveis a inúmeros outros abusos. Em países como a Austrália e a Tailândia, os governos agravaram esse sofrimento mandando essas pessoas de volta aos países onde corriam o risco de sofrer violações de direitos humanos. Muitos outros foram deslocados em seus próprios países.

Grandes empresas eram, muitas vezes, parte ativa nesses abusos ou, pelo menos, cúmplices. O governo da Coreia do Sul permitiu que empresas privadas dificultassem atividades sindicalistas legais, tratando de problemas de saúde e morte causados pela exposição a produtos prejudiciais apenas quando já era tarde demais. Na Índia, a Dow Chemical Company, com sede nos EUA, e sua subsidiária Union

Carbide Corporation não compareceram ao tribunal de Bhopal para responder às acusações criminais relacionadas ao desastre de vazamento de gás de 1984.

Com frequência, a região esteve na contramão da tendência global de abolir a pena de morte. A China continuou sendo um dos maiores executores do mundo, ainda que os números reais sejam segredo de estado. No Paquistão, o número de pessoas executadas desde 2014, quando uma moratória sobre as execuções foi suspensa, subiu para mais de 400. Em contravenção às normas internacionais, algumas das pessoas executadas eram adolescentes no momento do crime, outras tinham uma doença mental e outras foram condenadas após um julgamento injusto. No Japão, as execuções ficaram envoltas em sigilo. Nas Maldivas, funcionários do alto escalão ameaçaram voltar às execuções depois de uma moratória de 60 anos. Nas Filipinas, um projeto de lei para reintroduzir a pena de morte foi levado ao Congresso. No entanto, Nauru se tornou o 103º país a revogar a pena de morte para todos os crimes.

Entre os acontecimentos principais, está o novo governo de Mianmar, quase civil, do qual Aung San Suu Kyi foi nomeada líder de facto, num papel especialmente criado para ela, depois da vitória do partido Liga Nacional pela Democracia nas eleições de 2015. O novo governo tomou medidas para aprimorar os direitos humanos, mas enfrentou dificuldades desencorajadoras de um legado de meio século do domínio militar e repressivo. Seu poder era restrito por conta da influência militar duradoura, por ter o controle de ministérios chave e um quarto dos parlamentares. Houve pouca melhora nos conflitos em curso em Mianmar, na situação complicada dos rohingya, na assistência humanitária às comunidades deslocadas, impunidade dos violadores dos direitos humanos e reforma de leis repressivas.

Nas Filipinas, a violência sancionada pelo estado, em geral na forma de assassinatos ilegais, ocorreu em larga escala durante a presidência de Rodrigo Duterte. A repressão

brutal dos suspeitos de envolvimento em crimes de tráfico de drogas resultou na morte de seis mil pessoas na chamada “guerra contra as drogas”.

Em fevereiro, o impacto devastador do Ciclone Winston em Fiji evidenciou a infraestrutura inadequada do país quando 62 mil pessoas ficaram desalojadas depois de terem suas casas destruídas. A discriminação contra certos grupos na distribuição da ajuda humanitária e a falta de material de construção prejudicaram os que mais precisavam.

Em maio, o Sri Lanka ratificou a Convenção Internacional contra o Desaparecimento Forçado. É preciso acompanhar para ver se o Sri Lanka tornará o desaparecimento forçado um crime específico em sua legislação nacional. Fiji ratificou a Convenção da ONU contra a Tortura com reservas, embora a responsabilização por tortura e outros maus-tratos tenha sido prejudicada por imunidades constitucionais e pela falta de vontade política.

ÁSIA ORIENTAL

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Na Ásia Oriental, os defensores e defensoras dos direitos humanos sofreram ataques combinados, com espaço cada vez menor para a sociedade civil levantar questões consideradas controversas pelas autoridades.

Com a repressão contínua na China, sob o domínio de Xi Jinping, defensores dos direitos humanos, advogados, jornalistas e ativistas enfrentaram cada vez mais ameaças e intimidações, como a prisão arbitrária, a tortura e outros maus-tratos. Familiares de pessoas detidas também foram submetidas à vigilância policial, ameaças e à restrição de sua liberdade de circulação. As autoridades aumentaram o uso da “vigilância residencial em um determinado local”, que permite à polícia deter indivíduos por até seis meses fora do sistema de detenção formal, sem acesso aos advogados de sua escolha ou aos seus familiares. Também houve um aumento

no número de pessoas detidas e obrigadas a fazer “confissões” televisionadas. As autoridades continuaram a bloquear milhares de sites. Na província de Guangdong, a China reprimiu trabalhadores e ativistas de direitos trabalhistas, com frequência negando aos detentos acesso a advogados sob pretextos de “segurança nacional”.

O governo chinês também projetou ou aprovou leis e regulamentações com o pretexto de aprimorar a segurança nacional, mas que poderiam ser usadas para silenciar os dissidentes e reprimir defensores dos direitos humanos, a partir de definições amplas de crimes como “incitar a subversão” e “vazar segredos de estado”. Houve temores de que a nova Lei de Gestão de Organizações Não Governamentais Estrangeiras pudesse ser usada para intimidar defensores dos direitos humanos e ONGs, e que a nova Lei de Segurança Cibernética pudesse diminuir a liberdade de expressão e privacidade.

Ainda assim, os ativistas ousaram inovar. Quatro defensores dos direitos humanos foram presos por celebrar o 27º aniversário da repressão de 4 de junho de 1989, na praça Tiananmen. Eles fizeram uma publicidade on-line para um álcool popular, onde no rótulo lia-se “Em memória de Oito Destilado Seis Quatro”, uma brincadeira com palavras em chinês que ecoa a data do evento notório, acompanhada por uma imagem de um “homem dos tanques”. A ação se espalhou pelas redes sociais antes de ser censurada.

Em outubro, Ilham Tohti, conhecido intelectual uigur que promoveu o diálogo entre uigures e chineses han, recebeu o Prêmio Martin Ennals para Defensores dos Direitos Humanos de 2016, concedido pelo profundo comprometimento em face de grandes riscos. Atualmente, ele cumpre uma pena de prisão perpétua por acusações de “separatismo”.

Em Hong Kong, os estudantes Joshua Wong, Alex Chow e Nathan Law foram condenados por “participar de uma reunião ilegal” ligada à sua atuação dos eventos de 2014, que desencadearam o movimento pró-

democracia que ficou conhecido como a “Revolução do Guarda Chuva”.

A Coreia do Norte reprimiu de forma extrema, violando quase todo o espectro de direitos humanos. Houve restrições graves da liberdade de expressão e total ausência de imprensa nacional livre ou organizações da sociedade civil. Até 120 mil pessoas continuam presas em campos de detenção, onde a tortura e outros maus-tratos, entre eles o trabalho forçado, são prática comum e rotineira. O controle, opressão e intimidação estatais se intensificaram desde que Kim Jung-un tomou o poder em 2011. O estrangulamento persistente do uso de tecnologia de comunicação, projetado em parte para isolar os cidadãos e turvar a terrível situação dos direitos humanos, persistiu. Pessoas pegas usando celulares para entrar em contato com entes queridos no exterior foram encarceradas em campos de prisioneiros políticos e centros de detenção.

Na vizinha Coreia do Sul, tendências de retrocesso dos direitos humanos incluíram restrições às liberdades de manifestação pacífica e de expressão, que tomaram novas formas, como processos civis. As autoridades diminuíram a liberdade da imprensa com uma interferência mais pesada nas notícias e com a restrição do exercício da liberdade de manifestação pacífica, com frequência sob o pretexto de proteger a ordem pública.

A Assembleia Nacional da Coreia do Sul aprovou uma lei de combate ao terrorismo que amplia substancialmente os poderes de vigilância sobre as comunicações e a coleta de informações pessoais de suspeitos de terem ligações com o terrorismo.

Na Mongólia, organizações da sociedade civil que trabalham pela proteção dos direitos humanos enfrentaram intimidação, hostilidades e ameaças regulares, principalmente por atores privados.

Num acontecimento positivo em Taiwan, o novo governo retirou as acusações contra mais de cem manifestantes que participaram dos protestos estudantis de 2014 contra o Acordo de Livre Comércio entre a China e Taiwan, no que ficou conhecido como o

“Movimento Girassol”. O novo primeiro-ministro Lin Chuan afirmou que a decisão do governo anterior de acusar os manifestantes foi uma “reação política”, e não um “caso judicial”.

PESSOAS EM TRÂNSITO

O Japão continuou a rejeitar a maioria das solicitações de refúgio. O serviço de imigração da Coreia do Sul deteve mais de cem solicitantes de refúgio por meses no Aeroporto Internacional de Incheon. Entre eles estavam mais 28 homens da Síria. Um tribunal acabou por decidir que eles deveriam ser libertados e que poderiam solicitar refúgio. Dezenas de solicitantes de refúgio de outros países, como o Egito, continuaram detidos no aeroporto em condições desumanas.

DISCRIMINAÇÃO

O Parlamento do Japão aprovou sua primeira lei nacional contra a incitação ao ódio ou discurso de ódio contra residentes estrangeiros e seus descendentes, após um aumento nas manifestações a favor da discriminação. Críticos dizem que a lei era muito restrita e não previa punições. A discriminação contra minorias étnicas continuou sendo um problema grave.

Na China, a liberdade religiosa foi violada sistematicamente. Projetos de emendas à legislação continham disposições para aumentar o poder estatal para controlar e sancionar algumas práticas religiosas, mais uma vez, em nome da segurança nacional para impedir a “infiltração e extremismo”. Se aprovado, poderia ser usado para fortalecer ainda mais a repressão, em especial dos direitos à liberdade de religião e crença de comunidades religiosas não reconhecidas pelo estado, budistas tibetanos e muçulmanos uigures. Na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, o governo deteve escritores da etnia uigur e editores de websites no idioma uigur.

Pessoas da etnia tibetana enfrentaram discriminação contínua e restrições aos seus direitos à liberdade de pensamento, consciência e religião, expressão, associação

e manifestação pacífica. O blogueiro tibetano Druklo foi condenado a três anos de prisão por “incitação ao separatismo”, e por suas publicações sobre liberdade religiosa e o Dalai Lama. Na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, o governo continuou a violar o direito à liberdade de religião, e reprimiu aglomerações religiosas não autorizadas.

SUL DA ÁSIA

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores e defensoras dos direitos humanos foram alvos de violações em todo o Sul da Ásia de diversas maneiras. Os governos usaram leis muito rígidas e novas leis com o objetivo de censurar a expressão on-line.

A Índia usou leis repressivas para diminuir a liberdade de expressão e silenciar os críticos. A Lei (Regulamentação) de Contribuição Estrangeira foi usada para impedir que as organizações da sociedade civil recebessem fundos do exterior e para hostilizar ONGs. A lei de sedição, usada pelos britânicos para impedir a livre expressão durante a luta pela independência da Índia, foi usada para hostilizar os críticos. Defensores dos direitos humanos também passaram por intimidação e ataques. O jornalista Karum Mishra foi morto por homens armados no estado de Uttar Pradesh, aparentemente por denunciar a mineração ilegal do solo. Rajdeo Ranjan, jornalista que enfrentou ameaças de líderes políticos por seus escritos, também foi morto a tiros.

Em Jammu e Caxemira, as forças de segurança usaram força desnecessária ou excessiva contra os manifestantes. O governo do estado impôs um toque de recolher por mais de dois meses. Uma suspensão dos provedores de serviços privados de internet e telefonia fixa e móvel enfraqueceu uma série de direitos. Os residentes disseram que ficaram impossibilitados de conseguir ajuda médica de emergência.

Os profissionais de imprensa paquistaneses encararam perigos

profissionais como raptos, prisões e detenções arbitrárias, intimidação, assassinatos e hostilidades por parte de atores estatais e não estatais. Um ataque de granada nos escritórios da ARY TV, na capital Islamabad, foi um dos muitos ataques contra profissionais da imprensa e à liberdade de expressão em geral. Panfletos deixados na cena alegavam que o grupo armado aliado EI era o responsável.

No Sri Lanka, Sandhya Eknaligoda, mulher do cartunista dissidente e desaparecido Prageeth Eknaligoda, sofreu diversas ameaças e outros tipos de intimidação depois que a polícia identificou sete suspeitos, membros da inteligência do exército, ligados ao seu desaparecimento forçado. Faziam parte dessa intimidação protestos do lado de fora do tribunal que julgava o habeas corpus de seu marido e uma campanha com cartazes que a acusava de apoiar os Tigres de Libertação do Tamil Eelam (TLTE).

A liberdade de expressão continuou sob ataque em Bangladesh, onde as autoridades ficaram cada vez mais intolerantes com a imprensa independente e as vozes críticas. Em meio à situação cada vez pior dos direitos humanos, um grupo de jornalistas foi preso e detido de forma arbitrária. A dissidência pacífica foi suprimida por rígidas leis usadas para perseguir críticos nas redes sociais. O ativista e estudante Dilip Roy foi detido por criticar o primeiro-ministro no Facebook e pode ser condenado a até catorze anos de prisão, de acordo com a vaga Lei de Tecnologia da Informação e Comunicações, usada pelas autoridades para ameaçar e punir pessoas que expressaram, pacificamente, pontos de vista de que não gostaram.

Nas Maldivas, onde os direitos humanos têm sido cada vez mais atacados nos últimos anos, o governo intensificou as agressões às liberdades de expressão e reunião com a imposição de restrições arbitrárias para impedir os protestos. As autoridades também silenciaram oponentes políticos, defensores dos direitos humanos e jornalistas usando as leis que criminalizam discursos, comentários e outros atos “difamatórios”.

PESSOAS EM TRÂNSITO

Devido ao conflito em curso, o Afeganistão foi o segundo país no mundo a criar refugiados. A crise afetou uma grande quantidade de pessoas, sendo mais de dois milhões só no Paquistão e no Irã, além de grandes números tentando chegar à UE. Um acordo entre a UE e o Afeganistão exigia que o Afeganistão readmitisse todo cidadão afegão que não conseguisse refúgio na UE. No entanto, a instabilidade constante impossibilitou que muitos refugiados e solicitantes de refúgio voltassem para casa voluntariamente e em segurança.

Embora os afegãos que arriscaram suas vidas em viagens perigosas tenham chegado às manchetes, a grande maioria não tinha recursos suficientes para partir. O número de pessoas forçadas a sair de suas casas e que ficaram deslocadas internamente chegou a 1,4 milhão em 2016, segundo as estimativas, mais que o dobro de três anos antes. No mesmo período de três anos, a ajuda internacional ao Afeganistão caiu pela metade, já que a atenção dos doadores mudou de foco com a retirada das tropas internacionais. A situação dos que sofriam com as condições terríveis e lutavam para sobreviver em campos superlotados, com abrigo, alimentação, água e assistência médica inadequados, corria o risco de ser esquecida.

Para os refugiados afegãos no Paquistão, a situação era deprimente. O governo paquistanês planejou uma das maiores devoluções forçadas de refugiados da história moderna, arriscando a vida de 1,4 milhão de pessoas cujo registro estava previsto para expirar no final do ano. As autoridades impuseram diversos prazos impraticáveis, que, depois, ampliaram com relutância, para a volta dos refugiados ao Afeganistão. A mudança desencadeou ondas de hostilidades da polícia e funcionários do alto escalão. Os refugiados ficaram presos numa espécie de limbo em seus campos.

Em outros casos, o Paquistão quebrou o princípio de não retorno e colocou os refugiados afegãos em risco de sofrerem

graves abusos. Por exemplo, a decisão de deportar Sharbat Gula ao país que ela não via há uma geração e que seus filhos nunca tinham visto simbolizou o tratamento cruel que o Paquistão destinou aos refugiados afegãos. Ela foi a “menina afegã” icônica na capa da revista *National Geographic* de 1985, e durante décadas a refugiada mais famosa do mundo, símbolo da generosidade e hospitalidade do Paquistão.

DISCRIMINAÇÃO

Milhares de pessoas protestaram contra a discriminação e violência enfrentadas pelas comunidades dalit. As comunidades marginalizadas continuaram a ser negligenciadas pelo governo, em sua ânsia de promover o crescimento econômico rápido. Milhões se manifestaram contra alterações nas leis trabalhistas. Os negros enfrentaram hostilidades, discriminação e violência racista em diversas cidades. Relatos de crimes violentos e violência sexual contra mulheres e meninas aumentaram, os perpetradores ficaram impunes e as mulheres de comunidades marginalizadas enfrentaram discriminação sistêmica. A legislação indiana criminalizou a solicitação de serviços sexuais em lugares públicos, deixando profissionais do sexo vulneráveis a diversos tipos de abuso.

A Seção 377 do Código Penal Indiano continuou a criminalizar relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo, apesar de contestações judiciais na Suprema Corte. O gabinete do governo indiano aprovou um projeto de lei falho sobre os direitos de pessoas transgênero, que foi criticado por ativistas pela definição problemática de pessoa transgênero e disposições inadequadas de combate à discriminação.

Houve uma onda de assassinatos aparentemente inspirados por militantes e outros ataques em Bangladesh, onde as autoridades prenderam quase 15 mil pessoas numa resposta tardia a uma torrente de ataques contra blogueiros, ateístas, estrangeiros e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI). Com

frequência, o governo comprometeu sua obrigação de buscar os responsáveis com medidas como detenções secretas e arbitrárias. A falta de proteção para ativistas pacíficos foi realçada por ataques pelos quais ninguém foi responsabilizado, como o assassinato brutal de Xulhaz Mannan, editor de uma revista LGBTI, e seu amigo Tanay Mojumdar. Ativistas de direitos humanos que foram ameaçados da mesma forma disseram que a polícia não proporcionou proteção suficiente, enquanto outros relutavam em abordar a polícia, com medo de serem acusados ou hostilizados.

No Sri Lanka, as pessoas LGBTI enfrentaram hostilidades, discriminação e violência. Os altos níveis de impunidade persistiram para perpetradores de violência contra mulheres e meninas, inclusive estupro por militares, e iniciativas inadequadas foram tomadas para lidar com a violência doméstica. Os tãmeis reclamaram de discriminação, vigilância e hostilidade pela polícia, que suspeitava que tivessem ligações com o TLTE. O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial concluiu que a Lei de Combate ao Terrorismo do Sri Lanka foi usada de modo desproporcional contra os tãmeis. Os cristãos e muçulmanos foram, segundo relatos, hostilizados, ameaçados e atacados, inclusive por apoiadores de grupos políticos cingaleses linha dura. A polícia não agiu, ou culpou as minorias religiosas por incitar os oponentes à violência.

SUDESTE DA ÁSIA E OCEANIA

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores e defensoras dos direitos humanos foram ameaçados no Camboja, Malásia, Tailândia, Vietnã e em outros países, também pelo uso cada vez maior de leis novas ou existentes para criminalizar manifestações online.

Na Tailândia, a repressão continua da dissidência pacífica desde o golpe militar de 2014 criou um ambiente em que poucos

ousam criticar as autoridades em público. Os defensores dos direitos humanos foram acusados de difamação criminosa por denunciar violações ou apoiar pessoas e comunidades vulneráveis. O governo agiu para calar o debate antes de um referendo sobre um projeto de Constituição. Um exemplo: cerca de doze pessoas que comentaram sobre a proposta de Constituição no Facebook foram detidas ou acusadas e ficaram sujeitas a até dez anos de prisão, de acordo com um novo decreto draconiano do governo.

A repressão das liberdades de expressão, associação e manifestação pacífica se intensificou antes das eleições no Camboja, previstas para 2017/2018, e as autoridades abusaram cada vez mais do sistema jurídico criminal. As forças de segurança hostilizaram e puniram a sociedade civil em tentativas de silenciar os críticos. Os defensores dos direitos humanos foram ameaçados, presos e detidos por seu trabalho pacífico. A oposição política foi perseguida, com ativistas e políticos eleitos aprisionados após julgamentos injustos. As autoridades continuaram a dificultar protestos pacíficos.

Na Malásia, tentativas de calar a dissidência pacífica e a liberdade de expressão incluíram o uso arraigado da legislação de segurança nacional e outras leis restritivas. Rafizi Ramli, parlamentar que expôs informações sobre um grande esquema de corrupção, foi condenado a 18 meses de prisão. Jornalistas do site de notícias Malaysiakini foram intimidados e ameaçados por vigilantes. No fim do ano, o portal de notícias foi forçado a fechar.

No Vietnã, os defensores dos direitos humanos enfrentaram ataques e ameaças. Prisioneiros de consciência foram mantidos em prisões e centros de detenção e submetidos a desaparecimento forçado, tortura e outros maus-tratos, inclusive tortura com eletricidade, espancamentos brutais, confinamento prolongado na solitária, algumas vezes na escuridão e silêncio totais, além da negação de tratamento médico.

As autoridades vietnamitas também fiscalizaram a repressão de manifestantes

pacíficos. Devido à visita do presidente dos Estados Unidos Barack Obama em maio, as autoridades prenderam, intimidaram e hostilizaram ativistas pacíficos.

O governo liderado pela Liga Nacional pela Democracia em Mianmar tomou medidas para emendar leis antigas e repressivas que tinham como alvo ativistas e profissionais da imprensa. Ainda assim, casos como a detenção de dois profissionais da imprensa em novembro, sob suspeita de “difamação on-line” por conta de um artigo com alegações de corrupção no governo, mostraram que ainda há muito a fazer.

As forças de segurança no Timor Leste foram acusadas de assassinatos ilegais, tortura e outros maus-tratos, prisões arbitrárias e a restrição arbitrária da liberdade de expressão e reunião pacífica. A imprensa de Fiji foi afetada pelas restrições arbitrárias que cerceavam a liberdade de expressão. Blogueiros e dissidentes em Cingapura foram hostilizados e processados.

Defensores dos direitos humanos e jornalistas nas Filipinas foram perseguidos e mortos por homens armados não identificados e pela milícia armada.

PESSOAS EM TRÂNSITO

A Austrália manteve seu regime de processamento de imigração costeiro abusivo em Nauru e na Ilha de Manus em Papua Nova Guiné. O acordo de transferência entre a Austrália e Nauru contrariava o direito internacional e, na prática, deixava os refugiados e solicitantes de refúgio numa prisão a céu aberto. Embora não estivessem tecnicamente detidas, essas pessoas não podiam ir embora e ficaram isoladas na remota ilha de Nauru, no Pacífico, mesmo quando eram reconhecidas como refugiados.

A política do governo da Austrália para “processar” refugiados e solicitantes de refúgio em Nauru envolveu um regime sistemático e deliberado de negligência e crueldade, projetado para infligir sofrimento: o sistema se equipara a tortura segundo o direito internacional. Ele minimiza a proteção e maximiza os danos. Foi preparado para

impedir que as pessoas mais vulneráveis do mundo buscassem a segurança na Austrália.

Doenças mentais e automutilação entre os refugiados e solicitantes de refúgio em Nauru eram coisas comuns. Omid Masoumali, refugiado iraniano, morreu depois de atear fogo a si mesmo. Outros, inclusive crianças, sofreram com assistência médica inadequada, ataques verbais e físicos insistentes, hostilidade difundida e prisões e detenções arbitrárias. Esses tipos de abuso ainda contavam com a impunidade sistemática.

A Austrália se recusou a fechar os centros em Nauru e na Ilha de Manus. Além disso, chegou a planejar a apresentação de uma lei que proibiria permanentemente as pessoas presas lá de conseguirem vistos australianos, somando uma injustiça atrás da outra e violando o direito internacional.

A Nova Zelândia reiterou, publicamente, o acordo que fez com a Austrália em 2013 para reassentar 150 refugiados de Nauru e da Ilha de Manus, embora a Austrália, desde então, tenha se recusado a cumprir o acordo.

As condições nos centros de detenção de imigrantes superlotados da Malásia eram terríveis. Mil pessoas, entre elas 400 rohingya, que ficaram encalhados na costa da Malásia até que as autoridades concordassem em aceitá-los em maio de 2015, passaram por um período prolongado de detenção superior a um ano, em condições terríveis. Em junho, a maioria dos rohingya foi liberada e alguns até reassentados.

A falta de estrutura jurídica, processos e procedimentos para receber refugiados e solicitantes de refúgio na Tailândia deixou muitos vulneráveis à detenções arbitrárias e outras violações de seus direitos Na ausência de um status legal reconhecido pela legislação tailandesa, refugiados e solicitantes de refúgio, inclusive crianças, continuaram a ser tratados como migrantes em situação irregular e, de acordo com a Lei de Imigração, poderiam ser detidos por tempo indefinido em centros de detenção de imigração, o que não satisfaz as normas de detenção internacionais.

Dezenas de rohingya de Mianmar estavam entre esses detidos nos centros de imigração, tendo ficado detidos desde sua chegada de barco em 2015.

As autoridades indonésias se envolveram em táticas de intimidação brutas em Achem, inclusive colocando em risco as vidas de um grupo de mais de quarenta solicitantes de refúgio tâmeis cingaleses, entre os quais estava uma mulher no fim da gravidez e nove crianças, disparando tiros de advertência e ameaçando mandá-los de volta ao mar, violando o direito internacional.

DISCRIMINAÇÃO

Dezenas de milhares de pessoas da minoria rohingya de Mianmar fugiram do norte do estado de Rakhine, onde forças de segurança montaram ataques de represália em resposta a um ataque a três postos de segurança fronteiriços, no qual nove policiais foram mortos em outubro. As forças de segurança, lideradas pelos militares, atiraram aleatoriamente nos moradores, incendiaram centenas de casas, fizeram prisões arbitrárias e estupraram mulheres e meninas. Os moradores foram colocados sob toque de recolher e as instituições humanitárias foram banidas da área. A resposta foi uma punição coletiva a toda a comunidade rohingya no norte do estado de Rakhine, e pode ter chegado ao nível dos crimes contra a humanidade. Muitos refugiados e solicitantes de refúgio rohingya que conseguiram chegar a Bangladesh, desesperadamente necessitados de ajuda humanitária, foram mandados de volta para Mianmar.

A crise surgiu num contexto de discriminação grave e implacável contra a comunidade rohingya, e uma série de direitos, entre eles a liberdade de circulação, foram restringidos. Também houve intolerância religiosa contínua, exacerbada nos últimos anos devido ao fato de o governo anterior não ter investigado efetivamente incidentes de violência. Muitas vezes, essa intolerância foi alimentada por grupos nacionalistas budistas radicais e direcionados em especial aos muçulmanos.

As autoridades da Indonésia por vezes pareceram estar mais preocupadas com os grupos religiosos radicais do que com o respeito e proteção dos direitos humanos. Por exemplo, o governador de Jacarta, a capital, cristão e primeiro da comunidade étnica chinesa da Indonésia a ser eleito para o cargo, passou por uma investigação criminal por suspeita de “blasfêmia”. A discriminação contra pessoas LGBTI aumentou depois que políticos fizeram declarações enganosas, incendiárias e bastante imprecisas.

Na Papua Nova Guiné, a violência contra mulheres estava arraigada e profissionais do sexo foram espancadas, estupradas, detidas arbitrariamente e assassinadas sem que pudessem recorrer à justiça. Elas não tiveram a proteção adequada em grande parte por conta das leis que criminalizam o trabalho sexual, o estigma desse tipo de trabalho e as normas sociais e culturais.

O Comitê de Direitos Humanos da ONU e o Comitê sobre Direitos das Crianças criticaram as altas taxas de encarceramento, pobreza infantil e violência doméstica dos indígenas Maori da Nova Zelândia. A violência física e sexual contra mulheres e meninas também continuou arraigada, apesar do reconhecimento amplo do problema e de iniciativas para resolvê-lo.

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Em 30 de novembro de 2016, “Ahmed H”, um sírio que morava no Chipre, foi julgado por acusações de terrorismo em Szeged, na Hungria. Foi acusado de orquestrar confrontos entre a polícia e refugiados após o fechamento repentino das fronteiras húngaras com a Sérvia em setembro de 2015. O processo se aproveitou da confusão que o governo faz entre os solicitantes de refúgio muçulmanos e as ameaças terroristas. Na realidade, Ahmed H só estava lá para ajudar seus pais, idosos e sírios, a fugir de um país destruído pela guerra. Pego na confusão, admitiu ter jogado pedras na polícia, mas, em geral, como diversas testemunhas afirmaram, ele estava tentando acalmar a multidão. Ainda assim, foi condenado e se tornou um símbolo trágico e assustador de um continente que está dando as costas aos direitos humanos.

Em 2016, movimentos e mensagens populistas explodiram nos grandes meios de comunicação. Políticos da região se aproveitaram dos sentimentos de distanciamento e insegurança espalhados por toda parte. Seus alvos eram muitos: elites políticas, a UE, imigração, mídia liberal, muçulmanos, estrangeiros, globalização, igualdade de gêneros e a sempre presente ameaça de terrorismo. No poder, em países como a Polônia e a Hungria, tiveram muitas conquistas, mas também mais ao oeste, induziram partidos governantes a seguirem seus caminhos e introduzirem muitas de suas políticas. O resultado foi um enfraquecimento generalizado do estado de direito e uma erosão na proteção dos direitos humanos, em especial para os refugiados e suspeitos de terrorismo e, em última instância, para todo mundo.

Mais ao leste, os homens fortes no poder fortaleceram ainda mais a sua posição. No Tadjiquistão, Azerbaijão e Turcomenistão,

foram aprovadas emendas constitucionais ampliando os mandatos presidenciais. Na Rússia, o Presidente Vladimir Putin continuou surfando na onda de popularidade gerada pelas excursões do país à Ucrânia e a influência internacional renascida, enquanto enfraquece a sociedade civil em casa. Em toda a ex-União Soviética, a repressão aos dissidentes e opositores políticos continuou cirúrgica e constante.

Os acontecimentos mais tumultuados da região aconteceram na Turquia, que foi abalada por contínuos conflitos no sudeste, uma série de atentados a bomba e tiroteios e uma violenta tentativa de golpe em julho. Depois dessa tentativa, o governo retrocedeu terrivelmente no tratamento dos direitos humanos. Depois de identificar Fethullah Gulen, ex-aliado que virou inimigo feroz, como responsável, as autoridades turcas se movimentaram com rapidez para esmagar o movimento extensivo que ele tinha criado. Cerca de 90 mil funcionários públicos, a maioria supostamente Gulenistas, foram dispensados por meio de decretos de leis. Pelo menos 40 mil pessoas foram mantidas sob custódia, em meio a diversas alegações de tortura e outros maus-tratos. Centenas de meios de comunicação e ONGs foram fechados e jornalistas, acadêmicos e parlamentares foram presos, conforme a repressão avançava para além do golpe e atingia outros dissidentes e vozes a favor dos curdos.

PESSOAS EM TRÂNSITO

Após a chegada de pouco mais de um milhão de pessoas refugiadas e migrantes pelo mar em 2015, Estados membros da UE estavam determinados a diminuir drasticamente esse número em 2016. Conseguiram, sacrificando direitos e bem-estar dos que tentavam entrar.

No fim de dezembro, cerca de 358 mil pessoas refugiadas e migrantes haviam conseguido fazer a travessia para a Europa. Houve um pequeno aumento nos números na rota central do Mediterrâneo (para cerca de 170 mil), mas um declínio agudo nos números de pessoas que chegaram às ilhas

gregas (de 854 mil para 173 mil), resultado do acordo de controle de migração entre a UE e a Turquia em março. A Organização Internacional para as Migrações estimou que cerca de cinco mil pessoas tenham morrido no mar, um recorde. No ano anterior, foram 3.700 mortos.

O acordo entre a UE e a Turquia foi a resposta dada pela UE para a chamada “crise de refugiados”. A Turquia recebeu a oferta de 6 bilhões de euros para policiar seu litoral e aceitar o retorno de solicitantes de refúgio que chegassem às ilhas gregas. O acordo tinha como base a premissa incorreta de que a Turquia oferecia aos solicitantes de refúgio todas as proteções a que teriam direito na UE. Com um sistema de refúgio que mal funcionava, e quase três milhões de refugiados sírios já lutando para sobreviver, a alegação apenas confirmou a vontade da UE de ignorar os direitos e a sobrevivência dos refugiados, para atingir seus objetivos políticos.

Ainda que o número de chegadas tenha diminuído para uns poucos milhares por mês, na média, ainda superava bastante a capacidade de recepção nas ilhas gregas. Até o fim do ano, cerca de 12 mil pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio chegaram aos acampamentos temporários, cada vez mais superlotados, em condições perigosas e sem higiene. Devido a essas condições, revoltas aconteciam com regularidade nesses acampamentos, e alguns eram atacados por moradores locais acusados de estarem ligados a grupos de extrema direita. As condições para os cerca de 50 mil pessoas refugiadas e migrantes na Grécia continental eram apenas ligeiramente melhores. Até o fim do ano, a maioria havia conseguido abrigo em centros de recepção oficiais. Porém, esses centros, em sua maioria, eram barracas e armazéns abandonados, inadequados para acomodação por mais do que alguns dias.

Conforme o fim do ano se aproximava, o acordo entre a UE e a Turquia continuava válido, mas aparentava estar cada vez mais frágil. Por outro lado, ficou claro que ele era apenas uma primeira linha de defesa. A

segunda iniciativa para barrar as pessoas que chegavam à Europa foi o fechamento da rota dos Balcãs, acima da Grécia, em março. A Macedônia e, depois, outros países dos Balcãs foram convencidos a fechar suas fronteiras. Para isso, tiveram ajuda das guardas de fronteira de outros países europeus. A medida foi defendida primeiro pelo primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, e depois apoiada pela Áustria. Para muitos líderes da UE, a miséria dos refugiados encurralados na Grécia era, claramente, um preço que valia a pena pagar para desencorajar a vinda de outros.

A falta de solidariedade com os refugiados e outros estados membros da UE era típica das políticas de migração da maioria dos países da UE, que só se uniram nos planos para restringir a entrada e acelerar os retornos. Isso ficou claro com o fracasso do esquema de realocação de refugiados na UE. Adotado pelos chefes de estado da União em setembro, com o objetivo de distribuir a responsabilidade por receber o grande número de refugiados que chegavam a poucos países o plano previa a realocação de 120 mil pessoas da Itália, Grécia e Hungria por toda a UE em dois anos. Depois que a Hungria rejeitou o plano, decidindo que seria melhor simplesmente fechar suas fronteiras de uma vez, sua cota foi realocada para a Grécia e a Itália. Até o fim do ano, apenas seis mil pessoas tinham sido realocadas a partir da Grécia, e pouco mais de duas mil da Itália.

Ao plano de realocação se juntou outra iniciativa da UE de 2015: a “abordagem de ponto crítico”. Esse plano, inspirado pela Comissão da UE, previa grandes centros de processamento na Itália e na Grécia, para identificar e colher as digitais dos recém-chegados e processar os pedidos de refúgio, realocá-los em outros países da UE ou mandá-los de volta aos seus países de origem (ou, no caso dos que chegassem à Grécia, para a Turquia). Com o componente de realocação do plano claramente deixando a desejar, a Itália e a Grécia se viram com uma enorme pressão para tirar as digitais, processar e mandar de volta tantos migrantes

quantos fosse possível. Houve incidentes de maus-tratos para conseguir as digitais, detenções arbitrárias de migrantes e expulsões coletivas. Em agosto, um grupo de 40 pessoas, muitas de Darfur, foram mandadas de volta ao Sudão depois da assinatura de um Memorando de Entendimento assinado entre as polícias italiana e sudanesa. Na chegada ao Sudão, os migrantes foram interrogados pelo Serviço de Segurança e Inteligência Internacional Sudanês, um órgão implicado em sérias violações de direitos humanos.

A orientação para mandar de volta o máximo de migrantes possível se tornou cada vez mais um item central da política exterior da UE e de seus países membros. Em outubro, a UE e o Afeganistão assinaram um acordo de parceria e cooperação chamado "*Joint Way Forward*". A assinatura ocorreu em uma conferência de doadores. O acordo obriga o Afeganistão a colaborar na devolução de solicitantes de refúgio que tenham sido negados (as taxas de reconhecimento de refúgio para afegãos caiu na maioria dos países, apesar da insegurança crescente no Afeganistão), inclusive no caso de menores desacompanhados.

O ponto central para gestão de migração na política externa da UE foi explicitado em outro documento, a "Estrutura da Parceria", endossado pelo Conselho Europeu em junho. O plano propunha usar a ajuda humanitária, o comércio e outros fundos para pressionar os países a reduzir o número de migrantes que chegam ao litoral da UE, ao mesmo tempo em que negociava uma cooperação no controle das fronteiras e acordos de readmissão, inclusive com países responsáveis por violações em série dos direitos humanos.

A orientação para externalizar a gestão de migração da Europa veio junto com as medidas para restringir o acesso ao refúgio e outros benefícios nacionalmente. Foi possível constatar a tendência principalmente nos países nórdicos, antes generosos: Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega introduziram emendas retrógradas à sua legislação sobre

asilo. A Noruega, última a aderir à intenção, queria garantir a "política de refugiados mais rígida da Europa". Finlândia, Suécia e Dinamarca, bem como a Alemanha, restringiram ou atrasaram o acesso à reunificação familiar para os refugiados.

Os estados mais próximos às fronteiras externas da UE adotaram as medidas mais rígidas. Em janeiro, o governo austríaco anunciou um limite de 37.500 pedidos de refúgio para o ano. Em abril, uma emenda à Lei de Asilo concedeu ao governo o poder de declarar uma emergência em caso de chegada de um grande número de solicitantes de refúgio, o que acionaria o processamento acelerado de pedidos na fronteira e a devolução, sem motivos razoáveis, dos rejeitados.

A deterioração do sistema de asilo da Europa atingiu seu ponto mais baixo na Hungria. Depois de construir uma cerca na maior parte de sua fronteira com a Sérvia em setembro de 2015 e fazer uma emenda em sua legislação sobre refúgio, em 2016 o governo húngaro criou um conjunto de medidas que resultou em resistência violenta na fronteira com a Sérvia, detenções ilegais no país e condições de sobrevivência ruins para quem aguardava na fronteira. Enquanto o governo húngaro gastou milhões de euros com publicidade xenófoba em apoio ao referendo, que acabou por ser anulado, para rejeitar o plano de realocação da UE, os refugiados foram esquecidos, ficando cada vez mais debilitados. A Comissão Europeia iniciou procedimentos por conta das diversas infrações da legislação internacional e da UE sobre asilo. Esses procedimentos continuavam abertos no final do ano.

No lado oposto da Europa, na França, o aumento dos migrantes e solicitantes de refúgio no campo conhecido como "Selva" em Calais, e o seu desmantelamento em outubro se tornaram símbolo do fracasso das políticas de migração da Europa, do mesmo modo que os campos superlotados nas ilhas gregas de Lesbos e Chios e os abrigos temporários em frente às cercas de concertina.

Os esforços impressionantes da Alemanha para abrigar e processar os pedidos de refúgio de quase um milhão de pessoas que chegaram ao país no ano anterior foram, talvez, a única resposta positiva de um governo à “crise de refugiados” na Europa. No geral, foram os cidadãos comuns que demonstraram a solidariedade que faltou a seus líderes. Em diversos centros de recepção em toda a Europa, dezenas de milhares de pessoas mostraram, sem cansar, que havia outro lado no debate tóxico sobre a migração, recebendo e apoiando pessoas refugiadas e migrantes.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Mais de cem pessoas foram mortas e muitas outras ficaram feridas em ataques violentos na França, Bélgica e Alemanha. Essas pessoas foram baleadas por homens armados, morreram em explosões em ataques suicidas e foram deliberadamente atropeladas quando andavam pelas ruas. Proteger o direito à vida e permitir que as pessoas vivam, circulem e pensem com liberdade se tornou uma preocupação cada vez maior para os governos em toda a Europa. No entanto, muitos responderam ao desafio de manter essas liberdades fundamentais com medidas de combate ao terrorismo, que enfraqueceram os direitos humanos e os próprios valores que estavam sendo atacados.

No ano de 2016 testemunhou-se uma profunda mudança de paradigma: do ponto de vista que defende ser papel dos governos garantir a segurança para que as pessoas possam aproveitar seus direitos para o ponto de vista segundo o qual os governos devem restringir os direitos das pessoas para poder garantir a segurança. O resultado tem sido uma redefinição perigosa dos limites entre os poderes do estado e os direitos dos indivíduos.

Um dos acontecimentos mais alarmantes foi o esforço dos estados para facilitar o decreto e a prorrogação de um “estado de emergência”. A Hungria liderou o caminho com a adoção de uma legislação que prevê a

anulação dos poderes executivos em caso de declaração de emergência, incluindo a proibição de assembleias públicas, restrições rigorosas à liberdade de ir e vir e o congelamento de bens sem controle jurídico. O Parlamento búlgaro aprovou um conjunto de medidas parecido na primeira votação, em julho. Em dezembro, a França prorrogou pela quinta vez o estado de emergência imposto após os ataques de novembro de 2015. Os poderes de emergência foram ampliados significativamente na prorrogação de julho, que reintroduziu as buscas domiciliares sem aprovação prévia do judiciário (um poder que tinha sido revogado na prorrogação anterior) e novos poderes para proibir eventos públicos por motivos de segurança pública, que foram usados, diversas vezes, para proibir protestos. Os números liberados pelo governo em dezembro de 2016 indicaram que, desde novembro de 2015, foram realizadas 4.292 buscas domiciliares e 612 pessoas tinham sido condenadas à prisão domiciliar, aumentando as preocupações com o uso desproporcional dos poderes de emergência.

As medidas, antes vistas como excepcionais, foram incorporadas à legislação criminal comum em vários países da Europa. Estão incluídas as prorrogações do período de detenção anterior à acusação para suspeitos de crimes relacionados a terrorismo na Eslováquia e Polônia e uma proposta de fazer o mesmo, para todas as acusações, na Bélgica. Nos Países Baixos e na Bulgária, foram feitas propostas no Parlamento para introduzir medidas de controle administrativo para restringir a liberdade de circulação das pessoas sem autorização judicial prévia. A França e o Reino Unido foram pioneiros nesses controles, em alguns casos chegando à prisão domiciliar. Eles eram impostos com base em arquivos secretos de segurança, fazendo com que os afetados não pudessem contestar as medidas com eficácia, o que prejudicou suas vidas e famílias.

Centenas de pessoas foram processadas criminalmente, em violação ao direito à liberdade de expressão, por crimes como

desculpar pelo apologia ou elogio ao terrorismo, em especial na França, muitas vezes por comentários postados em redes sociais, e com menos frequência na Espanha. Foi proposta uma Diretiva da UE para o Combate ao Terrorismo, que ainda não tinha sido adotada no final do ano, e que levaria à proliferação desse tipo de lei. Uma proposta para proibir a vaga “apologia ao terrorismo” foi feita na Alemanha, enquanto projetos de lei estabelecendo crimes parecidos foram levados ao Parlamento da Bélgica e dos Países Baixos.

Em toda a Europa, os estados aprimoraram seus poderes de vigilância significativamente, desafiando as decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de que a vigilância secreta e a interceptação e retenção de dados de comunicação violariam o direito à privacidade, a menos que houvesse uma suspeita razoável de atividade criminosa séria e na medida estritamente necessária para contribuir de modo eficaz com o combate a essa atividade. Os dois tribunais afirmaram repetidas vezes que a legislação nacional sobre vigilância deveria dar garantias suficientes contra o uso indevido, incluindo autorização prévia por um juiz ou outra autoridade independente. O Reino Unido introduziu talvez os poderes de vigilância mais amplos e direcionados, com a adoção da Lei de Poderes Investigativos em novembro. Chamada também de “snooper’s charter” (“autorização para intrusões”), permitiu uma ampla gama de práticas de interceptação e de retenção de dados, com definições vagas, e impôs novas exigências sobre empresas privadas para que armazenassem dados de comunicações. Todos os poderes previstos pela nova lei, tanto direcionados quanto em massa, poderiam ser autorizados por um ministro do governo após análise, na maioria mas não em todos os casos, por um órgão quase-judicial composto por membros nomeados pelo primeiro-ministro. Em dezembro, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que a legislação sobre vigilância do Reino Unido viola o direito à privacidade.

Além do Reino Unido, Áustria, Suíça, Bélgica, Alemanha, Rússia e Polônia também adotaram novas leis relacionadas à vigilância durante o ano, todas introduzindo, com pequenas variações, poderes amplos para coletar e armazenar dados eletrônicos e conduzir atividades de vigilância direcionada sobre grupos que se encaixam em definições vagas ou indivíduos suspeitos com pouca ou nenhuma supervisão judicial ou de outra natureza. No fim do ano, os Países Baixos e a Finlândia tinham propostas de lei pendentes.

DISCRIMINAÇÃO

Em toda a Europa, muçulmanos e migrantes tiveram que enfrentar o racismo e discriminação por parte da polícia, em operações com poderes de combate ao terrorismo e operações regulares de fiscalização, incluindo verificações de identidade.

As iniciativas de combate ao extremismo violento, que muitas vezes incluíam a obrigação de denunciar instituições públicas, correram o risco de alienar as comunidades muçulmanas e reduzir a liberdade de expressão. Os projetos de lei que proíbem o véu sobre o rosto ainda estava pendentes no Parlamento holandês no fim do ano, e uma proposta similar foi feita na Alemanha. Na França, diversas cidades litorâneas tentaram proibir o “burkini” na praia. As disposições discriminatórias foram derrubadas pelo Conselho de Estado, mas uma série de cidades manteve a postura, mesmo assim.

Diversos países da Europa viram um aumento no número de crimes de ódio direcionados a solicitantes de refúgio, muçulmanos e estrangeiros. Na Alemanha, houve um aumento acentuado nos ataques em abrigos para solicitantes de refúgio, e no Reino Unido os crimes de ódio aumentaram em 14% nos três meses após o referendo sobre a saída do país da UE (Brexit) em junho, em comparação com o mesmo período no ano anterior.

Os ciganos continuaram a enfrentar a discriminação difundida em toda a Europa no acesso a moradia, educação, saúde e

empregos. Também continuaram vulneráveis a despejos forçados na Europa Central, na França e na Itália. Houve uma tendência crescente entre os juízes de decidirem em favor das comunidades despejadas, mas suas decisões raramente levaram a melhorias para os residentes afetados. Houve acontecimentos positivos na República Tcheca. Sob o impulso dos procedimentos de infração da UE, entrou em vigor uma série de reformas para reduzir a representação excessiva dos ciganos nas escolas especiais, no começo do ano escolar em setembro.

Houve progresso, embora desigual, nos direitos LGBTI. A França adotou uma nova lei que descarta as exigências médicas para o reconhecimento legal de gênero. A Noruega garantiu o direito de base na autoidentificação. Medidas similares estavam em andamento na Grécia e Dinamarca. Uma série de países tomou medidas favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoções com dupla paternidade. A Itália e a Eslovênia adotaram leis reconhecendo uniões estáveis para casais do mesmo sexo. Uma Parada de Orgulho LGBTI em 12 de junho em Kiev, capital da Ucrânia, com apoio das autoridades e forte proteção da polícia, aconteceu sem incidentes. Com cerca de dois mil participantes, foi o maior evento do tipo no país.

Na outra extremidade do espectro, atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo continuaram sendo considerados crimes no Uzbequistão e Turcomenistão. No Quirguistão, um projeto de lei para criminalizar “o incentivo a uma atitude positiva” a respeito de “relações sexuais não tradicionais” foi descartado antes da votação final, mas uma emenda constitucional proibindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada num referendo, em dezembro. Também houve uma reação contrária dos grupos conservadores, cada vez mais organizados e até, em alguns casos, com apoio do governo. Propostas de referendos para alterar as definições constitucionais de casamento e família para excluir claramente os casais do mesmo sexo foram barradas pelo presidente da Geórgia,

mas o Tribunal Constitucional da Romênia permitiu que chegassem ao Parlamento. Uma proposta para fazer uma emenda à Constituição da Lituânia para esse efeito foi aprovada na primeira das duas votações exigidas no Parlamento em junho, poucos dias depois de três mil pessoas participarem da “Marcha pela Igualdade” para celebrar o Orgulho Báltico em 2016, na capital Vilnius.

O progresso em relação aos direitos das mulheres também foi irregular. A violência contra as mulheres continuou universal, apesar das proteções legais cada vez mais fortes. A Bulgária, República Tcheca e Letônia assinaram a Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e combate à violência contra mulheres (Convenção de Istambul). Ela foi ratificada na Romênia e na Bélgica. Num retrocesso acentuado, no entanto, o governo polonês anunciou sua intenção de se retirar da Convenção, apenas um ano após sua ratificação, e apesar de haver, segundo as estimativas, até um milhão de mulheres vítimas por ano no país. O partido governante também restringiu os direitos sexuais e reprodutivos. Após uma greve geral das mulheres em 3 de outubro, o Parlamento polonês rejeitou um projeto de lei que propunha a proibição quase total do aborto e a criminalização de mulheres e meninas que fizessem um aborto e de quem quer que as ajudasse ou encorajasse a fazer um aborto. Na Irlanda, pedidos para revisar uma lei bastante restritiva sobre o aborto ganharam força com o pedido do Comitê sobre Direitos das Crianças para que o país descriminalizasse a prática. O aborto continua sendo crime, em qualquer circunstância, em Malta.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO PACÍFICA

A repressão dos dissidentes, opiniões críticas e opositores políticos continuou a norma na ex-União Soviética. Continuou particularmente acentuada, embora não tenha piorado em relação aos anos anteriores, no Uzbequistão, Turcomenistão e Bielorrússia. Houve uma deterioração notável

no Tadjiquistão e Cazaquistão, enquanto a Rússia e o Azerbaijão viram o aprofundamento de uma tendência de queda prolongada. A imprensa pró-Rússia foi ainda mais atacada na Ucrânia, enquanto as vozes tártaras e a favor da Ucrânia foram rigorosamente reprimidas na Crimeia e na Rússia. A liberdade de expressão também sofreu uma repressão agressiva na Turquia, como resultado da tentativa de golpe fracassada. Os Bálcãs continuaram a ser um lugar perigoso para jornalistas investigativos. Dezenas deles enfrentaram processos criminais e espancamentos por expor abusos, enquanto a UE, Polônia, Hungria e Croácia amordaçaram emissoras públicas.

A Rússia continuou a estreitar o nó das ONGs, usando campanhas midiáticas difamatórias e a “Lei dos Agentes Estrangeiros” (*Foreign Agents Law*) para atingir os mais críticos. Dezenas de ONGs independentes que receberam financiamento do exterior foram adicionadas à lista de “agentes estrangeiros”, elevando o total a 146, dos quais 35 tinham sido permanentemente fechadas. Os procuradores também abriram o primeiro caso criminal de “evasão sistemática de deveres impostos pela lei” contra Valentina Cherevatenko, fundadora e presidente da União das Mulheres de Don. A liberdade de reunião pacífica também continuou a ser estritamente controlada.

O Cazaquistão também usou disposições do código penal para atingir líderes de ONGs pela primeira vez. Dezenas de “organizadores” e centenas de participantes de protestos contra o novo código de terras, em abril e maio, foram detidos. Houve um aumento nos processos por publicações em redes sociais, violando o direito à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que vários jornalistas conhecidos eram condenados por “disseminar intencionalmente informações falsas” e apropriação indébita. Em janeiro, alterações na Lei de Comunicações entraram em vigor, exigindo que os usuários de internet instalassem um “certificado de segurança nacional”, que permitiria às autoridades

examinar as comunicações e bloquear o acesso a conteúdo que as autoridades julgassem ilegais.

No Tadjiquistão, a repressão foi significativa após a perseguição à oposição proibida pelo Partido do Renascimento Islâmico. Catorze dos seus principais líderes foram condenados a cumprir longas penas por terrorismo, em julgamentos secretos. Em agosto, o governo publicou um decreto válido por cinco anos, segundo o qual passaria a ter direito de “regular e controlar” o conteúdo de todas as redes de rádio e televisão através do Comitê de Transmissão Estatal. Defensores e defensoras dos direitos humanos ficaram sob vigilância estrita, enquanto os meios de comunicação e jornalistas independentes enfrentaram intimidação e ameaças da polícia e agentes de segurança. As autoridades continuaram a exigir que os provedores de internet bloqueassem o acesso a certos sites de notícias e redes sociais, enquanto um novo decreto exigiu que os provedores de internet e operadoras de telecomunicações canalizassem seus serviços por meio de um único centro de comunicações novo, sob controle da estatal TajikTelecomp.

O Azerbaijão continuou a reprimir ativistas da oposição. ONGs de direitos humanos e imprensa independente. Doze prisioneiros de consciência foram liberados, mas catorze continuaram presos até o fim do ano. Entre eles, Ilgar Mammadov, cuja sentença foi mantida em novembro apesar da decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que exigia a sua libertação. A Anistia Internacional foi proibida de entrar no país, o que alinha o Azerbaijão com o Uzbequistão e o Turcomenistão. Protestos públicos continuaram bastante restritos. Os poucos que aconteceram foram dispersados pela polícia com excesso de força e os ativistas políticos foram presos por organizá-los.

A imprensa na Ucrânia continuou, em geral, livre, mas uma série de meios de comunicação percebidos como apoiadores de pontos de vista pró-Rússia ou pró-separatistas e os críticos mais voltados às autoridades foram hostilizados. Jornalistas

independentes não conseguiram trabalhar na Crimeia, onde as autoridades russas continuavam a restringir com rigor os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Os Tártaros da Crimeia foram particularmente reprimidos.

O respeito à liberdade de expressão se deteriorou com rapidez na Turquia, ainda mais depois da declaração do estado de emergência, após a tentativa fracassada de golpe em julho. 118 jornalistas continuaram detidos, aguardando julgamento, e 184 meios de comunicação foram fechados de modo arbitrário e permanente por decretos de lei. A censura na internet aumentou e 375 ONGs, como grupos de direitos das mulheres, associações de advogados e organizações humanitárias foram fechadas por decreto de lei em novembro.

IMPUNIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A tortura e outros maus-tratos eram prática comum em toda a ex-União Soviética; melhorias que só apareciam na lei continuaram a ser feitas em alguns países, mas a impunidade era a regra. A perspectiva de prestação de contas pelos abusos em larga escala cometidos por policiais durante os protestos Euromaydan entre 2013 e 2014, os protestos no parque Gezi em 2013 e os confrontos étnicos no sul do Quirguistão em 2010 diminuiu na Ucrânia, continuou remota na Turquia e decaiu até sumir no Quirguistão.

Na UE, a perspectiva de responsabilização por cumplicidade no programa de rendição liderado pelos EUA continuou distante, apesar dos procedimentos em andamento no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Até o final do ano, nenhuma pessoa sequer tinha sido responsabilizada criminalmente pelo envolvimento na detenção ilegal e tortura e outros maus-tratos de suspeitos de terrorismo na Polônia, Lituânia ou Romênia.

Depois do progresso notável na erradicação da tortura em centros de detenção na última década, houve um aumento alarmante no número de casos relatados após a tentativa fracassada de golpe na Turquia. Com milhares de pessoas em centros de detenção policial oficiais e não

oficiais, relatos de espancamentos graves, agressões sexuais, ameaças de estupro e estupros foram negados pelas autoridades turcas de forma consistente e inadmissível.

PENA DE MORTE

Perto do final do ano, o presidente da Turquia, Recip Tayyip Erdoğan prometeu levar a reintrodução da pena de morte ao Parlamento, desafiando a condenação ampla e internacional e das obrigações da Turquia na qualidade de estado membro do Conselho da Europa. A Bielorrússia, último país da Europa a praticar execuções, executou quatro pessoas durante o ano, apesar de o governo fazer, não pela primeira vez, um certo barulho sobre a abolição iminente. No Cazaquistão, um homem foi condenado à morte por terrorismo.

CONFLITO ARMADO E VIOLÊNCIA

Em novembro, o Tribunal Penal Internacional, em seu exame preliminar do conflito no leste da Ucrânia, concluiu que ele tinha se elevado a um conflito armado internacional. Os confrontos esporádicos continuaram, mas a situação geral continuou um impasse político e militar. As autoridades apoiadas pela Rússia em Donbas detinham autonomia quase total. No final do ano, a Missão de Monitoramento de Direitos Humanos da ONU estimou que o número de fatalidades chegou a quase dez mil, dos quais pelo menos dois mil eram civis. As autoridades ucranianas e forças separatistas se envolveram na detenção ilegal de civis suspeitos de simpatizar com o outro lado, para serem usados em “trocas de prisioneiros”. Todos os que se sabia terem sido presos pelas forças ucranianas tinham sido libertados até o final do ano.

Um confronto foi iniciado entre o Azerbaijão e a Armênia em Nagorno-Karabakh, região apoiada pela Armênia, em abril. As lutas duraram quatro dias, e resultaram numa pequena quantidade de fatalidades entre os civis, recriminação mútua e um pequeno ganho territorial para o Azerbaijão.

As autoridades turcas continuaram a conduzir operações militarizadas nas diversas áreas urbanas no sul da Turquia, em resposta às trincheiras cavadas e barricadas erguidas pelos grupos afiliados ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) no fim de 2015. Essas operações praticamente terminaram em junho, quando toques de recolher permanentes e o excesso de força, inclusive de armamento pesado, tinha resultado em centenas de mortes de civis, destruição em larga escala de áreas residenciais e o deslocamento forçado de até meio milhão de pessoas.

Os confrontos entre o PKK e as forças turcas fora de áreas urbanas e os ataques esporádicos a edifícios do governo estavam em curso no final do ano, sem nenhum sinal de retorno às negociações de paz abandonadas em 2015. A perspectiva de novas negociações foi enfraquecida pela rigorosa repressão da imprensa curda, oposição política e da sociedade civil, até mesmo pelo uso de poderes de emergência adotados após o fracasso do golpe em julho.

PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Em 2016, milhões de pessoas em todo o Oriente Médio e Norte da África viram suas vidas serem invadidas por tumultos, tormentas e tragédias, suas casas e meios de sobrevivência serem destruídos pela repressão estatal implacável e por conflitos armados marcados por crimes e abusos, de todos os lados. Crises políticas e de direitos humanos estavam tão intensas que dezenas de milhares arriscaram suas vidas em tentativas perigosas de cruzar o Mar Mediterrâneo, em vez de continuar na região. Na Síria, mais de cinco anos de lutas resultaram na maior crise humanitária causada pelo homem dos nossos tempos. Os conflitos armados no Iraque, Líbia e Iêmen também tiveram graves consequências para os civis. O conflito armado e a repressão exacerbaram falhas antigas e aumentaram a polarização política e religiosa, diminuindo ainda mais o respeito pelos direitos humanos.

CONFLITO ARMADO

As consequências humanas de mais de cinco anos de conflitos na Síria são incalculáveis. Não havia fórmula clara ou evidente que desse conta de calcular a escala e as dimensões verdadeiras do sofrimento causado à população da Síria: as mortes e os ferimentos, a devastação e o deslocamento de famílias e meios de subsistência, a destruição de casas, propriedades, lugares históricos e ícones culturais e religiosos. Só as estatísticas brutas sobre o número de mortos e desalojados, junto com as imagens de destruição em cidades como Aleppo, dão uma ideia da enormidade e intensidade da crise. No fim do ano, o conflito havia causado a morte de mais de 300 mil pessoas e forçado o

deslocamento de mais de 11 milhões, entre as quais 6,6 milhões continuavam deslocadas internamente e 4,8 milhões tinham fugido para outros países em busca de refúgio. Todas as forças envolvidas no conflito continuaram a cometer crimes de guerra e outras violações do direito humanitário internacional, num flagrante desprezo pela obrigação de todas as partes em relação à proteção dos civis.

As forças do governo sírio realizaram ataques indiscriminados repetidas vezes, jogando bombas e outros explosivos e atirando bombas de artilharia imprecisas em áreas residenciais civis controladas pelos combatentes da oposição. Também continuaram a sitiá-las, causando ainda mais mortes de civis pela falta de alimentos e remédios adequados. As forças do governo também realizaram ataques diretos contra civis e alvos civis, bombardeando hospitais e outros centros médicos e, em pelo menos uma ocasião, aparentemente atacando um comboio de ajuda humanitária da ONU. As forças russas aliadas ao governo sírio continuaram a realizar ataques aéreos em áreas controladas pela oposição, causando milhares de mortes e ferimentos de civis e destruindo casas e infraestruturas civis. Com a chegada do fim do ano, o conflito parecia ter chegado a uma fase decisiva, depois que o governo e as forças aliadas arrancaram o controle sobre a cidade de Aleppo das forças da oposição. Em dezembro, um acordo de cessar-fogo entre o governo e algumas forças da oposição, alcançado graças ao auxílio da Rússia e da Turquia, parecia abrir o caminho para novas negociações de paz e o Conselho de Segurança da ONU reiterou com unanimidade seu pedido para que todas as partes do conflito permitam a entrega “rápida, segura e sem entraves” da ajuda humanitária em todo o país.

Em áreas que o governo sírio controlava ou recapturou, as forças de segurança continuaram a suprimir toda a oposição, detendo milhares de pessoas, muitas submetidas a desaparecimento forçado, negando às suas famílias qualquer

informação sobre seu paradeiro, suas condições ou seu destino. A tortura e maus-tratos a prisioneiros continuou sendo prática comum, o que resultou em muitas mortes.

Grupos armados que lutavam contra o governo sírio e entre si mesmos também cometeram crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional. O grupo armado que se autointitulou Estado Islâmico (EI) realizou ataques diretos contra civis em áreas controladas pelo governo da capital, Damasco, usando homens-bomba, e armaram ataques usando agentes químicos suspeitos, conduziram sítios e cometeram assassinatos ilegais nas áreas que controlava. Outro grupos armados bombardearam indiscriminadamente áreas controladas pelo governo sírio ou forças curdas, matando e ferindo civis.

O Iêmen, país mais pobre do Oriente Médio, continuou imerso no conflito armado entre uma série de forças militares iemenitas e estrangeiras, que continuaram demonstrando desprezo pelas vidas dos civis, realizando ataques indiscriminados com bombas, artilharia e outras armas imprecisas, e atacando civis e estruturas civis diretamente, ou colocando civis em risco ao disparar armas de áreas residenciais.

O grupo armado huti e as unidades do exército aliado leais ao ex-presidente do Iêmen Ali Abdullah Saleh bombardearam indiscriminadamente a cidade de Ta'iz, matando e ferindo civis, e impediram a entrada de alimentos e suprimentos médicos vitais, causando uma emergência humanitária. Os hutis também se envolveram em bombardeio indiscriminado que cruzaram a fronteira com áreas civis da Arábia Saudita. Enquanto isso, a coalizão militar liderada pela Arábia Saudita das forças do estado árabe se dedicou a restaurar o governo reconhecido internacionalmente do Iêmen, conduzindo uma campanha de ataques aéreos em áreas controladas ou contestadas pelos hutis e seus aliados, matando e ferindo milhares de civis. Muitos dos ataques foram indiscriminados ou desproporcionais. Outros, pareciam ter como alvo direto civis e alvos

civis, como escolas e mercados. Bombas aéreas atingiram os hospitais diversas vezes. Alguns ataques da coalizão podem ser considerados crimes de guerra. A ONU relatou que mais de dois milhões de crianças no Iêmen sofriam de desnutrição aguda, e 18,8 milhões de pessoas precisavam de assistência humanitária ou proteção no final do ano.

Enquanto isso, centenas de milhares de civis continuaram no meio do conflito armado no Iraque. As forças do governo iraquiano, a maior parte composta de milícias paramilitares xiitas e combatentes tribais sunitas, e as forças do Governo Regional Curdo, apoiadas por ataques aéreos e outras capacidades militares da coalizão internacional liderada pelos EUA, recapturaram Fallujah e outras cidades antes controladas pelo EI. No final do ano, as partes estavam envolvidas numa ofensiva com o objetivo de expulsar as forças do EI de Mosul, a segunda maior cidade do Iraque. Os dois lados cometeram atrocidades. As forças do governo e milícias paramilitares aliadas cometeram crimes de guerra e outras violações do direito humanitário internacional e dos direitos humanos, principalmente contra membros da comunidade árabe sunita. Entre esses crimes estavam execuções extrajudiciais e assassinatos ilegais, tortura e destruição deliberada de casas civis. Essas forças sujeitaram centenas de homens e meninos ao desaparecimento forçado, sem tomar medida alguma para esclarecer o que aconteceu com eles ou o paradeiro dos milhares que continuavam desaparecidos depois de serem capturados pelas forças do governo e milícias aliadas em anos anteriores.

Em áreas sob seu controle, o Estado Islâmico continuou a executar moradores que se opusessem a eles ou que fossem suspeitos de colaborar com as forças do governo. Os combatentes do EI puniram pessoas que acusaram de não cumprir seu código de vestimenta e comportamento, realizaram raptos, usaram de tortura e açoitamento, além de outras punições cruéis, submeteram mulheres e meninas yazidi à

violência sexual, com escravidão, e doutrinaram e recrutaram meninos, entre eles os reféns yazidi, e os usaram nas lutas. Com o avanço das forças do governo, as forças do EI impediram os civis de fugirem das áreas de conflito, usando-os como escudos humanos e atirando em quem tentasse fugir, punindo também suas famílias. Em outras áreas, como na capital, Bagdá, o EI realizou atentados suicidas e outros ataques mortais indiscriminados ou direcionados aos civis em mercados lotados, templos religiosos xiita e outros espaços públicos, matando e ferindo centenas.

A Líbia continuou dividida pelo conflito armado, cinco anos depois da queda do ex-líder, o Coronel Mu'ammarr al-Gaddafi. O Conselho Presidencial do Governo do Acordo Nacional (GAN), que emergiu das negociações com o apoio da ONU, não consolidou seu poder no território. Sua legitimidade continuou sendo contestada pelo Parlamento reconhecido da Líbia e pelas forças que apoiavam governos anteriores e rivais, com sede em Trípoli, por um lado, e Tobruk e al-Bayda, do outro. O EI perdeu o controle sobre a cidade de Sirte para forças pró-GNA depois de meses de lutas, que causaram mais uma onda de deslocamento. O conflito continuou sendo marcado, de todos os lados, por infrações graves do direito humanitário internacional, como crimes de guerra. Várias forças atacaram hospitais e realizaram ataques aéreos e de artilharia indiscriminados, matando e ferindo civis. Em junho, a Organização Mundial da Saúde informou que 60% dos hospitais públicos em áreas de conflito tinham parado de funcionar ou estavam inacessíveis.

Grupos armados e milícias na Líbia também realizaram raptos, mantendo as vítimas reféns para troca por prisioneiros ou resgate, e detiveram civis por conta de suas origens, opiniões ou supostas afiliações políticas ou tribais. As forças do EI mataram sumariamente os combatentes da oposição e civis em áreas controladas ou contestadas por eles. Outras forças, inclusive as afiliadas ao GNA, também cometeram assassinatos

ilegais em Trípoli, Benghazi e em outros lugares.

Anos de conflito sangrento na Líbia, como em outros países envolvidos em conflitos armados, tiveram um impacto devastador sobre os direitos econômicos, sociais e culturais, uma vez que o acesso a alimentos, eletricidade, cuidados médicos, educação e outros serviços foi drasticamente reduzido.

ENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

Os conflitos armados na Síria, Iêmen, Iraque e Líbia foram todos exacerbados, em alguma medida, pelo envolvimento de outros países. Cidadãos europeus e de outros lugares viajaram para a região para lutar pelo EI; forças armadas da Rússia, EUA, Turquia, Arábia Saudita e de outros países da região e de outros locais deixaram sua marca de morte.

Na Síria, forças do governo recapturaram um território significativo dos grupos armados da oposição em 2016, ajudadas pelos combatentes da milícia xiita do Líbano, Iraque e Irã, além do bombardeio intensivo russo, que matou e feriu milhares de civis em áreas controladas pela oposição. Uma coalizão militar liderada pelos EUA também realizou ataques aéreos contra o EI e outros grupos armados na Síria e no Iraque. Forças dos EUA realizaram ataques na Líbia e no Iêmen. A coalizão militar liderada pela Arábia Saudita no Iêmen usou munições de fragmentação proibidas internacionalmente, além de outras armas obtidas dos EUA, Reino Unido e outros países, em ataques indiscriminados em áreas controladas pelos hutis e seus aliados, nas quais civis foram mortos.

Enquanto isso, o Conselho de Segurança da ONU, bastante prejudicado pelas divisões entre os estados-membros permanentes, continuou sem fazer seu trabalho de lidar com as ameaças à paz e segurança internacionais e proteger os civis. Houve pouco ou nenhum progresso no que se refere às iniciativas da ONU para promover as negociações de paz. Os órgãos da ONU lutavam para atender às necessidades humanitárias que os conflitos geraram para

dezenas de milhares de civis forçados a viver sitiados, e dos milhões de pessoas deslocadas internamente ou buscando a segurança como refugiados.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

Em toda a região, autoridades estatais restringiram indevidamente e impediram o exercício dos direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica. A maioria dos governos manteve e aplicou leis que criminalizam o discurso, escrita ou outra forma de expressão pacífica, inclusive em redes sociais, que eles considerem críticos, ofensivos ou insultuosos em relação às autoridades públicas, símbolos ou religião, ou que divulguem informações que os governos gostariam de reter. No Bahrein, as autoridades processaram e prenderam defensores dos direitos humanos por acusações que incluíam “incitação do ódio contra o regime” e por criticar os bombardeios sauditas no lêmen, além de impedirem que meios de comunicação empregassem jornalistas que, segundo essas autoridades, já tivessem “insultado” o Bahrein ou outros estados do Golfo.

No Irã, as autoridades processaram e prenderam dezenas de críticos pacíficos, sob acusações vagas e falsas relacionadas à segurança nacional. Entre os alvos, estavam defensores dos direitos humanos, jornalistas, advogados, sindicalistas, produtores de filmes, ativistas dos direitos das mulheres, ativistas dos direitos de minorias religiosas e étnicas e ativistas contra a pena de morte. No Kuwait, uma nova lei sobre crimes cibernéticos penalizou a crítica pacífica online do governo e do judiciário com até dez anos de prisão. Outra lei impediu que qualquer pessoa condenada por insultar o Emir, Deus ou os profetas pudesse se candidatar ao parlamento. Críticos do governo e jornalistas também foram presos em Omã, onde as autoridades fecharam um jornal que tinha publicado relatos de suposta corrupção oficial, e na Arábia Saudita, onde os tribunais decidiram por penas de prisão bastante longas por acusações demasiado

amplas, como “rompimento da fidelidade pelo governante”. Na Jordânia, um homem armado matou um cartunista, acusado pelas autoridades de publicar uma imagem que consideravam “ofensiva” ao Islã. Algum tempo depois, o homem foi acusado de assassinato.

O direito à liberdade de associação foi amplamente cerceado na região. Estados como Irã, Kuwait, Catar e Arábia Saudita não permitiram partidos políticos independentes. Grupos de direitos humanos, como os que defendem os direitos das mulheres, foram perseguidos pelas autoridades em diversos países. No Egito, as autoridades ordenaram o fechamento de um centro reconhecido por tratar sobreviventes de tortura e vítimas de violência política, o congelamento dos bens de outros grupos de direitos humanos e publicaram uma nova lei, que impossibilita a continuação das operações das ONGs independentes. Na Argélia, o governo buscou enfraquecer os grupos de direitos humanos locais, inclusive a Anistia Internacional Argélia, impedindo que se registrassem legalmente. Autoridades marroquinas, do mesmo modo, continuaram a bloquear o registro legal de diversos grupos de direitos humanos. No Bahrein, as autoridades suspenderam a principal associação de oposição em junho, depois de prender seu líder em 2014, e apreenderam seus bens. Em julho, conseguiram a ordem judicial para sua dissolução. No Irã, a Associação Iraniana de Jornalistas pediu, sem sucesso, ao presidente que honrasse sua promessa, na eleição de 2013, de encerrar sua suspensão. As autoridades se recusaram a renovar a licença da Associação Comercial Iraniana de Professores e prendeu alguns de seus membros por uma suposta “associação a um grupo ilegal”. Os Guardas Revolucionários Iranianos também hostilizaram os defensores dos direitos humanos das mulheres.

Na Argélia, as autoridades mantiveram a proibição de quinze anos a todas as manifestações na capital, Argel, dispersaram outros protestos à força e prenderam manifestantes pacíficos. No Bahrein, o governo continuou a proibir todas as

manifestações na capital, Manama, e as forças de segurança usaram do excesso de força para dispersar protestos em vilarejos predominantemente xiitas.

Grupos armados também restringiram as liberdades de expressão e associação em áreas que controlavam, como o Iraque, Líbia, Síria e Iêmen. No Iraque, os “tribunais” autoproclamados do EI ordenaram o apedrejamento por adultério e açoitamento e outros castigos físicos contra habitantes por fumar, não seguir o código de vestimenta e outras regras impostas pelo Estado Islâmico. Na Líbia, grupos armados hostilizaram, raptaram, torturaram e mataram defensores dos direitos humanos e jornalistas.

SISTEMA JUDICIÁRIO

As forças de segurança em toda a região prenderam e detiveram arbitrariamente críticos e oponentes do governo, reais ou suspeitos, com frequência tendo como apoio leis vagas e amplas. Na Síria, muitos detidos foram submetidos ao desaparecimento forçado, depois de serem capturados por forças do governo. No Egito e nos Emirados Árabes Unidos (EAU), os detidos, com frequência, eram submetidos a desaparecimento forçado, desligados do mundo exterior, privados de proteção jurídica e torturados para forçar “confissões” usadas pelos tribunais para condená-los no julgamento. A detenção sem julgamento foi amplamente usada: as autoridades israelenses detiveram centenas de palestinos sob ordens de detenção administrativa renováveis indefinidamente, e as autoridades jordanianas continuaram a deter milhares de pessoas com base numa lei de 1954, que permite a detenção sem acusação ou julgamento por até um ano.

A tortura e outros maus-tratos de detentos continuaram sendo prática comum, em especial no Bahrein, Egito, Irã, Iraque, Israel e Territórios Palestinos, Líbia, Arábia Saudita, Síria e EAU. Entre os métodos de tortura mais comuns, eram usados o espancamento, choques elétricos, privação de sono, posições de estresse, suspensão prolongada pelos pulsos ou tornozelos e ameaças contra

detentos e seus entes queridos. Houve novos relatos de tortura na Tunísia, embora um novo Código de Procedimentos Criminais tenha melhorado as salvaguardas dos detentos (que não sejam suspeitos de terrorismo) e um órgão nacional de prevenção, criado em 2013, aos poucos começou a tomar forma.

Graças à contínua falta de independência jurídica, junto com a “cultura da confissão” que permeou tantos sistemas judiciários nacionais, os tribunais muitas vezes atuavam como meras ferramentas de repressão do governo, e não como árbitros independentes da justiça que mantêm padrões internacionais de julgamento justo. Tribunais no Egito, Irã, Iraque, Arábia Saudita, Síria e EAU deixaram de realizar julgamentos justos diversas vezes, em especial em casos em que os réus enfrentavam acusações relacionadas à segurança nacional ou ao terrorismo, inclusive em casos de penas de morte. No Bahrein, as autoridades usaram os tribunais para obter mandados que revogam a nacionalidade de um clérigo religioso crítico e de dezenas de réus condenados por terrorismo, levando à expulsão de alguns e fazendo com que muitos se tornassem apátridas.

Os tribunais na Arábia Saudita continuaram a impor punições cruéis como açoitamentos com centenas de chibatadas. Os tribunais do Irã condenaram os réus ao açoitamento, amputação dos dedos das mãos e dos pés e perda da visão.

PESSOAS REFUGIADAS, DESLOCADAS INTERNAMENTE E MIGRANTES

Em toda a região, milhões de pessoas estavam tentando fugir dos conflitos armados e de outros tipos de violência, repressão política ou degradação econômica. Entre essas pessoas, estavam refugiados e solicitantes de refúgio, pessoas deslocadas em seus próprios países e migrantes da região e de fora dela. Havia muitas crianças, algumas desacompanhadas e especialmente vulneráveis ao tráfico humano e sexual, além de outras formas de exploração e abuso.

Os conflitos armados na Síria e em outros locais continuaram a ter um impacto grave em outros estados da região e além dela. O Líbano recebeu mais de um milhão de refugiados e a Jordânia, mais de 650 mil, de acordo com o ACNUR, a agência para refugiados da ONU. Esses países que receberam mais refugiados tiveram dificuldade para atender as necessidades adicionais, sejam econômicas, sociais ou de outros tipos, que a chegada de tantas pessoas apresenta, em meio à ajuda humanitária internacional deficiente e a provisão de reassentamento de refugiados profundamente inadequada em países europeus e de outros lugares. Esses países que mais acolheram refugiados impuseram controles de fronteira rígidos, para impedir novas chegadas, fazendo com que milhares de pessoas que tentavam fugir dos conflitos enfrentassem condições precárias no lado sírio da fronteira. As autoridades libanesas devolveram à força alguns solicitantes de refúgio à Síria. As autoridades turcas, por sua vez, realizaram devoluções forçadas em massa e devoluções sumárias ilegais de pessoas que buscavam refúgio. Apesar das expressões internacionais de preocupação, países do Conselho de Cooperação do Golfo aceitaram refugiados dos conflitos armados da região. Alguns deram apoio financeiro para a ajuda humanitária internacional.

Nos países que os acolheram, os refugiados e solicitantes de refúgio muitas vezes viviam em condições inseguras e de pobreza, não tinham permissão para trabalhar e eram presos por não ter documentos válidos. Na Líbia, cidadãos estrangeiros que entravam ou continuavam no país de forma irregular, inclusive solicitantes de refúgio e refugiados, bem como migrantes, em sua maioria da África subsaariana, enfrentavam uma repressão severa. Milhares de pessoas foram capturadas nos postos de controle e em operações policiais. Ficavam encarceradas indefinidamente, em condições abusivas tanto em centros de detenção do governo quanto das milícias. Outros eram sequestrados para resgate, exploração e

violência sexual por traficantes e contrabandistas de pessoas. Esses e outros fatores de “desincentivo” levaram dezenas de milhares a buscarem refúgio em outros lugares, com frequência pagando a contrabandistas de pessoas para arriscar suas vidas em embarcações frágeis e superlotadas que partiam do litoral da Turquia e da Líbia, entre outros, no que era, muitas vezes, uma tentativa vã de cruzar o Mar Mediterrâneo. Milhares chegaram à Europa, onde um futuro incerto os esperava. Outros milhares, inclusive crianças, se afogaram.

Em outros lugares da região, trabalhadores migrantes, muitos vindos da Ásia, continuaram a passar por exploração e abusos. No Kuwait, Catar e EAU, onde os trabalhadores migrantes formaram a maioria da população e o seu trabalho sustentou as economias locais, as políticas de patrocínio restritivas continuaram a prender os empregados aos empregadores, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes. Na Arábia Saudita, muitos migrantes ficaram desamparados depois que o governo cortou gastos com construção e outros projetos. Os trabalhadores domésticos migrantes, em sua maioria mulheres, continuaram especialmente vulneráveis ao abuso pelos empregadores — inclusive abusos sexuais e físicos, psicológicos e trabalho forçado — devido ao fato de as autoridades governamentais não estenderem as salvaguardas básicas da legislação trabalhista ao setor de empregos domésticos. Na Jordânia, cerca de 80 mil mulheres migrantes empregadas como trabalhadoras domésticas foram excluídas da proteção das leis trabalhistas, correndo, portanto, o risco de serem vítimas de violência e exploração, de acordo com um grupo local de direitos trabalhistas.

DIREITOS DAS MULHERES

Em toda a região, foi negado às mulheres e meninas o status de igualdade com os homens, na lei e na prática. Elas foram submetidas à violência de gênero, como violência sexual e assassinatos perpetrados

em nome da “honra”. As normas de “tutela” masculina restringiu a liberdade de circulação das mulheres e o seu acesso à educação superior e ao mercado de trabalho na Arábia Saudita, onde as autoridades também continuaram a proibir as mulheres de dirigirem veículos automotores.

As leis relacionadas à família, que discriminam as mulheres no que diz respeito ao casamento, divórcio, guarda de filhos e herança, continuaram em vigor. Em muitos países, as leis não impediram, e até mesmo facilitaram, a violência sexual contra mulheres —por exemplo, deixando de criminalizar o casamento precoce e forçado e o estupro marital, permitindo que os estupradores se livrassem das acusações ao casar com a vítima. As autoridades no Bahrein e na Jordânia tomaram medidas, durante o ano, para remover ou reduzir essa disposição para estupradores de seus códigos penais. Outro acontecimento positivo é o aparente avanço de projetos de lei sobre o combate à violência contra mulheres que estão para serem aprovados no Marrocos e Tunísia. Em outros estados, no entanto, as leis continuaram a prever punições menores para crimes de violência contra mulheres, incluindo o assassinato, se os perpetradores tiverem sido motivados pela “honra da família”. Em outros casos, as mulheres que denunciassessem um estupro poderiam ser processadas criminalmente. Essas leis perpetuaram condições que facilitam e mascaram os possíveis níveis altos de violência doméstica contra mulheres e meninas.

Os ativistas dos direitos das mulheres foram presos e ameaçados pelo Ministério da Inteligência e oficiais da Guarda Revolucionária do Irã. As autoridades usaram a “polícia da moralidade” para aplicar as leis do “véu” obrigatórias para mulheres, que, com regularidade, eram vítimas de hostilidades, violência, prisões e detenções arbitrárias por conta de como se vestiam. Enquanto isso, projetos de lei que chamaram a atenção do Líder Supremo para uma maior obediência das mulheres aos papéis “tradicionais” das mulheres como donas de

casa e procriadoras ameaçavam reduzir o acesso das mulheres a cuidados sexuais e reprodutivos.

As condições para mulheres e meninas eram especialmente perigosas em áreas de conflito armado, onde sofreram com cercos, bombardeios aéreos e outras formas de ataque tanto de forças do governo quanto da oposição. Muitas ficaram mais vulneráveis a abusos como tráfico humano depois da morte ou desaparecimento de cônjuges e parentes homens. Em áreas do Iraque e Síria sob seu controle, as forças do EI continuaram a manter milhares de mulheres e meninas yazidi reféns, submetendo-as a violência sexual, escravidão, inclusive sexual, e conversão forçada.

DIREITOS DAS MINORIAS

Membros de minorias étnicas, religiosas, e de outros tipos continuaram a enfrentar repressão em diversos países, exacerbada pela polarização política cada vez maior que tanto alimenta quanto resulta dos conflitos armados que dominaram a região. Na Arábia Saudita, as autoridades continuaram a reprimir a minoria xiita, detendo e aprisionando ativistas xiitas e executando um clérigo xiita importante. No Irã, as autoridades aprisionaram dezenas de ativistas pacíficos pertencentes a minorias étnicas, e mantiveram inúmeras restrições discriminatórias que negaram aos membros de minorias religiosas o acesso igualitário a empregos, educação, cargos políticos e o exercício de seus direitos econômicos, sociais e culturais. No Egito, os cristãos coptas, muçulmanos xiitas e baha'is enfrentaram a discriminação contínua, na lei e na prática. Além disso, uma nova lei restringiu a construção e reparo de igrejas. No Kuwait, as autoridades continuaram a recusar a cidadania a mais de cem mil residentes Bidunes antigos, que continuaram apátridas e sem poder ter acesso a uma variedade de serviços estatais.

DIREITOS LGBTI

Pessoas LGBTI foram presas e aprisionadas sob acusações de “devassidão” ou

“indecência”, além de sofrerem perseguição graças a leis que criminalizam relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo no Bahrein, Egito, Irã, Marrocos e Tunísia.

IMPUNIDADE

Uma forte blindagem de impunidade prevaleceu, protegendo participantes dos conflitos armados que cometeram crimes de guerra, outras violações sérias do direito humanitário internacional e abusos graves contra os direitos humanos. Em outros lugares, autoridades estatais cometeram assassinatos ilegais, tortura e outras violações dos direitos humanos sem serem responsabilizadas.

Em alguns casos, a impunidade para crimes cometidos décadas atrás permaneceu. Na Argélia, as autoridades continuaram a proteger forças estatais responsáveis por crimes graves na década de 1990, criminalizando os pedidos de justiça, virando a lei do avesso. No Marrocos, dez anos depois do marco que foi a Comissão de Verdade e Igualdade ter denunciado violações graves, a polícia estatal ainda protegia, com empenho, os responsáveis da justiça. O governo de Israel concordou em indenizar as famílias de cidadãos turcos mortos por soldados israelenses em 2010, mas não garantiu a prestação de contas pelos extensos crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional cometidos pela forças israelenses durante os conflitos armados recentes em Gaza e no Líbano, nem pelos assassinatos ilegais, tortura e outras violações que os soldados e agentes de segurança israelenses continuaram a cometer contra os palestinos na Cisjordânia e em Gaza. O governo da Palestina ratificou as emendas ao Estatuto de Roma, cedendo ao Tribunal Penal Internacional a competência para julgar “crimes de agressão”. Nem o governo palestino e nem a administração de facto do Hamas em Gaza tomaram medidas para garantir a responsabilização por crimes cometidos por grupos armados da Palestina em conflitos anteriores, incluindo ataques

indiscriminados com morteiros e foguetes contra Israel e os assassinatos sumários de supostos “colaboradores”.

No Egito, forças de segurança continuaram a cometer violações graves com impunidade, perseguindo supostos apoiadores da organização proibida Irmandade Muçulmana, bem como outros críticos e oponentes do governo para que fossem detidos de forma arbitrária, submetidos ao desaparecimento forçado e torturados. Uma emenda à Lei de Autoridade Policial proibiu as forças de segurança de “maltratar cidadãos”. Porém, as autoridades não adotaram nenhuma medida séria para responsabilizar os membros das forças de segurança pelos assassinatos ilegais e outras violações cometidas nos anos de tumulto desde a revolta popular em 2011.

No Bahrein, a condenação internacional causada pela resposta totalmente abusiva das autoridades, em 2011, aos protestos populares levou o governo a criar, e espalhar aos quatro ventos, mecanismos oficiais com autoridade para investigar supostas violações de direitos humanos por forças de segurança e garantir a responsabilização. Esses mecanismos continuaram em funcionamento em 2016, embora não tivessem eficácia e adequação suficientes. Um pequeno número de membros do baixo escalão das forças de segurança foi processado em decorrência das investigações. No entanto, até o fim do ano, nenhum oficial de alta patente ou funcionário do alto escalão responsável por tortura, assassinatos ilegais e outros usos excessivos da força em 2011 teve que prestar contas desses atos.

A Tunísia se destacou como o único país da região a realizar um processo sério de transição da justiça, com a Comissão de Dignidade e Verdade, informando ter recebido dezenas de milhares de denúncias sobre violações de direitos humanos cometidas entre 1955 e o fim de 2013, com sessões públicas e transmitidas pela televisão. Ainda assim, uma lei proposta pelo governo que ofereceria aos ex-funcionários e empresários imunidade se devolvessem seus ganhos advindos da corrupção em anos

anteriores ameaçava enfraquecer o trabalho da Comissão.

A Assembleia Geral da ONU também proporcionou um toque de esperança em dezembro, com a criação de um mecanismo internacional independente para assegurar a responsabilização por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos na Síria desde março de 2011. Também em dezembro, o Conselho de Segurança da ONU demonstrou uma rara união quando reafirmou que os assentamentos feitos por Israel no território palestino que ocupa desde 1967 não tinham validade legal e constituíam uma violação flagrante do direito internacional e um obstáculo à paz e segurança. Em vez de exercer seu veto, os EUA se abstiveram. Os outros catorze estados membros do Conselho apoiaram a resolução. Apesar desses acontecimentos, no entanto, o futuro em relação à justiça e prestação de contas continuou sombrio no nível internacional, com quatro dos cinco estados membros do Conselho de Segurança da ONU — França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos — apoiando ativamente forças que continuam a cometer crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional na Síria, Iraque, Iêmen e Líbia, além de estarem eles mesmos implicados em violações graves.

PENA DE MORTE

Todos os países da região mantiveram a pena de morte, mas há disparidades enormes na gama de crimes punidos desse modo e na sua aplicação. Não houve nenhuma condenação à pena de morte no Bahrein, Omã ou Israel, que aboliu a pena de morte apenas para crimes comuns. Embora os tribunais continuem condenando à morte na Argélia, Marrocos e Tunísia, as autoridades desses países mantiveram políticas antigas de evitar a execução de pessoas. Em contraste, os governos do Irã, Arábia Saudita e Iraque continuaram entre os principais executores do mundo: suas vítimas, em geral, eram condenadas após julgamentos extremamente injustos. Algumas pessoas, em sua maioria no Irã, foram levadas à morte

depois de serem condenadas por crimes de tráfico de drogas sem violência; outras foram condenadas por crimes que cometeram quando ainda eram crianças. Em 2 de janeiro, as autoridades sauditas executaram 47 prisioneiros em 12 locais diferentes. Em 21 de agosto, as autoridades iraquianas executaram 36 homens condenados após um julgamento superficial que não abordou as alegações de tortura. Também foram realizadas execuções no Egito, onde tribunais injustos, militares e de outra natureza, emitiram centenas de condenações à morte desde 2013.

EM DEFESA DA HUMANIDADE

Em 2016, vimos algumas das piores formas de comportamento humano. Porém, também foi um ano em que as melhores condutas humanas brilharam. Inúmeras pessoas se posicionaram em defesa dos direitos humanos e de vítimas de opressão, colocando com frequência suas próprias vidas ou liberdade em risco. Entre essas pessoas estavam profissionais da saúde, advogados, jornalistas cidadãos, profissionais da imprensa, ativistas dos direitos das mulheres e das minorias e muitos outros ativistas sociais — são numerosos demais para citar nomes ou fazer listas. É a coragem e a determinação dessas pessoas diante de abusos e ameaças terríveis que nos dá a esperança de um futuro melhor para o povo da região do Oriente Médio e Norte da África.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2016/17

PAÍSES



AFEGANISTÃO

República Islâmica do Afeganistão

Chefe de estado e de governo: **Mohammad Ashraf Ghani**

A intensificação do conflito resultou em abusos e violações dos direitos humanos generalizadas. Milhares de civis foram mortos, feridos ou deslocados no contexto de violência, e a contínua falta de segurança restringiu o acesso a serviços como educação, saúde e outros. Os grupos insurgentes armados foram responsáveis pela maior parte das vítimas civis, mas também houve civis mortos e feridos pelas forças pró-governo. Tanto as forças contrárias quanto as aliadas ao governo continuaram empregando crianças como combatentes. O número de pessoas deslocadas internamente ficou em 1,4 milhão – mais que o dobro de 2013 – enquanto cerca de 2,6 milhões de refugiados afegãos viviam fora do país, muitos em condições deploráveis. A violência contra mulheres e meninas continuou, tendo sido informado um crescimento das punições públicas de mulheres por grupos armados, inclusive com execuções e flagelamentos. Agentes estatais e não estatais continuaram a ameaçar os defensores dos direitos humanos e a impedir a realização de seu trabalho; jornalistas sofreram violência e censura. O governo continuou executando pessoas, muitas vezes após julgamentos injustos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, autoridades do Afeganistão, Paquistão, China e Estados Unidos discutiram um plano estratégico para a paz com o Talibã. No entanto, em uma conferência realizada no mesmo mês em Doha, com 55 participantes do alto escalão de diversas origens, incluindo o Talibã, uma delegação da comissão política do Talibã reiterou que o início de um processo formal de paz só seria possível depois que as tropas

estrangeiras deixassem o país. Eles também especificaram outros pré-requisitos, como a remoção dos nomes dos líderes do Talibã da lista de sanções da ONU.

Em fevereiro, o Presidente Ghani indicou Mohammad Farid Hamidi, um importante advogado da área de direitos humanos, como Procurador-Geral e o General Taj Mohammad Jahid como Ministro dos Assuntos Internos. O Presidente Ghani criou um fundo de apoio a mulheres sobreviventes de violência de gênero, para o qual membros do governo doaram 15% de seu salário de fevereiro.

Em março, o Conselho de Segurança da ONU renovou o mandato da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) por mais um ano; o Secretário-geral da ONU designou Tadamichi Yamamoto como Representante Especial da UNAMA.

Depois de anos de negociações de paz entre o governo e o segundo maior grupo insurgente do país, o Hezb-i-Islami, em 29 de setembro, o Presidente Ghani eo líder do Hezb-i-Islami, Gulbuddin Hekmatyar, assinaram um acordo de paz que anistiou Gulbuddin Hekmatyar e seus combatentes por supostos crimes internacionais e permitiu a libertação de alguns prisioneiros do Hezb-i-Islami.

A instabilidade política aumentou com as divisões crescentes no Governo de Unidade Nacional entre partidários do Presidente Ghani e do chefe do executivo Abdullah Abdullah. Em outubro, a União Europeia organizou uma conferência internacional de doadores de ajuda humanitária, no sentido de auxiliar o Afeganistão durante os próximos quatro anos. A comunidade internacional prometeu em torno US\$ 15,2 bilhões para ajudar o Afeganistão em áreas como segurança e desenvolvimento sustentável. Pouco antes da conferência, a UE e o Afeganistão assinaram um acordo que permitia a deportação de um número ilimitado de solicitantes de refúgio afegãos malsucedidos, apesar do agravamento da situação da segurança.

Houve preocupações sérias em relação à crescente crise financeira conforme a

presença internacional no país diminuiu e desemprego aumentou.

Em setembro e outubro, os ataques e tentativas do Talibã de capturar grandes províncias e cidades se intensificaram muito. Em outubro, o Talibã conquistou Kunduz. Durante o ataque, o fornecimento de energia e água da cidade foi cortado; hospitais ficaram sem medicamentos e houve um aumento no número de vítimas civis. O Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (UNOCHA) relatou cerca de 25 mil afegãos deslocados internamente durante uma semana, de Kunduz para a capital Cabul e países vizinhos.

CONFLITO ARMADO

Nos primeiros nove meses de 2016, a UNAMA documentou 8.397 vítimas civis (2.562 mortos e 5.835 feridos) relacionadas aos conflitos. Segundo a UNAMA as forças pró-governo – incluindo as Forças de Segurança Nacionais Afegãs, a Polícia Local Afegã, grupos armados pró-governo e forças militares internacionais – foram responsáveis por quase 23% delas.

A UNAMA documentou pelo menos 15 ocorrências no primeiro semestre de 2016 em que forças pró-governo conduziram operações de busca em hospitais e clínicas, retardaram ou impediram a entrega de suprimentos médicos, ou usaram instalações médicas para fins militares. Foi um aumento acentuado em relação ao ano anterior.

Em 18 de fevereiro, homens vestidos com uniformes do Exército Nacional Afegão entraram em um centro de saúde em Tangi Saidan, uma aldeia controlada pelo Talibã na província de Wardak. O grupo humanitário sueco que administrava a clínica informou que os homens espancaram os membros da equipe e mataram dois pacientes e um cuidador de 15 anos de idade. A OTAN começou a investigar a ocorrência, mas, até o final do ano, nenhum relatório foi disponibilizado ao público.

Nenhuma acusação criminal foi formalizada contra os responsáveis por um ataque aéreo das forças estadunidenses em

outubro de 2015 contra um hospital da organização Médicos sem Fronteiras em Kunduz, quando foram mortos e feridos pelo menos 42 funcionários e pacientes, embora cerca de 12 militares dos EUA tenham sofrido sanções disciplinares. Em março, o novo comandante das forças dos EUA e da OTAN no Afeganistão emitiu um pedido de desculpas às famílias das vítimas.

VIOLAÇÕES COMETIDAS POR GRUPOS ARMADOS

O Talibã e outros grupos insurgentes armados foram responsáveis pela maior parte das vítimas civis, aproximadamente 60%, de acordo com a UNAMA.

Em 3 de fevereiro, o Talibã matou a tiro um menino de 10 anos a caminho da escola em Tirin Kot, no sul de Uruzgan. Acredita-se que o garoto foi baleado porque lutou contra o Talibã em outras ocasiões ao lado de seu tio, um ex-comandante do Talibã que trocou de lado, tornando-se comandante da polícia local.

Em 19 de abril, militantes do Talibã atacaram a equipe de segurança responsável pela proteção de funcionários de alto escalão do governo em Cabul, matando pelo menos 64 e ferindo 347 pessoas. Esse foi o maior ataque do Talibã em áreas urbanas desde 2001.

Em 31 de maio, militantes do Talibã disfarçados de funcionários do governo sequestraram cerca de 220 civis em um posto de controle falso junto à rodovia Kunduz-Takhar, perto de Arzaq Angor Bagh, na província de Kunduz. Eles mataram 17 dos civis; os outros foram resgatados ou libertados. Pelo menos mais 40 pessoas foram sequestradas e outras mortas na mesma região em 8 de junho.

Em 23 de julho, um ataque suicida reivindicado pelo grupo armado Estado Islâmico matou pelo menos 80 pessoas e feriu mais de 230 durante uma manifestação pacífica de membros da minoria hazara em Cabul.

Em agosto, três homens armados atacaram a universidade americana em Cabul, matando 12 pessoas e ferindo quase

40, a maioria formada por estudantes e professores. Ninguém assumiu a responsabilidade pelo ataque.

Em 11 de outubro, o Estado Islâmico realizou um ataque coordenado contra um grande grupo de pessoas enlutadas em uma mesquita xiita em Cabul. Os atacantes utilizaram explosivos e invadiram a mesquita, alegadamente tomando como reféns centenas de pessoas enlutadas. Pelo menos 18 pessoas foram mortas a tiros e mais de 40 foram feridas, incluindo mulheres e crianças.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Durante os 16 dias de ativismo, o judiciário afegão informou o registro de mais de 3.700 casos de violência contra mulheres e meninas nos oito primeiros meses de 2016. A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão também denunciou milhares de casos nos primeiros seis meses do ano, incluindo espancamentos, homicídios e ataques com ácido.

Em janeiro, um homem em Faryab decepcionou o nariz de sua esposa de 22 anos. O incidente foi condenado em todo o Afeganistão, inclusive por um porta-voz do Talibã.

Em julho, uma menina grávida de 14 anos foi incendiada por seu marido e seus sogros para castigar o pai da garota por fugir com uma prima do marido dela. A moça morreu cinco dias depois no hospital em Cabul.

Grupos armados visaram mulheres que trabalhavam no serviço público, incluindo policiais. Esses grupos também restringiram a liberdade de circulação de mulheres e meninas, inclusive impedindo o acesso à educação e saúde nas áreas controladas por eles.

A UNAMA relatou um aumento no número de mulheres punidas em público pelo Talibã e por outros grupos armados de acordo com a lei sharia. Entre 1 de janeiro e 30 de junho, a UNAMA documentou seis punições pela justiça paralela de mulheres acusadas dos chamados “crimes morais”, realizadas por grupos armados, incluindo a execução

de duas mulheres e o flagelamento de outras quatro.

PESSOAS REFUGIADAS E DESLOCADAS INTERNAMENTE

Segundo a ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, aproximadamente 2,6 milhões de refugiados afegãos viviam em mais de 70 países, o que corresponde a segunda maior população de refugiados do mundo. Aproximadamente 95% moravam em apenas dois países, Irã e Paquistão, onde enfrentavam discriminação, ataques raciais, falta de serviços básicos e o risco de deportação em massa.

No Paquistão, cerca de 1,4 milhão de refugiados correram o risco de deportação em massa, pois seu registro perderia a validade por volta do final do ano. Segundo as estimativas da ACNUR, havia adicionalmente mais um milhão de refugiados sem documentos no Paquistão. De acordo com a agência, no decorrer do ano, mais de 500 mil refugiados afegãos (com e sem documentação) foram repatriados do Paquistão. Esse foi o número mais alto desde 2002. As autoridades registraram até 5 mil repatriados durante cada um dos quatro primeiros dias de outubro. A situação se intensificou com o acordo assinado entre o governo afegão e a UE, em 5 de outubro de 2016, que acordava o retorno ilimitado de refugiados afegãos dos países-membros da UE.

Pessoas deslocadas internamente

Até setembro de 2016, a estimativa de pessoas deslocadas internamente chegou a cerca de 1,4 milhão. Muitos continuaram vivendo em condições precárias, sem acesso a moradia adequada, alimentação, água, assistência médica, educação ou oportunidades de emprego.

De acordo com o UNOCHA, entre 1 de janeiro e 11 de dezembro, 530 mil pessoas ficaram deslocadas internamente devido aos conflitos.

Nos últimos anos, a situação das pessoas deslocadas internamente (IDP) agravou-se. A política nacional para IDP lançada em 2014

foi dificultada pela corrupção, pela falta de capacidade do governo e pelo enfraquecimento do interesse internacional.

Os deslocados internamente, junto com outros grupos, enfrentaram desafios enormes para ter acesso a serviços de saúde. As instalações públicas continuaram extremamente sobrecarregadas e, muitas vezes, não havia clínicas especializadas nos campos e assentamentos para IDP. A maior parte dos IDP não podia arcar com medicamentos e saúde privada, e a falta de serviços adequados de saúde materna e reprodutiva era uma área particularmente preocupante.

Os deslocados internamente também sofreram ameaças frequentes de remoções forçadas tanto pelo governo quanto por agentes privados.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Grupos armados continuaram a atacar e ameaçar defensores dos direitos humanos. Defensores dos direitos humanos das mulheres, em particular, enfrentaram ameaças de morte contra si e suas famílias.

No início de 2016, um proeminente defensor dos direitos humanos foi ameaçado de morte pelo Talibã via Facebook, junto com outras nove pessoas. Depois que os dez ativistas informaram as autoridades sobre a ameaça, o serviço de informações Direção Nacional de Segurança prendeu duas pessoas com supostas associações ao Talibã, mas os defensores dos direitos humanos não receberam mais informações. As ameaças contra os ativistas não cessaram e, por isso, as suas ações de direitos humanos foram auto-censuradas.

Em agosto, o irmão de uma ativista local dos direitos das mulheres em uma província do sul foi sequestrado, torturado e morto por pessoas não identificadas. Os criminosos usaram o telefone da vítima para intimidar a ativista e sua família com ameaças de repercussões fatais, caso não cessasse seu trabalho com direitos humanos. Até o final do ano, ninguém foi preso pelo sequestro e assassinato.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO

A liberdade de expressão, fortalecida após a queda do Talibã em 2001, tem sido gradativamente corroída depois da sequência de ataques violentos, intimidações e assassinatos de jornalistas.

Segundo a Nai, organização que zela pela independência dos meios de comunicação, entre janeiro e novembro, ocorreram cerca de 114 casos de ataques contra jornalistas, profissionais da imprensa e agências de comunicação. Dentre eles, homicídios, espancamentos, detenções, incêndios intencionais, ameaças e outras formas de violência por parte de agentes estatais e não estatais.

Em 20 de janeiro, um ataque suicida contra o ônibus que transportava uma equipe do Moby Group, proprietário da Tolo TV, a maior emissora de TV privada do país, matou sete profissionais de comunicação e feriu 27 pessoas. O Talibã, que já havia feito ameaças à Tolo TV, reivindicou a responsabilidade pelo ataque.

Em 29 de janeiro, Zubair Khaksar, conhecido jornalista que trabalha para a TV nacional afegã na província de Nangarhar, foi morto por homens armados não identificados enquanto viajava da cidade de Jalalabad para o distrito de Surkhrood.

Em 19 de abril, a polícia de Cabul espancou dois profissionais de comunicação da Ariana TV durante a realização de suas tarefas de reportagem.

Ativistas de várias províncias fora de Cabul declararam estar cada vez mais relutantes em organizar manifestações, temendo represálias de agentes do governo.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Grupos armados, incluindo o Talibã, continuaram com os assassinatos, torturas e outros abusos contra os direitos humanos como punição por supostos crimes ou delitos. As estruturas de justiça paralela eram ilegais.

Entre 1 de janeiro e 30 de junho, a UNAMA documentou 26 casos de execuções

sumárias, flagelamentos, espancamentos e detenção ilegal. As punições foram impostas por supostas violações da lei sharia, espionagem ou ligações com as forças de segurança. A maioria delas ocorreu na região ocidental, especialmente nas províncias de Farah e Badghis.

Em 14 de fevereiro, a Polícia Local Afegã do distrito de Khak-e-Safid, na província de Farah, teria detido, torturado e matado um pastor por seu suposto envolvimento na instalação de um artefato explosivo improvisado ativado por controle remoto que matou dois policiais. Segundo a UNAMA, embora tivesse conhecimento do incidente, a procuradoria de polícia não realizou qualquer investigação, nem prendeu suspeitos.

PENA DE MORTE

Em 8 de maio, seis prisioneiros sob pena de morte foram executados por enforcamento na prisão de Pol-e Charkhi, em Cabul. As execuções seguiram um discurso do presidente Ghani em 25 de abril, logo após o grande ataque do Talibã de 19 de abril, em que prometeu implementar uma justiça implacável, incluindo a pena capital.

Temia-se que pudessem acontecer mais execuções. Aproximadamente 600 prisioneiros continuaram no corredor da morte, muitos condenados por crimes como assassinato. Muitos desses julgamentos não cumpriram as normas para julgamentos justos. Ao longo do ano, aproximadamente 100 pessoas foram condenadas à morte por crimes como assassinato, estupro e assassinato, e terrorismo resultante em assassinato em massa.

ÁFRICA DO SUL

República da África do Sul

Chefe de estado e governo: **Jacob G. Zuma**

A polícia usou força excessiva contra manifestantes. Tortura, incluindo estupros e outros maus-tratos de pessoas sob custódia policial continuaram a ser relatados.

Xenofobia e violência contra pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes resultaram em mortes, lesões e desalojamentos. Mulheres e meninas, especialmente em comunidades marginalizadas, continuaram a enfrentar discriminação e desigualdade de gênero. Pessoas LGBTI foram sujeitas a discriminação e crimes de ódio, incluindo assassinatos. Defensores e defensoras dos direitos humanos foram atacados.

INFORMAÇÕES GERAIS

A violência política eclodiu na província de KwaZulu-Natal, no período que antecedeu as eleições locais, realizadas em 3 de agosto. Entre janeiro e julho, 25 incidentes violentos foram relatados, incluindo 14 assassinatos de conselheiros locais, candidatos à eleição ou membros de partidos políticos. O Ministro da Justiça montou uma força-tarefa para investigar e processar os crimes com motivação política na província.

A partir de julho, protestos estudantis generalizados e muitas vezes violentos exigiram ensino superior gratuito. Os protestos aconteceram depois do anúncio do governo sobre aumentos de até 8% nas taxas para o ano letivo de 2017.

Tribunais afirmaram a independência das instituições supervisionadas pelo Estado. Em 31 de março, o Tribunal Constitucional apoiou as conclusões do inquérito da Protetora Pública sobre atualizações que não envolviam a segurança na residência pessoal do presidente, exigindo que ele devolvesse os fundos públicos utilizados. Em 6 de setembro, o Tribunal Constitucional definiu que a decisão do Ministro da Polícia de suspender Robert McBride, diretor executivo do IPID (Diretório Independente de Polícia Investigativa), de acordo com a Lei do IPID, era inconstitucional. Em novembro, foram retiradas as acusações de fraude contra Robert McBride.

USO EXCESSIVO DE FORÇA

Em resposta aos protestos dos estudantes, a polícia usou força excessiva, incluindo o disparo de balas de borracha a curta

distância em estudantes e outros manifestantes, quando o uso da força não era necessário nem proporcional.

Em 11 de dezembro, o Presidente Zuma anunciou medidas tomadas pelos ministérios para implementar as recomendações da Comissão de Inquérito Farlam sobre o assassinato de mineiros em greve por policiais em Marikana, em 2012. Elas incluíam a revisão dos protocolos que regem o uso da força, o lançamento, em 15 de abril, de uma força-tarefa ministerial para assegurar a aptidão física e psicológica dos policiais, e a criação, em 29 de abril, de um painel de especialistas para revisar processos de policiamento da ordem pública. O Conselho de Inquérito sobre a adequação da comissão de polícia nacional Riah Phiyega para assumir o cargo concluiu o seu relatório final e devia apresentá-lo ao presidente.

POLÍCIA

O IPID relatou 366 mortes como resultado de ação policial e 216 mortes sob custódia policial em 2015/2016, números mais baixos que no ano anterior. O IPID também relatou 145 casos de tortura, incluindo 51 casos de estupro por policiais em serviço, e 3.509 casos de agressão pela polícia. Processos judiciais relativos a homicídios cometidos pela polícia mantiveram-se lentos.

No Tribunal Superior de Durban, o julgamento de 27 policiais, a maioria membros da agora dissolvida Unidade de Combate ao Crime Organizado Cato Manor, acusados de 28 assassinatos, foi adiado para 31 de janeiro de 2017.

Em outubro, a Protetora Pública emitiu um relatório sobre a violência no complexo de albergues de Glebelands em Durban entre março de 2014 e novembro de 2016 em que mais de 60 pessoas morreram em homicídios seletivos. O relatório concluiu que o conflito foi resultado do fato de que o município não assumiu a responsabilidade pela acomodação no albergue. O relatório destacou a prisão e a tortura pela polícia de pelo menos três moradores de Glebelands em 2014, sem nenhuma medida tomada contra os suspeitos. A investigação do IPID

sobre a morte de Zinakile Fica, morador de Glebelands, na prisão, em março de 2014, não foi concluída.

O relatório da Protetora Pública também descobriu que a polícia não cumpriu seu dever de prevenir e investigar crimes e proteger os moradores do albergue, destacando a baixa taxa de detenções e a falta da efetiva condenação de suspeitos de assassinato. A Protetora Pública prometeu monitorar as investigações de denúncias de tortura policial e de assassinatos dos moradores de Glebelands.

Em abril, os moradores de Glebelands enviaram um recurso urgente ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, convocando o Conselho de Direitos Humanos da ONU para intervir na questão dos homicídios seletivos. Em 7 de novembro, o líder de um comitê de paz de Glebelands foi morto a tiros após sair da Corte de Magistrados de Umlazi. Ninguém foi preso.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em outubro, o governo apresentou um instrumento de retirada do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) sem consultar o Parlamento.¹ A retirada entrará em vigor após um ano. A mudança seguiu procedimentos de não cooperação pelo TPI contra a África do Sul depois que as autoridades não executaram mandados de prisão por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra contra o presidente sudanês Omar al-Bashir durante sua visita à África do Sul em junho de 2015 para participar da cúpula da União Africana (UA). A mudança também ocorreu depois que o Tribunal Superior de Apelações da África do Sul rejeitou, em 15 de março, um recurso contra a decisão do Tribunal Superior de North Gauteng em 2015, segundo a qual o fato de não prender o Presidente al-Bashir violava a Constituição da África do Sul. Autoridades de Estado permitiram que o Presidente al-Bashir saísse da África do Sul, violando uma ordem provisória do Tribunal Superior de North Gauteng de que ele deveria permanecer no país.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Uma nova pesquisa concluiu que o fato de a mineradora Lonmin não tratar das condições de moradia em Marikana contribuiu para os eventos de agosto de 2012, quando a polícia matou 34 trabalhadores grevistas.² De acordo com seu Plano Social e Trabalhista de 2006, que tinha efeitos vinculantes, a Lonmin havia prometido construir 5.500 casas para os trabalhadores da mina até 2011. Até 2012, apenas três tinham sido construídas. Em agosto de 2016, a Lonmin disse que cerca de 13.500 dos 20.000 funcionários permanentes ainda precisavam de alojamento formal. Muitos mineiros continuaram a viver em assentamentos informais, como Nkaneng, dentro da área de concessão da Lonmin. Os barracos em Nkaneng não satisfazem os requisitos internacionais mais básicos para a moradia adequada. Como resultado, as operações da Lonmin eram incompatíveis com o direito a um padrão de vida adequado, incluindo a moradia adequada.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Xenofobia e violência contra pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes continuaram resultando em mortes, ferimentos e pessoas desalojadas. Muitos incidentes envolveram a pilhagem seletiva de pequenas empresas de capital estrangeiro em alguns municípios.

Em junho, lojas na cidade de Pretória foram saqueadas, pelo menos 12 pessoas refugiadas e migrantes foram gravemente feridas, e centenas ficaram desalojadas. No início do ano, residentes de Dunoan, no Cabo Ocidental, pilharam as empresas estrangeiras.

Em abril, foram lançadas as conclusões de um inquérito sobre a violência de 2015 contra pessoas refugiadas, migrantes e solicitantes de refúgio na província de KwaZulu-Natal. O inquérito concluiu que as tensões eram devidas à competição por oportunidades escassas de emprego, num contexto de pobreza e desigualdade

socioeconômica. As recomendações incluíam educar funcionários públicos sobre os direitos e a documentação de estrangeiros; reforçar as capacidades das instituições para trabalharem com pessoas refugiadas, migrantes e solicitantes de refúgio; garantir que os líderes fizessem declarações públicas responsáveis; e campanhas de educação nas escolas para promover a união.

O fechamento de três dos seis escritórios de recepção de pessoas refugiadas continuou a pressioná-las, obrigando a viajar longas distâncias para renovar licenças de refúgio.

O projeto de lei sobre imigração internacional apresentado em junho inclui uma abordagem baseada em segurança para os solicitantes de refúgio, restringindo os seus direitos. Ele propõe o processamento de pedidos de refúgio e centros de detenção administrativa nas fronteiras da África do Sul. Esses locais abrigariam solicitantes de refúgio enquanto seus pedidos fossem processados, e limitariam seu direito ao trabalho e o direito de ir e vir, enquanto aguardam uma decisão sobre seu formulário.

DIREITOS DAS MULHERES

A desigualdade de gênero e a discriminação continuaram a agravar o impacto negativo das desigualdades raciais, sociais e econômicas, especialmente para grupos marginalizados de mulheres e meninas.

Quase um terço das mulheres grávidas estavam vivendo com HIV, mas o acesso cada vez melhor ao tratamento antirretroviral gratuito para as mulheres grávidas continuou a reduzir a mortalidade materna. Os números do Ministério da Saúde mostraram que a taxa de mortalidade de mães continuou a cair, de 197 para cada 100 mil nascidos vivos em 2011 para 155 em 2016. As comunidades rurais continuaram enfrentando problemas relacionados à disponibilidade e ao custo do transporte para mulheres e meninas grávidas que precisavam de serviços de saúde. As vidas de mulheres e meninas grávidas continuaram a ser postas em risco desnecessário devido a barreiras aos serviços de aborto.

Em junho, o governo lançou a campanha Ela Vence (*She Conquers*), para abordar as taxas de infecção por HIV desproporcionalmente elevadas entre meninas e mulheres jovens e para reduzir os níveis elevados de gravidez na adolescência. Embora focado na melhoria do acesso à saúde, à educação e às oportunidades de emprego para meninas, as mensagens da campanha foram criticadas por perpetuar estereótipos negativos da sexualidade feminina.

Ainda em junho, a Comissão para a Igualdade de Gênero declarou que o requisito de testes de virgindade (*ukuhlolwa*) para que meninas tenham acesso a bolsas no ensino superior, como as impostas por um município na província de KwaZulu-Natal, violava os direitos constitucionais de igualdade, dignidade e privacidade, perpetuando o patriarcado e a desigualdade na África do Sul. A exigência de *ukuhlolwa* foi removida.

Um relatório do Relator Especial da ONU sobre violência contra as mulheres, suas causas e consequências, publicado em junho, convocou a África do Sul a implementar uma abordagem coordenada para acabar com a epidemia de violência e discriminação de gênero, e recomendou a descriminalização do trabalho sexual.

Em março, o Conselho Nacional Sul-Africano de AIDS (SANAC, na sigla em inglês) lançou um plano para lidar com altas taxas de HIV entre trabalhadoras e trabalhadores do sexo, incluindo o acesso à profilaxia pré-exposição e a medicamentos antirretrovirais. Ativistas do SANAC e dos trabalhadores do sexo advertiram que as leis da África do Sul relacionadas a "prostituição" poderiam sabotar o plano.

DIREITOS LGBTI

Os crimes de ódio, discursos de ódio e discriminação contra as pessoas LGBTI, incluindo assassinatos e ataques, continuaram. Acredita-se que os ataques tenham sido subnotificados à polícia.

Em março, Lucia Naido foi esfaqueada até a morte em Katlehong, Ekurhuleni. A polícia

de Katlehong abriu uma investigação de homicídio, que estava em curso.

Em abril, um jovem abertamente gay, Tshifhiwa Ramurunzi, foi atacado e gravemente ferido em Thohoyandou, província de Limpopo. Seu agressor foi acusado de tentativa de homicídio.

Em 6 de agosto, o corpo de Lesley Makousaan, estudante de 17 anos abertamente gay, foi encontrado em Potchefstroom, na província Noroeste. Ele tinha sido estrangulado. Um suspeito foi preso logo depois e estava à espera de julgamento.

O corpo de Noluvo Swelindawo, mulher abertamente lésbica, foi encontrado em Khayelitsha, província do Cabo Ocidental, em 4 de dezembro, no dia seguinte ao seu sequestro. Um suspeito foi detido sob as acusações de invasão de domicílio, sequestro e assassinato e compareceu em juízo no dia 7 de dezembro. Em 21 de dezembro, o suspeito retirou o pedido de fiança.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores e defensoras dos direitos humanos foram atacados por fazerem o seu trabalho, e a justiça para tais crimes foi lenta.

Em março, o ativista de direito à terra, Sikhosiphi "Bazooka" Rhadebe, foi baleado em sua casa em Lurholweni, província do Cabo Oriental, por dois homens que afirmaram ser policiais.³ Ele foi presidente do Comitê de Crise Amadiba, liderado pela comunidade, e se opôs à mineração de titânio e de outros minerais pesados a céu aberto em terras comunitárias em Xolobeni por uma filial local da Mineral Commodities Limited da Austrália.

O julgamento de um policial acusado de disparar, atingir e matar o ativista do direito à moradia Nqobile Nzuza, de 17 anos, em outubro de 2013, durante um protesto no assentamento informal de Cato Crest em Durban foi programado para começar em fevereiro de 2017.

Em 20 de maio, o Tribunal Superior de Durban considerou dois vereadores que representavam a decisão do Congresso

Nacional Africano (ANC) e um assassino de aluguel pelo homicídio do ativista do direito à moradia Thulisile Ndlovu em setembro de 2014. Os três foram condenados à prisão perpétua.

Em um julgamento marcante em 17 de novembro, o Supremo Tribunal de Bloemfontein manteve o recurso de 94 profissionais comunitários da saúde e ativistas de Campanha de Ação de Tratamento que contestou, com sucesso, a constitucionalidade do uso da legislação da era do apartheid, a lei de 1993 sobre a Regulamentação de Aglomerações. A lei criminaliza agrupamentos de mais de 15 pessoas em um espaço público sem que a polícia seja notificada com antecedência. O juiz afirmou que participar de uma manifestação sem aviso prévio não é crime.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em junho, três jornalistas sênior da South African Broadcasting Corporation (SABC) foram sumariamente suspensos, segundo alegações, por discordar da decisão de não cobrir um protesto pacífico contra a censura e o abuso de poder pela SABC, realizado pela organização de defesa Right2Know. Quando cinco outros jornalistas da SABC contestaram as suspensões, foram acusados de má conduta. Todos os oito funcionários da SABC foram, em seguida, demitidos. O grupo entrou com um processo no Tribunal Constitucional em julho, argumentando que o seu direito à liberdade de expressão havia sido violado. O caso estava pendente. Quatro dos jornalistas ganharam um caso no Tribunal do Trabalho em julho contra a SABC por violação dos procedimentos trabalhistas. Os oito posteriormente retornaram ao trabalho, mas continuaram a enfrentar ameaças. Em 12 de dezembro, quatro dos oito testemunharam em nome do grupo no inquérito do Parlamento sobre a aptidão ao Conselho da SABC. A Right2Know testemunhou em 14 de dezembro.

DISCRIMINAÇÃO

Pessoas albinas

Ataques contra pessoas com albinismo, além de sequestros, foram relatados.

O menino Maneliswa Ntombel, de quatro anos, foi raptado por dois homens perto de sua casa, em 21 de junho, na província de KwaZulu-Natal. Ele continuou desaparecido até o final do ano.

Em fevereiro, o Tribunal Regional de Mtubatuba condenou um jovem de 17 anos a 18 anos de prisão pelo assassinato de Thandazile Mpunzi, que foi morta em agosto de 2015 na Província de KwaZulu-Natal. Seus restos mortais foram descobertos em uma cova rasa. Partes de seu corpo haviam sido vendidas para curandeiros tradicionais. Dois outros homens que se declararam culpados de homicídio foram condenados, em setembro de 2015, a 20 anos de prisão cada.

Legislação relacionada a crimes de ódio

Em outubro, foi apresentado o Projeto de Lei sobre Crimes de Ódio. Ele aborda o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual, e outras questões, considerando-os crime de ódio. Inclui disposições controversas, que criminalizam o discurso de ódio de formas que poderiam, de forma inadmissível, ser usadas para restringir o direito à liberdade de expressão.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Crianças com deficiência

Crianças com deficiência continuaram a enfrentar vários desafios relacionados à discriminação, exclusão e marginalização, que, entre outras coisas, negaram-lhes a igualdade de acesso à educação, apesar de estruturas legais e políticas que garantem a educação inclusiva. Em 27 de outubro, o Comitê dos Direitos da Criança recomendou uma revisão do Documento sobre a Educação n.º 6 para desenvolver uma estrutura para a educação inclusiva, que supervisionaria a expansão das escolas com serviços completos e a inclusão de crianças

com deficiência no sistema geral de educação.

1. South Africa: Decision to leave International Criminal Court a 'deep betrayal of millions of victims worldwide' (News story, 21 October)
2. South Africa: Smoke and Mirrors: Lonmin's failure to address housing conditions at Marikana (AFR 53/4552/2016)
3. South Africa: Human rights defenders under threat (AFR 53/4058/2016)

ALEMANHA

República Federal da Alemanha

Chefe de Estado: **Joachim Gauck**

Chefe de governo: **Angela Merkel**

As autoridades empreenderam esforços consideráveis para abrigar e processar a grande quantidade de solicitantes de refúgio que chegaram em 2015. No entanto, o governo também adotou diversas leis para restringir os direitos dos solicitantes de refúgio e refugiados, que incluíram restrições a reunificações familiares. A quantidade de ataques racistas e xenofóbicos em abrigos de refugiados permaneceu alta, e as autoridades falharam na adoção de estratégias eficazes para preveni-los.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

A quantidade de novos solicitantes de refúgio reduziu consideravelmente em comparação a 2015. O governo registrou cerca de 304.900 chegadas nos primeiros onze meses do ano, comparadas às 890 mil de 2015.

As autoridades aprimoraram sua capacidade de processar solicitações de refúgio ao longo do ano. Entre janeiro e novembro, cerca de 702.490 pessoas solicitaram refúgio, muitas das quais haviam chegado à Alemanha no ano anterior. As autoridades decidiram a respeito de 615.520 casos. A taxa de recebimento de status pleno de refugiado caiu para sírios, iraquianos e afegãos em comparação ao ano anterior; mais pessoas receberam proteção subsidiária e menos pessoas receberam status pleno de

refugiados. O primeiro estágio garante menos direitos, inclusive com respeito à reunificação familiar. Entre janeiro e novembro, 59% dos solicitantes sírios obtiveram status de refugiados plenos, em comparação a 99,6% no mesmo período de 2015.

Em março, novas emendas às leis de refúgio entraram em vigor. O direito à reunificação familiar para pessoas com status de proteção subsidiária foi suspenso até março de 2018. Foi introduzido um novo procedimento ágil para avaliar as solicitações de refúgio por parte de uma grande variedade de categorias de candidatas, inclusive solicitantes de refúgio de países considerados "seguros", sem prover garantias suficientes de acesso a um procedimento justo para fins de refúgio. No fim do ano, uma lei que definia que a Argélia, o Marrocos e a Tunísia deveriam ser considerados países de origem "seguros" estava pendente perante o Conselho Federal. O novo procedimento ágil não havia sido implementado até o fim do ano.

Em maio, o parlamento aprovou a primeiríssima lei de "integração" para refugiados e solicitantes de refúgio. A lei, cujo propósito era criar empregos e oportunidades educacionais para pessoas refugiadas, impôs a elas a obrigação de participar de cursos de integração. Ela também permitiu a autoridades dos estados federativos que intensificassem restrições relativas a onde as pessoas refugiadas podem residir, bem como a intensificar as condições para a emissão de licenças de residência e introduzir novos cortes nos benefícios para os que não cumprirem as novas regras.

Até 19 de dezembro, a Alemanha realocou 640 refugiados da Grécia e 455 da Itália. Como parte do acordo entre a UE e a Turquia, a Alemanha aceitou a transferência de 1.060 refugiados sírios vindos da Turquia. Apesar da piora na situação relativa à segurança no Afeganistão, as autoridades devolveram compulsoriamente, ao longo do ano, mais de 60 cidadãos afegãos cujas solicitações de refúgio haviam sido rejeadas. Em 2015, menos de 10 solicitantes de

refúgio afegãos que não tiveram sucesso foram compulsoriamente devolvidos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As autoridades continuaram fracassando em realizar uma investigação efetiva acerca de alegações de maus-tratos praticados pela polícia e não estabeleceu nenhum mecanismo independente de administração de denúncias, a fim de investigar tais alegações.

No fim do ano, os governos da Renânia do Norte-Vestfália e Saxônia-Anhalt estabeleceram planos para tornar obrigatório que policiais portem crachás de identificação enquanto trabalham.

A comissão conjunta da Agência Nacional para a Prevenção da Tortura – o mecanismo preventivo alemão regido pelo Protocolo Opcional da Convenção da ONU contra a Tortura – permaneceu subpopulada e subfinanciada.

Em abril, a promotoria de Hannover encerrou a investigação relativa a supostos maus-tratos cometidos em 2014 por um agente da polícia federal contra dois refugiados, um afegão e um marroquino, em suas celas de detenção, localizadas nas instalações da polícia federal da estação ferroviária principal de Hannover. Em setembro, o Tribunal Superior Regional Carcerário de Celle rejeitou uma solicitação apresentada por uma das vítimas para que a investigação fosse reaberta.

DISCRIMINAÇÃO

A segunda comissão de inquérito, estabelecida pelo parlamento em outubro de 2015, deu seguimento a investigações acerca da falha, por parte de certas autoridades, em investigar crimes racistas e xenofóbicos perpetrados contra membros de minorias étnicas pelo grupo de extrema direita Clandestinidade Nacional-Socialista (NSU) entre 2000 e 2007. Nenhum inquérito oficial foi instaurado a respeito do potencial papel desempenhado pelo racismo institucional associado a tais falhas, apesar das recomendações emitidas pela ONU através de seu Comitê para a Eliminação da

Discriminação Racial e do Comissariado do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, em 2015.

Dezenas de protestos anti-refugiados e anti-muçulmanos foram realizados por todo o país. Nos primeiros nove meses do ano, autoridades registraram 813 crimes contra abrigos de refugiados. No mesmo período, 1.803 crimes contra solicitantes de refúgio foram registrados pelas autoridades, 254 deles resultando em lesões corporais. As autoridades fracassaram na implementação de estratégias adequadas para impedir ataques a abrigos de refugiados.

Organizações da sociedade civil continuaram a relatar a ocorrência de verificações de identidade discriminatórias realizadas por parte da polícia junto a membros de minorias étnicas e religiosas.

Em junho, o Tribunal Federal de Justiça rejeitou a solicitação de uma pessoa transexual para que fosse registrada segundo a opção de terceiro gênero. Ela recorreu, e seu pedido continuava pendente diante do Tribunal Federal Constitucional até o final do ano.

COMBATE AO TERRORISMO E SEGURANÇA

Em outubro, o parlamento aprovou uma nova lei relativa a vigilância que concedeu ao Serviço Federal de Inteligência amplos poderes para submeter cidadãos não pertencentes à UE a operações de vigilância sem supervisão judicial efetiva e com ampla gama de propósitos, incluindo a segurança nacional. Em agosto, diversos procedimentos especiais da ONU, incluindo o Relator Especial para liberdade de expressão, manifestaram preocupação com relação ao impacto negativo desta lei sobre a liberdade de expressão e a falta de supervisão judicial.

Em abril, o Tribunal Federal Constitucional determinou que certos poderes de vigilância do Departamento Federal de Polícia Criminal, que tinham sido introduzidos em 2009 para fazer frente ao terrorismo e crimes em geral, eram inconstitucionais. Em especial, algumas das medidas não garantiam o respeito ao direito à privacidade. Tais provisões

permaneceram em vigor aguardando emendas.

COMÉRCIO DE ARMAS

Em março, o governo colocou em vigor a estrutura legal necessária para controle seletivo pós-envio para aprimorar o monitoramento das exportações alemãs de armas de guerra e determinados tipos de armas de fogo, a fim de garantir a adesão a certificados de utilização final que não sejam usadas para cometer violações de direitos humanos. Diante de tal controle, o paradeiro de armamentos de guerra exportados seria verificado após o envio aos países destinatários. Os governos que recebessem armamentos militares alemães precisariam atestar, mediante uma declaração de uso final, que estão de acordo com tais controles locais. Declarações de utilização final foram assinadas para ao menos quatro exportações de armas de pequeno porte. O governo estava implementando a primeira fase piloto do novo mecanismo no fim do ano.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em agosto, o Tribunal Regional de Dortmund aceitou exercer jurisdição sobre um processo aberto em 2015 por quatro vítimas paquistanesas contra a KiK, varejista alemã do setor de vestimentas, proporcionando a elas assistência jurídica. Em setembro de 2012, 260 trabalhadores morreram e 32 ficaram gravemente feridos em um incêndio que destruiu uma das principais fábricas têxteis no Paquistão, que abastecia a KiK.

Em dezembro, o governo adotou um Plano de Ação Nacional a fim de implementar os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. No entanto, o Plano não compreendia medidas adequadas para cumprir com todos os padrões estabelecidos nos Princípios e não garantia que empreendimentos de negócios alemães fossem obrigados a realizar planejamento detalhado ou auditorias para assegurar o respeito aos direitos humanos.

ANGOLA

República de Angola

Chefe de estado e de governo: José Eduardo dos Santos

O agravamento da crise econômica provocou aumentos nos preços de alimentos, assistência médica, combustíveis, lazer e cultura. Isso levou a manifestações contínuas de descontentamento e restrições sobre os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica. O governo usou o sistema de justiça e outras instituições nacionais para silenciar a dissidência. O direito à moradia e o direito à saúde foram violados.

INFORMAÇÕES GERAIS

A queda no preço do petróleo impôs forte pressão sobre a economia de Angola, dependente do petróleo, induzindo o governo a fazer cortes de orçamento de 20% e a buscar o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em julho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU expressou sua preocupação com o retrocesso das medidas de austeridade do governo, como a reserva insuficiente de recursos para a área da saúde.

Em 2 de junho, o presidente José Eduardo dos Santos nomeou sua filha Isabel dos Santos como chefe da empresa petrolífera estatal Sonangol, a maior fonte de receita do Estado e centro de um amplo esquema de patrocínio.

Em agosto, por decisão do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), José Eduardo dos Santos foi reeleito líder por mais cinco anos, embora, em março, ele tenha anunciado sua intenção de afastar-se da política em 2018. Ele é presidente desde 1979.

SISTEMA JUDICIÁRIO

Julgamentos com motivação política, acusações criminais de difamação e leis de segurança nacional continuaram sendo

usados para reprimir defensores e defensoras dos direitos humanos, dissidências e outras expressões críticas. A absolvição de defensores dos direitos humanos e a libertação de prisioneiros de consciência foram passos positivos, mas, sem uma reforma estrutural do legislativo e o comprometimento total com as leis e normas internacionais de direitos humanos, essas conquistas continuam frágeis.

Prisioneiros de consciência

Em 28 de março, 17 jovens ativistas conhecidos como Angola 17 foram condenados por “preparar ações de rebelião” e por “conspiração criminosa”. Eles receberam sentenças de dois anos e três meses a oito anos e meio de prisão, foram presos e multados em 50.000 kwanzas (US \$ 300) por custas judiciais. Entre os dias 20 e 24 de junho de 2015, as forças de segurança prenderam e detiveram 15 ativistas na capital Luanda depois de uma reunião onde discutiram questões políticas e suas preocupações com o governo do país. Duas outras ativistas também foram acusadas, mas foram detidas apenas após a sentença. Logo depois das condenações, os advogados dos ativistas apresentaram dois recursos; um ao Tribunal Supremo e o outro ao Tribunal Constitucional. Eles também apresentaram um pedido de *habeas corpus*, do qual o Tribunal Supremo tomou conhecimento em 29 de junho, ordenando a libertação condicional dos 17 ativistas, na pendência de uma decisão final sobre o caso.

Em 20 de julho, a Assembleia Nacional de Angola aprovou a Lei de Anistia referente aos crimes cometidos até 11 de novembro de 2015, incluindo o caso dos Angola 17. Alguns dos 17 participantes declararam que não tinham cometido nenhum crime e não quiseram receber a anistia. Eles foram prisioneiros de consciência, presos e condenados unicamente pelo exercício pacífico de seus direitos.

Dois jovens ativistas foram punidos por criticar o processo durante o julgamento. Em 8 de março, Manuel Chivonde Nito Alves, um

dos membros do Angola 17, declarou em voz alta no tribunal: “Não temo pela minha vida, este julgamento é uma palhaçada”. Ele foi considerado culpado por desacato à autoridade do tribunal, sentenciado a seis meses de prisão e multado em 50.000 kwanzas.¹ Em 5 de julho, o Tribunal Constitucional pronunciou-se sobre o recurso, decidindo que o julgamento tinha violado direitos constitucionais do réu e ordenou sua libertação. As mesmas palavras foram ditas no tribunal em 28 de março por outro jovem ativista, Francisco Mapanda (também conhecido como Dago Nível Intelecto). Ele também foi considerado culpado por desacato à autoridade do tribunal e sentenciado a oito meses de prisão. Ganhou a liberdade em 21 de novembro, sete dias antes do programado.²

Defensores e defensoras dos direitos humanos

O defensor dos direitos humanos e ex-prisioneiro de consciência José Marcos Mavungo foi libertado em 20 de maio, após um recurso apresentado ao Supremo Tribunal. O Tribunal considerou que não havia provas suficientes para condená-lo. Em 14 de setembro de 2015, José Marcos Mavungo foi sentenciado a seis anos de prisão por “rebelião”, um crime contra a segurança do Estado. Ele foi detido em 14 de março de 2015 por envolvimento na organização de uma manifestação pacífica.

Em 12 de julho, o Tribunal da Província de Cabinda indeferiu as acusações contra o defensor dos direitos humanos e ex-prisioneiro de consciência Arão Bula Tempo. Ele foi preso em 14 de março de 2015 e solto em liberdade condicional dois meses depois. Ele foi acusado de “rebelião” e “tentativa de colaboração com estrangeiros para coação do Estado angolano”, dois crimes contra a segurança do Estado. As acusações foram baseadas na alegação de que Arão Bula Tempo teria convidado jornalistas estrangeiros para cobrir o protesto de 14 de março planejado por José Marcos Mavungo.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Organizações da sociedade civil dedicadas às questões de direitos humanos, como a OMUNGA e a SOS-Habitat, sofreram restrições indevidas de acesso a seus próprios fundos, inclusive de fontes internacionais. Os bancos impediram o acesso das organizações a suas contas. Além de dificultar seu trabalho legítimo, isso também minou o direito das associações de buscar e garantir recursos, e teve um impacto mais amplo sobre os direitos humanos em geral. Apesar das denúncias às instituições do governo responsáveis pela supervisão das atividades bancárias, até o final do ano, não houve qualquer resposta.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Com frequência, as autoridades não permitiram a realização de manifestações pacíficas, embora em Angola elas não exijam autorização prévia. Nos protestos ocorridos, não raro a polícia prendeu e deteve participantes pacíficos de modo abusivo.

Em 30 de julho, mais de 30 ativistas pacíficos foram presos arbitrariamente e detidos por até sete horas na cidade de Benguela. Eles planejavam participar de uma manifestação pacífica organizada pelo Movimento Revolucionário de Benguela para exigir medidas eficazes contra a inflação. Todos foram libertados sem acusações. Alguns dias depois, quatro ativistas foram presos novamente sem um mandado e liberados sob fiança. Até o final do ano, eles não haviam sido acusados formalmente, mas o procurador comunicou a eles que eram suspeitos de roubo qualificado, tráfico de drogas e violência contra partidários do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).³ Ninguém foi responsabilizado pelas prisões e detenções arbitrárias.⁴

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em 18 de novembro, a Assembleia Nacional aprovou cinco projetos de lei (Lei de Imprensa, Estatuto do Jornalista, Lei sobre o Exercício da Atividade de Radiofusão, Lei sobre o Exercício da Atividade de Televisão,

Lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana - ERCA) que restringirão ainda mais a liberdade de expressão. Partidos da oposição, o Sindicato dos Jornalistas Angolanos e outros participantes da sociedade civil criticaram os projetos, pois possibilitavam um controle mais rigoroso do governo sobre a televisão, o rádio, a imprensa, as mídias sociais e a internet.

Dentre as alterações propostas, estavam a criação de uma Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana com ampla competência sobre a regulamentação e supervisão, inclusive a compatibilidade das comunicações com as boas práticas jornalísticas. Essa disposição equivaleria à censura prévia e dificultaria o livre fluxo de ideias e opiniões. A maioria dos membros da entidade reguladora deveria ser nomeada pelo partido do governo e o partido com mais assentos na Assembleia Nacional (nos dois casos, o MPLA), o que gerou preocupações de que a entidade seria uma instituição política para silenciar dissidências e vozes críticas.

DIREITO À SAÚDE – SURTO DE FEBRE AMARELA

Um surto de febre amarela registrado pela primeira vez em Luanda no último trimestre de 2015 continuou no segundo semestre de 2016, com casos suspeitos em todas as 18 províncias do país. Entre os 3.625 casos informados nesse período, houve 357 mortes. O surto foi agravado pela falta de vacinas no principal hospital público de Luanda, onde aconteceram os primeiros diagnósticos. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU recomendou que Angola aumentasse os recursos destinados ao setor de saúde, em particular para a melhoria da infraestrutura e a expansão das instalações médicas, especialmente nas zonas rurais.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS

Na revisão de 2016 referente a Angola, o CDESC da ONU expressou sua preocupação com a persistência das remoções forçadas,

inclusive de assentamentos informais e durante projetos de desenvolvimento, sem as garantias processuais necessárias ou a provisão de habitações alternativas ou indenização adequada às pessoas e aos grupos afetados. As comunidades foram realocadas em casas improvisadas, sem acesso adequado a serviços básicos, como água, eletricidade, saneamento, saúde e educação.

Em 6 de agosto, um oficial militar matou a tiros Rufino Antônio, de 14 anos, que ficou parado na frente de sua casa, tentando evitar sua demolição. Naquele dia, a polícia militar havia sido acionada para lidar com uma manifestação contra a demolição de casas em Zango II, município de Viana, em Luanda, por causa de um projeto de desenvolvimento. Até o final do ano, os suspeitos do assassinato não haviam se apresentado à justiça.

-
1. Urgent Action: Angolan activist convicted after unfair trial: Manuel Chivonde Nito Alves (AFR 12/3464/2016)
 2. Urgent Action: Further information: Angolan activist released a week early: Francisco Mapanda (AFR 12/5205/2016)
 3. Urgent Action: Angola: Four youth activists detained without charge (AFR 12/4631/2016)
 4. Amnesty International, OMUNGA and Organização Humanitária Internacional (OHI) urge Angolan authorities to respect the rights to freedom of expression and peaceful assembly (AFR 12/4590/2016)

ARÁBIA SAUDITA

Reino da Arábia Saudita

Chefe de estado e governo: **King Salman bin Abdul Aziz Al Saud**

As autoridades restringiram com rigor os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião, detendo e aprisionando sob acusações vagas os críticos, defensores e defensoras dos direitos humanos e ativistas de direitos das minorias. Torturas e outros maus tratos aos detidos continuaram comuns, especialmente durante interrogatório, e os tribunais continuaram a aceitar "confissões" obtidas por meio de tortura para condenar

os réus em julgamentos injustos. Mulheres enfrentaram discriminação na lei e na prática, e não foram protegidas contra a violência sexual e outros tipos de violência de forma adequada. As autoridades continuaram a prender, deter e deportar os migrantes em situação irregular. Tribunais impuseram muitas penas de morte, inclusive para crimes não violentos e contra menores em conflito com a lei; dezenas de execuções foram realizadas. No Iêmen, forças de coalizão lideradas pela Arábia Saudita cometeram violações graves do direito internacional, incluindo crimes de guerra.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Arábia Saudita enfrentou crescentes problemas econômicos devido à queda dos preços do petróleo no mundo e ao custo da intervenção militar contínua no conflito armado no Iêmen. Isso se refletiu na redução dos gastos do Estado no bem-estar social e na construção, levando à demissão de milhares de migrantes, principalmente do sul da Ásia. Em abril, as autoridades lançaram o "Vision 2030", um plano para diversificar a economia e acabar com a dependência do país da renda derivada da extração de combustível fóssil. Em setembro, o Gabinete anunciou cortes de salários dos ministros do governo e dos bônus pagos aos funcionários públicos.

As relações entre a Arábia Saudita e o Irã continuam a se deteriorar, agravadas pelo seu apoio a lados opostos nos conflitos da região. Após a execução pelo governo do proeminente Sheikh Nimr al-Nimr, muçulmano xiita, e de outras pessoas no dia 2 de janeiro, manifestantes invadiram e incendiaram a embaixada da Arábia Saudita na capital do Irã, Teerã, exigindo que a Arábia Saudita cortasse as relações diplomáticas com o Irã e expulsasse os diplomatas iranianos. As autoridades de Teerã proibiram iranianos de frequentar a peregrinação anual a Meca, na Arábia Saudita.

Em 4 de julho, homens-bomba realizaram ataques aparentemente coordenados em um

dos lugares mais sagrados do Islã, em Medina, no consulado norte-americano em Jeddah, e em uma mesquita xiita em Qatif, matando quatro pessoas.

Em setembro, o Congresso norte-americano votou com ampla maioria para anular o veto do Presidente Barack Obama sobre a lei de Justiça Contra os Patrocinadores de Terrorismo (JASTA, na sigla em inglês), abrindo caminho para que as famílias das pessoas mortas nos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA busquem indenização do governo da Arábia Saudita.

Em outubro, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança insistiu para que o governo suspendesse imediatamente a execução de prisioneiros no corredor da morte condenados por crimes que eles supostamente teriam cometido quando eram menores de 18 anos, liberasse imediatamente todas as crianças condenadas à morte após julgamentos injustos e comutasse as penas de outros; e proibisse por lei a condenação à morte de pessoas menores de 18 anos no momento do seu suposto crime.

CONFLITO ARMADO NO IÊMEN

Durante todo o ano, a coalizão militar liderada pela Arábia Saudita, que apoia o governo reconhecido internacionalmente no Iêmen, continuou a bombardear áreas controladas ou contestadas por forças huthi e seus aliados no Iêmen, matando e ferindo milhares de civis. Alguns ataques foram indiscriminados, desproporcionais ou dirigidos contra civis e alvos civis, incluindo escolas, hospitais, mercados e mesquitas. Alguns ataques da coalizão elevaram-se a crimes de guerra. A coalizão usou armamento fornecido pelos governos dos EUA e do Reino Unido, inclusive bombas de fragmentação internacionalmente banidas, cujo uso inerente é indiscriminado e que representam um risco permanente para os civis devido ao fato de que muitas vezes não são detonadas no impacto inicial. Em dezembro, a coalizão admitiu que suas forças haviam usado munição de

fragmentação fabricada no Reino Unido em 2015, e afirmou que isso não se repetirá no futuro. Os governos dos EUA e do Reino Unido continuaram ajudando a coalizão com armas, treinamento, inteligência e apoio logístico, apesar das graves violações do direito internacional cometidas por suas forças no Iêmen.

Em junho, o secretário geral da ONU removeu a Arábia Saudita de uma lista de Estados e grupos armados responsáveis por graves violações dos direitos da criança durante conflitos, depois que o governo ameaçou cortar seu apoio financeiro a programas importantes da ONU.

As forças huthi e seus aliados realizaram repetidamente ataques indiscriminados transnacionais, bombardeando áreas de população civil, como Najran e Jazan, no sul da Arábia Saudita, matando e ferindo civis e danificando objetos civis.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

As autoridades mantiveram fortes restrições à liberdade de expressão e reprimiram dissidentes. Eles intimidaram, prenderam e processaram críticos, incluindo escritores e comentaristas on-line, ativistas de direitos políticos e da mulher, membros da minoria xiita e defensores dos direitos humanos, aprisionando alguns depois de serem condenados à prisão pelos tribunais com acusações vagas.

Em março, o Tribunal Penal Especializado (TPE) da capital, Riad, condenou o jornalista Alaa Brinji a cinco anos de prisão e pagamento de multa, seguido por uma proibição de deixar o país por oito anos devido a comentários que ele postou no Twitter.

Também em março, o TPE sentenciou o escritor e intelectual muçulmano Mohanna Abdulaziz al-Hubail a seis anos de prisão seguidos por uma proibição de deixar o país por seis anos, depois de condená-lo à revelia sob acusações que incluíram “insultar o Estado e seus governantes”, incentivar e participar de manifestações, e “ser solidário a participantes detidos” da Associação Saudita

de Direitos Civis e Políticos (ACPRA) mantidos como prisioneiros de consciência. O TPE também ordenou o encerramento de sua conta no Twitter.

As autoridades não permitiam a existência de partidos políticos, sindicatos ou grupos independentes de direitos humanos, e continuaram a deter, processar e prender quem organizasse ou participasse de organizações sem licença.

Todas as manifestações, mesmo pacíficas, continuaram proibidas por uma ordem emitida pelo Ministério do Interior em 2011. Algumas das pessoas que tinham desafiado a proibição foram presas e encarceradas. Greves permaneceram extremamente raras, mas em setembro cidadãos sauditas e estrangeiros que trabalhavam num hospital particular em Khobar entraram em greve para protestar contra meses de salários não pagos.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades continuaram a prender, deter e processar defensores e defensoras dos direitos humanos sob acusações vagas e excessivamente amplas, utilizando a legislação de combate ao terrorismo e as leis destinadas a reprimir críticas pacíficas. Entre as pessoas detidas, em julgamento ou cumprindo pena, estavam diversos membros da ACPRA, uma organização independente de direitos humanos criada em 2009, que as autoridades fecharam em 2013.

Em maio, o TPE condenou Abdulaziz al-Shubaily, um dos fundadores da ACPRA, a oito anos de prisão seguidos por oito anos sem poder deixar o país e sem se comunicar pelas redes sociais. Ele foi condenado por difamar e insultar os juizes sênior nos termos da lei contra crimes cibernéticos. Outras acusações contra ele incluíram “comunicação com organizações estrangeiras” e fornecer informações sobre violações de direitos humanos à Anistia Internacional.

Em outubro, Mohammad al-Otaibi e Abdullah al-Attawi, cofundadores da União pelos Direitos Humanos, foram levados a

juízo no TPE. Ambos receberam uma lista de acusações relacionadas a seu trabalho com os direitos humanos, incluindo, entre outras coisas, “participar da criação de uma organização e anunciá-la antes de obter uma autorização” e “dividir a união nacional, espalhar o caos e incitar a opinião pública”.

Dezenas de outros ativistas e defensores dos direitos humanos continuaram a cumprir penas de prisão por acusações semelhantes, com base no seu exercício pacífico dos direitos humanos.

Em janeiro, agentes de segurança prenderam por um breve período a defensora dos direitos humanos Samar Badawi devido às suas atividades na campanha pela libertação de seu ex-marido, o advogado de direitos humanos Waleed Abu al-Khair.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

As autoridades disseram que as forças de segurança tinham cercado e detido centenas de pessoas suspeitas de crimes relacionados ao terrorismo, incluindo supostos apoiadores e afiliados do grupo armado Estado Islâmico e da al-Qaeda, mas forneceram poucos detalhes. Alguns presos foram mantidos no Centro de Aconselhamento e Cuidados Mohammed bin Naif, um centro designado para “terroristas” e pessoas “que seguem pensamentos subversivos”.

As autoridades norte-americanas transferiram nove detidos – todos iemenitas – de suas instalações prisionais em Guantánamo para a Arábia Saudita em abril.

Defensores e defensoras dos direitos humanos e aqueles que expressaram dissidência política continuaram a ser equiparados a “terroristas”. Após ser liberado da prisão de al-Ha’ir em Riad, onde cumpriu quatro anos de prisão, Mohammed al-Bajadi, defensor dos direitos humanos e fundador da ACPRA, foi mantido por mais quatro meses no Centro de Aconselhamento e Cuidados Mohammed bin Naif, onde passou por “sessões de aconselhamento” religioso e psicológico toda semana.

Em fevereiro, o TPE começou a julgar 32 réus, incluindo 30 membros da minoria xiita,

acusados de espionagem e de passar informações da inteligência militar para o Irã, além de apoiar protestos em Qatif, na Província Leste, onde os xiitas são a maioria da população. A promotoria buscava a pena de morte para 25 dos réus. Em dezembro, o TPE condenou quinze deles à morte, depois de um julgamento injusto. Outros quinze receberam penas de prisão variando de seis meses a 25 anos, e dois foram absolvidos.

Em novembro, treze mulheres foram julgadas pelo TPE por acusações relacionadas à sua participação em protestos na cidade de Buraydah.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em abril, o Conselho de Ministros lançou novas regulamentações que reduzem os poderes do Comitê para a Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício, a polícia religiosa da Arábia Saudita. Em especial, as leis impediam a polícia religiosa de seguir e prender suspeitos e exigir que eles apresentassem identificação.

As autoridades continuaram a realizar inúmeras prisões arbitrárias, mantendo as pessoas detidas por períodos prolongados sem encaminhá-las ao tribunal competente, embora a Lei de Procedimentos Criminais exija que todos os detidos sejam encaminhados ao tribunal em até seis meses. Os detidos foram frequentemente mantidos incomunicáveis durante o interrogatório e tiveram negado o acesso a advogado, minando o seu direito a um julgamento justo e aumentando o risco de tortura e outros maus tratos.

Em setembro, autoridades de segurança prenderam de forma arbitrária o ativista pelos direitos humanos Salim al-Maliki, após ele ter publicado um vídeo no Twitter de guardas da fronteira removendo moradores tribais da região de Jazan, próxima à fronteira da Arábia Saudita com o Iêmen. Ele foi mantido incomunicável durante seis semanas, e continuava preso até o final do ano.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Agentes de segurança continuaram a torturar e maltratar detidos sem serem punidos,

especialmente para extrair “confissões” falsas para uso como provas contra si mesmos em julgamento. Os tribunais frequentemente condenavam os réus com base em “confissões” falsas obtidas antes do julgamento, que eram contestadas.

O advogado que representa a maioria dos 32 réus acusados de espionagem para o Irã disse que eles foram forçados a “confessar”. Após a detenção, foram presos e mantidos incomunicáveis, sem poder ver suas famílias e seus advogados durante três meses. Alguns foram submetidos a isolamento prolongado na solitária.

Punição cruel, desumana ou degradante

As autoridades continuaram a impor e administrar castigos corporais que violam a proibição da tortura e outros maus tratos, em especial chibatadas. Em fevereiro, o Tribunal Geral em Abha condenou o poeta e artista palestino Ashraf Fayadh a 800 chibatadas e oito anos de prisão ao reverterem sua pena de morte por apostasia devido a seus escritos em 2015.

DISCRIMINAÇÃO — MINORIA XIITA

A minoria muçulmana xiita da Arábia Saudita continuou a enfrentar discriminação arraigada, que tem restringido seu acesso a serviços do governo e a empregos públicos, bem como sua liberdade de expressão religiosa. As autoridades continuaram a prender, deter e condenar ativistas xiitas à prisão ou à morte após julgamentos injustos no TPE.

Em junho, o TPE condenou 14 membros da minoria xiita à morte por acusações que incluíram atirar contra agentes de segurança, incitar o caos e participar de manifestações e protestos. Outros nove receberam penas de prisão e um foi considerado inocente.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, e não foram protegidas contra a violência sexual e outras formas de violência de forma adequada. Por lei, as mulheres continuaram subordinadas com status inferior em relação

aos homens em termos de casamento, divórcio, guarda dos filhos e herança. Elas também não têm acesso ao ensino superior, não têm empregos remunerados nem podem viajar para o exterior sem a aprovação do seu guardião masculino. Também é proibido que as mulheres dirijam.

O plano de reforma econômica do governo, "Vision 2030", incluía metas para aumentar a participação de mulheres na força de trabalho saudita de 22% para 30%" e "investir" na capacidade produtiva para "fortalecer seu futuro e contribuir para o desenvolvimento de nossa sociedade e nossa economia". Nenhuma reforma jurídica ou outras medidas necessárias para atingir estes objetivos parece ter sido iniciada até o final do ano, embora o Ministro da Justiça tenha determinado em maio que devem ser dadas às mulheres uma cópia de sua certidão de casamento, que é necessária no caso de contestações judiciais entre os cônjuges. O Conselho da Shura debateu uma proposta de lei que, se aprovada, permitiria que as mulheres obtivessem um passaporte sem a aprovação de um guardião masculino.

Em agosto, uma campanha on-line no Twitter chamada "Mulheres sauditas exigem o fim da tutela" fez com que dezenas de milhares de mulheres expressassem sua oposição ao sistema de tutela masculina. Ativistas relataram que, até setembro, cerca de 14.000 mulheres sauditas haviam assinado uma petição on-line pedindo ao Rei Salman para abolir o sistema.

Em 11 de dezembro, Malak al-Shehri foi detida e interrogada depois de ter publicado uma foto de si mesma numa rede social sem um *abaya* (vestimenta que cobre o corpo todo). Foi liberada em 16 de dezembro, mas sua situação jurídica continua sem definição.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

As autoridades mantiveram a repressão aos migrantes em situação irregular, prendendo, detendo e deportando centenas de milhares de trabalhadores migrantes.

Dezenas de milhares de trabalhadores migrantes foram demitidos sem terem sido

pagos por meses, depois de o governo cortar gastos em contratos com empresas de construção e de outros setores. Cidadãos indianos, paquistaneses, filipinos e de outros países foram mantidos presos sem comida, água e vistos de saída; alguns foram para as ruas para bloquear estradas em protesto.

PENA DE MORTE

Tribunais continuaram a impor penas de morte para muitos crimes, incluindo crimes não violentos envolvendo drogas, que, nos termos do direito internacional, não deveriam incorrer em pena de morte. Muitos réus foram condenados à morte após julgamentos injustos pelos tribunais, que os condenaram sem investigar adequadamente suas alegações de que as "confissões" tinham sido coagidas, inclusive com tortura.

Em 2 de janeiro, as autoridades realizaram 47 execuções. Segundo relatos, foram 43 por decapitação e 4 por armas de fogo, em 12 locais em todo o país.

Entre os executados estavam menores em conflito com a lei, inclusive quatro homens xiitas condenados à morte por participarem de protestos em 2012, quando eram menores de 18 anos.

ARGENTINA

República Argentina

Chefe de estado e de governo: **Mauricio Macri**

Mulheres e meninas tiveram dificuldades no acesso ao aborto legal; intensificou-se a criminalização de direitos sexuais e reprodutivos. A discriminação contra os povos indígenas continuou.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Congresso Nacional aprovou a Lei de Acesso a Informação Pública (Lei 27.275). O Conselho Nacional para Mulheres apresentou o plano de ação nacional para a prevenção, assistência e erradicação da violência contra mulheres.

Em junho e outubro, ocorreram inúmeros protestos sob a palavra de ordem “Nem uma a menos”, relacionada à violência generalizada contra a mulher, o assassinato de mulheres e a carência de políticas públicas para resolver a situação.

A Argentina passou pela análise do Comitê de Direitos Humanos da ONU, o Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) e o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em abril, uma mulher da província de Tucumán foi considerada culpada de assassinato e condenada a oito anos de prisão depois de sofrer um aborto em um hospital, de acordo com seu histórico clínico. Ela foi denunciada à polícia por funcionários do hospital por supostamente ter induzido o aborto e mantida em prisão preventiva por mais de dois anos. Primeiro, foi acusada de submeter-se a um aborto ilegal e depois por homicídio com agravantes de assassinato premeditado de parente próximo (um crime com sentenças de até 25 anos de prisão).

Em agosto, o Comitê de Direitos Humanos da ONU manifestou interesse no caso, recomendando que o governo considere a descriminalização do aborto e a libertação imediata da ré. O Comitê apelou para que a Argentina mude a legislação referente ao aborto a fim de assegurar que todas as mulheres e meninas tenham acesso a serviços de saúde reprodutiva e “que as mulheres não sejam obrigadas, em decorrência de empecilhos legais, da prática da objeção conscienciosa de profissionais da área de saúde ou da falta de protocolos médicos, a recorrer a abortos clandestinos que colocam suas vidas e sua saúde em risco”. Em última instância, a Corte Suprema de Tucumán ordenou a libertação da mulher naquele mesmo mês, mas teve de expedir uma decisão final sobre a sentença de oito anos definida em primeira instância.

Em julho, uma menina de 12 anos da comunidade indígena Wichí foi estuprada por um grupo de homens não indígenas. Como

resultado, ela engravidou e foi forçada a manter a gravidez, apesar de seus pais terem denunciado o estupro. Com 31 semanas, foi permitido que a garota fizesse uma operação cesariana, pois não era possível sustentar a gravidez.

Em novembro, o Comitê CEDAW insistiu que a Argentina garantisse que todas as províncias aprovassem protocolos para facilitar o acesso ao aborto legal; garantisse que as mulheres tenham acesso ao aborto legal e seguro e a serviços pós-aborto, e tomasse medidas definitivas para evitar “o uso universal da objeção conscienciosa” por médicos que se recusam a realizar abortos, considerando especificamente a situação de gravidez precoce decorrente de estupro e incesto, o que pode equivaler a perversão; e acelerar a adoção do projeto de lei para a interrupção voluntária da gravidez, melhorando o acesso legal ao aborto.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Apesar de a Constituição reconhecer o direito dos povos indígenas à suas terras ancestrais e à participação na gestão dos recursos naturais, a maioria das comunidades indígenas continua não tendo reconhecimento legal de seus direitos fundiários.

Os povos indígenas denunciaram mais de 200 casos de violação dos direitos à terra, participação e consulta, à igualdade e não discriminação e ao acesso à justiça, entre outros.

2016 marcou sete anos de impunidade no caso de Javier Chocobar, líder da comunidade indígena de Chuschagasta, morto por defender pacificamente suas terras no norte da província de Tucumán.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Em agosto, a Direção Nacional de Migrações e o Ministério de Segurança anunciaram a criação de um centro de detenção para imigrantes. Isso viola os direitos de liberdade, liberdade de movimento e proteção contra detenções arbitrárias.

Durante a Conferência de Líderes sobre Refugiados, realizada em Nova Iorque (EUA), em setembro, a Argentina prometeu receber 3.000 refugiados sírios, com prioridade para famílias com crianças. No final do ano, ainda não haviam sido definidos os detalhes do programa de reassentamento.

IMPUNIDADE

Foram realizados julgamentos públicos de crimes contra a humanidade ocorridos no período do regime militar, de 1976 a 1983. Entre 2006 e dezembro de 2016, foram expedidos 173 vereditos, totalizando um número de 733 condenados.

Em maio, foi pronunciada uma sentença histórica no caso da Operação Condor, um plano coordenado de inteligência lançado nos anos 1970 pelos regimes militares que governavam a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Reynaldo Bignone, o último presidente da Argentina daquele período, foi condenado a 20 anos de prisão. Outros 14 chefes militares foram sentenciados. Em agosto, a sentença do julgamento histórico conhecido como “La Perla” – que incluiu centros clandestinos na província de Córdoba – foi finalizada, condenando 28 criminosos à prisão perpétua. Foram pronunciadas nove sentenças, entre dois e 14 anos de prisão e seis absolvições.

Até dezembro, a Comissão Bicameral para identificar interesses econômicos e financeiros que conspiraram com a ditadura militar, criada pela lei 27.217 em 2015, ainda não havia sido estabelecida.

A audiência pública continuou a encobrir a investigação do ataque de 1994 sobre o prédio da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em que foram mortas 85 pessoas. Dentre os acusados estavam o ex-presidente Carlos Menem, um ex-juiz e outros antigos funcionários. O principal caso relacionado ao ataque está paralisado desde 2006. Em agosto, a Unidade de Investigação da Promotoria da AMIA identificou Augusto Daniel Jesús como a última vítima que ainda precisava ser identificada.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE MANIFESTAÇÃO

As denúncias de uso desnecessário e excessivo da força pelas forças de segurança no contexto de protestos continuaram.

Em 16 de janeiro, a líder social Milagro Sala foi presa e acusada durante um protesto pacífico em Jujuy, em dois de dezembro de 2015. Apesar de, nesse caso, ela ter sido libertada, foram iniciados outros processos penais contra ela a fim de mantê-la sob detenção. Em outubro, o Grupo de Trabalho da ONU contra Detenções Arbitrárias concluiu que sua detenção foi arbitrária e solicitou sua libertação imediata.

Em 17 de fevereiro, o Ministério de Segurança Nacional publicou o Protocolo de Conduta das Forças de Segurança do Estado Durante Protestos Públicos, que declara que as forças devem reprimir e o sistema de justiça deve processar criminalmente as pessoas que exercerem seus direitos de manifestação pacífica.

Em 31 de março, o Ministério Público de Buenos Aires expediu o parecer FG N 25/2016, que gera riscos sérios de restrições indevidas ao direito de manifestação pacífica.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

O defensor dos direitos humanos Rubén Ortiz foi ameaçado e intimidado por seu apoio aos direitos das comunidades agrícolas (campesinos) na província de Misiones. No final do ano, havia um processo de investigação em curso.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Até o fim do ano, o Comitê Nacional para a Prevenção da Tortura não havia sido estabelecido, apesar da normativa do governo do Sistema Nacional para a Prevenção da Tortura, que compreende legisladores, autoridades do governo e representantes de organizações da sociedade civil. Os deveres do Comitê incluem visitas a centros de detenção, prevenção de superpopulação prisional e a regulamentação das transferências.

BOLÍVIA

Estado Plurinacional da Bolívia

Chefe de estado e governo: **Evo Morales Ayma**

A criação de uma comissão para a verdade, justiça e reconciliação para violações de direitos humanos e crimes cometidos durante regimes militares (1964-1982) sob o direito internacional, ainda permanece pendente. Houve alegações de que não se buscou a autorização livre, prévia e informada dos povos indígenas sobre os projetos de exploração de petróleo na Amazônia. Houve algum progresso na proteção dos direitos LGBTI, bem como os direitos sexuais e reprodutivos. Existem ainda questões preocupantes sobre o sistema penitenciário.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em agosto, o Vice-Ministro do Interior, Rodolfo Illanes, foi assassinado durante protestos de mineiros. Os manifestantes estavam se opondo à aprovação de uma emenda à Lei de Cooperativas, que garante o direito de filiação aos sindicatos.

IMPUNIDADE

A Bolívia ainda não criou a Comissão para a Verdade, Justiça e Reconciliação para crimes cometidos durante os governos militares, prometida em março de 2015 em uma audiência pública perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em setembro, o Comitê da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência emitiu seu relatório sobre a Bolívia. Entre as recomendações, o Comitê instou a Bolívia a aprimorar e adaptar mecanismos e procedimentos para assegurar o acesso à justiça de pessoas com deficiência, e abolir a prática de esterilizar pessoas com deficiência sem seu livre, prévio e informado consentimento.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Em junho, protestos pacíficos de pessoas com deficiência que exigiam um benefício mensal, foram reprimidos pela polícia com gás lacrimogêneo. Em agosto, alegações de uso excessivo da força para reprimir protestos foram relatadas ao Comitê da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, estas alegações instavam as autoridades bolivianas a realizar uma investigação abrangente e imparcial sobre o incidente.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em março, líderes dos povos indígenas da Amazônia e o Centro para Documentação e Informação da Bolívia (CEDIB) denunciaram o fracasso em assegurar uma autorização prévia, livre e informada sobre os projetos de exploração de petróleo que ocorrem em território indígena.

DIREITOS LGBTI

Em maio, a Câmara dos Deputados do Congresso aprovou a Lei de Identidade de Gênero, estabelecendo os procedimentos administrativos para as pessoas transgêneros acima de 18 anos poderem alterar legalmente seu nome, sexo e dados de imagem em documentos oficiais.

Em setembro, a Defensoria Pública endossou um projeto de lei que permitiria o casamento civil entre pessoas do mesmo gênero, e possibilitaria às pessoas LGBTI terem os mesmos direitos e garantias de cuidados de saúde e segurança social de outros casais. O projeto de lei seria enviado à Assembleia Legislativa Plurinacional no final do ano.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em agosto, o Ministério da Saúde e a Universidade de San Andrés lançaram o primeiro Observatório de Mortalidade Materna e Neonatal para monitorar e reduzir as altas taxas de mortalidade materna e infantil no país. O Ministério da Saúde também anunciou o desenvolvimento de um projeto de lei para garantir o acesso adequado ao planejamento familiar.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em julho, uma petição que considerava dois artigos da Lei de Garantia de Personalidade Legal e suas regulamentações inconstitucionais foi rejeitada pelo Tribunal Constitucional. A petição havia sido apresentada pela Defensoria Pública, afirmando que a lei poderia violar o direito à liberdade de associação para o estabelecimento de ONGs ou fundações. Em outubro, quatro ONGs apresentaram uma petição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos referente à lei.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Em junho, a Defensoria Pública publicou um relatório destacando o problema grave de superpopulação e corrupção no sistema penitenciário, bem como as persistentes violações dos direitos humanos das pessoas em privação de liberdade.

BRASIL

República Federativa do Brasil

Chefe de estado e de governo: Michel Temer (substituiu Dilma Rousseff em agosto)

A polícia continuou a fazer uso desnecessário e excessivo da força, em especial no contexto dos protestos. Jovens negros, principalmente os que moram em favelas e periferias, foram desproporcionalmente afetados pela violência por parte de policiais. Defensores e defensoras dos direitos humanos, em especial os que defendem os direitos terra e ao meio ambiente, enfrentaram cada vez mais ameaças e ataques. A violência contra mulheres e crianças continua sendo uma prática comum. As violações de direitos humanos e discriminação contra refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes se intensificaram.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 31 de agosto, a Presidente Dilma Rousseff sofreu impeachment após um longo

processo no Congresso. O vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo. O novo governo anunciou diversas medidas e propostas que podem ter impacto sobre os direitos humanos, inclusive uma emenda constitucional (PEC 241/55) que limita os gastos do governo durante os próximos vinte anos, e que pode ter efeitos negativos nos investimentos em educação, saúde e outras áreas. A emenda foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado e foi duramente criticada pelo Relator Especial da ONU para extrema pobreza e direitos humanos.

No Congresso, várias propostas que prejudicariam os direitos das mulheres, povos indígenas, crianças, e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) estavam em discussão. Em setembro, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou mudanças no Estatuto da Família para definir família como a união entre um homem e uma mulher.

O Brasil ainda não tinha ratificado o Tratado sobre o Comércio de Armas nem assinado a Convenção sobre Munição Cluster. O Brasil teve um papel significativo em negociações atuais para um tratado que baniria as armas nucleares e deve ser finalizado em 2017.

Em dezembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por tolerar trabalho escravo e o tráfico de pessoas, com base nas condições de trabalhadores de uma fazenda no estado do Pará, norte do país.

SEGURANÇA PÚBLICA

As taxas de homicídio e a violência armada continuaram altas no país todo. Segundo as estimativas, o número de vítimas de homicídios em 2015 era de 58 mil. As autoridades falharam em propor um plano para abordar a situação.

Em 29 de janeiro, dez pessoas foram mortas e quinze foram feridas por homens armados na cidade de Londrina, no Paraná. Seis dos sete detidos durante a investigação do incidente eram policiais militares.

Em março, após sua visita ao Brasil, o Relator Especial da ONU para questões

relativas a minorias apresentou ao Conselho de Direitos Humanos recomendações de que tanto a polícia militar quanto a classificação automática dos homicídios cometidos por policiais como “resistência seguida de morte” — que presume que o policial agiu em legítima defesa e não leva a nenhuma investigação — sejam abolidas.

Em setembro, o governo federal autorizou o envio das Forças Armadas para o Rio Grande do Norte para dar apoio à polícia, após vários dias de ataques de grupos criminosos a ônibus e prédios públicos. Pelo menos 85 pessoas foram detidas sob a alegação de terem participado dos ataques.

Em 18 de novembro, sete homens foram mortos a tiros em Imperatriz no Maranhão, depois que um policial militar foi alvo de uma tentativa de roubo e agressão quando estava fora de serviço.

Jogos Olímpicos 2016

As autoridades e organizadores dos Jogos Olímpicos 2016 não implantaram as medidas necessárias para evitar violações de direitos humanos pelas forças de segurança antes e durante o evento esportivo.¹ Isso levou à repetição das violações já testemunhadas em outros grandes eventos esportivos realizados na cidade do Rio de Janeiro (os Jogos Pan-Americanos em 2007 e a Copa do Mundo em 2014).

Dezenas de milhares de militares e agentes de segurança foram deslocados para o Rio de Janeiro. O número de pessoas mortas pela polícia na cidade do Rio de Janeiro imediatamente antes dos Jogos, entre abril e junho, aumentou 103% em relação ao mesmo período de 2015.

Durante os Jogos Olímpicos (5 a 21 de agosto), as operações policiais foram intensificadas em áreas específicas, como as favelas de Acari, Cidade de Deus, Borel, Manguinhos, Alemão, Maré, Del Castilho e Cantagalo. Os moradores relataram horas de tiroteios intensos e abusos contra os direitos humanos, como buscas domiciliares ilegais, ameaças e agressões físicas. A polícia admitiu ter matado pelo menos 12 pessoas durante os Jogos na cidade do Rio de Janeiro

e ter se envolvido em 217 tiroteios em operações policiais no estado do Rio de Janeiro.²

Durante o trajeto da tocha olímpica por todo o país, protestos pacíficos em Angra dos Reis e Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, foram reprimidos com uso excessivo e desnecessário da força pela polícia. Balas de borracha, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo foram usados indiscriminadamente contra manifestantes pacíficos e pessoas que passavam pelo local, inclusive crianças.

Em 10 de maio, a chamada “Lei Geral das Olimpíadas” (Lei 13.284/2016) foi assinada pela Presidente Dilma, em meio a preocupações de que ela poderia impor restrições indevidas sobre as liberdades de expressão e manifestação pacífica, em contradição com as normas internacionais de direitos humanos. De acordo com as disposições da nova lei, dezenas de pessoas foram expulsas dos locais de competição por vestirem camisetas com slogans, empunharem bandeiras e outros cartazes de protesto nos primeiros dias dos Jogos. Em 8 de agosto, um juiz federal decidiu contra a proibição de protestos pacíficos dentro dos locais de competição.

Em 5 de agosto, dia da cerimônia de abertura, um protesto pacífico sobre os impactos negativos dos Jogos foi realizado perto do estádio do Maracanã, e foi reprimido pela polícia com força desnecessária. Os manifestantes foram dispersados com gás lacrimogêneo numa praça onde crianças brincavam. A maioria dos policiais não estava devidamente identificada.

Em 12 de agosto, também perto do Maracanã, um protesto organizado majoritariamente por estudantes foi duramente reprimido pela polícia militar, que fez uso excessivo e desnecessário da força. Cerca de 50 manifestantes, a maioria menores de 18 anos, foram detidos e um ficou ferido. No final do ano, alguns dos detidos estavam sendo investigados sob o Estatuto de Defesa do Torcedor, que tipifica como crime perturbar a ordem ou provocar

violência num raio de 5 km de um local esportivo.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Os homicídios pela polícia continuaram numerosos e, em alguns estados, aumentaram. No estado do Rio de Janeiro, 811 pessoas foram mortas pela polícia entre janeiro e novembro. Houve relatos de diversas operações policiais que resultaram em mortes, a maioria delas em favelas. Algumas poucas medidas foram adotadas para frear a violência policial no Rio, mas ainda não produziram resultados. Seguindo uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, em 5 de janeiro o Ministério Público do Rio de Janeiro criou um grupo para atuar no controle externo da atividade policial e na investigação de homicídios cometidos por policiais. A Polícia Civil anunciou que as investigações dos casos de homicídios por policiais seriam transferidas progressivamente para a Divisão de Homicídios.

A maioria dos homicídios cometidos por policiais continuaram impunes. Vinte anos após a execução extrajudicial de um menino de dois anos durante uma operação da polícia militar em 1996, na favela de Acari, na cidade do Rio, ninguém tinha sido responsabilizado. Em 15 de abril, o crime prescreveu. Em outubro, a primeira audiência pública relativa ao assassinato de 26 pessoas durante operações policiais na favela Nova Brasília, na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1994 e maio de 1995 foi realizada diante da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os homicídios ainda não tinham sido investigados e ninguém tinha sido levado à justiça.

Em julho, o Procurador-Geral solicitou que a investigação sobre a execução de 12 pessoas por policiais em fevereiro de 2015, em Cabula na Bahia, fosse transferida a autoridades federais.

Em 6 de novembro, cinco homens, que desapareceram em 21 de outubro depois de terem sido abordados por policiais, foram encontrados mortos em Mogi das Cruzes, São Paulo. Os corpos apresentavam sinais de

execução e as investigações iniciais apontaram envolvimento de guardas municipais.

Em 17 de novembro, quatro jovens foram mortos a tiros por policiais militares da ROTA em Jabaquara em São Paulo.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Em 1º de fevereiro, doze policiais militares foram condenados e sentenciados por crimes de tortura seguidos de morte, fraude processual e “ocultação de cadáver”, no caso do desaparecimento forçado de Amarildo de Souza, no Rio de Janeiro.

Em abril, investigações policiais identificaram 23 policiais militares como suspeitos no desaparecimento forçado de Davi Fiuza, de 16 anos, na cidade de Salvador, Bahia, em outubro de 2014. No entanto, o caso não chegou ao Ministério Público e nenhum dos acusados tinha sido julgado até o fim de 2016.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As prisões continuaram extremamente superlotadas, com relatos de tortura e outros maus-tratos. De acordo com o Ministério da Justiça, até o fim de 2015 o sistema prisional tinha uma população de mais de 620 mil pessoas, embora a capacidade total seja de aproximadamente 370 mil.

Rebeliões de presos ocorreram pelo país. Em outubro, dez homens foram decapitados ou queimados vivos em Roraima, e oito morreram asfixiados numa cela durante um incêndio numa penitenciária em Rondônia.

Em 8 de março, o Relator Especial da ONU para tortura relatou, entre outras coisas, as péssimas condições de vida e a ocorrência frequente de tortura e outros maus-tratos de presos por policiais e carcereiros no Brasil.

Em setembro, um tribunal anulou o julgamento e as sentenças de 74 policiais pelo massacre no presídio de Carandiru em 1992, quando 111 homens foram mortos por policiais.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

O ano foi marcado por protestos majoritariamente pacíficos pelo país, sobre assuntos como o processo de impeachment, a reforma educacional, violência contra as mulheres, impactos negativos dos Jogos Olímpicos de 2016 e a redução de gastos públicos com saúde e educação. Com frequência, a resposta da polícia era violenta, com uso excessivo e desnecessário de força.

Estudantes ocuparam pacificamente cerca de mil escolas públicas no país para questionar a reforma da educação e os cortes de investimento propostos pelo governo. Em junho, na cidade do Rio de Janeiro, a polícia usou força excessiva e desnecessária para acabar com o protesto de estudantes no prédio da Secretaria de Educação.

A polícia usou força excessiva e desnecessária em vários estados para dispersar manifestações contra o novo governo e a proposta de emenda constitucional (PEC 241/55) que restringe os gastos públicos. Em São Paulo, uma estudante perdeu a visão no olho esquerdo depois que um policial lançou uma bomba de efeito moral que explodiu perto dela.

Em janeiro, Rafael Braga Vieira, que tinha sido detido depois de um protesto no Rio de Janeiro em 2013, foi detido novamente sob acusações forjadas de tráfico de drogas.

Em 10 de agosto, um juiz estadual não reconheceu a responsabilidade do estado pela perda de um dos olhos de Sergio Silva, depois de ele ter sido atingido por um projétil atirado pela polícia durante um protesto em São Paulo, em 2013. O juiz considerou que, por estar no protesto, Sergio tinha implicitamente aceitado o risco de sofrer ferimentos causados pela polícia.

Em março, a Lei Antiterrorismo (13.260/2016) foi aprovada no Congresso e sancionada pela Presidente. A lei foi amplamente criticada, por sua linguagem vaga e por deixar margem para que seja aplicada arbitrariamente em protestos sociais.

DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Ataques, ameaças e assassinatos de defensores de direitos humanos aumentaram em comparação a 2015. Pelo menos 47 defensores foram mortos entre janeiro e setembro, incluindo pequenos agricultores, camponeses, trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, pescadores e ribeirinhos, em sua luta pelo acesso à terras e recursos naturais. Casos de ameaças, ataques e assassinatos envolvendo defensores dos direitos humanos raramente eram investigados e permaneciam praticamente impunes.

Apesar da existência de uma política nacional e um programa de proteção aos defensores de direitos humanos, deficiências na implantação do programa e a falta de recursos fizeram com que essas pessoas continuassem vítimas de ameaças e homicídios. Em junho, a suspensão de diversos acordos entre o governo federal e os governos dos estados para implantar o programa, além dos cortes de gastos, diminuiu sua eficácia.

Abril marcou o vigésimo aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados e 69 ficaram feridos durante uma operação brutal envolvendo mais de 150 policiais no sudeste do Pará. Apenas dois comandantes da operação foram condenados por homicídio e agressão. Nenhum policial ou outra autoridade foi responsabilizado. Desde o massacre, mais de 271 trabalhadores e lideranças rurais foram assassinados só no Pará.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os processos de demarcação e titulação dos territórios de povos indígenas continuaram a progredir muito lentamente, apesar do prazo para isso ter terminado há 23 anos. Uma emenda constitucional (PEC 215) que permite aos legisladores bloquear as demarcações — vetando, assim, os direitos dos povos indígenas previstos pela Constituição e pelo direito internacional —

está em discussão no Congresso. Houve tentativas de bloquear a demarcação de terras, em alguns casos, por grandes fazendeiros.

A sobrevivência da comunidade de Apika'y (Guarani Kaiowá), no Mato Grosso do Sul, correu sérios riscos. Em julho, a comunidade Apika'y foi expulsa de suas terras ancestrais. Embora a comunidade tenha sido notificada do despejo, não foi consultada e nem recebeu opções para realocação. As famílias de Apika'y foram deixadas na beira de uma estrada, com acesso restrito a água e comida.

Em outubro, um inquérito conduzido pelo Ministério Público Federal concluiu que o assassinato do índio Terena Oziel Gabriel foi causado por uma bala da Polícia Federal numa operação de 2013 na fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul.

Durante uma visita em março, o Relator Especial da ONU sobre o direito dos povos indígenas denunciou a incapacidade de o Brasil demarcar as terras indígenas e o enfraquecimento de instituições estatais responsáveis por proteger os direitos desses povos.

PESSOAS REFUGIADAS, SOLICITANTES DE REFÚGIO E MIGRANTES

Havia aproximadamente 1,2 milhão de solicitantes de refúgio, refugiados e migrantes morando no país até outubro. O governo não dedicou o empenho e os recursos necessários para atender as necessidades dos solicitantes de refúgio, como processar os pedidos. Na média, levou pelo menos dois anos para processar um pedido de refúgio — deixando os requerentes no limbo jurídico durante esse período.

Em dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou uma nova lei de migração que salvaguarda os direitos de solicitantes de refúgio, migrantes e apátridas; a lei estava sendo apreciada pelo Senado no final do ano.

Solicitantes de refúgio e migrantes relataram que a discriminação era rotina

quando tentavam ter acesso a serviços públicos, como saúde e educação.

Durante o ano, no estado de Roraima, 455 venezuelanos – incluindo crianças – foram deportados, muitos sem acesso ao devido processo legal.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em maio, o governo federal interino extinguiu o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e o reduziu a uma secretaria, parte do Ministério da Justiça, o que causou uma redução significativa dos recursos e programas dedicados a salvaguardar os direitos das mulheres e meninas.

Uma série de estudos durante o ano mostrou que a violência letal contra mulheres aumentou 24% durante a década anterior e confirmou que o Brasil é um dos piores países da América Latina para se nascer menina, em especial devido aos níveis extremamente altos de violência de gênero e gravidez na adolescência, além das baixas taxas de conclusão da educação secundária.

Os estupros coletivos de uma menina em 21 de maio e de uma mulher em 17 de outubro no estado do Rio de Janeiro foram notícia no país todo, confirmando a incapacidade do estado para respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de mulheres e crianças. De janeiro a novembro, havia 4.298 casos de estupro reportados no estado do Rio de Janeiro, 1.389 deles na capital.

O ano também marcou uma década desde que a Lei Maria da Penha, contra violência doméstica, entrou em vigor. O governo falhou em implementar a lei com rigor, e a violência doméstica e a impunidade continuam amplamente difundidas.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em agosto, um adolescente morreu e outros seis ficaram gravemente feridos no incêndio de uma unidade do sistema socioeducativo na cidade do Rio de Janeiro. Em setembro, um adolescente que estava hospitalizado desde o incidente morreu em decorrência

dos ferimentos. O número de internos nas unidades do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro aumentou 48% durante o ano, agravando uma situação, que já era crítica, de superlotação, péssimas condições de vida, tortura e outros maus-tratos.

Uma proposta de emenda constitucional para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos ainda estava sendo apreciada pelo Senado, apesar de ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados em 2015.

-
1. Brazil: Violence has no place in these games! Risk of human rights violations at the Rio 2016 Olympic Games (AMR 19/4088/2016)
 2. Brazil: A legacy of violence: Killings by police and repression of protest at the Rio 2016 Olympics (AMR 19/4780/2016)

CANADÁ

Canadá

Chefe de estado: **Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador Geral David Johnston**

Chefe de governo: **Justin Trudeau**

Cerca de 38 mil refugiados sírios foram realocados. Uma investigação nacional sobre violência contra mulheres e meninas indígenas foi iniciada. Persistiram as preocupações relacionadas à falha em manter os direitos dos povos indígenas face aos projetos de desenvolvimento econômico.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em janeiro, o Tribunal de Direitos Humanos Canadense decidiu que a sistêmica falta de recursos para os serviços de proteção às crianças da Primeira Nação constituía discriminação. O governo aceitou a decisão, mas não conseguiu acabar com a discriminação.

Em maio, o governo anunciou suporte incondicional à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, mas até o fim do ano ainda não estava claro como iria colaborar com os povos indígenas para implementar esse compromisso.

Em maio, um relatório patrocinado pela província de Ontário confirmou que a

contaminação por mercúrio continuava na comunidade da Primeira Nação Grassy Narrows.

Em julho, o governo emitiu autorizações que permitiam a continuação da construção da represa Site C na província de British Columbia, apesar de processos não resolvidos envolvendo obrigações de acordo com um tratado histórico que afetava as Primeiras Nações.

Em outubro, o governo da província de Terra Nova e Labrador concordou em tomar medidas para reduzir os riscos à saúde e à cultura dos Inuítes causados pela represa Muskrat Falls, após greves de fome e outros protestos.

Em novembro, o governo de British Columbia reconheceu a necessidade de abordar o impacto do setor de suprimentos sobre a segurança das mulheres e meninas indígenas.

DIREITOS DAS MULHERES

Em março, o governo se comprometeu a promover a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e meninas por meio de seu programa de desenvolvimento internacional.

Em setembro, a Investigação Nacional sobre Mulheres e Meninas Ausentes e Assassinadas foi lançada. Seu mandato não inclui ações da polícia nem medidas para abordar fracassos anteriores em investigar os casos de forma adequada. Em novembro, o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da ONU pediu ao Canadá que assegurasse que a Investigação Nacional examinaria o papel do policiamento.

Em novembro, os promotores da Província de Quebec entraram com apenas dois processos dos 37 que as mulheres indígenas que alegam abuso da polícia trouxeram para investigação. O observador independente designado para fiscalizar os casos levantou preocupações com relação ao racismo sistêmico. Em dezembro, o governo de Quebec anunciou uma investigação pública sobre o tratamento de pessoas indígenas pelos órgãos governamentais.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em fevereiro, a legislação para reverter as reformas na Lei de Cidadania de 2014 foi introduzida, permitindo que as pessoas com dupla nacionalidade condenadas por terrorismo e outros crimes tenham a cidadania canadense cassada.

Em fevereiro, o governo retirou uma apelação contra a decisão de 2015 de libertar Omar Khard sob fiança. Ele é um cidadão canadense mantido no centro de detenção norte-americano da Baía de Guantánamo, Cuba, por 10 anos, desde que tinha 15 anos de idade e foi transferido para uma prisão canadense em 2012.

Em novembro, o Tribunal Federal decidiu que a prática do Serviço de Segurança e Inteligência Canadense de manter metadados de registros de telefones e e-mails era ilegal.

A mediação foi rompida nos casos de Abdullah Almalki, Ahmad Abou-Elmaati e Muayyed Nureddin, que buscavam desagravo com base em um relatório judicial da investigação de 2008 que documentava o papel dos oficiais canadenses em suas detenções, prisões e tortura em outro país.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Aumenta cada vez mais a preocupação com o uso indiscriminado de confinamento em solitária após ter se tornado público em outubro o caso de Adam Capay, indígena que antes do julgamento foi mantido na solitária em Ontário por quatro anos.

Em novembro, o governo de Quebec lançou uma pesquisa pública sobre a vigilância de jornalistas pela polícia.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

Durante todo o ano, 38.700 refugiados sírios foram realocados para o Canadá com o apoio do governo e da iniciativa privada.

Em abril, o Programa Federal Interino de Saúde para refugiados e solicitantes de refúgio foi retomado, revertendo cortes impostos em 2012.

Em agosto, o Ministro de Segurança Pública anunciou que haverá um aporte maior para a construção de instalações de detenção para imigrantes.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em junho, o governo de British Columbia permitiu que todas as operações fossem retomadas na mina de Mount Polley, apesar de uma investigação criminal em andamento sobre o colapso da lagoa de mineração em 2014 e o fato de que a aprovação do plano de tratamento de água em longo prazo da empresa estava pendente. Em novembro, um processo particular foi instaurado contra o governo da província e a Mount Polley Mining Corporation por violações da Lei de Pesca.

Em maio, o quinto relatório anual que avaliava o impacto dos direitos humanos sobre o Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e a Colômbia foi lançado. Mais uma vez o relatório não avaliou questões de direitos humanos relacionadas aos efeitos dos projetos de extração sobre os povos indígenas e outros.

O governo não conseguiu adotar medidas para cumprir uma promessa de campanha de 2015 para estabelecer uma ouvidoria de direitos humanos para o setor extrativista. A ONU, por meio do CDESCR (Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), exigiu que o Canadá realizasse essa etapa em março, e em novembro, o Comitê CEDAW fez a mesma exigência.

Três empresas canadenses foram processadas civilmente por supostas violações de direitos humanos em projetos internacionais. Um caso relacionado à mina guatemalteca HudBay Minerals estava em andamento em Ontário. Em outubro, um tribunal de British Columbia decidiu que um caso envolvendo a mina Eritreana da Nevsun Resources poderia prosseguir. Em novembro, houve uma apelação em British Columbia em relação a um caso envolvendo a continuação da exploração da mina guatemalteca da Tahoe Resources.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em fevereiro, uma política de 2007 que limitava os esforços do governo para buscar clemência em nome dos canadenses condenados à morte em países estrangeiros foi revertida.

Em março, o CESCR da ONU pediu que o Canadá reconhecesse que os direitos econômicos, sociais e culturais são integralmente passíveis de julgamento.

Em abril, o governo aprovou uma venda de 15 bilhões de dólares canadenses de veículos com blindagem leve para a Arábia Saudita, apesar das preocupações com os direitos humanos. Um compromisso de 2015 de participar do Tratado de Comércio de Armas da ONU não foi cumprido.

Em maio, o governo anunciou planos para aderir ao Protocolo Opcional da Convenção da ONU contra Tortura, lançando consultas com os governos das províncias e dos territórios.

Ainda em maio, o governo introduziu uma legislação adicionando a proibição da discriminação baseada na identidade e expressão de gênero na Lei de Direitos Humanos do Canadá e nas leis relacionadas a crimes de ódio no Código Penal.

CATAR

Estado do Catar

Chefe de estado: **Sheikh Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

Chefe de governo: **Sheikh Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

As autoridades restringiram indevidamente os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Um prisioneiro de consciência foi perdoado e libertado. Trabalhadores migrantes enfrentaram exploração e abusos. A discriminação contra as mulheres continuou presente na legislação e na prática. Os tribunais impuseram penas de morte, mas nenhuma execução foi informada.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Catar continuou sendo parte da coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita envolvida no conflito armado no Iêmen (consulte a entrada sobre o Iêmen).

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

As autoridades continuaram a restringir indevidamente os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica. As autoridades não permitiram a existência de partidos políticos independentes, e associações trabalhistas só foram permitidas para os cidadãos se atendessem a critérios estritos. Aglomerações públicas sem autorização foram dispersadas, e as leis que criminalizam expressões consideradas ofensivas ao Emir foram mantidas.

O poeta e prisioneiro de consciência Mohammed al-Ajami (também conhecido como Dheeb) foi solto em 15 de março com um perdão incondicional concedido pelo Emir. Ele estava cumprindo uma sentença de quinze anos de prisão imposta em 2012 por escrever e recitar poemas considerados ofensivos ao Emir e ao Estado.

O site de notícias independente Doha News foi bloqueado no Catar por “problemas de licença”. O Doha News faz jornalismo independente e cobriu assuntos sensíveis no Catar, o que provavelmente levou ao seu bloqueio pelos dois provedores de internet locais.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 2 de maio, o Tribunal de Cassação da capital, Doha, confirmou a condenação e a sentença de quinze anos imposta ao cidadão filipino Ronaldo Lopez Ulep por espionagem. Sua condenação em 2014 se baseou, em grande parte, numa “confissão” em árabe, um idioma que ele não sabe ler, sem nenhuma investigação sobre sua alegação de que agentes de segurança o forçaram a assinar a “confissão” com tortura e outros maus-tratos. O Tribunal de Apelação, que reduziu a sentença original de prisão

perpétua para quinze anos, e o Tribunal de Cassação falharam em investigar as alegações de tortura quando confirmaram a condenação. Enquanto esteve preso, seu direito de acesso à família continuou violado.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Trabalhadores migrantes, que compõem a maior parte da população do Catar, continuaram enfrentando exploração e abuso. A Lei n. 21 de 2015, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 2016, mais de um ano depois de sua aprovação, substituiu a Lei de Patrocínio de 2009, introduzindo algumas pequenas melhorias como a supressão do banimento de dois anos para trabalhadores migrantes que tentam retornar ao Catar depois de terem deixado o país. No entanto, elementos chave da lei de 2009 foram mantidos, facilitando violações de direitos humanos — entre eles, o trabalho forçado. De acordo com a nova lei, trabalhadores migrantes ainda eram obrigados a obter uma permissão de saída emitida pelo empregador para poder deixar o Catar, violando assim sua liberdade de circulação. Se trabalhadores tivessem a saída negada eles podiam apelar, no entanto não foi publicada uma orientação oficial de como os recursos judiciais seriam tratados. A nova lei também permitiu que os empregadores impedissem trabalhadores migrantes de mudar de emprego por até cinco anos, dependendo dos termos de seus contratos, e que eles retivessem o passaporte desses trabalhadores com seu consentimento por escrito, preservando na lei a prática de retenção de passaportes usada por empregadores exploradores para exercer controle sobre os trabalhadores migrantes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) visitou o Catar em março de 2016. A delegação de alto nível avaliou as medidas tomadas pelo governo para resolver as questões levantadas em uma reclamação feita com relação à violação da Convenção de Trabalho Forçado e a Convenção de Inspeção do Trabalho. O relatório da delegação reconheceu os passos tomados pelas

autoridades do Catar para combater abusos trabalhistas contra os migrantes, mas indicava que ainda há muitos desafios. A OIT adiou a decisão de nomear uma comissão de inquérito no Catar até março de 2017.

Foi implantado ao longo de 2016 o Sistema de Proteção aos Salários, que tornou obrigatório o pagamento de salários por transferência eletrônica bancária. De acordo com os números do governo, até novembro cerca de 1,8 milhão de pessoas estavam protegidas pelo sistema. Alguns trabalhadores migrantes empregados em projetos de construção de grande visibilidade foram realocados para os complexos Cidade do Trabalho e Barwa Al Bahara, construídos pelo governo para acomodar 150 mil trabalhadores migrantes de baixa renda, com melhores condições e serviços públicos. Uma lei de 2010 que efetivamente proibia os trabalhadores migrantes de viverem em distritos residenciais urbanos continuou a restringir a oferta de habitação para esses trabalhadores, aumentando a população de outros lugares já superpopulosos e condenando a maioria dos migrantes a condições de sobrevivência inadequadas. Em abril, dados de um censo publicado pelo Ministério de Planejamento e Estatísticas de Desenvolvimento indicavam que 1,4 milhão de pessoas moravam em campos de trabalho.

Trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres, ainda corriam o risco de exploração e abuso, pois permaneceram excluídas das proteções trabalhistas existentes. Um projeto de lei já antigo para proteger os direitos das trabalhadoras domésticas continuou sendo postergado. Em julho, o Comitê Nacional de Direitos Humanos do Catar recomendou a introdução de uma lei para proteger os direitos humanos de trabalhadoras domésticas migrantes e dar a elas acesso à justiça para denunciarem abusos.

Em resposta a provas de que os trabalhadores migrantes haviam sido abusados durante a reforma do Estádio Internacional Khalifa e cercanias do complexo esportivo Aspire Zone - local da

Copa do Mundo de 2022 - o governo anunciou em abril que o Ministério de Desenvolvimento Administrativo e Questões Trabalhistas e Sociais investigaria os principais contratantes responsáveis pelos abusos. O Supremo Comitê de Entrega e Legado, responsável por supervisionar todos os projetos da Copa de 2022, anunciou programas de “retificação” para empreiteiros envolvidos em abusos e restringiu ofertas futuras para contratos da Copa do Mundo de um subcontratante principal. Algumas empresas de fornecimento de mão de obra foram proibidas de trabalhar em projetos da Copa do Mundo de 2022, entre elas uma empresa que usava mão de obra forçada. Em novembro o Supremo Comitê assinou um acordo de um ano com a União Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira para realizar inspeções conjuntas das condições de trabalho e habitação de certos trabalhadores migrantes da construção e publicar detalhes dessas inspeções. O acordo estava limitado aos projetos da Copa do Mundo e não cobriam projetos associados de infraestrutura como vias expressas, malha ferroviária e hotéis.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram enfrentando discriminação na lei e na prática, e não tiveram proteção adequada contra violência doméstica. As leis de status pessoal continuaram a discriminar as mulheres no que diz respeito ao casamento, divórcio, herança, guarda dos filhos, nacionalidade e liberdade de circulação.

PENA DE MORTE

Os tribunais impuseram novas penas de morte e o Tribunal de Apelações confirmou outras, mas nenhuma execução foi registrada.

CHILE

República do Chile

Chefe de estado e de governo: **Michelle Bachelet Jeria**

A impunidade referente a violações passadas e atuais de direitos humanos continuam sendo uma preocupação. Procedimentos legais relativos a alegações de crimes ocorridos no passado sob a lei internacional e outras violações de direitos humanos continuam; em alguns casos, os envolvidos foram presos. Por boa parte do ano, os casos de uso desnecessário e excessivo de força pela polícia continuaram a ser tratados por tribunais militares. No entanto, uma lei aprovada em novembro exclui civis de jurisdição militar. O aborto ainda é criminalizado sob todas as circunstâncias, embora alguns passos tenham sido dados para descriminalizá-lo em alguns poucos casos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Entre abril e agosto, o governo realizou um processo de consulta aberta a todos os cidadãos como primeiro passo para adotar uma nova constituição. A atual constituição, adotada durante o governo militar sob o regime do general Pinochet, contém cláusulas não alinhadas à legislação internacional de direitos humanos.

Em janeiro, entrou em vigor uma lei que estabelece um novo Subsecretariado de Direitos Humanos subordinado ao Ministério da Justiça. A primeira subsecretária foi nomeada em setembro.

Em abril, o governo anunciou que os planos para reformar a lei de migração foram adiados por tempo indeterminado. Em dezembro foi anunciado que o projeto de lei seria arquivado em janeiro de 2017.

POLÍCIA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Houve alegações de uso desnecessário ou excessivo de força por parte da polícia, especialmente no contexto de protestos. Crianças, mulheres, jornalistas e os funcionários do Instituto Nacional de Direitos Humanos que trabalhavam como observadores estão entre as vítimas.

As violações de direitos humanos envolvendo membros das forças de segurança continuaram sendo tratadas por tribunais militares. No entanto, uma nova lei

entrou em vigor em novembro declarando expressamente que a população civil, seja esta acusada ou vítima de algum crime, está excluída da jurisdição militar.

Em janeiro, o Instituto Nacional de Direitos Humanos entrou com um processo para pedir mais investigações por parte dos tribunais da justiça comum no desaparecimento forçado de José Huenante, de 16 anos. O rapaz foi visto pela última vez ao ser detido por policiais em setembro 2005. Depois do processo, um tribunal militar também reabriu uma investigação. No final do ano, porém, o destino e a localização de José Huenante ainda não estavam esclarecidos e nenhuma investigação havia estabelecido os fatos do caso ou identificado os responsáveis.

IMPUNIDADE

Ao longo do ano, várias condenações por crimes do passado sob a lei internacional e outras violações de direitos humanos cometidos durante o regime militar foram confirmadas. Em setembro, a Suprema Corte confirmou as condenações de dois antigos oficiais militares a quatro anos de prisão pela tortura do general Alberto Bachelet, em 1973.

As vítimas, seus parentes e organizações da sociedade civil se opuseram a várias tentativas de conceder liberdade condicional antecipada a pessoas condenadas por violações de direitos humanos durante o governo militar de Augusto Pinochet. No final do ano, uma lei foi apresentada ao congresso para negar a possibilidade de condicional a condenados por crimes contra a humanidade. Entrou em vigor em novembro uma lei que estabelece a tortura como crime na legislação chilena.

Em setembro, o Chile foi um dos países listados pelo Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU por ter atrasado o cumprimento do Protocolo Opcional desse Subcomitê em virtude da falta de um mecanismo nacional de prevenção.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em janeiro, o congresso estabeleceu uma comissão para investigar a violência em Araucanía, a região mais afetada pelos conflitos por terra envolvendo a etnia Mapuche. A comissão centrou esforços na alegação de que os Mapuche haviam cometido crimes como forma de protesto. No entanto, alegações contínuas de uso excessivo de força e detenções arbitrárias durante operações da polícia contra comunidades Mapuches não foram investigadas, pois não eram parte das atribuições da comissão. A Câmara dos Deputados aprovou as conclusões da comissão em setembro. Em maio, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ampliou as medidas de precaução apresentadas em outubro 2015 em favor da líder Mapuche Juana Calfunao.

Essas medidas visam proteger outros membros de sua família que vivem na comunidade de Juan Paillalef, no sul do Chile, de ameaças à vida e integridade relacionadas a uma disputa de terra.

Em agosto, o fotógrafo Felipe Durán e um membro da comunidade Mapuche, Cristián Levinao, foram inocentados de todas as acusações a eles imputadas. Os dois homens haviam sido acusados de posse ilegal de armas e drogas, e presos preventivamente por mais de 300 dias.

A *Machi* (autoridade espiritual tradicional Mapuche) Francisca Linconao foi detida em março e aguarda julgamento na prisão. Em quatro ocasiões, um juiz autorizou sua transferência para prisão domiciliar em razão de sérios problemas de saúde. Em todas as ocasiões, a permissão foi revogada por recurso e ela voltou à prisão pouco depois. Em novembro, ela foi transferida para o hospital. Em dezembro, ela começou a fazer greve de fome, exigindo que os processos pré-julgamento ocorressem em sua casa, e sua equipe de defesa entrou com um pedido de *amparo* solicitando a mesma medida. No fim do ano, ela continuava em greve de fome.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O aborto é considerado infração penal sob todas as circunstâncias. Várias mulheres que buscam atendimento médico devido a complicações resultantes de abortos inseguros se arriscam a ser acusadas criminalmente após serem denunciadas às autoridades por profissionais de saúde.

Em março, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei de descriminalização do aborto quando a gravidez oferece risco à vida da mulher, quando é resultado de estupro e nos casos de grave deficiência fetal. Entretanto, as cláusulas que proíbem os profissionais de saúde de denunciar as mulheres foram retiradas da lei após terem sido rejeitadas pela Câmara. A emenda à lei foi enviada para ser votada no Senado antes do fim do ano.

DIREITOS LGBTI

Em setembro, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou a Lei de Identidade de Gênero, primeiro passo para sua promulgação após três anos de debates. As aprovações pelo Senado e pela Câmara dos Deputados ainda estão pendentes. A lei propõe estabelecer o direito de indivíduos maiores de 18 anos de ter sua identidade de gênero reconhecida legalmente, modificando seu nome e gênero em documentos oficiais através de processo administrativo e sem a atual exigência de se submeterem a cirurgia de mudança de sexo ou atestado médico.

Em julho, o Chile chegou a um acordo amigável perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre uma queixa em nome de três casais gays que tiveram negado o direito de se casar. O acordo incluiu a adoção de uma série de medidas e políticas para promover os direitos das pessoas LGBTI. Em agosto, como parte do acordo, o governo anunciou um processo participativo da sociedade civil visando apresentar um projeto de lei para estabelecer o casamento igualitário.

CHINA

República Popular da China

Chefe de estado: **Xi Jinping**

Chefe de governo: **Li Keqiang**

O governo continuou apresentando e aprovando (projetos de) leis de segurança nacional que representam sérias ameaças à proteção de direitos humanos. A atuação de advogados e ativistas de direitos humanos foi reprimida por todo o país durante o ano. Ativistas, defensores e defensoras dos direitos humanos continuaram a ser sistematicamente monitorados, ameaçados, intimidados, presos e detidos. A polícia prendeu números cada vez maiores de defensores de direitos humanos fora de estabelecimentos prisionais formais, às vezes sem acesso a advogados por longos períodos, expondo os detidos ao risco de tortura e outros maus-tratos. Livreiros, editores, ativistas e um jornalista que desapareceram em países vizinhos em 2015 e 2016 reapareceram presos na China, gerando preocupações de que os órgãos chineses de aplicação da lei estejam agindo fora de sua jurisdição. O controle da internet, dos meios de comunicação de massa e da comunidade acadêmica tornou-se significativamente mais rigoroso. A repressão de atividades religiosas fora do controle direto do Estado aumentou. A repressão religiosa feita em campanhas “anti-separatismo” ou de “combate ao terrorismo” permaneceu particularmente severa na região autônoma de Xinjiang Uighur e em áreas de população tibetana.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Leis e regulamentos abrangentes de segurança nacional foram apresentados e promulgados, conferindo poderes ainda maiores às autoridades para silenciar os dissidentes, restringir e censurar informações, intimidar e processar defensores de direitos humanos.

A Lei de Gestão de ONGs Estrangeiras estava para entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2017, criando ainda mais barreiras aos já limitados direitos à liberdade de associação, manifestação pacífica e expressão. Embora a lei tenha sido elaborada para regular e até mesmo proteger as atividades de ONGs estrangeiras, estava a cargo do Ministério da Segurança Pública a responsabilidade de supervisionar o registro dessas ONGs, bem como suas operações, e pré-aprovar suas atividades. O amplo poder dado à polícia federal para supervisionar e controlar o trabalho de ONGs estrangeiras levantou o risco de que a lei possa ser mal utilizada para intimidar e processar defensores de direitos humanos e funcionários de ONGs.

Em 7 de novembro, o Congresso Nacional do Povo (CNP) aprovou a Lei de Segurança Cibernética, supostamente para proteger dados pessoais dos usuários da internet de ataques de hackers e roubo de dados. No entanto, a lei também obriga as empresas de TI que têm operações na China a censurar conteúdo, armazenar dados de usuários no próprio país e ter um sistema de registro de nomes reais contrariando as obrigações nacionais e internacionais de proteger os direitos à liberdade de expressão e à privacidade. A lei proíbe indivíduos ou grupos de usar a internet para “prejudicar a segurança nacional”, “perturbar a ordem social” ou “prejudicar interesses nacionais” – termos vagos e imprecisos pela lei chinesa existente - e que podem ser usados para restringir ainda mais a liberdade de expressão. A lei consagra o conceito de “soberania sobre a internet”, que justifica ampla censura e poderes de vigilância em nome da proteção à segurança nacional.

Ainda em 7 de novembro, o CNP promulgou a Lei de Promoção da Indústria Cinematográfica, que proíbe a produção de filmes que incluam conteúdos que põem em risco a segurança nacional, incitem ódio étnico e violem políticas religiosas.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Falhas na lei em âmbito doméstico e problemas sistêmicos no sistema de justiça criminal resultaram em tortura generalizada e outros maus tratos, bem como em julgamentos injustos.

As autoridades utilizaram cada vez mais a “vigilância residencial em local determinado”, um tipo de detenção em que o preso fica incomunicável e que permitiu à polícia manter indivíduos presos por até seis meses fora do sistema de detenção formal, sem acesso a aconselhamento jurídico à sua escolha, às suas famílias ou a qualquer outra pessoa do mundo exterior, colocando os suspeitos sob risco de tortura e outros maus tratos. Esse tipo de detenção foi usado para restringir as atividades de defensores de direitos humanos, dentre os quais advogados, ativistas e religiosos praticantes.

DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

No final do ano, cinco defensores continuavam presos e aguardavam julgamento sob a acusação de “subverter o poder do estado” ou “incitar a subversão ao poder do estado”, e outros quatro acusados de “causar discussões e gerar problemas” ou “trabalhar para que outra pessoa cruze a fronteira do país ilegalmente”. Essas detenções resultaram de uma repressão sem precedentes, por parte do governo, a advogados de direitos humanos e outros ativistas iniciada em meados de 2015. Pelo menos 248 advogados e ativistas foram interrogados ou detidos por agentes de segurança do estado. Pelo menos 12 pessoas detidas durante a repressão, incluindo os proeminentes advogados de direitos humanos Zhou Shifeng, Sui Muqing, Li Heping e Wang Quanzhang, foram submetidas à “vigilância residencial em um local determinado” sob suspeita de participação em crimes contra a segurança do estado. Familiares desses detidos também ficaram sujeitos à vigilância policial, assédio e restrição de seu direito de ir e vir. A assessora jurídica Zhao Wei e a advogada Wang Yu

foram libertadas sob fiança no início de julho e início de agosto, respectivamente, embora permanecessem sujeitas a restrições em seus direitos de ir e vir, liberdade de expressão e de associação por um ano, além de ainda se encontrarem sob risco de serem processadas.

Em dois de agosto, o ativista Zhai Yanmin foi condenado por “subverter o poder do estado” e condenado a três anos de prisão, suspensos por quatro anos. Hu Shigen e o advogado Zhou Shifeng foram condenados, sob a mesma acusação, a sete anos e meio e sete anos de prisão, respectivamente, em 3 e 4 de agosto.

O advogado Jiang Tianyong desapareceu em 21 de novembro. Em 23 de dezembro, sua família foi notificada que ele foi enquadrado em “vigilância residencial em um determinado local” sob suspeita de “incitar subversão do poder do Estado”. Liu Feiyue e Huang Qi, ambos defensores dos direitos humanos e fundadores de sites, foram detidos em novembro acusados respectivamente de “incitação a subversão” e “vazamento de segredos de Estado”.

As autoridades da província de Guangdong, onde houve um aumento das disputas trabalhistas e greves, continuaram reprimindo trabalhadores e ativistas de direitos trabalhistas, dando continuidade à ação iniciada em dezembro de 2015. Pelo menos 33 pessoas foram detidas; 31 foram libertadas posteriormente. O ativista trabalhista Zeng Feiyang teve negado seu acesso a advogados e foi condenado a três anos de prisão, suspensos por quatro anos no início de outubro. O ativista trabalhista Meng Han foi condenado a um ano e nove meses de prisão em 3 de novembro. Em muitos casos, o centro de detenção inicialmente negou acesso a advogados alegando que os casos envolviam “risco à segurança nacional”.

Seis das mais de 100 pessoas na China continental detidas por apoiar os protestos pró-democracia de Hong Kong no final de 2014 foram condenadas à prisão. Dentre elas estavam Xie Wenfei e Wang Mo, líderes do movimento Southern Street, que foram

condenados a quatro anos e meio de prisão sob a acusação de “incitar subversão”. Duas outras pessoas, a ativista pelos direitos das mulheres Su Changlan e Chen Qitang, permanecem detidos sem datas marcadas para seus julgamentos. Zhang Shengyu, que estava entre os detidos por apoiar os protestos de Hong Kong, relatou que foi espancado, e Su Changlan disse que lhe negaram tratamento médico adequado durante a prisão.

O número de “confissões” cuidadosamente ensaiadas e transmitidas pela televisão aumentou durante o ano. Eles incluíram entrevistas com defensores de direitos humanos detidos feitas pela mídia estatal chinesa e, em dois casos, transmitidas por meios de comunicação pró-Pequim em Hong Kong. Embora tais “confissões” não tenham nenhuma validade legal, elas minaram o direito dos que as protagonizaram a um julgamento justo. Dentre aqueles mostrados fazendo sua “confissão” estiveram os advogados Zhou Shifeng e Wang Yu, o ativista Zhai Yanming, o livreiro de Hong Kong Gui Minhai e Peter Dahlin, funcionário suéco de uma ONG, que foi detido e mais tarde deportado. Zhao Wei e seu advogado Ren Quanniu postaram confissões em suas mídias sociais depois de terem sido supostamente libertados sob fiança.

Vários jornalistas e ativistas que desapareceram foram presos – ou tinham medo de ser presos – na China. O jornalista Li Xin, que revelou em entrevistas à mídia ter sofrido intensa pressão por parte de oficiais de segurança chineses para trabalhar como informante e denunciar seus colegas e amigos antes de fugir da China, em 2015, desapareceu na Tailândia em janeiro 2016. Ele ligou para sua companheira em fevereiro e lhe disse que tinha retornado voluntariamente à China para ajudar numa investigação. Não se teve mais notícias dele e até o final do ano sua localização ainda não havia sido descoberta. Tang Zhishun e Xing Qingxian desapareceram em Mianmar em 2015 quando auxiliavam o filho de dois advogados chineses detidos. Em notas

datadas de maio de 2016, as autoridades os acusaram de “trabalhar para que outra pessoa cruzasse a fronteira do país ilegalmente” sem dar nenhuma explicação pela demora em divulgar tais notas.

Em maio, foi confirmado que os ativistas pró-democracia Jiang Yefei e Dong Guangping haviam sido detidos sob suspeita de “subverter o poder do estado” e de “trabalhar para que outra pessoa cruzasse a fronteira do país ilegalmente”. Eles haviam recebido o status de refugiados pela UNHCR, agência de refugiados da ONU, mas foram repatriados da Tailândia para China em 2015. Nenhum deles teve acesso à família ou a advogados de sua escolha pelos primeiros seis meses, no mínimo, depois que retornaram, e até o fim do ano Dong Guangping ainda não tinha nenhum acesso^[7].

Miao Deshun, ativista pelos direitos trabalhistas preso após ter participado dos protestos pró-democracia na Praça da Paz Celestial, em 1989, foi libertado em outubro, depois de 27 anos de prisão. Os ativistas que sofreram a repressão aos protestos daquela época continuam detidos, dentre os quais os ativistas Fu Hailu e Luo Fuyun, de Sichuan.¹

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em março, a polícia supostamente deteve pelo menos 20 pessoas ligadas à publicação de uma carta aberta criticando o presidente Xi e pedindo sua renúncia. A carta aberta acusava o presidente Xi de tentar construir um “culto à personalidade” e abandonar a liderança coletiva. Os presos incluíam 16 pessoas que trabalhavam para o Wujie News, site que publicou a carta em 4 de março.

Em 4 de abril, o governo publicou diretrizes para fortalecer a aplicação de leis relativas a questões culturais com uma proposta de “proteger a ‘segurança cultural e ideológica nacional’”. Essas diretrizes reforçaram a regulação de muitas atividades “ilegais” e não autorizadas, dentre as quais: publicações, distribuição de filmes e programas de TV, transmissão de satélites de TVs estrangeiras, performances artísticas e

importação e exportação de produtos culturais.

A China empreendeu esforços adicionais para reforçar sua já opressora arquitetura de censura à internet. Milhares de sites e serviços de mídias sociais continuam bloqueados, inclusive Facebook, Instagram e Twitter, e o serviço de internet e provedores de conteúdo são obrigados a manter uma ampla censura em suas plataformas.

Seis jornalistas do site 64 Tianwang, de Sichuan, foram detidas por cobrir protestos relativos à reunião do G20 em Hangzhou, em setembro. Uma delas, Qin Chao permanece detida.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE OPINIÃO

Emendas apresentadas aos Regulamentos para Assuntos Religiosos no dia 7 de setembro aumentam o poder de várias autoridades de monitorar, controlar e sancionar algumas práticas religiosas. As emendas, que enfatizam a segurança nacional com o objetivo de refrear a “infiltração e o extremismo”, podem ser usadas para suprimir ainda mais os direitos à liberdade de religião e de opinião, especialmente no caso de budistas tibetanos, muçulmanos Uighur e igrejas não reconhecidas.

A campanha para demolir igrejas e retirar cruzeiros cristãos de edifícios na província de Zhejiang, lançada em 2013, foi intensificada em 2016. De acordo com a mídia internacional, até o final de 2016 mais de 1.700 cruzeiros haviam sido removidos, causando uma série de protestos.

Zhang Kai, advogado que ofereceu auxílio jurídico às igrejas afetadas, apareceu na rede de televisão estatal em 25 fevereiro, aparentando estar magro e exausto, numa “confissão” gravada. Ele foi preso em 2015 sob suspeita de crimes contra a segurança do estado e de “perturbar a ordem pública”, e depois colocado sob “vigilância residencial em um local determinado”. Foi liberado, sem maiores explicações, e retornou à sua cidade natal no interior da Mongólia em 23 de março.

Em 26 fevereiro, Bao Guohua e sua esposa Xing Wenxiang, pastores da cidade de Jinghua, na província de Zhejiang, foram condenados a 14 e a 12 anos de prisão, respectivamente, por desviar dinheiro de sua congregação e por “reunir uma multidão para perturbar a ordem social”. Bao Guohua havia sido um dos mais fortes opositores à remoção das cruzes das igrejas.

Os fiéis da Falun Gong continuaram sujeitos a perseguição, detenção arbitrária, julgamentos injustos, tortura e outros maus tratos. Chen Huixia, membro da Falun Gong, foi presa em junho e, de acordo com sua filha, torturada na prisão por causa de suas crenças.²

PENA DE MORTE

Um white paper emitido pelo governo em setembro alegou que a China “[controla rigorosamente] a pena de morte e a emprega com prudência para se assegurar de que se aplica somente a um número muito reduzido de criminosos extremamente perigosos”. Estatísticas relativas à pena de morte permanecem classificadas como segredos de estado, impossibilitando verificar o número de condenações à morte e de execuções realizadas.

Em dezembro, a Suprema Corte do Povo de Hebei derrubou a condenação por assassinato e estupro contra Nie Shubin, que foi executado em 1995. A Suprema Corte do Povo pediu um novo julgamento e concordou com a decisão de uma instância anterior de que faltavam provas claras de que Nie Shubin era culpado.

Região Autônoma do Tibete e áreas povoadas por tibetanos em outras províncias

A população de etnia tibetana ainda enfrenta discriminação e restrições em seus direitos à liberdade de religião e de opinião, expressão, associação e manifestação pacífica. Em agosto, a mídia divulgou que Lobsang Drakpa, monge tibetano que havia sido detido pela polícia em 2015 ao fazer um protesto solitário – uma forma de protesto cada vez mais comum em áreas povoadas

por tibetanos – foi condenado a três anos de prisão em um julgamento a portas fechadas.³

Pelo menos três pessoas atearam fogo ao próprio corpo em áreas povoadas por tibetanos durante o ano para protestar contra as políticas repressivas por parte das autoridades. O número de autoimolações, conhecidas desde fevereiro de 2009, chegou a 146.

Um blogueiro tibetano conhecido como Druklo foi condenado a três anos de prisão em fevereiro por “incitar o separatismo” em suas postagens sobre a liberdade religiosa, o Dalai Lama e outros assuntos tibetanos, além de posse do livro proibido *Enterro do Céu*.⁴

Tashi Wangchuk foi detido em janeiro e acusado de “incitar o separatismo” por defender a educação dada em língua tibetana e conceder uma entrevista ao *New York Times*. Até o final deste ano ele continuava preso.⁵

Direito à moradia – remoções forçadas

Em julho, o governo começou a demolir uma grande parte de Larung Gar, supostamente o maior instituto budista tibetano do mundo, situado no condado de Seda (Serta), na Prefeitura Autônoma Tibetana de Ganzi (Kardze), província de Sichuan. Autoridades chinesas locais exigiram que a população de Larung Gar fosse reduzida a menos da metade, chegando a 5.000 pessoas, para fins de “correção e retificação”. Milhares de monges, monjas e leigos enfrentaram o risco de serem removidos.

REGIÃO AUTÔNOMA DE XINJIANG UIGHUR

Em março, o secretário do Partido da Região Autônoma de Xinjiang Uighur (XUAR), Zhang Chunxian, anunciou que houve progresso na manutenção da estabilidade social na região, e que casos de “terrorismo violento” haviam diminuído. No entanto, o governo afirmou que manteria sua postura de “combater duramente o terrorismo violento” por tempo indeterminado.

O governo continuou prendendo escritores da etnia uighur e donos de sites em língua uighur. O defensor de direitos humanos

Zhang Haitao, da etnia Han, foi condenado a 19 anos de prisão sob a acusação de “incitar subversão” e “fornecer serviços de inteligência a outros países”. Seus advogados acreditam que o rigor de sua sentença deve-se em parte a seus comentários sobre questões étnicas.

O governo continuou violando o direito à liberdade de religião e reprimiu todas as reuniões religiosas não autorizadas. Abudulrekep Tumniyaz, vice-diretor da Associação Islâmica de Xinjiang, declarou em março que todos os sites religiosos clandestinos da XUAR tinham sido desativados.

Em outubro, a mídia publicou que várias localidades na XUAR anunciaram que exigirão que todos os residentes entreguem seus passaportes à polícia. Depois disso, todos os residentes da região deverão apresentar dados biométricos – tais como amostras de DNA e imagens de digitalização corporal – antes de obter permissão para viajar ao exterior. A medida veio no bojo de uma repressão pelas forças de segurança e aumento das restrições em viagens ao exterior de minorias étnicas da XUAR.

Direitos Culturais

Em agosto, o governo provincial anunciou um plano em grande escala para enviar 1.900 professores da etnia uighur a escolas de toda a China continental para acompanhar estudantes uighur que vivem em colégios internos de áreas de maioria Han. O governo prometeu aumentar o número desses professores para 7.200 até 2020.

Essa decisão foi anunciada como maneira de “resistir ao terrorismo, extremismo e separatismo violentos e promover a solidariedade étnica”, mas os grupos uighur no exterior criticaram o plano como sendo uma maneira de diluir sua identidade cultural.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG

Cinco livreiros que desapareceram na Tailândia, China continental e Hong Kong no final de 2015 reapareceram na televisão da

China continental em janeiro e fevereiro de 2016. Gui Minhai, Lui Por, Cheung Chi-ping, Lee Po e Lam Wing-kee trabalhavam para a Mighty Current Media, uma empresa de Hong Kong conhecida por seus livros sobre líderes chineses e escândalos políticos. Lam Wing-kee voltou a Hong Kong em junho e deu uma coletiva de imprensa em que afirmou ter sido detido arbitrariamente, maltratado na prisão e forçado a fazer uma “confissão”.⁶

Os estudantes Joshua Wong, Alex Chow e Nathan Law foram julgados por participar de eventos fora da sede do governo em setembro de 2014 que resultaram no movimento pró-democracia “Movimento do Guarda-Chuva” (Umbrella Movement). Em julho de 2016, Joshua Wong e Alex Chow foram condenados por “fazer parte de manifestação ilegal” e Nathan Law foi declarado culpado por “incitar outros a fazer parte de manifestação ilegal”, que são cláusulas muito vagas na Legislação sobre a Ordem Pública de Hong Kong. Recursos de ambas as partes ainda estavam pendentes no final do ano.

Em novembro, o Comitê Permanente do CNP publicou uma interpretação do Artigo 104 da Lei Básica de Hong Kong a respeito do julgamento de dois legisladores pró-independência. Isso aconteceu antes que a Suprema Corte de Hong Kong pudesse decidir sobre um caso paralelo mencionado pelo governo de Hong Kong que buscava desqualificar os legisladores.

-
1. China: Two more activists detained for “June 4 baijiu” (ASA 17/4298/2016)
 2. China: Falun Gong practitioner said to have been tortured in detention: Chen Huixia (ASA 17/4869/2016)
 3. China: Tibetan monk imprisoned after protest (ASA 17/4802/2016)
 4. China: Tibetan imprisoned for “inciting separatism” (ASA 17/3908/2016)
 5. China: Tibetan education advocate detained: Tashi Wangchuk (ASA 17/3793/2016)
 6. China: Authorities’ revelations on detained Hong Kong booksellers “smoke and mirrors” (Press Release, 5 February)

COLÔMBIA

República da Colômbia

Chefe de estado e governo: **Juan Manuel Santos Calderón**

Um acordo de paz alcançado entre o governo e o grupo de guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foi ratificado pelo Congresso em novembro. Isso marcou oficialmente o fim de cinco décadas de conflito armado e mais de quatro anos de negociação. No entanto, houve um aumento no número de defensores e defensoras dos direitos humanos assassinados — entre eles, indígenas, afrodescendentes e líderes de pequenos agricultores. O processo de paz com o segundo maior grupo guerrilheiro do país, o Exército de Libertação Nacional (ELN) não havia começado até o final do ano. Ainda havia dúvidas de que o acordo de paz com as FARC garantiria que todos os suspeitos de crimes de guerra e contra a humanidade fossem responsabilizados de acordo com o direito internacional.

PROCESSO DE PAZ

Em junho, o governo e as FARC assinaram um acordo bilateral de cessar-fogo e suspensão das hostilidades,¹ que entrou em vigor a partir de 29 de agosto, apesar de um cessar-fogo de facto já existir desde 2015. Em 24 de agosto, as duas partes chegaram a um consenso sobre um acordo de paz,² que foi assinado no dia 26 de setembro em Cartagena.³ Porém, no dia 2 de outubro, o acordo foi rejeitado em um referendo, em parte por conta de preocupações sobre suas disposições jurídicas.

Em 12 de novembro, as duas partes anunciaram um acordo de paz revisto, que foi assinado em 24 de novembro. O acordo foi ratificado pelo Congresso em 30 de novembro. Depois disso, era obrigação das FARC começar um processo de desmobilização e desarmamento durante seis meses, que deveria ser monitorado e verificado, em parte, por uma missão de

observadores desarmados da ONU. Até o fim do ano, combatentes das FARC ainda tinham que se reunir nas zonas de concentração onde estava programado o início do processo de desmobilização, por conta de atrasos para tornar essas áreas habitáveis.

Em 28 de dezembro, o Congresso aprovou uma lei que concede anistia ou perdão a combatentes das FARC e o fim dos processos criminais contra agentes das forças de segurança que não estiverem sendo investigados ou que não tenham sido condenados de acordo com o direito internacional. Aqueles que tiverem cumprido pelo menos cinco anos de prisão por crimes previstos pelo direito internacional receberão, em algumas circunstâncias, a liberdade condicional. Ambiguidades na lei podem resultar na não responsabilização daqueles que abusaram dos direitos humanos.

As modificações feitas no acordo de paz não trouxeram um fortalecimento significativo aos direitos das vítimas. No entanto, uma disposição que exige que as FARC forneçam um inventário dos bens que adquiriram no conflito, que seriam usados para dar reparação às vítimas, seria, se realizado de fato, um acontecimento positivo.

O acordo de paz criou um Tribunal Especial para a Paz — a entrar em vigor após aprovação do Congresso — para investigar e punir aqueles que cometeram crimes previstos no direito internacional, uma comissão da verdade e um mecanismo para localizar e identificar pessoas desaparecidas devido ao conflito.

Apesar de alguns aspectos positivos, no entanto, o acordo não cumpria com as normas do direito internacional sobre os direitos das vítimas, incluindo punições aparentemente incompatíveis com a gravidade de certos crimes e uma definição da responsabilidade de comando que dificultaria a responsabilização das FARC e dos comandantes das forças de segurança por crimes cometidos por seus subordinados.

No dia 30 de março, o governo e o ELN anunciaram que dariam início às negociações de paz. No entanto, até o fim do ano o processo ainda não havia sido iniciado

porque o ELN não libertou um de seus reféns mais importantes.

O presidente Santos recebeu o Prêmio Nobel da Paz no dia 7 de outubro por sua atuação para chegar ao acordo de paz.⁴

CONFLITO ARMADO INTERNO

Até o dia 1º de dezembro de 2016, a Unidade de Vítimas do país tinha registrado quase 8 milhões de vítimas do conflito desde 1985, sendo 268 mil homicídios, a maioria de civis; mais de 7 milhões de vítimas de deslocamentos forçados; cerca de 46 mil vítimas de desaparecimentos forçados; pelo menos 30 mil casos de pessoas sequestradas; mais de 10 mil vítimas de tortura; e quase 10.800 vítimas de minas terrestres e munições não deflagradas. As forças de segurança, paramilitares e grupos de guerrilha foram responsáveis por esses crimes.

A redução da hostilidade entre as forças de segurança e as FARC durante o ano resultou em uma redução acentuada da violência ligada ao combate que afetava os civis. Porém, os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e de camponeses, principalmente aqueles que vivem em áreas de interesse para os setores de agricultura, mineração e infraestrutura continuaram a enfrentar abusos e violações dos direitos humanos.

Em agosto, quatro membros do povo indígena Awá foram mortos a tiros por homens armados não identificados em três ataques separados no departamento de Nariño. Entre as vítimas estava Camilo Roberto Taicús Bisbicús, líder da reserva indígena Awá de Hojal La Turbia, no município de Tumaco.

Em março, mais de seis mil pessoas, principalmente das comunidades indígenas afrodescendentes, foram deslocadas à força de três áreas ribeirinhas no departamento de Chocó, resultado da luta entre grupos armados.

FORÇAS DE SEGURANÇA

Houve relatos constantes de homicídios pelas forças de segurança, além de relatos de uso

de força excessiva, principalmente por parte do ESMAD, esquadrão anti-distúrbios da polícia, durante protestos.⁵

No dia 29 de fevereiro, soldados assassinaram o camponês Gilberto de Jesús Quinetero no povoado de Tesorito, município de Tarazá, departamento de Antioquia. De início, o exército afirmou que ele era um guerrilheiro do ELN morto em combate. No entanto, testemunhas afirmaram ter visto soldados tentando vestir o corpo com farda militar e o exército, na sequência, declarou que a morte havia sido um erro militar.

Investigações criminais sobre execuções extrajudiciais envolvendo membros das forças de segurança avançaram lentamente. Um relatório da Promotoria do Tribunal Penal Internacional, publicado em novembro, afirmava que em julho a Procuradoria Geral estava investigando 4.190 execuções extrajudiciais. Até fevereiro, houve um total de 961 condenações, das quais apenas algumas envolviam oficiais de alta patente. De acordo com um relatório divulgado em março pelo escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, até o final de 2015, 7.773 membros das forças de segurança seriam investigados por execuções extrajudiciais. Em novembro, um juiz condenou mais de uma dúzia de membros do exército pelo homicídio de cinco jovens de Soacha, no departamento de Cundinamarca, em 2008.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos guerrilheiros

O ELN e as FARC continuaram a cometer abusos de direitos humanos, apesar de casos que poderiam envolver as FARC terem diminuído à medida que o processo de paz avançava.

Líderes indígenas e jornalistas foram alvos de ameaças de morte. Por exemplo, em junho, um homem que afirmava ser do ELN ligou para María Beatriz Vivas Yacuechime, uma das líderes do Conselho Regional Indígena de Huila, ameaçando-a e sua família de morte. Em julho, o jornalista Diego D’Pablos e o operador de câmera Carlos

Melo receberam mensagens de texto com ameaças de morte vindas de uma pessoa que dizia ser membro do ELN. Os dois homens e o colega jornalista Salud Hernández-Mora haviam sido sequestrados no começo do ano pelo ELN na região norte de Catatumbo.⁶

No dia 24 de março, dois homens que afirmavam ser membros das FARC ligaram para a residência do líder indígena Andrés Almendras no povoado de Laguna-Siberia, município de Caldone, departamento de Cauca. Andrés Almendras não estava em casa então os homens perguntaram à sua filha onde estava o “dedo-duro” pois queriam que ele deixasse a região.

Paramilitares

Grupos paramilitares continuaram a funcionar, apesar da sua suposta desmobilização uma década atrás. Agindo sozinhos ou em conluio com atores do governo, eles foram responsáveis por inúmeras violações de direitos humanos, incluindo assassinatos e ameaças de morte.⁷

Em abril, ONGs locais relataram que um grupo armado com cerca de 150 paramilitares das Forças de Defesa Gaitanistas da Colômbia (AGC) tinham invadido a comunidade afrodescendente de Teguerre, parte do território coletivo de Cacarica, departamento de Chocó. Relatos de outras incursões da AGC na região de Cacarica ocorreram ao longo do ano. Alguns líderes comunitários foram ameaçados pela AGC, que os declarou “alvos militares”.

Havia relatos cada vez mais frequentes de incursões paramilitares na Comunidade da Paz de San José de Apartadó, departamento de Antioquia, onde alguns dos membros foram ameaçados.⁸

Até o dia 30 de setembro, apenas 180 dos mais de 30 mil paramilitares que supostamente haviam entregado suas armas em um processo de desmobilização promovido pelo governo foram condenados por crimes de violação de direitos humanos, segundo a Lei de Justiça e Paz de 2005; a maioria recorreu das condenações. A maioria dos paramilitares não se submeteu ao

processo de Justiça e Paz e recebeu anistias de facto.

IMPUNIDADE

Pouquíssimos dos suspeitos por crimes relacionados ao conflito, previstos pelo direito internacional, foram julgados. No entanto, como parte do processo de paz, o governo e as FARC apresentaram um pedido de desculpas formal pela participação que tiveram em vários casos emblemáticos de direitos humanos.

No dia 30 de setembro, em La Chinita, município de Apartadó, departamento de Antioquia, as FARC fizeram um pedido de desculpas por terem matado 35 pessoas do vilarejo no dia 23 de janeiro de 1994.

No dia 15 de setembro, o presidente Santos fez um pedido formal de desculpas pela participação do governo, nas décadas de 1980 e 1990, na morte de aproximadamente 3.000 membros do partido político União Patriótica, estabelecido pelo Partido Comunista Colombiano e as FARC como parte do fracassado processo de paz com o governo de Belisario Betancur.

Em fevereiro, o Tribunal Constitucional julgou constitucional uma reforma de 2015 (Ato Legislativo N° 1), que concedia competência sobre os casos relacionados ao serviço militar e sobre crimes cometidos durante o serviço militar ativo aos tribunais militares. A reforma também estipulava que o direito humanitário internacional, ao invés das leis de direitos humanos internacionais, se aplicaria em casos de investigação de membros das forças armadas por crimes ligados ao conflito, ainda que muitos desses crimes não tenham sido cometidos em situação de combate e que vítimas sejam, em sua grande maioria, civis. No entanto, o tribunal julgou que a lei internacional de direitos humanos também deveria ser aplicada durante as investigações. Mesmo assim, havia a preocupação de que o julgamento do Tribunal faria pouco para efetivamente acabar com a impunidade, considerando o lamentável histórico do sistema de justiça militar em julgar membros

das forças armadas implicados em violações de direitos humanos.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Ameaças e assassinatos de defensores e defensoras dos direitos humanos, principalmente de líderes comunitários, ativistas ambientais e de direitos à terra, e também militantes pela paz e justiça, continuaram a ser relatados. A maioria das ameaças foram atribuídas aos paramilitares, mas em muitos casos era difícil identificar quais grupos eram responsáveis pelas mortes. Segundo a ONG Somos Defensores, pelo menos 75 defensores foram mortos até 8 de dezembro de 2016, comparado com 63 em 2015. Em geral, esses ataques não ocorreram no contexto de combate entre partidos opostos, mas eram assassinatos com alvos específicos. Várias organizações de direitos humanos também tiveram informações sigilosas roubadas de seus escritórios. Até 20 de dezembro, a ONG *Escuela Nacional Sindical* registrou 17 assassinatos de membros de sindicatos.

No dia 29 de agosto, três líderes da ONG *Comité de Integración del Macizo Colombiano* (CIMA), Joel Meneses, Nereo Meneses Guzmán e Ariel Sotelo, foram assassinados por um grupo de homens armados no município de Almaguer, departamento de Cauca.

Em agosto, Ingrid Vergara, porta-voz do *Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado* (Movice) recebeu uma ameaça por telefone após sua participação em uma audiência pública sobre direitos humanos no Congresso, na capital Bogotá. Ao longo dos anos, Ingrid Vergara e outros integrantes do Movice têm sofrido ameaças e abusos constantes, devido ao seu trabalho em defesa dos direitos humanos.

DIREITO À TERRA

O processo de reintegração de posse, implementado desde 2012, continuou a avançar lentamente na devolução de terras indevidamente apropriadas aos seus ocupantes de direito. Segundo a Unidade de

Reintegração de Posse do país, até 5 de setembro, os juízes responsáveis julgaram casos envolvendo 62.093 hectares reivindicados por camponeses e 131.657 hectares reivindicados por uma comunidade afrodescendente e quatro comunidades indígenas.

Ativistas do direito à terra continuaram a ser ameaçados e assassinados.⁹ No dia 11 de setembro, Néstor Iván Martínez, líder da comunidade afrodescendente, foi morto a tiros por bandidos desconhecidos no município de Chiriguana, departamento de Cesar. Néstor Iván Martínez trabalhava ativamente em campanhas de direito ambiental e da terra, lutando contra atividades de mineração.

No dia 29 de janeiro, o Congresso aprovou a Lei 1776, que cria grandes projetos agroindustriais conhecidos como Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES). Críticos argumentaram que essas zonas poderiam comprometer os direitos à terra das comunidades rurais.

Em fevereiro, o Tribunal Constitucional decidiu que as leis que estipulavam que pedidos de reintegração de posse de terras não seriam permitidos em áreas denominadas Projetos de Interesse Nacional e Estratégico (PINES) eram inconstitucionais. O tribunal decidiu que tais terras poderiam ser expropriadas pelo Estado, mas que os requerentes de terras teriam o direito a uma audiência formal de desapropriação e à compensação definidas pelo tribunal.

No dia 9 de junho, o Tribunal Constitucional publicou sua decisão de dezembro de 2015, que anulava três resoluções da Agência Nacional de Mineração e do Ministério de Minas e Energia, declarando que mais de 20 milhões de hectares de terra, inclusive territórios de indígenas e afrodescendentes, como Áreas de Mineração Estratégica (SMAs). O tribunal afirmou que delimitação de qualquer SMA dependia do consentimento prévio de comunidades indígenas e afrodescendentes que residem nessas áreas.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Todas as partes do conflito continuaram sendo acusadas de crimes de violência sexual. Até o dia 1º de dezembro, a Unidade de Vítimas registrou mais de 17.500 vítimas de crimes contra a integridade sexual relacionados ao conflito, desde 1985.

Em março, o grupo de ONGs responsável por acompanhar os decretos judiciais 092 de 2008 e 009 de 2015 do Tribunal Constitucional publicou um relatório sobre a implantação dos dois decretos no país. Os decretos destacavam o predomínio da violência sexual contra mulheres relacionada ao conflito e ordenavam ao estado que combatesse os crimes e trouxessem à justiça os suspeitos. O relatório concluiu que, apesar de o estado ter feito certo progresso na investigação desses crimes, não tinha garantido o direito dos sobreviventes à verdade, justiça e reparação. A grande maioria dos suspeitos de serem responsáveis por esses crimes ainda não tinham sido julgados pela justiça até o final do ano.

Em agosto, o governo emitiu o Decreto 1314, criando uma comissão para desenvolver um Programa Integral de Garantias para as Mulheres Líderes e Defensoras dos Direitos Humanos, que incluiria mecanismos de prevenção e proteção.

Em junho, a Procuradoria Geral emitiu uma resolução, adotando um protocolo para investigar crimes de violência sexual.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em março, o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos publicou um relatório parabenizando o governo e as FARC pelo progresso no sentido de alcançar um acordo de paz. O Alto Comissariado alertou que grupos paramilitares (chamados de “grupos pós-desmobilização” no relatório) “fragilizavam constantemente os direitos humanos e a segurança dos cidadãos, a administração da justiça e a construção da paz, inclusive na reintegração de posse de terras. O desmantelamento de grupos que

controlam terras roubadas através de ameaças ou de violência representa um desafio permanente à paz”.

Em suas observações conclusivas sobre a Colômbia, publicadas em outubro, o Comitê de Desaparecimentos Forçados da ONU reconheceu os esforços empreendidos pelas autoridades colombianas e destacou a redução nos casos de desaparecimentos forçados nos últimos anos. No entanto, expressou preocupação com o fato de a Colômbia não reconhecer a competência do Comitê de Desaparecimentos Forçados para receber e considerar comunicados das vítimas (ou em seu nome), e também sobre a falta de avanços significativos na investigação de tais crimes.

Em novembro, o Conselho de Direitos Humanos da ONU observou uma redução significativa no impacto do conflito sobre os civis. Porém, expressou suas preocupações com relação às violações em curso, os desaparecimentos forçados e a persistência da impunidade. Outra preocupação expressa se refere aos abusos por “grupos armados ilegais que surgiram depois da desmobilização das organizações paramilitares” e alegações de que atores estatais estariam em conluio com alguns desses grupos.

-
1. Colombia: Agreement on a bilateral ceasefire and cessation of hostilities is an historic step forward (AMR 23/4311/2016)
 2. Colombia: End of negotiations over conflict brings hopes of peace (News story, 25 August)
 3. Colombia: Historic peace deal must ensure justice and an end to human rights abuses (News story, 26 September)
 4. Colombia: Nobel Peace Prize shows Colombia must not close the door on hopes of peace with justice (News story, 7 October)
 5. Colombia: Security forces must refrain from excessive use of force during rural protests (AMR 23/4204/2016)
 6. Colombia: ELN must release journalists (AMR 23/4134/2016)
 7. Colombia: Death threats to defenders and trade unionists (AMR 23/3837/2016)
 8. Colombia: Paramilitary activity threatens Peace Community (AMR 23/4998/2016)
 9. Colombia: Death threats to Afro-descendant leaders (AMR 23/3938/2016)

COREIA DO NORTE

República Popular Democrática da Coreia

Chefe de estado: **Kim Jong-un**

Chefe do Governo: **Pak Pong-ju**

Os cidadãos da República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) continuaram sofrendo violações no que diz respeito à maioria dos aspectos dos direitos humanos. Norte-coreanos e estrangeiros foram detidos arbitrariamente e condenados após julgamentos injustos por “delitos” penais não reconhecidos pela legislação internacional. As restrições rigorosas sobre o direito à liberdade de expressão continuaram. Milhares de norte-coreanos foram enviados pelas autoridades para trabalhar no exterior, frequentemente sob condições adversas. O número de norte-coreanos que fogem para a República da Coreia (Coreia do Sul) aumentou.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo testou armas nucleares duas vezes, uma em janeiro e outra em setembro, aumentando a tensão entre a Coreia do Norte e a comunidade internacional. Por isso, a ONU aumentou as sanções econômicas sobre a Coreia do Norte, gerando medo na população local e em especialistas estrangeiros do agravamento da falta de alimentos e da deterioração do padrão de vida. Os especialistas consideram o possível impacto econômico como uma motivação para mais pessoas deixarem o país, mas o risco de limpeza política por meio de prisões e execuções relatadas entre a elite no poder foi visto como um fator crucial na contribuição das fugas do país.

O Partido dos Trabalhadores da Coreia realizou um congresso em maio, pela primeira vez em 36 anos. Os jornalistas da mídia internacional foram convidados a visitar o país na ocasião, mas trabalharam sob restrições severas e não puderam cobrir as reuniões do congresso.

Em agosto, enchentes graves mataram pelo menos 138 pessoas e desalojaram

outras 69 mil, de acordo com o Programa Mundial de Alimentos. O governo pediu ajuda humanitária, incluindo alimentos, abrigo, água e saneamento básico, mas a resposta internacional foi mínima devido a preocupações expressas por doadores em potencial referentes ao programa nuclear do país.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

Um total de 1414 pessoas saíram da Coreia do Norte para a Coreia do Sul. O número aumentou 11% em relação ao mesmo período em 2015, o primeiro aumento desde 2011 quando Kim Jong-un subiu ao poder.

Além dos relatos da partida de norte-coreanos comuns, a mídia na Coreia do Sul e no Japão noticiou diversos funcionários do alto escalão desertando seus postos e pedindo asilo. Em agosto, o governo da Coreia do Sul confirmou a chegada de TSE Young-ho, vice-embaixador da Coreia do Norte no Reino Unido, com sua família.

Treze trabalhadores de restaurantes enviados pelo governo para trabalhar em Ningbo, na China, voaram direto da China para a Coreia do Sul em abril. Ao chegarem à Coreia do Sul, as autoridades norte-coreanas alegaram que as doze mulheres do grupo haviam sido sequestradas na China e levadas à Coreia do Sul. De acordo com uma entrevista com seus ex-colegas na imprensa, arranjada pelo governo norte-coreano em Pyongyang, os passaportes dos trabalhadores foram apreendidos enquanto estavam na China, o que restringiu a possibilidade de viajarem com liberdade.¹

Entrevistas com os norte-coreanos que deixaram o país e relatos da imprensa dizem que o governo aumentou as medidas de vigilância para evitar que as pessoas saiam pela fronteira entre a China e a Coreia. Os que conseguiram fugir ainda correm riscos de detenção, aprisionamento, trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos se forem presos e voltarem da China.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

O governo continuou a enviar, por meio de empresas estatais, pelo menos 50 mil pessoas para trabalhar em cerca de 40 países, como Angola, China, Kuwait, Catar e Rússia em vários setores, incluindo medicina, construção civil, florestamento e alimentação. Os trabalhadores não receberam salários diretamente dos empregadores, mas através do governo norte-coreano, após deduções significativas. A maioria dos trabalhadores foi privada de informações sobre leis trabalhistas nacionais e internacionais, e com frequência não tinha acesso a nenhuma agência governamental e outras organizações nos países anfitriões que monitorassem o cumprimento dos direitos trabalhistas ou que oferecessem ajuda para exigir esses direitos.

Com frequência, os trabalhadores eram submetidos a jornadas de trabalho com duração excessiva e corriam riscos de acidentes e doenças ocupacionais. Em junho, a Polônia anunciou que não permitiria mais a entrada de trabalhadores norte-coreanos no país, após a mídia noticiar um acidente fatal num estaleiro com um trabalhador norte-coreano em 2014. Malta fez um anúncio semelhante em julho e negou extensões do visto dos trabalhadores norte-coreanos que já estavam lá.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As autoridades condenaram pessoas, incluindo estrangeiros, a longas penas após julgamentos injustos. O estudante americano Frederick Otto Warmbier foi condenado por “subversão” apenas por admitir ter roubado um banner de propaganda. Ele recebeu uma sentença de quinze anos de trabalhos forçados em março. O acesso ao consulado lhe foi negado por pelo menos seis meses. Kim Dong-chul, 62, cidadão norte-americano nascido na Coreia do Sul foi condenado a dez anos de trabalhos forçados em abril por “espionagem”. As autoridades não deram detalhes sobre essas supostas atividades de espionagem. As sentenças foram impostas

em decorrência das novas sanções da ONU autorizadas mais no início do ano, e antes do congresso do Partido dos Trabalhadores da Coreia em maio, quando a Coreia do Norte era alvo de maior atenção internacional.²

Até 120 mil pessoas permaneceram detidas nos quatro campos de prisioneiros políticos conhecidos, onde foram submetidas a violações sistemáticas, generalizadas e graves dos direitos humanos, como trabalhos forçados, tortura e outros maus-tratos-- em alguns casos chegando a crimes contra a humanidade. Muitos dos detidos nesses campos não foram condenados por nenhum crime reconhecido pela legislação internacional, mas foram declarados “culpados por associação”, apenas por serem parentes de indivíduos considerados uma ameaça ao Estado.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a impor severas restrições ao direito de liberdade de expressão, inclusive ao direito de buscar, receber e compartilhar informações, independentemente de fronteiras nacionais. O governo persistiu na restrição ao acesso a fontes de informação do exterior; não havia jornais, mídia ou organizações sociais civis nacionais que funcionassem de forma independente.

As atividades profissionais dos poucos jornalistas internacionais permitidos no país continuaram bastante restritas. Jornalistas da BBC em visita à Coreia do Norte antes do congresso do Partido dos Trabalhadores da Coreia em maio, foram mantidos incomunicáveis durante um breve período, depois interrogados e expulsos do país porque o governo considerou “desrespeitosas” as matérias que produziram sobre os aspectos cotidianos da vida em Pyongyang.. A Agence France-Presse se tornou uma das poucas empresas de mídia estrangeiras a funcionar na Coreia do Norte, quando abriu um escritório em Pyongyang, em setembro.

Quase todos tiveram o acesso negado a serviços de celulares internacionais e internet . Os norte-coreanos que vivem perto

da fronteira com a China correram riscos significativos ao usar celulares contrabandeados e conectados às redes chinesas para entrar em contato com pessoas no exterior. Quem não tivesse esses telefones tinha que pagar quantias exorbitantes a intermediários para fazer ligações internacionais. O uso de celulares contrabandeados para acessar as redes chinesas expôs todos os envolvidos a uma vigilância ainda maior, além do risco de prisão e detenção sob diversas acusações, entre elas a espionagem.³

A rede de computadores existente continuou disponível a um número bem limitado de pessoas, com acesso apenas a websites e serviços de e-mail nacionais. Em setembro, um erro de configuração num servidor da Coreia do Norte revelou ao mundo que a rede tinha apenas 28 sites, todos controlados por órgãos oficiais ou empresas estatais.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Em fevereiro, as autoridades pararam todas as investigações sobre sequestro de cidadãos japoneses, revertendo o acordo bilateral de 2014 para investigar esses casos. Os relatos da mídia apontam que a decisão foi resultado do reestabelecimento de sanções, previamente atenuadas, mas recolocadas em vigor após os testes com armas nucleares que a Coreia do Norte realizou em janeiro. A Coreia do Norte já tinha admitido que seus agentes de segurança sequestraram doze cidadãos japoneses durante as décadas de 1970 e 1980.

-
1. North Korea: End secrecy surrounding North Korean restaurant workers (ASA 25/4413/2016)
 2. North Korea: U.S. Citizen hard labour sentence shrouded in secrecy (News story, 29 April)
 3. Connection denied: Restrictions on mobile phones and outside information in North Korea (ASA 24/3373/2016)

CUBA

República de Cuba

Chefe de estado e governo: **Raúl Castro Ruz**

Apesar da suposta abertura política, restrições dos direitos à liberdade de expressão, associação e circulação continuaram. A sociedade civil local e os grupos de oposição relataram cada vez mais detenções e perseguições com motivação política contra críticos do governo.

INFORMAÇÕES GERAIS

O restabelecimento das relações entre os EUA e Cuba em 2015 levou a um maior fluxo de comércio e turismo entre os dois países em 2016. Por exemplo, os serviços de voos comerciais dos EUA para Cuba foram retomados, após mais de 50 anos.

Em março, o presidente dos EUA, Barack Obama, visitou Cuba e conheceu o presidente Raúl Castro. Foi a primeira visita de um presidente norte-americano em quase um século.¹ Fidel Castro morreu em novembro do mesmo ano.²

Milhões de turistas, muitos dos EUA e da Europa, visitaram Cuba em 2016, resultando em um crescimento significativo do setor de turismo.

Os migrantes de Cuba continuaram a ir para os países da América do Sul e da América Central, bem como a viajar para o norte da ilha para chegar aos EUA. Entre outubro de 2015 e julho de 2016, mais de 46 mil cubanos entraram nos EUA, um pouco mais que em 2015, e duas vezes mais que em 2014, de acordo com o Pew Research Centre.

Durante todo o ano, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) manifestou preocupação sobre a situação dos migrantes cubanos que tentavam entrar nos EUA. Em agosto, mais de 1.000 migrantes cubanos ficaram encalhados na Colômbia, próximos à fronteira com o Panamá. A CIDH manifestou preocupação com o fato de eles não terem acesso a alimentação e estarem sob risco de serem

vítimas do tráfico de pessoas. Em julho, 121 migrantes cubanos foram supostamente deportados do Equador, sem a notificação apropriada nem a oportunidade de recorrer contra as decisões.

Cuba não ratificou o ICCPR nem o ICESCR, ambos firmados em fevereiro de 2008, nem o Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional. Da mesma forma, Cuba não reconheceu a competência do Comitê das Nações Unidas contra Tortura, nem do Comitê da ONU sobre Desaparecimentos Forçados para receber e considerar comunicações de vítimas ou de outros Estados-partes.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO

Apesar da retomada das relações com os EUA em 2015, a retórica da Guerra Fria permaneceu, com ativistas políticos e defensores dos direitos humanos sendo descritos publicamente como “mercenários anticubanos”, “antirrevolucionários” e “subversivos”.

O sistema judiciário permaneceu sob controle político. As leis que abrangem “desordem pública”, “desacato”, “desrespeito”, “periculosidade” e “agressão” foram usadas em processos com motivação política.

Os críticos ao governo continuaram a ser hostilizados, incluindo “atos de repúdio” (demonstrações lideradas por apoiadores do governo e que envolvem representantes da segurança do estado).

O governo continuou a usar limitações de acesso à Internet como uma forma de controlar o acesso à informação e a liberdade de expressão. Apenas 25% da população conseguiu se conectar e apenas 5% das residências têm acesso à internet. Até agosto, havia 178 pontos públicos de Wi-Fi divulgados no país. Contudo, houve relatos frequentes de que o serviço de Wi-Fi era interrompido. O governo continuou a bloquear e filtrar os acessos a sites, limitando o acesso à informação e às críticas das políticas do Estado.³

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Continuaram os relatos de críticos do governo e de ativistas — como as Damas de Branco — rotineiramente sujeitos a prisões arbitrárias e detenções por curtos períodos por exercerem o direito à liberdade de expressão, associação, manifestação e circulação.⁴

As autoridades se envolveram em um jogo de “gato e rato”, em que ativistas eram repetidamente recolhidos e detidos por períodos entre oito e 30 horas, e depois eram liberados sem acusações, com frequência diversas vezes ao mês.

A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional documentou uma média mensal de 862 detenções arbitrárias entre janeiro e novembro — número superior ao registrado no mesmo período de 2015.

Era comum que as pessoas mantidas por períodos mais longos, em “prisão preventiva”, não fossem acusadas formalmente e seus parentes raramente conseguiam obter documentos que informavam os motivos para a detenção.

Em julho e agosto, Guillermo Fariñas, que recebeu o Prêmio Sakharov da União Europeia pela Liberdade de Pensamento em 2010, e outros ativistas políticos, a maioria da União Patriótica de Cuba, entraram em greve de fome em um protesto em massa contra o que eles acreditavam ser uma repressão cada vez mais violenta de dissidentes e ativistas.

Ao final do ano, o artista grafiteiro e prisioneiro de consciência Danilo Maldonado Machado, conhecido como El Sexto, estava sendo mantido em El Combinado del Este, uma prisão de segurança máxima na periferia da capital, Havana. Danilo Machado foi preso em sua casa em 26 de novembro, horas depois do anúncio da morte de Fidel Castro. No mesmo dia, o jornal com sede em Cuba *14ymedio* relatou que ele havia escrito as palavras “Ele se foi” (*Se fue*) em um muro de Havana.⁵

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Organizações e mecanismos independentes de direitos humanos, incluindo os Relatores Especiais da ONU, não tiveram acesso a Cuba.

Monitores independentes também tiveram seu acesso às prisões negado. Cuba permaneceu o único país das Américas que a Anistia Internacional não tem permissão das autoridades para visitar.

1. Obama-Castro encounter: More than a handshake needed to thaw the Cold War's human rights (News story, 21 March)
2. Fidel Castro's human rights legacy: A tale of two worlds (News story, 26 November)
3. Six facts about censorship in Cuba (News story, 11 March)
4. Americas: Open Letter from Amnesty International to US President Barack Obama, Cuban President Raul Castro and Argentine President Mauricio Macri (AMR 01/3666/2016)
5. Cuba: Graffiti artist transferred to new prison: Danilo Maldonado Machado (AMR 25/5279/2016)

EGITO

República Árabe do Egito

Chefe de estado: **Abdel Fattah al-Sisi**

Chefe de governo: **Sherif Ismail**

As autoridades usaram prisões arbitrárias em massa para suprimir manifestações e dissidências, detendo jornalistas, defensores dos direitos humanos e manifestantes, além de restringir as atividades das organizações de defesa dos direitos humanos. A NSA (Agência Nacional de Segurança) submeteu centenas de pessoas detidas ao desaparecimento forçado; agentes da NSA e outras forças de segurança torturaram e maltrataram os detidos. As forças de segurança usaram força letal excessiva durante o policiamento de rotina e em incidentes que podem configurar execuções extrajudiciais. Julgamentos injustos em massa continuaram em tribunais civis e militares. As autoridades não investigaram adequadamente as violações de direitos humanos nem levaram os criminosos à

justiça. Mulheres continuaram a enfrentar violência sexual e de gênero. O governo continuou a reprimir as minorias religiosas e processou pessoas por difamação da religião. Pessoas foram presas por “devassidão” devido à sua aparente orientação sexual. Centenas de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes foram presos enquanto tentavam cruzar o Mar Mediterrâneo. Os tribunais continuaram a emitir penas de morte e foram realizadas execuções.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Câmara dos Deputados recém-eleita se reuniu em 10 de janeiro e teve 15 dias para analisar e aprovar decretos legislativos emitidos pelo Presidente al-Sisi na ausência do parlamento. Quase todas as leis foram aprovadas, inclusive a Lei de Combate ao Terrorismo (Lei 94 de 2015) que destruiu as salvaguardas de julgamentos justos e atribuiu poderes de emergência às leis nacionais.

O Egito permaneceu na coalizão militar liderada pela Arábia Saudita no conflito armado no Iêmen (veja o item Iêmen). Em janeiro, o Presidente al-Sisi sancionou uma lei autorizando as forças armadas a operarem fora do Egito por mais um ano.

As relações entre o Egito e a Itália se deterioraram após o estudante de doutorado italiano Giulio Regeni morrer em circunstâncias misteriosas quando fazia pesquisa nos sindicatos egípcios. Quando seu corpo foi encontrado, em 3 de fevereiro, um policial disse à imprensa egípcia que Giulio Regeni havia morrido em um acidente de trânsito, mas as autópsias concluíram que ele havia sido torturado. Em 24 de março, duas semanas após o Parlamento Europeu expressar preocupação com a morte, o ministro do Interior do Egito disse que as forças de segurança mataram membros de uma gangue de criminosos responsável pela morte de Giulio Regeni. Em 8 de abril, a Itália chamou seu embaixador no Egito de volta. Em 9 de setembro, o Procurador do Ministério Público do Egito disse que as forças de segurança haviam investigado

Giulio Regeni brevemente antes de seu desaparecimento e assassinato.

Diversos países continuaram a fornecer armas e equipamentos militares e de segurança ao Egito, incluindo caças e veículos blindados.

O governo manteve a travessia de Rafah para a Faixa de Gaza quase permanentemente fechada, abrindo-a apenas por 46 dias durante o ano, de acordo com a UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina – sigla em inglês).

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

As forças armadas continuaram as operações contra grupos armados ativos no Sinai do Norte, usando veículos blindados, artilharia e ataques aéreos. O Ministro da Defesa disse que cada uma dessas operações matou dezenas de "terroristas". Boa parte da área permaneceu em estado de emergência e efetivamente sem acesso para monitores e jornalistas de direitos humanos independentes.

Grupos armados lançaram ataques repetidos e fatais direcionados às forças de segurança, agentes do governo e do judiciário e outros civis. A maioria desses ataques ocorreu no Sinai do Norte, embora bombardeios e tiroteios tenham sido relatados em outras partes do país. O grupo armado autointitulado Província do Sinai, que declarou aliança ao grupo armado Estado Islâmico, assumiu a autoria de muitos desses atentados. Durante o ano, o grupo Província do Sinai afirmou ter executado diversos homens que, segundo o grupo, eram espões das forças de segurança.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

As autoridades restringiram com rigidez os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica na lei e na prática.

Jornalistas, ativistas e outros indivíduos foram presos, processados e detidos com acusações que incluíram incitar ou participar de protestos, disseminar "falsos rumores",

difamar políticos eleitos e "prejudicar a moral".

O fotojornalista Mahmoud Abou Zeid, conhecido como Shawkan, e mais 730 pessoas continuaram a enfrentar audiências em um julgamento coletivo injusto que começou em dezembro de 2015. Mahmoud Abou Zeid respondeu por acusações forjadas, entre as quais "participar de um grupo criminoso" e assassinato, por ter documentado um protesto pacífico na capital Cairo em 14 de agosto de 2013. O tribunal julgou muitas pessoas que estavam ausente.

Em 1º de maio, as forças de segurança invadiram o Sindicato da Imprensa no Cairo e prenderam os jornalistas Amro Badr e Mahmoud al-Saqqqa, e as acusações incluíram incitação a protestos e publicação de "falsos rumores". O Sindicato condenou a invasão e as prisões. O tribunal soltou Amro Badr em 28 de agosto e Mahmoud al-Saqqqa em 1º de outubro, mediante o pagamento de fiança. Em 19 de novembro, um tribunal condenou o presidente do Sindicato, Yahia Galash e os membros do conselho Khaled Elbalsky e Gamal Abd el-Reheem a dois anos de prisão. Uma das acusações era "abrigar suspeitos". O tribunal estabeleceu uma tarifa de 10.000 libras egípcias (cerca de US \$ 630) para suspender as sentenças.

Juízes investigadores aceleraram uma investigação criminal sobre as atividades e captação de fundos de ONGs, interrogando funcionários, proibindo doze advogados de defesa de viajar e congelando os bens de sete defensores e seis grupos. As autoridades ordenaram o fechamento de uma organização de defesa dos direitos humanos. O parlamento aprovou a nova legislação para substituir a Lei sobre Associações (Lei 84 de 2002), que restringiria bastante as atividades de ONGs e seu direito de obter registro legal e acesso a fundos vindos do exterior. O projeto de lei ainda não tinha sido aprovado até o final do ano.

Em 17 de fevereiro, representantes do Ministério da Saúde entregaram ao Centro El Nadeem para Reabilitação de Vítimas de Violência uma ordem de fechamento. A organização continuou a operar e desafiou a

decisão do governo nos tribunais, mas as autoridades rapidamente congelaram seus bens em novembro.

Em 17 de setembro, um tribunal no Cairo manteve o congelamento de bens de cinco advogados e três organizações — o Instituto do Cairo para Estudos sobre Direitos Humanos, o Centro Jurídico Hisham Mubarak e o Centro Egípcio para o Direito à Educação — ordenado por juízes que investigavam suas atividades e sua captação de fundos.

As forças de segurança usaram gás lacrimogêneo para dispersar protestos pacíficos no Cairo em 15 e 25 de abril, e prenderam 1.300 pessoas sob a acusação de violar a Lei de Protestos (Lei 107 de 2013) e a Lei sobre Reuniões (Lei 10 de 1914). Em 8 de junho, o governo anunciou que planejava fazer uma emenda à Lei de Protestos, porém até o final do ano não havia enviado nenhum projeto ao Parlamento.

Em 3 de dezembro, a Suprema Corte Constitucional decidiu que um artigo da Lei de Protestos era inconstitucional. O artigo dava ao Ministério do Interior poderes para proibir protestos de forma arbitrária.

USO EXCESSIVO DE FORÇA

Policiais continuaram a usar força excessiva letal após desentendimentos verbais, atirando e matando pelo menos onze pessoas, e ferindo mais de quarenta. Os tribunais prenderam dois policiais condenados a 25 anos de prisão em casos diferentes de tiroteios fatais que levaram a protestos da vizinhança.

O Ministério do Interior anunciou repetidamente que as forças de segurança atiraram e mataram suspeitos durante invasões a residências, incluindo membros da Irmandade Muçulmana e supostos membros de grupos armados. Nenhum policial foi formalmente investigado, o que aumentou a preocupação com o fato de as forças de segurança utilizarem força excessiva ou, em alguns casos, realizarem execuções extrajudiciais.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Críticos e oponentes do governo continuaram a enfrentar prisões e detenções arbitrárias, com acusações que incluíam incitação a protestos, "terrorismo" e pertencer a grupos banidos, como a Irmandade Muçulmana ou o Movimento Jovem 6 de Abril. As autoridades também detiveram de forma arbitrária diversos defensores dos direitos humanos.

As forças de segurança prenderam cerca de 1.300 pessoas em todo o Egito, entre meados de abril e o começo de maio, em tentativas de reprimir os protestos, de acordo com estimativas de uma coalizão de advogados egípcios especializados em direitos humanos. A maioria foi libertada, mas alguns foram julgados (veja abaixo, "Julgamentos injustos").

Mais de 1.400 pessoas ficaram presas além do limite legal de dois anos para detenção antes do julgamento, sem serem levadas a julgamento.

Mahmoud Mohamed Ahmed Hussein foi liberado mediante pagamento de fiança em 25 de março por uma ordem judicial após ficar preso por mais de dois anos, sem ser julgado, por usar uma camiseta com a frase "Nação sem Tortura" e um lenço com o logotipo da "Revolução de 25 de janeiro".

Malek Adly, diretor do Centro Egípcio para Direitos Econômicos e Sociais, foi preso pelas forças de segurança em 5 de maio, acusado de espalhar "boatos" e tentar destituir o governo. Ele ajudou a abrir um processo desafiando a decisão do governo de ceder as ilhas de Tiran e Sanafir para a Arábia Saudita. Um tribunal ordenou sua liberação em 28 de agosto.

As forças de segurança prenderam o presidente da Comissão Egípcia para Direitos e Liberdades, Ahmed Abdallah, em 25 de abril, e o diretor de minorias do grupo, Mina Thabet, em 19 de maio. A organização documentou desaparecimentos forçados no Egito. Os dois homens permaneceram presos sem acusação formal, e foram libertados mediante pagamento de fiança em 18 de junho e 10 de setembro, respectivamente.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

A NSA levou centenas de pessoas sem ordem judicial. Essas pessoas ficaram incomunicáveis por longos períodos, fora da supervisão judicial e sem acesso a familiares ou advogados.¹ As autoridades continuaram a negar que esses desaparecimentos forçados ocorreram. As forças de segurança perseguiram supostos apoiadores da Irmandade Muçulmana e ativistas de outras filiações políticas. Alguns desaparecimentos forçados foram realizados pela Inteligência Militar.

A NSA prendeu Aser Mohamed, de 14 anos, em 12 de janeiro, e o submeteu a desaparecimento forçado por 34 dias. Ele disse que os interrogadores da NSA o forçaram a "confessar" sob tortura as acusações relacionadas a "terrorismo", e que um promotor o ameaçou com mais tortura caso retirasse sua confissão. Seu julgamento estava em andamento no final do ano.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Agentes de segurança submeteram os detentos a espancamentos e maus-tratos na prisão. Interrogadores da NSA torturaram e maltrataram muitas vítimas de desaparecimentos forçados para extrair "confissões" para uso como provas contra si mesmas no julgamento. Alguns dos métodos usados eram o espancamento, choques elétricos e posições de estresse. Os grupos de direitos humanos egípcios documentaram dezenas de relatórios de mortes sob custódia devido a tortura e outros maus-tratos, além do acesso inadequado a cuidados médicos.

Em 20 de setembro, um tribunal condenou nove policiais a penas de três anos de prisão por agressão a médicos num hospital no distrito de Matariya, no Cairo, em janeiro. O tribunal libertou os policiais sob fiança, com possibilidade de recurso.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Tribunais criminais continuaram a realizar julgamentos coletivos injustos, envolvendo dezenas – às vezes centenas – de acusados de participar de protestos e de violência

política após a retirada de Mohamed Morsi do cargo de presidente em julho de 2013.

Em alguns julgamentos com réus submetidos ao desaparecimento forçado, os tribunais aceitaram como provas "confissões" obtidas por meio de tortura.

Além dos tribunais especiais para julgamentos relacionados ao terrorismo, os tribunais militares julgaram de forma injusta centenas de civis, inclusive em julgamentos coletivos. Em agosto, as autoridades ampliaram uma lei que aumenta muito a competência dos tribunais militares para incluir crimes cometidos contra "instalações públicas" por mais cinco anos.

Os tribunais julgaram mais de 200 pessoas acusadas de fazer parte dos protestos contra a decisão do governo de ceder as ilhas de Tiran e Sanafir à Arábia Saudita, condenando muitos a penas de dois a cinco anos de prisão e multas pesadas. Depois, os tribunais de apelação reverteram a maioria das condenações.

Mais de 490 pessoas, incluindo o irlandês Ibrahim Halawa, foram condenadas por participar em atos de violência durante um protesto em agosto de 2013, num julgamento coletivo que começou em 2014. As acusações contra Ibrahim Halawa foram consideradas forjadas pela Anistia Internacional.

Em 18 de junho, um tribunal condenou o presidente deposto Mohamed Morsi a 25 anos de prisão por liderar um "grupo proibido" e por mais 15 anos por roubar informações secretas. O tribunal condenou outros seis homens à morte no mesmo caso, entre eles três jornalistas à revelia.

IMPUNIDADE

As autoridades não investigaram de forma adequada a grande maioria das alegações de violações dos direitos humanos, inclusive tortura e outros maus-tratos, desaparecimentos forçados, mortes sob custódia e o uso difundido de força excessiva por agentes de segurança desde 2011. Também não levou os perpetradores à justiça.

Com frequência, promotores se recusaram a investigar denúncias dos detentos sobre tortura e outros maus-tratos, além das provas de que forças de segurança tinham falsificado dados de prisão em casos de desaparecimento forçado.

Em 15 de agosto, o Presidente al-Sisi assinou emendas para a Lei de Autoridade Policial que proibiram as forças de segurança de “maltratar cidadãos” e proibiram os funcionários de fazerem declarações não autorizadas à imprensa e de formarem sindicatos.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram recebendo proteção inadequada contra a violência sexual e de gênero. Foram discriminadas na lei e na prática, em particular por leis de status pessoal que regulam o divórcio.

Uma menina de 17 anos morreu em 29 de maio por hemorragia, segundo relatos, após sofrer mutilação genital feminina (MGF) num hospital particular da província de Suez. Quatro pessoas foram julgadas por acusações de causar danos letais e MGF, inclusive a mãe da menina e os funcionários do hospital.

Em 25 de setembro, o presidente al-Sisi assinou uma lei que amplia a pena para qualquer pessoa que realizar uma MGF de um mínimo de três meses e máximo de dois anos para um mínimo de cinco anos e máximo de quinze anos, punindo também quem forçar as meninas a passarem pelo procedimento.

DISCRIMINAÇÃO — MINORIAS RELIGIOSAS

As minorias religiosas, inclusive cristãos coptas, muçulmanos xiitas e baha'is, continuaram a enfrentar restrições discriminatórias na lei e na prática, e receberam proteção inadequada contra a violência.

Houve diversos ataques direcionados aos cristãos coptas. Em 11 de dezembro, um bombardeio em uma igreja no Cairo matou 27 pessoas. O grupo armado Estado Islâmico assumiu a autoria desses ataques, mas as

autoridades culparam uma “célula terrorista” ligada à Irmandade Muçulmana.

Uma nova lei regulamentando as igrejas, assinada pelo presidente al-Sisi em 28 de setembro, restringiu de forma arbitrária sua construção, reparo e expansão.

DIREITOS LGBTI

As pessoas continuaram a ser presas, detidas e julgadas por acusações de “devassidão” segundo a Lei 10 de 1961, com base em sua orientação sexual aparente e identidade de gênero.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

As forças de segurança egípcias prenderam mais de 4.600 refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes que tentavam cruzar o Mar Mediterrâneo e chegar à Europa, de acordo com os números publicados pela ACNUR, a agência para refugiados da ONU, em setembro.

Em 8 de novembro, o Presidente al-Sisi sancionou uma lei que puniria quem transportasse pessoas ilegalmente de um país para o outro com uma multa de até 500 mil libras egípcias (US\$ 32.130) e penas de prisão de até 25 anos. A lei não faz distinção entre contrabando e tráfico de pessoas. A lei isentava as vítimas de tráfico e migrantes irregulares de penas de prisão e multas, mas previa que o governo os devolvesse a seus países de origem, possivelmente contra sua vontade. A lei não especifica como as autoridades devem tratar as vítimas de tráfico, refugiados e solicitantes de refúgio nem se estariam protegidas de um retorno forçado.

Em 22 de setembro, um barco com pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes em situação irregular virou na costa egípcia. Mais de duzentas pessoas morreram. As forças de segurança prenderam a tripulação.

DIREITOS TRABALHISTAS

As autoridades não reconheceram sindicatos independentes que funcionavam fora da Federação Egípcia de Sindicatos, controlada

pelo governo. Isso se refletiu num novo projeto de lei, que estreitava ainda mais o controle central sobre os sindicatos.

Um tribunal militar julgou injustamente 26 trabalhadores civis da Companhia Estaleiro Alexandria por greve.

As organizações de direitos humanos egípcias avisaram, repetidas vezes, que o governo não estava fazendo o suficiente para garantir que suas políticas econômicas, como a reforma de subsídios e desvalorização da moeda, e as propostas de reformas na lei do funcionalismo público não tivessem um impacto negativo sobre as pessoas com rendas menores e que vivem na pobreza.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram a emitir penas de morte por assassinato, estupro, tráfico de drogas, assalto à mão armada e “terrorismo”. As pessoas eram executadas por assassinato e outros crimes.

O Tribunal de Cassação reverteu algumas penas de morte e mandou casos para serem julgados novamente, inclusive uma pena de morte contra o presidente deposto Mohamed Morsi, e pelo menos um caso de julgamento coletivo injusto ligado às manifestações de 2013.

Tribunais militares condenaram civis à morte após julgamentos obviamente injustos, agravados por desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos.

Em 29 de maio, um tribunal militar condenou seis homens civis à morte e doze homens civis a penas de 15 a 25 anos por pertencerem à Irmandade Muçulmana, obterem informações confidenciais e posse de armas e explosivos. O tribunal ignorou as denúncias desses homens de tortura e outros maus-tratos, além de provas de que as forças de segurança os tinham submetido ao desaparecimento forçado após suas prisões em maio e junho de 2015. O tribunal também condenou outros dois homens à morte e seis a penas de 25 anos à revelia. Os detidos entraram com recurso numa instância militar superior.

1. Egypt: 'Officially, you do not exist' – disappeared and tortured in the name of counter-terrorism (MDE 12/4368/2016)

EL SALVADOR

República de El Salvador

Chefe de estado e de governo: **Salvador Sánchez Cerén**

Níveis crescentes de violência continuaram a afetar o direito à vida, integridade física, educação e liberdade de ir e vir. Foram reportados casos de uso excessivo de força pelas forças de segurança e um aumento nas solicitações de refúgio de salvadorenses em vários países da região. A proibição total ao aborto continua ameaçando os direitos das mulheres. No entanto, uma proposta para descriminalizar o aborto em algumas circunstâncias foi enviada à Assembleia Legislativa no final do ano. Uma defensora dos direitos humanos foi julgada sob acusações de calúnia e difamação. A Suprema Corte declarou a Lei de Anistia de 1993 como sendo inconstitucional. Persistiu a impunidade pela violência e outros crimes contra a população LGBTI.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os níveis de violência e outros crimes causados principalmente por de gangues continuou a devastar o país, com 3.438 homicídios relacionados nos primeiros seis meses do ano; o número correspondente para 2015 foi de 3.335 homicídios. A imprensa também noticiou casos de violência sexual contra mulheres e meninas por parte dos integrantes das gangues.

Em abril, as autoridades aprovaram uma série de “medidas extraordinárias” para tentar estancar a onda de violência afligindo o país, incluindo reformas legais para introduzir regimes prisionais mais rígidos e a criação de uma força de reação especializada de 1.000 policiais e militares a fim de combater as atividades criminas de gangues. Críticos expressaram preocupação quanto ao uso de forças militares em operações de segurança pública, que podem

causar violações de direitos humanos, segundo relatos da imprensa.

USO DE FORÇA EXCESSIVA E EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Membros das forças de segurança foram acusados de violações de direitos humanos durante operações para combater o crime organizado. Em abril, a Procuradoria do Escritório de Direitos Humanos relatou que tanto a polícia civil quanto a militar haviam usado de força excessiva e cometido assassinatos extrajudiciais durante duas operações de segurança em 2015. A Procuradoria também foi citada na imprensa afirmando que outros casos similares estavam sob investigação.

DIREITOS DAS MULHERES

As ameaças aos direitos das mulheres continuaram. A proibição total do aborto permaneceu em vigor mesmo em casos de estupro ou quando há risco para a vida da mulher.

Em maio, María Teresa Rivera foi libertada após ficar presa durante quatro anos, condenada por homicídio agravado após sofrer um aborto espontâneo. O juiz ordenou que María Teresa Rivera fosse liberta após reavaliar a sua sentença, julgando que as provas contra ela eram insuficientes.¹ Mais de 20 mulheres permanecem presas, cumprindo longas penas após sofrerem complicações relacionadas à gestação ou emergências obstétricas.

Em julho, uma nova proposta apresentada por um grupo de parlamentares do principal partido de oposição, a Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), buscou aumentar as sentenças da pena máxima de oito anos para o máximo de 50 anos para abortos. Até o final do ano, a reforma ainda não havia sido aprovada.²

Em outubro, parlamentares membros do partido governista, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), apresentaram uma proposta para descriminalizar o aborto em quatro circunstâncias, incluindo situações em que a vida da mulher está em risco ou quando a

gravidez é consequência de um estupro. A reforma ainda não havia sido aprovada até o final do ano.

Os níveis de violência baseada em gênero foram altos. No período entre janeiro e julho, 338 mulheres foram mortas; o número correspondente de 2015 foi de 249 mulheres, segundo registros oficiais.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Em agosto, a defensora dos direitos humanos, Sonia Sánchez Pérez, foi absolvida de todas as acusações. Seu julgamento resultou de um processo movido contra ela por uma empresa privada, que a acusou de calúnia e difamação por suas afirmações sobre o impacto ambiental do projeto de infraestrutura da empresa na sua comunidade. Ela também havia denunciado as ameaças que havia sofrido por parte dos seguranças particulares da empresa. A empresa entrou com um apelo da decisão.

DIREITOS DE MIGRANTES

Muitos daqueles que buscaram deixar o país o fizeram para fugir dos efeitos cada vez mais presentes do controle das gangues criminosas sobre áreas do país e, como consequência, o impacto desse controle nos direitos à vida, à integridade física, à educação e à liberdade de ir e vir da população local.

A população LGBTI foi alvo frequente de abusos, intimidação e violência, devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Isso ocorre especialmente com as mulheres transgênero que muitas vezes enfrentam barreiras ainda maiores para ter acesso à justiça devido à discriminação, ficando assim suscetíveis à extorsão e violência por parte das gangues. Sem uma forma de buscar proteção ou justiça, muitas pessoas LGBTI fugiram do país como a única forma de escapar da violência.

A deportação de salvadorenhos, principalmente do México, aumentou. No entanto, El Salvador não tem um protocolo ou mecanismo eficaz estabelecido que possa identificar e proteger aqueles que tiveram um

retorno forçado para as comunidades das quais haviam³ fugido.

IMPUNIDADE

El Salvador aderiu ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional em março.

Em junho, uma audiência de monitoramento relacionada a dois casos de desaparecimento forçado cometidos durante o conflito armado foi realizada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em setembro, o tribunal deu a sentença de um dos casos, *Contreras et al vs El Salvador*, e solicitou que o país providenciasse informações detalhadas e atualizadas sobre as investigações criminais e todos os esforços empreendidos para identificar e trazer à justiça as pessoas suspeitas de serem responsáveis por crimes segundo as leis internacionais e de violações de direitos humanos.

Em julho, a Suprema Corte declarou que a Lei de Anistia de 1993 era inconstitucional, um importante avanço para vítimas que sofreram abusos de direitos humanos no passado e buscam justiça.

Segundo relatos, foram presos em fevereiro os quatro oficiais militares acusados de envolvimento no assassinato de seis padres jesuítas, juntamente com a empregada e sua filha, em 1989, foragidos desde 2011 após um mandato de prisão emitido por um juiz espanhol. No entanto, segundo relatos da imprensa, a Suprema Corte negou o pedido de extradição em agosto.

Em setembro, um tribunal ordenou a reabertura do caso *El Mozote* em que centenas de civis foram executados por oficiais militares em dezembro de 1981.

Durante o ano de 2016, dois ex-militares que serviram como Ministros da Defesa durante o conflito armado foram deportados dos EUA para El Salvador, acusados de violações de direitos humanos cometidas na década de 1980.⁴

1. El Salvador: Release of woman jailed after miscarriage, a victory for human rights (Press release, 20 May)

2. El Salvador: Scandalous proposal to increase jail terms for women accused of abortion (Press release, 12 July)
3. Home sweet home? Honduras, Guatemala and El Salvador's role in a deepening refugee crisis (AMR 01/4865/2016)
4. El Salvador debe abolir la Ley de Amnistía y enfrentar su sangriento pasado (News story, 14 January)

EQUADOR

República do Equador

Chefe de estado e de governo: **Rafael Vicente Correa Delgado**

Críticos das autoridades, incluindo defensores e defensoras dos direitos humanos, enfrentaram acusações, perseguição e intimidação; os direitos à liberdade de expressão e de associação foram cerceados. O direito ao consentimento livre, prévio e informado em relação a projetos de desenvolvimento que afetam de forma negativa a subsistência foi negado aos povos indígenas.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Direitos Humanos da ONU expressou preocupação sobre as violações do ICCPR que incluem: o uso repetido de força pela polícia contra manifestações pacíficas; ações legais que ameaçam o direito à livre associação e manifestação; lentidão na reforma legislativa que permitirá a consulta apropriada aos povos e nações indígenas e de outras comunidades. O Comitê também recomendou que aumentassem os esforços para acabar com a discriminação contra a população LGBTI, e que as questões de violência contra as mulheres e a violência sexual nas escolas fossem enfrentadas.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

Em abril, líderes dos povos indígenas foram perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e condenaram as restrições ao direito à liberdade de associação.

Em setembro, as autoridades desfizeram a União Nacional dos Professores (UNE, na sigla em espanhol), alegando que a entidade não tinha registrado o seu conselho diretor com as devidas autoridades.

Em dezembro, o ministro do Interior registrou uma reclamação contra a Companhia de Ação Ecológica, acusando-a de cometer atos violentos após a publicação de informações sobre o possível impacto ambiental das atividades de mineração na província de Morona Santiago. Consequentemente, a organização permaneceu sob ameaça de fechamento.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em janeiro, o povo Kichwa de Sarayaku denunciou as negociações do governo que buscavam conceder permissão a empresas internacionais para extrair petróleo do seu território sem consultar a comunidade.¹

Em junho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos publicou uma resolução no caso dos povos indígenas Kichwa de Sarayaku vs. Equador. A corte reconheceu que o Estado cumpriu a maioria das ordens contidas em uma decisão de 2012. A Corte solicitou mais informações do governo com relação à obrigação de providenciar treinamento e capacitação permanentes para auxiliar funcionários do judiciário a resolver casos nos quais houve violação dos direitos dos povos indígenas. Em dezembro, a Corte realizou uma audiência sobre o cumprimento do Estado das ordens relacionadas à remoção de explosivos do território Sarayaku e ao direito das pessoas afetadas por tais medidas de serem consultadas previamente. Espera-se que a Corte comunique a sua resolução em 2017.

Em dezembro, após uma série de atos violentos e hostis por parte das autoridades contra o povo indígena Shuar, devido à sua oposição a um projeto de mineração em Morona Santiago, o governo declarou estado de emergência na área e prendeu o presidente da Federação Interprovincial de Centros Shuar, Agustín Wachapá.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Em janeiro, os líderes *campesinos* Manuel Trujillo e Manuela Pacheco foram acusados de “terrorismo”, após participarem de uma campanha de oposição à construção de uma hidroelétrica que a comunidade acreditava limitar seu direito à água.² Eles foram absolvidos no mesmo mês por falta de provas.

Em julho, um coordenador da Ouvidoria rejeitou uma reclamação apresentada pela Frente de Mulheres Defensoras da Mãe Terra (Frente de Mujeres Defensoras de La Pachamama) que alegaram terem sido atacadas e detidas de maneira arbitrária durante um protesto pacífico contra um projeto de mineração na província de Cuenca. As mulheres solicitaram a revisão da decisão de acordo com o regulamento da Ouvidoria. Até o fim do ano nenhuma decisão foi comunicada.

1. Una vez más Ecuador estaría ignorando los derechos de los pueblos indígenas en favor de la explotación petrolera (AMR 28/3360/2016)
2. Ecuador: Community leaders accused of terrorism (AMR 28/3205/2016)

ESPAÑA

Reino da Espanha

Chefe de Estado: **Rei Felipe VI de Borbón**

Chefe do Governo: **Mariano Rajoy**

O crime de "glorificar o terrorismo" continuou a ser usado para processar pessoas que exerciam pacificamente seu direito à liberdade de expressão. Novos casos de tortura e outros maus-tratos, uso excessivo da força e expulsões coletivas por agentes da polícia foram relatados, inclusive contra pessoas que tentaram entrar ilegalmente pelo Marrocos nos territórios isolados de Ceuta e Melilla. Investigações de alegações de tortura e outros maus-tratos foram, às vezes, realizadas de forma ineficiente. As

autoridades aceitaram o reassentamento e a realocação de apenas poucas centenas de pessoas refugiadas, um número muito abaixo dos compromissos assumidos.

Autoridades espanholas continuaram a se recusar a cooperar com o judiciário argentino para investigar crimes cometidos pelo regime de Franco durante a Guerra Civil.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO

Durante todo o ano, restrições não justificadas aos direitos de liberdade de expressão, informação e manifestação foram impostas, com base nas emendas legislativas de 2015 à Lei de Segurança Pública e no Código Penal.

Em 5 de fevereiro, Alfonso Lázaro de la Fuente e Raúl García Pérez, titereiros profissionais, ficaram presos por cinco dias após realizarem uma peça com cenas em que uma freira era esfaqueada, um juiz era enforcado e policiais e mulheres grávidas eram submetidos a espancamentos. Durante o show, um dos fantoches exibia uma faixa que tinha o símbolo "Gora ALKA-ETA" ("Viva a ALKA-ETA"). Os titereiros foram acusados de glorificação do terrorismo e incitação ao ódio. Sua prisão ocorreu após diversas pessoas dizerem que se sentiram ofendidas com a peça. Em setembro, a Corte Nacional indeferiu as acusações de glorificação do terrorismo. Contudo, no final do ano, o processo das acusações de incitação ao ódio continuou.

Em abril, o ministro do Interior pediu que o Conselho Geral do Poder Judiciário tome medidas contra José Ricardo de Prada, juiz do Tribunal Superior. Ele havia participado de uma mesa redonda organizada pela câmara municipal de Tolosa, Guipuzkoa, onde concordou com as questões das organizações internacionais de direitos humanos em relação às barreiras a investigações efetivas de casos de tortura na Espanha. Além disso, a Promotoria apoiou uma solicitação da Associação de Vítimas do Terrorismo pedindo que ele fosse afastado de suas funções como membro de um tribunal

em dois julgamentos de infrações penais devido à sua suposta parcialidade. Em junho, o Tribunal Superior do país indeferiu as duas solicitações de ações contra o juiz.

Durante o ano, o Tribunal Superior proferiu 22 vereditos de culpa contra 25 pessoas por exaltação de crimes relacionados ao terrorismo. A maioria das condenações foi resultado da "Operação Aranha", envolvendo a interceptação de mensagens postadas nas redes sociais. Entre abril de 2014 e abril de 2016, 69 pessoas foram presas como parte da operação.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Novos casos de tortura e outros maus-tratos, como uso excessivo da força por policiais, foram relatados durante todo o ano. Investigações de alegações de tortura e outros maus-tratos por vezes não eram feitas com a eficiência e profundidade necessárias.

Em janeiro, o juiz que investigava a morte de Juan Antonio Martínez González em Cadiz, em 4 de abril de 2015, resultado de lesões ocorridas enquanto estava sendo contido por policiais, proferiu sua decisão. Ele afirmou não haver provas para fundamentar as acusações de que os policiais tenham usado métodos de repressão proibidos ou de que haviam abusado de seu poder na intervenção. No final do ano, um recurso contra a decisão foi mantido na Audiência Provincial de Cádiz.

Em maio, no caso de *Beortegui Martínez contra a Espanha*, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos novamente decidiu que a Espanha violou a proibição de tortura e outros maus-tratos ao não conseguir realizar uma investigação aprofundada e efetiva sobre as alegações de tortura de pessoas que estavam detidas e incomunicáveis. Esta foi a sétima decisão do tipo contra a Espanha.

Em maio, houve o julgamento, na Audiência Provincial de Barcelona, de dois policiais por conta do caso de Ester Quintana, que perdeu um olho em novembro de 2012 depois de ser atingida por uma bala de borracha da Mossos d'Esquadra durante um protesto em Barcelona. O julgamento terminou com a absolvição dos dois policiais,

pois o tribunal não conseguiu determinar qual dos dois era responsável pelo disparo.

Em julho, a Suprema Corte anulou parcialmente a condenação pelo Tribunal Superior de Saioa Sánchez por um ato de terrorismo em dezembro de 2015.

O Tribunal Superior havia condenado Saioa Sanchez e duas outras pessoas por terrorismo. Ela recorreu à Suprema Corte, alegando que o Tribunal Superior havia se recusado a investigar se a afirmação de um dos réus, Iñigo Zapirain, que a envolvia no crime, havia sido feita sob coação. A Suprema Corte solicitou uma nova audiência, pedindo que o Manual para a Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e de Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Protocolo de Istambul) fosse seguido para avaliar a veracidade das afirmações de Iñigo Zapirain. A decisão levou em conta as preocupações expressadas por organizações de direitos humanos internacionais sobre impunidade e falta de investigações aprofundadas e efetivas, bem como sobre falhas na qualidade e na exatidão de investigações forenses.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Diminuiu em 2016 o número de chegadas irregulares de pessoas refugiadas e migrantes, cruzando o Marrocos na direção dos territórios espanhóis isolados de Ceuta e Melilla pela cerca que separa os dois países. Contudo, o número geral de chegadas, incluindo as que passam por fronteiras regulares, aumentou. Expulsões coletivas para o Marrocos realizadas por policiais espanhóis continuaram a ocorrer em Ceuta e Melilla. O sistema de recepção espanhol para solicitantes de refúgio continuou inadequado, com pouquíssimos locais em centros de recepção oficiais e muito pouca assistência para as pessoas abrigadas do lado de fora desses centros. A Espanha não implementou as Diretivas Europeias em relação a pessoas apátridas, procedimentos relacionados a refúgio e condições de recepção. A Lei de Refúgio ainda não foi implementada, seis

anos após ter entrado em vigor. Como resultado, solicitantes de refúgio em todo o país tiveram acesso irregular à assistência a qual tinham direito. Entre janeiro e outubro, 12.525 solicitações de refúgio foram enviadas à Espanha, de acordo com os dados da Eurostat, em comparação com 4.513 em 2013. Até agosto, o acúmulo cada vez maior de solicitações de refúgio não processadas havia chegado a 29.845 casos.

Em 9 de setembro, pelo menos 60 pessoas da África Subsaariana, que conseguiram entrar no território espanhol pulando as cercas que separam Ceuta do Marrocos, foram expulsas coletivamente. Antes de sua expulsão, algumas delas foram agredidas por policiais marroquinos que entraram na área entre as cercas, que é de território espanhol. Algumas das pessoas devolvidas ao Marrocos se feriram ao escalar a cerca e por conta da agressão.

Embora a Espanha tenha concordado em receber 1.449 pessoas do Oriente Médio e do norte da África de acordo com planos de reassentamento, apenas 289 pessoas, todas da Síria, haviam chegado ao território espanhol até setembro. Da mesma forma, contrariando o compromisso assumido de receber 15.888 pessoas que necessitavam de proteção internacional da Itália e da Grécia de acordo com o programa de realocação interna da União Europeia, apenas 609 foram realocadas para a Espanha até setembro.

IMPUNIDADE

As autoridades espanholas continuaram a se recusar a cooperar com o judiciário argentino para investigar crimes previstos pelo direito internacional cometidos durante a Guerra Civil e pelo regime de Franco. Essas autoridades espanholas obstruíram as atividades da promotora argentina na ação coletiva conhecida como "Querella Argentina", impedindo que os depoimentos de algumas das vítimas e dos 19 réus fossem colhidos. Por meio de uma circular com data de 30 de setembro, a Promotora espanhola instruiu os promotores territoriais a se recusarem a realizar quaisquer investigações

judiciais solicitadas pela promotoria argentina, alegando que não seria possível investigar os crimes denunciados, como desaparecimentos forçados e torturas, de acordo com a Lei de Anistia (entre outras leis) e devido à prescrição.

DISCRIMINAÇÃO — SAÚDE DOS MIGRANTES

Medidas austeras continuaram a ter um efeito prejudicial sobre os direitos humanos, especialmente em relação ao acesso à saúde e à proteção social para alguns dos grupos mais vulneráveis. O Tribunal Constitucional declarou que a legislação aprovada em 2012 que restringia o acesso a serviços de saúde para migrantes sem documentos, incluindo cuidados básicos, era constitucional. Essa reforma tirou os cartões de serviços de saúde de 748.835 migrantes, removendo ou limitando seriamente seu acesso ao sistema de saúde e, em algumas situações, colocando suas vidas em risco. Houve um impacto especial sobre as mulheres, em termos de barreiras à informação e serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

DIREITO À MORADIA

Gastos públicos com moradia foram cortados em mais de 50% entre 2008 e 2015, enquanto a execução de hipotecas continuou inabalável. De acordo com estatísticas do Conselho Geral do Judiciário, até setembro de 2016 houve 19.714 despejos por falta de pagamento de hipotecas e 25.688 despejos por falta de pagamento do aluguel. Contudo, não houve números oficiais que mostrassem a quantidade de pessoas afetadas pelas execuções de hipotecas na Espanha, nem dados desagregados por sexo ou idade, o que impediu a adoção de medidas para proteger os mais vulneráveis. Chefes de família que enfrentavam processos de reintegração de posse continuaram sem recursos jurídicos adequados para fazer cumprir a proteção de seu direito à moradia perante os tribunais.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

De acordo com os números do Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade, 44 mulheres foram assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros até dezembro. A Lei de Medidas Protetivas Abrangentes contra a Violência de Gênero e a criação de Tribunais especializados em Violência Contra as Mulheres entraram em vigor em 2004. Contudo, não houve uma revisão participativa e transparente do impacto da lei desde então, apesar de questionamentos sobre a eficácia dos processos e a adequabilidade das medidas de proteção às vítimas.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Estados Unidos da América

Chefe de estado e de governo: **Barack Obama**

Dois anos depois de um comitê do Senado relatar abusos no programa secreto de detenção comandado pela CIA, ainda não houve responsabilização pelos crimes cometidos nele de acordo com o direito internacional. Mais detentos foram transferidos do centro de detenção dos EUA na Baía de Guantánamo em Cuba, mas outros continuaram detidos lá indefinidamente, enquanto os procedimentos de pré-julgamento na comissão militar continuavam em diversos casos. Se manteve a preocupação com o tratamento de pessoas refugiadas e migrantes, o uso do isolamento em prisões federais e estaduais e o uso da força no policiamento. Houve 20 execuções no ano. Em novembro, Donald Trump foi eleito presidente. Sua posse foi marcada para 20 janeiro de 2017.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL

Em agosto, o Comitê de Direitos Humanos da ONU expressou sua preocupação de que a

investigação sobre o uso da tortura no contexto do combate ao terrorismo, que os EUA são obrigados legalmente a conduzir, não tinha sido realizada. O Comitê destacou que os EUA não tinham fornecido mais nenhuma informação sobre o relatório do Comitê de Inteligência do Senado (SSCI) sobre o programa secreto de detenção comandado pela CIA depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. O relatório completo, com 6.963 páginas, continua com a classificação de confidencialidade máxima, sem que o SSCI o liberasse até o fim do ano.

Em 16 de agosto, o Comitê destacou que os EUA não tinham fornecido mais nenhuma informação sobre as denúncias de que presos em Guantánamo teriam sido sendo impedidos de ter acesso a reparações jurídicas pela tortura e outras violações de direitos humanos sofridas enquanto estiveram sob a custódia dos EUA.

IMPUNIDADE

Não foi tomada nenhuma providência para dar fim à impunidade por violações sistemáticas dos direitos humanos, entre elas a tortura e o desaparecimento forçado cometidos no programa secreto de detenção da CIA depois de 11 de setembro.

Em maio, o Tribunal de Apelações dos EUA do Circuito do Distrito Federal (DC) decidiu que o relatório do SSCI sobre o programa secreto de detenção da CIA continuava classificado como “arquivo do congresso” e não estava sujeito à divulgação de acordo com a Lei de Liberdade de Informações. Uma petição buscando revisão da sentença pela Suprema Corte dos EUA foi feita em novembro. Separadamente, no fim de dezembro, um juiz da Corte do Distrito Federal (DC) ordenou que a administração preservasse o relatório do SSCI, e que depositasse uma cópia eletrônica ou em papel na Corte para um armazenamento seguro. Até o fim do ano não era sabido se o governo recorreria da decisão.

Em 12 de agosto, o Tribunal de Apelações do Circuito de DC rejeitou uma ação indenizatória em nome do cidadão afegão Mohamed Jawad, mantido sob custódia dos

militares dos EUA de 2002 a 2009. Nesse tempo, foi submetido a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Ele tinha menos de 18 anos quando foi capturado pelos EUA no Afeganistão e transferido para a prisão de Guantánamo.¹ O Tribunal de Apelações manteve a decisão de uma instância inferior de rejeitar a ação, alegando que os tribunais federais não tinham jurisdição sobre o caso, de acordo com a Seção 7 da Lei das Comissões Militares (MCA) de 2006.²

Em outubro, o Tribunal de Apelações dos EUA do Quarto Circuito derrubou a decisão da instância inferior de rejeitar o processo de cidadãos iraquianos que alegavam terem sido torturados por interrogadores empregados pela CACI Premier Technology, Inc. na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, em 2003 e 2004. O Tribunal decidiu que a conduta intencional de interrogadores profissionais, ilegal no período em que foi realizada, não poderia ser protegida de análise jurídica.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Quase oito anos depois de o Presidente Obama ter assumido o compromisso de fechar a prisão de Guantánamo em janeiro de 2010, 59 homens ainda eram mantidos lá, a maior parte deles sem acusação ou julgamento. Em 2016, 48 detentos foram transferidos para autoridades governamentais na Bósnia e Herzegovina, Gana, Itália, Kuwait, Mauritânia, Montenegro, Omã, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia e Emirados Árabes Unidos.

Em agosto, o Comitê contra a Tortura da ONU declarou que suas recomendações de encerrar as detenções indefinidas sem acusação ou julgamento, que se somavam à violação da Convenção contra a Tortura da ONU, não tinham sido implantadas.

Os procedimentos de pré-julgamento da comissão militar contra cinco detidos acusados de envolvimento nos ataques de 11 de setembro continuaram, e em 2012 foram acusados com pedido de pena capital, de acordo com a MCA de 2009. Os cinco —

Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ammar al Baluchi e Mustafa al Hawsawi — foram mantidos incommunicáveis sob custódia sigilosa dos EUA por até quatro anos antes de serem transferidos para Guantánamo em 2006. O julgamento ainda não tinha começado no fim de 2016.

Os procedimentos pré-julgamento da comissão militar também continuaram contra Abd al-Rahim al-Nashiri. Com acusações passíveis da pena de morte em 2011, relacionadas à tentativa de atentado a bomba do USS The Sullivans em 2000, aos bombardeios do USS Cole em 2000 e ao supertanque francês Limburg em 2002, tudo no Iêmen. Ele foi mantido sob custódia da CIA, em sigilo, por quase quatro anos antes de sua transferência para Guantánamo em 2006. Em agosto de 2016, o Tribunal de Apelações do Circuito de DC deliberou que uma decisão sobre sua alegação, de que os crimes de que foi acusado não eram passíveis de julgamento pela comissão militar, por não terem sido cometidos no contexto de hostilidades, nem se relacionarem a hostilidades, teria que esperar um recurso final do caso, que provavelmente ainda demoraria uma década.

Omar Khadr, que em 2010 se confessou culpado das acusações, sob a MCA, relacionadas à conduta no Afeganistão, em 2002, quando ele tinha 15 anos de idade, e foi transferido para o Canadá em 2012, onde nasceu, tentou desqualificar um dos juízes do Tribunal de Revisão da Comissão Militar (CMCR), alegando falta de imparcialidade. O Tribunal de Apelações do Circuito de DC rejeitou o recurso, alegando que a alegação teria que esperar a decisão sobre o recurso final.

Durante ano, o recurso de Omar Khadr ao CMCR contra sua condenação, inclusive com base no fato de que ele tinha se declarado culpado de crimes que não eram crimes de guerra passíveis de julgamento por uma comissão militar, foi mantido suspenso, esperando a decisão do Tribunal de Apelações sobre o caso do prisioneiro de Guantánamo Ali Hamza Suliman al Bahlul,

que está cumprindo uma pena de prisão perpétua imposta em 2008, de acordo com a MCA de 2006. Em 2015, um painel de três juízes da Corte tinha revogado a condenação de Ali Hamza Suliman al Bahlul por conspiração para cometer crimes de guerra, com base no fato de que a acusação não era reconhecida pelo direito internacional e não poderia ser julgada por um tribunal militar. O governo buscou a reconsideração por todo o tribunal, sendo bem sucedido, e em outubro de 2016 manteve a condenação por conspiração, numa votação fragmentada que tinha cinco opiniões diferentes, e na qual não se chegou à resolução do problema em si. Três dos nove juízes discordaram, argumentando que o Congresso não tinha o poder de fazer com que uma acusação de conspiração se tornasse passível de julgamento por uma comissão militar, destacando que “qualquer deferência que o judiciário possa dever aos ramos políticos na questão de segurança e defesa nacional, ela não é absoluta”. Dois juízes escreveram separadamente dizendo que era inadequado decidir sobre a questão principal por motivos de procedimentos exclusivos ao caso de Ali Hamza Suliman al Bahlul.

USO EXCESSIVO DE FORÇA

As autoridades não conseguiram rastrear o número exato de pessoas mortas por policiais durante o ano — a documentação dos meios de comunicação colocam o número em quase mil pessoas mortas. O Departamento de Justiça dos EUA anunciou planos para criar um sistema de rastreamento dessas mortes, de acordo com a Lei de Informações sobre Mortes sob Custódia, a ser implantado em 2017. No entanto, o programa não é obrigatório para a polícia e, portanto, os dados compilados podem não refletir os números totais.

De acordo com os dados limitados disponíveis, homens negros foram vitimados de modo desproporcional por homicídios cometidos por policiais.

Pelo menos 21 pessoas em 17 estados morreram depois de atingidas por armas de choque usadas pela polícia, elevando para

700 o número dessas mortes desde 2001. A maioria das vítimas não estava armada nem parecia apresentar, a qualquer pessoa, ameaça de morte ou ferimentos graves quando a arma de choque foi usada.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Em julho, as mortes de Philandro Castile em Falcon Heights, Minnesota, e Alton Sterling, em Baton Rouge, Louisiana, geraram protestos contra a polícia por todo o país. Protestos similares contra o uso de força pela polícia ocorreram em outras cidades como Tulsa em Oklahoma, e Charlotte, na Carolina do Norte. O uso de indumentária pesada e armas e equipamentos militares para policiamento essas manifestações causou diversas preocupações referentes ao direito de manifestação pacífica.

Protestos em Standing Rock e em seu entorno, em Dakota do Norte, contra o oleoduto que transportará petróleo in natura, apesar de serem majoritariamente pacíficos, tiveram uma resposta pesada da polícia local e das autoridades estaduais. As autoridades locais construíram uma barricada policial na rua, no caminho dos lugares de protestos. Os policiais responderam em indumentárias antidistúrbio e com armas de fogo, usaram spray de pimenta, balas de borracha e armas de choque contra os manifestantes. Houve mais de 400 detenções depois de agosto, a maioria por invasão de propriedade e resistência não violenta. As autoridades focaram em repórteres e ativistas com acusações de crimes menores, como invasão.

VIOLÊNCIA ARMADA

As tentativas de aprovar no Congresso uma lei para impedir a venda de certas armas de fogo ou implantar verificações abrangentes dos históricos dos compradores fracassaram. O Congresso continuou a negar verbas para que o Centro de Prevenção e Controle de Doenças conduza ou patrocine pesquisas sobre as causas da violência armada e formas de prevenção.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Mais de 42 mil crianças desacompanhadas e 56 mil indivíduos que compunham unidades familiares foram capturados cruzando ilegalmente a fronteira do sul durante o ano. As famílias ficaram detidas por meses, algumas mais de um ano, enquanto reivindicavam permanecer nos EUA. Muitos ficaram detidos em lugares sem acesso adequado a cuidados médicos e assessoria jurídica. O Alto Comissariado para Refugiados da ONU chamou a situação no Triângulo do Norte de crise humanitária e de proteção.

As autoridades reassentaram mais de 12 mil refugiados sírios até o fim do ano e disseram que aumentariam a aceitação de refugiados anual de 70 mil por ano para 85 mil no exercício de 2016 e 100 mil em 2017. Os legisladores apresentaram projetos de lei que tentavam impedir refugiados admitidos legalmente de morar em seus estados. Em setembro, o Texas anunciou sua saída do Programa Federal de Reassentamento de Refugiados, com base na alegação de preocupações com segurança, apesar de os refugiados terem que passar por um processo de verificação exaustivo antes de entrar nos EUA. Os estados de Kansas e Nova Jersey também se retiraram do programa.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres indígenas dos Estados Unidos e do Alaska continuaram com uma probabilidade 2,5 vezes maior de sofrer estupro ou violência sexual em relação às outras mulheres do país. A desigualdade brutal se manteve para mulheres indígenas que buscassem cuidados após sofrerem estupros, inclusive no acesso a exames e kits pós-estupro — um pacote de itens usados pela equipe médica para reunir provas forenses — e outros serviços médicos essenciais.

Havia grandes disparidades no acesso das mulheres a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, inclusive a serviços de saúde

materna. A taxa de mortalidade materna subiu nos seis últimos anos. Mulheres afrodescendentes tinham uma probabilidade quatro vezes maior que as mulheres brancas de morrer devido a complicações na gravidez.

A ameaça de responsabilização penal para o uso de drogas durante a gestação continuou impedindo que mulheres de grupos marginalizados buscassem atendimento médico e cuidados pré-natal. No entanto, uma emenda prejudicial à lei de “agressão ao feto” no Tennessee expirou em julho depois que uma campanha bem sucedida garantiu que a lei não fosse permanente.³

DIREITOS LGBTI

A discriminação legal contra pessoas LGBTI persistiu nos níveis estadual e federal. Não havia proteções federais proibindo a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero nos locais de trabalho e serviços de saúde e habitação. Enquanto alguns estados e cidades aprovavam leis contra a discriminação, que incluíam a proteção com base na orientação sexual e identidade de gênero, a vasta maioria dos estados não garantiu nenhuma proteção legal para as pessoas LGBTI. A terapia de conversão, criticada pelo Comitê contra a Tortura da ONU como forma de tortura, continuou legal na maioria dos estados e territórios. As pessoas transgênero continuaram sendo particularmente marginalizadas. As taxas de assassinato de mulheres transgênero foram altas e leis estaduais discriminatórias, como o “projeto de lei do banheiro” da Carolina do Norte, que proíbe as cidades de permitirem que pessoas transgênero usem banheiros públicos de acordo com a sua identidade de gênero, enfraqueceram seus direitos.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Mais de 80 mil presos eram mantidos, a todo momento, em condições de privação física e social nas penitenciárias federais e estaduais de todo o país. Em janeiro, o Departamento de Justiça emitiu princípios de orientação e

recomendações de políticas que limitariam o uso do confinamento em solitária e a segregação prisional — prisão ou detenção com regras diferentes das que estão em vigor para a população prisional geral — nas prisões federais. As recomendações enfatizaram a segregação dos presos no ambiente menos restritivo possível, tirando pessoas com doenças mentais do isolamento, e limitando drasticamente o uso da solitária para adolescentes.

PENA DE MORTE

20 homens foram executados em 5 estados, elevando para 1.142 o número total de execuções desde que a Suprema Corte dos EUA aprovou as novas leis de penas capitais em 1976. Foi o menor total anual desde 1991. Cerca de 30 novas penas de morte foram proferidas. Quase 2.900 pessoas continuavam no corredor da morte no fim do ano.

O Texas realizou menos de dez execuções pela primeira vez desde 1996. Oklahoma não realizou nenhuma execução pela primeira vez desde 1994. Estes dois estados, juntos, são responsáveis por 45% das execuções no país entre 1976 e 2016.

Nas eleições de novembro, o eleitorado de Oklahoma votou para emendar a constituição do estado para proibir os seus tribunais de declararem a pena de morte como punição “cruel ou pouco usual”. Na Califórnia, o estado com a maior população no corredor da morte, os eleitores optaram por não rejeitar a pena de morte. Em Nebraska, o eleitorado votou por rejeitar a abolição da pena de morte pelo legislativo do estado em 2015.

As moratórias sobre as execuções continuaram em vigor na Pensilvânia, estado de Washington e Oregon durante o ano.

A Flórida, onde as execuções tinham aumentado nos últimos anos, viu as execuções serem suspensas durante o ano todo, após a decisão da Suprema Corte dos EUA sobre o caso *Hurst vs. Florida* em janeiro, de que a legislação sobre a pena de morte da Flórida era inconstitucional por dar ao júri apenas um papel de aconselhamento

em relação a quem deveria ser condenado à morte. O legislativo da Flórida aprovou uma nova lei mas, em outubro, a Suprema Corte da Flórida decidiu pela sua inconstitucionalidade por não exigir a unanimidade entre os membros do júri na condenação à morte. Em dezembro, a Suprema Corte da Flórida decidiu que o veredito de *Hurst* se aplicava àqueles no corredor da morte - mais de 200 de cerca de 400 - cujas sentenças de morte ainda não haviam sido cumpridas com recurso obrigatório em 2002. Eles podiam ser elegíveis a novas audiências como resultado disso.

Em agosto, a Suprema Corte de Delaware derrubou a legislação sobre a pena de morte no estado, na esteira do caso *Hurst v. Florida*, porque dava aos juízes o poder final para decidir se a acusação tinha provado todos os fatos necessários para impor a pena de morte. O promotor geral de Delaware anunciou que não apelaria da decisão.

Os estados continuaram a enfrentar dificuldades com os protocolos das injeções letais e a aquisição de drogas. A Louisiana não realizará nenhuma execução em 2017 devido aos processos na vara federal relativos ao seu protocolo de injeções letais. Ohio enfrentou problemas com o fornecimento de drogas de injeções letais e não houve execuções no estado pelo segundo ano seguido. Em março, a Suprema Corte de Ohio decidiu, por 4 votos a 3, que o estado poderia tentar executar Romell Broom pela segunda vez. A primeira tentativa, em 2009, foi abandonada depois que a equipe responsável pela injeção letal não conseguiu estabelecer uma linha intravenosa após duas horas de tentativas. A data da execução de Romell Broom não tinha sido marcada até o fim do ano.

A Suprema Corte dos EUA interveio em diversos casos de pena de morte. Em março, concedeu ao preso no corredor da morte Michael Wearry um novo julgamento, 14 anos após sua condenação. A Corte decidiu que a má conduta da promotoria, que incluiu a retenção de provas exculpatórias, violou o direito de Michael Wearry de ter um

juízo justo. Em maio, concedeu ao preso no corredor da morte Timothy Foster, na Geórgia, um novo julgamento por conta de discriminação racial na seleção do júri. Timothy Foster, afrodescendente, foi condenado à morte por um júri composto apenas por pessoas brancas, depois que a promotoria excluiu peremptoriamente todos os possíveis jurados negros da seleção.

Em agosto, o Cáucus Hispânico Nacional dos Legisladores Estaduais aprovou esmagadoramente a resolução que pedia a abolição da pena de morte em todo o país. A resolução citou a discriminação racial, ineficácia, custo e risco de erros.

Em abril, Gary Tyler foi solto depois de 42 anos na prisão em Louisiana. Afrodescendente, ele tinha sido condenado à morte por matar com um tiro um menino branco de 13 anos em 1974, durante uma rebelião contra integração escolar. Gary Tyler, que tinha 16 anos na época do assassinato, foi condenado à morte por um júri totalmente branco. Sua pena de morte foi revogada depois de a Suprema Corte dos EUA ter considerado a legislação da pena de morte obrigatória da Louisiana inconstitucional em 1976, e sua prisão perpétua foi revogada depois que a Corte, em 2012, proibiu prisões perpétuas sem condicional para crimes cometidos por menores de 18 anos. A promotoria concordou em anular a condenação por homicídio doloso, permitiu que ele se declarasse culpado de homicídio culposo e recebesse uma pena máxima de 21 anos, menos da metade do tempo que já tinha cumprido.⁴

-
1. USA: From ill-treatment to unfair trial – the case of Mohamed Jawad, child 'enemy combatant' (AMR 51/091/2008)
 2. USA: Chronicle of immunity foretold (AMR 51/003/2013)
 3. USA: Tennessee 'Fetal Assault' Law – a Threat to Women's Health and Human Rights (AMR 51/3623/2016)
 4. USA: The Case of Gary Tyler, Louisiana (AMR 51/089/1994) and USA: Louisiana: Unfair Trial: Gary Tyler (AMR 51/182/2007)

FRANÇA

República Francesa

Chefe de estado: **François Hollande**

Chefe de governo: **Bernard Cazeneuve (substituiu Manuel Valls em dezembro)**

Em resposta a diversos ataques violentos, o estado de emergência foi ampliado quatro vezes no ano. Medidas de emergência restringiram os direitos humanos de forma desproporcional. Em outubro, as autoridades expulsaram um assentamento informal em Calais, onde moravam mais de 6.500 migrantes e solicitantes de refúgio.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Vários ataques violentos foram cometidos durante o ano. Em 13 de junho, um policial e sua parceira foram mortos em casa na região de Paris. Em 14 de julho, 86 pessoas foram mortas em Nice por um homem que deliberadamente jogou um caminhão em cima da multidão reunida para celebrar um feriado nacional da França. Em 26 de julho, um padre foi morto na sua igreja perto de Rouen no noroeste da França.

Uma semana após o ataque em Nice, o Parlamento votou para renovar o estado de emergência, em vigor desde os ataques terroristas coordenados em Paris em novembro de 2015, estendendo o mesmo até 26 de janeiro de 2017. Em 15 de dezembro, o Parlamento votou uma nova prorrogação, até 15 de julho de 2017.

O estado de emergência deu ao Ministério do Interior e à polícia poderes excepcionais, entre eles a possibilidade de fazer buscas domiciliares sem autorização judicial e de submeter indivíduos a medidas de controle administrativo para restringir sua liberdade com base em evidências vagas, abaixo do limite exigido para processos criminais.¹

Usando esses poderes, as autoridades conduziram mais de quatro mil buscas domiciliares sem autorização judicial e submeteram mais de 400 indivíduos a prisões domiciliares. Em 22 de novembro, 95

pessoas ainda estavam em prisão domiciliar. As medidas de emergência restringiram a liberdade de circulação e o direito à privacidade de forma desproporcional.

Em 10 de junho, o Comitê contra a Tortura da ONU expressou preocupação em relação às alegações de uso excessivo da força por policiais no contexto de buscas administrativas realizadas usando os poderes de emergência, e pediram que tais alegações fossem investigadas.

O Parlamento também aprovou mudanças na legislação que fortalecem os poderes administrativos e judiciais na área de combate ao terrorismo. Em 3 de junho, o Parlamento adotou uma nova lei que concede ao Ministro do Interior o poder de usar medidas de controle administrativo contra pessoas que estejam supostamente voltando de áreas de conflito consideradas uma ameaça à segurança pública. A lei ampliou o poder de autoridades judiciais para autorizarem buscas domiciliares a qualquer momento para investigar crimes relacionados ao terrorismo.

A lei também tipificou como crime a consulta regular a sites que incitarem ou glorificarem o terrorismo, a menos que esses sites sejam consultados de boa fé, para fins de pesquisa ou outras razões profissionais, com o objetivo de informar o público geral. A definição vaga do crime aumentou a probabilidade de processar indivíduos por comportamentos que caíam no âmbito do exercício legítimo da liberdade de expressão e informação.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Em 24 de outubro, as autoridades começaram a expulsar mais de 6.500 migrantes e solicitantes de refúgio do assentamento informal conhecido como “A Selva” em Calais, um processo que durou vários dias. Os migrantes e solicitantes de refúgio foram realocados em centros de recepção por toda a França, onde receberam informações sobre os procedimentos para conseguir refúgio. As autoridades não consultaram migrantes e solicitantes de

refúgio genuinamente, nem deram a eles informações adequadas antes do despejo.

Organizações da sociedade civil expressaram preocupações referentes ao processo de cerca de 1.600 menores de idade desacompanhados no acampamento. A situação deles deveria ser avaliada pelas autoridades da França e do Reino Unido em conjunto, tendo em vista seus melhores interesses e/ou a possível transferência para o Reino Unido, onde se reuniriam a suas famílias. As autoridades não tiveram a capacidade para registrar todos os menores e alguns foram supostamente recusados com base na idade presumida, sem passarem por uma avaliação completa. Em 2 de novembro, o Comitê de Direitos da Criança da ONU levantou questões sobre os menores em Calais deixados sem abrigo adequado, alimentos ou serviços médicos durante a operação de despejo. Até meados de novembro, cerca de 330 menores tinham sido transferidos para o Reino Unido.

Devido à falta de capacidade de recepção e de recursos para registrar as solicitações de refúgio na região de Paris, mais de 3.800 solicitantes de refúgio viveram em condições degradantes e dormiram ao relento durante meses no 19º distrito de Paris, até serem transferidos pelas autoridades para os centros de recepção em 3 de novembro.

Em 29 de novembro, as autoridades rejeitaram a solicitação de refúgio de um homem da região de Cordofão do Sul, devastada pela guerra, e obrigaram-no a voltar ao Sudão apesar do risco de perseguição que ele corria. Em 20 de novembro, as autoridades liberaram outro sudanês, de Darfur, que corria o risco de ser obrigado a voltar.

O governo se comprometeu a aceitar seis mil refugiados, sob o acordo de controle de migração entre a UE e a Turquia, e a reassentar três mil refugiados do Líbano.

Em 9 de dezembro, o Conselho de Estado, o supremo tribunal administrativo, rejeitou o decreto assinado pelo Primeiro-Ministro em setembro de 2015 que autorizava a extradição de Moukhtar Abliazov, cidadão do Cazaquistão, para a Rússia em razão de

crimes financeiros, já que o pedido de extradição foi motivado por razões políticas.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Manifestações constantes aconteceram entre março e setembro para protestar contra a proposta, apoiada pelo governo, de reforma do Código Trabalhista, adotada em julho. Uma minoria de manifestantes se envolveu em atos violentos e num confronto com a polícia.

Desde a quarta renovação do estado de emergência em julho, as autoridades passaram a ter permissão expressa para proibir manifestações públicas, alegando incapacidade de garantir a ordem pública. Dezenas de manifestações foram proibidas e centenas de pessoas submetidas a medidas administrativas que restringiam sua liberdade de circulação e as impediam de frequentar manifestações.

Em diversas ocasiões, a polícia se excedeu em seu uso de força contra os manifestantes, incluindo o uso de bombas de gás lacrimogêneo, ataques violentos, balas de borracha e granadas *stingball*, que deixaram centenas de feridos.

DISCRIMINAÇÃO

O povo cigano continuou a ser despejado à força de assentamentos informais, sem consulta genuína ou oferta de moradia alternativa. De acordo com organizações da sociedade civil, 4.615 pessoas foram despejadas à força nos primeiros seis meses do ano. Em 13 de julho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU pediu que as autoridades providenciassem notificações e informações, além de opções de realojamento para todos os afetados por despejos.

Em outubro, o Parlamento adotou uma lei sobre o reconhecimento legal de gênero para transgêneros. A lei estabelece um procedimento que permite a pessoas transgênero buscar o reconhecimento legal de seu gênero, sem atender nenhuma exigência médica. No entanto, ainda impõe alguns requisitos, como mudança de nome

ou aparência física condizentes com a identidade de gênero.

Vários prefeitos adotaram medidas para restringir o uso de roupas de banho consideradas incompatíveis com a higiene, o princípio do secularismo e a manutenção da ordem pública. Em particular, as autoridades tentaram banir o uso de roupas de banho que cobrem o corpo todo, também conhecidas como “burquini”. Em 26 de agosto, o Conselho de Estado suspendeu as medidas em Villeneuve-Loubet no sul da França, julgando não serem necessárias para assegurar a ordem pública.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em 29 de novembro, a Assembleia Nacional adotou um projeto de lei que impõe um dever sobre certas empresas francesas de grande porte: implementar um “plano de vigilância” para impedir abusos graves contra os direitos humanos e danos ambientais ligados às suas próprias atividades, de suas subsidiárias e de outras relações comerciais estabelecidas, sujeitando-as a multas por não cumprimento. Além disso, qualquer inadequação no plano que leve a abusos contra os direitos humanos pode ser usada por vítimas para pedir indenizações das empresas na justiça francesa. No final do ano, o projeto estava aguardando aprovação no Senado.

COMÉRCIO DE ARMAS

Em junho, uma família palestina apresentou uma denúncia contra a empresa francesa Exxelia Technologies por cumplicidade em homicídios e crimes de guerra em Gaza. Em 2014, três dos filhos da família foram mortos por um míssil lançado contra sua casa na Cidade de Gaza por forças israelenses. De acordo com investigações posteriores, um componente do míssil tinha sido fabricado pela Exxelia Technologies. A França ainda é o quarto maior exportador de armas do mundo, vendendo a países como Arábia Saudita e Egito.

1. Vidas viradas do avesso: o impacto desproporcionado do estado de emergência em França (EUR 21/3364/2016)

GRÉCIA

República Helênic

Chefe de estado: **Prokopis Pavlopoulos**

Chefe de governo: **Alexis Tsipras**

A Grécia enfrentou desafios consideráveis para fornecer condições de recepção adequadas e acesso ao processo de solicitação de refúgio a pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes após o anúncio do acordo de fechamento de fronteiras entre a União Europeia e a Turquia. Evidências comprovaram que pelo menos oito refugiados sírios foram retornados forçadamente pela Grécia à Turquia. Devido ao fechamento da rota dos Balcãs, centenas de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes ficaram presas na Grécia continental em péssimas condições. Alegações de torturas e outros maus-tratos por membros das forças de segurança durante prisões e/ou detenções continuaram. Em dezembro, uma nova legislação estabeleceu um mecanismo de ouvidoria para a polícia nacional.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Parlamento adotou ainda mais medidas de austeridade, incluindo aumento de impostos, cortes no pagamento de pensões e a transferência de bens do Estado para um fundo de privatização. Em fevereiro, o especialista independente da ONU sobre os efeitos da dívida externa concluiu que as medidas de austeridade implementadas desde 2010 contribuíram significativamente para a erosão ampla dos direitos sociais e econômicos da população, bem como para a pobreza generalizada na Grécia.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Até o fim do ano 173.451 solicitantes de refúgio e migrantes chegaram à Grécia pelo

mar. Mais de 434 pessoas haviam morrido ou haviam sido consideradas desaparecidas ao longo da travessia do Mar Egeu. Havia em torno de 47.400 refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes no continente e 15.384 nas ilhas.

O acordo de migração entre a União Europeia e a Turquia

Em 18 de março de 2016, a União Europeia e a Turquia assinaram um amplo acordo de controle de migração, segundo o qual a Turquia concordou em aceitar de volta todos os "migrantes sem documentos" que chegassem às Ilhas Gregas após 20 de março, em troca de 6 bilhões de euros. Apesar de, formalmente, essas pessoas terem tido acesso ao processo de solicitação de refúgio, o acordo permitiu que quem chegasse às Ilhas Gregas passando pela Turquia fosse devolvido à Turquia sem uma avaliação substancial de sua solicitação. O acordo foi baseado na premissa de que a Turquia era um "terceiro país seguro". Pesquisas durante o ano apontaram que a Turquia não é um país seguro para solicitantes de refúgio e pessoas refugiadas. O número de pessoas que chegaram à Grécia caiu vertiginosamente após 20 de março, e no final do ano, uma média de apenas 50 pessoas chegavam diariamente.

Entre maio e junho, dezenas de pessoas refugiadas da Síria que tiveram sua solicitação de refúgio recusada pelo governo grego com base na possibilidade de devolvê-las para "terceiros países seguros", entraram com recurso contra a decisão, ganharam e tiveram suas solicitações atendidas. Em junho, o Parlamento adotou uma emenda que alterou a composição dos Comitês de Recursos sobre Refúgio para incluir dois juízes e uma pessoa nomeada pelo ACNUR — a agência de refugiados da ONU — ou pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

Durante o mesmo mês, dois sírios que haviam chegado à Grécia pela Turquia foram os primeiros a correr risco iminente de devolução forçada para a Turquia, após os Comitês de Recursos rejeitarem seus

recursos com base no conceito de "terceiro país seguro". Em outubro, um terceiro refugiado sírio foi ameaçado de retorno forçado à Turquia e preso quando seu pedido de refúgio foi negado pelo Comitê de Recursos, nos mesmos termos. Em novembro, o Conselho de Estado ouviu os argumentos de uma petição popular que questionava a rejeição de seu pedido de refúgio com base no conceito de terceiro país seguro, bem como a constitucionalidade da composição dos Comitês de Recursos sobre Refúgio. Até o final do ano, o Conselho ainda não havia decidido sobre o caso.

Evidências comprovaram que pelo menos oito refugiados sírios foram submetidos a retorno forçado à Turquia. Eles haviam registrado sua intenção de pedir refúgio, mas foram devolvidos de Kos dia 20 de outubro, antes de poderem fazer sua solicitação ao governo grego.

As condições de recepção das pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e de migrantes detidas nas ilhas eram de superlotação e insalubridade. A segurança oferecida pelo governo grego era inadequada e a falta de informação sobre o processo migratório deixava as pessoas com muita incerteza sobre o que aconteceria com elas. Isso alimentava a tensão nos campos, e ocasionalmente gerou violência, e protestos em "pontos críticos" de Lesbos, Chios e Leros.

Detenção de solicitantes de refúgio e migrantes

Em abril, milhares de pessoas que chegaram às ilhas após a implementação do acordo de fechamento de fronteiras entre a União Europeia e a Turquia foram arbitrariamente detidas. Embora os mais vulneráveis tenham sido liberados logo e a grande maioria dos solicitantes de refúgio aos poucos tiveram permissão para se deslocar livremente para fora dos "pontos críticos", um grande número de pessoas foram impedidas de deixar a ilha aonde haviam chegado até que suas solicitações de refúgio fossem processadas.

O fechamento da rota dos Balcãs

Em março, quando a Grécia fechou sua fronteira com a Macedônia, milhares de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes ficaram presas na Grécia continental (para outras informações, leia o capítulo sobre a Macedônia). Milhares ficaram em condições calamitosas nos grandes campos informais em Idomeni e em Piraeus. Outras buscaram abrigo em campos de pessoas refugiadas oficiais que estavam sendo abertos em todo o país. Entre maio e julho, as autoridades gregas evacuaram os campos de Polykastro, Idomeni e Piraeus.

As condições na maioria dos campos de pessoas refugiadas oficiais espalhados por todo o continente grego eram inadequadas para abrigar pessoas, mesmo que só por alguns dias. Os campos, que abrigavam cerca de vinte mil pessoas no final do ano, eram compostos por tendas ou dentro de armazéns abandonados, e alguns estavam em áreas remotas, distantes de hospitais e outros serviços. Até o fim do ano, 23.047 solicitantes de realocação, especialmente solicitantes de refúgio vulneráveis e crianças desacompanhadas receberam acomodação por meio de um projeto conduzido pelo ACNUR.

Até o final do ano, apenas 7.286 solicitantes de refúgio haviam sido realocados da Grécia para outros países da Europa, enquanto o número total de vagas prometido foi de 66.400.

Acesso a refúgio

As pessoas que buscaram fazer solicitações de refúgio enfrentaram grandes obstáculos. Entre eles, estava não conseguir encaminhar suas solicitações via Skype ou só conseguir após repetidas tentativas. Em junho, o Serviço de Refúgio Grego realizou um programa de larga escala para registrar as pessoas que gostariam de pedir proteção internacional na Grécia continental. Em julho, as autoridades anunciaram que tinham registrado 27.592 pessoas, incluindo 3.481 pertencentes a grupos vulneráveis.

Direito à educação

Em agosto, o Parlamento adotou uma medida legal para a criação de aulas especiais para crianças solicitantes de refúgio, refugiadas e migrantes em idade escolar. Em outubro, cerca de 580 dessas crianças começaram as aulas na capital Atenas e em Tessalônica. Houve relatos de incidentes xenofóbicos, incluindo de pais que se recusavam a aceitar as crianças em escolas em Oreokastro e Lesbos.

DIREITO DE RECUSAR SERVIÇO MILITAR POR OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Em setembro, foi considerado que a Grécia estava violando o Artigo 9 da Convenção Europeia de Direitos Humanos (no caso *Papavasylakis versus Grécia*), por não garantir que as entrevistas de opositores conscientes (pessoas que se recusam a servir às forças armadas por questão de consciência) com o Conselho Especial cumprissem as normas de eficiência e igualdade no direito à representação jurídica. O Conselho Especial é o órgão que examina solicitações para substituir o serviço militar por serviços civis alternativos.

No mesmo mês, o governo grego rejeitou recomendações do Conselho de Direitos Humanos da ONU para estabelecer uma alternativa ao serviço militar que não fosse punitiva ou discriminatória e para assegurar que opositores conscientes não enfrentem assédio nem perseguição.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Alegações de tortura ou outros maus-tratos de pessoas, incluindo refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes durante prisões ou em centros de detenção para migrantes persistiram.

Em 27 de setembro, cinco meninos sírios com idades entre 12 e 16 anos, foram parados pela polícia no centro de Atenas por estarem carregando armas de brinquedo como acessórios, pois estavam indo representar uma peça de teatro. Os meninos disseram que foram agredidos e forçados a se despir completamente durante sua

detenção na delegacia de polícia de Omonoia. Uma investigação criminal e uma disciplinar foram solicitadas para averiguar o incidente.

A ONG nacional Greek Helsinki Monitor (GHM) relatou que três homens de etnia cigana (ou Roma) foram agredidos pela polícia durante sua prisão e detenção em uma delegacia no oeste de Atenas em outubro. Um dos homens sofreu um infarto e foi hospitalizado com lesões graves. Apesar dos pedidos das vítimas e da GHM, não foi feito exame de corpo e delito. A GHM fez uma denúncia de tortura e violação de direitos ao Promotor de Atenas responsável por investigar crimes de ódio.

Durante o mesmo mês, um tribunal em Tessalônica condenou 12 agentes do sistema prisional por torturar e causar lesões corporais graves a Ilia Karelli, um albanês encontrado morto em sua cela na prisão de Nigrita, em março de 2014. Eles receberam sentenças variando entre cinco e sete anos de prisão.

Em dezembro, o Parlamento adotou uma lei designando a autoridade independente do Ombudsman grego para servir como mecanismo de recebimento de denúncias sobre a atuação da polícia nacional. O mecanismo tem o poder de realizar suas próprias investigações, mas suas recomendações aos órgãos disciplinares das forças de segurança não são vinculantes.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As condições das prisões continuaram causando sérias preocupações. Após a análise de nove casos de pessoas privadas de liberdade em espaços de detenção localizados em Larissa, Tessalônica, Trikala e Komotini foi considerado que a Grécia estava violando a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos devido às suas condições prisionais precárias e/ou à falta de soluções eficazes para melhorar essas condições.

DISCRIMINAÇÃO — POPULAÇÃO CIGANA

Em agosto, o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial

expressou preocupação sobre a situação da população cigana na Grécia em relação aos obstáculos que enfrentam para ter acesso a serviços básicos como educação e moradia, por serem frequentemente sujeitos a verificações de identidade e vítimas de violência policial.

RACISMO

Continuaram a ser documentados ataques de ódio contra pessoas que pertencem a grupos vulneráveis, incluindo pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes.

Em julho, uma ocupação que abrigava pessoas refugiadas em Atenas foi alvo de um incêndio criminoso cometido por membros de um grupo de extrema direita. Os criminosos não haviam sido identificados até o final do ano.

Em novembro, suspeitos de integrarem um grupo de extrema direita atacaram pessoas refugiadas no campo de Souda, na Ilha de Chios, ferindo pelo menos duas pessoas. Dois ativistas que tentaram ajudar também foram atacados e, posteriormente, hospitalizados. Foi iniciada uma investigação criminal sobre os incidentes.

No final de novembro, um tribunal em Piraeus recusou o recurso movido pelo réu e manteve a decisão do julgamento em primeira instância de um caso em que quatro homens foram considerados culpados de sequestrar, roubar e causar lesões corporais graves a um trabalhador egípcio migrante chamado Walid Taleb, em 2012.

O julgamento de líderes e membros do Aurora Dourada, um partido político de extrema direita, acusados pelo assassinato de Pavlos Fyssas em 2013 e por fundarem uma organização criminosa, não havia terminado até o final do ano.

DIREITOS LGBTI

Em maio, o ministério da justiça estabeleceu um comitê preliminar para elaborar um projeto de lei que permita o reconhecimento legal da identidade de gênero das pessoas transgênero por meio de um processo administrativo mesmo que elas não tenham passado por cirurgia de redesignação sexual.

Em junho, a Corte de Magistrados de Atenas permitiu que um homem transgênero que não passou pela cirurgia alterasse seu gênero no documento de identificação oficial.

GUATEMALA

República da Guatemala

Chefe de Estado e de Governo: **Jimmy Morales Cabrera**
(substituiu **Alejandro Maldonado Aguirre** em janeiro)

Campanhas de difamação e uso indevido do sistema de justiça criminal para hostilizar e intimidar defensores e defensoras de direitos humanos continuaram a ocorrer. Defensores que trabalham com questões terrestres, territoriais e ambientais estiveram sob maior risco. Pessoas continuaram a deixar o país para escapar dos altos níveis de desigualdade e violência. Um marco decisório foi alcançado pelo Tribunal de Alto Risco em um caso envolvendo violência sexual e escravidão doméstica de 11 mulheres indígenas durante o período de conflito armado interno. Outros casos de alto perfil contra ex-membros das forças armadas continuaram a sofrer com contratempos e atrasos indevidos. A Comissão de Direitos Humanos do Congresso apresentou um projeto de lei para abolir a pena de morte.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Em janeiro, foi adiado o julgamento de José Efraín Ríos Montt, ex-presidente e comandante-chefe, e José Mauricio Rodríguez Sánchez, ex-diretor de inteligência militar, acusados de genocídio e crimes contra a humanidade.¹ Em março, o julgamento teve início diante de um Tribunal de Alto Risco e, em maio, em segunda instância, foi acatada a solicitação dos réus de serem julgados separadamente. O julgamento Ríos Montt teve que ser realizado a portas fechadas por conta de provisões especiais adotadas após ser determinado que suas condições mentais eram instáveis para ser submetido a julgamento. Ambos os

julgamentos permaneciam paralisados até o fim do ano.

Cinco ex-membros das forças armadas, incluindo Benedicto Lucas García, ex-dirigente do Alto Comando do Exército da Guatemala, foram acusados de envolvimento na detenção ilegal, tortura e violência sexual cometida contra Emma Guadalupe Molina Theissen, e pelo desaparecimento forçado de Marco Antonio Molina Theissen. Segundo ONGs locais, diversas audiências foram suspensas e o judiciário impôs restrições e exigências à família da vítima e ao público em geral. Membros da família Molina Theissen foram submetidos a perseguição, inclusive online. Familiares mulheres enfrentaram modalidades particulares de violência de gênero, dentre elas assédio e difamação.

Em uma histórica decisão tomada pelo Tribunal de Alto Risco em fevereiro, dois ex-oficiais militares foram considerados culpados por crimes contra a humanidade por conta da escravidão sexual e doméstica e de violência sexual praticada contra 11 mulheres da etnia indígena Maya Q'eqchi'. Os crimes ocorreram na base militar localizada na comunidade de Sepur Zarco durante o conflito interno armado.²

Em junho, o Tribunal de Alto Risco determinou que oito ex-membros das forças armadas deveriam ser julgados por acusações relativas a casos de desaparecimentos forçados e assassinatos ilegais executados em uma base militar conhecida como Creompaz, na região de Alta Verapaz, ao norte.³ Parentes das vítimas foram alvos de assédio virtual, intimidação dentro e fora do tribunal, perseguição e ameaças.

Organizações da sociedade civil continuaram a pressionar pela aprovação da Lei 3590, que criaria uma Comissão Nacional para a Busca de Vítimas de Desaparecimento Forçado e Outras Formas de Desaparecimento. Esta lei, que foi apresentada pela primeira vez ao Congresso em 2006, não havia ainda sido discutida até o fim de 2016.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores e defensoras dos direitos humanos enfrentaram ameaças contínuas, estigmatização, intimidação e ataques. Segundo a ONG UDEFEGUA, 14 defensores dos direitos humanos foram assassinados. Defensores e defensoras de direitos humanos que atuam em questões ambientais representam o grupo que enfrentou mais ataques. Defensores que atuam com questões relativas à terra, território e meio ambiente sofreram difamação e tentativas de serem enquadrados como criminosos, tanto por parte de oficiais em declarações públicas e por representantes da sociedade civil, como através de processos criminais infundados.⁴

O julgamento do defensor de direitos humanos Daniel Pascual por denúncias criminais de crime contra a honra e difamação teve prosseguimento ao longo do ano. Tais acusações estão associadas a declarações públicas realizadas por ele em 2013. O juiz ignorou a petição do réu para que o caso fosse tratado sob a Lei Constitucional de Liberdade de Expressão e de Pensamento e não através de procedimentos criminais ordinários. Em 7 de junho, o Tribunal Constitucional garantiu a Daniel Pascual uma liminar provisória que, temporariamente, suspendeu os processos contra ele.

No início de 2016, uma famosa defensora de direitos humanos recebeu ameaças de morte contra si e seus filhos. Ameaças contra a defensora coincidiram com a publicação em jornal de um anúncio pago no dia 6 de abril, em que o presidente de uma empresa privada alegava que o propósito das organizações de direitos humanos era impedir o desenvolvimento econômico, chamando-as de inimigos do país.

Em 22 de julho, o Tribunal de Alto Risco A, na Cidade da Guatemala, absolveu sete defensores dos direitos do povo indígena Maya Q'anjobal. Eles tinham sido acusados de detenção ilegal, ameaças e incitação ao crime. Até o momento da liberação, eles

havam passado mais de um ano em detenção preventiva pré-julgamento.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Por décadas, guatemaltecos seguem migrando para os EUA através do México em um esforço de escapar dos altos níveis de desigualdade e violência que afetam grupos marginalizados do país, incluindo os povos indígenas. Ao longo dos últimos cinco anos, uma grande quantidade de pessoas foram compulsoriamente devolvidas à Guatemala. No entanto, nenhum amplo mecanismo ou protocolo foi implementado para cuidar das necessidades dos que retornam. Segundo a ACNUR, a agência da ONU responsável pelos refugiados, entre janeiro e agosto, 11.536 guatemaltecos buscaram refúgio em outros países. Em setembro, o Congresso aprovou um novo código migratório em substituição à ultrapassada lei de migrações.⁵

DISPUTAS TERRITORIAIS

Em fevereiro, o Supremo Tribunal suspendeu temporariamente a licença operacional para a mina de El Tambor, por ausência de realização de consulta prévia. O Ministério de Minas e Energia afirmou que a licença já havia sido concedida e, assim, não poderia ser suspensa. Por conta disso, de março em diante, a comunidade sentou-se em protesto diante do Ministério de Minas e Energia, demandando que a suspensão provisória concedida pelo Supremo Tribunal fosse posta em vigor. No fim de junho, o Supremo Tribunal decidiu em favor de seu parecer anterior de modo definitivo.

-
1. Guatemala: A vergonhosa decisão de adiar o julgamento de Ríos Montt é uma nova mancha no sistema jurídico da Guatemala reportagem, 11 de janeiro)
 2. Guatemala: Conviction of military in sexual abuse case, a historic victory for justice (Press release, 26 February)
 3. Guatemala: Decision to take Creompaz case to trial an advance for Justice (AMR 34/4218/2016)
 4. Americas: "We are defending the land with our blood: Defenders of the land, territory and environment in Honduras and Guatemala (AMR 01/4562/2016).

HAITI

República do Haiti

Chefe de estado: **Jocelerme Privert (substituiu Michel Joseph Martelly em fevereiro como Presidente interino)**
Chefe de governo: **Enex Jean-Charles (substituiu Evans Paul em fevereiro como Primeiro Ministro interino)**

As eleições foram postergadas diversas vezes. Um furacão atingiu o Haiti em outubro, causando uma grave crise humanitária. Milhares de pessoas voltaram ou foram deportadas da República Dominicana, incluindo apátridas, criando preocupações humanitárias. Pouco progresso foi feito em relação à situação das pessoas desalojadas devido ao terremoto de 2010.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, as eleições presidenciais e legislativas, programadas para 17 de janeiro e depois para 24 de janeiro, foram postergadas pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP) após violentos protestos, em que a polícia supostamente usou força, em resposta a alegações de fraude eleitoral durante o primeiro turno das eleições em 2015.

Em 5 de fevereiro, um acordo nacional estabelecendo um governo de transição foi assinado para encontrar uma solução para a crise política. O presidente Martelly encerrou seu mandato em 7 de fevereiro. Jocelerme Privert foi eleito presidente interino, e Enex Jean-Charles foi nomeado Primeiro Ministro interino. As eleições programadas para abril foram mais uma vez postergadas, pois a Comissão de Verificação Eleitoral Independente, criada em abril, confirmou que houve fraude durante a contagem de cédulas em outubro de 2015 e recomendou que novas eleições fossem realizadas. O CEP publicou um novo calendário eleitoral para eleições em outubro e em janeiro de 2017.

Em outubro, o furacão Matthew causou a maior emergência humanitária no país desde o terremoto de 2010, especialmente nas províncias do sul. Mais de 500 pessoas foram mortas e os feridos chegaram a quase o mesmo número. Enchentes generalizadas e deslizamentos de terras danificaram a infraestrutura e as edificações, além de causar falta de água. As residências em algumas áreas foram quase completamente destruídas, ao mesmo tempo em que 1,4 milhão de pessoas precisaram de assistência humanitária urgente. Isso causou um aumento na migração interna de áreas rurais para cidades superpopulosas, em que o acesso à moradia adequada já era limitado. Neste contexto, as eleições foram novamente adiadas, ocorrendo em 20 de novembro. Jovenel Moïse foi eleito presidente e deve assumir o cargo em 7 de fevereiro de 2017. Embora o mandato do presidente Privert tenha acabado em 14 de junho, ele permaneceu como presidente interino até o final do ano. A crise política afetou severamente a capacidade do país em adotar leis e políticas essenciais para melhorar a proteção e a promoção dos direitos humanos.

O mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) foi renovado por seis meses em outubro.

Em novembro, o registro de direitos humanos do Haiti foi avaliado seguindo o processo de Revisão Periódica Universal da ONU. O Haiti aceitou várias recomendações, incluindo adequar-se às Convenções da ONU sobre Apatridia, fortalecer sua estrutura jurídica contra a violência baseada em gênero e aprimorar a proteção dos defensores e defensoras dos direitos humanos. O país rejeitou recomendações para proteger a população LGBTI, bem como o convite para fazer parte do TPI.¹

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

O furacão Matthew afetou 2,1 milhões de pessoas em todo o país, incluindo quase 900.000 crianças. Cento e setenta e cinco mil pessoas ficaram desabrigadas. A situação foi agravada pelo fato de que 55.107 ainda

estavam desabrigadas devido ao terremoto de 2010 e, até novembro, estavam vivendo em 31 campos, um número que praticamente não diminuiu desde junho de 2015.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Pessoas de origem haitiana continuaram a chegar espontaneamente no Haiti, vindas da República Dominicana, enquanto outras tinham sido deportadas pelas autoridades dominicanas. Cerca de 2.220 dessas pessoas foram assentadas em campos improvisados na região da fronteira sul de Anse-à-Pitre, onde vivem em péssimas condições, com acesso restrito à água, saneamento, atendimento à saúde e educação.² Apesar do programa de reassentamento em operação até junho, dezenas de famílias permaneciam nos campos no final do ano.

DIREITO À SAÚDE — EPIDEMIA DE CÓLERA

Entre janeiro e julho, 21.661 casos suspeitos de cólera e 200 mortes relacionadas a eles foram registradas, com quase 9.000 casos relatados após o furacão Matthew. Em agosto, a ONU reconheceu pela primeira vez seu papel no surto inicial e por isso o Secretário-Geral da ONU se desculpou publicamente em dezembro. Ele também anunciou um novo plano para lidar com o surto. A ONU continuou a negar todas as tentativas de vítimas de obterem acesso a recursos judiciais.

DIREITOS LGBTI

Em setembro, ameaças públicas, incluindo por diversos parlamentares, foram feitas contra pessoas e ONGs que planejavam um Festival de Filmes LGBTI. Em setembro, o promotor público de Port-au-Prince ordenou o cancelamento do evento por motivos de segurança. Nos dias seguintes, houve um aumento evidente nos relatos de ataques homofóbicos.

IMPUNIDADE

Não houve progresso na investigação de supostos crimes contra a humanidade cometidos pelo ex-presidente Jean-Claude Duvalier e seus colaboradores.³

-
1. Haiti: Internal displacement, forced evictions, statelessness – the catalogue to violations continue (AMR 36/4658/2016)
 2. “Where are we going to live?” Migration and statelessness in Dominican Republic and Haiti (AMR 36/4105/2016)
 3. Haiti: Move ahead with ex-dictator case (AMR 36/3478/2016)

HONDURAS

República de Honduras

Chefe de estado e de governo: **Juan Orlando Hernández Alvarado**

Um clima geral de violência forçou milhares de hondurenhos a saírem do país. Mulheres, migrantes, pessoas deslocadas internamente, defensores dos direitos humanos – especialmente de direitos LGBTI, bem como ativistas ambientais e pela terra – foram especialmente alvos de violência. Um sistema de justiça penal ineficiente contribuiu para um clima de impunidade.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo atribuiu diversas tarefas de segurança pública a unidades formadas por agentes com treinamento militar em uma tentativa de abordar a violência, a corrupção e o crime organizado. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) levantou questões sobre o fato de os militares realizarem operações de segurança pública, incluindo uso com excessivo da força. A presença de pelotões militares nos territórios indígenas contribuiu para a insatisfação social. Mais de 100 policiais do alto escalão foram dispensados em uma tentativa de remover agentes de segurança acusados de estarem infiltrados no crime organizado.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A violência generalizada em todo o país forçou muitas pessoas a fugirem - em sua maioria mulheres, crianças, jovens e pessoas LGBTI. Pessoas identificadas por grupos criminosos como tendo se recusado a obedecer a sua autoridade, ou que tenham testemunhado um crime, eram rotineiramente perseguidas, atacadas e extorquidas. Especialmente jovens foram forçados a se juntar a grupos criminosos.

Pessoas deportadas forçadamente do México e dos EUA continuaram a enfrentar as mesmas situações de risco que inicialmente as forçaram a irem embora. Em julho, uma pessoa solicitante de refúgio que havia sido devolvida à força do México após a rejeição do seu pedido foi assassinada menos de três semanas após o seu retorno.¹

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Honduras permaneceu um dos países mais perigosos da América Latina para os defensores dos direitos humanos, especialmente para ativistas ambientais e da terra. De acordo com a ONG Global Witness, Honduras teve o maior número *per capita* de assassinatos de ativistas ambientais e da terra no mundo.² Berta Cáceres, líder e cofundadora do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), foi baleada na casa em 2 de março. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tinha concedido medidas cautelares a ela desde 2009, mas as autoridades não conseguiram implementar medidas eficazes para protegê-la. Junto com outros membros do COPINH que protestaram contra a construção da represa de Agua Zarca na comunidade de Río Blanco, ela sofreu continuamente assédio, ameaças e ataques por representantes do Estado e agentes privados antes de sua morte.

Em 18 de outubro, foram assassinados José Ángel Flores e Silmer Dionisio George, do Movimento Unificado Campesino de

Aguán. Os dois defensores dos direitos humanos foram baleados e mortos após comparecerem a uma reunião com vários *campesinos* (camponeses) da região de Bajo Aguán, parte nordeste de Honduras. Em novembro, Bertha Oliva, coordenadora do Comitê de Familiares de Presos Desaparecidos em Honduras (COFADEH) foi submetida a uma campanha de difamação com objetivo de ligá-la a cartéis de drogas e para desacreditar seu trabalho em favor dos direitos humanos. O COFADEH tem um longo histórico de promoção dos direitos humanos dos campesinos na região de Bajo Aguan.

De acordo com a ONG ACI-PARTICIPA, mais de 90% de todos os assassinatos e abusos contra os defensores dos direitos humanos permanecem sem punição.

Defensores e defensoras dos direitos LGBTI também foram alvo de ameaças e ataques. René Martínez, presidente da Comunidade Gay Sampedrana na cidade de San Pedro Sula, foi encontrado morto em 3 de junho, e em seu corpo havia sinais de tortura. O Movimento Mundial pelos Direitos Humanos (Worldwide Movement for Human Rights) informou que membros do grupo de direitos LGBTI Asociación Arcoiris foram vítimas de 36 incidentes de segurança entre julho de 2015 e janeiro de 2016, incluindo assassinatos, ameaças, vigilância e assédio. Os militares foram acusados de se infiltrar nos movimentos sociais e atacar defensores dos direitos humanos.

A Lei para Proteger Defensores de Direitos Humanos, Jornalistas, Comentaristas Sociais e Oficiais de Justiça ainda deve ser implementada corretamente.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A falta de recursos para as instituições responsáveis por apoiar os povos indígenas continua a ser uma preocupação. Vários povos indígenas alegaram que seus direitos à consulta prévia, livre e informada haviam sido violados no contexto de projetos para sondar e explorar os recursos naturais em seus territórios. A falta de acesso à justiça para os povos indígenas nos casos de agressões, incluindo assassinatos, manteve-

se como um desafio. Além de Bertha Cáceres, um líder indígena de Tolupán foi assassinado em 21 de fevereiro; ele havia recebido o direito a medidas protetivas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em dezembro de 2015. Os responsáveis ainda não foram julgados.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres foram rotineiramente submetidas à violência. Entre janeiro e junho, 227 mulheres foram assassinadas. Durante o mesmo período, foram registrados 1.498 ataques e 1.375 incidentes de violência sexual contra mulheres. Os ataques permaneceram amplamente subnotificados. O país continuou a não ter mecanismos específicos para coleta e desagregação de dados relacionados aos assassinatos de mulheres. O aborto permaneceu um crime em todos os casos, inclusive quando a vida e a saúde da mulher estavam em risco, ou quando a gravidez foi resultado de violência sexual. A contracepção de emergência continuou a ser proibida.

SISTEMA JUDICIÁRIO

Em fevereiro, o Congresso Nacional elegeu 15 novos membros da Suprema Corte de Justiça para os próximos sete anos. Várias organizações da sociedade civil demonstram preocupação com o processo de seleção, que alegam não conseguir cumprir as normas internacionais de imparcialidade, independência e transparência.

Honduras ainda não cumpriu a resolução de outubro de 2015 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual declara que foram violados os direitos dos quatro juízes exonerados por oposição ao golpe militar de 2009. Os juízes ainda estavam para reassumir seus cargos, e outras medidas de reparação ainda estavam pendentes.

1. Home sweet home? Honduras, Guatemala and El Salvador's role in a deepening refugee crisis (AMR 01/4865/2016)
2. We are defending the land with our blood: Defenders of the land, territory and environment in Honduras and Guatemala (AMR 01/4562/2016)

HUNGRIA

Hungria

Chefe de Estado: **János Áder**

Chefe de Governo: **Viktor Orbán**

Uma emenda constitucional permitiu que o governo declarasse estado de emergência sob condições amplas e vagamente formuladas, com pouca fiscalização democrática.

Ciganos continuam a sofrer discriminação e a serem vítimas de crimes de ódio. A Hungria persiste em sua repressão sistemática aos direitos de pessoas refugiadas e migrantes, apesar das crescentes críticas internacionais.

COMBATE AO TERRORISMO E SEGURANÇA

O governo continuou a estender o uso da legislação antiterrorismo. Em janeiro, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos identificou em *Szabó e Vissy vs. Hungria* que a Lei Policial violava o direito dos solicitantes de respeito pela vida privada e vida familiar na medida em que permitia que o executivo interceptasse quaisquer comunicações sem evidências que justificassem tal ação e por longos períodos de tempo. O Tribunal constatou também que a Hungria fracassou em garantir supervisão jurídica adequada e soluções eficazes contra a vigilância ilegal.

Em junho, o Parlamento adotou uma “Sexta Emenda” à Lei Fundamental da Hungria (Constituição) que introduzia uma definição vagamente formulada de um estado de emergência por conta da “situação de ameaça terrorista” que não cumpriu com os testes exigidos pela a lei internacional de direitos humanos. O pacote permitiria ao governo introduzir amplos poderes, dentre eles: restrição da liberdade de ir e vir dentro do país, congelamento de bens estatais, individuais, de organizações e entidades legais, banimento e restrições de eventos e de assembleias públicas e aplicação de medidas especiais indefinidas para prevenção contra o terrorismo, sem uma

plena fiscalização judicial ou parlamentar. Tais poderes podem ser aumentados após 15 dias, se aprovado pelo Parlamento. Tal estado de emergência também conferiria amplos poderes às forças de segurança para utilizar armas de fogo em circunstâncias que ultrapassam além do que é permitido por leis e padrões internacionais.

Em novembro, um sírio foi sentenciado a dez anos de prisão por “atos terroristas” devido ao seu envolvimento em embates contra agentes da guarda fronteiriça da Hungria em um ponto fronteiriço entre a Sérvia e a Hungria em setembro de 2015. Ambas as partes recorreram da decisão em primeira instância.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em outubro, o supostamente independente Escritório de Controle do Governo (*Kormányzati Ellenőrzési Hivatal*, conhecido como KEHI) foi compelido, mediante determinação jurídica, a revelar o rastro de documentos da auditoria ad hoc que realizou em 2014 de várias ONGs que criticam as políticas do governo, revelando que tal ordem fora dada pessoalmente pelo primeiro ministro. A auditoria envolveu batidas policiais, confisco de computadores e servidores e extensas investigações, porém foi concluída sem que nenhum crime tenha sido identificado. Representantes do governo continuaram a ameaçar diversas ONGs envolvidas em investigações subsequentes, o que contribuiu para um efeito intimidatório em meio à sociedade civil.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – JORNALISTAS

Népszabadság – um jornal que criticava o governo – teve sua publicação suspensa de forma abrupta em outubro de 2016, e todos os jornalistas foram dispensados. O encerramento das atividades ocorreu dias antes da empresa ser vendida a um empreendedor próximo ao governo.

SISTEMA JUDICIÁRIO

Em junho, a Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos entendeu em

Baka vs. Hungri que suspender o mandato do presidente do Supremo Tribunal por conta de suas críticas às reformas legislativas vai de encontro à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Ficou determinado que houve violação do Artigo 6, parágrafo 1 (direito ao acesso a um tribunal) e ao Artigo 10 (liberdade de expressão).

DISCRIMINAÇÃO – CIGANOS

Em janeiro, um tribunal na capital, Budapeste, instruiu o município de Miskolc a desenvolver um plano de ação para a maioria de residentes ciganos que foram removidos ou prestes a serem removidos do bairro das Ruas Numeradas da cidade. No entanto, o plano de ação de habitação compreendeu apenas 30 unidades de moradia para aproximadamente 100 famílias afetadas, e não alocou verba adicional para moradias ou compensação financeira.

Em março, um tribunal em Eger emitiu um veredito em primeira instância de que crianças ciganas, no condado de Heves, estavam sendo segregadas ilegalmente em escolas e turmas que ofereciam educação direcionada a crianças com deficiência. Em junho, a Comissão Europeia deu início a processos de infração contra a Hungria por conta da discriminação dos ciganos na educação.

Crimes de ódio

A investigação e julgamento de crimes de ódio continuaram a apresentar falta de consistência. Em janeiro, a Curia (Supremo Tribunal) finalmente emitiu seu veredito no caso de um assassinato em série de ciganos ocorrido em 2008 e 2009, motivado por questões étnicas. Seis pessoas foram mortas, inclusive um menino de cinco anos, e várias outras ficaram feridas. Três réus foram condenados a prisão perpétua sem direito à liberdade condicional (contrariando a lei europeia de direitos humanos), e um quarto a 13 anos de prisão.

Em abril, um tribunal em Debrecen reverteu um veredito proferido em primeira instância segundo o qual a polícia teria discriminado os ciganos da cidade de

Gyöngyöspata quando fracassou em proteger residentes ciganos do local contra grupos de extrema direita em 2011. O Sindicato Húngaro de Liberdades Cívicas recorreu contra a decisão da Curia.

PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A Hungria continuou restringindo amplamente o acesso ao país por pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, criminalizando milhares de pessoas por entrada irregular ao cruzarem as cercas fronteiriças instaladas na fronteira sul. O governo repetidamente estendeu um “estado de emergência devido à imigração massiva” e, apesar da queda expressiva na quantidade de novos refugiados chegando ao país, mais de 10.000 policiais e membros das forças armadas foram posicionados ao longo da fronteira. Mais de 3000 pessoas foram levadas a tribunais e expulsas por terem entrado no país de forma irregular, sem uma investigação apropriada das suas necessidades de proteção, até o fim do ano. Algumas emendas legais permitiram a devolução imediata de todos os não cidadãos pegos em situação ilegal na fronteira ou a até um raio de 8 km de distância da fronteira em território húngaro, e mais de 16 mil pessoas tiveram sua entrada negada ou foram devolvidas compulsoriamente e, por vezes, violentamente, à Sérvia.

Em 31 de março, a lista do governo de “países de origem seguros” e “países de terceiro mundo seguros” foi expandida para passar a incluir a Turquia. Em maio, a assembleia nacional aprovou um conjunto de emendas que significativamente restringia o acesso à moradia, atenção médica e programas de integração para pessoas com status de proteção.

A Hungria suspendeu a cooperação com outros países da UE e recusou-se a aceitar solicitantes de refúgio de estados que participassem do sistema de Dublin. Tentou também devolver ao menos 2.500 solicitantes de refúgio que já estavam na Hungria para a Grécia,

apesar da indicação contrária às devoluções para a Grécia por conta das

deficiências sistêmicas do sistema grego de refúgio, que foram confirmadas pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

As condições do sistema húngaro de refúgio levaram uma série de países europeus a decidir não mais devolver pessoas à Hungria, em alguns casos recomendando mesmo a suspensão geral de transferências do Sistema de Dublin.

A detenção de solicitantes de refúgio localizados no país continuou a ser implementada sem as salvaguardas necessárias para garantir que eram legais, necessárias e proporcionais. Em junho, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos identificou em *O.M. vs. Hungria* que a detenção de um solicitante de refúgio homossexual era uma violação ao seu direito de liberdade e segurança. O Tribunal determinou que a Hungria fracassou em realizar uma avaliação individualizada que justificasse a detenção do solicitante e em levar em conta a vulnerabilidade do solicitante no local de detenção com base em sua orientação sexual.

O governo gastou mais de €20 milhões em campanhas de comunicação que rotulavam refugiados e migrantes como criminosos e ameaças à segurança nacional. Em outubro, o governo realizou um referendo nacional a respeito de sua oposição à realocação dos solicitantes de refúgio para Hungria previsto em um esquema que abrangeria toda a UE. O referendo foi considerado inválido devido a insuficiente comparecimento. Junto com a Eslováquia, o governo desafiou a legalidade da decisão do Conselho Europeu a respeito das cotas de realocação no Tribunal de Justiça da União Europeia. O caso permanecia pendente até o final do ano.

Em novembro, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura publicou um relatório sobre a imigração e centros de detenção em asilos no país. Ali, foi descoberto que uma quantidade considerável de estrangeiros, inclusive menores desacompanhados, relataram terem sido submetidos a maus-tratos físicos cometidos por policiais. O governo negou as acusações.

IÊMEN

República do Iêmen

Chefe de estado: **Abd Rabbu Mansour Hadi**

Chefe de governo: **Ahmed Obeid bin Daghr (substituiu Khaled Bahah em abril)**

Todas as partes envolvidas no conflito armado contínuo cometeram crimes de guerra e outras violações graves de leis internacionais com impunidade. A coalizão liderada pela Arábia Saudita, que apoia o reconhecido governo iemenita, bombardeou hospitais e outras infraestruturas civis e realizou ataques indiscriminados, matando e ferindo civis. O grupo armado Huthi e as forças aliadas a ele bombardearam indiscriminadamente áreas residenciais civis na cidade de Ta'iz e dispararam através da fronteira da Arábia Saudita, matando e ferindo civis. Huthi e as forças aliadas restringiram rigorosamente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de manifestação pacífica em áreas que controlavam, prendendo arbitrariamente os críticos e oponentes, incluindo defensores de direitos humanos e jornalistas, forçando ONGs a fecharem. Eles submeteram alguns detidos a desaparecimento forçado, tortura e outros maus tratos. Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação arraigada e outros abusos, incluindo o casamento forçado e violência doméstica. A pena de morte permaneceu em vigor; nenhuma informação foi disponibilizada sobre sentenças de morte ou execuções.

INFORMAÇÕES GERAIS

O conflito armado entre o governo internacionalmente reconhecido do presidente Hadi, apoiado por uma coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita, e o grupo armado Huthi e suas forças aliadas, entre as quais estão unidades do exército leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh, continuaram a lutar entre si durante todo o ano. Os Huthis e as forças aliadas ao ex-presidente Saleh continuaram no controle da

capital, Sana'a e de outras áreas. O governo do presidente Hadi controlava a parte sudeste do Iêmen, incluindo os governos de Lahj e Aden.

O grupo armado Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP, na sigla em inglês), continuou a controlar partes do sul do Iêmen e a realizar atentados a bomba em Aden e na cidade portuária de al-Mukallah, recapturadas da AQAP pelo governo em abril. As forças dos EUA continuaram a atacar as forças do AQAP com mísseis. O grupo armado Estado Islâmico (EI) também realizou ataques a bomba em Aden e al-Mukallah, visando principalmente as forças e funcionários do governo.

De acordo com o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, 4.125 civis, incluindo mais de 1.200 crianças, foram mortos, e mais de 7.000 civis foram feridos desde que o conflito começou em março de 2015. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês) informou que mais de 3.27 milhões de pessoas foram desalojadas de maneira forçada no conflito até outubro, e quase 21.2 milhões de pessoas, 80% da população, necessitavam de assistência humanitária.

Em abril, as negociações de paz patrocinadas pela ONU entre as partes no conflito começaram no Kuwait, acompanhadas de uma breve pausa nas hostilidades. A luta se intensificou depois que as negociações fracassaram em 6 de agosto. Em 25 de agosto, o Secretário de Estado norte-americano John Kerry anunciou uma "abordagem renovada às negociações". Isso não produziu nenhum resultado claro até o final do ano.

O grupo armado Huthi e suas forças aliadas nomearam um Conselho Político Supremo com 10 membros para comandar o Iêmen, que, por sua vez, nomeou o antigo governador de Aden, Abdulaziz bin Habtoor, para liderar um governo de "salvação nacional". Em setembro, o presidente Hadi ordenou que o Banco Central fosse transferido de Sana'a para Aden, aprofundando a crise fiscal causada pelo

esgotamento de suas reservas e a crise humanitária por cercear a capacidade da administração de facto do Huthi em Sana'a de importar alimentos essenciais, combustível e suprimentos médicos.

CONFLITO ARMADO

Violações cometidas por grupos armados

O Huthi e as forças aliadas, incluindo as unidades do exército leais ao ex-presidente Saleh, violaram as leis humanitárias internacionais repetidas vezes com ataques indiscriminados e desproporcionais. Eles colocaram civis em perigo nas áreas que controlavam, lançando ataques próximos a escolas, hospitais e residências, expondo os moradores a ataques por forças pró-governo, incluindo bombardeios aéreos pela coalizão liderada pela Arábia Saudita. Eles também dispararam indiscriminadamente munições explosivas que afetam áreas extensas, incluindo morteiros e bombas de artilharia em áreas residenciais, controladas ou contestadas por forças opostas, particularmente na cidade de Ta'iz, matando e ferindo civis. Em novembro, o Huthi e as forças aliadas alegadamente realizaram pelo menos 45 ataques ilegais em Ta'iz, matando e ferindo dezenas de civis. Um ataque em 4 de outubro matou 10 civis, incluindo 6 crianças e feriu mais 17 pessoas em uma rua próxima ao mercado Bir Basha, de acordo com a ONU. Os Huthis e seus aliados também continuam a colocar minas terrestres internacionalmente proibidas, que causaram vítimas civis, bem como continuaram a recrutar e utilizar crianças-soldado. Em junho, o secretário-geral da ONU informou que os Huthis foram responsáveis por 72% dos 762 casos verificados de recrutamento de crianças-soldado durante o conflito.

Em Sana'a e outras áreas que controlavam, o Huthis e seus aliados arbitrariamente prenderam e detiveram críticos e adversários, bem como jornalistas, defensores dos direitos humanos e membros da comunidade Baha'i, sujeitando dezenas de pessoas ao desaparecimento forçado. Muitas prisões foram realizadas por homens

armados pertencentes à Ansarullah, o braço político dos Huthi, em residências, locais de trabalho, pontos de encontro ou locais públicos, como mesquitas. Essas prisões foram realizadas sem mandado judicial ou sem razões declaradas e sem revelar para onde os presos estavam sendo levados ou onde seriam mantidos.

Muitos detidos foram mantidos em locais não oficiais, tais como casas particulares, sem serem informados sobre o motivo de sua prisão ou sem que fossem permitidos quaisquer meios de contestar sua legalidade, incluindo acesso a advogados e aos tribunais. Alguns foram submetidos a desaparecimento forçado e mantidos em locais secretos; as autoridades Huthi se recusaram a reconhecer suas prisões, divulgar qualquer informação sobre eles ou permitir o acesso a advogado e a suas famílias. Alguns prisioneiros foram submetidos a tortura ou outros maus tratos. Em fevereiro, uma família relatou ter visto guardas espancarem seu parente no centro de detenção do Escritório de Segurança Política em Sana'a.

Forças anti-Huthi e seus aliados lideraram assédios e intimidação contra funcionários de hospitais e colocaram civis em perigo, posicionando militares e combatentes perto de centros médicos, em especial durante o confronto na cidade de Ta'iz, no sul do país. Pelo menos três hospitais foram fechados devido às ameaças contra seus funcionários.

Os Huthis e seus aliados também cercearam a liberdade de associação em áreas sob sua administração de facto.

Violações cometidas pela coalizão liderada pela Arábia Saudita

A coalizão internacional que apoiava o governo do presidente Hadi continuou a cometer graves violações dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário com impunidade. Os bloqueios marítimo e aéreo parciais da coalizão restringiram a importação de alimentos e de outros itens necessários, aprofundando a crise humanitária causada pelo conflito e impedindo os voos comerciais para Sana'a.

Aviões da coalizão realizaram atentados a bomba em áreas controladas ou contestadas por forças Huthi e seus aliados, particularmente nas províncias de Sana'a, Hajjah, Hodeidah e Sa'da, matando e ferindo milhares de civis. Muitos ataques da coalizão foram dirigidos a alvos militares, mas outros foram indiscriminados, desproporcionais ou direcionados a pessoas e alvos civis, incluindo hospitais, escolas, mercados, fábricas e locais onde estavam ocorrendo velórios. Alguns ataques da coalizão se destinaram a infraestruturas essenciais, como pontes, estações de água e torres de telecomunicações. Um ataque em agosto destruiu a ponte da estrada principal entre Sana'a e Hodeidah. Alguns ataques da coalizão elevaram-se a crimes de guerra.

Em agosto, a ONG humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF) disse que tinha perdido a "confiança na capacidade da coalizão em evitar ataques tão fatais". A MSF retirou sua equipe de seis hospitais no norte do Iêmen, após aeronaves da coalizão bombardearem um hospital apoiado pela MSF pela quarta vez em um ano, matando 19 pessoas e ferindo 24. No começo de dezembro, a Equipe Conjunta de Avaliação de Investigações (JIAT), criada pela coalizão liderada pela Arábia Saudita para investigar supostas violações por suas forças, concluiu que o ataque havia sido um "erro não intencional". A declaração pública da JIAT contradisse as investigações da própria MSF, que concluíram que o incidente não havia sido resultado de erro, mas de hostilidades feitas "sem consideração pela natureza protegida de hospitais e estruturas civis".

Em 21 de setembro, um ataque aéreo da coalizão a uma área residencial da cidade de Hodeidah matou 26 civis, incluindo sete crianças, e feriu outras 24, de acordo com a ONU. Em 8 de outubro, um ataque aéreo da coalizão matou mais de 100 pessoas em um velório em Sana'a e feriu mais de 500 pessoas. A coalizão inicialmente negou a responsabilidade sobre o ataque de 8 de outubro, mas admitiu a culpa depois de ser condenada internacionalmente, e disse que o ataque havia sido feito com base em

"informações incorretas" e que os responsáveis seriam punidos.

Forças da coalizão também utilizaram munições imprecisas em alguns ataques, incluindo grandes bombas feitas nos EUA e no Reino Unido que têm um grande raio de alcance e causam mortes e destruição para além da sua localização de ataque. As forças de coalizão também continuaram a usar munições de fragmentação feitas nos EUA e no Reino Unido em ataques nas províncias de Sa'da e Hajjah, embora tais munições tenham sido amplamente proibidas internacionalmente devido à sua natureza intrinsecamente indiscriminada. As munições de fragmentação espalham pequenas bombas explosivas por uma vasta área e apresentam um risco contínuo devido a falhas frequentes ao detonar no impacto inicial. Em dezembro, a coalizão admitiu que suas forças haviam usado munição de fragmentação fabricada no Reino Unido em 2015, além de afirmar que isso não se repetirá no futuro.

IMPUNIDADE

Todas as partes envolvidas no conflito armado cometeram, impunemente, violações graves das leis internacionais. Os Huthis e seus aliados não tomaram nenhuma medida para investigar violações graves das suas forças e para responsabilizar os envolvidos.

A Comissão Nacional de Inquérito, estabelecida pelo presidente Hadi em setembro de 2015, teve seu mandato prorrogado por mais um ano em agosto. Isso levou a algumas investigações porém não houve independência e imparcialidade suficientes, não sendo possível atingir grandes partes do país, focando quase que inteiramente nas violações cometidas pelos Huthis e seus aliados.

A JIAT, criada pela coalizão liderada pela Arábia Saudita para investigar supostas violações por suas forças, também foi um grande fracasso. Ela não divulgou detalhes sobre suas funções, metodologia ou poder, como por exemplo o que determina quais incidentes investigar, como conduz as investigações ou verifica informação.

Também não foi divulgado o status de suas recomendações em relação aos comandantes da coligação ou seus membros.

FALTA DE ACESSO HUMANITÁRIO

Todas as partes do conflito agravaram o sofrimento de civis ao restringir a assistência humanitária. As forças dos Huthi e de seus aliados continuaram a restringir a entrada de alimentos e suprimentos médicos vitais em Ta'iz - terceira cidade mais populosa do Iêmen - ao longo do ano, expondo milhares de civis a mais sofrimento. Em outros lugares, os trabalhadores humanitários acusaram os agentes de segurança Huthi de impor restrições arbitrárias e excessivas à circulação de mercadorias e de funcionários com o intuito de comprometer a independência das operações de ajuda e forçadamente cessando alguns programas de auxílio humanitário.

Trabalhadores da assistência humanitária acusaram a coalizão liderada pela Arábia Saudita de dificultar a prestação de ajuda humanitária, impondo procedimentos excessivamente onerosos, que exigiam informar à coligação sobre suas operações planejadas com antecedência para evitar possíveis ataques.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

O conflito armado provocou o deslocamento maciço de civis, especialmente nas províncias de Ta'iz, Hajjah e Sana'a. Em outubro, o Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários relatou que algo em torno de 3.27 milhões de pessoas, metade delas crianças, foram deslocadas internamente no Iêmen, um aumento de mais de 650 mil desde de dezembro de 2015.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

O Painel de Peritos da ONU sobre o Iêmen lançou seu relatório final em 26 de janeiro. O Painel concluiu que todas as partes do conflito tinham repetidamente atacado pessoas e alvos civis, documentando "119 ataques da coalizão relacionados à violação

do direito humanitário internacional", incluindo muitas que "envolveram múltiplos ataques aéreos contra vários alvos civis". Um relatório posterior ao Conselho de Segurança da ONU feito por um novo Painel de Peritos vazou em agosto, e acusava todas as partes envolvidas no conflito de violar as leis internacionais de direitos humanos e o direito humanitário internacional.

Em junho, o Secretário Geral da ONU removeu a coalizão liderada pela Arábia Saudita de uma lista anual dos estados e grupos armados que violam os direitos das crianças em conflitos armados, depois que o governo da Arábia Saudita ameaçou parar de financiar importantes programas da ONU.

Em agosto, o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos incentivou o estabelecimento de um "organismo internacional independente para realizar investigações abrangentes no Iêmen". No entanto, o Conselho de Direitos Humanos da ONU resolveu em setembro que o Alto Comissariado continuaria a fornecer apoio técnico à Comissão Nacional estabelecida em 2015 e alocaria especialistas internacionais adicionais para seu escritório no Iêmen.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, e foram inadequadamente protegidas contra a violência sexual e de outros tipos, incluindo a mutilação genital feminina, o casamento forçado e outros abusos.

PENA DE MORTE

A pena de morte permaneceu em vigor para muitos crimes. Nenhuma informação foi disponibilizada sobre sentenças de morte ou execuções.

ÍNDIA

República da Índia

Chefe de Estado: **Pranab Mukherjee**

Chefe de Governo: **Narendra Modi**

As autoridades fizeram uso de leis repressivas para restringir a liberdade de expressão e silenciar críticas. Defensores e defensoras dos direitos humanos e organizações que trabalham com o tema continuaram a enfrentar perseguição e intimidação, e grupos paramilitares de proteção às vacas realizaram diversos ataques. Milhares protestaram contra a discriminação e violência enfrentadas pelas comunidades dalit. Milhões de pessoas fizeram frente às mudanças nas leis trabalhistas. Comunidades marginalizadas continuam a ser regularmente ignoradas em meio à pressão que o governo vem fazendo no sentido de promover um crescimento econômico acelerado. As tensões entre Índia e Paquistão se intensificaram após ataques de homens armados em bases do exército em Uri, Jammu e Caxemira. Os estados da Caxemira e Jammu atravessaram meses de toque de recolher e viram uma gama de violações de direitos humanos serem perpetradas pelas autoridades. O banimento das cédulas de maior valor da Índia, realizado com vistas a reprimir o mercado negro existente no país, afetou duramente a subsistência de milhões.

ABUSOS PERPETRADOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados na Índia central, bem como em estados do nordeste, em Jammu e na Caxemira, cometeram uma série de abusos contra os direitos humanos. O grupo armado do Partido Comunista da Índia (Maoísta) é suspeito de ter cometido extorsão, sequestros, assassinatos, inclusive de oficiais do governo local e de supostos “informantes” da polícia, em estados tais como Chhattisgarh, Jharkhand, Odisha, Maharashtra, Bihar e Andhra Pradesh. Foi relatado que o grupo teria utilizado um sistema de loteria para recrutar crianças em Jharkhand. Este grupo também teria visado torres de telefonia celular e veículos usados para construção e mineração.

Grupos armados em estados do nordeste, incluindo Assam, Manipur e Meghalaya, foram acusados de extorsão, sequestro e

assassinatos. Em agosto, 14 pessoas morreram em um ataque supostamente executado pelo grupo armado Frente Democrático Nacional de Bodoland (Facção de Songbijit), em Kokrajhar, Assam.

Grupos armados também são suspeitos de assassinar pessoas em Jammu e na Caxemira. Em janeiro, supostos membros do grupo armado Jaish-E-Mohammed atacaram uma base aérea em Pathankot, no estado do Punjab, matando um civil e sete integrantes das forças de segurança.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO BASEADA EM CASTAS

Dalits e adivasis (indígenas) continuaram a enfrentar abusos generalizados. Segundo estatísticas oficiais lançadas em agosto, foram relatados em 2015 mais de 45.000 crimes cometidos contra membros de castas legalmente reconhecidas e cerca de 11.000 crimes contra tribos legalmente reconhecidas. Em diversos estados, foi recusada aos dalits a entrada em locais públicos e sociais, e eles também sofreram discriminação no acesso de serviços públicos.

Em janeiro, o suicídio do estudante dalit Rohith Vemula desencadeou protestos a nível nacional e debates sobre a discriminação e violência sofridas por dalits nas universidades. Em março, a polícia prendeu alunos e professores enquanto realizavam um protesto pacífico na Universidade de Hyderabad, onde Rohith Vemula estudava. Em julho, amplos protestos foram realizados em Una, no estado do Gujarat, após a flagelação pública de quatro homens da casta dalit por um grupo paramilitar de proteção às vacas sob o pretexto de terem retirado a pele de uma vaca morta - uma ocupação tradicional para certos dalits.

Em abril, o governo central aprovou as Emendas de Lei relativas às Castas e Tribos Legalmente Reconhecidas (Prevenção de Atrocidades), que especifica mecanismos de alívio disponíveis para vítimas de violência baseada em castas.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Segundo estatísticas lançadas em agosto, relatos de crimes contra crianças em 2015 cresceram 5% em comparação com o ano anterior. Sob as novas leis que entraram em vigor em janeiro, autoridades do juizado de menores determinaram que jovens com idade entre 16 e 18 anos devem ser tratados como adultos em casos envolvendo crimes graves. Em junho, um comitê do juizado de menores determinou que um jovem de 17 anos de Nova Delhi fosse julgado como adulto em um suposto caso de atropelamento com omissão de socorro. Em agosto, determinou-se que outro jovem de 17 anos fosse julgado como adulto em um caso de suposto estupro.

Em julho, o Parlamento aprovou emendas a uma lei trabalhista envolvendo menores, passando a proibir a contratação de crianças com idade inferior a 14 anos, mas abriu uma exceção para crianças trabalhando em empreendimentos familiares. As emendas também permitem que menores com idades entre 14 e 18 anos ocupem posições que não sejam consideradas “de risco”. Muitos ativistas que defendem os direitos das crianças se opuseram às emendas, afirmando que elas estimulariam o trabalho infantil e que afetariam crianças de grupos marginalizados e meninas de forma desproporcional.

Em agosto, o governo central lançou um projeto de política nacional de educação, o qual não faz nenhuma menção a educação em direitos humanos.

VIOLÊNCIA INTERCOMUNITÁRIA E ÉTNICA

Grupos paramilitares de proteção às vacas assediaram e atacaram pessoas em diversos estados, incluindo Gujarat, Haryana, Madhya Pradesh e Karnataka, alegando estarem aplicando as leis que proíbem a matança de vacas.

Em março, os corpos de dois comerciantes de gado muçulmanos foram encontrados pendurados em uma árvore, em Jharkhand. Em junho, membros de um

grupo de proteção às vacas em Haryana forçaram dois muçulmanos suspeitos de serem transportadores de carne bovina a comer esterco de vacas. Em agosto, uma mulher em Haryana disse que ela e sua prima de 14 anos sofreram estupro coletivo por homens que as acusaram de comer carne bovina.

Em maio, o Supremo Tribunal de Mumbai, ao analisar um caso relativo à lei de banimento de carne bovina, decidiu que impedir que as pessoas consumam certo tipo de comida poderia violar seu direito à privacidade.

Uma equipe formada para empreender uma nova investigação sobre casos encerrados relativos ao massacre Sikh de 1984 identificou 77 casos que mereciam maior investigação e intimou pessoas para testemunhar. O funcionamento da equipe ainda carece de transparência.

Pessoas negras enfrentaram assédios racistas, discriminação e violência em diversas cidades. Em fevereiro, uma mulher da Tanzânia foi despida à força e espancada por uma multidão em Bengaluru, no estado de Kamataka. Em maio, um homem da República Democrática do Congo foi espancado até a morte por um grupo de homens de Nova Delhi.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em fevereiro, o Ministério do Meio Ambiente aprovou a expansão de uma mina de carvão em Kusmunda, no estado de Chhattisgarh, operada por uma empresa estatal, a South Eastern Coalfields, apesar das autoridades não terem obtido o consentimento livre, prévio e informado das comunidades adivasi (indígenas) afetadas. O governo central continuou a adquirir territórios usando o Ato sobre Áreas Contendo Carvão, que permite a aquisição de territórios adivasi sem o devido consentimento.

Em abril, o governo do Gujarat aprovou uma emenda a uma lei de aquisição de territórios central que isenta uma série de projetos da obrigação de obter consentimento das famílias afetadas e de realizar avaliações de impacto social. No

mesmo mês, o Relator Especial da ONU para a Moradia Adequada afirmou que grande parte das remoções forçadas não foram responsabilizadas na Índia. Em maio, o Supremo Tribunal rejeitou um abaixo-assinado desafiando a decisão de 12 assembleias de vilarejos realizadas em 2013, que recusava a permissão para que uma mina de bauxita fosse operada por uma subsidiária da empresa Vedanta Resources e por uma estatal.

Em julho, a Dow Chemical Company, uma empresa baseada nos EUA, e sua subsidiária, Union Carbide Corporation, se esquivaram, pela quarta vez, de comparecer a uma audiência realizada pelo tribunal de Bhopal para responder a acusações criminais relativas ao desastre de vazamento de gás ocorrido em 1984. Em Jharkhand, a polícia matou a tiros três homens que protestavam contra uma usina elétrica em agosto, e quatro aldeões foram mortos pela polícia após um protesto contra uma mina de carvão estatal em outubro.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em abril, um ex-policial do estado de Manipur disse a jornalistas que esteve envolvido em mais de 100 execuções extrajudiciais ocorridas no estado entre 2002 e 2009. Em julho, o Supremo Tribunal, ao analisar um caso relacionado a mais de 1.500 execuções extrajudiciais em Manipur, determinou que integrantes das forças armadas não deveriam usufruir de “imunidade total” para julgamentos em tribunais civis, e que as alegações precisavam ser analisadas.

Em abril, um tribunal da Agência Central de Investigação condenou 47 integrantes da polícia por terem executado extrajudicialmente 10 homens em Pilibhit, Uttar Pradesh, em 1991. Forças de segurança foram acusadas de realizar diversas execuções extrajudiciais em Chhattisgarh ao longo do ano.

Em fevereiro, um homem adivasi foi morto pela polícia de Chhattisgarh em Bastar, em uma suposta execução extrajudicial. No mesmo mês, um homem adivasi foi morto

em uma suposta execução extrajudicial em Rayagada, Odisha. Em ambos os casos, a polícia alegou que as vítimas eram maoístas.

Em julho, cinco pessoas, incluindo uma criança, foram mortas a tiro por forças de segurança em Kandhamal, Odisha. As forças de segurança alegaram que as mortes ocorreram durante um fogo cruzado em um encontro com grupos maoístas. Em novembro, oito pessoas detidas que aguardavam julgamento foram assassinadas pela polícia de Madhya Pradesh, localidade próxima a Bhopal, após terem fugido da prisão.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades centrais continuaram a usar o Ato de Regulamentação sobre a Contribuição Estrangeira (Foreign Contribution Regulation Act, FCRA), que restringe o recebimento de fundos estrangeiros por parte das organizações da sociedade civil, a fim de intimidar as ONGs. Em junho, as autoridades suspenderam o registro FCRA da Lawyers Collective, e o cancelaram em dezembro.

Em outubro, o governo se recusou a renovar as licenças FCRA de 25 ONGs, sem oferecer motivos válidos para tal. Em dezembro, foram canceladas as licenças de sete outras ONGs, incluindo a Greenpeace Índia, Navsarjan, Anhad e duas ONGs administradas pelos defensores dos direitos humanos Teesta Setalvad e Javed Anand. Relatos da mídia citaram fontes governamentais que alegaram que tais ONGs teriam agido contra “interesses nacionais”.

Em abril, o Relator Especial da ONU sobre os direitos de liberdade de manifestação pacífica e de associação alegou que as restrições do FCRA não estão em conformidade com as leis, princípios e padrões internacionais. Em junho, os Relatores Especiais da ONU sobre defensores de direitos humanos, liberdade de expressão e de associação conclamaram o governo indiano a revogar o FCRA.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Leis regressivas continuam a ser usadas para perseguir pessoas que exercem

legitimamente seu direito de liberdade de expressão. Em fevereiro, três estudantes da Universidade de Jawaharlal Nehru foram presos pela polícia de Nova Delhi por sedição após terem supostamente lançado slogans “antinacionalistas”. No mesmo mês, a polícia de Nova Delhi prendeu também um acadêmico por sedição após ter supostamente entoado slogans “anti-Índia” em um evento particular. A lei de sedição também foi usada para prender pessoas por redigirem postagens “antinacionalistas” no Facebook em Kerala, por imprimir um mapa em Madhya Pradesh que não mostrava toda a Caxemira dentro das fronteiras indianas e por organizar um protesto por melhores condições de trabalho para policiais em Karnataka.

Em agosto, a polícia de Karnataka registrou um caso de sedição contra representantes não especificados da Anistia Internacional da Índia por supostamente realizarem um evento “antinacionalista” sobre violações de direitos humanos em Jammu e na Caxemira. Uma denúncia de sedição foi feita no mesmo mês em um tribunal de Karnataka contra uma atriz por refutar uma declaração feita por um ministro do governo central segundo a qual “visitar o Paquistão era como ir ao inferno”.

A lei que regulamenta a tecnologia da informação na Índia foi usada para perseguir pessoas. Em março, dois homens foram presos em Madhya Pradesh por supostamente compartilhar uma imagem que satirizava um grupo nacionalista hindu.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Jornalistas, advogados e defensores dos direitos humanos foram intimidados e atacados impunemente. Em fevereiro, o jornalista Karun Mishra foi morto a tiros por assassinos profissionais em Sultanpur, Uttar Pradesh. A polícia afirmou que ele teria sido visado por conta de suas matérias sobre mineração do solo em territórios ilegais. Em maio, Rajdeo Ranjan, um jornalista de Siwan, Bihar, que tinha recebido ameaças de líderes políticos por suas matérias, foi morto a tiros.

Em fevereiro, a jornalista Malini Subramaniam foi obrigada a abandonar Bastar após um ataque feito à sua casa e devido à polícia pressionar o proprietário do imóvel. Outro jornalista, Prabhat Singh, foi preso por compartilhar uma mensagem online que zombava de um policial sênior de Bastar. Bela Bhatia, uma pesquisadora e ativista, sofreu intimidação e assédio de grupos paramilitares em Bastar. A ativista adivasi Soni Sori sofreu um ataque no qual agressores não identificados jogaram uma substância química em seu rosto. Um grupo de advogados e advogadas defensores de direitos humanos que prestavam aconselhamento jurídico gratuito a pessoas da etnia adivasi detidas preventivamente também foram obrigados a deixarem suas casa em Jagdalpur, no estado de Chhattisgarh, após a polícia ter pressionado os proprietários dos imóveis.

O jornalista Santosh Yadav, que foi preso em 2015 com base em acusações políticas, continuava preso até o fim do ano.

Em junho, a polícia do estado de Tamil Nadu prendeu o autor dalit Durai Guna e o ativista Boopathy Karthikeyan por falsas acusações de agressão. Em julho, a polícia prendeu os ativistas ambientalistas Eesan Karthik, Muthu Selvan e Piyush Sethia por protestarem contra a construção de uma ponte ferroviária.

Irom Sharmila pôs fim à sua greve de fome de 16 anos em protesto contra o Ato das Forças Armadas (Poderes Especiais) em agosto. Ela foi liberada da detenção, e um tribunal local rejeitou as acusações de tentativa de suicídio feitas a ela. Irom Sharmilla era prisioneira de consciência.

Em outubro, integrantes da polícia e de forças de segurança em Chhattisgarh queimaram imagens de defensores de direitos humanos, após alguns oficiais militares terem sido condenados por atacarem e queimarem residências adivasi em Tadmetla, Chhattisgarh, em 2011.

JAMMU E CAXEMIRA

O assassinato de um líder do grupo armado Hizbul Mujahideen em julho desencadeou

protestos generalizados. Mais de 80 pessoas, a maioria manifestantes, foram mortos em confrontos, e milhares ficaram feridos. Ao menos 14 pessoas foram mortas e centenas ficaram cegas por conta do uso de espingardas de chumbinho por parte das forças de segurança, armamentos que são inerentemente imprecisos e de efeito amplo. Forças de segurança fizeram uso arbitrário de força excessiva contra manifestantes em diversas ocasiões. Em agosto, Shabir Ahmad Monga, um professor, foi espancado até a morte por soldados do exército.

Os governos de Jammu e da Caxemira impuseram um toque de recolher que durou mais de dois meses. Provedores de serviço de telefonia fixa, móvel e de internet suspenderam seus serviços durante semanas por ordem das autoridades públicas. A queda nas comunicações feriu uma série de direitos humanos. Residentes do local afirmaram não terem tido acesso à assistência médica em casos de emergência.

Em julho, o governo do estado impediu a publicação de jornais locais na Caxemira por três dias. Em setembro, Khurram Parvez, um defensor caxemirense de direitos humanos, foi mantido preso durante mais de dois meses por motivos escusos, um dia após ter sido impedido de viajar para uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça. Em outubro, o governo determinou que um jornal baseado em Srinagar parasse de imprimir e publicar material por motivos vagos. Centenas de pessoas, inclusive crianças, sofreram detenção administrativa. Dezenas de escolas foram incendiadas por pessoas não identificadas.

DIREITOS LGBTI

Em fevereiro, o Supremo Tribunal encaminhou para uma magistratura mais ampla uma petição desafiando a Seção 377 do Código Penal Indiano, que criminaliza relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Em junho, cinco pessoas que se identificaram como membros da comunidade LGBTI deram entrada em uma

nova petição no Supremo Tribunal solicitando que a Seção 377 fosse abolida.

Em julho, o gabinete aprovou um projeto de lei falho acerca dos direitos de transexuais. Ativistas criticaram o projeto de lei por sua definição problemática de pessoas transgênero e por suas disposições antidiscriminatórias, que não estão alinhadas com um juízo preferido pelo Supremo Tribunal em 2014.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Continuaram a subir os índices de crimes registrados contra mulheres e meninas. De acordo com estatísticas publicadas em agosto, mais de 327.000 crimes contra mulheres foram registrados em 2015. Mulheres oriundas de comunidades marginalizadas continuaram a sofrer discriminação sistêmica, o que dificulta que elas prestem queixa contra violência sexual ou outros tipos de violência.

Em janeiro, dois grupos de mulheres adivasi registraram ocorrência de estupro e violência sexual cometidos por integrantes de forças de segurança durante operações de busca em seus vilarejos, localizados em Chhattisgarh. Pouco progresso foi feito em ambas as investigações. Em abril, mulheres que trabalham no setor de vestuário e que participavam de uma manifestação em Bengaluru, Karnataka, foram submetidas a ações arbitrárias e abusivas cometidas pela polícia. Em maio, uma dalit estudante de direito foi encontrada estuprada e morta em sua casa. A polícia fracassou em investigar denúncias anteriores apresentadas pela família envolvendo discriminação associada à casta.

Em julho, o governo lançou um projeto de lei falho sobre tráfico, sem consulta apropriada. A legislação indiana continua a criminalizar a busca de serviços de prostitutas em locais públicos, o que deixa trabalhadoras do sexo vulneráveis a uma série de violações de direitos humanos.

INDONÉSIA

República da Indonésia

Chefe de estado e de governo: **Joko Widodo**

Leis amplas e com formulação vaga foram usadas para restringir arbitrariamente os direitos à liberdade de expressão, de manifestação pacífica e de associação. Apesar do comprometimento das autoridades no sentido de resolver casos anteriores de violações de direitos humanos, ainda foi negada a verdade, justiça e reparação a milhões de vítimas e suas famílias. Houve relatos de violações de direitos humanos por parte de forças de segurança, inclusive assassinatos e uso de força excessiva ou desnecessária. Ao menos 38 prisioneiros de consciência permanecem detidos. Quatro pessoas foram executadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, o grupo armado Estado Islâmico (EI) assumiu a responsabilidade por uma série de ataques na capital, Jacarta, na qual quatro terroristas e quatro civis foram mortos. Em resposta, o governo propôs mudanças ao projeto de lei antiterrorismo, que poderiam minar salvaguardas contra a tortura e detenção arbitrária, bem como expandir o escopo da aplicação da pena de morte. Em julho, o General Wiranto, já aposentado, foi nomeado como Ministro para a Coordenação de Assuntos Políticos, Jurídicos e de Segurança. Ele foi indiciado por crimes contra a humanidade por um tribunal apoiado pela ONU no Timor Leste. Ele havia sido apontado como um dos suspeitos em um inquérito aberto em 1999 pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) por graves violações dos direitos humanos no Timor Leste associadas ao referendo de 1999. Nenhuma acusação havia sido apresentada contra ele até o fim do ano.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Leis amplas e com formulação vaga continuaram a restringir arbitrariamente os

direitos à liberdade de expressão, de manifestação pacífica, de associação e de religião ou crença. Em julho, Yanto Awerkion e Sem Ukago, ativistas políticos papuas de Timika, foram acusados de “rebelião” sob o artigo 106 do Código Penal. Em novembro, o prisioneiro de consciência Steven Itlay, líder do ramo Timika do Comitê Nacional Papua Ocidental foi condenado a um ano de prisão por “incitação”, sob o artigo 160 (ver abaixo). Outro ativista de Ternate, North Maluku, foi condenado por “rebelião” por ter postado na internet uma foto de uma camiseta contendo uma caricatura do símbolo comunista do martelo e da foice. Em maio, Ahmad Mushaddeq, Andry Cahya e Mahful Muis Tumanurung, ex-líderes do grupo religioso agora dissolvido Gafatar, foram presos e depois acusados de blasfêmia sob o artigo 156a do Código Penal e também por “rebelião” sob os artigos 107 e 110 do Código. Eles foram penalizados por praticarem pacificamente suas crenças.

A linguagem vaga empregada na Lei de Informações Eletrônicas e Transações (ITE, na sigla em inglês) de 2008 permitiu uma ampla interpretação das definições de difamação e de blasfêmia, e a criminalização da expressão. Harris Azhar, coordenador executivo da ONG de direitos humanos KontraS, foi ameaçado pela polícia, por representantes das forças armadas e pela Agência Nacional Antinarcóticos com acusações de difamação, segundo a lei. Isso se seguiu a um artigo que ele publicou nas mídias sociais associando oficiais de segurança e policiais ao tráfico de drogas e corrupção. As acusações foram suspensas.¹ Em agosto, Pospera, uma organização partidária pró-governo apresentou uma denúncia de difamação criminal baseada na Lei ITE contra I Wayan Suardana, um defensor de direitos humanos de Bali. A denúncia foi feita em resposta ao uso que I Wayan Suardana fez do Twitter para zombar de defensores de um projeto de larga escala de recuperação territorial empreendido por um desenvolvedor comercial em Benoa Bay, ao sul de Bali.² Quando o ano encerrou, a polícia ainda estava investigando tal

denúncia. Ao menos outros 11 ativistas foram denunciados à polícia pelo governo ou a agentes não estatais por difamação sob a Lei ITE após terem criticado políticas governamentais.

Entre abril e setembro, ao menos 2.200 ativistas papua foram presos após participarem de manifestações pacíficas em Jayapura, Merauke, Fakfak, Sorong e Wamena, em províncias de Papua e Papua Ocidental, em Semerang na província central de Java, em Makassar, localizada no sul da província de Sulawesi, e na província de Yogyakarta. Grande parte dessas pessoas foram liberadas no dia seguinte, sem acusações. As prisões arbitrárias destacam o ambiente continuamente repressivo para ativistas políticos na região de Papua.³

DIREITOS LGBTI

A discriminação contra a população LGBTI aumentou após agentes oficiais terem feito declarações provocativas, gravemente distorcidas ou enganosas em janeiro a pretexto de “defender a moralidade pública do país e a segurança pública”. Em fevereiro, a polícia dispersou uma oficina organizada por uma ONG LGBTI em Jacarta e impediu um comício pró-LGBTI de acontecer em Yogyakarta.⁴ No mesmo mês, a Comissão Indonésia de Difusão publicou uma carta conclamando o banimento de qualquer transmissão televisiva ou por rádio que promova atividades LGBTI a fim de “proteger as crianças”.

Também em fevereiro, em meio ao crescimento da retórica anti-LGBTI, a escola islâmica para pessoas transgênero, Al Fatah, em Yogyakarta, foi compulsoriamente fechada após intimidação e ameaças por parte do Fronte Islâmico Jihadista. Em junho, o governo votou contra uma resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ratificada pela Assembleia Geral da ONU em novembro, para indicar um especialista independente em violência e discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

LIBERDADE RELIGIOSA E DE CRENÇA

Legislação discriminatória continuou a ser usada para restringir atividades de membros de grupos religiosos minoritários que sofrem perseguição, intimidação e ataques. Em janeiro, uma multidão incendiou nove casas pertencentes a membros do movimento Gafatar no distrito de Menpawah, em Kalimantan Ocidental. Após os ataques, ao menos 2 mil pessoas foram compulsoriamente deslocadas pelas forças de segurança locais e enviadas a abrigos temporários no distrito de Kubu Raya e na cidade de Pontianak, na província de Kalimantan Ocidental, e depois transferidas para locais em Java sem consulta prévia.

Em fevereiro, um decreto ministerial conjunto (N . 93/2016) foi emitido pelo Ministro para Assuntos Religiosos, o Procurador Geral e o Ministro de Assuntos Internos proibindo a crença religiosa de Millah Abraham, à qual aderiram ex-membros do grupo religioso Gafatar.⁵

Membros da comunidade Ahmadiyya, cujos ensinamentos são vistos como “dissidentes” pelo governo, foram intimidados e ameaçados em vários locais.⁶ Em fevereiro, ao menos 12 membros foram forçados a deixar suas casas na ilha de Bangka, que fica para além da costa leste de Sumatra, após serem intimidados por um grupo de ao menos 100 residentes locais. Membros da comunidade Ahmadiyya vêm sendo ameaçados de expulsão desde janeiro, quando o governo do distrito de Bangka emitiu uma ordem segundo a qual eles devem ou se converter ao islamismo sunita dominante, ou deixar o distrito. Autoridades locais permitiram que eles voltassem após três semanas, devido a pressões nacionais e internacionais.

IMPUNIDADE

Em abril, o governo organizou um simpósio sobre as massivas violações de direitos humanos ocorridas entre 1965-66 que reuniu sobreviventes, acadêmicos, ativistas e artistas, bem como membros das forças armadas e outros oficiais do governo. Em

outubro, o governo anunciou que iria promover reparação contra as violações utilizando medidas não judiciais para garantir a “harmonia e unidade nacionais”. Vítimas e ONGs levantaram preocupações de que este processo possa vir a priorizar a reconciliação e abandonar a busca por verdade e justiça. Autoridades continuaram a silenciar e dispersar atividades relativas a 1965-66, inclusive uma mostra de filmes e um festival cultural.⁷

As autoridades tomaram medidas limitadas para tratar de violações graves de direitos humanos. Em março, a Comissão Nacional de Direitos Humanos encerrou suas investigações a respeito das violações de direitos humanos de 2003 cometidas por forças de segurança no vilarejo de Jambo Keupok, localizado na parte sul de Aceh. A Comissão encontrou provas suficientes para concluir que ocorreram crimes contra a humanidade, tal como definido pela Lei de n. 26/2000 para Tribunais de Direitos Humanos. A Comissão identificou situação semelhante em junho com respeito a violações cometidas pela força de segurança em 1999, em Simpang KKA, subdistrito de Dewantara, Aceh Norte. Nenhuma investigação ou processo havia sido aberto até o fim do ano.

Em julho, o parlamento provincial local de Aceh selecionou sete comissários para a Comissão de Verdade e Reconciliação de Aceh, cuja expectativa era de que operasse entre 2016 e 2020. A Comissão foi estabelecida para examinar as circunstâncias que levaram a violações cometidas no passado durante o conflito de Aceh entre as forças de segurança da Indonésia e o movimento Free Aceh, especialmente entre 1989 e 2004.

Em setembro, o presidente Widodo se comprometeu publicamente a resolver o caso do defensor de direitos humanos Munir Said Thalib. Em outubro, a Comissão de Informação Pública determinou que o relatório de 2005 sobre sua morte, que supostamente envolveu agentes seniores do serviço de inteligência, devia ser tornado público. O governo recorreu da decisão.

POLÍCIA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Continuam ocorrendo relatos de uso de força desnecessária ou excessiva, inclusive com uso de armas de fogo por parte da polícia ou das forças armadas, e da falta de mecanismos independentes, eficazes e imparciais para investigar violações cometidas por forças de segurança. Investigações sobre violações de direitos humanos cometidas pela polícia foram raras, e tentativas de responsabilizar supostos criminosos, em grande parte feitas por meio de mecanismos disciplinares internos, deixaram muitas vítimas sem acesso à justiça e reparação. Não houve progresso com relação a punir os envolvidos no assassinato de quatro homens em dezembro de 2014, após a polícia e integrantes das forças armadas terem aberto fogo contra um grupo de manifestantes na regência de Paniai, na província de Papua. Um inquérito realizado em março pela Komnas HAM não avançou.

Em abril, o então chefe da Polícia Nacional da Indonésia confirmou que um suposto suspeito de terrorismo havia morrido após ter sido agredido e chutado por membros da unidade de contraterrorismo Detachment-88. Em maio, dois membros do Detachment-88 receberam sanções administrativas após uma audiência interna realizada pela polícia.

Em agosto, militares da Brigada Móvel (Brimob) mataram a tiros um adolescente papua em Sugapa, na regência Intan Jaya, na província de Papua. Otianus Sondegau e quatro outros indivíduos estabeleceram um bloqueio viário para solicitar dinheiro e cigarros dos carros que passavam. A polícia tentou dispersar o bloqueio com violência e disparou tiros contra os cinco adolescentes, momento em que começaram a jogar pedras na polícia. Cinco militares foram condenados por “uso indevido de armas de fogo” após audiências disciplinares internas; quatro foram sentenciados a 21 dias de prisão e outro foi sentenciado a um ano de prisão por conta do tiroteio.

Em outubro, membros do Batalhão de Ataque e Infantaria 501, de Madiun, atacaram um jornalista da NET TV que

estava cobrindo uma disputa entre membros de uma unidade militar e um grupo de artes marciais em Madiun, província de Java Oriental. Ele apanhou, teve o cartão de memória de sua câmera destruído e foi ameaçado. Apesar das promessas feitas pelas forças armadas de investigar o ataque, ninguém havia sido responsabilizado até o fim do ano.

PRISONEIROS DE CONSCIÊNCIA

Ao menos 38 prisioneiros de consciência permanecem detidos, muitos por conta de seu ativismo político pacífico realizado em Papua e Maluku. Autoridades carcerárias retardaram o acesso a tratamento médico gratuito e apropriado a Johan Teterissa e Ruben Saiya, que sofriam de problemas de saúde crônicos. Os dois homens fazem parte de um grupo de ao menos nove prisioneiros de consciência de Maluku detidos em Java, a mais de 2.500 km de suas famílias e amigos. Steven Itlay, preso em Timika, Papua, teve acesso restrito a sua família e advogado, e adoeceu em consequência das condições precárias da prisão.⁸

Em maio, três líderes do grupo religioso Millah Abraham foram presos e detidos pela Polícia Nacional da Indonésia e acusados de “blasfêmia” sob o artigo 156a e do Código Penal e de “rebelião” sob os artigos 107 e 110.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Tortura e outros maus-tratos continuaram a ocorrer. Em setembro, Asep Sunandar morreu sob custódia da polícia em Cianjur, na província de Java Oriental. Ele havia sido preso, junto a duas outras pessoas, sem um mandato, por três integrantes da polícia do Cianjur Resort. Ele foi levado a um local não revelado e, em seguida, foi informada a sua morte. Sua família disse que, quando o visitaram no hospital, identificaram diversas marcas de tiro em seu corpo, e suas mãos ainda estavam atadas em suas costas. Não se tem conhecimento de nenhuma investigação sobre seu assassinato.

Punições cruéis, desumanas ou degradantes

O açoitamento foi usado como castigo sob a Lei da Sharia em Aceh para uma série de crimes, inclusive vender bebidas alcoólicas, ter relacionamentos consensuais e ficar sozinho com alguém do sexo oposto que não fosse um cônjuge ou parente. Ao menos 100 pessoas foram castigadas ao longo do ano. A lei foi aplicada a não muçulmanos pela primeira vez em abril, quando uma mulher cristã recebeu 28 golpes por vender álcool.⁹

Em outubro, a Câmara dos Deputados ratificou uma normativa do Governo com valor de lei (Perppu), a saber, a Normativa n. 1/2016, que constitui uma emenda para o artigo 81 da Lei n. No.23/2002 que versa sobre a proteção de crianças. A revisão da lei impõe castração química compulsória como punição adicional para indivíduos condenados por violência sexual contra menores de 18 anos. Segundo a emenda de lei, a castração química seria realizada em até dois anos após o fim da pena em regime de reclusão. A Associação de Médicos da Indonésia afirmou que se recusaria a administrar o procedimento.

PENA DE MORTE

Em julho, um indonésio e três estrangeiros foram executados, estando os três com recursos pendentes. Outros dez prisioneiros que haviam sido levados à ilha de Nusa Kambangan, onde as execuções ocorreram, conseguiram de última hora, o adiamento da execução, para que seus casos pudessem ser revistos.

-
1. Indonésia: Defamation investigation suspended (ASA 21/4734/2016)
 2. Indonésia: Defender under investigation for defamation (ASA 21/4833/2016)
 3. Indonésia: End mass arrests and crackdowns on peaceful protests (ASA 21/3948/2016)
 4. Indonésia: Parem com as declarações inflamatórias e difamatórias que põem em risco a comunidade LGBTI (ASA 21/3648/2016)
 5. Indonésia: Authorities must repeal joint ministerial decree (ASA 21/3787/2016)
 6. Indonésia: Religious minority members forcibly evicted (ASA 21/3409/2016)

7. Indonesia: President must not undermine efforts to seek truth, justice and reparation (ASA 21/3671/2016)
8. Indonesia: Poor prison conditions for Papuan activist (ASA 21/4085/2016)
9. Indonesia: End caning as a punishment in Aceh (ASA 21/3853/2016)

IRÃ

República Islâmica do Irã

Chefe de Estado: **Aiatolá Sayed Ali Khamenei (Líder Supremo da República Islâmica do Irã)**

Chefe de Governo: **Hassan Rouhani (Presidente)**

As autoridades suprimiram amplamente os direitos à liberdade de expressão, associação, manifestação pacífica e religião, detendo e aprisionando críticos pacíficos e demais pessoas após julgamentos nitidamente injustos realizados por Tribunais Revolucionários. Tortura e outros maus-tratos a pessoas detidas continuaram sendo práticas comuns e amplamente disseminadas, tendo sido cometidas com impunidade. Flagelação, amputações e outras punições cruéis continuaram a ser aplicadas. Membros de minorias religiosas e étnicas enfrentaram discriminação e perseguição. Mulheres e meninas sofreram violência e discriminação generalizadas. As autoridades fizeram amplo uso da pena de morte, realizando centenas de execuções, algumas em público. Ao menos dois jovens em conflito com a lei foram executados.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renovou o mandato do Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos no Irã. O governo continuou a negar ao Relator Especial sua entrada no país e a impedir o acesso de outros especialistas em direitos humanos da ONU.

O governo e a União Europeia discutiram a possibilidade de iniciar um diálogo bilateral sobre direitos humanos.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

O Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança realizou a terceira e a quarta avaliação periódica do Irã e criticou a continuidade nas execuções de jovens em conflito com a lei e o impacto das execuções públicas na saúde mental das crianças que as testemunharam. O comitê também criticou a repetida discriminação contra meninas, crianças pertencentes a minorias étnicas e religiosas, crianças LGBTI e também a baixa idade na qual meninas se tornam criminalmente responsáveis.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

As autoridades reprimiram ainda mais os direitos de liberdade de expressão, de associação e de manifestação pacífica, detendo arbitrariamente e aprisionando críticos pacíficos com base em denúncias vagas relacionadas à segurança nacional. As pessoas visadas neste tipo de ação são defensores e defensoras dos direitos humanos, jornalistas, advogados, blogueiros, estudantes, ativistas sindicais, cineastas, músicos, poetas, ativistas pelos direitos das mulheres, pelos direitos das minorias étnicas e religiosas e pessoas que protestam contra a pena de morte e causas ambientais.

No fim do ano, muitos prisioneiros de consciência entraram em greve de fome para protestar contra sua detenção injusta, expondo a natureza abusiva do sistema de justiça criminal do Irã.

As autoridades intensificaram a repressão a defensores dos direitos humanos, sentenciando-os a longos períodos na prisão por conta de suas atividades pacíficas. Os tribunais fizeram menções crescentes a críticas nas mídias sociais quanto ao desempenho do Irã no tocante aos direitos humanos e à comunicação com mecanismos internacionais de direitos humanos, em especial com o Relator Especial da ONU sobre o Irã e com organizações de direitos humanos baseadas no exterior, incluindo a Anistia Internacional, como evidências de

ativismo “criminoso” considerado ameaçador à segurança nacional.

As autoridades também reprimiram a expressão musical, interrompendo e compulsoriamente cancelando apresentações, incluindo algumas licenciadas pelo Ministério da Cultura e pela Orientação do Islã, e reprimiram atividades tais como festas privadas de gêneros mistos consideradas “socialmente perversas” ou “não islâmicas”, prendendo centenas de pessoas e sentenciando muitas à flagelação.

Os líderes opositoristas Mehdi Karroubi e Mir Hossein Mousavi, junto com a esposa deste, Zahra Rahnavard, vêm sendo mantidos em prisão domiciliar sem acusações desde 2011. Eles foram submetidos a frequentes e graves invasões de privacidade, e seu acesso a cuidados médicos é inadequado.

As autoridades continuaram a censurar todos os meios de comunicação, corrompendo transmissões televisivas via satélite oriundas do exterior, fechando ou suspendendo jornais, inclusive o *Bahar* e o *Ghanoun*, e forçando a revista sobre direitos das mulheres *Zanan-e Emrooz* a suspender sua publicação.

Em fevereiro, uma ordem judicial acrescentou o WhatsApp, Line e Tango à lista de sites de mídias sociais bloqueadas, que já incluía o Facebook e o Twitter. A Unidade de Crimes Cibernéticos das Guardas Revolucionárias bloqueou ou fechou centenas de contas de Telegram e Instagram e prendeu ou convocou para interrogatório os administradores de mais de 450 grupos e canais no Telegram, WhatsApp e Instagram, incluindo centenas de estilistas e funcionários de boutiques de moda, como parte de uma repressão intensa às atividades de mídias sociais que, supostamente, “ameaçam a segurança moral”.

A também suspensa Associação de Jornalistas Iranianos enviou, sem sucesso, uma carta aberta ao Presidente Rouhani contendo um pedido urgente para que honrasse a promessa feita na ocasião de sua campanha eleitoral de 2013 que reverteria a suspensão da entidade, ao passo que 92

grupos estudantis solicitaram ao presidente que libertasse as universidades das garras do medo e da repressão. As autoridades não permitiram que a Associação Comercial dos Professores do Irã renovasse sua licença e condenaram vários de seus membros a longas sentenças na prisão por acusações variadas, incluindo “participação em grupo ilegal”.

As autoridades continuaram a reprimir protestos pacíficos e a submeter os manifestantes a agressão e detenções arbitrárias. Diversos indivíduos continuaram presos sob a condenação de “reunir-se e conspirar contra a segurança nacional” por comparecerem a protestos pacíficos.

Uma nova Lei de Crimes Políticos, adotada em janeiro e que entrou em pleno vigor em junho, criminaliza todas as expressões consideradas “contra o governo do país e suas instituições políticas e políticas domésticas e internacionais” e que sejam empreendidas “com a intenção de reformar os assuntos do país sem tentar ferir as bases do sistema”.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas continuaram a constituir práticas comuns, especialmente durante interrogatórios, e foram usadas primariamente para obter “confissões” forçadas. As pessoas detidas pelo Ministério da Inteligência e pelas Guardas Revolucionárias foram rotineiramente submetidas a confinamentos prolongados em solitária, resultando em tortura.

As autoridades falharam sistematicamente em investigar alegações de tortura e outros maus-tratos, às vezes ameaçando submeter os que se queixam a mais tortura e a sentenças mais pesadas. Os juízes continuaram a admitir “confissões” obtidas sob tortura como provas, apesar de tais confissões serem inadmissíveis perante o Código de Processos Penais de 2015. O Código não conseguiu estabelecer o procedimento que juízes e promotores devem seguir para investigar alegações de tortura e garantir que as confissões sejam

feitas voluntariamente. Outras disposições do Código, tais como a que garante o acesso dos detidos a um advogado desde o momento da prisão e durante a etapa da investigação, foram frequentemente ignoradas na prática, o que facilita a tortura.

Autoridades do judiciário, particularmente o Gabinete da Promotoria, e autoridades carcerárias negaram frequentemente a prisioneiros políticos o acesso aos devidos cuidados médicos, inclusive a prisioneiros de consciência. Muitas vezes, tal prática foi empregada a fim de punir ou coagir prisioneiros a “confessarem”.

Em junho, o detido Nader Dastanpour morreu sob custódia em decorrência de ferimentos que sua família afirmou terem sido provocados durante uma sessão de tortura numa delegacia policial de Teerã. Nenhuma investigação independente foi reportada.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Autoridades judiciais continuaram a impor e perpetrar punições cruéis, desumanas e degradantes que atingem o patamar de tortura, incluindo flagelações, cegamentos e amputações. Tais práticas são, por vezes, conduzidas em público.

Em abril, o promotor de justiça de Golpayegan, na província de Esfahan, anunciou que um homem e uma mulher condenados por “terem um relacionamento ilegítimo” tinham sido sentenciados a 100 chibatadas cada um.

Em maio, o promotor de justiça da província de Qazvin anunciou que as autoridades haviam prendido 35 mulheres e homens jovens por “dançarem e interagirem durante uma festa de formatura estando seminus e consumindo álcool” e os condenaram, dentro de 24 horas, por praticarem atos “incompatíveis com a castidade que perturbaram a opinião pública”. As autoridades executaram as 99 chibatadas, às quais eles foram sentenciados em uma audiência especial realizada em um tribunal naquele mesmo dia.

Na província do Azerbaijão Ocidental, autoridades perpetraram sentenças de

flagelação de 30 a 100 chibatadas a 17 mineiros que haviam participado de um protesto contra suas condições empregatícias e demissões na mina de ouro de Agh Darreh em 2014. Em junho, um tribunal penal na província de Yazd sentenciou nove mineiros a serem flagelados com 30 a 50 chibatadas.

Em julho, um tribunal sentenciou o jornalista e blogueiro Mohammad Reza Fathi a 459 chibatadas por acusações de “publicar mentiras” e “criar inquietude na mentalidade coletiva” por meio de seus escritos.

Em novembro, um homem teve ambos os olhos compulsoriamente cegados em Teerã, em retaliação por ter cegado uma menina de quatro anos em junho de 2009. Diversos outros prisioneiros, incluindo Mojtaba Yasaveli e Hossein Zareyan, permaneciam sob a ameaça de serem cegados compulsoriamente. Médicos associados à Organização de Medicina Legal do Irã, de status oficial, forneceram ao Supremo Tribunal informações especializadas a respeito de como as sentenças de cegamento poderiam ser medicamente realizáveis, um ato que corrompe a ética médica.

Em abril, autoridades judiciais na Prisão Central de Mashhad amputaram quatro dedos da mão direita e quatro dedos do pé esquerdo de um homem condenado por roubo à mão armada. As mesmas autoridades amputaram os dedos de outro homem condenado por roubo em maio. Em agosto, um oficial judicial em Teerã anunciou que vários homens tinham recorrido após terem sido sentenciados à amputação de quatro dedos de uma das mãos. Em dezembro, autoridades judiciais na Prisão Central de Urumieh amputaram quatro dedos da mão direita de dois irmãos condenados por roubo à mão armada.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Julgamentos foram, em geral, injustos, inclusive os resultantes em penas de morte. O judiciário não independente. O Tribunal Especial para Clérigos e os Tribunais Revolucionários permaneceram particularmente suscetíveis a pressões de

forças de inteligência e segurança em favor da condenação de réus e da imposição de sentenças duras.

Oficiais exercendo poderes judiciais, inclusive os do Ministério de Inteligência e das Guardas Revolucionárias, consistentemente escarneceram das devidas disposições processuais tal como descritas no Código de Processos Penais de 2015. Isto incluiu disposições que protegiam o direito ao acesso a advogado desde o momento da prisão e durante investigações, bem como o direito de manter-se em silêncio. Foi frequentemente negado a advogados de defesa pleno acesso aos arquivos dos casos, e eles muitas vezes foram impedidos de se reunirem com os réus até pouco tempo antes do julgamento. Pessoas detidas preventivamente se viram com frequência mantidas na solitária por períodos prolongados e com reduzido ou nenhum acesso a suas famílias e advogados. “Confissões” obtidas sob tortura foram usadas como evidência nos julgamentos. Juízes falharam muitas vezes em proporcionar pareceres razoáveis, e o judiciário não disponibilizou publicamente tais julgamentos.

A Promotoria usou o artigo 48 do Código de Processos Penais para impedir que os detidos tivessem acesso a advogados por eles escolhidos, dizendo aos juristas que não constavam da lista de advogados aprovados pelo Chefe do Judiciário, mesmo que nenhuma lista oficial tenha sido publicada.

Diversas pessoas de nacionalidade estrangeira, bem como iranianos com dupla nacionalidade, foram detidos na unidade penitenciária de Evin, em Teerã, com reduzido ou nenhum acesso a suas famílias, advogados e oficiais consulares. Tais prisioneiros foram condenados a longas sentenças na prisão devido a acusações vagas, tais como “colaborar com um governo hostil” após serem submetidos a julgamentos nitidamente injustos realizados diante dos Tribunais Revolucionários. As autoridades acusaram os prisioneiros de estarem envolvidos em um “projeto de infiltração” orquestrado internacionalmente no intuito de

promover uma “derrubada indireta” do Irã. Em realidade, tais condenações aparentemente foram derivadas de um exercício pacífico dos direitos de liberdade de expressão e associação por parte dos agora prisioneiros.

LIBERDADE RELIGIOSA E DE CRENÇA

Membros de minorias religiosas, incluindo bahá'is, sufistas, yarsanis (Ahl-e Haq), pessoas convertidas ao cristianismo e muçulmanos sunitas, enfrentaram discriminação na lei e na prática, inclusive nos campos da educação, mercado de trabalho e no direito a herança, e foram perseguidos por praticarem sua fé.

As autoridades aderiram ao discurso de ódio e permitiram que crimes de ódio fossem impunemente cometidos contra os bahá'is, além de terem prendido grande número de bahá'is com base em acusações falsas de colocarem em risco a segurança nacional, penas que lhes foram impostas apenas por praticarem pacificamente suas crenças religiosas. Alegações de tortura cometida contra 24 bahá'is na província do Golestão não foram investigadas. As autoridades fecharam compulsoriamente dezenas de negócios de propriedade de bahá'is e deteve estudantes bahá'is que criticaram publicamente as autoridades por negar-lhes acesso a educação superior.

As autoridades detiveram dezenas de pessoas convertidas ao cristianismo após realizarem batidas em igrejas domésticas onde eles se reuniam pacificamente. Locais considerados sagrados por bahá'is, muçulmanos sunitas e yarsanis, incluindo cemitérios e locais de adoração, foram destruídos por homens possivelmente filiados às forças de segurança.

O mestre espiritual Mohammad Ali Taheri permaneceu em confinamento solitário na seção 2A da unidade penitenciária de Evin apesar de ter completado, em fevereiro, uma sentença de cinco anos por ter “insultado santidades islâmicas” ao estabelecer o grupo e a doutrina espiritual Erfan-e Halgheh. Seus seguidores continuaram a ser arbitrariamente presos e detidos.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS ÉTNICAS

As minorias étnicas em desvantagem no Irã, incluindo os árabes ahwazi, turcos azeri, balúchis, curdos e turcomenos, continuaram sujeitos a forte e frequente discriminação, o que restringe seu acesso a empregos, moradia adequada, atuação política e seu exercício de direitos culturais, civis e políticos. A contínua negligência econômica por parte de autoridades estatais em regiões povoadas por minorias aprofundou ainda mais a pobreza e a marginalização de minorias étnicas.

Membros de minorias que se pronunciaram contra violações de seus direitos políticos, culturais e linguísticos sofreram prisões arbitrárias, tortura e outros tipos de maus-tratos, julgamentos injustos, aprisionamento e, em alguns casos, a pena de morte.

Dezenas de curdos foram supostamente presos sem garantia de suas reais ou hipotéticas afiliações ao Partido Democrático Curdo do Irã, após este ter renovado sua oposição armada às autoridades iranianas em março. Grande número de curdos cumpriram sentenças de prisão ou permanecem sob sentença de morte por serem membros ou expressarem simpatia a grupos curdos de oposição que foram banidos.

Árabes ahwazi foram aprisionados e submetidos a tortura e outras violações de direitos humanos. Eles acusaram as autoridades de reprimir expressões da cultura árabe, incluindo vestimentas e poesia.

Forças de segurança continuaram a reprimir protestos realizados por minorias étnicas. Em julho e agosto, elas detiveram diversos membros do grupo étnico de turcos azeri após manifestações notadamente pacíficas realizadas em diversas cidades, desencadeadas por um relatório publicado no jornal *Tarheh No* que foi considerado ofensivo pelos turcos azeri. A polícia também agrediu os manifestantes.

As autoridades continuam a proibir grupos de minorias étnicas de usarem seus próprios

idiomas na educação primária. Em junho, o governo anunciou que cursos optativos dos idiomas turco e curdo seriam oferecidos nas escolas de duas províncias, a saber, o Curdistão e o Azerbaijão Ocidental, apesar de não haver clareza quanto à sua implementação. Membros da minoria turcomena apelaram publicamente ao presidente Rouhani por uma disposição semelhante.

DIREITOS DAS MULHERES

As autoridades renovaram e intensificaram a repressão a defensores e defensoras dos direitos das mulheres e equipararam a atividades criminais toda iniciativa coletiva relacionada ao feminismo e aos direitos das mulheres. Ativistas em prol dos direitos das mulheres que fizeram campanhas para uma maior representatividade das mulheres nas eleições parlamentares de fevereiro foram submetidos pelas Guardas Revolucionárias a extensos e opressivos interrogatórios e a ameaças de prisão com base em acusações relativas à segurança nacional.

Mulheres continuaram sujeitas à discriminação generalizada na lei e na prática, incluindo no acesso ao divórcio, emprego, herança igualitária e ofício político na área de lei penal.

Diversos projetos de lei que podem corroer ainda mais o direito das mulheres à saúde sexual e reprodutiva ainda estão pendentes. As mulheres continuaram a ter acesso reduzido a métodos contraceptivos modernos e a custo acessível, uma vez que as autoridades falharam em restabelecer a verba destinada ao programa público de planejamento familiar, cortada em 2012.

Em setembro, o Líder Supremo Ali Khamanei lançou políticas familiares nacionais que incentivam o casamento em tenra idade, gestações seguidas, menos divórcios e maior adesão aos papéis “tradicionais” das mulheres enquanto donas de casa e dos homens enquanto provedores. Tais políticas suscitaram preocupações de que mulheres vítimas de violência doméstica possam tornar-se ainda mais marginalizadas e sofrerem mais pressão para se reconciliar

com seus agressores e para permanecerem em relações maritais abusivas.

Mulheres e meninas ainda recebem proteção inadequada contra violência sexual e outros tipos de violência baseada em gênero, inclusive casamentos forçados em tenra idade. As autoridades fracassaram em adotar leis que criminalizem esses e outros abusos, incluindo estupro marital e violência doméstica, apesar do vice-presidente de Assuntos relativos a Mulheres e Famílias ter feito pressão por um projeto de lei que estava pendente desde 2012.

Leis associadas ao uso compulsório do “véu” (*hijab*), que violam os direitos das mulheres à igualdade, privacidade e suas liberdades de expressão, crença e religião, continuaram a estimular que a polícia e forças paramilitares visassem principalmente às mulheres para praticar assédio, violência e prisões.

PENA DE MORTE

As autoridades continuam a fazer amplo uso da pena de morte, mesmo contra jovens em conflito com a lei. Centenas de execuções foram realizadas após julgamentos injustos. Algumas execuções foram realizadas em público.

As pessoas executadas foram, em geral, condenadas por crimes associados a drogas, o que não se enquadra no limiar de “crimes mais graves” sob a lei internacional de direitos humanos. O Supremo Tribunal determinou que condenados por crimes associados a drogas antes da adoção do Código de Processos Penais de 2015 tinham o direito a recorrer, mas muitos dentre os prisioneiros que haviam recebido a sentença de morte permaneceram sem receber essa informação. Outros foram condenados por assassinatos ou por ofensas vagas, tais como “inimizade contra Deus”.

Em seguida à execução em massa de 25 homens sunitas em agosto, as autoridades transmitiram vídeos com “confissões” forçadas, visando aparentemente demonizar tais homens e desviar a atenção dos julgamentos deficientes que resultaram em suas penas de morte. Ao menos dois homens

condenados por “insultar o profeta” receberam penas de morte, o que viola seu direito à vida e liberdade de expressão, religião e crença.

Ao menos 78 jovens em conflito com a lei permaneceram no corredor da morte até a conclusão do relatório. Dentre eles, encontram-se 15 jovens infratores que haviam sido sentenciados à morte pela primeira vez após julgamento sob as diretrizes para sentenciamento de jovens conforme a revisão apresentada no Código Penal Islâmico de 2013, bem como vários que receberam novamente a mesma pena capital após terem sido julgados pela segunda vez.

A Anistia Internacional pôde confirmar a execução de dois jovens em conflito com a lei durante o ano, dentre eles Hassan Afshar, mas o número pode ser muito maior.

O Código Penal Islâmico continua a permitir que o apedrejamento seja usado como método de execução; ao menos uma mulher, Fariba Khaleghi, ainda está sentenciada à morte por apedrejamento.

Algumas condutas sexuais envolvendo pessoas do mesmo sexo continuam passivas de serem punidas mediante sentença capital.

IRAQUE

República do Iraque

Chefe de estado: **Fuad Masum**

Chefe de governo: **Haider al-Abadi**

Forças do governo, milícias paramilitares e o grupo armado Estado Islâmico (EI) cometeram crimes de guerra, além de outras violações do direito humanitário internacional e graves abusos dos direitos humanos no conflito armado interno. Os combatentes do Estado Islâmico cometeram assassinatos com estilo de execução, tendo como alvos os oponentes e civis que fugiam do território comandado pelo Estado Islâmico, estupraram e torturaram reféns, usaram civis como escudos humanos e crianças-soldado. As milícias cometeram execuções extrajudiciais, sequestraram e

torturaram civis que fugiam do conflito, destruíram casas e outras propriedades civis. Milhares de pessoas continuaram presas sem julgamento sob suspeita de ligação com o Estado Islâmico. A tortura nas prisões continua a aumentar. Os tribunais condenaram suspeitos de terrorismo à morte, muitas vezes após julgamentos injustos. A taxa de execuções continua alta.

INFORMAÇÕES GERAIS

O conflito armado continua entre o Estado Islâmico e uma série de forças do governo iraquiano, as milícias paramilitares e as forças armadas curdas (Pershmerga), com o apoio de ataques aéreos da coalizão internacional liderada pelos EUA. O Estado Islâmico dominava áreas no noroeste e oeste do Iraque, mas perdeu territórios significativos durante o ano, entre eles a Faluja em junho, al-Qayyara em agosto e Sharqat em setembro. As operações militares para recapturar Mosul, a maior fortaleza que o Estado Islâmico ainda tem, ainda estavam em curso até o final do ano.

De acordo com a ONU, o conflito armado, carros-bomba e outros tipos de violência levaram a 6.878 mortes e 12.388 feridos entre civis durante o ano.

O Primeiro-Ministro al-Abadi emitiu a Ordem 91 em fevereiro e o Parlamento aprovou uma lei em novembro, designando as Unidades de Mobilização Popular, criadas em junho de 2014 e compostas, na maior parte, de milícias paramilitares Shi'a, como "formação militar e parte das forças armadas iraquianas".

Em agosto, o Parlamento aprovou a Lei de Anistia Geral. Ela não cobria certos tipos de crimes, como atos terroristas que resultassem em morte ou lesão permanente; mas concedeu o direito de análise jurídica para os condenados pela Lei Antiterrorismo** e outras leis, em casos em que os vereditos tenham se baseado em "confissões" extraídas sob "coação".

Manifestantes contrários ao governo, pedindo uma reforma institucional e o fim da corrupção, invadiram duas vezes a fortificada

Zona Verde, onde fica a sede do governo, na capital Bagdá. Na segunda vez, em 20 de maio, as forças do governo atiraram gás lacrimogêneo, balas de borracha e granadas de atordoamento para dispersar os manifestantes. Quatro pessoas morreram em decorrência da ação. As autoridades anunciaram uma investigação, mas não divulgaram nenhuma informação sobre seu resultado ou sobre processos judiciais. Programou-se discutir no Parlamento uma proposta de lei que restringe o direito de liberdade de manifestação pacífica, em julho, mas a proposta foi retirada por clamor popular.

Os exilados políticos iranianos restantes, residentes do Acampamento Liberdade em Bagdá, foram realocados fora do Iraque no fim de setembro. Em 4 de julho, o acampamento foi atacado por foguetes, deixando feridos e prejuízo material.

CONFLITO ARMADO — VIOLAÇÕES POR MILÍCIAS E FORÇAS DO GOVERNO

As milícias paramilitares e forças do governo cometeram crimes de guerra e outras violações do direito humanitário internacional e dos direitos humanos, principalmente contra membros da comunidade árabe sunita. Foram realizadas execuções extrajudiciais e outros tipos de assassinato e tortura ilegais, além de desaparecimento forçado de centenas de homens e meninos, e da destruição deliberada de casas e propriedades.

Após um atentado suicida que matou 27 homens e feriu outros 41 em Muqdadiya, em 11 de janeiro, as milícias se vingaram com um ataque à comunidade sunita, abduzindo e matando dezenas de homens, além de queimar e destruir mesquitas sunitas, lojas e outras propriedades.

Em 3 de junho, as milícias das Unidades de Mobilização Popular sequestraram cerca de 1.300 homens e meninos que fugiam de Saqlawiya, no norte de Faluja. Três dias depois, 605 homens reapareceram, com marcas de tortura. O destino dos outros 643 permanece desconhecido. Um comitê de investigação formado pelo governador de

Anbar descobriu que 49 tinham sido mortos a tiros, torturados ou queimados até a morte. Em 30 de maio, pelo menos doze homens e quatro meninos que fugiam de al-Sijir, ao norte de Faluja, foram executados extrajudicialmente. O Primeiro-Ministro al-Abadi formou um comitê para investigar abusos, mas as autoridades não divulgaram nenhum resultado ou informação sobre nenhum processo criminal contra os culpados.

Segundo informações, as Unidades de Mobilização Popular e as milícias de Mobilização Tribal, compostas de combatentes sunitas, recrutaram crianças e as usaram na luta contra o Estado Islâmico.

As autoridades não tomaram providências para esclarecer a localização e o destino de milhares de homens e meninos árabes sunitas que desapareceram forçadamente depois de serem capturados em suas casas, postos de controle e acampamentos para pessoas desalojadas do país por milícias e forças do governo em anos anteriores.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

O Estado Islâmico matou e feriu civis em todo o Iraque em atentados suicidas e outros ataques mortais cujos alvos eram indiscriminada ou deliberadamente civis em mercados movimentados, templos religiosos Shi'a e outros espaços públicos. O principal alvo do Estado Islâmico eram locais na cidade de Bagdá.

Uma série de ataques em maio em Bagdá, principalmente nos bairros Shi'a, matou 150 pessoas e feriu 214, a maioria civis, de acordo com autoridades e relatos da imprensa.

Em áreas sob seu controle, os combatentes do Estado Islâmico executaram oponentes e suspeitos de colaborar com as forças do governo. Também conduziram sequestros, inclusive de civis, e sistematicamente torturaram reféns. O Estado Islâmico impôs um código de conduta draconiano e puniu infrações com rigor. Seus "tribunais" autoproclamados ordenaram o apedrejamento por adultério, açoitamento e

outros castigos físicos contra habitantes por fumar e não seguir o código de vestimenta, além de outras regras. O Estado Islâmico impôs ainda restrições severas ao uso de telefones e internet e à liberdade de ir e vir das mulheres. Impediu civis de fugirem de áreas sob seu controle, e os usou como escudos humanos. Os combatentes atiraram contra quem tentasse fugir, destruíram suas propriedades e, em vingança, atacaram familiares deixados para trás. O grupo doutrinou e recrutou meninos, incluindo reféns Yazidi, que foram usados em batalhas e atentados suicidas. Em outubro, o Estado Islâmico usou armas químicas para atacar a cidade de al-Qayara, que havia sido recapturada por forças iraquianas, resultando em queimaduras e outras lesões entre os civis.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Mulheres e meninas enfrentaram a discriminação na lei e na prática, e não tiveram proteção adequada contra violência sexual e de gênero. Estima-se que 3.500 Yezidis capturadas no Iraque continuaram reféns do Estado Islâmico no Iraque e na Síria, e foram vítimas de estupro e outras torturas, agressões e escravidão. As que conseguiram escapar ou foram liberadas depois que seus familiares pagaram resgate, receberam apoio psicológico e material inadequados. Várias cometeram ou tentaram o suicídio.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Todos os homens considerados em idade para lutar (entre os 15 e os 65 anos) que fugiam de territórios controlados pelo Estado Islâmico passaram por triagem de segurança feita por forças de segurança em locais de detenção ou de recepção temporária, onde eram detidos por dias ou meses em condições terríveis. Os suspeitos de terrorismo foram transferidos para a custódia de agências de segurança como o Diretório Anticrime ou o Diretório Antiterrorismo, ou a divisão de Inteligência Geral do Ministério do Interior, onde corriam risco de tortura e

outros maus-tratos, e frequentemente eram impedidos de ter contato com familiares e advogados.

As milícias e forças de segurança prenderam supostos suspeitos de terrorismo sem mandados judiciais em suas casas, postos de controle e acampamentos para pessoas desalojadas do país, sem informar as acusações aos presos ou seus familiares. Muitos foram detidos por períodos prolongados sem comunicação, em alguns casos em condições equivalentes ao desaparecimento forçado, em locais controlados pelos Ministérios do Interior e da Defesa ou em centros de detenção secretos, onde eram interrogados por agentes de segurança sem a presença de um advogado. Milhares continuaram presos sem se apresentar a autoridades do judiciário ou ser levados a julgamento.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuam aumentando nas prisões, centros de detenção controlados pelos Ministérios do Interior e da Defesa e locais controlados pelas milícias. Segundo relatos, os métodos de tortura mais frequentes usados contra os detentos eram espancamento na cabeça e no corpo com cabos e hastes de metal, suspensão em posições de estresse pelos braços ou pernas, choques elétricos e ameaças de estupro contra as mulheres das famílias dos detentos. A tortura, aparentemente, era aplicada para extrair “confissões”, obter informações e punir. Diversos detentos morreram sob custódia como resultado da tortura.

Em outubro, combatentes da Mobilização Tribal submeteram moradores do sul de Mosul, suspeitos de terem ligação com o Estado Islâmico, a espancamento com cabos de metal, humilhação pública e choques com armas de eletrochoque.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Os sistema judiciário criminal continuou extremamente falho, com julgamentos sistematicamente injustos. Era rotina negar aos réus, em especial os suspeitos de

terrorismo, os direitos de defesa adequada, de não produzir provas contra si mesmos ou confessar culpa e de interrogar as testemunhas da acusação. Os juízes continuaram a aceitar como prova as “confissões” manchadas pela tortura, sem pedir investigações sobre as alegações dos réus ou que passassem por exames de corpo de delito. Alguns dos condenados em julgamentos injustos foram sentenciados à morte.

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

Mais de 3,1 milhões de pessoas continuam desalojadas por todo o Iraque, abrigadas em comunidades de acolhimento ou acampamentos para pessoas desalojadas, assentamentos informais e prédios em construção. Muitos foram destituídos e viviam em condições terríveis, enquanto agências humanitárias informavam queda do financiamento internacional. Milhares de pessoas cruzaram a fronteira para a Síria.

As autoridades iraquianas e do Governo Regional do Curdistão impuseram restrições arbitrárias e discriminatórias sobre a liberdade de circulação dos árabes sunitas desalojados no país. Dezenas de milhares continuaram confinados a acampamentos sem acesso ao mercado de trabalho ou serviços essenciais porque não tinham patrocinadores locais e, portanto, não conseguiram obter permissões oficiais para entrar nas cidades.

Dezenas de milhares de pessoas desalojadas no país conseguiram voltar para casa em áreas que o governo e as forças aliadas recapturaram do Estado Islâmico, incluindo as cidades de Ramadi e Faluja, após a conclusão de verificações de segurança onerosas. No entanto, dezenas de milhares de árabes sunitas desalojados de áreas recapturadas do Estado Islâmico nas províncias de Babil, Diyala e Salah al-Din foram impedidos de voltar para casa em meio a uma mistura de procedimentos burocráticos onerosos e táticas de intimidação pelas milícias, incluindo sequestros, detenções arbitrárias e

execuções extrajudiciais. Familiares de pessoas suspeitas de serem combatentes do Estado Islâmico foram impedidos de voltar e as casas e propriedades de alguns foram deliberadamente destruídas ou apropriadas. As forças armadas (Peshmerga) e outros serviços de segurança curdos também impediram que dezenas de milhares de residentes árabes de regiões controladas pelo Governo Regional do Curdistão, desalojadas pelo conflito, voltassem para casa.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO — PROFISSIONAIS DA IMPRENSA

Jornalistas trabalharam em um ambiente perigoso, por vezes mortal, e relataram ataques físicos, rapto, intimidação, assédio e ameaças de morte por cobrir tópicos considerados confidenciais, inclusive a corrupção e abusos das milícias.

Os profissionais da imprensa Saif Talal e Hassan al-Anbaki do canal de TV al-Sharkia foram mortos por tiros em 12 de janeiro no noroeste de Diyala, enquanto voltavam da cobertura de um atentado suicida em Muqadadiya e de ataques de vingança das milícias tendo como alvo os árabes sunitas. O canal acusou homens da milícia não identificados, mas as autoridades não investigaram adequadamente o assassinato destes profissionais.

Em abril, a Comissão de Mídia e Comunicações do Iraque fechou o escritório da al-Jazeera em Bagdá, acusando o canal de “incitar o sectarismo e a violência”. Em março, as autoridades fecharam os escritórios do canal de TV Baghdadia no Iraque, supostamente por funcionamento ilegal sem licença. O canal tinha publicado artigos sobre corrupção no governo e protestos pró-reforma, e já tinha sido submetido a diversos fechamentos nos últimos anos.

REGIÃO DO CURDISTÃO IRAQUIANO

Os profissionais da mídia, ativistas e políticos críticos ao governo do Partido Democrático do Curdistão enfrentaram assédio e ameaças e alguns foram expulsos da província de Erbil. Não houve progresso na condução das

investigações de assassinatos de jornalistas e outros críticos e oponentes das autoridades curdas em anos anteriores.

Em 13 de agosto, familiares receberam o corpo de Wedad Hussein Ali, jornalista que trabalhava para uma publicação vista como apoiadora do Partido dos Trabalhadores Curdos. O corpo tinha lesões indicativas de tortura, inclusive com lacerações profundas na cabeça. Testemunhas disseram à família que ele tinha sido encontrado vivo mais cedo, naquele mesmo dia, num vilarejo a oeste de Dohuk, depois que homens não identificados o capturaram na rua à mão armada. Sua família e colegas de trabalho informaram que ele já havia sido interrogado pela Asayish (forças de segurança) em Dohuk e havia recebido ameaças de morte. As autoridades anunciaram uma investigação dois dias depois do assassinato, mas não divulgaram nenhum resultado até o fim do ano.

A Asayish e outros serviços de segurança curdas detiveram milhares de suspeitos de terrorismo, principalmente homens e meninos árabes sunitas, em meio a longas demoras para serem levados ao judiciário, visitas familiares negadas por períodos prolongados e outras quebras do devido processo legal. Em outubro, autoridades do Governo Regional do Curdistão disseram que a Asayish Ghishti (Agência de Segurança Geral) e a divisão Asayish em Erbil prenderam 2.801 suspeitos de terrorismo desde o início do ano.

Bassema Darwish, uma yazidi que sobreviveu à captura pelo Estado Islâmico, continuou detida sem julgamento em Erbil desde sua prisão em outubro de 2014, na cidade de Zummar, quando foi recapturada pelas forças armadas (Peshmerga) do Estado Islâmico. As autoridades a acusaram de ser cúmplice no assassinato de três agentes das forças armadas (Peshmerga), negaram seu direito a um advogado de sua escolha e não realizaram uma investigação independente das alegações de que os agentes do Diretório de Segurança Geral em Dohuk a torturaram, depois de presa.

Os juízes da Região do Curdistão Iraquiano continuaram a emitir sentenças de morte para crimes relacionados ao terrorismo. Não foram realizadas execuções.

PENA DE MORTE

Tribunais sentenciaram dezenas de pessoas à morte por enforcamento. Dezenas dessas sentenças foram realizadas. A pressão pública e política sobre as autoridades para que executem “terroristas” aumentaram após um atentado suicida no bairro Karrada de Bagdá em 2 de julho, que matou cerca de 300 pessoas, na maior parte civis. Um líder da milícia ameaçou matar os presos do corredor da morte na Prisão Nasriya se o governo não tomasse uma atitude. Em 12 de julho, o Presidente Masum ratificou uma lei, emendando o Código de Procedimentos Criminais, que limita a possibilidade de recursos, com o objetivo de acelerar o processo de execução.

Em 21 de agosto, o governo informou a execução de 36 homens condenados por participar do massacre cometido pelo Estado Islâmico de cerca de 1.700 cadetes Shi'a no acampamento de treinamento militar Speicher, em junho de 2014, após o Presidente Masum ratificar suas penas de morte. Eles foram condenados após julgamento que durou apenas algumas horas, manchado por infrações ao direito de julgamento justo, incluindo a não investigação pelo juiz das alegações dos réus de que as “confissões” anteriores ao julgamento haviam sido extraídas sob tortura.

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

Estado de Israel

Chefe de estado: **Reuven Rivlin**

Chefe de governo: **Benjamin Netanyahu**

Forças israelenses assassinaram civis palestinos, incluindo crianças, tanto em Israel quanto nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs), e prenderam milhares de palestinos dos TPOs que se opuseram à continuação da ocupação militar israelense, mantendo centenas em detenção administrativa. Torturas e outros maus-tratos de detidos continuaram frequentes e ficaram impunes. As autoridades continuaram a promover assentamentos ilegais na Cisjordânia, incluindo a tentativa de “legalizar” retroativamente os assentamentos construídos em terras palestinas particulares, e restringiram a liberdade de movimentação dos palestinos, fechando algumas áreas após ataques de palestinos a israelenses. As forças israelenses continuaram a bloquear a Faixa de Gaza, sujeitando sua população de 1,9 milhão de pessoas à punição coletiva, e a demolir as casas de palestinos na Cisjordânia e dos beduínos na região de Negev/Naqab em Israel, despejando moradores de forma forçada. As autoridades prenderam opositores conscientes ao serviço militar, bem como deportaram milhares de pessoas em busca de refúgio vindas da África.

INFORMAÇÕES GERAIS

As relações entre Israel e Palestina permanecem tensas. Esforços internacionais para retomar as negociações falharam, com Israel continuando a desenvolver assentamentos ilegais no território que

ocupa. Em dezembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que insta Israel a interromper todas as atividades de assentamentos na Cisjordânia.

Em junho, o governo anunciou um acordo de reconciliação entre Israel e Turquia, que fez os dois países retomarem as relações diplomáticas. Israel concordou em pagar uma compensação às famílias de cidadãos turcos assassinados por forças israelenses ao interceptarem o navio de ajuda humanitária *Mavi Marmara* em 2010.

Em setembro, o governo dos EUA concordou em aumentar sua ajuda militar a Israel para US\$ 3,8 bilhões anuais por 10 anos a partir de 2019.

Ao longo do ano ocorreram esfaqueamentos, utilização de carros como arma, tiroteios e outros ataques de palestinos a israelenses na Cisjordânia e em Israel. Os ataques, em sua maioria realizados por palestinos sem afiliação a grupos armados, mataram 16 israelenses e um estrangeiro, a maioria civis. As forças israelenses assassinaram 110 palestinos e dois estrangeiros durante o ano. Alguns foram assassinados sem representarem nenhuma ameaça.

Grupos palestinos armados em Gaza disparavam periodicamente foguetes e morteiros de maneira indiscriminada em direção a Israel, sem causarem mortes ou lesões graves. Forças israelenses responderam com ataques aéreos e artilharia de armas de grosso calibre, matando três civis palestinos, incluindo duas crianças, em Gaza.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO – BLOQUEIO DE GAZA E RESTRIÇÕES NA CISJORDÂNIA

O bloqueio militar na Faixa de Gaza entrou em seu 10º ano, continuando a punição coletiva de toda a população de Gaza. Os controles israelenses sobre a movimentação de pessoas e mercadorias para e de Gaza, combinados ao fechamento quase total da fronteira de Rafah com o Egito e o incentivo à escassez danificaram a economia de Gaza e prejudicaram a reconstrução após o conflito.

Cerca de 51.000 pessoas ainda estavam deslocadas desde a guerra de 2014, e materiais bélicos não explodidos daquele conflito continuaram a causar morte e lesão de civis. O número de palestinos que deixaram Gaza pela Fronteira de Erez caiu durante o ano, pois as autoridades israelenses negaram, atrasaram ou revogaram autorizações de executivos, funcionários de organizações internacionais e pacientes médicos e seus acompanhantes.

As forças israelenses mantiveram uma “zona de proteção” dentro da fronteira de Gaza com Israel, e usaram fogo real e outras armas contra palestinos que entraram ou se aproximaram da fronteira, matando quatro pessoas e ferindo outras. As forças israelenses também dispararam contra pescadores palestinos que estavam na área ou próximos à “zona de exclusão” mantida ao longo da costa de Gaza.

Na Cisjordânia, as autoridades israelenses restringiram severamente a movimentação de palestinos de forma discriminatória, especialmente em torno de assentamentos israelenses ilegais e próximos à cerca/muro. Em resposta aos ataques palestinos a israelenses, as autoridades militares impuseram punição coletiva, revogando vistos de trabalho em Israel de membros de famílias de pessoas que realizaram ataques, e bloqueando áreas e vilas inteiras.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As autoridades detiveram ou continuaram a prender milhares de palestinos dos TPOs, mantendo a maioria em prisões de Israel, violando a lei internacional. Muitas famílias de prisioneiros não tinham permissão para entrar em Israel para visitar seus parentes na prisão. As autoridades israelenses continuaram a prender centenas de crianças palestinas na Cisjordânia, incluindo ao leste de Jerusalém. Muitas pessoas foram submetidas a abusos pelas forças israelenses, incluindo agressões e ameaças.

As autoridades mantiveram centenas de palestinos, incluindo crianças, sob ordens de detenção administrativa renovável, com base em informações que eles tinham dos presos

e de seus advogados. Os números mantidos de acordo com essas ordens desde outubro de 2015 foram os mais altos desde 2007. Mais de 694 pessoas foram mantidas presas no final de abril de 2016 (o último mês em que dados confiáveis foram disponibilizados). O palestino preso Bilal Kayed permaneceu em greve de fome por 71 dias. Ele foi libertado sem acusações em dezembro. Anas Shadid e Ahmad Abu Farah encerraram sua greve de fome em 22 de dezembro, após 90 dias sem se alimentar.

Três judeus israelenses mantidos como presos administrativos foram libertados.

As autoridades deram ao artista de circo Maohammed Faisal Abu Sakha dois períodos adicionais de seis meses de prisão administrativa em junho e em dezembro, com base em evidências secretas. Seu primeiro período de seis meses de detenção havia sido emitido em dezembro de 2015.

Os palestinos da Cisjordânia que foram acusados de crimes relacionados a protestos, entre outros, enfrentaram julgamentos militares injustos, enquanto os tribunais civis israelenses que julgavam palestinos da Faixa de Gaza emitiam sentenças severas, até mesmo para crimes menores.

Mohammed al-Halabi, um trabalhador humanitário morador de Gaza não obteve acesso a seu advogado e foi interrogado intensivamente por três semanas após sua prisão em junho. Ele foi acusado em agosto de desviar dinheiro da instituição de caridade World Vision, e de enviar esse dinheiro ao Hamas, a administração de facto de Gaza. A World Vision disse que não havia presenciado nenhuma evidência substancial para apoiar a acusação.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Soldados israelenses, policiais e representantes da Agência de Segurança de Israel (ISA) não foram punidos por submeterem presos palestinos, incluindo crianças, a torturas e outros maus-tratos, especialmente quando estavam presos para interrogatório. Os métodos relatados incluíam agressões, tapas, privação do sono, uso de acorrentamento doloroso e posições

estressantes, além de ameaças. Embora as reclamações que alegam tortura pelos representantes da ISA terem sido abordadas pelo Ministro da Justiça em 2014, mais de 1.000 foram arquivadas desde 2001, sem a abertura de investigações criminais.

Reclamações de que a polícia israelense usou de tortura ou outros maus-tratos contra pessoas em busca de refúgio e membros da comunidade da Etiópia em Israel também eram comuns.

O Comitê da ONU contra Tortura realizou sua quinta revisão periódica de Israel, criticando relatos contínuos de tortura e outros maus-tratos, impunidade e a falha das autoridades em considerar a tortura um crime punível de acordo com a lei. Agentes israelenses fizeram a observação de que uma legislação que criminaliza a tortura estava sendo redigida pelo Ministro da Justiça, mas ainda não havia sido publicada para a avaliação do Knesset (parlamento).

Em setembro, o Tribunal Superior manteve uma lei de 2015 que permitia às autoridades alimentar presos em greve de fome à força. Essa lei não foi usada em 2016.

ASSASSINATOS ILEGAIS

Soldados israelenses, policiais e agentes de segurança mataram pelo menos 98 palestinos da TPO na Cisjordânia, incluindo 8 na faixa de Gaza e 3 em Israel. Além disso, um cidadão palestino de Israel, responsável por assassinar três israelenses em Tel Aviv em 1 de janeiro, foi assassinado por policiais israelenses dentro de Israel. A maioria das pessoas que morreram receberam tiros ao atacar israelenses ou eram suspeitas de tentar realizar ataques. Algumas pessoas, incluindo crianças, levaram tiros sem representar uma ameaça real à vida de terceiros.

Execuções extrajudiciais

Algumas das pessoas mortas parecem ter sido vítimas de execuções extrajudiciais. Elas incluem o adolescente de 16 anos Mahmoud Shaalan, morto com um tiro por soldados israelenses no ponto de controle de segurança de Ramallah em fevereiro.

Mohammed Abu Khalaf, morto em fevereiro pela polícia da fronteira de Israel na parte leste de Jerusalém; e Maram Abu Ismail e seu irmão de 16 anos, Ibrahim, que foram mortos a tiros no ponto de controle de segurança de Qalandia em abril por agentes contratados pelo Ministro da Defesa de Israel.

USO EXCESSIVO DE FORÇA

Forças israelenses usaram força excessiva, e às vezes letal, contra manifestantes palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, matando 22 pessoas e ferindo milhares com balas de metal cobertas com borracha e munição real. Muitos manifestantes que levaram tiros jogaram pedras ou outros projéteis, mas não representaram ameaça às vidas dos soldados israelenses, que estavam bem protegidos.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

As autoridades usaram uma série de medidas para atacar defensores e defensoras dos direitos humanos, tanto em Israel quanto nos TPOs, que criticaram a ocupação continuada de Israel aos territórios Palestinos.

Em 11 de julho, o Knesset passou a chamada Lei da Transparência, que impõe novos requisitos para relatórios de organizações que recebem mais de 50% de fundos de governos estrangeiros, o que engloba quase todos os grupos de direitos humanos e outras ONGs críticas ao governo Israelense.

Usando ordens militares que proíbem manifestações não autorizadas na Cisjordânia, as autoridades suprimiram protestos de palestinos e prenderam e processaram manifestantes e defensores dos direitos humanos. Após o protesto anual “Open Shuhada Street” em Hebron em 26 de fevereiro, as autoridades processaram os defensores dos direitos humanos palestinos Issa Amro e Farid al-Atrash com acusações que incluíam participação em uma caminhada sem permissão e entrar em uma zona militar fechada. Eles foram processados

aparentemente devido a seu exercício pacífico do direito à liberdade de expressão e à manifestação pacífica. Issa Amro também foi acusado por seu ativismo pacífico em anos anteriores.

Meses depois de ter filmado a execução extrajudicial de Abed al-Fatah al-Sharif por um soldado israelense em 24 de março em Hebron, o voluntário de B'Tselem Imad Abu Shamsiyeh recebeu ameaças de morte de israelenses de assentamentos ilegais próximos. A polícia não aceitou sua declaração e ameaçou prendê-lo quando ele tentou registrar uma reclamação em agosto.

Palestinos e estrangeiros residentes no local que auxiliam ONGs como a Al-Haq com seu trabalho em relação ao Tribunal Penal Internacional (TPI) receberam ameaças de morte.

Uma série de organizações israelenses de direitos humanos proeminentes e seus funcionários, incluindo Breaking the Silence, B'Tselem e a Anistia Internacional Israel, foram alvo de uma campanha do governo para desacreditar seus trabalhos.

Em maio, as autoridades acusaram o ex-denunciante e prisioneiro de consciência Mordechai Vanunu por violar as restrições severas e arbitrárias que as autoridades impuseram sobre seus direitos à liberdade de movimentação e expressão. O caso ainda estava em andamento no final do ano.

DIREITO À MORADIA - REMOÇÕES FORÇADAS E DEMOLIÇÕES

Na Cisjordânia, incluindo o leste de Jerusalém, as autoridades israelenses demoliram 1.089 residências e outras estruturas construídas sem autorização israelense, um alto número de demolições sem precedentes, removendo de forma forçada mais de 1.593 pessoas. Autorizações permaneciam virtualmente impossíveis de serem concedidas a palestinos. Muitas das demolições ocorreram em comunidades de beduínos e condutores de rebanhos, que as autoridades israelenses planejavam transferir contra a vontade dos moradores. As autoridades também puniram coletivamente as famílias de palestinos que realizaram

ataques a israelenses, demolindo ou tornando inabitáveis 25 casas, removendo seus habitantes de forma forçada.

As autoridades também demoliram centenas de casas de palestinos, bem como outras estruturas dentro de Israel que disseram serem construídas sem autorização, em sua maioria nas vilas de beduínos na região de Negev/Naqab. Muitas das vilas "não eram reconhecidas" oficialmente.

IMPUNIDADE

Mais de dois anos após o final do conflito de 2014 entre Gaza e Israel, em que cerca de 1.460 civis palestinos foram assassinados, muitos em flagrantes ataques ilegais, incluindo crimes de guerra, as autoridades israelenses indiciaram apenas três soldados por pilhagem e obstrução de investigações. Em agosto o Procurador Geral Militar anunciou o encerramento das investigações de 12 incidentes, apesar de existirem provas de que alguns deveriam ser investigados como crimes de guerra. As investigações dos militares israelenses não foram independentes, nem imparciais, e não conseguiram fazer cumprir a justiça.

Em um ato raro, militares israelenses investigaram, indiciaram e julgaram Elor Azaria, um soldado que foi filmado ao executar extrajudicialmente um palestino ferido em Hebron. Esperava-se o veredito do caso para janeiro de 2017. A maioria dos membros das forças israelenses que cometeram execuções extrajudiciais de palestinos não sofreu nenhuma consequência. O exército israelense, o Ministério da Justiça e a polícia também não investigaram, não conseguiram investigar adequadamente ou encerraram as investigações de casos de assassinatos de palestinos pelas forças israelenses em Israel e nos TPOs.

As autoridades processaram diversos colonos judeus por realizarem ataques letais a palestinos. Em janeiro, eles acusaram dois israelenses por um incêndio criminoso em julho de 2015 que matou três membros da família Dawabsheh, incluindo uma criança

de 18 meses. Em maio, um tribunal de Jerusalém condenou Yosef Ben David a prisão perpétua mais 20 anos pelo sequestro e o assassinato do palestino de 16 anos Mohammed Abu Khdeir em julho de 2014.

A promotora do TPI continuou sua análise preliminar das alegações de crimes contra o direito internacional executados pelas forças israelenses e pelos grupos armados palestinos desde 13 de junho de 2014. O governo israelense permitiu que uma delegação do TPI visitasse Israel e a Cisjordânia em outubro.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Houve novos relatos de violência contra mulheres, especialmente dentro das comunidades palestinas em Israel. Ativistas relataram que pelo menos 21 mulheres foram assassinadas por companheiros ou membros da família durante o ano. Há relatos de que algumas mulheres foram mortas por parceiros abusivos após a polícia fracassar em oferecer a proteção apropriada a elas.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

As autoridades continuaram a negar às pessoas em busca de refúgio, mais de 90% sendo da Eritreia e do Sudão, o acesso a um processo justo e imediato de determinação de status de refugiado. Mais de 3.250 pessoas em busca de refugio foram mantidas nas instalações prisionais de Holot e na Prisão de Saharonim, no deserto de Negev/Naqab no final do ano.

De acordo com os números fornecidos pelo Ministério do Interior, houve mais de 37 mil pessoas da Eritreia e do Sudão em busca de refúgio em Israel até outubro de 2016. Mais de 18.900 solicitações de refúgio ainda estavam em andamento até outubro de 2016.

Em fevereiro, o Knesset aprovou a quarta versão de uma emenda à Lei para Evitar Infiltrações, permitindo às autoridades prender pessoas em busca de refúgio por até um ano sem acusações. Conforme relatos, as

condições nos centros de detenção eram terríveis devido à alimentação e a cuidados médicos inadequados, saneamento insuficiente e superpopulação.

Em setembro, um tribunal de relação de custódia em Jerusalém declarou inválida a política do governo de rejeitar automaticamente as solicitações de refúgio de desertores do exército da Eritreia, embora milhares tenham sido rejeitados com este argumento.

As autoridades garantiram refúgio a um sudanês pela primeira vez em junho, mas continuaram a pressionar a deixarem Israel "voluntariamente" milhares de pessoas em busca de refúgio da Eritreia e do Sudão, inclusive as detidas em Holot. Houve o relato de que mais de 2.500 pessoas concordaram em partir "voluntariamente" até o final do ano. O governo recusou-se a divulgar detalhes sobre seus acordos com as autoridades de Ruanda e Uganda, em relação a se incluíam garantias de que as pessoas em busca de refúgio que deixassem Israel voluntariamente não estariam correndo um risco real de sofrer violações graves dos direitos humanos, violando assim a proibição de *refoulement*.

OPPOSITORES CONSCIENTES

Pelo menos cinco opositores conscientes ao serviço militar foram presos. Entre eles estava Tair Kaminer, que foi mantida por quase seis meses a mais que qualquer outra mulher opositora consciente que já havia sido presa.

ITÁLIA

República da Itália

Chefe de estado: Sergio Mattarella

Chefe de governo: Paolo Gentiloni (substituiu Matteo Renzi em dezembro)

Mais de 4.500 refugiados e migrantes morreram ou desapareceram na parte central do Mediterrâneo tentando chegar à Itália, o maior número de vítimas registrado. Mais de 181.000 conseguiram chegar à Itália. A implementação por

autoridades italianas da "abordagem de ponto crítico" da União Europeia para identificar e separar refugiados de supostos migrantes em situação irregular resultou em casos de uso excessivo da força, detenção arbitrária e expulsões coletivas. Ciganos continuaram a sofrer discriminação no acesso à moradia, com milhares vivendo em campos segregados e centenas sujeitos a remoções forçadas. O parlamento aprovou leis que estabelecem a união civil para casais do mesmo gênero. A Itália continuou não conseguindo introduzir o crime de tortura em seu código penal.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Calcula-se que mais de 4.500 pessoas morreram na parte central do Mediterrâneo ao tentar chegar à Itália em embarcações superlotadas e inadequadas para navegação, o pior número já registrado.

Mais de 181 mil refugiados e migrantes chegaram à Itália vindos do norte da África – um pequeno aumento em relação aos anos anteriores. A grande maioria partiu da Líbia e foi resgatada no mar pela Guarda Costeira e Marinha italianas, por embarcações de outros países ou comerciais e, cada vez mais, por embarcações de ONGs. Destas, mais de 25.700 eram crianças desacompanhadas, mais do que o dobro de 2015. As autoridades se esforçaram para assegurar que essas pessoas fossem cuidadas de acordo com os padrões internacionais.

A Marinha italiana continuou a liderar a operação militar da União Europeia na parte sul do Mediterrâneo Central (EUNAVFOR MED Operação Sophia). Em outubro a operação começou a treinar a Guarda Costeira da Líbia, apesar de relatos de que esta estava envolvida em incidentes com tiroteios contra embarcações com refugiados e migrantes, e de que essas pessoas resgatadas e devolvidas à Líbia foram expostas a detenção arbitrária e tortura.

A "abordagem de ponto crítico" acordada pela União Europeia em 2015 para obter uma rápida identificação e seleção de

refugiados e migrantes no ponto de chegada continuou a ser implementada na Itália. Sob pressão da União Europeia para coletar as digitais de todos os que chegavam pelo mar, as autoridades italianas usaram detenções arbitrárias e força excessiva contra pessoas que se recusavam a cooperar. Diversos casos de maus tratos também foram relatados.

Pessoas traumatizadas, exaustas devido à jornada, foram entrevistadas de forma ríspida por policiais não treinados para avaliar a situação de pessoas que precisavam de proteção, não tiveram informações adequadas sobre seus direitos e as consequências legais de suas declarações. Foi considerado que milhares de pessoas não precisavam de proteção e, portanto, se apresentavam de forma irregular no país. Assim, foram emitidas ordens de expulsão ou tiveram ordens de rejeição deferidas, o que exigia que saíssem do país de forma independente. As pessoas que tiveram tais ordens expedidas e que não conseguiam efetivamente sair da Itália por falta de recursos e documentos para cruzar as fronteiras ficavam vulneráveis ao abuso e à exploração.

Cidadãos de países com quem a Itália havia negociado acordos de repatriação continuaram a ter que voltar de forma forçada a seus países de origem, geralmente dentro de alguns poucos dias após desembarcarem, gerando a preocupação de que não haviam tido o acesso adequado aos procedimentos de refúgio, e que eram deportados sem avaliação do risco que cada pessoa corria após a devolução, violando a proibição de expulsões coletivas.

Em agosto, as autoridades policiais italianas e sudanesas assinaram um Memorando de Entendimento para fortalecer a cooperação no "gerenciamento de migrações", incluindo procedimentos de célere repatriação. Apesar de as pessoas em busca de refúgio na Itália não poderem ser devolvidas ao Sudão com base neste acordo, o processo de identificação fornecido é tão superficial que poderia resultar na repatriação ao Sudão de pessoas que poderiam ser acusadas de violações dos

direitos humanos lá, o que violaria o princípio de não-devolução (*non-refoulement*).

Em 24 de agosto, um grupo de 40 pessoas identificadas com base no acordo como cidadãos sudaneses foi repatriado da Itália para o Sudão. O grupo, incluindo pessoas que fugiram da violência em Darfur antes de chegar à Itália, foi interrogado assim que chegou pelo Serviço Nacional Sudanês de Inteligência e Segurança, uma agência envolvida em graves violações dos direitos humanos no Sudão.

O sistema de recepção abrigava mais de 176.500 pessoas no final do ano, a maioria em centros de emergência. A redistribuição de solicitantes de refúgio em todo o país continuou a encontrar oposição de algumas autoridades e alguns residentes locais. Ocorreram protestos em diversas cidades, frequentemente organizados ou apoiados por grupos de extrema direita e pelo partido da Liga Norte.

Até meados de dezembro, 120 mil pessoas haviam solicitado refúgio na Itália, em comparação com 83 mil em 2015. Cidadãos nigerianos e paquistaneses eram os maiores grupos. Durante todo o ano, cerca de 40% dos solicitantes receberam alguma forma de proteção na primeira instância.

O esquema de realocação de solicitantes de refúgio da Itália e da Grécia para outros países da União Europeia, adotado pela UE em setembro de 2015, não foi concretizado. Dos 40.000 solicitantes de refúgio que deveriam ter sido realocados da Itália, apenas 2.654 se mudaram para outros países. Nenhuma criança desacompanhada foi realocada.

A Itália também concedeu acesso humanitário a cerca de 500 pessoas transferidas por meio de um esquema financiado pelas ONGs de cunho religioso S. Egdíio e a Federação de Igrejas Evangélicas da Itália.

O governo não adotou os decretos necessários para abolir o crime de "entrada e estadia ilegais", apesar de ter sido instruído a fazê-lo pelo Parlamento em abril de 2014.

Em dezembro, no caso de Khlaifia e outros versus a Itália, o Tribunal Europeu dos

Direitos Humanos considerou que migrantes tunisianos que haviam chegado à Itália em 2011 haviam sido detidos arbitrariamente, e que privados de recursos contra sua detenção antes de serem devolvidos à Tunísia.

Em novembro, promotores em Perugia, Umbria, acusaram sete policiais, uma magistrada e três diplomatas do Cazaquistão por delitos relacionados ao rapto e à expulsão ilegal para o Cazaquistão, em maio de 2013, de Alma Shalabayeva e Alua Ablyazova, esposa e filha de seis anos de Mukhtar Ablyazov, político cazaquistão da oposição. Em julho de 2013, o governo italiano rescindiu retroativamente a ordem de expulsão, reconhecendo que sua devolução forçada a Almaty violava a legislação italiana.

DISCRIMINAÇÃO

Direito dos ciganos à moradia adequada

Milhares de famílias ciganas continuaram a viver em campos segregados. Os campos apenas para ciganos se localizavam frequentemente em áreas remotas, distantes de serviços essenciais. As condições de vida em muitos campos permaneceram abaixo do padrão e frequentemente violavam as leis de moradia nacionais, bem como os padrões internacionais. Centenas de famílias ciganas foram submetidas a remoções forçadas, violando a legislação internacional.

O governo continuou sem implementar efetivamente a Estratégia Nacional de Inclusão dos Ciganos em relação à moradia. Cinco anos após sua adoção, não havia nenhum plano nacional para eliminar a segregação dos campos. Em vez disso, as autoridades continuaram a planejar e construir novos campos.

Em fevereiro, em Giugliano, próxima a Nápoles, €1.3 milhão foram designados pelas autoridades locais e regionais, com a Prefeitura de Nápoles e o Ministério do Interior, para construir um novo campo segregado para os ciganos que moravam até então no campo Masseria del Pozzo. O campo Masseria del Pozzo foi construído perto de aterros sanitários que armazenavam resíduos tóxicos em 2013, para abrigar

famílias ciganas que já haviam sofrido remoções forçadas. Em junho, após uma decisão judicial que ordenava a remoção das famílias de Masseria del Pozzo, as autoridades locais removeram à força aproximadamente 300 pessoas que ali viviam, incluindo dezenas de crianças pequenas. Não foi oferecida nenhuma alternativa, exceto a transferência para um local isolado, em uma antiga fábrica de fogos de artifício sem banheiros e eletricidade funcionando e com acesso extremamente limitado à água. Em dezembro, a comunidade ainda estava vivendo no local em condições inadequadas.

Em dezembro, o Comitê CERD expressou preocupação com os ciganos que continuavam a enfrentar remoções forçadas e segregação em campos, além de ainda serem discriminados ao tentar obter acesso à habitação social e outros benefícios relacionados.

DIREITOS LGBTI

Em maio o parlamento aprovou a Lei no. 76/2016, que estabelece a união civil de casais do mesmo gênero e as regras para casais de gêneros diferentes coabitarem, ampliando-as para a maioria dos direitos dos casais casados legalmente. Contudo, a adoção por um segundo pai ou mãe não foi abordada pela lei.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em março, o Defensor Público nacional assumiu o cargo, com autoridade para monitorar as condições de detenção e evitar a tortura e outros maus tratos. Dentre as suas responsabilidades está o monitoramento dos voos de repatriação de migrantes em situação irregular.

O Parlamento não introduziu o crime de tortura no código penal, conforme requerido pela Convenção contra a Tortura, o que deveria ter sido feito desde a ratificação pela Itália, em 1989.

O Parlamento e o governo também não chegaram a um acordo sobre medidas para a identificação de policiais, como crachás de

identificação em fardas, que facilitariam a responsabilização pelos abusos.

ÓBITOS EM CUSTÓDIA

Em julho, cinco médicos acusados de homicídio pela morte de Stefano Cucchi, uma semana após sua prisão na ala prisional de um hospital de Roma em 2009, foram absolvidos no julgamento do recurso solicitado pela Suprema Corte. Uma segunda investigação contra os policiais envolvidos em sua prisão continha alegações de que ele pode ter morrido devido ao espancamento enquanto estava sob custódia.

JAMAICA

Jamaica

Chefe de estado: **Rainha Elizabeth II, representada por Patrick Linton Allen**

Chefe de governo: **Andrew Michael Holness (substituiu Portia Simpson Miller em março)**

Assassinatos e execuções extrajudiciais continuaram. Violência contra mulheres e discriminação contra as pessoas LGBTI também continuou. Crianças continuaram a ser detidas, violando normas internacionais.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em fevereiro o Partido dos Trabalhadores da Jamaica ganhou a eleição geral, e Andrew Holness se tornou Primeiro Ministro.

Apesar de se comprometer com a criação de uma instituição nacional de direitos humanos, a Jamaica ainda não havia estabelecido o mecanismo até o final do ano.

O país continuou a ter uma das mais altas taxas de homicídios nas Américas.

POLÍCIA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Em junho, uma Comissão de Inquérito publicou seu relatório previsto há muito tempo sobre os eventos que ocorreram no oeste de Kingston durante o estado de emergência, declarado em 23 de maio de 2010, que deixou pelo menos 69 mortos. Com quase 900 páginas, o relatório identificou uma série de casos de possíveis

execuções extrajudiciais, produzindo uma série de recomendações importantes para a reforma da polícia.¹

Em uma resposta oficial, a Força Policial da Jamaica aceitou uma série de recomendações, como se comprometer a realizar revisões administrativas da conduta de agentes que tiveram seus nomes revelados no relatório dos Comissários. Contudo, a polícia continuou a se recusar a aceitar qualquer responsabilidade pelas violações dos direitos humanos ou por execuções extrajudiciais durante o estado de emergência. Até o final do ano, o governo ainda não havia indicado oficialmente como implementaria as recomendações dos membros da Comissão.

Ao mesmo tempo em que o número de homicídios pela polícia diminuiu de forma significativa nos últimos anos, 111 pessoas foram assassinadas pelos agentes encarregados de fazer cumprir a lei em 2016, em comparação com 101 pessoas em 2015. Mulheres cujos parentes foram mortos pela polícia, bem como suas famílias, passaram por situações de assédio e intimidação por parte da polícia, enfrentando diversas barreiras para obter acesso à justiça, à verdade e a reparações.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

De acordo com ONGs locais, a legislação nacional para abordar a violência contra as mulheres permanece inadequada. Por exemplo, a Lei de Crimes Sexuais continuou a definir de forma muito limitada o estupro como a penetração peniana não consensual de uma vagina por um homem, e a proteger contra o estupro marital apenas em determinadas circunstâncias. Até dezembro, mais de 470 mulheres e meninas relataram estupros durante o ano, de acordo com a polícia.

A criminalização de mulheres envolvidas em trabalho sexual continuou a colocá-las em risco de discriminação, prisão arbitrária e violência policial.²

DIREITOS DAS CRIANÇAS

A ONG Jamaicans for Justice relatou que crianças ainda estavam sendo detidas em bloqueios policiais por serem "incontroláveis", frequentemente por períodos ilegais e em condições desumanas.

DIREITOS LGBTI

Continuou não havendo proteção contra a discriminação com base na orientação sexual real ou percebida, bem como na identidade de gênero. Na ausência de proteção legal, jovens LGBTI continuaram a sofrer bullying e assédio. O sexo consensual entre homens permaneceu criminalizado.

Entre janeiro e junho, 23 pessoas relataram à ONG de direitos LGBTI J-FLAG que tinham sido agredidas fisicamente ou atacadas devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida.

Uma pesquisa publicada pela J-FLAG descobriu atitudes profundamente homofóbicas. Por exemplo, apenas 36% dos jamaicanos pesquisados disseram que permitiriam que seu filho gay continuasse a morar em casa. Quase 60% dos participantes disseram que machucariam uma pessoa LGBTI que os abordasse.

Em junho, o Procurador Geral usou as mídias sociais para criticar a Embaixada dos EUA por usar uma bandeira do Orgulho Gay após o assassinato de pessoas LGBTI em uma boate em Orlando, nos EUA.

Em agosto, pelo segundo ano consecutivo, a J-FLAG organizou atividades para comemorar a Semana do Orgulho Gay.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Mais uma vez a Jamaica falhou em ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, assinado em setembro de 2000, também não aderindo à Convenção da ONU contra Tortura, nem à Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

1. Jamaica: State of Emergency 2010 – ten things the government must learn, and ten things it must do (AMR 38/4337/2016)

2. "I feel scared all the time": A Jamaican sex worker tells her story (News Story 27 de maio de 2016)

MÉXICO

Estados Unidos do México

Chefe de estado e de governo: **Enrique Peña Nieto**

Dez anos após o início da chamada "guerra às drogas e ao crime organizado", o uso de militares em operações de segurança pública continua, e a violência em todo o país permanece interminável, apesar de campanhas difamatórias. Jornalistas continuaram a ser assassinados e ameaçados por seu trabalho. Relatos de torturas e outros maus-tratos, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e detenções arbitrárias continuaram a ocorrer. A impunidade persistiu em casos de violações de direitos humanos e crimes contra as leis internacionais. O México recebeu o maior número já visto de solicitações de asilo no país, a maioria de pessoas que fugiam da violência em El Salvador, Honduras e Guatemala. Defensores e defensoras de direitos humanos e observadores independentes estiveram sujeitos a intensas campanhas de difamação. A violência contra as mulheres permaneceu uma grande preocupação, e "alertas de gênero" foram emitidos nos estados de Jalisco e Michoacán. O Congresso rejeitou um dos dois projetos de lei apresentados sobre o casamento e a adoção por pessoas do mesmo gênero.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Partido Revolucionário Institucional, atual partido da situação,

perdeu uma série de governos em diversos estados nas eleições de junho. Um conflito social prolongado entre o governo e os sindicatos dos professores levou a protestos em massa e estradas bloqueadas em todo o país, com os sindicatos exigindo que os governos revogassem a reforma educacional de 2013.

O México completou sua transição de um sistema penal inquisitorial e escrito para um sistema baseado em julgamentos orais, após o encerramento de um período preparatório de oito anos. Muitos desafios do sistema anterior continuaram - incluindo a falha em respeitar a presunção de inocência - apesar da implementação da reforma.

Um plano de segurança com 10 itens anunciado pelo presidente Peña Nieto em novembro de 2014 ainda tinha de ser totalmente implementado, com promessas de aprovação de leis contra tortura e desaparecimentos forçados, bem como desaparecimentos por atores não estatais que ainda tinham de ser cumpridas. Um pacote de leis anticorrupção foi aprovado pelo Congresso. A nova legislação foi amplamente criticada por ficar aquém das versões anteriores.

Registros oficiais indicam que o número de soldados e fuzileiros navais nas operações de segurança em todo o país aumentou. Em outubro, o Ministro da Defesa admitiu que a guerra às drogas havia cobrado seu preço das enfraquecidas forças armadas e pediu mais clareza legal em relação a seu papel nas tarefas de segurança pública. Os legisladores votaram para discutir reformas relacionadas às forças armadas em operações de segurança.

POLÍCIA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Houve um aumento claro da violência, com 36.056 homicídios registrados pelas autoridades até o final de novembro - o número mais alto desde o início do mandato do presidente Peña Nieto em 2012 - comparado a 33.017 homicídios registrados em 2015.

Em resposta aos inúmeros protestos de movimentos de professores, as autoridades realizaram uma série de operações policiais, algumas das quais resultaram em civis mortos ou feridos. Diversos líderes dos movimentos foram presos e detidos em prisões federais. Muitos deles foram posteriormente libertados com investigações pendentes.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Aqueles que cometeram execuções extrajudiciais permaneceram impunes; os crimes não foram investigados de forma adequada. As forças armadas continuaram a contribuir para investigações em casos envolvendo militares, contrariando a reforma de 2014 do Código de Justiça Militar. Pelo terceiro ano consecutivo, as autoridades não publicaram o número de pessoas mortas ou feridas em confrontos com a polícia e as forças armadas.

Dezenas de covas coletivas foram descobertas em todo o país, frequentemente por iniciativa de grupos de familiares e não de autoridades ou peritos forenses oficiais. As autoridades locais descartaram ilegalmente mais de 100 corpos não identificados em pelo menos uma cova na cidade de Tetelcingo, no estado de Morelos. Os responsáveis pelas mortes não foram identificados.

Em 19 de junho, pelo menos oito pessoas foram mortas e dezenas feridas na cidade de Nochixtlán, no estado de Oaxaca, durante uma operação da polícia após um bloqueio na estrada como parte de uma manifestação contra a reforma educacional do governo. Uma gravação publicada pelos meios de comunicação contradisse a afirmação original das autoridades de que os policiais estavam desarmados.

Em agosto, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos descobriu que membros das polícias locais e federais torturaram pelo menos duas pessoas na cidade de Tanhuato, estado de Michoacán, em maio de 2015, como parte de uma operação de segurança; que pelo menos 22 das 43 pessoas mortas durante a operação foram vítimas de execução arbitrária, e que a polícia adulterou provas, inclusive plantando armas de fogo nas vítimas.

Investigações sobre os assassinatos de 22 pessoas cometidos por soldados em 2014 em Tlatlaya, no estado do México, ainda precisavam produzir resultados concretos. As autoridades não assumiram responsabilidade pela ordem de "abater os criminosos" (o que,

neste contexto, significava "matar"), que foi a base para as operações militares na área em 2014, nem investigaram quaisquer policiais que pudessem ter responsabilidade na cadeia de comando.

Não se teve notícia de ninguém que tenha sido processado pelos assassinato de 16 pessoas cometidos por policiais federais e outras forças de segurança em Apatzingán, estado de Michoacán, em 2015. As autoridades não investigaram adequadamente esses homicídios, nem atribuíram responsabilidade àqueles que estavam no comando.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A impunidade por torturas e outros maus-tratos permaneceu quase absoluta, com diversos relatos de espancamentos, quase asfixia com sacolas plásticas, choques elétricos, estupro e outras violências de cunho sexual que ocorreram durante as operações policiais e militares. A violência sexual usada como forma de tortura foi comum durante a prisão de mulheres.¹ Pela primeira vez em dois anos, a Procuradoria Geral Federal anunciou que apresentaria acusações de tortura contra cinco agentes federais em abril, em resposta ao vazamento de um vídeo que mostrava policiais e soldados torturando uma mulher. Ainda em abril, em um caso raro, um juiz federal condenou um general do exército a 52 anos de prisão por comandar uma operação que envolvia tortura e homicídio, bem como destruição de um cadáver no estado de Chihuahua em 2008.

Em abril, o Senado aprovou um projeto de lei para a Lei Geral sobre Tortura, em conformidade com as normas internacionais. O projeto de lei foi emendado e, até o fim do ano, permanecia pendente de votação em plenária na Câmara dos Deputados.

A Unidade Especial de Tortura da Promotoria Geral Federal relatou 4.715 solicitações de investigação de tortura que estavam em revisão no nível federal.

Como nos anos anteriores, o procedimento de perícia médica especial da Procuradoria Geral Federal para casos de suposta tortura

não foi aplicado em muitos casos, com um atraso de mais de 3.000 solicitações em espera. Em muitos casos, investigações de torturas e outros maus-tratos não continuaram sem uma perícia oficial.

Em setembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) remeteu o caso de 11 mulheres que foram submetidas à violência sexual como forma de tortura em San Salvador Atenco em 2006 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, devido à falha do México em obedecer às recomendações da Comissão no caso.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Um número recorde de solicitações de asilo foi registrado, com 6.898 pessoas alojadas até outubro - 93% sendo pessoas de El Salvador, Honduras e Guatemala. O status de refugiado foi concedido a 2.162 pessoas, apesar de estimativas de que mais de 400 mil migrantes ilegais cruzam a fronteira sul do México por ano, e que metade poderia se qualificar para o status de asilo, de acordo com organizações e acadêmicos internacionais. Na maioria dos casos, as autoridades não conseguiram informar de forma adequada os migrantes sobre seu direito de solicitar refúgio no México.

Em agosto, uma reforma constitucional para reconhecer o direito ao asilo entrou em vigor.

A implementação do Plano da Fronteira Sul levou ao aumento significativo nas operações de segurança na fronteira mexicana com a Guatemala e Belize, com relatos frequentes de extorsões, deportações em massa, sequestros e outros abusos dos direitos humanos contra migrantes. Em novembro, 174.526 migrantes ilegais foram apreendidos e detidos, e 136.420 voltaram para seus países. Entre os deportados, 97% eram da América Central. Dados do Congresso dos EUA em fevereiro mostraram os planos do governo americano de alocar US\$ 75 milhões para "reforço da segurança e da migração" na fronteira sul com o México, por meio da Iniciativa Merida.

A Procuradoria Geral criou uma nova Unidade para a Investigação de Crimes Contra Migrantes. Organizações da sociedade civil participaram da criação de um Mecanismo Mexicano para Apoio Estrangeiro em Buscas e Investigações para coordenar os esforços das autoridades mexicanas e da América Central em assegurar justiça às vítimas migrantes de desaparecimentos causados por atores não estatais e por outros crimes no México.

Em setembro, o presidente Peña Nieto anunciou um plano para pessoas refugiadas em uma reunião da ONU, reconhecendo oficialmente a crise de refugiados no México e na América Central. O plano prometia aumentar o financiamento da agência mexicana para refugiados em até 80%, para garantir que nenhuma criança migrante abaixo de 11 anos de idade fosse detida, e para fortalecer a inclusão e a integração dos refugiados no país. Em maio, um relatório especial da Comissão Nacional de Direitos Humanos identificou pelo menos 35.433 vítimas de deslocamentos internos no México, apesar do fato de que estimativas críveis baseadas em dados oficiais foram pelo menos quatro vezes maior. Em outubro, a Comissão publicou um relatório destacando as condições de pobreza nos centros de detenção de migrantes, especialmente para crianças desacompanhadas.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Desaparecimentos forçados com o envolvimento do estado e desaparecimentos cometidos por atores não estatais continuaram a ocorrer amplamente, e os responsáveis continuaram a gozar de quase absoluta impunidade. As investigações nos casos de pessoas desaparecidas continuaram a ser ineficientes e excessivamente demoradas. De maneira geral, as autoridades falharam em procurar pelas vítimas imediatamente.

Ao final do ano, 29.917 pessoas (22.414 homens e 7.503 mulheres) foram reportadas como desaparecidas. Os números do Registro Nacional de Pessoas Ausentes ou Desaparecidas não incluíam casos federais

que ocorreram antes de 2014, nem casos classificados como outros crimes como tomada de reféns ou tráfico humano.

O desaparecimento forçado e o desaparecimento causado por atores não estatais resultaram em sérios prejuízos às famílias das vítimas, o que constituiu uma forma de tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes. Dados disponíveis sugerem que a maioria das vítimas eram homens. Mulheres eram a maioria dos parentes em busca da verdade, da justiça e de reparações. Alguns parentes de pessoas desaparecidas que buscavam por familiares receberam ameaças de morte.

O Senado realizou audiências públicas com parentes de pessoas desaparecidas de acordo com a Lei Geral de Desaparecimentos, que foi apresentada ao Congresso pelo presidente Peña Nieto em dezembro de 2015. O projeto de lei permanece no Congresso.

Em março, cinco fuzileiros navais foram acusados criminalmente pelo desaparecimento forçado de Armando Humberto del Bosque Villarreal, que foi encontrado morto semanas após sua prisão arbitrária em 2013 no estado de Nuevo León.

Em abril, o Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) indicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou seu segundo relatório sobre os 43 estudantes de uma faculdade de pedagogia em Ayotzinapa, estado de Guerrero, que foram vítimas de desaparecimento forçado em setembro de 2014. O GIEI confirmou que a avaliação das autoridades de que os estudantes foram assassinados e queimados em um aterro sanitário local era cientificamente impossível. O GIEI também revelou que em outubro de 2014 policiais visitaram irregularmente uma cena que posteriormente foi ligada ao crime, manipulando provas importantes sem a permissão ou a documentação adequada. Um homem relacionado ao caso mantido sob custódia foi forçado pelas autoridades a participar da visita sem a presença de seu advogado ou qualquer supervisão de um juiz. A visita ocorreu um dia antes de o governo

descobrir um pequeno pedaço de osso no mesmo local, posteriormente identificado como pertencente ao estudante Alexander Mora Venancio. O principal agente envolvido nessas investigações pediu exoneração de seu posto na Procuradoria Geral Federal, apesar de estar em andamento uma investigação sobre sua conduta. Ele foi imediatamente indicado pelo presidente Peña Nieto para outro cargo federal de destaque. Em novembro, a CIDH apresentou seu plano de trabalho para um sistema de acompanhamento do caso de Ayotzinapa depois de recomendações do GIEI e da medida cautelar de 2014 distribuída pela CIDH solicitando que o México determinasse o status e o paradeiro dos 43 estudantes desaparecidos.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Defensores de direitos humanos e jornalistas continuaram a ser ameaçados, hostilizados, intimidados, atacados ou mortos. Pelo menos 11 jornalistas foram assassinados durante o ano. O Mecanismo Federal para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas não protegeu adequadamente defensores de direitos humanos e jornalistas. Em fevereiro, as organizações internacionais de direitos humanos denunciaram a campanha difamatória contra o GIEI e ONGs locais envolvidas no caso Ayotzinapa - uma campanha que pareceu ser tolerada pelas autoridades. O número de solicitações de proteção do Mecanismo permaneceu constante em relação ao ano anterior.

Em julho, Humberto Moreira Valdés, ex-governador do estado de Coahuila e ex-presidente do Partido Revolucionário Institucional, processou o proeminente jornalista Sergio Aguayo em US\$ 550 mil em um processo civil alegando danos morais à sua reputação devido a um editorial publicado por Sergio Aguayo. O valor excessivo exigido poderia constituir uma forma de punição e de intimidação, afetando potencialmente a liberdade de expressão no debate público.

Em agosto, o prisioneiro de consciência e defensor ambiental comunitário Ildefonso Zamora foi solto após nove meses de prisão sob falsas acusações.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

A Suprema Corte continuou a analisar o questionamento jurídico feito à Lei de Mobilidade da cidade do México de 2014. Em agosto, a Corte decidiu que a lei não deveria ser interpretada como a exigência de um regime de autorização prévia, mas apenas como regra para notificar antecipadamente as autoridades sobre qualquer manifestação planejada. A Corte decidiu ainda que a falta de provisões sobre protestos espontâneos não significava, de forma alguma, que esses atos estavam proibidos. Finalmente, ela votou em favor de uma regra proibindo protestos nas principais avenidas da cidade.

DIREITOS LGBTI

Em maio, o presidente Peña Nieto apresentou dois projetos de lei ao Congresso para a reforma da Constituição e do Código Civil Federal. A reforma constitucional proposta para garantir o direito a casamento sem discriminação foi rejeitada pelo Congresso em novembro.

A segunda reforma proposta ao Código Civil proibiria a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero, permitindo aos casais que se casassem e às pessoas que adotassem crianças; a reforma também incluiu o direito das pessoas transgênero de terem sua identidade de gênero reconhecida pelo México. O projeto de lei ainda tem de ser discutido no Congresso.

Em setembro, a jurisprudência da Suprema Corte sobre os direitos dos casais do mesmo sexo de casarem e de adotar crianças sem serem discriminados devido à sua orientação sexual e identidade de gênero se tornou obrigatória a todos os juizes do país.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência contra mulheres e meninas permaneceu endêmica. Em abril, dezenas de milhares de pessoas se manifestaram em todo o país exigindo o fim da violência contra as mulheres, incluindo o assédio sexual. O mecanismo de "Alerta de Gênero" foi ativado nos estados de Jalisco e Michoacán, após já ter sido ativado nos estados de Morelos e México no ano anterior. A falta de dados precisos, atualizados e desagregados sobre violência de gênero constituiu um obstáculo importante para abordar o problema.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Devido a uma informação de último minuto do Ministério da Economia sobre o cancelamento de duas concessões de mineração por empresas na comunidade de San Miguel Progreso, estado de Guerrero, a Corte Suprema recusou considerar o efeito que a Lei de Mineração de 1991 tinha sobre os direitos dos Povos Indígenas. Um marco legal sobre os direitos dos Povos Indígenas a um consentimento livre, prévio e bem informado permaneceu amplamente ausente do debate no legislativo, apesar do fato de que um projeto de lei foi discutido em fóruns públicos e a Comissão Nacional de Direitos Humanos emitiu uma recomendação em outubro para que o Congresso legislasse sobre essa questão. Em setembro, o município indígena de Guevea de Humboldt, estado de Oaxaca, permitiu que todas as mulheres da comunidade exercessem o direito de voto pela primeira vez nas eleições locais.

1. Surviving death: Police and military torture of women in Mexico (AMR/41/4237/2016)

MIANMAR

República da União de Mianmar

Chefe de estado e governo: **Htin Kyaw (substituiu Thein Sein em março)**

A formação de um novo governo conduzido por civis não levou a melhorias significativas na situação dos direitos humanos. A minoria Rohingya, alvo de perseguições, enfrentou mais violência e discriminação. A intolerância religiosa e sentimento anti-muçulmano se intensificaram. O confronto entre o exército e os grupos étnicos armados aumentou no norte de Mianmar. O governo restringiu ainda mais o acesso das Nações Unidas e de outras organizações humanitárias a comunidades deslocadas. Embora dezenas de prisioneiros de consciência tenham sido libertados, restrições à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica continuaram. A impunidade persistiu em relação a violações passadas e atuais dos direitos humanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O parlamento foi convocado pela primeira vez em 1 de fevereiro, após as eleições de novembro de 2015, em que a Liga Nacional pela Democracia obteve uma vitória avassaladora. Em março, Htin Kyaw foi eleito presidente e a transferência formal de poder ocorreu no mesmo mês. Aung San Suu Kyi permaneceu impedida pela constituição de assumir a presidência, mas em abril foi indicada como Conselheira de Estado, uma função criada especialmente para ela, o que a tornou a líder de facto do governo civil. Apesar disso, os militares mantiveram um significativo poder político, com 25% das cadeiras no Parlamento, o que lhes dava poder de veto sobre as alterações constitucionais e o controle sobre ministérios importantes. Os militares permaneceram independentes da supervisão civil.

DISCRIMINAÇÃO

A minoria Rohingya

A situação dos Rohingya piorou significativamente após ataques a postos policiais na fronteira ao norte do estado de Rakhine, em outubro, por supostos militantes Rohingya. Nove policiais foram mortos. As forças de segurança responderam com uma enorme operação de segurança, realizando "operações de limpeza" e vedando a área, impedindo a entrada das organizações humanitárias, da imprensa e dos monitores independentes dos direitos humanos. As forças de segurança foram responsáveis por assassinatos ilegais, disparo a esmo contra civis, estupro e prisões arbitrárias.¹ Dezenas de milhares de pessoas ficaram desalojadas após suas casas serem destruídas e pelo menos 27 mil fugiram para Bangladesh. A resposta foi uma punição coletiva a toda a comunidade Rohingya no norte do estado de Rakhine, e a conduta das forças de segurança pode ter chegado ao nível dos crimes de guerra. O governo emitiu comunicados negando que as forças de segurança tivessem perpetrado violações dos direitos humanos. Faltou credibilidade à comissão de investigação criada pelo governo em dezembro, pois era comandada por um ex-general do exército e entre seus membros estava o chefe de polícia.

Em todos os locais do estado de Rakhine a situação continuava grave, com os Rohingya e outros grupos muçulmanos enfrentando restrições severas à sua liberdade de circulação. Eles ficavam confinados às suas vilas ou campos de deslocados, separados de outras comunidades. O acesso a meios de subsistência, cuidados com a saúde, incluindo tratamentos emergenciais, segurança alimentar e educação foram bastante restringidos.

A maioria dos Rohingya continuou desprovida de nacionalidade. Os esforços do governo para reiniciar um processo de verificação de cidadania foram interrompidos. Muitos Rohingya rejeitaram esse processo por ele ser baseado na discriminatória Lei de Cidadania de 1982.

O governo criou dois comitês em uma tentativa de resolver a situação: o Comitê Central pela Implementação da Paz, da Estabilidade e do Desenvolvimento do estado de Rakhine em maio, presidido por Aung San Suu Kyi e, em agosto, a Comissão Consultiva sobre o estado de Rakhin, presidida pelo ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan.

LIBERDADE RELIGIOSA E DE CRENÇA

A discriminação, a intolerância religiosa e o sentimento antimuçulmano se intensificaram, especialmente após os ataques de outubro no estado de Rakhine. As autoridades não conseguiram tomar ações eficazes para combater o ódio de cunho religioso, nem levar os criminosos responsáveis pelos ataques contra minorias religiosas a julgamento.

Um ataque de uma quadrilha na região de Bago em junho deixou um homem ferido e destruiu uma mesquita e outro prédio muçulmano. O Ministro-Chefe da Região disse à imprensa que nenhuma ação seria tomada contra os supostos criminosos.² Em julho, uma quadrilha atacou um salão de orações em Hkapan Township, no estado de Kachin. Cinco pessoas foram presas, porém nenhuma delas foi julgada até o final do ano.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Em agosto, o novo governo realizou a "Conferência da União e da Paz no século XXI em Panglong" que procurou avançar com o processo de pacificação nacional. Esperava-se que a Conferência fosse convocada a cada seis meses. Teve a participação dos militares, de representantes da maioria dos grupos armados étnicos e do Secretário Geral da ONU.

Apesar desses esforços, a luta continuou em algumas partes do país. Entre abril e setembro, houve um aumento no confronto entre o Exército de Independência de Kachin e o Exército de Mianmar. O Exército de Mianmar recorreu a ataques aéreos, bombardeios, assassinatos e lesão de civis. Em setembro, eclodiu um foco de luta armada no estado de Kayin, quando a Força Armada da Fronteira e o Exército de Mianmar

se confrontaram com um grupo dissidente do Exército Benevolente Democrático de Karen. Mais combates ocorreram entre o Exército de Mianmar e o Exército Arakan no estado de Rakhine. Em novembro, a Aliança da Irmandade do Norte, uma nova coalizão de quatro grupos étnicos armados no norte de Mianmar, lançou ataques coordenados a postos de segurança no estado de Kachin e no norte de Shan. Os grupos disseram que os ataques eram uma resposta às ofensivas contínuas do Exército de Mianmar.

Relatos de violações dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário internacional em áreas de conflito armado continuaram. As violações incluíram estupro e outros crimes de violência sexual, trabalho forçado, prisões arbitrárias, tortura e outros maus tratos, uso de minas terrestres e recrutamento de crianças-soldado.

O Exército de Mianmar tinha dispensado 101 crianças e jovens adultos de suas forças até o final do ano.

FALTA DE ACESSO HUMANITÁRIO

Desde abril, o governo aumentou as restrições de acesso para a ONU e outras agências e atores humanitários às comunidades deslocadas em áreas que não estão sob seu controle no norte de Mianmar.³ Ele considerou exigir que as pessoas deslocadas nessas áreas cruzassem fronteiras internacionais para receber ajuda, uma posição que, se for implementada, violaria o direito humanitário internacional.

No estado de Rakhine, as agências humanitárias internacionais precisaram se submeter a procedimentos impraticáveis para obter autorização de viagem para fornecer serviços às comunidades vulneráveis. Após os ataques no norte do estado de Rakhine em outubro, todos os serviços humanitários pré-existent foram suspensos, afetando mais de 150 mil pessoas. Ao mesmo tempo em que os serviços foram retomados em algumas áreas, estima-se que 30 mil pessoas deslocadas não conseguiram acesso à ajuda humanitária contínua devido às operações de segurança até o final do ano.

PESSOAS REFUGIADAS E DESLOCADAS NO PAÍS

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), havia mais de 250 mil pessoas desalojadas em Mianmar. Entre elas, mais de 100 mil eram pessoas deslocadas por conflitos nos estados de Kachin e no norte de Shan, e 150 mil pessoas, de maioria Rohingya, no estado de Rakhine.

Cerca de 100 mil pessoas refugiadas continuaram morando em nove campos na Tailândia. Em outubro, foi iniciado o primeiro projeto piloto de retorno voluntário de 71 pessoas, com apoio dos governos de Mianmar e da Tailândia, da ACNUR, a agência de refugiados da ONU, e outras agências. Muitos outros refugiados continuaram na Tailândia, expressando temores sobre o retorno a Mianmar.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Em 8 de abril, uma semana após o novo governo assumir, dezenas de manifestantes estudantis detidos desde março de 2015 foram libertados. Em 17 de abril, 83 prisioneiros, incluindo muitos prisioneiros de consciência, foram libertados após o perdão presidencial.⁴

Prisioneiros de consciência permaneceram sob custódia e prisões e detenções com motivação política continuaram. Dezenas de pessoas foram investigadas por “difamação on-line” de acordo com a Lei de Telecomunicações de 2013, uma lei com um texto bastante vago usada cada vez mais para reprimir a crítica pacífica com foco nas autoridades. Em outubro, Hla Phone foi condenado a dois anos de prisão por “difamação online” e “incitação” por criticar o governo anterior e o Exército de Mianmar no Facebook.

Ex-prisioneiros de consciência continuaram a enfrentar uma série de problemas devido às condições das prisões e seu status como ex-prisioneiros, incluindo falta de cuidados médicos e psicológicos, acesso à educação e oportunidades de

emprego. Não havia programas do governo oferecendo suporte e reabilitação aos ex-prisioneiros ou a suas famílias.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

O novo governo iniciou uma revisão de determinadas leis repressivas, e revogou a Lei de Proteção do Estado de 1975 e a Lei de Provisões de Emergência de 1950, usadas para prender críticos pacíficos dos governos anteriores. Contudo, outras leis repressivas foram mantidas, deixando os defensores e defensoras dos direitos humanos vulneráveis a prisões e detenções devido a suas atividades pacíficas.⁵ Não houve transparência no processo de reforma jurídica e o Parlamento não consultou a sociedade civil e os especialistas jurídicos de forma adequada. Propostas de emendas à Lei de Reuniões e Manifestações Pacíficas de 2012 foram insuficientes face aos requisitos internacionais de legislação e padrões de direitos humanos.⁶ Um projeto de lei sobre privacidade e segurança continha diversas disposições que, se adotadas, poderiam restringir de forma arbitrária o direito à liberdade de expressão, bem como outros direitos.

Os defensores dos direitos humanos, advogados e jornalistas continuaram a enfrentar intimidações, hostilidades e vigilância das autoridades. Eles relataram estar sendo seguidos, fotografados ao comparecer a eventos e reuniões, inspeções durante a madrugada em suas casas e escritórios, e familiares hostilizados. Mulheres defensoras dos direitos humanos estavam especialmente vulneráveis ao assédio sexual e à intimidação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em outubro, o Parlamento adotou uma nova Lei de Investimentos. Contudo, não havia provisões que protegessem as pessoas contra a remoção forçada ou contra o impacto da poluição causado pelos negócios.

Em maio, os protestos recomeçaram na mina Letpadaung, após o anúncio de que ela havia começado a produzir cobre. Na

sequência, duas líderes de protestos foram acusadas de delitos penais e sentenciadas à pena máxima de quatro anos na prisão. O projeto de Letpadaung tinha um longo histórico de causar a remoção forçada e a repressão violenta de protestos contra a mina, embora ninguém tenha sido responsabilizado.

Em outubro, o Ministério da Indústria renovou a licença de funcionamento da fábrica de ácidos Moe Gyo, que processa cobre para as minas Letpadaung e S&K. A licença foi renovada apesar de sérias preocupações de que a saúde dos habitantes de vilarejos próximos havia sido gravemente afetada, e apesar de as autoridades municipais de Salyingyi terem decidido anteriormente não renovar a licença da fábrica até a avaliação de seu impacto à saúde e ao meio-ambiente.

PENA DE MORTE

Nenhuma execução foi realizada, embora os tribunais continuassem a impor penas de morte. Em janeiro, o presidente Thein Sein comutou as penas de morte de 77 prisioneiros e prisioneiras para prisão perpétua. Em outubro, o Parlamento revogou a Lei de Provisões de Emergência de 1950, que permitia a pena de morte. A pena de morte permaneceu como parte de outras leis.

IMPUNIDADE

A estrutura institucional e legislativa manteve obstáculos para condenar criminosos responsáveis por violações aos direitos humanos e para fornecer justiça, verdade e reparações às vítimas e às suas famílias. A maioria dos criminosos responsáveis por violações passadas e atuais aos direitos humanos continuaram a se esquivar da justiça.

Em janeiro, apenas alguns dias antes de ser dissolvido, o Parlamento adotou a Lei de Segurança de Ex-Presidentes, que poderia garantir a imunidade a ex-presidentes por crimes cometidos durante seus mandatos, incluindo crimes contra a humanidade, crimes de guerra e outros crimes reconhecidos pelo direito internacional.⁷

Em julho, o exército fez um raro reconhecimento público de um crime, ao anunciar que sete soldados haviam matado habitantes de uma vila no norte do estado de Shan e que um julgamento em corte marcial estava em andamento. Os soldados foram condenados a cinco anos de prisão com trabalhos forçados em setembro. Apesar de ser um passo à frente em relação à transparência militar, o caso também destacou a necessidade de reformas nos sistemas de justiça militar e civil. De acordo com a Constituição de 2008, os militares mantêm o controle sobre seus próprios processos judiciais, mesmo quando se trata de alegações de violações de direitos humanos.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Mianmar continuou ineficaz e sem independência em relação a respostas aos relatos de violações dos direitos humanos. Em outubro, quatro membros da Comissão renunciaram após a imprensa informar que tinham negociado um acordo financeiro em um caso envolvendo trabalho infantil forçado e maus tratos.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Pela primeira vez em 25 anos, a Assembleia Geral da ONU não adotou uma resolução sobre Mianmar após a União Europeia decidir não propor um texto preliminar. Nenhuma das principais recomendações relacionadas a direitos humanos em resoluções anteriores havia sido totalmente implementada.⁸

A Relatora Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar fez duas visitas oficiais ao país. Apesar de o acesso dela às informações ter melhorado, ela informou uma vigilância constante e hostilidades para com os membros da sociedade civil com quem ela teve contato. Ela também relatou ter descoberto um dispositivo de gravação colocado por um oficial do governo durante uma reunião da comunidade no estado de Rakhine.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou o resultado do processo da Revisão Periódica Universal

(RPU) da ONU sobre Mianmar. Embora Mianmar tenha aceitado mais da metade das recomendações, foram rejeitadas as recomendações principais sobre os direitos à liberdade de expressão, de associação e manifestação pacífica e da situação dos Rohingya.⁹ Em julho, o Comitê das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher levantou questões sobre leis discriminatórias, barreiras no acesso à justiça para mulheres e meninas, bem como sua representação insuficiente no processo de paz.¹⁰

Ainda não houve acordo para estabelecer um Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Mianmar.

1. "We are at breaking point": Rohingya - Persecuted in Myanmar, neglected in Bangladesh (ASA 15/5362/2016)
2. Myanmar: Investigate violent destruction of mosque buildings (News story, 24 June)
3. Myanmar: Lift restrictions immediately on humanitarian aid (News story, 24 October)
4. Myanmar: Continue efforts to release all remaining prisoners of conscience (ASA 16/3981/2016)
5. New expression meets old repression: Ending the cycle of political arrests and imprisonment in Myanmar (ASA 16/3430/2016)
6. Myanmar: Open letter on amending the Peaceful Assembly and Peaceful Assembly and Procession Act (ASA 16/4024/2016)
7. Myanmar: Scrap or amend new law that could grant immunity to former president (News story, 28 January)
8. Myanmar: Why a UNGA resolution is still needed (ASA 16/4745/2016)
9. Myanmar: Amnesty International calls on Myanmar to protect the rights of Rohingya and to release all prisoners of conscience (ASA 16/3670/2016)
10. Myanmar: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women (ASA 16/4240/2016)

MOÇAMBIQUE

República de Moçambique

Chefe de estado e de governo: **Filipe Jacinto Nyusi**

As forças de segurança e membros apoiadores da oposição cometeram violações de direitos humanos com impunidade, entre os quais assassinatos, tortura e outros maus-tratos. Milhares de

pessoas refugiadas fugiram para o Malawi e para o Zimbábue. Pessoas que expressaram divergência ou criticaram as violações de direitos humanos, a instabilidade militar e financeira ou as dívidas escondidas do país enfrentaram ataques e intimidação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Embates violentos continuaram acontecendo entre o partido da situação, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o principal partido de oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), no centro de Moçambique.

Em 5 de março, o Presidente Nyusi convidou Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, para conversar sobre “restaurar a paz no país”. As conversas entre membros da FRELIMO e da RENAMO começaram. Em 10 de junho, as equipes concordaram em convidar mediadores internacionais para facilitar as conversas sobre quatro assuntos: A RENAMO governar as seis províncias que alega ter ganhado nas eleições de 2014; fim das atividades armadas; formação de forças armadas, polícia e serviços de inteligência conjuntos; e o desarmamento e reintegração dos membros armados da RENAMO.

Em agosto, os mediadores apresentaram uma proposta de acordo. Entretanto, os partidos discordaram sobre a condição que impunha ao governo a retirada de suas forças armadas da região de Gorongosa, onde Afonso Dhlakama fica baseado, e não chegaram a um acordo. As conversas continuaram até o fim do ano.

Em abril, a existência de um empréstimo escondido de mais de USD 1 bilhão para despesas com segurança e defesa veio à tona. A divulgação levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros doadores internacionais a suspender a ajuda financeira para Moçambique, até que aconteça uma auditoria internacional independente. Em agosto, uma comissão de inquérito parlamentar foi formada para investigar o caso, mas a maioria dos membros era da FRELIMO então foi boicotada pelo RENAMO. As descobertas da comissão foram discutidas no Parlamento em 9 de dezembro em sessão

fechada. Até o fim do ano, o relatório ainda não havia sido publicado.

A situação de direitos humanos de Moçambique foi avaliada no processo de Revisão Periódica Universal da ONU em junho. O país aceitou 180 recomendações e rejeitou 30. Recomendações sobre a ratificação da Convenção Internacional contra o desaparecimento forçado e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), e sobre a liberdade de expressão e prestação de contas corporativa estavam entre as rejeitadas.¹

IMPUNIDADE

Há relatos de que membros das forças armadas, policiais e agentes do serviço secreto tenham violado direitos humanos de uma série de pessoas que eles acreditavam ser membros ou apoiadores da RENAMO. Essas violações incluíram execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos, detenções arbitrárias e destruição de propriedades. A impunidade para crimes como esses, reconhecida pelas leis internacionais, e para violações de direitos humanos continuou.

Em 10 de maio, Benedito Sabão, agricultor de subsistência da cidade de Catandica, na província de Manica, foi preso arbitrariamente, sofreu maus tratos e foi baleado por pessoas suspeitas de serem agentes do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE), supostamente por Benedito apoiar a RENAMO. Ele sobreviveu ao ataque, mas continuou recebendo ameaças.² Até o fim do ano, as pessoas suspeitas de serem responsáveis pelo crime não tinham sido identificadas, muito menos levadas à justiça.

Em junho, um grupo de agricultores de subsistência moçambicanos vivendo num campo de refugiados no Malawi disse que seu vilarejo, na província de Tete, em Moçambique, tinha sido invadido por quatro veículos com cerca de 60 civis com armas de fogo e facões; o vilarejo tinha sido rotulado como base da RENAMO. Os agressores incendiaram o vilarejo e as plantações a partir das quais os agricultores locais tiravam

seu sustento. Os refugiados acreditam que esses homens eram membros das forças armadas.

Houve relatos de que membros e apoiadores da RENAMO saquearam unidades de saúde e realizaram ataques em estradas e delegacias, o que resultou em uma série de mortes entre a população geral e ataques à polícia e às forças armadas. O governo não investigou nem processou os crimes cometidos contra a população por membros e apoiadores da RENAMO.

Em maio, a mídia local e internacional e organizações da sociedade civil relataram a descoberta de corpos não identificados e de uma vala comum na região de Gorongosa. Foi iniciada uma investigação em junho, mas nem os corpos nem as pessoas responsáveis pelas mortes haviam sido identificados até o fim do ano.

Em 8 de outubro, Jeremias Pondeca, membro sênior da RENAMO e integrante da equipe de mediação para encerrar o conflito entre a RENAMO e o governo, foi morto a tiros na capital, Maputo, por homens não identificados. Acredita-se que eram membros de um esquadrão da morte composto por agentes de segurança. Até o fim do ano, os responsáveis pelo crime não tinham sido identificados.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

De acordo com o ACNUR, agência da ONU para pessoas refugiadas, cerca de 10 mil moçambicanos buscaram refúgio no Malawi e no Zimbábue. O governo moçambicano não os reconheceu como refugiados, mas como migrantes econômicos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Intimidação e ataques contra pessoas que expressaram divergência ou visões críticas, incluindo jornalistas, defensoras e defensores de direitos humanos ocorreram durante o ano todo.

Em 23 de maio, o comentarista político e professor universitário José Jaime Macuane foi sequestrado em sua casa em Maputo por homens não identificados. Acredita-se que

eram membros de um esquadrão da morte composto por agentes de segurança. Os homens atiraram em suas pernas e o jogaram na beira de uma estrada no distrito de Marracuene, 30 km ao norte de Maputo. Os sequestradores disseram ter ordens para deixá-lo aleijado. José Jaime Macuane havia abordado publicamente questões de governança política, os embates contínuos entre a FRELIMO e a RENAMO, as dívidas escondidas e violações ao direito à liberdade de expressão. Até o fim do ano, os responsáveis pelo sequestro e pelos tiros não tinham sido identificados.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Após a descoberta das dívidas escondidas em abril, um protesto foi convocado anonimamente por meio de mensagens de texto e mídias sociais. Em 25 de abril, a polícia anunciou que todos os protestos não autorizados seriam reprimidos. Em 28 e 29 de abril, a polícia reforçou sua presença nas ruas de Maputo, mas não houve protestos.

Em maio, partidos políticos sem representação parlamentar e organizações da sociedade civil organizaram um protesto pacífico contra as dívidas escondidas do país, a instabilidade militar e política. No entanto, o Conselho Municipal de Maputo não permitiu que o protesto acontecesse.

João Massango, membro líder do Partido Ecologista, foi um dos organizadores do protesto. Em 20 de maio, ele foi vítima de uma tentativa de sequestro e foi espancado por homens não identificados. Acredita-se que eram membros de um esquadrão da morte composto por agentes de segurança de Maputo. Até o fim do ano, os responsáveis pelo ataque não haviam sido identificados.

-
1. Mozambique: Amnesty International welcomes commitment to investigate extrajudicial executions, torture and other ill-treatment (AFR 41/4449/2016)
 2. Mozambique: Accused of being opposition member, shot at: Benedito Sabão (AFR 41/4099/2016)

NICARÁGUA

República da Nicarágua

Chefe de estado e de governo: **Daniel Ortega Saavedra**

Conflitos relacionados à terra na Região Autônoma do Atlântico Norte geraram ataques violentos contra o povo indígena Misquito. Defensores e defensoras dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaças e intimidações devido ao seu trabalho. Comunidades indígenas e negras denunciaram violações de seus direitos à consulta e à autorização livre, prévia e informada no contexto do desenvolvimento do Grande Canal Interoceânico.

Comunidades e organizações de direitos humanos expressaram preocupação em relação ao potencial impacto negativo do Canal em suas vidas. O aborto continua totalmente proibido.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em novembro, Daniel Ortega da Frente de Libertação Nacional Sandinista (FSLN, na sigla em espanhol) foi reeleito presidente para um terceiro mandato consecutivo. Rosario Murillo, sua esposa, foi eleita Vice-Presidente pela primeira vez. De acordo com relatórios da mídia, a FSLN também aumentou sua representação no Congresso.

DIREITOS DAS MULHERES

Casos de violência contra a mulher continuaram ocorrendo sem justiça. Um observatório local gerenciado por organizações dos direitos das mulheres relatou que entre janeiro e outubro houve 44 feminicídios, e que 30 deles permanecem sem julgamento.

Mulheres pobres continuaram a ser as principais vítimas de mortalidade materna, e a Nicarágua tem uma das mais altas taxas de gravidez na adolescência na região das Américas. O aborto foi proibido em todas as circunstâncias, mesmo quando essencial para salvar a vida da mulher.

GRANDE CANAL INTEROCEÂNICO

A proposta de construir o Grande Canal Interoceânico continuou a gerar controvérsias, com organizações da sociedade civil reportando uma série de potenciais violações de direitos humanos ligadas ao projeto. De acordo com as organizações locais, se for construído, o canal levaria à remoção de milhares de pessoas, afetando diretamente a subsistência de comunidades de camponeses, povos indígenas, entre outras.

Em abril, membros do Conselho Nacional para a Defesa da Terra, dos Lagos e da Soberania Nacional apresentaram um projeto de lei ao Primeiro Secretário da Assembleia Geral apoiado por quase 7 mil assinaturas, exigindo que a lei que regula o Canal seja revogada. Em abril, a proposta foi rejeitada devido à falta de competência.¹O assunto foi encaminhado para a Suprema Corte e a decisão ainda estava pendente até o fim do ano.²

Em fevereiro, líderes de comunidades indígenas e negras Rama-Kriol afetadas levaram seu caso ao tribunal nacional. Eles afirmam que os oficiais haviam pressionado as comunidades a autorizar o projeto. De acordo com o processo, 52% da rota do Canal afetaria as comunidades indígenas e negras Rama-Kriol.³

Em maio, autoridades da comunidade Rama-Kriol entraram com uma ação em um Tribunal de Segunda Instância. As autoridades da comunidade alegaram que o acordo de autorização prévia, livre e informada para a implementação do Grande Canal Interoceânico havia sido assinado sem um processo efetivo de consulta. Em junho, o Tribunal de Apelação declarou a petição improcedente. Em julho, líderes comunitários e autoridades abriram outro processo na Suprema Corte e a decisão estava em aberto até o final do ano.⁴

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A violência explodiu na Região Autônoma do Atlântico Norte. Os povos indígenas Misquito foram ameaçados, atacados, submetidos à

violência sexual, assassinados e deslocados de forma forçada por colonos não indígenas.

Contra este histórico de conflito territorial e falta de medidas de proteção efetivas do Estado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos garantiu medidas cautelares em favor dos povos Misquito. Além disso, em setembro, o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos sentenciou o Estado a adotar imediatamente todas as medidas necessárias para acabar com a violência e garantir o respeito ao direito à vida, à integridade pessoal e territorial e à identidade cultural.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Em junho, um abrigo controlado pela Fundação Civil para o Apoio a Mulheres Vítimas de Violência foi invadido. Não houve evidência de qualquer tentativa séria de investigar o incidente por parte das autoridades.

Em junho, seis ativistas ambientais estrangeiros foram detidos e expulsos do país. No mesmo contexto, diversos membros de comunidades que haviam expressado publicamente suas preocupações sobre o impacto do Grande Canal Interoceânico em suas criações foram detidos por um curto período.

Em agosto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos garantiu medidas preventivas em favor de defensores e defensoras dos direitos humanos no Centro de Justiça e Direitos Humanos da Costa Atlântica da Nicarágua. De acordo com a Comissão, os defensores afirmaram terem recebido ameaças de morte devido ao seu trabalho em defesa dos direitos indígenas.

Em outubro, o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos realizou uma audiência do caso *Acosta versus Nicarágua*. De acordo com sua família, Francisco García, que foi assassinado em 2002, se tornou alvo devido ao seu trabalho de diretor do Centro de Assistência Jurídica para Pessoas Indígenas. Seus parentes alegam que o Estado falhou em investigar o ataque de forma diligente.

Além disso, a Coordenadora do Conselho Nacional para a Defesa da Terra, do Lago e da Soberania Nacional reportou intimidações e assédios contra ela e seus familiares. Ela havia denunciado ativamente o potencial impacto do Grande Canal Interoceânico sobre as comunidades de camponeses da Nicarágua.

1. Nicarágua: The state must guarantee the security and integrity of communities peacefully demonstrating their concerns over construction of the Canal (AMR 43/3887/2016)
2. Nicaragua: Authorities must listen to those expressing concern over the Grand Interoceanic Canal (AMR 43/4744/2016)
3. Nicaragua side-lines local communities over multi-billion dollar canal (News story, 9 February 2016)
4. Nicaragua: El Estado nicaragüense no debe ignorar a las comunidades indígenas y afrodescendientes que demandan el respeto a sus derechos (AMR 43/4919/2016)

NIGÉRIA

República Federativa da Nigéria

Chefe de estado e de governo: **Muhammadu Buhari**

O conflito entre os militares e o grupo armado Boko Haram continuou, gerando uma crise humanitária que afetou mais de 14 milhões de pessoas. As forças de segurança continuaram a cometer graves violações dos direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. A polícia e os militares continuaram a cometer torturas e outros maus-tratos. As condições na prisão militar eram rigorosas. A violência entre comunidades ocorreu em muitas partes do país. Milhares de pessoas sofreram remoções forçadas.

CONFLITO ARMADO

Boko Haram

O Boko Haram continuou a cometer crimes de guerra e crimes contra a humanidade no nordeste, afetando 14,8 milhões de pessoas. O grupo continuou a realizar ataques e invasões em pequena escala durante o ano. As forças armadas nacionais e regionais

recapturaram importantes cidades do controle do Boko Haram.

Em sua resposta aos ataques do Boko Haram, os militares continuaram a realizar prisões arbitrárias, detenções, maus-tratos e execuções extrajudiciais de pessoas suspeitas de serem combatentes do Boko Haram - atos que culminaram em crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade.

Em maio, o exército prendeu 737 homens como suspeitos de integrar o Boko Haram, que foram transferidos para prisões em Maiduguri, capital do estado de Borno. Alguns deles foram acusados de serem "vagabundos incorrigíveis", o que levou a sentenças de dois anos de prisão e/ou multa.

Em abril, o Ministério da Defesa iniciou a Operação Corredor Seguro para "reabilitar combatentes arrependidos e rendidos do Boko Haram".

Em 13 de outubro, 21 meninas de Chibok em idade escolar, raptadas em 2014, foram libertadas pelos combatentes do Boko Haram após negociações. Das 219 meninas de Chibok raptadas, 196 permaneciam desaparecidas.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Havia ainda pelo menos dois milhões de pessoas internamente deslocadas (IDP) no norte da Nigéria; 80% delas vivia em comunidades anfitriãs, e o restante vivia nos campos. Os campos em Maiduguri permaneceram superlotados, com acesso inadequado a alimentos, água potável e saneamento.

Nos chamados territórios inacessíveis no estado de Borno, dezenas de milhares de IDP foram mantidos em campos sob a tutela de guardas armados pelos militares da Nigéria e a Força Civil de Ação Conjunta (CJTF, na sigla em inglês), uma milícia de civis patrocinada pelo estado formada para combater o Boko Haram. A maioria dos IDP não tinha permissão para deixar os campos e não recebiam alimentos, água, nem cuidados médicos apropriados. Milhares de pessoas morreram nesses campos devido à severa desnutrição. Em junho, em um campo sob

vigilância em Bama, no estado de Borno, a ONG Médicos Sem Fronteiras relatou que mais de 1.200 corpos haviam sido enterrados ao longo do período de um ano.

Tanto o CJTF quanto o exército foram acusados de exploração sexual de mulheres nos campos de IDP em troca de dinheiro ou comida, ou em troca de deixá-las sair dos campos.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Os militares prenderam arbitrariamente milhares de jovens, mulheres e crianças, que fugiram para a segurança de cidades retomadas, incluindo Banki e Bama, no estado de Borno. Essas prisões foram amplamente baseadas em perfis aleatórios dos homens, especialmente os jovens, em vez de se basearem na suspeita razoável de que tenham cometido um crime devidamente reconhecido como tal. Na maioria dos casos, as prisões foram feitas sem investigação adequada. Outras pessoas foram detidas de forma arbitrária conforme tentavam fugir do Boko Haram. As pessoas detidas pelos militares não tiveram acesso a suas famílias, nem a advogados, e não foram levadas a julgamento. Mais de 1.500 pessoas detidas foram liberadas ao longo do ano.

As prisões em massa pelos militares de pessoas que fugiam do Boko Haram levaram à superpopulação das instalações prisionais militares. Nas instalações prisionais militares dos quartéis de Giwa, Maiduguri, as pessoas detidas sofriam com doenças, desidratação e inanição em celas superlotadas. Ao menos 240 detidos morreram durante o ano. Corpos foram secretamente enterrados no cemitério de Maiduguri pela equipe da agência de proteção ambiental do estado de Borno. Entre os mortos estavam pelo menos 29 crianças e bebês, com idades entre recém-nascidos e 5 anos.

Nos quartéis de Giwa, crianças com menos de cinco anos ficavam detidas em três celas femininas superlotadas e insalubres, junto com pelo menos 250 mulheres e meninas por cela. Algumas crianças nasceram na prisão.

IMPUNIDADE

Houve uma contínua falta de responsabilização por graves violações dos direitos humanos cometidas por agentes de segurança. Nenhuma investigação independente e imparcial de crimes cometidos pelos militares ocorreu, apesar das repetidas promessas do presidente em maio. Contudo, representantes militares seniores que alegaram ter cometido crimes de acordo com leis internacionais permaneceram sem investigação, o major-general Ahmadu Mohammed foi readmitido ao exército em janeiro. Ele estava no comando das operações quando os militares executaram mais de 640 detidos após um ataque do Boko Haram ao centro de detenção nos quartéis de Giwa em 14 de março de 2014.

Em seu relatório preliminar de novembro, o escritório da Promotoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou que continuará sua análise de quaisquer novas alegações de crimes cometidos na Nigéria e sua avaliação sobre a admissibilidade dos oito casos potenciais identificados em 2015, para decidir se os critérios para abrir uma investigação foram cumpridos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em junho, o governo lançou um programa para limpar a contaminação causada por derramamento de óleo e restaurar o meio-ambiente da região de Ogoniland, no Delta do Níger. Houve centenas de derramamentos durante o ano.

O governo continuou sem conseguir responsabilizar as empresas do setor, incluindo a Shell. Ele não ofereceu a supervisão necessária para assegurar que as empresas evitassem derramamentos ou que respondessem por isso. A Agência Nigeriana de Resposta e Detecção de Vazamentos de Petróleo (NOSDRA) permaneceu ineficaz e certificou áreas que continuavam contaminadas como limpas.

Em março, duas comunidades do Delta do Níger afetadas por derramamentos de óleo

abriram um processo contra a Shell na corte do Reino Unido.

Empresas do setor de petróleo continuaram a colocar a culpa em sabotagens e furtos por sua ineficiência em evitar derramamentos ou restaurar áreas contaminadas. As alegações foram baseadas em uma investigação falha do derramamento de óleo realizada pelas empresas petrolíferas, em vez da NOSDRA.

Delta do Níger

Em janeiro, o grupo armado Vingadores do Delta do Níger começaram a atacar e explodir tubulações na região. O governo respondeu aumentando significativamente a presença militar na região. As atividades dos Vingadores do Delta do Níger causaram redução na produção do petróleo.

PENA DE MORTE

Três homens foram secretamente executados em 23 de dezembro na prisão de Benim, estado de Edo. Um deles havia sido sentenciado à morte pelo tribunal militar em 1998, o que significa que ele não tinha direito de apelar. Os juízes continuaram a emitir sentenças de morte durante todo o ano. Em 4 de maio, o Senado resolveu decretar uma lei que considerava a pena de morte como punição para raptos, após o crescimento de sequestros em todo o país. Uma série de estados decretou ou propôs leis similares.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO — JORNALISTAS

O governo prendeu pelo menos 10 jornalistas e blogueiros, alguns sem julgamento.

Em agosto, Abubarak Usman, um blogueiro influente, foi preso em Abuja pela agência anticorrupção da Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, acusando-o de se opor à Lei de Crimes Cibernéticos. A Comissão não apontou quais foram as cláusulas específicas violadas pelo blogueiro, e ele foi solto sem ser acusado formalmente. Em setembro, Jamil Mabai foi preso pela polícia por postar comentários no Facebook e

no Twitter com críticas ao governo do estado de Katsina.

No início de setembro, o editor Emenike Iroegbu foi preso em Uyo, no estado de Akwa Ibom, por suposta difamação.

Em 5 de setembro, Ahmed Salkida, um jornalista nigeriano radicado nos Emirados Árabes Unidos foi declarado procurado pelos militares e, depois, preso pelos serviços de segurança estaduais na chegada à Nigéria. Ele estava entre três pessoas presas e detidas por um curto período por suspeita de ligação com o Boko Haram e por facilitar a liberação do vídeo do Boko Haram sobre as meninas sequestradas de Chibok. Posteriormente ele foi solto, mas seu passaporte continuou confiscado.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

As forças de segurança interromperam protestos e manifestações pacíficas, em alguns casos de forma violenta e com uso excessivo da força. Em 6 de setembro, a polícia conteve membros do movimento Traga Nossas Meninas de Volta (Bring Back Our Girls). Eles enviaram notificação sobre o protesto e se reuniram pacificamente do lado de fora do escritório e residência do presidente em Abuja para exigir a libertação das meninas raptadas de Chibok.

Em 22 de setembro, em Abuja, a polícia disparou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar um protesto pacífico do Movimento Islâmico na Nigéria, resultando em alguns pequenos ferimentos.

Um grupo de apoiadores da independência de Biafra foi detido – muitos deles desde o final de janeiro – por tentarem realizar ou participar de reuniões pacíficas. Em várias ocasiões, as forças de segurança usaram força excessiva contra ativistas pró-Biafra em todo o sudeste da Nigéria.

ASSASSINATOS ILEGAIS

Os militares ocuparam 30 dos 36 estados da Nigéria e o território da capital federal de Abuja, aonde realizavam funções de policiamento de rotina, incluindo de manifestações pacíficas. A ocupação militar para vigiar manifestações públicas contribuiu

para o número de execuções extrajudiciais e homicídios. Desde janeiro, em resposta à agitação contínua de ativistas pró-Biafra, as forças de segurança arbitrariamente prenderam e mataram pelo menos 100 membros e simpatizantes do grupo Pessoas Indígenas de Biafra (IPOB, na sigla em inglês). Alguns desses presos foram submetidos a desaparecimentos forçados.

Em 9 de fevereiro, soldados e agentes de polícia atiraram em cerca de 200 membros IPOB que haviam se reunido para uma oração no Colégio Nacional na Aba, no estado de Abia. Imagens de vídeo mostraram soldados atirando em membros do IPOB pacíficos e desarmados; pelo menos 17 pessoas foram mortas e muitas ficaram feridas.

Nos dias 29 e 30 de maio, pelo menos 60 pessoas foram mortas em uma operação de segurança conjunta realizada pelo exército, a polícia, o Departamento de Segurança do Estado e a Marinha. Ativistas pró-Biafra se reuniram para celebrar o Dia da Lembrança de Biafra em Onitsha. Não foi iniciada nenhuma investigação relacionada a esses assassinatos até o final do ano.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Em 3 de abril, Chijioke Mba foi preso pela unidade antissequestro das forças policiais em Enugu, por pertencer a uma sociedade ilegal. Sua família e advogado não o viram mais desde maio.

Em 16 de agosto, Sunday Chucks Obasi foi sequestrado de sua casa em Amuko Nnewi, no estado de Anambra, por cinco homens armados suspeitos de serem agentes de segurança da Nigéria em um veículo com placa de registro do governo. Testemunhas disseram que ele foi ferido durante o incidente. Seu paradeiro permanece desconhecido até o momento.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A polícia e os militares continuaram a cometer tortura e outros maus-tratos durante o interrogatório de suspeitos ou detidos para extrair informações e supostas confissões. O Esquadrão Especial Antirroubo (SARS) da

polícia frequentemente cometia torturas e outros maus-tratos durante os interrogatórios.

Em setembro, o inspetor-geral da polícia advertiu o SARS sobre as torturas e os encorajou a seguirem o devido processo legal.

Em 18 de maio, Chibuikwe Edu morreu sob custódia da polícia, depois de ter sido preso por roubo e ficado detido por duas semanas pelo SARS em Enugu. As autoridades policiais estavam investigando o incidente. Até o final do ano, ninguém foi responsabilizado.

A Assembleia Nacional ainda estava para aprovar o projeto de lei antitortura que visa proibir e criminalizar a tortura. Em junho, o PL passou por sua primeira leitura no Senado. Anteriormente havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e revisado pela Comissão de Reforma das Leis da Nigéria. A versão revisada deveria ser debatida no Senado.

VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES

Violência entre comunidades ocorreu em muitas partes do país. Muitos incidentes estavam ligados a persistentes confrontos entre pastores e comunidades agrícolas.

Em fevereiro, pelo menos 45 pessoas morreram em Agatu, estado de Benue, após ataques cometidos supostamente por pastores. Em abril, ao menos nove pessoas foram mortas supostamente por pastores na Comunidade Nimbo/Ukpabi, no estado de Enugu. A comunidade disse que havia avisado as autoridades sobre o ataque que estava para ocorrer, mas as forças de segurança não conseguiram impedi-lo. Cinco pessoas detidas pela polícia devido às mortes estavam aguardando julgamento.

Em maio, pelo menos duas pessoas foram mortas na Comunidade Oke-Ako, no estado de Ekiti, supostamente por pastores. Em resposta, em agosto, o governo do estado promulgou uma lei que proíbe o gado em terras não designadas para esse fim no estado.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Ibrahim El-Zakzaky, líder do Movimento Islâmico da Nigéria (IMN), permaneceu em detenção, incomunicável e sem julgamento desde sua prisão em dezembro de 2015. Entre 12 e 14 de dezembro de 2015, os soldados mataram mais de 350 manifestantes e simpatizantes do IMN em dois locais em Zaria, no estado de Kaduna.

Centenas de membros do IMN foram presos e continuaram sendo mantidos em centros de detenção nos estados de Kaduna, Bauchi, Plateau e Kano.

Em 11 de abril, as autoridades do estado de Kaduna admitiram para uma Comissão de Inquérito Judicial que haviam secretamente enterrado 347 corpos em uma vala comum dois dias depois do massacre de dezembro de 2015.

Em 15 de julho, a Comissão apresentou seu relatório ao governo do estado, acusando o exército nigeriano de homicídios ilegais. Em dezembro, o governo do estado de Kaduna publicou seu informe oficial sobre o relatório, que rejeitou a maioria das recomendações da Comissão.

Em 22 de setembro, a Comissão Nacional de Direitos Humanos divulgou um relatório acusando o IMN e os militares pelo assassinato de membros do IMN. No mesmo dia, a polícia bloqueou manifestantes do IMN e jogou bombas de gás lacrimogêneo em seus membros durante um protesto para exigir a libertação de seu líder. Em 6 de outubro, o governador do estado de Kaduna declarou o IMN uma sociedade ilegal. Após a declaração, membros do IMN foram violentamente atacados em vários estados em todo o país, incluindo Kaduna, Kano, Katsina e Plateau. Diversos membros do IMN também foram presos ou detidos pelos militares.

DIREITO À MORADIA

Remoções forçadas de milhares de pessoas, impactando vários de seus direitos, ocorreram em pelo menos dois estados e no Território da Capital Federal de Abuja.

Em fevereiro, um Tribunal de Inquérito criado pelo governo do estado de Lagos descobriu que o governo não havia conseguido consultar, compensar e fornecer de forma genuína e adequada o reassentamento prometido de comunidades agrícolas que foram violentamente expulsas de suas casas e terras entre 2006 e janeiro de 2016.

Entre 2 e 5 de julho, o governo do estado de Rivers expulsou violentamente mais de 1.600 residentes na Ilha de Eagle alegando que era para combater o crime.

Após as remoções forçadas de março e setembro, em 9 de outubro o governador do estado de Lagos anunciou planos para iniciar a demolição de todos os assentamentos ao longo das orlas costeiras do estado. A justificativa foi a necessidade de responder a incidentes de sequestro. Não havia planos anunciados para consultar as comunidades antes da remoção.

Em 15 de outubro, centenas de residentes da comunidade costeira de Ilubirin foram removidos violentamente de suas casas. Entre 9 e 10 de novembro, mais de 30.000 moradores de Otodo Gbame, uma comunidade costeira no estado de Lagos, foram removidos violentamente quando autoridades estatais incendiaram e demoliram suas casas com uma escavadeira. Em 11 de novembro, centenas de moradores foram removidos violentamente de outra comunidade costeira vizinha, Ebute Ikate, no estado de Lagos.

DIREITOS DAS MULHERES

Em setembro, o Projeto de Lei de Gênero e Igualdade de Oportunidades para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres foi aprovado após sua segunda leitura no Senado. Embora a Nigéria tenha ratificado a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 1985, ainda era necessário nacionalizar a Convenção como parte das leis do país.

DIREITOS LGBTI

A lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo gênero permaneceu em vigor. A polícia continuou a prender pessoas LGBTI. Homens percebidos como gays foram atacados por multidões, além de serem alvo de extorsão e chantagem.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em maio, o estado de Bayelsa aprovou a Lei de Direitos das Crianças, elevando para 23 o número de estados que aprovaram a lei. Além disso, a Assembleia Estadual de Enugu aprovou a lei em agosto; o Governador ainda deveria dar o seu aval.

PALESTINA

Estado da Palestina

Chefe de estado: **Mahmoud Abbas**

Chefe de governo: **Rami Hamdallah**

As autoridades palestinas na Cisjordânia e administração de facto do Hamas na Faixa de Gaza continuaram restringindo a liberdade de expressão, se utilizando até mesmo da prisão e detenção de críticos e oponentes políticos. Elas também restringiram o direito de manifestação pacífica e usaram força excessiva para dispersar alguns protestos. Tortura e outros maus-tratos de detidos continuaram frequentes tanto em Gaza, quanto na Cisjordânia. Julgamentos injustos de civis em tribunais militares continuaram em Gaza; os detidos foram mantidos sem acusação, nem julgamento na Cisjordânia. Mulheres e meninas enfrentaram discriminação e violência. Os juízes de Gaza continuaram a emitir sentenças de morte e o Hamas foi responsável pelas execuções. Não houve sentenças de morte ou execuções na Cisjordânia.

INFORMAÇÕES GERAIS

As negociações entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, liderada pelo Presidente Mahmoud Abbas, continuaram

paradas, apesar dos esforços internacionais para que fossem retomadas. A tensão continua entre o Fatah e o Hamas debilitou o governo palestino de unidade nacional formado em junho de 2014. A administração de facto do Hamas continuou tendo o controle de Gaza.

O bloqueio israelense por terra, água e ar sobre Gaza, em vigor desde junho de 2007, continuou. As restrições constantes sobre a importação de materiais de construção impostas pelo bloqueio e falta de financiamento contribuíram para os atrasos prolongados na reconstrução de casas e outras infraestruturas danificadas ou destruídas nos conflitos armados recentes. As restrições constantes às exportações feriram a economia e exacerbaram a pobreza já difundida entre os 1,9 milhões de habitantes de Gaza. O fechamento quase total da fronteira com Rafah pelas autoridades egípcias completou o isolamento e aumentou o impacto do bloqueio israelense.

Em junho, o primeiro-ministro Hamdallah afirmou que as eleições municipais aconteceriam em 8 de outubro. No entanto, a Suprema Corte da Palestina decidiu, em setembro, que as eleições deveriam ser suspensas indefinidamente devido ao controle israelense que impedia participação dos palestinos de Jerusalém Oriental e à ilegalidade dos tribunais locais de Gaza. As duas autoridades palestinas hostilizaram e detiveram candidatos da oposição antes da decisão da justiça.

Houve um aumento marcado na tensão em Nablus, Jenin e outras províncias da Cisjordânia, onde homens armados afiliados ao Fatah confrontaram forças de segurança, resultando em algumas mortes.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em fevereiro, o presidente Abbas sancionou a lei de proteção juvenil, abrindo caminho para a criação, em março, da primeira vara juvenil da Cisjordânia, em Ramallah.

Em março, o presidente sancionou a Lei de Seguro Nacional, criando pela primeira

vez um sistema de previdência social para trabalhadores do setor privado e suas famílias. A nova lei cobre temas como pensões para os idosos e deficientes e benefícios por acidentes de trabalho para os trabalhadores no setor privado da Palestina. Organizações da sociedade civil criticaram a nova lei, argumentando que ela não prevê padrões mínimos de proteção e justiça social, e pode aumentar a marginalização dos mais vulneráveis.

Em abril, um decreto presidencial estabeleceu um Supremo Tribunal Constitucional palestino, composto por nove juizes, com supremacia sobre todos os tribunais palestinos. Foi uma medida vista amplamente como exemplo sem precedentes de interferência do executivo no judiciário. Em outubro, o presidente do Supremo Conselho Judicial foi destituído do cargo. Ele declarou em entrevista para a mídia que tinha sido forçado a assinar sua demissão na época de sua posse.

Em dezembro, o presidente removeu a imunidade de cinco membros do Conselho Legislativo Palestino, incluindo oponentes políticos, depois que um julgamento pela Suprema Corte Constitucional o permitiu fazer isso. A medida foi criticada por organizações da sociedade civil por enfraquecer o estado de direito e a separação dos poderes.

A Palestina ratificou em junho as emendas de Kampala ao Estatuto de Roma referentes ao crime de agressão. Representantes da Promotoria do Tribunal Penal Internacional visitaram Israel e a Cisjordânia, mas não viajaram até Gaza.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Autoridades de segurança na Cisjordânia, inclusive a Segurança Preventiva e o Serviço de Inteligência, e de Gaza, em especial o Serviço de Segurança Interna, prenderam e detiveram arbitrariamente críticos e apoiadores de organizações políticas rivais. Na Cisjordânia, forças de segurança usaram a detenção administrativa por ordem de governadores para reter detentos sem

acusação ou julgamento por períodos de até vários meses.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Tanto na Cisjordânia quanto em Gaza, as autoridades não garantiram o cumprimento dos direitos básicos de devido processo legal, como acesso imediato a advogados e o direito de ser acusado ou liberado. As forças de segurança palestinas na Cisjordânia detiveram pessoas por longos períodos sem julgamento, por ordem de governadores regionais, e atrasaram ou não cumpriram os mandados para soltar os detidos em dezenas de casos. Em Gaza, tribunais militares do Hamas continuaram a condenar os réus, inclusive civis, em julgamentos injustos, sentenciando alguns à morte.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de detentos continuaram sendo prática comum, cometida com impunidade pela polícia e outras forças de segurança da Palestina na Cisjordânia, e pela polícia e outras forças de segurança do Hamas em Gaza. Nas duas áreas, havia crianças entre as vítimas. A Comissão Independente de Direitos Humanos, instituição nacional de direitos humanos da Palestina, relatou ter recebido um total de 398 alegações de tortura e outros maus-tratos de detentos entre janeiro e novembro: 163 da Cisjordânia e 235 de Gaza. A maioria das reclamações nas duas áreas foi sobre a polícia. As alegações de tortura em Gaza não foram investigadas de forma independente pelo governo de unidade nacional da Palestina nem pela administração de fato do Hamas. Os culpados também não foram responsabilizados.

Basel al-Araj, Ali Dar al-Sheikh e outros três homens alegaram ter sido mantidos sem comunicação por agentes da Inteligência Geral, além de terem sido torturados e terem sofrido maus tratos durante quase três semanas, depois de serem presos em 9 de abril. Disseram que foram espancados, forçados a ficarem em posições de estresse e privados de sono, o que os levou a instaurar uma greve de fome em protesto, em 28 de

agosto. Os agentes, então, os confinaram à solitária durante o período da greve de fome. Eles foram liberados sob fiança e apresentados ao tribunal de Ramallah em 8 de setembro, sob acusações que incluíam a posse ilegal de armas, e liberados sob fiança dois dias depois. Seus julgamentos estavam ainda em andamento no final do ano.

Ahmad Izzat Halaweh morreu na prisão Jeneid em Nablus, em 23 de agosto, pouco depois de ter sido preso. Um porta-voz do governo de unidade nacional afirmou que agentes de segurança tinham espancado gravemente Ahmad Halaweh antes de sua morte. As autoridades começaram uma investigação liderada pelo Ministro da Justiça. No fim do ano, a investigação ainda estava em andamento.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

As autoridades na Cisjordânia e em Gaza cercearam direitos de liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica, hostilizando, prendendo e detendo críticos e apoiadores de rivais políticos e dispersando protestos à força, agredindo jornalistas e outras pessoas.

Na Cisjordânia, a polícia prendeu o professor universitário Abd al-Sattar Qassem em fevereiro, depois de criticar as autoridades palestinas na TV al-Quds, uma emissora afiliada ao Hamas. Ele foi acusado de incitação e liberado sob fiança depois de cinco dias.

Em Gaza, agentes do Serviço de Segurança Interna detiveram brevemente o jornalista Mohamed Ahmed Othman em setembro. Ele relata ter sido submetido a tortura e outros maus-tratos, numa tentativa de forçá-lo a revelar a fonte de um documento do governo que tinha publicado. Foi liberado no dia seguinte, sem nenhuma acusação. Foi intimado novamente dois dias depois de ser liberado.

Em fevereiro, uma greve de dois dias dos professores da Cisjordânia, que reclamavam dos salários baixos, se transformou em várias semanas de greve geral, após a intervenção pesada das forças de segurança da

Palestina. Foram armados bloqueios nas ruas em torno de Ramallah para evitar que os professores se juntassem às manifestações e 22 professores foram presos. Os presos foram soltos em seguida, sem acusações. Os professores continuaram sendo hostilizados até o fim do ano, tendo como alvo os que estavam organizando um sindicato novo.

ASSASSINATOS ILEGAIS

As forças de segurança na Cisjordânia mataram pelo menos três homens e feriram outros, no exercício de suas atividades de aplicação da lei.

Em 7 de junho, Adel Nasser Jaradat foi morto a tiros por forças de segurança da Cisjordânia em Silet al-Harethiya, vilarejo a noroeste de Jenin. As autoridades não responsabilizaram os culpados.

Em 19 de agosto, forças de segurança mataram Fares Halawa e Khaled al-Aghbar em Nablus sob circunstâncias desconhecidas. Embora as autoridades locais afirmem que ambos tenham sido mortos em confrontos, testemunhas dizem que eles estavam vivos e desarmados quando foram capturados pelas forças de segurança. A investigação ainda estava em andamento no fim do ano.

Em Gaza, a ala militar do Hamas, as Brigadas Izz al-Din al-Qassam, executaram sumariamente um de seus membros, Mahmoud Rushdi Ishteivi, em 7 de fevereiro, depois que o grupo afirmou que “seus tribunais militar e Sharia” o tinham condenado por “excessos morais e comportamentais”. A família da vítima disse que ele tinha sido mantido incomunicável pelas Brigadas desde 21 de janeiro de 2015. A administração de facto do Hamas em Gaza não tomou nenhuma medida para investigar ou trazer os culpados do assassinato à justiça.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram enfrentando discriminação na lei e na prática, e não tiveram proteção adequada contra violência sexual e de outros tipos, incluindo os chamados crimes de “honra”.

Há relatos de mulheres e meninas que foram mortas por parentes homens em crimes de “honra”.

Em fevereiro, o procurador-geral emitiu uma decisão criando uma unidade de processos criminais especializada em investigar e processar casos de violência familiar e violência contra a mulher.

PENA DE MORTE

A pena de morte continuou em vigor para o assassinato e outros crimes. O judiciário da Cisjordânia não emitiu nenhuma sentença de morte durante o ano.

Em maio, membros do Bloco de Mudança e Reforma, o grupo parlamentar do Hamas em Gaza, abriram caminho para que as autoridades de Gaza executem prisioneiras cujas sentenças não tenham sido ratificadas pelo presidente palestino, contrariando a Lei Básica da Palestina de 2003 e a Lei de Procedimento Penal de 2001.

PAQUISTÃO

República Islâmica do Paquistão

Chefe de estado: **Mamnoon Hussain**

Chefe de governo: **Muhammad Nawaz Sharif**

Grupos armados continuam a atacar civis, incluindo funcionários do governo, o que resultou em centenas de fatalidades. As forças de segurança, em especial a guarda paramilitar em Karachi, cometeram violações dos direitos humanos com quase total impunidade. Execuções continuaram, com frequência após julgamentos injustos. Agentes estatais e não estatais discriminaram minorias religiosas. Apesar da nova lei em Punjab para proteger as mulheres da violência, os chamados crimes de “honra” continuam a ser reportados. Defensores e defensoras de direitos humanos e jornalistas sofreram ameaças, perseguição, e abuso cometidos pelas forças de segurança e grupos armados. Minorias continuam enfrentando discriminação de uma gama de direitos sociais e econômicos. O acesso a serviços

de saúde de qualidade, principalmente para mulheres pobres e da zona rural, continua limitado.

INFORMAÇÕES GERAIS

A operação Zarb-e-Azb, uma ofensiva militar paquistanesa contra grupos armados não estatais que começou em junho de 2014, continuou no Waziristão do Norte e na agência tribal de Khyber. Conflitos armados e violência continuaram em níveis significantes, particularmente nas províncias de Khyber Pakhtunkhwa, o Território Federal das Áreas Tribais (FATA, na sigla em inglês), Balochistan e Sindh.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos, formada em maio de 2015, continuou sem equipe e outros recursos suficientes, apesar de o orçamento finalmente ter sido aprovado pelo parlamento. As preocupações sobre o escopo limitado da Comissão continuam, em relação à investigação de casos de violações de direitos humanos supostamente cometidas por agências do Estado.

No final de setembro, a tensão na fronteira entre a Índia e o Paquistão aumentou, com os países trocando acusações de violações de direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Houve violações recorrentes por ambos os lados do cessar-fogo de 2003, com tiroteios sobre a Linha de Controle. A Índia alega ter realizado um “ataque cirúrgico” contra os militantes paquistaneses na área administrada pelo Paquistão, Caxemira Livre, porém isso é negado pelo Paquistão.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados continuam a realizar ataques, apesar do Plano de Ação Nacional estabelecido pelo governo para lutar contra o terrorismo. O Plano foi implementado na sequência de um ataque do Talibã em uma escola militar em Peshawar em dezembro de 2014, que matou pelo menos 14 pessoas, a maioria crianças.

Em 20 de janeiro, homens armados mataram pelo menos 30 pessoas, a maioria

alunos e professores, num ataque à Universidade Bacha Khan, em Charsadda, no noroeste do Paquistão. O comandante do Talibã Paquistanês assumiu a responsabilidade. Ele alega ter planejado o ataque à escola militar em Peshawar em 2014, mas a informação foi contestada.¹ Em seguida, o exército alegou ter apreendido cinco pessoas que “facilitaram” o ataque.

Em 16 de março, um ônibus com funcionários do governo foi bombardeado em Peshawar e pelo menos 15 pessoas foram mortas e 25 ficaram gravemente feridas.²

Em 8 de agosto, um ataque suicida matou pelo menos 63 pessoas, a maioria advogados, e deixou mais de 50 feridos no Hospital Civil em Quetta, sudoeste do Paquistão. As pessoas haviam se reunido para acompanhar em luto o corpo de Bilal Anwar Kasi, presidente da Associação de Advogados do Baluchistão, morto por um atirador mais cedo no mesmo dia.³

POLÍCIA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Agentes de segurança, incluindo a Guarda, uma força paramilitar sob o comando do Exército Paquistanês, perpetraram violações de direitos humanos como prisões arbitrárias, tortura e outros maus-tratos, além de execuções extrajudiciais. Leis e práticas de segurança, além da ausência de mecanismos independentes para investigar e responsabilizar os agentes de segurança, permitiram que as forças do governo cometessem essas violações com impunidade quase total. Entre as vítimas estavam membros de partidos políticos, em particular do Movimento Muttahida Qaumi (MQM), e defensores de direitos humanos.

Em 1º de maio, policiais à paisana prenderam Aftab Ahmed, membro sênior do MQM. Em 3 de maio, depois de ter sido colocado sob a custódia da Guarda, surgiram notícias de sua morte, junto com fotos que, aparentemente, mostravam feridas causadas por tortura.⁴ O Diretor-Geral da Guarda de Sind reconheceu publicamente que Aftab Ahmet havia sido torturado, porém negou que suas forças fossem responsáveis pela sua morte. De acordo com relatos da mídia,

cinco soldados da Guarda foram suspensos após uma investigação exigida pelo Diretor de Funcionários do Exército, mas nenhuma outra informação foi publicada.

Até o fim do ano, houve pouco progresso no caso do Dr. Asim Hussain, membro sênior do Partido Popular do Paquistão e ex-ministro federal que supostamente sofreu com maus-tratos e falta de cuidados médicos adequados enquanto esteve detido pela Guarda em 2015. Asim Hussain foi preso sob acusações como “estar envolvido em crimes relacionados à apropriação indevida de fundos e apoio e financiamento de atividades terroristas e outras atividades/ligações criminosas com o uso de autoridade puníveis de acordo com a Lei Antiterrorismo de 1997”.

Agentes de segurança detiveram diversos ativistas sem julgamento ao longo do ano. Muitos ainda correm o risco de sofrer tortura e outros maus-tratos.

De acordo com informações publicadas em agosto pela Comissão Paquistanesa de Inquéritos sobre Desaparecimentos Forçados, 1.401 dos mais de 3.000 casos de desaparecimentos ainda não foram investigados pela Comissão.

PENA DE MORTE

Desde a suspensão da moratória de seis anos sobre as execuções, em dezembro de 2014, mais de quatrocentas foram realizadas. Algumas das pessoas executadas eram adolescentes no momento do crime ou sofriam de uma doença mental.

Juízes civis e militares emitiram sentenças de morte, em muitos casos depois de julgamentos injustos. Ao contrário das exigências das leis internacionais, os 28 crimes que receberam pena de morte incluíam crimes não letais.

TRIBUNAIS MILITARES

Em 2015, foi dada aos tribunais militares, jurisdição para julgar todos os acusados de crimes relacionados ao terrorismo, inclusive civis. Em janeiro de 2016, o governo havia constituído 11 cortes militares para ouvir esses casos.

Em agosto, a Suprema Corte entrevistou pela primeira vez nos casos desses tribunais, mantendo os veredictos e penas de morte impostos a 16 civis. A Corte decidiu que os réus não haviam conseguido provar que os militares tivessem violado seus direitos constitucionais ou deixado de seguir os procedimentos legais. De acordo com os advogados, foi negado aos acusados o acesso a representantes jurídicos de sua escolha e aos registros do tribunal militar para preparar seus recursos. Alega-se que alguns dos acusados foram submetidos a desaparecimento forçado, tortura e outros maus-tratos, e segundo os relatórios, pelo menos dois eram menores de 18 anos quando foram presos.

DISCRIMINAÇÃO — MINORIAS RELIGIOSAS

Atores estatais e não estatais continuaram a discriminar minorias religiosas, tanto muçulmanos quanto não muçulmanos, na lei e na prática. As leis contra blasfêmia continuaram em vigor e vários casos novos foram registrados, a maioria em Punjab. Essas leis infringem os direitos à liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião. As minorias, em especial ahmadis, hazaras e dalits, continuaram a enfrentar acesso restrito a empregos, serviços de saúde, educação e outros serviços básicos.

Mumtaz Qadri, segurança condenado pelo assassinato do governador de Punjab em 2011 por ter criticado as leis contra blasfêmia, foi executado em fevereiro. Milhares de pessoas compareceram ao seu funeral, que foi sucedido por protestos na capital, Islamabad, Lahore e Karachi onde os manifestantes danificaram propriedades públicas, atacaram estações de imprensa e entraram em confronto com a polícia.

Asia Noreen, uma cristã condenada à morte por blasfêmia em 2010, permanece presa em Shekhpura. Em 13 de outubro, a Suprema Corte agendou para ouvir seu caso em última instância, mas acabou adiando indefinidamente.

Grupos armados atacaram um parque em Lahore em 27 de março, matando pelo

menos 70 pessoas, muitas delas crianças, e ferindo muitas outras. Uma facção do Talibã Paquistanês, Jamaat-ul-Ahrar, assumiu a responsabilidade pelo ataque, dizendo que tinha como alvo os cristãos celebrando a Páscoa.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A Comissão Paquistanesa de Direitos Humanos registrou quase três mil casos de violência contra mulheres e meninas, incluindo assassinato, estupro e estupro coletivo, sodomia, violência doméstica e sequestros.

A Lei de Proteção das Mulheres contra Violência de Punjab foi aprovada pela Assembleia Provincial de Punjab, apesar da oposição dos partidos muçulmanos.

Uma emenda de lei chamada crimes “de honra” foi criada para acabar com a impunidade para esses crimes, porém permitia pena de morte como punição e permitia aos criminosos terem suas sentenças reduzidas se conseguissem perdão da família da vítima. Permaneceu indefinido como as autoridades irão distinguir entre um “crime de honra” e outros assassinatos, quais os padrões de provas que se aplicariam ou em que penalidades resultariam. A crítica principal de ONGs e ativistas de direitos humanos era que a penalidade imposta não deveria depender do perdão da família da vítima. De acordo com a Comissão de Direitos Humanos do Paquistão, ao menos 512 mulheres e meninas, e 156 homens e meninos, foram mortos em 2016 por familiares para preservar a “honra”. Como muitos casos não foram informados, ou foram descritos falsamente como suicídios ou mortes naturais, o número real é, seguramente, muito mais alto. Qandael Baloch, uma celebridade das redes sociais foi drogada e morta pelo irmão em julho. Ele confessou ter matado a irmã por “desonrar o nome Baloch”.

O casamento infantil também é motivo de preocupação. Em janeiro, uma proposta de lei para aumentar a idade mínima do casamento legal para 18 anos para as

meninas foi retirada devido à pressão do Conselho de Ideologia Islâmica, que a considerou “não islâmica e blasfema”.

DIREITO À SAÚDE — MULHERES E MENINAS

O acesso a serviços de saúde de qualidade, principalmente para mulheres pobres e da zona rural, continuou limitado devido a barreiras de informação, distância e custo, além das normas sociais e do padrão de comportamento referentes à saúde e bem-estar das mulheres.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO — JORNALISTAS

Os profissionais da mídia continuam sofrendo assédios, sequestros e, por vezes, assassinatos. Os habitantes da FATA e Baluquistão, e os que trabalhavam em questões de segurança nacional estiveram particularmente em risco.

De acordo com a Fundação Paquistanesa de Imprensa, em outubro, ao menos dois trabalhadores da mídia foram mortos, 16 ficaram feridos e um foi raptado, todos por motivos profissionais.. As autoridades, em geral, não forneceram proteção adequada aos trabalhadores contra os ataques por grupos armados não estatais, agentes de segurança, ativistas políticos e grupos religiosos. Dos 49 profissionais da imprensa assassinados desde 2001, apenas quatro foram condenados, até o fim de 2016. Em março, um homem condenado pelo assassinato do jornalista Ayub Khattak, em 2013, foi condenado à prisão perpétua e a pagar uma multa.

Zeenat Shahzadi, jornalista sequestrada por homens armados em agosto de 2015 em Lahore, continua desaparecida. A Comissão de Direitos Humanos do Paquistão acredita que ela tenha sido levada por agentes de segurança. Em outubro, Cyril Almeida, editor-assistente do jornal Dawn, foi colocado por um curto período na Lista de Controle de Saída, que proíbe certas pessoas de deixar o Paquistão. O gabinete do primeiro-ministro havia se oposto a um artigo que ele escreveu sobre as tensões entre funcionários civis do

governo e os militares. Algumas semanas depois, as autoridades creditavam ao Ministro das Informações a responsabilidade pelo vazamento de informações que levou ao relatório do Cyril Almeida.

A Autoridade Reguladora de Mídia Eletrônica do Paquistão, reguladora federal das redes de transmissão, restringiu os dados da mídia emitindo multas, ameaçando cancelar as licenças de transmissão e, em alguns casos, com ameaças de processos. A autocensura era rotina, devido a essas medidas e ao medo de represálias das agências de inteligência e dos grupos armados.

Uma nova lei sobre crimes cibernéticos — a Lei de Prevenção de Crimes Eletrônicos — foi aprovada em agosto, dando às autoridades amplos poderes para vigiar cidadãos e censurar a expressão on-line. Havia o receio de que ela colocaria em risco o direito à liberdade de expressão e à privacidade, além do acesso à informação.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Atores estatais e não estatais continuam a perseguir, ameaçar, deter e matar defensores e defensoras dos direitos humanos, especialmente no Baluquistão, FATA e Karachi.

Em 8 de maio, o Talibã do Paquistão matou Khurram Zaki, proeminente ativista dos direitos humanos e editor de websites, em Karachi. Um porta-voz de uma facção do Talibã do Paquistão afirmou que o motivo do assassinato foi a campanha contra Abdul Aziz, clérigo da Mesquita Vermelha de Islamabad.

Em 16 de janeiro, o pessoal da Guarda prendeu o defensor dos direitos humanos Saeed Baloch, defensor das comunidades pesqueiras, em Karachi. Devido à pressão nacional e internacional, ele foi levado ao tribunal em 26 de janeiro e solto mediante o pagamento de fiança em agosto.

De acordo com testemunhas, o defensor dos direitos humanos Wahid Baloch foi sequestrado em 26 de julho por homens mascarados à paisana, que se acredita

serem representantes das forças de segurança de Karachi.⁵ Ele foi liberado em 5 de dezembro.

Uma diretriz foi implantada no início de 2016, exigindo que as ONGs internacionais obtivessem consentimento do governo para funcionar e angariar fundos. Num clima cada vez mais hostil para trabalhar com direitos humanos, forças de segurança perseguiram e intimidaram vários funcionários de ONGs.

Em setembro, o Ministério do Interior fechou a Taangh Wasaib, uma ONG que trabalhava pelos direitos das mulheres e contra a intolerância religiosa, afirmando que a organização estava envolvida em “atividades duvidosas”.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

A situação legal de 1,4 milhão de pessoas refugiadas afegãs ficou cada vez mais precária com a intensificação da hostilidade e aumento de abusos, como agressões físicas. As autoridades estimam que mais um milhão de refugiados afegãos não registrados estejam vivendo no país.

Funcionários de alto escalão do Paquistão ameaçaram expedir o retorno forçado de todos os refugiados afegãos. Em 29 de junho, as autoridades ampliaram o direito de permanência legal dos refugiados registrados no país, porém só até março de 2017.

Após o ataque à escola militar pública em Peshawar em dezembro de 2014, a polícia tinha como alvo os assentamentos afegãos, ela demoliu suas casas e submeteu refugiados a assédio e detenções arbitrárias.

DIREITOS TRABALHISTAS

Apesar da Lei (de Abolição) do Sistema de Servidão por Dívida de 1992, a prática ainda continua, em especial nas olarias e indústrias têxteis e entre as castas reconhecidas (dálits).

-
1. Pakistan: Pakistan: Armed attack on Bacha Khan University a potential war crime (News story, 20 January)
 2. Pakistan: Pakistan: Government must deliver justice for victims of Peshawar bus bombing (News story, 16 March)

3. Pakistan: Pakistan: Attack on Quetta hospital abhorrent disregard for the sanctity of life (News story, 8 August)
4. Pakistan: Pakistan: Investigation crucial after Karachi political activist tortured and killed in custody (News story, 4 May)
5. Pakistan: Pakistan: Human rights defender at risk of torture (ASA 33/4580/2016)

PARAGUAI

República do Paraguai

Chefe de estado e governo: **Horacio Manuel Cartes Jara**

Os dados sobre a redução da pobreza melhoraram, apesar de crianças e adolescentes continuarem a ser os mais afetados. Os povos indígenas continuaram a ter negados os seus direitos à terra e ao consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos que os afetam. Os povos indígenas e os negros enfrentaram discriminação racial. Um projeto de lei para eliminar todas as formas de discriminação ainda precisava de aprovação no final do ano. Houve relatórios de violações à liberdade de expressão e sobre a perseguição de defensores dos direitos humanos e jornalistas. O aborto permaneceu criminalizado e a gravidez de crianças e adolescentes continuou a ser uma preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em outubro, um novo Ouvidor foi indicado, após o cargo ficar vago por sete anos.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em janeiro, o registro de direitos humanos do Paraguai foi analisado seguindo o processo de Revisão Periódica Universal da ONU (RPU). O Conselho de Direitos Humanos fez uma série de recomendações, incluindo a aprovação de um projeto de lei para eliminar todas as formas de discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero no Paraguai; desenvolver sistemas jurídicos para prevenir e punir a violência contra mulheres e meninas; reforçar a proteção dos direitos dos povos indígenas; proteger o livre exercício da liberdade de imprensa,

expressão e opinião; e abordar a impunidade às violações dos direitos humanos cometidas contra defensores dos direitos humanos e jornalistas. O Paraguai aceitou todas as recomendações, exceto as relacionadas à descriminalização do aborto.

Em outubro, o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial da ONU publicou seu relatório e observação final sobre o Paraguai com base nos relatórios periódicos quatro a seis. O Comitê fez uma série de recomendações, incluindo encorajar o Paraguai a adotar ações afirmativas para superar a discriminação sistêmica contra os povos indígenas e negros. O Comitê também destacou a proteção deficiente do Estado aos direitos de consulta prévia dos povos indígenas sobre suas terras, territórios e recursos.

Em novembro, a Relatora Especial da ONU sobre o direito à alimentação visitou o Paraguai e conheceu autoridades e membros da sociedade civil. Seu relatório sobre a visita deve ser apresentado em 2017.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em fevereiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu medidas cautelares para as comunidades Ayoreo Totobiegosode que vivem em isolamento voluntário, solicitando ao governo paraguaio que proteja as comunidades contra terceiros que busquem acesso às suas terras ancestrais. Em outubro, o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial requisitou ao Paraguai que obedeça integralmente essas medidas de precaução.

Em outubro, a Comunidade Yakye Axa permaneceu sem acesso às suas terras, apesar de uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenando que o governo construísse uma rota de acesso. O Comitê para Eliminação da Discriminação Racial também requisitou ao Paraguai que intensifique os esforços para cumprir efetivamente a decisão da Corte.

O caso relacionado à propriedade da terra desapropriada da comunidade Sawhoyamasa ainda estava em aberto no final do ano, apesar de, em junho de 2015, o Supremo

Tribunal de Justiça ter rejeitado a solicitação levada por uma empresa de criação de gado para diminuir os efeitos de uma lei aprovada para devolver a terra à comunidade.

Em outubro, o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial incentivou o Paraguai a tomar medidas eficazes para resolver os problemas relacionados ao acesso a alimentos, água potável, saneamento e desnutrição infantil entre os povos indígenas e os negros que vivem em zonas rurais.

DIREITO À MORADIA — REMOÇÕES FORÇADAS

Em setembro, membros do Senado fizeram uma denúncia ao Procurador Geral sobre a remoção forçada de 200 famílias da comunidade Guahory *campesino* (agricultores de pequeno porte) e o fracasso do governo na investigação da situação. Em dezembro, outro despejo ocorreu nessa comunidade, durante um processo de diálogo entre membros da comunidade Guahory e representantes do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra, com o objetivo de avaliar informações relacionadas à propriedade de terras na comunidade.

Em setembro, organizações de direitos humanos informaram o despejo forçado da comunidade Avá de Guarani de Sauce, por conta da instalação da usina hidrelétrica de Itaipu.

SISTEMA JUDICIÁRIO

Em julho, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos expressou preocupação com a condenação de 11 trabalhadores rurais ligados a um massacre em Curuguaty em 2012, que resultou em 17 mortos. Houve denúncias de irregularidades durante processos relacionados ao direito a uma defesa adequada e ao devido processo legal.

Em outubro, seguindo uma recomendação da RPU, o Senado iniciou um processo para criar um comitê independente para investigar o massacre de Curuguaty, a fim de garantir o acesso à justiça para as vítimas e seus familiares.

DIREITOS DAS MULHERES E MENINAS

Em dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei 5.777 sobre a proteção abrangente de mulheres contra todas as formas de violência. O feminicídio foi reconhecido como um delito distinto e passível de punição com no mínimo de 10 anos de prisão. Foi proibida a exigência de conciliação entre as vítimas de violência e os criminosos. A previsão é de que a lei entre em vigor depois de um ano.

A gravidez entre meninas e jovens adolescentes atingiu níveis altíssimos. Em outubro, o Centro para Documentação e Pesquisa relatou ter havido em média entre 500 e 700 meninas grávidas com idades entre 10 e 14 anos a cada ano. Preocupações semelhantes foram levantadas no relatório da UNFPA *Young Paraguay* (Jovem Paraguai) que indicava que a gravidez nesse grupo tinha aumentado em mais de 62,6% na última década. As causas principais encontradas foram a violência contra as mulheres, a exclusão social e a cultura machista.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em novembro, um anteprojeto de lei foi apresentado para estabelecer mecanismos de proteção para os jornalistas, profissionais da imprensa e defensores dos direitos humanos. O fato de o assassinato de 17 jornalistas não ter sido investigado e processado desde 1991 esteve entre os principais motivos por trás da demanda por proteção adicional.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

A advogada e defensora dos direitos humanos Julia Cabello Alonso foi avisada de que teria seu registro na Ordem dos Advogados do Paraguai cassado. Ela não poderia mais exercer sua profissão por conta de uma suposta falta de cumprimento da ética profissional ao defender a restituição de terras aos povos indígenas.

No seu relatório de outubro, o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial

recomendou que o Paraguai tome medidas para reforçar a proteção dos defensores e defensoras dos direitos humanos, incluindo os líderes indígenas e defensores dos direitos dos povos indígenas contra intimidação, ameaças e ações arbitrárias por funcionários governamentais.

Do mesmo modo, o Conselho de Direitos Humanos recomendou que o Paraguai lute contra a impunidade por todas as violações contra defensores e defensoras dos direitos humanos, inclusive assassinatos, que investigue as alegações de práticas abusivas por forças policiais e de segurança direcionadas aos povos indígenas, e que todos os responsáveis passem pelo devido processo legal.

PERU

República do Peru

Chefe de estado e de governo: **Pedro Pablo Kuczynski Godard** (substituiu **Ollanta Moisés Humala Tasso** em julho)

Além da falta de proteção, houve um aumento notável na violência contra grupos marginalizados, em especial mulheres e meninas, povos indígenas e pessoas LGBTI. O governo ratificou o Tratado sobre o Comércio de Armas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em junho, Pedro Pablo Kuczynski Godard foi eleito presidente no segundo turno das eleições.

Mais de 200 casos de protestos foram registrados, e cerca de 70% deles eram relacionados a disputas entre comunidades, empresas extrativistas e o governo sobre a propriedade e uso de recursos naturais, bem como a proteção do meio ambiente.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Os defensores e defensoras dos direitos humanos foram hostilizados, ameaçados e atacados nos protestos, em especial nos relacionados a questões ambientais, de

terras e territórios. A polícia usou força excessiva e desnecessária, e até armas letais, para reprimir os protestos. Em outubro, Quintino Cereceda foi morto com um tiro na cabeça quando a polícia dispersou um protesto contra um projeto de mineração em Las Bambas e na região de Apurímac.

Em duas ocasiões, Máxima Acuña e sua família foram atacadas e intimidadas por seguranças da mineradora de Yanacocha, que destruiu suas lavouras. A empresa alegou estar exercendo seu “direito de defesa da posse”. Máxima Acuña, sua família e 48 outros ativistas e fazendeiros de pequeno porte da região de Cajamarca foram beneficiários de medidas cautelares concedidas em 2014 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos para garantir sua segurança.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A investigação sobre as mortes de quatro líderes Asháninka, da região de Ucayali, mortos em 2014 supostamente por madeireiros ilegais, ainda não havia sido concluída no final do ano. Os líderes já tinham denunciado o desmatamento ilegal contínuo em seu território.

Durante o ano, houve treze vazamentos de petróleo no oleoduto no norte do país, contaminando a água e terras pertencentes aos povos indígenas na bacia amazônica. Organizações indígenas nas áreas afetadas entraram em greve em setembro, exigindo que o governo abordasse questões como a saúde da população e reparações por danos ao meio ambiente. Em dezembro, as organizações indígenas e o governo assinaram um acordo sobre este tema.

Em setembro, o Tribunal Criminal de Bagua inoentou 53 indígenas que haviam sido acusados de crimes como o assassinato de doze policiais em confrontos com forças de segurança em 2009. Até o fim do ano, nenhuma autoridade do governo havia sido processada por seu papel na intensificação do conflito.

IMPUNIDADE

Houve progresso na investigação de violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno (1980 a 2000).

Em junho, a Lei de Buscas de Pessoas Desaparecidas foi aprovada.

Em julho, começou o julgamento de onze militares acusados de cometer violência sexual contra mulheres da zona rural entre 1984 e 1995 em Manta e Vilca, na região de Huancavelica.

Em agosto, dez militares foram condenados pela execução extrajudicial de 69 pessoas no vilarejo de Accomarca em 1985. Havia 23 crianças entre as vítimas.

Em setembro, três oficiais de alta patente foram acusados de serem responsáveis pelo desaparecimento forçado de dois estudantes e um professor em porões dos quartéis do Serviço de Inteligência.

Em outubro, começou o julgamento de 35 ex-fuzileiros navais pelo massacre na prisão de El Frontón em 1986, quando 133 prisioneiros acusados de terrorismo foram executados extrajudicialmente.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência contra mulheres e meninas continuou. Houve relatos de 108 mulheres mortas por seus parceiros, além de 222 casos de tentativa de assassinato de mulheres e meninas. A maioria dos casos não foi investigada ou resultou em sentenças de prisão que foram revogadas.

Tráfico para exploração sexual

As mulheres somam 80% das vítimas de tráfico humano; 56% das vítimas eram menores de 18 anos e a maioria delas foi traficada para exploração sexual nas áreas de mineração.

Em setembro, a Câmara Criminal Permanente da Suprema Corte de Justiça ratificou uma decisão de absolvição num caso de tráfico humano envolvendo uma menina de 15 anos. A Câmara argumentou que trabalhar mais de treze horas por dia

como “acompanhante” num bar numa operação minerária ilegal não constitui exploração de trabalho ou exploração sexual, uma vez que “a carga de trabalho não exauria a trabalhadora”.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A taxa de gravidez na adolescência aumentou. Em algumas regiões da Amazônia, chegou a 32,8% das meninas e mulheres entre 15 e 19 anos. Entre as meninas de 12 a 16 anos, 60% das gravidezes foram resultado de estupro.

ONGs registraram 43 casos de “risco à segurança pessoal” (casos de ameaças e intimidação) e oito assassinatos de pessoas LGBTI. No entanto, a reforma do Código Penal, que teria criminalizado a discriminação e os ataques devidos à orientação sexual e identidade de gênero, não foi aprovada devido à mudança de governo e do Congresso.

Em dezembro, um projeto de lei que reconheceria o gênero de pessoas transgênero foi apresentado ao Parlamento.

Em julho, o Ministério Público encerrou a investigação do caso de mais de dois mil homens e mulheres indígenas que foram esterilizados na década de 1990. Apenas cinco profissionais da saúde foram investigados pela participação na esterilização forçada.

O registro de vítimas de esterilização forçada foi iniciado em cinco regiões do país e, até o fim do ano, mais de duas mil vítimas haviam sido registradas.

Em agosto, um juiz de primeira instância em Lima, a capital, ordenou que o Ministro da Saúde distribuisse contraceptivos orais de emergência gratuitamente.

O aborto continua sendo considerado crime em quase todos os casos, o que leva a abortos clandestinos e sem segurança. Em outubro, vários membros do Parlamento apresentaram projetos de lei no Congresso para descriminalizar o aborto em casos de violência sexual.

QUÊNIA

República do Quênia

Chefe de estado e governo: **Uhuru Muigai Kenyatta**

Forças de segurança foram responsáveis por desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e torturas, e saíram impunes, matando pelo menos 122 pessoas até outubro. Alguns abusos foram cometidos por agências de segurança no contexto de operações de combate ao terrorismo, outros por policiais e outras forças de segurança. A polícia usou força excessiva e letal para dispersar manifestações a favor de medidas para uma eleição justa. A oposição política, grupos anticorrupção e outros ativistas da sociedade civil, assim como jornalistas e blogueiros, foram hostilizados. Famílias em assentamentos informais e comunidades marginalizadas foram despejadas à força de suas casas.

INFORMAÇÕES GERAIS

A corrupção prevaleceu. O presidente Kenyatta pediu que quase um quarto dos secretários de seu gabinete renunciasse depois que a Comissão de Ética e Anticorrupção (EACC) do Estado os acusou de corrupção. Alguns secretários foram processados por corrupção, outros compareceram a instituições de fiscalização para responder às alegações de corrupção. De acordo com a EACC, pelo menos 30% do PIB - equivalente a cerca de US\$ 6 bilhões — é perdido anualmente devido à corrupção. Governos locais também foram acusados de corrupção, de forma geral por inflacionar custos em processos do departamento de compras. Os Ministérios da Saúde e da Devolução e Planejamento estavam sendo investigados por suspeita de apropriação indevida de fundos, entre outras acusações.

Em maio, organizações da sociedade civil lançaram o Kura Yangu, Sauti Yangu, um movimento para assegurar eleições legítimas, justas e bem organizadas a serem realizadas em agosto de 2017. Logo depois, o grupo de oposição Coalizão para a Reforma e a

Democracia (CORD) organizou manifestações semanais por considerar a Comissão Eleitoral Independente (IEBC) parcial. Em 3 de agosto, os representantes da IEBC renunciaram, encerrando meses de protestos sobre o processo eleitoral. Em 14 de setembro, o Projeto (Emenda) da Lei Eleitoral entrou em vigor, iniciando o processo para recrutar novos representantes da IEBC. Contudo, a contratação de novos representantes foi adiada após o painel de recrutamento postergar indefinidamente a contratação do presidente da Comissão, após cinco candidatos não conseguirem preencher os requisitos. O atraso vai impactar negativamente o cronograma de preparações para a eleição.

ABUSOS POR GRUPOS ARMADOS

O Al-Shabaab, grupo armado com sede na Somália, continuou a realizar ataques no Quênia. Em 25 de outubro, por exemplo, na cidade de Mandera, no nordeste do país, pelo menos 12 pessoas foram mortas em um ataque do Al-Shabaab em uma pensão que abrigava membros de um grupo teatral.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

No contexto de operações de combate ao terrorismo tendo como alvo o Al-Shabaab, agências de segurança foram envolvidas em violações de direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e tortura. Apesar de um aumento nos casos relatados dessas violações, não foram realizadas investigações significativas para apontar os responsáveis.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

A polícia e outras forças de segurança realizaram execuções extrajudiciais, bem como desaparecimentos forçados e tortura.¹

Willie Kimani, advogado de uma organização beneficente de auxílio jurídico, seu cliente Josphat Mwendwa e o motorista de táxi Joseph Muiruri foram sequestrados em 23 de junho em um local desconhecido. Em 1 de julho, seus corpos foram encontrados em um rio no Condado de

Machakos, leste do Quênia. Exames forenses revelaram que eles foram torturados. Josphat Mwendwa, um condutor de mototáxi, havia acusado um membro da Polícia Administrativa (AP) de tentativa de assassinato após o policial atirar em seu braço durante uma batida policial de rotina. O policial então o acusou de infração de trânsito para intimidá-lo a não registrar queixa. O sequestro aconteceu após Willie Kimani e Josphat Mwendwa deixarem o tribunal de Mavoko, no Condado de Machakos, após uma audiência referente ao caso de infração de trânsito. Em 21 de setembro, quatro policiais da AP — Fredrick ole Leliman, Stephen Cheburet Morogo, Sylvia Wanjiku Wanjohi e Leonard Maina Mwangi — foram considerados culpados pelo assassinato dos três homens. Os policiais foram mantidos em custódia e no final do ano ainda aguardavam a sentença.

O assassinato dos três homens gerou protestos e levou organizações de direitos humanos, a mídia e outras organizações profissionais em todo o país a exigirem ações pelo desaparecimento forçado e as execuções extrajudiciais.

Job Omariba, um enfermeiro na cidade de Meru, no leste do país, foi considerado desaparecido em Nairobi em 21 de agosto. Seu corpo foi descoberto no necrotério de Machakos em 30 de agosto. Mais tarde naquele dia, a Unidade Especial de Prevenção de Crimes prendeu três policiais suspeitos por seu sequestro e assassinato.

Em 29 de agosto, dois policiais entraram no Hospital Mwingi de nível 4 e mataram Ngandi Malia Musyemi, um vendedor ambulante, depois que relatou à polícia que seu carro havia sido roubado e ele havia sido sequestrado. Sua irmã testemunhou o assassinato. Policiais militares de Nairobi, Machakos e Embu foram destacados para investigar o assassinato.

O Quênia não tem um banco de dados oficial sobre assassinatos ou desaparecimentos forçados cometidos por policiais. De acordo com o Haki Africa, um grupo de direitos humanos, houve 78 execuções extrajudiciais e desaparecimentos

forçados no condado de Mombasa nos primeiros oito meses de 2016. O jornal Daily Nation documentou 21 casos de assassinatos por policiais durante o mesmo período.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

A polícia usou força excessiva e letal para dispersar manifestantes em Nairobi e em outras cidades durante demonstrações contra a IEBC.

Em Nairobi, no dia 16 de maio, um manifestante levou um tiro num confronto com a polícia, quando moradores de um assentamento informal de Kibera tentavam se deslocar para os escritórios da comissão eleitoral.

Em 23 de maio, a polícia usou cassetetes, gás lacrimogêneo e, em alguns casos, munição real para dispersar manifestantes que seguiam em direção ao escritório da comissão eleitoral. Um vídeo mostrou três policiais chutando e batendo em um manifestante após ele cair.² No mesmo dia, pelo menos duas pessoas foram mortas e 53 feridas durante uma manifestação na cidade de Kisumu, no oeste do país.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a restringir a liberdade de expressão, intimidando e hostilizando jornalistas, blogueiros e outros membros da sociedade civil, usando principalmente a ambiguidade da Lei de Informação e Comunicação do Quênia. Pelo menos 13 pessoas foram processadas de acordo com a Seção 29 da lei, que tem termos vagos como “bastante ofensivo” e “indecente”. Em 19 de abril, o Tribunal Superior descobriu que a Seção 29 violava as disposições constitucionais sobre o direito à liberdade de expressão.

Mbuvu Kasina, jornalista, continuou a enfrentar seis acusações de uso indevido de um sistema de telecomunicações licenciado para questionar as despesas dos Fundos de Desenvolvimento do Distrito Eleitoral de Kitui Sul.

Em 27 de setembro, a polícia assediou, atacou e destruiu a câmera de Duncan

Wanga, jornalista e operador de câmera da emissora K24 TV, enquanto ele estava cobrindo uma manifestação na parte oeste da cidade de Eldoret.

Em 1 de outubro, o presidente interino ameaçou processar o ativista Boniface Mwangi, após a postagem de um *tweet* ligando o presidente interino ao assassinato do empresário Jacob Juma em maio. Os advogados do presidente interino exigiram que o ativista pedisse desculpas, fizesse uma retratação e esclarecesse os fatos dentro de sete dias. Os advogados de Boniface Mwangi acolheram o processo, citando os casos do TPI e as alegações feitas por um membro de parlamento sobre o assassinato de Jacob Juma para mostrar que a reputação do presidente interino não havia sido prejudicada com o *tweet*.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

Em maio, imediatamente após revogar o status de refugiados de somalis que fugiram para o Quênia, o governo anunciou que fecharia o campo de refugiados de Dadaab em 30 de novembro. Para justificar a mudança, o governo mencionou uma preocupação com a segurança nacional e a necessidade de a comunidade internacional compartilhar a responsabilidade de abrigar os refugiados. Dadaab é habitado por mais de 280 mil refugiados, dos quais 260 mil são da Somália. O prazo curto, as afirmações do governo sobre o processo de repatriação e a falta de segurança na Somália geraram a preocupação de que a repatriação de somalis seria forçada, constituindo uma violação das leis internacionais, e colocaria em risco as vidas de dezenas de milhares de pessoas.³ De acordo com a ACNUR, a agência para refugiados da ONU, até meados de outubro, 27.000 refugiados somalis haviam retornado para a Somália vindos de Dadaab em 2016, teoricamente de forma voluntária. Em 16 de novembro, as autoridades afirmaram que prolongariam o prazo para o fechamento de Dadaab por mais seis meses.

Em maio, o governo desmembrou o Departamento de Assuntos envolvendo

Refugiados (DPA), criado de acordo com a Lei de Refugiados de 2006, e criou a Secretaria de Assuntos Envolvendo Refugiados. A Secretaria não foi estabelecida por lei, e funciona sob o comando do Ministério de Interior e da Coordenação Nacional de Governo.

DIREITOS LGBTI

Em 16 de junho, o Tribunal Superior de Mombasa manteve a legalidade de exames anais em homens suspeitos de atividades homossexuais. Dois homens fizeram uma petição ao tribunal para declarar os exames anais, bem como os testes para HIV e hepatite B a que foram obrigados a se submeter em fevereiro de 2015, como inconstitucionais. O Tribunal considerou que não houve violação dos direitos nem da lei. Os exames anais e os testes de HIV forçados violam o direito à privacidade e a proibição à tortura, bem como outros maus tratos, de acordo com as leis internacionais. A decisão do Tribunal Superior violou diversos tratados de direitos humanos ratificados pelo Quênia.

DIREITO À MORADIA — REMOÇÕES FORÇADAS

Famílias que vivem em assentamentos informais e comunidades marginalizadas continuaram a ser removidas de forma forçada no contexto de grandes projetos de desenvolvimento de infraestrutura.

No assentamento informal da Comunidade do Mar Abissal em Nairobi, 349 famílias foram removidas de forma forçada em 8 de julho para a construção da estrada que liga a Thika Super Highway à Westlands Ring Road. O despejo ocorreu sem notificação prévia, e durante o período de consulta entre a comunidade e a Autoridade de Vias Urbanas do Quênia (KURA). Os moradores foram atacados durante a ação por jovens armados transportados por veículos de construção do governo e particulares. Policiais armados estavam presentes e ameaçaram atirar nos moradores caso resistissem. A KURA e a União Europeia, que está financiando a estrada, asseguraram aos

moradores da Comunidade do Mar Abissal que eles não seriam despejados à força.

A KURA assumiu a responsabilidade pelas violações dos direitos dos moradores durante uma reunião com os líderes da Comunidade do Mar Abissal. Em uma carta para a comunidade, a KURA concordou em implementar urgentemente medidas corretivas, incluindo restaurar as instalações sanitárias, facilitar a reconstrução das casas das pessoas e fornecer assistência humanitária, como instalações para cozinha e cobertores para os que perderam tudo. A KURA e os moradores da Comunidade do Mar Abissal concordaram que os residentes permanentes receberiam 20 mil xelins quenianos (cerca de US\$ 200) cada um e que isso não seria reconhecido como a cobertura de perdas devido à remoção forçada.

Os representantes do povo indígena Sengwer relataram que o Serviço Florestal do Quênia incendiou casas repetidamente na floresta Embobut. Os tribunais locais julgaram casos relacionados a membros do povo Sengwer que haviam sido presos por estarem na floresta, apesar de um caso pendente no tribunal iniciado pelos Sengwer, contestando a remoção da comunidade, e de uma liminar de 2013 emitida pelo Tribunal Superior de Eldoret para interromper as prisões e os despejos enquanto o caso estava em julgamento.

-
1. Kenya: Set up judicial inquiry into hundreds of enforced disappearances and killings (News story, 30 August)
 2. Kenya: Investigate police crackdown against protesters (News story, 17 May)
 3. Kenya: Government officials coercing refugees back to war-torn Somalia (News story, 15 November)

REINO UNIDO

Reino Unido Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Chefe de estado: **Rainha Elizabeth II**

Chefe de governo: **Theresa May (substituiu David Cameron em julho)**

Não houve total responsabilização por alegações de tortura contra as agências de inteligência e as forças armadas do Reino Unido. Uma lei de vigilância extremamente ampla foi aprovada. As mulheres na Irlanda do Norte enfrentaram restrições significativas no acesso ao aborto. O governo não conseguiu estabelecer uma análise dos impactos de cortes na assistência jurídica civil. Os crimes de ódio aumentaram de modo significativo depois do resultado do referendo para que o Reino Unido deixe a União Europeia.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em junho, a maioria do eleitorado no Reino Unido e em Gibraltar votou num referendo pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE).

Embora a nova Ministra da Justiça tenha anunciado em agosto que o governo pretendia continuar com os planos de substituir a Lei de Direitos Humanos (que incorpora a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos à legislação local) pela Lei Britânica de Direitos, no fim do ano o Procurador Geral sugeriu que propostas concretas fossem adiadas até que o processo de referendo da UE estivesse concluído.

SISTEMA JUDICIÁRIO

Intensificaram-se os pedidos para uma revisão dos cortes na assistência jurídica civil feitos pela Lei sobre Assistência Jurídica, CENAÇÃO e Punição de Infratores de 2012 (LASPO). Os pedidos têm como base o impacto da lei sobre pessoas vulneráveis e marginalizadas em diversos contextos, como nas leis que regem inquirições, imigração, bem-estar, família e moradia.¹ Estatísticas oficiais publicadas pela Legal Aid Agency mostraram que a assistência jurídica em casos civis tinha caído para um terço dos níveis anteriores à LASPO. Em julho, o Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU pediu que o governo reavaliasse o impacto das reformas do sistema de assistência jurídica. O governo não conseguiu estabelecer uma análise.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Os poderes do combate ao terrorismo e iniciativas políticas relacionadas para combater o “extremismo” continuam sendo causa de preocupação.

Definição de terrorismo

Apesar de um julgamento do Tribunal de Segunda Instância em janeiro, que restringiu a definição de terrorismo, e das críticas recorrentes à definição legal excessivamente ampla pelo Analista Independente da Legislação sobre Terrorismo, a Ministra do Interior confirmou, em outubro, que o governo não tem a intenção de fazer qualquer alteração.

Controles administrativos

Em novembro, o Parlamento ampliou a Lei de Medidas de Investigação e Prevenção ao Terrorismo (TPIM, na sigla em inglês) de 2011 por mais cinco anos. Por meio dessa lei, o governo impôs restrições administrativas a indivíduos suspeitos de envolvimento em atividades relacionadas ao terrorismo.

O relatório anual do analista independente, publicado em novembro, documentou que o uso de novos poderes para impedir que pessoas suspeitas de serem “combatentes terroristas estrangeiros” viajem foram aplicados 24 vezes em 2015, e que os poderes pré-existentes para reter passaportes de cidadãos britânicos foram exercidos 23 vezes. O poder disponível desde 2015 de excluir “combatentes terroristas estrangeiros” que retornavam não foi usado.

Política de “combate ao extremismo”

Planos para um Projeto de Lei de Salvaguarda e Combate ao Extremismo foram anunciados em maio, mas nenhuma proposta legislativa concreta havia sido analisada até o fim do ano.

Uma pesquisa realizada por ONGs sobre o “dever de prevenção” de certos órgãos públicos, inclusive escolas, de “ter a devida consideração pela necessidade de impedir

que as pessoas sejam atraídas pelo terrorismo”, descobriu que o esquema criava um risco sério de violar os direitos humanos, dentre eles a exercício pacífico da liberdade de expressão, e que sua aplicação nos setores educacional e de saúde minavam a confiança.

Em abril, o Relator Especial da ONU sobre os direitos à liberdade de manifestação pacífica e de associação alertou que a abordagem do governo ao “extremismo não violento” trazia o risco de violar as duas liberdades. Em julho, o Comitê Conjunto Parlamentar para os Direitos Humanos recomendou o uso das leis existentes, em vez da criação de leis novas e obscuras.

Drones

Em maio, o Comitê Conjunto para os Direitos Humanos publicou seu inquérito sobre o uso de drones para assassinatos específicos. O inquérito examinou o ataque por drones da Força Aérea Real em 2015 em al-Raqqa, na Síria, que matou três pessoas, sendo pelo menos um cidadão britânico, que se acreditava serem membros do grupo armado que se autodenomina Estado Islâmico. O inquérito pedia que o governo esclarecesse a política de assassinatos específicos em conflitos armados e seu papel nos assassinatos específicos por outros países fora do conflito.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Internamentos na Irlanda do Norte

Em dezembro, o governo respondeu a questionamentos feitos pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, atendendo uma solicitação de 2014 do governo irlandês para rever o julgamento de 1978 Irlanda vs. Reino Unido, referente às técnicas de tortura usadas em internamentos na Irlanda do Norte entre 1971 e 1972.

Transferência extrajudicial

Em junho, o Serviço de Promotoria da Coroa (CPS) decidiu não fazer uma acusação criminal relacionada às alegações de duas famílias libanesas de que teriam sido

submetidas à transferência extrajudicial, tortura e outros maus-tratos em 2004 pelos governos dos Estados Unidos e da Líbia, com o conhecimento e cooperação de autoridades do Reino Unido. Em novembro, as duas famílias — Abdul-Hakim Belhaj e Fatima Boudchar, e Sami al-Saadi, sua mulher e filhos — iniciaram os procedimentos de análise judicial para recorrer da decisão do CPS.

Forças armadas

Em setembro, veio à tona que a Polícia do Exército Real estava investigando cerca de 600 casos de suspeita de maus tratos e abusos em detenções no Afeganistão entre 2005 e 2013.

Em novembro, a Equipe de Alegações Históricas do Iraque, o órgão que investiga alegações de abuso de civis iraquianos pelas forças armadas do Reino Unido, concluiu ou estava por concluir as investigações de 2.356 das 3.389 alegações recebidas.

As Investigações de Fatalidades do Iraque, um órgão separado criado em 2013, relatou a morte de Ahmad Jabbar Kareem Ali, de 15 anos, em setembro, divulgando que ele havia se afogado depois de ser obrigado, por soldados britânicos, a entrar no canal Shatt-al-Basra no sul do Iraque em 2003. O Ministério da Defesa se desculpou pelo incidente.

Alegações de crimes de guerra cometidos pelas forças armadas britânicas no Iraque entre 2003 e 2008 continuam sob análise preliminar pela Promotoria do Tribunal Penal Internacional.

VIGILÂNCIA

Em novembro, a Lei de Poderes Investigatórios (IPA) entrou em vigor, substituindo a legislação nacional fragmentada sobre vigilância. A IPA concedeu mais poderes às autoridades públicas para interferirem nas comunicações e informações privadas no Reino Unido e no exterior. Permitiu também uma gama ampla de práticas de interceptação e de retenção de dados, com definições vagas, e impôs novas exigências sobre empresas privadas,

facilitando a vigilância do governo com a criação de “registros de conexão com a internet”. A nova lei não requer autorização judicial prévia e clara.

Em outubro, o Tribunal de Poderes Investigatórios (IPT) decidiu que a coleta secreta e em massa de dados de comunicações domésticas e estrangeiras, e a coleta em massa de “conjuntos de dados pessoais”, que antes havia violado o direito à privacidade, agora era legal.

Havia procedimentos pendentes no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos com relação à legalidade do regime de vigilância em massa e práticas de compartilhamento de inteligência pré-IPA. O Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu, em dezembro, que a retenção geral e indiscriminada de dados, de acordo com a Lei de Poderes Investigatórios e Retenção de Dados de 2014, não era permitida.

IRLANDA DO NORTE: LEGADO DE PROBLEMAS

Tanto a ex-ministra britânica para a Irlanda do Norte, quanto o atual ocupante do cargo, se referiram aos que fazem alegações de conluíus e violações de direitos humanos por agentes do Estado como contribuintes para uma “contranarrativa perniciosa”. ONGs que defendem justiça para as vítimas argumentaram que essa linguagem coloca seu trabalho como defensores dos direitos humanos em risco.

Em novembro, o Relator Especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não recorrência incitou o governo do Reino Unido a abordar padrões estruturais ou sistêmicos de violações e abusos, em vez de se concentrar apenas nas abordagens “baseadas em eventos” existentes. Ele sugeriu ampliar o foco das medidas de casos de morte para incluir tortura, violência sexual e detenção ilegal, com uma abordagem orientada por gêneros. O Relator Especial também defendeu a limitação dos argumentos de segurança nacional contra pedidos de reparação e a garantia de que reparações para todas as

vítimas sejam tratadas com seriedade e de forma sistemática.

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Irlanda do Norte estabeleceu um plano detalhado de cinco anos para reverter o atraso dos inquéritos de legistas, mas não recebeu a verba do governo central e do Executivo da Irlanda do Norte.

O governo se recusou a estabelecer um inquérito público independente sobre o assassinato de Patrick Finucane, em 1989, apesar de já ter reconhecido que houve “conluio” no caso.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso ao aborto na Irlanda do Norte foi limitado a casos excepcionais em que a vida da gestante estivesse em risco.² A lei de aborto na Irlanda do Norte foi criticada pelo Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e pelo Comitê de Direitos das Crianças em julho.

Na Irlanda do Norte, as mulheres enfrentaram processos criminais por tomar medicamentos aprovados pela OMS para induzir abortos. Uma mulher recebeu uma suspensão condicional da pena depois de confessar dois crimes de acordo com a lei de 1861 que rege o aborto na Irlanda do Norte.

As estatísticas oficiais de anos anteriores mostram que 833 mulheres da Irlanda do Norte viajaram para a Inglaterra ou o País de Gales para fazerem abortos, e que dezesseis abortos legais haviam sido realizados na Irlanda do Norte.

Em junho, o Tribunal de Segunda Instância da Irlanda do Norte ouviu os recursos de uma decisão do Tribunal Superior de 2015, que estabelecia que a legislação sobre aborto da região era incompatível com as leis de direitos humanos nacionais e internacionais.

Em novembro, o Primeiro Ministro escocês fez propostas para dar acesso a serviços de aborto através do Serviço Nacional de Saúde da Escócia para mulheres e meninas da Irlanda do Norte.

DISCRIMINAÇÃO

As estatísticas oficiais do Conselho Nacional de Chefes de Polícia em junho e setembro mostram um aumento expressivo de 57% nas denúncias de crimes de ódio na semana imediatamente após o referendo sobre a associação à UE, seguida de uma queda nas denúncias, mas ainda a um nível 14% mais alto que no mesmo período no ano anterior. O Comissário da ONU sobre Direitos Humanos expressou sua preocupação em junho. As estatísticas do governo publicadas em outubro mostram um aumento de 19% nos crimes de ódio em relação ao ano anterior, com 79% dos incidentes registrados classificados como “crimes de ódio racial”. Em novembro, o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial pediu que o Reino Unido tomasse providências para lidar com o aumento nesse tipo de crime de ódio.

Na primeira pesquisa do tipo, o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência relatou o impacto cumulativo das mudanças nas leis de bem-estar, saúde e assistência jurídica. O governo discordou das conclusões do Comitê de que havia “violações graves ou sistemáticas dos direitos de pessoas com deficiência”.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A Lei de Imigração entrou em vigor em maio. A lei ampliou as sanções contra proprietários de imóveis com locatários cujos status de imigração os desqualifiquem de alugar e aumentou os poderes de despejo dos proprietários; ampliou os poderes para bloquear os direitos limitados de recursos contra a remoção do Reino Unido até a pessoa ter deixado o país; e introduziu um esquema segundo o qual crianças separadas procurando refúgio no Reino Unido podem ser transferidas entre autoridades locais.

O governo resistiu a pedidos para assumir mais responsabilidade por abrigar refugiados. Em abril, o governo anunciou que reassentaria três mil pessoas do Oriente Médio e Norte da África até maio de 2020. Em outubro, o governo aceitou algumas

dezenas de crianças desacompanhadas do acampamento apelidado de “Selva” em Calais, na França, junto com um grande número de outras crianças realocadas para se unirem às famílias, de acordo com as disposições nos regulamentos do Regulamento Dublin III.

Em janeiro, uma Análise Independente sobre o bem-estar de pessoas vulneráveis em detenção fez críticas fortes com relação à escala e longevidade da detenção de imigração. Em agosto, o Home Office, departamento governamental responsável por imigração, contraterrorismo, polícia, políticas de drogas e pesquisas relacionadas a estes temas, respondeu com uma nova política de “adultos em risco”. No entanto, ONGs criticaram a política por promover salvaguardas contra a detenção prejudicial, inclusive por adotar uma definição restrita de “tortura”, ao considerar o risco imposto pela detenção ao bem-estar de uma pessoa. Em novembro, o Tribunal Superior permitiu um recurso à política, ordenando que uma definição anterior, mais abrangente, de tortura fosse usada por enquanto.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em dezembro, a Câmara dos Comuns votou para ratificar a Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e combate à violência contra mulheres e violência doméstica, assinada pelo governo em 2012. Em julho, o Comitê sobre Direitos das Crianças da ONU recomendou aprimorar a coleta de informações sobre violência contra crianças, incluindo violência doméstica e de gênero.

Preocupações sérias permaneceram com relação ao financiamento reduzido para serviços especializados para mulheres que passaram por violência doméstica ou abuso. Uma pesquisa da organização para os direitos das mulheres, Women’s Aid, mostrou que os abrigos estavam sendo obrigados a recusar duas de cada três sobreviventes por falta de espaço ou incapacidade de atender suas necessidades, e que a taxa de mulheres

de minorias étnicas era de quatro a cada cinco.

DIREITOS DOS SINDICATOS

Em maio, entrou em vigor a Lei dos Sindicatos, restringindo ainda mais os sindicatos que organizam greves. Durante o ano, o Relator Especial da ONU sobre os direitos à liberdade de manifestação pacífica e de associação e o Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU pediram que o governo revise a lei.

1. United Kingdom: Cuts that hurt: The impact of legal aid cuts in England on access to justice (EUR 45/4936/2016)
2. United Kingdom: Submission to the UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (EUR 45/3990/2016)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

República Democrática do Congo

Chefe de estado: **Joseph Kabila**

Chefe de governo: **Samy Badibanga Ntita (substituiu Augustin Matata Ponyo Mapon em novembro)**

A República Democrática do Congo (RDC) passou por agitações políticas durante o ano, com protestos sobre o fim do mandato do presidente Kabila. As manifestações foram reprimidas com uso excessivo da força por agentes de segurança, e houve violações dos direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica. Conflitos armados continuaram no leste: grupos armados cometeram diversos abusos contra civis, incluindo execuções sumárias, assassinatos, sequestros, violência sexual e saque de propriedades; e as forças de segurança realizaram execuções extrajudiciais e outras violações dos direitos humanos. Tanto as forças armadas quanto a força de paz da ONU - MONUSCO (Missão de Estabilização da Organização da ONU na RDC) - não

conseguiram proteger os civis adequadamente.

INFORMAÇÕES GERAIS

Divergências políticas sobre se o presidente Kabila poderia permanecer no cargo após seu segundo mandato terminar em 19 de dezembro geraram diversos protestos. Em março, a Comissão Eleitoral Independente Nacional anunciou que as eleições não poderiam ocorrer dentro do período constitucional. Em maio, o Tribunal Constitucional decidiu que o presidente poderia permanecer no cargo após 19 de dezembro, até que seu sucessor assumisse. Em outubro, emitiu outra decisão adiando as eleições presidenciais. A oposição e a sociedade civil questionaram a legalidade da segunda decisão, pois foi emitida por cinco juízes em vez dos sete necessários por lei.

Um acordo após a reunião conduzida pela União Africana, que adiou as eleições para abril de 2018, foi rejeitado pela maioria da oposição política, da sociedade civil e dos movimentos jovens. Em 31 de dezembro, após a mediação da Igreja Católica, um novo acordo foi assinado por representantes da coalizão da maioria, da oposição e de organizações da sociedade civil. O acordo incluiu o compromisso de que o presidente Kabila não ficaria em um terceiro mandato, e que as eleições ocorreriam no final de 2017.

A incerteza política contribuiu para aumentar as tensões no leste da RDC, que permaneceu sitiada por conflitos armados. Tensões intercomunais e étnicas cada vez maiores no período pré-eleitoral prolongado, junto com respostas administrativas e de segurança frágeis, alimentaram a violência e o recrutamento dos grupos armados.

A operação das forças armadas unidas da RDC-MONUSCO "Sokola 2" continuou realizando esforços para neutralizar as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR) – um grupo armado com base no leste da RDC, composto por hutus ruandeses ligados ao genocídio de 1994 em Ruanda. A operação para capturar o comandante da FDLR, Sylvestre Mudacumura, falhou.

Centenas de combatentes do Sudão do Sul afiliados ao Exército de Oposição para a Libertação do Povo do Sudão (SPLA-IO) cruzaram a RDC após combates na capital do Sudão do Sul, Juba, em julho (consulte o texto sobre o Sudão do Sul).

O agravamento da crise econômica exacerbou os já altos níveis de pobreza. Surto de cólera e febre amarela resultaram em centenas de mortes.

LIBERDADES DE ASSOCIAÇÃO E REUNIÃO

O direito à liberdade de reunião pacífica foi violado, em conexão com protestos contra um mandato prolongado do Presidente Kabila. Diversos protestos, a maioria organizada pela oposição política, foram declarados não autorizados, embora a lei da RDC e a lei internacional apenas exijam que os organizadores notifiquem as autoridades locais, sem precisar obter autorização. Por outro lado, reuniões organizadas pela Maioria Presidencial, a coalizão governista, ocorreram amplamente sem interferência por parte das autoridades.

Proibições gerais de protestos foram instituídas ou mantidas na capital, Kinshasa, nas cidades de Lubumbashi e Matadi, e nas províncias de Mai-Ndombe (província de Bandundu-ex) e Tanganica.

Durante o ano, 11 ativistas do movimento jovem Luta por Mudanças (LUCHA) foram condenados por terem participado ou organizado protestos pacíficos. Além disso, mais de 100 ativistas do LUCHA e do movimento pró-democracia Juventude Filimbi foram presos antes, durante ou logo após protestos pacíficos. Estes e outros movimentos de jovens, que instaram o Presidente Kabila a sair do poder no final do seu segundo mandato foram considerados insurgentes. As autoridades locais os declararam "ilegais", devido à sua falta de registro, ainda que nem a lei nacional nem o direito internacional façam do registro uma condição para a realização de uma manifestação.

As autoridades também proibiram reuniões privadas para discutir questões

politicamente sensíveis, incluindo as eleições. A sociedade civil e os partidos políticos de oposição enfrentaram obstáculos para alugar instalações para conferências, reuniões ou outros eventos. Em 14 de março, uma reunião em um hotel em Lubumbashi entre Pierre Lumbi, presidente do Movimento Social pela Renovação (MSR), e os membros do MSR foi interrompida à força pela Agência Nacional de Inteligência.

Funcionários do governo, incluindo o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, ameaçaram fechar as organizações de direitos humanos usando interpretações restritivas das leis que regem o registro de ONGs.

USO EXCESSIVO DE FORÇA

As forças de segurança reprimiram protestos pacíficos usando força desnecessária, excessiva e, às vezes, letal, incluindo bombas de gás lacrimogêneo e munição real.

Em 19 de setembro, as forças de segurança mataram dezenas de pessoas em Kinshasa durante um protesto exigindo que o presidente Kabila desistisse do cargo ao final do seu segundo mandato.

Protestos contra a recusa de Kabila em deixar o poder novamente ocorreram em 19 e 20 de dezembro. Dezenas de pessoas foram mortas pelas forças de segurança em Kinshasa, Lubumbashi, Boma e Matadi. Centenas de pessoas foram detidas arbitrariamente antes, durante e após os protestos.

As forças de segurança também mataram os manifestantes que participaram de manifestações sobre outras queixas nas cidades de Baraka, Beni, Ituri e Kolwezi.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O direito à liberdade de expressão foi restringido e constantemente violado no contexto pré-eleitoral.¹Foram alvo de perseguição, em particular, os políticos que eram contra um prolongamento do segundo mandato do Presidente Kabila.

A polícia militar deteve o líder da oposição, Martin Fayulu, por metade de um dia em fevereiro, enquanto ele estava mobilizando

apoio para uma greve geral, pedindo respeito à constituição. Em maio, a polícia da província de Kwilu o impediu de realizar três reuniões políticas.

A polícia proibiu Moise Katumbi, ex-governador da então Província de Katanga e candidato presidencial, de comparecer a reuniões públicas após ele ter deixado o partido do Presidente Kabila, o Partido Popular para a Reconstrução e a Democracia. Em maio, o Promotor Público abriu uma investigação contra Moise Katumbi pelo suposto recrutamento de mercenários, mas mais tarde permitiu que ele saísse do país para receber cuidados médicos. Mais um caso foi então levado ao tribunal contra Moise Katumbi, relativo a uma disputa por uma propriedade, e ele foi condenado em sua ausência a três anos de prisão. Isto o fez ficar inelegível para representar a presidência.

Em 20 de janeiro, o Ministro da Comunicação e Mídia decretou o fechamento da Emissora de Rádio e Televisão Nyota e da Televisão Mapendo – ambas pertencentes a Moise Katumbi – alegando que elas não haviam cumprido suas obrigações fiscais. A agência regulatória de mídia controlada pelo Estado, Conselho Superior de Audiovisual e Comunicação, disse que os impostos estavam pagos e exigiu que as emissoras fossem reabertas. Apesar disso, as duas emissoras permaneceram fechadas.

Dezenas de jornalistas foram detidos arbitrariamente. Em 19 e 20 de setembro, pelo menos oito jornalistas de veículos nacionais e internacionais foram presos e detidos enquanto cobriam os protestos. Vários deles foram perseguidos, roubados e agredidos pelas forças de segurança.

Em 5 de novembro, o sinal da Rádio France Internationale (RFI) foi bloqueado e permaneceu bloqueado no final do ano. Na mesma época, o sinal da Rádio Okapi, estação de rádio da ONU, foi interrompido por um período de cinco dias. Em 12 de novembro, o ministro de Comunicação e Mídia emitiu um decreto barrando o direito a uma frequência local às estações de rádio que não tem presença física na RDC. O

decreto afirma que, a partir de dezembro, as estações só poderiam transmitir via uma estação de rádio congolês parceira com a anuência do ministro.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Pelo menos três defensores dos direitos humanos foram mortos por agentes de segurança conhecidos ou suspeitos nas províncias de Maniema, Kivu do Norte e Kivu do Sul. Um policial foi condenado à prisão perpétua pela morte de um defensor dos direitos humanos em Maniema. A sentença foi reduzida para 36 meses na apelação. Um julgamento relacionado aos assassinatos em Kivu do Norte começou em setembro.

As autoridades cada vez mais focavam os defensores de direitos humanos que tomaram uma posição pública sobre o limite do mandato presidencial ou documentaram violações de direitos humanos politicamente motivadas. Muitos defensores enfrentaram detenções arbitrárias, assédio e aumento da pressão para interromper suas atividades.

Em fevereiro, o governo de Kivu do Sul promulgou um decreto sobre a proteção dos defensores e defensoras dos direitos humanos e dos jornalistas. Em nível nacional, a ONU, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e várias ONGs de direitos humanos trabalharam sobre uma proposta de lei para proteger os defensores e defensoras, mas ela ainda não foi discutida no parlamento.

CONFLITOS AO LESTE DA RDC

Violações dos direitos humanos permaneceram desenfreadas na região oriental da RDC, onde o conflito continuou. A ausência de autoridades do Estado e falhas na proteção de civis levaram a mortes.

Abusos por grupos armados

Grupos armados cometeram uma vasta gama de abusos, incluindo: execuções sumárias; sequestros; tratamento cruel, desumano e degradante; estupro e outros tipos de violência sexual; e a pilhagem de propriedades de civis. As FDLR, as Forças para a Resistência Patriótica de Ituri (FRPI) e

diversos grupos armados Mai-Mai (milícias locais e das comunidades) estavam entre os responsáveis pelos abusos contra civis. O Exército de Resistência do Senhor (LRA) continuou a ser ativo e a cometer abusos nas áreas que fazem fronteira com o Sudão do Sul e a República Centro-Africana.

Na área de Beni, em Kivu do Norte, civis foram massacrados com o uso de facões, enxadas e machados. Na noite de 13 de agosto, 46 pessoas foram mortas em Rwangoma, um bairro de Beni, por supostos membros das Forças Democráticas Aliadas (ADF), um grupo armado de Uganda que mantém bases no leste da RDC.

Violações cometidas pelas forças de segurança

Soldados cometeram violações dos direitos humanos durante operações contra grupos armados. Também executaram extrajudicialmente civis que protestavam contra a falta de proteção do governo.

Violência contra mulheres e meninas

Centenas de mulheres e meninas foram submetidas a violência sexual em áreas afetadas pelo conflito. Os criminosos incluíram soldados e outros agentes do Estado, bem como combatentes de grupos armados, como o Raia Mutomboki (uma coalizão de grupos), o FRPI e o Mai-Mai Nyatura, uma milícia Hutu.

Crianças-soldado

Centenas de crianças foram recrutadas por grupos armados, incluindo a FRPI, Mai-Mai Nyatura, forças unidas da FDLR e seu braço armado oficial, FOCA, e a União Patriótica para a Defesa dos Inocentes (UDPI). Crianças-soldado continuam a ser usadas para o combate, além de cozinhar, limpar, coletar impostos e realizar o transporte de mercadorias.

Violência nas comunidades

A violência entre as comunidades Hutu e Nande aumentou muito nos territórios de Lubero e Walikale em Kivu do Norte. Ambas as comunidades receberam apoio de grupos armados – a comunidade Hutu das FDLR, e

a comunidade Nande de grupos Mai-Mai – o que resultou em inúmeras mortes e danos extensivos à propriedade civil. Em janeiro e fevereiro, os combates atingiram níveis alarmantes. Em 7 de janeiro, as FDLR mataram ao menos 14 pessoas da Comunidade Nande na aldeia de Miriki, ao sul do território de Lubero. Quando a população local organizou protestos contra a falta de proteção após o ataque, o exército disparou com munição real, matando pelo menos um manifestante. Algumas semanas mais tarde, pelo menos 21 pessoas da comunidade Hutu foram mortas, 40 foram feridas e dezenas de casas foram queimadas em ataques realizados pela milícia Nande.

Em 27 de novembro, mais de 40 pessoas foram mortas durante um ataque a uma aldeia Hutu por um grupo de autodefesa Nande.

No distrito de Tanganica, confrontos entre as comunidades Batwa e Luba recomeçaram em setembro, resultando em muitas mortes e danos materiais. Confrontos contínuos resultaram em execuções sumárias, violência sexual e deslocamento em massa. De acordo com os chefes locais e as organizações da sociedade civil, mais de 150 escolas no bairro foram incendiadas durante os confrontos.

PESSOAS REFUGIADAS E DESLOCADAS INTERNAMENTE

Os combates entre o exército e grupos armados causaram deslocamento interno. Em fevereiro, mais de 500 mil refugiados congolese foram registrados em países vizinhos. Em 1º de agosto, 9 milhões de pessoas deslocadas internamente (IDP, na sigla em inglês) foram registradas na República Democrática do Congo, a maioria nas províncias de Kivu do Norte e do Sul.

Após acusações de que membros de grupos armados, especialmente as FDLR, se escondiam nos campos, o governo fechou vários campos de IDP que haviam sido criados em colaboração com a ACNUR, a agência de refugiados da ONU. Os fechamentos afetaram cerca de 40.000 deslocados, levando a mais deslocamentos e

insegurança, sendo amplamente criticados por organizações humanitárias. Durante o fechamento, inúmeras pessoas deslocadas foram vítimas de violações dos direitos humanos cometidas por soldados.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Agentes estaduais, bem como membros de grupos armados, cometeram atos de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. A Agência de Inteligência Nacional foi responsável por sequestros e formas de detenção prolongada incomunicável, que infringem o direito dos detidos de serem tratados com humanidade e a proibição absoluta da tortura ou de outros maus-tratos.

IMPUNIDADE

Pouquíssimos agentes do estado, especialmente em níveis superiores, ou combatentes dos grupos armados foram processados e condenados por abusos e violações dos direitos humanos. A falta de financiamento e independência judicial continuou a representar grandes obstáculos à responsabilização por tais crimes.

Em 11 de outubro, Gedeon Kyungu Mutanga rendeu-se com mais de 100 combatentes Mai-Mai às autoridades da província de Haut-Katanga. Ele havia escapado da prisão em 2011 após ser condenado à morte por crimes contra a humanidade, insurgência e terrorismo.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Superlotação, infraestrutura dilapidada e subfinanciamento contribuíram para as condições terríveis do sistema prisional. A maioria da população prisional é composta por presos provisórios aguardando julgamento. Desnutrição, doenças infecciosas e a ausência de cuidados de saúde adequados causaram a morte de pelo menos 100 prisioneiros. Estima-se que cerca de 1.000 prisioneiros tenham escapado.

DIREITO A UM PADRÃO DE VIDA ADEQUADO

A extrema pobreza permaneceu difundida. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos, um número estimado de 63,6% da população estava vivendo abaixo da linha da pobreza nacional e sem acesso a necessidades básicas, como alimentação adequada, água potável, saneamento, serviços adequados de saúde e educação. De acordo com as estimativas, mais 7 milhões de pessoas não tinham garantia de alimento e quase metade de todas as crianças menores de cinco anos sofriam de desnutrição crônica. Uma crise econômica levou a uma queda acentuada no valor do franco congolês em relação ao dólar americano, diminuindo severamente o poder de compra da população.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Embora a constituição garanta educação fundamental gratuita, o sistema escolar continuou a funcionar devido à prática institucionizada de tarifas para cobrirem os salários dos professores e as despesas da escola. Estima-se que os pais dos estudantes pagaram três quartos das despesas da escola. A educação estava praticamente ausente no orçamento do Estado. Ativistas jovens que protestaram pacificamente em Bukavu, em Kivu do Sul, contra as tarifas escolares no início do ano letivo em setembro foram detidos por períodos curtos.

O conflito armado teve um forte impacto na educação. Dezenas de escolas foram usadas como campos para pessoas deslocadas internamente ou como bases militares para o exército ou para os grupos armados. Milhares de crianças não conseguiram frequentar a escola devido à destruição das mesmas ou pelo deslocamento de professores e alunos.

1. Democratic Republic of the Congo: Dismantling dissent – repression of expression amidst electoral delays (AFR 62/4761/2016)

RÚSSIA

Federação Russa

Chefe de estado: **Vladimir Putin**

Chefe de governo: **Dmitry Medvedev**

Aumentaram as restrições à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica. Pessoas que participaram de protestos antigoverno na Praça Bolotnaya continuaram sendo processadas, levando a mais preocupações sobre o respeito aos padrões de julgamento justos. Defensores e defensoras dos direitos humanos foram multados ou processados criminalmente por conta de suas atividades. O primeiro processo criminal por não conseguir cumprir a lei dos "agentes estrangeiros" foi iniciado. Um grupo de pessoas foi acusado com base na legislação de antiextremismo por criticar a política do Estado e por exibir publicamente ou portar materiais considerados extremistas. Houve relatos de tortura e outros maus-tratos em instituições penitenciárias, e a vida dos prisioneiros ficou em risco devido ao cuidado médico inadequado nas prisões. Graves violações dos direitos humanos continuaram a ser relatadas no contexto das operações de segurança no norte do Cáucaso. As pessoas que criticavam as autoridades da Chechnya enfrentaram ataques físicos e perseguição por atores que não faziam parte do governo, e os defensores dos direitos humanos da região relataram assédio de atores que não faziam parte do governo. A Rússia enfrentou crítica internacional relacionada às alegações de crimes de guerra pelas forças da Síria. O Tribunal Penal Internacional continuou sua análise preliminar da situação na Ucrânia, incluindo crimes cometidos no leste da Ucrânia e na Crimeia. A Rússia não conseguiu respeitar os direitos de solicitantes de refúgio e de pessoas refugiadas.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em 7 de julho, foram aprovadas emendas à legislação antiextremista, conhecidas como o "pacote Yarovaya". As emendas foram bastante inconsistentes com as obrigações da Rússia relacionadas a direitos humanos internacionais, pois proibiram qualquer forma de atividade missionária que não faça parte das instituições religiosas especialmente designadas, obrigando os provedores de tecnologia da informação a armazenar registros de todas as conversas por seis meses e os metadados por três anos, aumentando a punição máxima por extremismo de quatro para oito anos de prisão, bem como a multa por encorajar pessoas a participarem de agitações em massa de cinco para dez anos de prisão.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Em março, a legislação que versa sobre reuniões públicas foi estendida a manifestações motorizadas "não autorizadas". Em agosto, esta nova provisão foi usada para perseguir um grupo de fazendeiros do Kuban, no sul da Rússia, que viajava para a capital, Moscou, em tratores e carros particulares para protestar contra a grilagem de terras pelas empresas do setor de agricultura. Seu líder, Aleksei Volchenko, foi condenado a 10 dias de prisão administrativa por participar de uma manifestação "não autorizada"¹ após ter estado em uma reunião com os fazendeiros e o representante legal regional do presidente. Outros participantes da reunião pagaram multas ou ficaram em detenção administrativa por curtos períodos.

Quatro pessoas ainda estavam cumprindo suas penas por participarem da manifestação na Praça Bolotnaya em Moscou, em 6 de maio de 2012, e duas outras foram acusadas por terem relação com os eventos. Em 5 de janeiro, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos descobriu que o direito de Yevgeniy Frumkin à liberdade de manifestação pacífica foi violado e que ele foi detido arbitrariamente por 15 dias por "não

obedecer a ordens policiais" após participar do protesto na Praça Bolotnaya. O tribunal considerou que a prisão, detenção e punição administrativa de Yevgeniy Frumkin foram "excessivamente desproporcionais", e que foram realizadas para desencorajar a ele e outras pessoas de participarem de manifestações ou de se envolverem na política de oposição.

Em 12 de outubro, Dmitry Buchenkov foi acusado de participar de agitações em massa e recebeu seis acusações de uso de "força não letal" contra policiais durante a manifestação na Praça Bolotnaya. Ele alegou que estava em Nizhny Novogorod naquele momento e não tinha participado da manifestação. Detido desde dezembro de 2015, até o fim de 2016 ainda estava preso.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO - DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Durante o ano, dezenas de ONGs independentes que recebiam fundos estrangeiros foram adicionadas à lista de "agentes estrangeiros", incluindo a Sociedade Internacional Histórica e de Direitos Humanos do Memorial.

As ONGs continuaram a enfrentar multas administrativas por não cumprirem a legislação de "agentes estrangeiros". Em 24 de junho, Valentina Cherevatenko, fundadora e presidente da Women of the Don Union, foi informada sobre o processo criminal aberto contra ela por "evasão sistemática de obrigações impostas pela lei a organizações sem fins lucrativos que tenham função de um agente estrangeiro", punível com uma pena de até dois anos de prisão. Esta foi a primeira vez que o artigo relevante do Código Penal havia sido aplicado desde sua criação em 2012. A investigação penal contra Valentina Cherevatenko ainda estava em andamento no fim do ano. A equipe da ONG Women of the Don Union eram frequentemente interrogadas por investigadores que também monitoravam as publicações da organização.

Lyudmilla Kuzmina, uma bibliotecária aposentada e coordenadora da filial de

Samara da ONG Golos, de monitoramento eleitoral, foi processada pelas autoridades fiscais em 2.222.521,00 rublos (31 mil euros). As autoridades fiscais classificaram uma doação feita a Golos pela organização USAID (com financiamento oriundo dos EUA) como lucro, alegando que Lyudmilla Kuzmina havia declarado falsamente que o dinheiro era uma doação. Em 14 de março de 2016, as autoridades fiscais ganharam um processo contra uma decisão do Tribunal Distrital de Samara em 27 de novembro de 2015 em que se decidiu que Lyudmilla Kuzmina não havia fraudado aquele valor do governo, e não havia usado o dinheiro para ganho pessoal. Após o sucesso da apelação, oficiais de justiça confiscaram seu carro e os pagamentos de sua pensão foram interrompidos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A legislação antiextremismo continuou a ser usada de forma excessiva, violando o direito à liberdade de expressão. De acordo com a ONG SOVA Centre, 90% de todas as condenações realizadas de acordo com a legislação antiextremismo foram devido a declarações e postagens nas redes sociais. Em 3 de novembro, após a solicitação da SOVA Centre e de outras ONGs, o plenário da Suprema Corte emitiu diretrizes aos juízes sobre o uso da legislação antiextremismo, especificando que para se qualificar como incitação ao ódio, as declarações precisavam incluir um elemento de violência, como pregar o genocídio, a repressão em massa, a deportação ou incentivar a violência.

Em 20 de fevereiro, Yekaterina Vologzheninova, uma assistente de loja de Yekaterinburg, na região de Ural, foi considerada culpada por “incitar o ódio e a hostilidade racial” de acordo com o Artigo 282 do Código Penal, por ter criticado na internet a anexação da Crimeia pela Rússia e pelo envolvimento militar da Rússia em Donbass, leste da Ucrânia, o que basicamente consistiu em repostagens de artigos da mídia ucraniana. Yekaterina Vologzheninova, mãe solteira e única cuidadora da mãe idosa, cumpriu 320 horas

de “trabalho corretivo” sem pagamento. O juiz também decidiu que seu computador devia ser destruído, por ser considerado a “arma do crime”.

O julgamento de Natalya Sharina, prisioneira de consciência e diretora da Biblioteca de Literatura Ucraniana, entidade governamental, em Moscou, começou em 2 de novembro. Ela foi acusada de “incitação ao ódio e à hostilidade por meio do mau uso de sua função”, de acordo com o Artigo 282 do Código Penal, bem como pelo uso fraudulento de fundos da biblioteca, crimes pelos quais ela pode receber uma pena de até 10 anos de prisão. Uma série de livros classificados como “extremistas” foram supostamente encontrados em meio à literatura não catalogada da biblioteca. Ela permanece em prisão domiciliar, que começou em 30 de outubro de 2015.

NORTE DO CÁUCASO

Graves violações dos direitos humanos, incluindo desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais cometidas ao longo das operações de segurança continuaram a ser relatadas vindas do norte do Cáucaso. Defensores e defensoras dos direitos humanos também corriam riscos. Em 9 de março, dois membros da organização de direitos humanos Joint Mobile Group (JMG), junto com seu motorista e seis jornalistas da mídia russa, norueguesa e sueca, foram atacados ao viajar da Ossétia do Norte para a Chechnya. Seu micro-ônibus foi parado por quatro carros próximo a um ponto de segurança na fronteira administrativa entre Ingushetia e Chechnya. Vinte homens mascarados os arrastaram para fora do veículo e os agrediram, depois incendiando o micro-ônibus. Duas horas depois, o escritório da JMG em Ingushetia foi saqueado. Em 16 de março, o líder da JMG Igor Kalyapin foi solicitado a deixar o hotel na capital Chechena de Grozny pelo gerente porque ele “não adorava” o líder checheno Ramzan Kadyrov. Igor Kalyapin recebeu um soco e foi atacado com comida e desinfetante por um grupo violento.

Em 5 de setembro, Zhalaudi Geriev, um jornalista independente conhecido por criticar a liderança da Chechnya foi condenado a três anos de prisão pelo Tribunal do Distrito de Shali da Chechnya por posse de 167g de maconha. No julgamento ele voltou atrás em sua confissão sobre portar drogas, dizendo que três homens em roupas comuns o prenderam no dia 16 de abril, forçaram-no a entrar em um carro e o levaram para uma floresta nos arredores de Grozny, onde ele foi torturado antes de ser entregue a representantes das autoridades legais, que o forçaram a "confessar".

A liderança chechena continuou a exercer pressão direta sobre o judiciário. Em 5 de maio, Ramzan Kadyrov convocou uma reunião com todos os juizes e forçou quatro deles a pedirem demissão. Não houve resposta das autoridades federais.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Os ucranianos Mykola Karpyuk e Stanislav Klykh foram condenados, após um julgamento injusto na Suprema Corte da Chechnya, a 22 anos e meio e a 20 anos de prisão, respectivamente, em 26 de maio. A sentença foi confirmada em primeira instância pela Suprema Corte russa. Eles foram condenados por liderarem e lutarem em um grupo armado que supostamente matou 30 soldados russos durante o conflito na Chechenya (1994 a 1996). Os dois homens disseram que foram torturados após serem presos em março de 2014, e em agosto de 2014, respectivamente. Seus advogados não tiveram acesso a informações básicas sobre o paradeiro de seus clientes por diversos meses após sua prisão. Stanislav Klykh, que não tem histórico de doença mental, parecia bastante perturbado durante todo o julgamento, que começou em outubro de 2015, possivelmente devido à tortura.² O advogado de Mykola Karpyuk alegou que provas vitais para a defesa que apoiavam o álibi de seu cliente foram deixadas de fora do caso. O juiz se recusou a permitir que testemunhas fossem ouvidas na Ucrânia.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Tortura e outros maus-tratos continuaram de forma indiscriminada e sistemática durante a prisão provisória e em colônias prisionais.

Em 30 de agosto, Murad Ragimov e seu pai foram agredidos e torturados por agentes da Unidade de Resposta Especial do Ministério do Interior por duas horas na cozinha de sua casa em Moscou. Os agentes acusaram Murad Ragimov de assassinar um policial em Daguestão e por lutar pelo grupo armado Estado Islâmico na Síria. O primo de Murad Ragimov foi algemado à mesa da cozinha enquanto os agentes torturavam Murad Ragimov com um cassete com choque elétrico e sufocando-o com uma sacola plástica. Finalmente, os oficiais disseram ter encontrado drogas em seus bolsos. Murad Ragimov foi levado para a delegacia de polícia e permaneceu preso até o fim do ano sendo julgado por porte de drogas.

Ildar Dadin disse em uma carta para sua esposa que foi submetido à tortura e outros maus-tratos na colônia prisional de Segezha, na região de Karelia, na Rússia. Ele descreveu como apanhou repetidamente de grupos de 10 a 12 guardas prisionais, incluindo em uma ocasião o diretor da colônia prisional. Ele descreveu ter sua cabeça afundada em um vaso sanitário e ter ficado pendurado por algemas e sido ameaçado de estupro. Ildar Dadin foi colocado em uma cela punitiva sete vezes entre sua chegada à colônia prisional em setembro e o fim do ano. Após essas alegações, as autoridades carcerárias realizaram inspeção e confirmaram que não houve maus-tratos. Em 2015, Ildar Dadin foi a primeira pessoa a ser condenada por participar de manifestações pacíficas de acordo com o Artigo 212.1 do Código Penal, que criminaliza a violação de normas para a realização de manifestações. Ele foi condenado a três anos de prisão, pena que foi reduzida para dois anos e meio após recorrer da decisão.

Falha em prover cuidado médico adequado

Durante o ano, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos descobriu que em 12 casos os prisioneiros da Rússia foram submetidos a torturas e outros maus-tratos, devido à falha em proporcionar cuidados médicos adequados nas prisões e nos centros de detenção provisória. Em 27 de abril, em um relatório para o Conselho Federal, o Promotor Geral afirmou que a falta de medicamentos antivirais nas prisões colocava em risco a vida dos prisioneiros portadores de HIV. De acordo com o relatório da ONG Zona Prava, publicado em novembro, os serviços de saúde nas prisões eram muito carentes de recurso, resultando em falta de medicamentos para tratar HIV. O relatório também descobriu que muitas condições foram apenas diagnosticadas em estágio já crítico, e a equipe do serviço prisional não tinha independência suficiente para realizar seu trabalho. Esta lei, em princípio, permitiu liberações antecipadas devido a casos de saúde, mas isso era garantido apenas em um de cada cinco casos em que o prisioneiro havia solicitado liberação.

Amur Khakulov morreu no início de outubro em um hospital prisional na região de Kirov, parte central da Rússia, de falência renal. Em 15 de junho, um tribunal se recusou a libertar Amur Khakulov por motivos médicos apesar da recomendação da junta médica para que ele fosse solto. Amur Khakulov estava preso desde outubro de 2005; e de acordo com sua família, ele desenvolveu uma doença renal crônica no período em que ficou preso.

CONFLITO ARMADO - SÍRIA

Junto ao governo sírio, a Rússia realizou ataques indiscriminados e diretos a alvos civis na Síria, incluindo áreas residenciais, instalações hospitalares e comboios de ajuda humanitária resultando em milhares de civis mortos e feridos.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em 14 de novembro, o promotor do Tribunal Penal Internacional (TPI) disse que a situação no território da Crimeia e Sevastopol atingia status de conflito internacional armado entre a Rússia e a Ucrânia. O promotor do TPI realizou uma avaliação sobre se o mesmo acontecia na parte leste da Ucrânia.

Em 16 de novembro, o presidente Putin anunciou que a Rússia não pretende mais participar do Estatuto de Roma do TPI, que assinou em 2000, mas não ratificou.

DIREITOS DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A Rússia continuou a devolver os solicitantes de refúgio, refugiados e trabalhadores migrantes ao Uzbequistão e a outros países apesar do risco real de serem torturados ou sofrerem maus-tratos.³ Em muitos casos as pessoas foram deportadas por ficarem além do tempo permitido pelo visto, ou por não portarem os documentos corretos de acordo com o Código Administrativo, o que não requer que o tribunal considere a seriedade do crime cometido, as circunstâncias das consequências individuais e potenciais para eles caso sejam deportados da Rússia, nem de fornecer aconselhamento legal gratuito.

Em 1º de julho, o cidadão uzbequistânês Olim Ochilov, solicitante de refúgio, foi forçadamente devolvido pela Rússia ao Uzbequistão, em flagrante descumprimento das medidas interinas emitidas pela Corte Europeia de Direitos Humanos em 28 de junho, para evitar seu retorno forçado ao Uzbequistão, onde estaria sob-risco real de tortura.

-
1. Russian Federation: Farmers and truck drivers imprisoned for a peaceful protest against corruption (EUR 46/4760/2016)
 2. Russian Federation: Urgent Action: Victim of unfair trial, health at risk (EUR 46/4398/2016)
 3. Uzbekistan: Fast track to torture, abductions and forcible returns from Russia to Uzbekistan (EUR 62/3740/2016); Uzbekistan: Asylum-seeker returned from Russia to Uzbekistan in blatant violation of international law (EUR 62/4488/2016)

SÍRIA

República Árabe da Síria

Chefe de estado: **Bashar al-Assad**

Chefe de governo: **Imad Khamis (substituiu Wael Nader al-Halqi em junho)**

Participantes dos conflitos armados na Síria cometeram crimes de guerra, outras violações sérias do direito humanitário internacional e violações graves de direitos humanos com impunidade. O governo e as forças russas aliadas realizaram ataques indiscriminados e ataques diretamente a civis e bens civis usando bombardeios aéreos e artilharia, causando a morte de milhares de civis. Houve informações de que forças do governo também usaram agentes químicos. As forças do governo mantiveram cercos de longo prazo que aprisionaram civis e impediram seu acesso a bens e serviços essenciais. As autoridades prenderam e detiveram arbitrariamente milhares de pessoas, submetendo muitas a desaparecimento forçado, detenções prolongadas e julgamentos injustos, além de continuar a tortura sistemática e os maus-tratos dos detidos, resultando em mortes. Eles também cometeram assassinatos ilegais, incluindo execuções extrajudiciais. O grupo armado Estado Islâmico (EI) sitiou civis em áreas controladas pelo governo, efetuou ataques diretos contra civis e outros ataques indiscriminados, usando, por vezes, segundo relatos, agentes químicos, além de submeter milhares de mulheres e meninas à escravidão sexual e outros abusos. Outros grupos armados não-estatais bombardearam indiscriminadamente e sitiaram áreas predominantemente civis. As forças comandadas pelos Estados Unidos realizaram ataques aéreos contra o EI e outros alvos, matando centenas de civis. No fim do ano, o conflito havia causado a morte de mais de 300 mil pessoas, deslocando 6,6 milhões de pessoas na Síria e forçado 4,8 milhões a buscar refúgio no exterior.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os conflitos armados na Síria continuaram durante o ano com participação internacional contínua. O governo sírio e as forças aliadas, dentre elas o Hezbollah do Líbano e outros grupos e milícias estrangeiros, controlaram boa parte da Síria ocidental e avançaram sobre áreas contestadas. Tiveram o apoio de forças armadas russas que realizaram ataques aéreos em larga escala pelo país, matando e ferindo milhares de civis de acordo com as organizações dos direitos humanos. Alguns ataques aéreos russos pareceram ser indiscriminados ou direcionados a civis e bens civis, o que seria considerado crime de guerra.

Grupos armados não estatais, combatendo principalmente as forças do governo, controlaram o noroeste e outras áreas, enquanto forças do Governo Autônomo controlaram a maior parte das regiões fronteiriças curdas ao norte. O Estado Islâmico controlava partes da Síria oriental e central, mas perdeu territórios durante o ano.

O Conselho de Segurança da ONU continuou dividido sobre a Síria e incapaz de garantir um caminho para a paz. Os esforços feitos pelo Enviado Especial da ONU na Síria para promover negociações de paz foram um grande fracasso. Em fevereiro, uma resolução do Conselho de Segurança endossou um cessar de hostilidades acordado pela Rússia e pelos EUA, que acabou durando pouco. Em outubro, a Rússia vetou o esboço de uma resolução do Conselho de Segurança pedindo o fim dos ataques aéreos na cidade de Aleppo e o acesso humanitário sem impedimentos. Contudo, depois que as forças do governo ganharam controle de Aleppo em dezembro, o presidente russo Vladimir Putin anunciou que o cessar fogo, apoiado por ambos Rússia e Turquia, foi acordado entre o governo e algumas forças de oposição, a ser acompanhado de novas negociações de paz que começariam em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro, o Conselho de Segurança das ONU adotou unanimemente uma resolução acolhendo os esforços de paz enquanto

também convocava para uma entrega “rápida, segura e irrestrita” de ajuda humanitária por toda a Síria.

A Comissão Internacional de Inquérito para a República Árabe da Síria, órgão independente criado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011, monitorou e relatou as violações do direito internacional cometidas na Síria, embora o governo tenha continuado a negar sua entrada no país.

Em dezembro, a Assembleia Geral da ONU acordou em criar um mecanismo internacional independente para garantir a responsabilização de crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidas na Síria desde março de 2011.

CONFLITO ARMADO – VIOLAÇÕES COMETIDAS POR FORÇAS DO GOVERNO SÍRIO E ALIADOS, INCLUINDO A RÚSSIA

Ataques indiscriminados e ataques direcionados a civis

O governo e as forças aliadas continuaram a cometer crimes de guerra e outras sérias violações do direito internacional, como ataques diretamente contra civis e ataques indiscriminados. As forças governamentais repetidamente atacaram áreas controladas ou disputadas por grupos armados de oposição, matando e ferindo civis, bem como avariando bens civis, em ataques ilegais. Elas bombardearam com regularidade áreas civis, usando armas explosivas com efeitos de extensa cobertura, incluindo bombardeios de artilharia e bombas de barril não guiadas de alto poder explosivo lançadas de helicópteros. Os ataques provocaram grande número de mortes e ferimentos de civis, inclusive crianças.

Aeronaves do governo e dos aliados russos realizaram diversos ataques, aparentemente deliberados, sobre hospitais, centros médicos, clínicas e comboios de assistência, matando e ferindo centenas de civis, entre eles profissionais da saúde.

Com o passar do ano, as forças do governo com o apoio da Rússia aumentaram os ataques no leste de Aleppo, atingindo áreas residenciais, centros médicos, escolas,

mercados e mesquitas, matando milhares de civis. Munições cluster russas também foram espalhadas na área e as que não explodiram são um risco constante para os civis.

No dia 1º de agosto, duas bombas de barril, supostamente com gás de cloro, foram lançadas por aeronaves suspeitas de serem do governo, sobre duas áreas residenciais controladas por grupos armados não estatais na cidade de Saraqeb, província de Idleb, com relatos de pelo menos 28 civis feridos.

Em 26 de outubro, aeronaves suspeitas de serem do governo ou dos russos bombardeou um complexo escolar em Haas, na província de Idleb, matando pelo menos 35 civis, entre os quais 22 crianças e seis professores.

Cercos e privação de ajuda humanitária

Forças do governo mantiveram cercos prolongados em áreas predominantemente civis controladas ou disputadas por grupos armados, incluindo o leste de Ghouta, Mouadhmiyah al-Sham, Madaya, Daraya e, desde setembro, o leste de Aleppo. O cerco do governo expôs os moradores civis à inanição e os privou de acesso a cuidados médicos e outros serviços básicos, enquanto eram submetidos a repetidos ataques aéreos, bombardeios de artilharia e outros tipos de ataque.

Os cercos impediam os civis de deixar o local para buscar ajuda médica. Por exemplo, há relatos de que em 19 de março, um menino de três anos morreu em al-Waer, na cidade de Homs, depois que forças do governo o impediram de deixar a área para receber cuidados médicos para um ferimento na cabeça.

Em 12 de maio, as forças do governo impediram uma entrega de assistência humanitária da ONU, que deveria ser a primeira desde 2012, de entrar em Daraya. As forças do governo atiraram morteiros numa área residencial da cidade, matando dois civis. Em junho, as forças do governo permitiram que dois comboios limitados entrassem em Daraya, mas ao mesmo tempo intensificou os ataques indiscriminados, usando bombas de barril, uma substância

incendiária similar ao napalm e outras munições, forçando os habitantes restantes da cidade a se submeterem a uma retirada no fim de agosto.

A partir de julho, forças do governo cercaram cerca de 275 mil pessoas no leste de Aleppo, submetendo-as a ataques aéreos mais intensos, como bombardeios por forças russas. Aeronaves supostamente do governo e russas bombardearam o comboio de assistência do Crescente Vermelho Árabe Sírio/ONU que tinha o leste de Aleppo como destino em 19 de setembro em Urum al-Kubra, matando pelo menos 18 civis, entre eles trabalhadores assistencialistas e destruindo caminhões de ajuda.

Ataques a trabalhadores e centros médicos

As forças do governo continuaram tendo como alvos centros de saúde e pessoal da área médica nas regiões controladas por grupos armados de oposição. Em diversas ocasiões, bombardearam hospitais e outros centros médicos, impediram ou restringiram a inclusão de suprimentos médicos nas entregas de ajuda humanitária às áreas sitiadas ou de difícil acesso, atrapalhando ou impedindo a prestação de cuidados médicos nessas regiões e detendo trabalhadores e voluntários da área médica. Em junho, a ONG Physicians for Human Rights acusou as forças do governo de serem responsáveis por mais de 90% dos 400 ataques contra centros médicos e 768 mortes de profissionais da saúde desde março de 2011.

A ONU relatou que 44 centros médicos foram atacados só em julho. Quatro hospitais e um banco de sangue no leste de Aleppo foram atingidos em ataques aéreos em 23 e 24 de julho. Um hospital infantil foi atingido duas vezes em menos de doze horas.

CONFLITO ARMADO – ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados não estatais cometeram crimes de guerra, outras violações do direito internacional humanitário e graves abusos dos direitos humanos.

Ataques indiscriminados ou que visavam diretamente os civis

Forças do EI realizaram ataques diretos contra civis, além de ataques indiscriminados, que resultaram na morte de civis. O Estado Islâmico assumiu a responsabilidade por uma série de atentados suicidas e bombardeios no distrito de Sayida Zaynab, no sul de Damasco. Entre eles está um em 21 de fevereiro, no qual 83 civis foram mortos.

As forças do Estado Islâmico também realizaram ataques com armas químicas, inclusive em agosto e setembro no norte da Síria. Em 16 de setembro, munições disparadas pelo Estado Islâmico em Um Hawsh, perto de Marea, na província de Aleppo, causaram bolhas e outros sintomas comuns à exposição ao gás mostarda. Alguns dos afetados eram civis.

A coalizão Fatah Halab (Conquista de Aleppo), formada por grupos armados da oposição, realizou repetidos ataques de artilharia, foguetes e morteiros no distrito de Sheikh Maqsood da cidade de Aleppo, controlado pelas Unidades de Proteção do Povo Curdo, conhecidas como YPG, matando pelo menos 83 civis e ferindo mais de 700 entre fevereiro e abril. Em maio, pelo menos quatro civis na área precisaram de tratamento médico para sintomas que sugeriam a exposição a um ataque de cloro.

Grupos armados da oposição dispararam morteiros e mísseis sem precisão na parte ocidental de Aleppo, controlada pelo governo, matando pelo menos 14 civis em 3 de novembro, de acordo com o monitoramento independente pelo grupo Rede Síria de Direitos Humanos.

Assassinatos ilegais

As forças do Estado Islâmico cometeram crimes de guerra, matando sumariamente civis e membros de grupos armados rivais e das forças do governo, que detinham como prisioneiros. Em áreas de al-Raqqah, Deyr al-Zur e no leste de Aleppo controladas pelo grupo, o EI realizou execuções públicas frequentes, inclusive de pessoas que foram

acusadas de espionagem, contrabando, adultério e blasfêmia.

Em 28 de julho, segundo relatos, membros do Estado Islâmico mataram sumariamente pelo menos 25 mulheres, homens e crianças civis, no vilarejo de Buwayr, perto de Manbij.

Em 19 de julho, um vídeo publicado na internet mostrou membros do Movimento Nour al-Dine al-Zinki praticando maus-tratos e decapitando um jovem.

Cercos e privação de ajuda humanitária

Forças do EI sitiaram e, por vezes, bombardearam indiscriminadamente bairros controlados pelo governo na cidade de Deyr al-Zur. Agências da ONU e forças russas lançaram ajuda humanitária repetidas vezes nas áreas sitiadas. No entanto, ativistas de direitos humanos locais informaram que as forças do governo dentro dessas áreas apreenderam boa parte da ajuda destinada aos civis.

Sequestros

Tanto o Estado Islâmico quanto outros grupos armados não estatais sequestraram civis e os mantiveram como reféns.

Em janeiro, Jabhat al-Nusra sequestrou pelo menos 11 civis de suas casas na cidade de Idleb. Seu paradeiro e destino continuaram desconhecidos até o fim do ano.

O destino e o paradeiro da defensora dos direitos humanos Razan Zaitouneh, seu marido Wa'el Hamada, Nazem Hamadi e Samira Khalil também permanecem desconhecidos, após seu sequestro em 9 de dezembro de 2013 por homens armados não identificados em Duma, uma área controlada por Jaysh al-Islam e outros grupos armados.

Não há novidades sobre o destino e o paradeiro do defensor dos direitos humanos Abdullah al-Khalil desde seu sequestro por supostos membros do Estado Islâmico na cidade de al-Raqqa, na noite de 18 de maio de 2013.

CONFLITO ARMADO — ATAQUES AÉREOS PELAS FORÇAS LIDERADAS PELOS EUA

A coalizão internacional comandada pelos EUA continuou a realizar seus ataques aéreos, iniciados em setembro de 2014, principalmente contra o EI, mas também contra e determinados grupos armados no norte e no leste da Síria, inclusive Jabhat Fatah al-Sham (antes, conhecido como Jabhat al-Nusra). Os ataques aéreos, alguns dos quais pareceram ser indiscriminados, e outros desproporcionais, mataram e feriram centenas de civis. Entre esses ataques, estão os supostos ataques da coalizão perto de Manbij, que matou pelo menos 73 civis em al-Tukhar em 19 de julho, e até 28 civis em al-Ghandoura, em 28 de julho. Em 1º de dezembro, a coalizão liderada pelos EUA teria admitido ter causado a morte de 24 civis perto de Manbij em julho, afirmando que esse ataque “estava em conformidade com a lei de conflitos armados”.

CONFLITO ARMADO — ATAQUES PELAS FORÇAS TURCAS

Forças turcas também realizaram ataques aéreos e terrestres no norte da Síria, tendo como alvos o Estado Islâmico e grupos armados curdos. Segundo relatos, um ataque aéreo turco matou 24 civis perto de Suraysat, um vilarejo ao sul de Jarablus, em 28 de agosto.

CONFLITO ARMADO INTERNO — ABUSOS COMETIDOS PELO GOVERNO AUTÔNOMO LIDERADO PELO PYD

Forças do Governo Autônomo, liderado pelo Partido da União Democrática (PYD), controlaram a maior parte das regiões fronteiriças curdas ao norte. Em fevereiro, forças das YPG demoliram as casas de dezenas de civis árabes em Tal Tamer, na província de al-Hassakeh, acusando os proprietários de apoiarem o Estado Islâmico, de acordo com o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. O Alto Comissariado também informou o recrutamento forçado de doze crianças pela

Asayish, forças de segurança curdas e as YPG.

De acordo com a Rede Síria de Direitos Humanos, o bombardeio e ataques por atiradores das YPG mataram pelo menos 23 civis em áreas controladas pela oposição em Aleppo, entre fevereiro e abril.

PESSOAS EFUGIADAS E DESLOCADAS INTERNAMENTE

Milhões de pessoas continuaram sendo desalojadas pelos conflitos. Segundo o ACNUR, agência de refugiados da ONU, cerca de 4,8 milhões de pessoas fugiram da Síria entre 2011 e o fim de 2016; entre elas, 200 mil pessoas que se tornaram refugiadas em 2016. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, nesse mesmo período de seis anos, aproximadamente 6,6 milhões de pessoas foram deslocadas internamente na Síria, sendo a metade desse número composto de crianças. As autoridades dos países vizinhos Turquia, Líbano e Jordânia, que receberam praticamente todos os refugiados (inclusive os palestinos desalojados da Síria), restringiram a entrada de novos refugiados, expondo-os a mais ataques e privações na Síria. Mais de 75 mil refugiados da Síria viajaram por mar ou terra para a Europa. Muitos países europeus e de outros continentes se recusaram a aceitar uma parcela dos refugiados da Síria por meio de reassentamento e outros caminhos legais.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

As forças do governo mantiveram milhares de pessoas detidas sem julgamento, geralmente em condições que configuravam desaparecimento forçado, aumentando o número de dezenas de milhares de pessoas cujos destinos e paraderos continuam desconhecidos após seu desaparecimento forçado pelas forças do governo desde 2011. Dentre elas estavam críticos e oponentes pacíficos do governo, bem como pessoas detidas no lugar de familiares que as autoridades queriam prender.

Dentre os que continuavam desaparecidos estão o advogado de direitos humanos Khalil Ma'touq e seu amigo Mohamed Thatha, desaparecidos desde outubro de 2012. Os detidos que foram liberados disseram ter visto Khalil Ma'touq nos centros de detenção do governo, mas as autoridades negam estarem mantendo os homens detidos. Milhares de pessoas, na maioria muçulmanas, continuaram desaparecidos desde a sua prisão por forças do governo sírio no fim da década de 1970 e início da década de 1980.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas pelos órgãos de segurança e inteligência do governo, assim como nas prisões estatais, ainda ocorrem de forma sistemática e disseminada. A tortura e outros maus-tratos continuaram resultando numa alta incidência de morte entre os detidos, que se somam às milhares de mortes em custódia desde 2011.¹

Em agosto, o Grupo de Análise de Dados de Direitos Humanos, uma ONG que usa abordagens científicas para analisar as violações de direitos humanos, estimou que pelo menos 17.723 mortes ocorreram entre as pessoas mantidas sob custódia do governo entre março de 2011 e dezembro de 2015, como resultado do uso de tortura e outros maus-tratos.

JULGAMENTOS INJUSTOS

As autoridades processaram alguns supostos opositores no Tribunal Antiterrorismo e no Tribunal de Campo Militar. Os dois procedimentos foram claramente injustos. Os juízes não ordenaram que as alegações dos réus fossem investigadas. Os réus alegavam terem sido torturados e sofrido maus tratos, ou coagidos a fazerem “confissões” que foram usadas como provas contra eles no julgamento.

ASSASSINATOS ILEGAIS

O governo e forças aliadas cometeram assassinatos ilegais, incluindo execuções extrajudiciais. Em 13 de dezembro, o Alto

Comissariado da ONU para Direitos Humanos disse que o governo e forças aliadas tinham entrado em casas de civis e cometido assassinatos sumários conforme avançaram ao leste de Aleppo e que, de acordo com as “várias fontes”, eles mataram pelo menos 82 civis, entre eles 13 crianças, em 12 de dezembro.

DIREITOS DAS MULHERES

Em 15 de junho, a Comissão de Inquérito independente determinou que milhares de mulheres e meninas yazidi fossem transferidas à força por forças do Estado Islâmico de Sinjar para a Síria, vendidas em mercados e escravizadas, inclusive sexualmente. Muitas mulheres e meninas foram submetidas a violência sexual, estupro e outras formas de tortura. Mulheres e meninas que fossem pegas tentando escapar eram submetidas a estupros coletivos e outros tipos de tortura ou punição rigorosa. Uma mulher disse que o combatente que a comprou matou vários de seus filhos e a estupro diversas vezes depois que ela tentou fugir.

PENA DE MORTE

A pena de morte continuou em vigor para muitos crimes. As autoridades divulgaram poucas informações sobre as penas de morte e nenhuma sobre execuções.

-
1. “It breaks the human”: “It breaks the human”: Torture, disease and death in Syria’s prisons (MDE 24/4508/2016)

SOMÁLIA

República Federal da Somália

Chefe de estado: **Hassan Sheikh Mohamad**

Chefe de governo: **Omar Abdirashid Ali Sharmarke**

Chefe da República Somalilândia: **Ahmed Mohamed Mahamoud Silyano**

O conflito armado continua na região central e sul da Somália entre as forças do Governo Federal da Somália (SFG), os mantenedores de paz da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), e o grupo

armado al-Shabaab. As áreas controladas pelas forças do SFG e AMISOM nas regiões centro-sul continuaram ainda sob seus controles. Mais de 50 mil civis foram mortos, feridos, ou deslocados como resultado do conflito armado e da violência generalizada. Todas as partes envolvidas no conflito foram responsáveis por violações de direitos humanos e das leis humanitárias internacionais, inclusive crimes de guerra. Não houve nenhuma responsabilização por essas violações. Grupos armados continuam a recrutar crianças e sequestrar, torturar e matar civis. Estupro e outros crimes de violência sexual foram cometidos amplamente. O conflito, insegurança e restrições contínuas impostas pelos partidos em guerra prejudicaram o acesso das agências de auxílio a algumas regiões. Aproximadamente 4,7 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária; 950 mil sofreram com a falta de segurança alimentar. Dezenas de milhares de pessoas sofreram remoções forçadas. A liberdade de expressão foi cerceada: dois jornalistas foram mortos e outros foram atacados, hostilizados ou multados.

INFORMAÇÕES GERAIS

O SFG e a AMISOM permaneceram no controle da capital, Mogadíscio. Mantiveram também o controle das áreas tomadas do al-Shabaab em 2015 e consolidaram seu controle através da administração federal em Galmugud, Jubbaland e estados do Sudeste. A AMISOM e as Forças Armadas Nacionais da Somália (SNAF) travaram batalhas intermitentes com a al-Shabaab porém o controle do território não mudou. Até o final de 2016, a al-Shabaab ainda controlava muitas áreas rurais, especialmente nas regiões de Bay, Gedo, Lower Shabelle e Middle Juba. Os conflitos deslocaram mais pessoas. Os conflitos interclãs e ataques da al-Shabaab contra civis continuaram, principalmente em distritos onde havia uma troca constante de controle entre a AMISOM e a al-Shabaab. Civis foram mortos e feridos no fogo cruzado e em ataques direcionados, e também por granadas, artefatos explosivos

improvisados, ataques suicidas e graves agressões. Todos os envolvidos no conflito cometeram crimes de guerra.

A Resolução 2275 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em março, prorrogou o mandato da Missão de Assistência da ONU na Somália (UNOSOM) até 31 de março de 2017, enquanto a Resolução 2297, aprovada em julho, prorrogou o mandato da AMISOM até 31 de maio de 2017. O apoio internacional para as forças de segurança do governo, milícias aliadas e a AMISOM foi mantido. Como resultado da pressão por uma prestação de contas, nove soldados de Uganda que serviam com a AMISOM foram condenados à prisão por violarem as regras e normas da manutenção da paz.

A grave situação humanitária continuou e temia-se que o retorno de somalis dos países vizinhos exacerbaria a crise. Pelo menos 477 milhões de pessoas (40% da população) precisava de apoio; os mais vulneráveis eram os mais de 1,1 milhões de pessoas internamente deslocadas (IDP).

Uma crise política surgiu por conta dos colégios eleitorais para as eleições parlamentares e presidenciais programadas para setembro e outubro, respectivamente. Um fórum criado por líderes políticos finalmente chegou a um acordo de que 275 colégios eleitorais, cada um com 51 delegados, escolhidos por líderes mais velhos de cada clã, iriam eleger um membro do parlamento. Eleições foram marcadas para as câmaras inferiores e superiores do parlamento em setembro e outubro, respectivamente, mas foram postergadas duas vezes. Enquanto isso, a al-Shabaab rejeitou todas as formas de eleição, intensificando seus ataques e conclamando seus seguidores a atacar locais de votação e matar os líderes dos clãs, oficiais do governo e membros do parlamento que participassem das eleições.

VIOLAÇÕES COMETIDAS POR GRUPOS ARMADOS

Ataques indiscriminados

A al-Shabaab conduziu ataques indiscriminados e letais em áreas fortemente vigiadas de Mogadíscio e de outras cidades, matando centenas de civis. Alvos de alta visibilidade continuaram vulneráveis a tais ataques. Foi difícil estabelecer o total de civis mortos porque não havia um sistema de controle de fatalidades confiável.

Um ataque da al-Shabaab no Beach View Hotel e no restaurante Lido Seafood na praia de Lido em Mogadíscio no dia 21 de janeiro matou pelo menos 20 pessoas. Um ataque suicida com um carro bomba em uma delegacia de polícia em Mogadíscio no dia 9 de março matou pelo menos três pessoas. Um ataque suicida em um restaurante próximo a um prédio do governo em Mogadíscio no dia 9 de abril matou pelo menos quatro pessoas e feriu sete. Um ataque suicida com carro bomba na sede da polícia de trânsito de Mogadíscio no dia 9 de maio, matou pelo menos cinco pessoas. Um ataque da al-Shabaab no Nasa Hablod Hotel em Mogadíscio no dia 26 de junho matou pelo menos 15 pessoas e feriu mais de 20. Enfrentamentos entre combatentes da al-Shabaab e da SNAF na região de Bay no dia 18 de julho mataram 14 civis no fogo-cruzado. Duas explosões de carros no dia 26 de julho perto de um escritório da ONU em Mogadíscio mataram pelo menos 10 pessoas, tanto civis quanto oficiais de segurança. Dois ataques suicidas na sede do governo local em Galkayo e em Puntland (região semiautônoma no nordeste) no dia 21 de agosto mataram quase 20 civis. Um ataque da al-Shabaab no restaurante Banadir Beach Restaurant na praia de Lido em Mogadíscio no dia 26 de agosto matou pelo menos 10 civis. A explosão de um caminhão fora do SYL Hotel em Mogadíscio, próximo ao palácio presidencial no dia 30 de agosto matou pelo menos 15 pessoas e feriu 45.

Alvos civis

Civis também se tornaram alvos diretos nos ataques, principalmente quando se tratava de combatentes da al-Shabaab e milícias de clãs. No dia 15 de junho, combatentes da al-Shabaab dispararam morteiros em áreas densamente populosas de Mogadíscio; foram ouvidas cinco grandes explosões mas nenhuma morte foi reportada. No dia 6 de agosto a al-Shabaab fez disparos com morteiros em um bairro próximo ao hospital geral em Baidoa, matando um homem e ferindo seis outros.

Além disso, a al-Shabaab continuou a torturar e praticar mortes extrajudiciais de pessoas que julgavam serem espãs ou não estarem seguindo a sua interpretação da lei islâmica. O grupo matou pessoas em público, inclusive decapitando e apedrejando em alguns casos, além de praticar amputações e açoitamentos, especialmente em áreas onde a AMISOM havia se retirado. No dia 19 de janeiro, a al-Shabaab matou um homem no distrito de Kurtuway após acusá-lo de praticar feitiçaria. No dia 20 de maio, a al-Shabaab decapitou três homens no distrito de Buur Hakaba na região de Bay após acusá-los de serem espãs do governo federal. No dia 17 de agosto, a al-Shabaab matou um homem em público, com um pelotão de fuzilamento no assentamento de Biyoley, próximo a Baidoa, após acusá-lo de ser espã do governo federal.

Milícias étnicas e aliadas ao governo continuaram a praticar assassinatos extrajudiciais, extorsões, prisões arbitrárias e estupro. No dia 7 de agosto, uma milícia étnica no distrito de Qansax Dheere, na região de Bay disparou três morteiros em um grupo de civis, matando três pessoas. Em agosto, vários civis foram mortos durante os conflitos entre grupos de clãs na região de Bay.

CRIANÇAS-SOLDADO

Crianças continuaram a sofrer abusos graves de todas as partes envolvidas no conflito armado. A Somália é signatária da Convenção da ONU Sobre os Direitos da

Criança, mas o governo federal ainda não havia implementado os dois planos de ação que assinou em 2012 para por fim ao recrutamento e uso de crianças-soldados, bem como a morte e mutilação de crianças.

Em junho, a UNICEF afirmou que acreditava que havia cerca de 5 mil crianças-soldados na Somália, a maioria recrutada pela al-Shabaab e milícias de clãs.

PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS, REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

Mais de 1,1 milhões de somalis foram deslocados internamente. A maioria continua a se assentar na região do corredor Afgooye, entre Mogadíscio e a cidade de Afgooye. Conflitos intermitentes entre a SNAF e seus aliados da AMISOM e a al-Shabaab prejudicaram o comércio em várias regiões. Enquanto as forças da SNAF e AMISOM controlavam as principais cidades, a al-Shabaab bloqueava as rotas de suprimento e cobrava impostos da população civil em distritos onde ainda mantinha o controle. O conflito continuado ameaça exacerbar a grave situação humanitária.

Em janeiro, o parlamento federal aprovou uma lei para proteger e reabilitar pessoas internamente deslocadas e refugiados somalis, mas a implementação da lei foi lenta. Mais de 1,1 milhão de refugiados somalis permaneceram em países vizinhos e na diáspora mais abrangente. À medida que a violência no lême se intensificou, os somalis que haviam fugido para lá continuaram a retornar à Somália. Até o final do ano, mais de 30.500 somalis retornaram ao país. Nesse período, outros Estados hospedeiros, incluindo a Dinamarca e a Holanda, pressionaram os refugiados e os solicitantes de refúgio somalis que retornassem à Somália, alegando que a segurança no país havia melhorado.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS

As remoções forçadas de pessoas deslocadas e pessoas pobres vivendo em regiões urbanas continuaram a ser um grave

problema, principalmente em Mogadíscio. O governo e proprietários de terras removeram forçosamente aproximadamente 31 mil pessoas nos distritos de Deynile, Dharkeiny, Hamar Weyne, Heliwa, Hodan, Kaxdae Wardhigley em Mogadíscio na primeira metade do ano. Mais de 14 mil pessoas sofreram remoção forçada apenas em janeiro. A maioria das pessoas removidas mudou para locais isolados e perigosos na periferia da capital, onde os serviços sociais eram limitados ou inexistentes e as condições de moradia eram deploráveis.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jornalistas e profissionais da mídia continuaram a ser intimidados, hostilizados e atacados. Dois jornalistas foram assassinados. Em 4 de junho, atiradores não identificados mataram a tiros Sagal Salad Osman, uma jornalista da rádio e canal de televisão estatal. Em 27 de setembro em Mogadíscio, dois assaltantes mataram o jornalista Abdiasis Mohamed Ali da Radio Shabelle. Várias empresas de mídia foram fechadas. Em 9 de julho, a polícia invadiu as instalações da City FM, fechou a rádio e prendeu o editor chefe Abdishakur Abdullahi Ahmed e o vice-editor chefe, Abdirahman Hussein Omar Wadani. Equipamentos da rádio também foram confiscados. No dia 13 de agosto, policiais da região de Beledweyn detiveram o jornalista autônomo, Ali Dahir Herow. O al-Shabaab continuou a repressão à mídia e manteve a proibição da internet nas áreas sob o seu controle.

Na Somalilândia, onde não há uma lei atuante relacionada à mídia que proteja jornalistas, a liberdade da mídia também foi restringida. O governo restringiu a liberdade de expressão daqueles que criticaram suas políticas. Até o mês de outubro, nove jornalistas foram presos por causa do trabalho que fizeram, e sete destes enfrentaram julgamentos de processos criminais. No dia 25 de maio, Ahmed Mouse Sakaaro, um jornalista de Burao, foi preso e acusado de incitação à violência. Em junho, policiais prenderam o editor do jornal independente *Foore*, Abdirashid Abdiwahaab

Ibraahim, e o editor chefe, Mohamed Mahamoud Yousuf, pela cobertura de um acordo sobre a gestão do porto de Berbera entre o governo da Somalilândia e uma empresa privada estrangeira. Também em maio, dois jornalistas – Cabdirashid Nuur Wacays e Siciid Khadar, dono e editor-chefe do jornal *Husband*, respectivamente – foram presos e o jornal foi fechado. Além disso, o governo suspendeu a publicação do jornal *Haartif*, a justiça revogou sua licença e a polícia ocupou suas instalações.

PENA DE MORTE

A Somália continuou a aplicar a pena de morte apesar de apoiar a resolução da Assembleia Geral da ONU sobre uma moratória da pena de morte. Poucas execuções foram reportadas, mas o Tribunal Militar condenou pessoas à morte através de processos que não seguiram padrões internacionais de julgamentos justos. Entre aqueles condenados à morte estava um ex-jornalista acusado de ajudar a al-Shabaab a matar cinco colegas repórteres. Em 14 de agosto, um tribunal militar de Puntland ordenou a execução por fuzilamento de um oficial do exército na cidade de Garowe. Não se sabe se a execução foi realizada.

Na Somalilândia, seis prisioneiros do complexo de segurança máxima Mandera foram executados em janeiro. Em 25 de julho, um tribunal civil em Berbera condenou oito homens à morte. Tribunais civis continuaram a impor penas de morte e pelo menos 50 pessoas estavam no corredor da morte até o final do ano.

SUDÃO

República do Sudão

Chefe de estado e de governo: **Omar Hassan Ahmed al-Bashir**

As autoridades se recusaram a executar mandados de prisão emitidos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). A situação humanitária e de segurança nos estados de Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul

continuou terrível, com violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional generalizadas. A partir de evidências ficou comprovado o uso de armas químicas pelo governo em Darfur. Os direitos a liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica foram arbitrariamente restringidos e a oposição e pessoas suspeitas de se opor ao governo foram submetidas a prisões e detenções arbitrárias, entre outras violações. O uso excessivo de força pelas autoridades para dispersar protestos causou inúmeras mortes.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os conflitos armados continuaram em Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul, resultando em mortes de civis, caos e sofrimento generalizados.

Em março, o Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP) propôs um Acordo de paz e diálogo para acabar com os conflitos. Pelo Acordo, as partes se comprometem a encerrar os conflitos em Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul e garantir acesso humanitário a todas as populações dessas áreas. Também há o compromisso de iniciar um processo de diálogo nacional inclusivo. O governo assinou o Acordo em março, mas de início os grupos de oposição se recusaram a assinar.

Em 8 de agosto, o acordo foi assinado por quatro grupos de oposição: o Partido Nacional Umma, o Movimento Popular de Libertação do Sudão-Norte (SPLM-N), o Movimento de Igualdade e Justiça (JEM) e o Movimento de Libertação do Sudão (SLM-MM) liderado por Minni Minnawi. No dia seguinte, as negociações continuaram em Adis-Abeba, na Etiópia, em duas frentes: entre o SPLM-N e o governo, e sobre o fim das hostilidades e o acesso humanitário em Darfur. Entretanto, em 14 de agosto o diálogo entre o governo e os grupos armados, SPLM-N, JEM e SLM-MM entrou em colapso. O AUHIP anunciou a suspensão das negociações de paz por tempo indeterminado. Os dois lados culparam um ao outro pelo colapso das negociações.

Quando o histórico de direitos humanos do Sudão foi avaliado no processo de Revisão Periódica Universal da ONU em maio, o Sudão aceitou uma série de recomendações, incluindo a ratificação da A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. No entanto, o Sudão rejeitou as recomendações de excluir as cláusulas que geram impunidade da Lei de Segurança Nacional de 2010 e assegurar a investigação e responsabilização judicial de atos considerados como crimes pelas leis internacionais e de violações de direitos humanos cometidas pelo Serviço de Segurança e Inteligência Internacional (NISS), pelas forças armadas e pela polícia.¹

Em janeiro, o parlamento aprovou uma emenda para aumentar a pena máxima por protestar de dois para cinco anos de prisão.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

As autoridades continuaram se recusando a executar cinco mandados de prisão emitidos pelo TPI para cidadãos sudaneses, incluindo dois para o Presidente Omar Al Bashir baseados em acusações de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra supostamente cometidos por seu governo em Darfur.

CONFLITO ARMADO

Darfur

A situação humanitária e de segurança em Darfur continuou terrível em 2016, o 13º ano desse conflito armado.

Em janeiro, forças do governo lançaram uma ofensiva militar de larga escala na região de Jebel Marra, em Darfur. De então até maio ataques aéreos e terrestres alvejaram Jebel Marra. Depois disso, as chuvas sazonais se intensificaram, impossibilitando os ataques terrestres na maior parte da região. As ofensivas aéreas continuaram até meados de setembro.

Foi documentado um grande número de agressões consideradas crimes pelo direito internacional e violações de direitos humanos cometidas pelas forças do governo sudanês,

incluindo o bombardeio de civis e de propriedades civis, execuções extrajudiciais de homens, mulheres e crianças, sequestro e estupro de mulheres, deslocamento forçado de civis e saque e destruição de propriedades civis, incluindo destruição de vilarejos inteiros.

Também foram documentadas evidências que sugerem que armas químicas foram usadas repetidamente pelas forças do governo sudanês nos ataques em Jebel Marra.² Imagens de satélite, mais de 200 entrevistas em profundidade com sobreviventes e análises por especialistas de dezenas de imagens de lesões indicaram que pelo menos 30 ataques provavelmente químicos tenham alvejado Jebel Marra entre janeiro e setembro de 2016. Estima-se que entre 200 e 250 pessoas tenham morrido devido à exposição aos agentes químicos usados nos ataques, sendo muitas — ou a maioria delas — crianças. A maior parte das sobreviventes dos ataques com armas químicas de que se tem suspeita não tinha acesso a serviços médicos adequados.

Cordofão do Sul e Nilo Azul

Em 24 de abril, a Frente Revolucionária do Sudão, uma coalizão de quatro grupos armados da oposição, anunciou um cessar-fogo unilateral de seis meses, ampliando um cessar-fogo anterior anunciado em outubro de 2015. Em 17 de junho, o Presidente Bashir declarou a cessão unilateral das hostilidades por quatro meses no Nilo Azul em Cordofão do Sul. Em outubro, ele ampliou esse compromisso até o fim do ano.

Apesar da declaração de cessão das hostilidades, forças do governo e o SLPN realizaram ataques militares esporádicos a áreas controladas pelo Exército Popular de Libertação do Sudão-Norte (SPLA-N). O conflito armado incluiu ataques terrestres e aéreos por forças do governo, muitos deles direcionados a alvos civis — ou seja, áreas que não cumprem nenhum objetivo militar para o grupo armado que as controla e portanto, de acordo com o direito internacional humanitário, alvejá-las é um

crime de guerra — bem como a negação de acesso humanitário a civis.³

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Ativistas da sociedade civil foram submetidos a prisões e restrições arbitrárias de atividades.

Em 28 de janeiro, o Serviço de Segurança e Inteligência Internacional (NISS) pôs fim a um seminário organizado no Al Mahas Club, na capital Cartum, por um comitê oposto à construção das barragens em Kajbar e Dal no estado do Sudão do Norte. O comitê declarou que as barragens teriam um impacto social e ambiental negativo. O NISS deteve 12 pessoas, e as liberou mais tarde no mesmo dia.

O NISS invadiu o escritório da ONG TRACKS (Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano de Cartum) em 29 de fevereiro e confiscou celulares e notebooks, além de documentos, passaportes dos presentes e dois veículos. Eles prenderam o diretor da TRACKS, Khalafalla Mukhtar, por seis horas, junto com outro funcionário da TRACKS e Mustafa Adam, diretor da Al Zarqaa, outra organização de sociedade civil.⁴ Em 22 de maio, o NISS prendeu oito funcionários e afiliados da TRACKS. Cinco foram soltos sob fiança em junho, mas três ficaram presos de forma provisória, sem acusação por quase três meses pela Promotoria de Segurança do Estado antes de serem transferidos para a Prisão Huda para aguardarem o julgamento.⁵ Em agosto, seis funcionários e afiliados da TRACKS foram acusados de diversos crimes, entre eles crimes contra o Estado passíveis da pena de morte. Até o fim de 2016 o julgamento não havia sido concluído.⁶

Entre 23 e 28 de março, quatro representantes da sociedade civil foram interceptados por agentes de segurança no Aeroporto Internacional de Cartum, quando iam para uma reunião com diplomatas em Genebra, na Suíça, em preparação para o processo da ONU de Revisão Periódica Universal do Sudão.

As autoridades continuaram impedindo que os partidos políticos da oposição organizassem atividades públicas pacíficas. O NISS proibiu o Partido Republicano de celebrar a memória da data da execução de seu fundador, Mahmoud Mohamed Taha, em 18 de janeiro. Em fevereiro, agentes do NISS proibiram dois partidos políticos opositores — o Partido Comunista Sudanês e o Partido do Congresso Nacional — de realizar um evento público em Cartum.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As restrições arbitrárias sobre a liberdade de expressão continuaram. As autoridades confiscaram tiragens de jornais impressos frequentemente. Durante 2016, 12 jornais tiveram edições confiscadas em 44 ocasiões diferentes. Dezenas de jornalistas foram presos e interrogados pelo Escritório de Mídia do NISS e pela Promotoria de Imprensa e Publicações em Cartum.

Em abril, o NISS confiscou os jornais diários *Akhir Lahzah*, *Al Sihaa* e *Al-Tagheer* sem indicar nenhum motivo para isso. Em maio, os jornais *Alwan*, *Al-Mustagilla*, e *Al-Jareeda* foram confiscados pelo NISS direto das gráficas. Em outubro, os jornais *Al Sihaa* e *Al-Jareeda* foram confiscados.

Em 14 de agosto, o Conselho Nacional de Imprensa e Publicações suspendeu indefinidamente a publicação de quatro jornais: *Elaf*, *Al-Mustagilla*, *Al Watan* and *Awal Al Nahar*. O Conselho afirmou ter suspendido os jornais devido às contínuas violações dos regulamentos previstos na Lei de Imprensa e Publicações.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em todo o Sudão, agentes do NISS e membros de outras forças de segurança do estado realizaram prisões e detenções arbitrárias e outras violações contra membros dos partidos políticos de oposição, defensoras e defensores de direitos humanos, estudantes e ativistas políticos.

Em 1º de fevereiro, o NISS prendeu quatro estudantes de Darfur em Cartum após um protesto contra o conflito em Jebel Marra organizado pela Frente Popular Unida,

afiliada ao Movimento de Libertação do Sudão-Abdul Wahid Al Nour..

Em abril, confrontos violentos entre agentes de segurança do estado e estudantes se estenderam por três semanas na Universidade de Cartum. Os protestos foram motivados por relatos de que o governo estava planejando vender alguns dos prédios da universidade. Dezenas de estudantes foram detidos durante esses protestos. Entre eles, cinco foram presos de forma provisória, sem acusação em Cartum.⁷ Eles só foram soltos no fim de abril, mas alguns voltaram a ser presos em maio.

Agentes do NISS invadiram e revistaram o escritório de um advogado de direitos humanos proeminente, Nabil Adib, em Cartum, no dia 5 de maio. Prenderam onze pessoas, das quais oito eram estudantes que haviam sido expulsos ou suspensos da Universidade de Cartum. Todos só foram soltos no fim de junho.

No estado de Darfur Central, em 31 de julho, agentes do NISS prenderam dez pessoas que haviam participado de uma reunião com o Enviado Especial dos EUA para o Sudão e Sudão do Sul, durante sua visita à região. Dessas dez pessoas, sete eram deslocadas internamente. Os dez presos só foram liberados em setembro.⁸

USO EXCESSIVO DE FORÇA

As autoridades restringiram arbitrariamente a liberdade de manifestação da população e, em muitos casos, usaram força excessiva para dispersar pessoas que estavam reunidas, o que causou diversas mortes e numerosas lesões. Não foi instaurada nenhuma investigação sobre esses assassinatos.

Em fevereiro, agentes do NISS e estudantes afiliados ao Partido do Congresso Nacional encerraram violentamente um seminário público organizado por um partido político de oposição na Universidade de El Geneina. Muitos estudantes ficaram gravemente feridos e um, Salah al Din Qamar Ibrahim, morreu em consequência dos ferimentos que havia sofrido.

Em 19 de abril, Abubakar Hassan Mohamed Taha, estudante de 18 anos da Universidade do Cordofão, foi baleado na cabeça por agentes do NISS em Al-Obied, capital do estado de Cordofão do Norte. Os alunos participavam de uma passeata pacífica quando agentes do NISS fortemente armados os interceptaram. Segundo relatos, os agentes atiraram na multidão, na tentativa de impedir que os estudantes participassem das eleições do grêmio estudantil. Outros 27 estudantes ficaram feridos, cinco deles gravemente. O assassinato de Abubakar Hassan Mohamed Taha provocou protestos de estudantes no país todo.⁹

Em 27 de abril, Mohamad Al Sadiq Yoyo, de 20 anos, aluno do segundo ano na Universidade Omdurman Al Ahlia no estado de Cartum, foi morto a tiros por agentes do NISS.

Em 8 de maio, forças policiais na cidade de Kosti em White Nile dispersaram violentamente um protesto pacífico organizado pela Associação de estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade de Al-Imam Al-Mahdi. Segundo relatos, a polícia usou gás lacrimogêneo e cassetetes ferindo cerca de sete estudantes, quatro deles gravemente.

1. Sudan: Amnesty International public statement at the 33rd session of the UN Human Rights Council (AFR 54/4875/2016)
2. Sudan: Scorched earth, poisoned air Sudanese government forces ravage Jebel Marra, Darfur (AFR 54/4877/2016)
3. Sudan: Five years and counting: intensified aerial bombardment, ground offensive and humanitarian crisis in south Kordofan state (AFR 54/4913/2016)
4. Sudan: Ten civil society activists harassed by NISS (AFR 54/3634/2016)
5. Sudan: Further information: three human rights defenders still detained (AFR 54/4267/2016)
6. Sudan: Drop all charges and release activists detained for exercising their rights (News story, 29 August)
7. Sudan: Student activists detained without charge (AFR 54/3861/2016)
8. Sudan: Eight arrested, whereabouts unknown (AFR 54/4617/2016)
9. Sudan: Government must investigate brutal killing of 18-year old university student by intelligence agents (News story, 20 April)

SUDÃO DO SUL

República do Sudão do Sul

Chefe de estado e de governo: **Salva Kiir Mayardit**

Apesar do acordo de paz, o conflito entre o governo e as forças de oposição continuam, junto com violações e abusos de direitos humanos e do direito humanitário. Um Governo de Transição da Unidade Nacional (TGoNU) foi formado em abril, mas desmoronou depois do conflito pesado entre forças do governo e da oposição em Juba, em julho. O governo reconstituído em Juba foi aceito pela comunidade internacional, mas rejeitado pelo líder da oposição, Riek Machar, e seus aliados. O conflito continuou com consequências humanitárias devastadoras para as populações civis. Os serviços de segurança do governo suprimiram ativamente vozes independentes e críticas da oposição, da mídia e de defensores dos direitos humanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

A implantação do Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (o “ARCSS”) foi lenta e enfrentou diversos obstáculos, inclusive a discórdia sobre o número de estados, o alojamento dos soldados da oposição e os acordos de segurança na capital, Juba.

Em 26 de abril, o líder da oposição Riek Machar voltou a Juba para ser nomeado Primeiro Vice-Presidente do TGoNU, conforme disposto no Acordo. Os ministros do TGoNU foram nomeados na semana seguinte.

No início de julho, uma série de confrontos violentos entre forças do governo e da oposição aumentaram a tensão e resultaram em um tiroteio fatal, em 8 de julho, entre guarda-costas do Presidente Salva Kiir e do Primeiro vice-presidente Machar, do lado de fora do Palácio Presidencial, onde os dois se encontraram. Em 10 e 11 de julho, houve confrontos pesados entre as forças do governo e da oposição em Juba.

Esse conflito forçou Riek Machar e as forças de oposição a fugirem para o sul, onde escaparam da perseguição pelas forças do governo durante o mês seguinte. Enquanto isso, o Presidente Salva Kiir dispensou Machar de seu posto como Primeiro Vice-Presidente e o substituiu pelo político da oposição Taban Deng Gai, em 25 de julho. Riek Machar rejeitou e denunciou a dispensa, o que resultou numa cisão no Exército Popular de Libertação do Sudão/ Movimento Opositorista (SPLM/A-IO). A comunidade internacional acabou por aceitar o governo novo e insistiu para que voltasse à implantação do ARCSS.

Relativa tranquilidade foi restaurada em Juba, após a fuga de Machar e das forças da oposição, mas os confrontos na capital desencadearam uma onda de violência no sul da região de Equatória, resultando na morte de civis, saques e detenções arbitrárias. Os condados de Lainya, Yei, Kajokeji, Morobo e Maridi foram os mais afetados. Entre julho e dezembro, mais de 394.500 mil refugiados do Sudão do Sul chegaram ao norte de Uganda para fugir da insegurança.

Em setembro, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 2.304, autorizando a criação de uma Força de Proteção Regional (RPF) com 4.000 membros, além dos 12 mil membros da força de paz Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). A missão da RPF seria facilitar a circulação segura no caminho de Juba, proteger o aeroporto e os principais locais da cidade e abordar qualquer pessoa que estiver se preparando para perpetrar ataques contra civis, atores humanitários ou funcionários e instalações da ONU. No entanto, a RPF não estava em funcionamento no final do ano.

A mesma resolução previa que o CSNU consideraria a imposição de um embargo a armas caso o Sudão do Sul criasse impedimentos políticos ou operacionais ao funcionamento da RPF ou impedisse a UNMISS de desempenhar suas funções. Apesar dos relatos de ataques e obstruções dos funcionários do UNMISS e da aversão do

governo ao mandato e estabelecimento do RPF em dezembro, o Conselho de Segurança da ONU falhou em aprovar a resolução que teria imposto um embargo a armas.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Apesar do ARCSS, houve combates em muitas áreas do país durante o ano. Os conflitos eram sempre acompanhados de violações e abusos dos direitos humanos e das leis humanitárias, como assassinatos, saques e destruição de propriedades civis, sequestros e violência sexual.

Em 17 e 18 de fevereiro, um confronto aconteceu no campo de Proteção aos Civis da ONU em Malakal, que abrigava cerca de 45 mil pessoas. Soldados do governo entraram no local e participaram do combate. Cerca de um terço do acampamento foi queimado completamente, e pelo menos 29 pessoas foram mortas.

Em Bahr el Ghazal Ocidental no início de 2016, soldados do governo atacaram civis, resultando em mortes, tortura incluindo estupro, saqueamentos e incêndios em casas. Os embates entre as forças do governo e da oposição na cidade de Wau em 24 e 25 de junho desalojaram cerca de 70 mil pessoas, e mataram dezenas.

Durante o confronto de julho em Juba, homens armados, em especial soldados do governo, cometeram violações e abusos dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, como assassinatos, violência sexual e saques a propriedades civis e bens humanitários. Soldados do governo também atiraram indiscriminadamente perto dos campos de Proteção aos Civis e, em alguns casos, miraram deliberadamente neles. Foram mortas 54 pessoas deslocadas nos locais durante o confronto, de acordo com a ONU.

Em setembro, chegou a um milhão o número de pessoas refugiadas que haviam cruzado a fronteira para países vizinhos desde o começo do conflito em dezembro de 2013. O número de pessoas buscando proteção nos campos de Proteção aos Civis do país aumentou durante o ano, chegando a 204.918 em outubro. Um total de 1.83

milhões de pessoas continuaram a se deslocar pelo país e 4.8 milhões de pessoas foram afetadas pela insegurança alimentar.

DETEÇÕES ARBITRÁRIAS, TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O Serviço de Segurança Nacional (SSN) do Sudão do Sul e o Diretório de Inteligência Militar do exército nacional continuaram a realizar prisões arbitrárias, detenções prolongadas e, em alguns casos, sem direito a comunicação, e desaparecimentos forçados de oponentes do governo. Os detentos foram submetidos a tortura e outros maus-tratos em vários centros de detenção.

Mais de 30 homens foram detidos pelo SSN num centro de detenção de dois andares em seu quartel, no bairro Jebel, em Juba. Eles foram detidos sob acusações de apoiar o SPLM/A-IO, mas não foram acusados ou levados a um tribunal. Nenhum deles teve acesso a advogados até o fim do ano. O SSN restringiu o acesso a familiares e não providenciou cuidados médicos adequados. Alguns foram submetidos a espancamentos e outras formas de agressão física, principalmente durante interrogatório ou como punição por quebrar as regras internas da detenção. Alguns estavam detidos havia mais de dois anos.

George Livio, jornalista da Rádio Miraya da ONU, continuou detido arbitrariamente pelo SSN sem ser acusado ou julgado, em Juba. O SSN prendeu George Livio em Wau em 22 de agosto de 2014. O SSN negou os pedidos de seu advogado para encontrar com o cliente, além de restringir o acesso a seus familiares.

Loreom Joseph Logie, que estava detido arbitrariamente pelo SSN desde setembro de 2014, morreu em 17 de julho. Antes de morrer, teve teniase, que não foi tratada e causou danos ao fígado.

Um centro de detenção numa base militar de Gorom, 20 km ao sul de Juba, foi usado, pelo menos entre novembro de 2015 e maio de 2016, para deter soldados e civis supostamente afiliados da oposição. Os detidos foram mantidos sem acusação nem julgamento. Ficaram em contêineres de

metal e mal ventilados. Eram alimentados uma ou duas vezes por semana, e a água que bebiam não era suficiente. Muitos dos detidos morreram nesse local, devido às más condições. Outros foram vítimas de execuções extrajudiciais.

Os quartéis militares de Giyada, em Juba, continuaram sendo locais de detenções arbitrárias e sem direito a comunicação, tortura e desaparecimentos forçados. As condições eram especialmente difíceis numa célula de inteligência militar subterrânea, onde os detentos não tinham acesso à luz natural ou serviços sanitários.

Elias Waya Nyipouch, ex-governador do estado de Wau, foi preso em sua casa em 26 de junho. Ficou detido em Juba, no quartel militar de Giyada, e foi transferido em 21 outubro para o quartel de Bilpam, também em Juba. Ficou preso sem ser acusado ou julgado até o fim do ano.

FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não houve investigações convincentes, nem processo contra violações e abusos dos direitos humanos e do direito humanitário em julgamentos nos tribunais civis. Alguns crimes cometidos contra civis por soldados do governo foram, segundo relatos, julgados por juízes militares, apesar da disposição na Lei SPLA do Sudão do Sul na qual se estabelece que se militares cometerem crimes contra civis, a justiça civil assumiria a jurisdição do crime.

Embora o ARCSS estabelecesse a criação de um tribunal híbrido no Sudão do Sul pela Comissão da União Africana, pouco progresso se fez nessa frente. Também houve pouco progresso no estabelecimento de uma Comissão da Verdade, Reconciliação e Cura ou de uma Autoridade de Indenização e Reparações. Esses dois órgãos também estavam previstos no ARCSS.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O espaço para jornalistas e defensores dos direitos humanos trabalharem com liberdade continuou diminuindo, como vinha ocorrendo desde o início do conflito. As autoridades, em especial o SSN, continuaram assediando e

intimidando jornalistas, com intimações para interrogatórios, prisões e detenções arbitrárias. Diversos jornalistas e defensores dos direitos humanos fugiram do Sudão do Sul devido aos riscos.

Joseph Afandi, jornalista em Juba do diário *El Tabeer*, foi preso pelo SSN em 23 de dezembro de 2015 por criticar em um artigo os registros de direitos humanos do Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM). Ele foi mantido, sem direito a comunicação, no quartel do SSN em Juba até ser liberado em fevereiro. Durante a detenção, sofreu tortura e outros maus-tratos.

Alfred Taban, jornalista e editor-chefe do diário *Juba Monitor*, publicou um editorial em 15 de julho no qual disse que tanto Machar quanto Kiir tinham sido “fracassos completos” e “não deveriam continuar em seus postos”. Foi preso no dia seguinte por agentes do SSN e ficou detido em seu quartel em Juba por uma semana. Foi transferido para a custódia da polícia e acusado de “publicar ou comunicar declarações falsas e prejudiciais ao Sudão do Sul” e de “enfraquecer a autoridade ou insultar o presidente”. Foi solto sob fiança em 29 de julho. Até o fim do ano, a data do julgamento não havia sido marcada.

Em 12 de setembro, a equipe do jornal *Nation Mirror* foi intimada pelo SSN e mostrou uma carta na qual se exigia que o jornal “encerrasse as atividades por ter se engajado em atividades incompatíveis com seu status”. O pedido veio depois da publicação de um editorial condenando a corrupção nas forças armadas e um artigo sobre alegações de corrupção contra funcionários do governo.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em fevereiro, duas leis para regulamentar as atividades de ONGs foram promulgadas. As leis restringem o direito de liberdade de associação, exigindo que todas as ONGs se cadastrem, as não cadastradas foram proibidas de funcionar. A Comissão de Auxílio e Reabilitação tinha amplos poderes para cadastrar, monitorar e revogar o

cadastro de ONGs quando fosse considerado que elas não estivessem cumprindo a Lei das ONGs. Os “objetivos de ONGs” aceitáveis listados na Lei não incluem trabalho com direitos humanos e incidência política defesa de políticas.

DIREITO À SAÚDE — SAÚDE MENTAL

Embora os níveis de transtorno de estresse pós-traumático e depressão na população continuem altos, a disponibilidade e o acesso a serviços de apoio psicossocial e à saúde mental continuam limitados. O Hospital Escola de Juba, a única unidade de saúde com atendimento psiquiátrico, continuava com apenas doze camas na ala psiquiátrica. A disponibilidade de drogas psicotrópicas era limitada e inconsistente. Havia apenas dois psiquiatras trabalhando no país, os dois em Juba. Nenhum deles atendia pacientes em tempo integral. Devido à falta de serviços e unidades adequadas, pessoas com doenças mentais continuaram a ser colocadas em prisões, ainda que não tivessem cometido nenhum crime. Na prisão, elas continuavam sem atendimento médico suficiente, e por vezes eram acorrentadas ou confinadas à solitária por longos períodos.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em maio, o Sudão do Sul concluiu a ratificação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e da Convenção da União Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África.

TURQUIA

República da Turquia

Chefe de estado: Recep Tayyip Erdoğan

Chefe de governo: Binali Yıldırım (substituiu Ahmet Davutoğlu em maio)

Uma tentativa de golpe levou a repressão em massa do governo contra funcionários públicos e a sociedade civil. As pessoas acusadas de ligação com o movimento

Fethullah Gülen foram o alvo principal. Em seis meses de estado de emergência o governo manteve mais de 40 mil pessoas presas e sem acesso a julgamento. Houve evidências de tortura de pessoas presas logo após a tentativa de golpe. Quase 90 mil funcionários públicos foram demitidos; centenas de meios de comunicação e ONGs foram fechados e jornalistas, ativistas e parlamentares foram presos. Violações de direitos humanos por forças de segurança continuaram impunes, em especial no sudeste predominantemente curdo do país, onde a população urbana foi submetida a um toque de recolher de 24 horas. Cerca de meio milhão de pessoas foram deslocadas internamente no país. A UE e a Turquia concordaram com um “acordo de migração” para impedir migração irregular para a UE. Com isso, centenas de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio foram devolvidos à Turquia pela Europa e órgãos da UE reduziram suas críticas à situação dos direitos humanos na Turquia.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Presidente Erdoğan acumulou poder progressivamente durante o ano. Emendas constitucionais com o objetivo de conceder ao Presidente ainda mais poderes executivos foram submetidas ao voto do parlamento em dezembro.

Confrontos armados entre o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e as forças do governo continuaram, em especial no leste e sudeste do país, com maioria curda. O governo federal substituiu prefeitos eleitos em 53 municípios por pessoas de sua confiança; 49 desses prefeitos eram do Partido das Regiões Democráticas (DBP), curdo e de oposição. Assim como muitos políticos eleitos, nove parlamentares do Partido Democrático dos Povos (HDP) foram presos sem julgamento em novembro.

¹ Uma missão de investigação da ONU para o sudeste foi bloqueada pelas autoridades, que também impediram ONGs nacionais e internacionais, entre elas a Anistia Internacional, de documentar violações de direitos humanos na região.

Em março, a UE e a Turquia firmaram um acordo migratório com o objetivo de impedir a migração irregular da Turquia para a UE. Como resultado, a UE silenciou sobre os inúmeros abusos contra os direitos humanos cometidos na Turquia.

Em 15 de julho, facções das forças armadas turcas lançaram uma tentativa violenta de golpe. Ela foi suprimida rapidamente, em parte por pessoas comuns que foram às ruas e confrontaram-se com tanques de guerra. As autoridades anunciaram que 237 pessoas foram mortas, entre elas 34 conspiradores do golpe, e que 2.191 pessoas ficaram feridas durante a noite de violência em que o Parlamento foi bombardeado e outras infraestruturas civis e estatais foram atacadas.

Logo depois da tentativa de golpe, o governo declarou estado de emergência por três meses, em outubro ele foi prorrogado por mais três meses, violando uma lista de artigos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos. O governo aprovou uma série de decretos que não respeitavam nem mesmo essas regras mínimas. Quase 90 mil funcionários públicos, entre eles professores, policiais, militares, médicos, juízes e procuradores foram demitidos de seus cargos com base em alegações de terem ligações com uma organização terrorista ou representarem uma ameaça à segurança nacional. Presumiu-se que a maioria das alegações seriam de ligação com Fethullah Gülen, ex-aliado que o governo turco acusa de ter sido o cérebro por trás do golpe. Não havia um dispositivo legal claro para recorrer dessas demissões. Pelo menos 40 mil pessoas foram presas sem julgamento, acusadas de estarem ligadas ao golpe ou ao movimento de Gülen, classificado pelas autoridades como Organização Terrorista Fethullah Gülen (*FETÖ*).

Em agosto, a Turquia lançou uma ofensiva militar no norte da Síria tendo como alvo o grupo armado Estado Islâmico (EI) e as Forças de Defesa Popular, grupo armado curdo afiliado ao PKK. Em outubro, o

Parlamento ampliou a autorização para a Turquia conduzir ataques militares no Iraque e na Síria por mais um ano.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão sofreu uma deterioração aguda durante o ano. Depois da declaração de estado de emergência, 118 jornalistas foram presos sem julgamento e 184 meios de comunicação foram fechados de modo arbitrário e permanente por decretos, deixando a mídia de oposição severamente restrita.² Pessoas que expressavam críticas, especialmente em relação à questão curda, foram submetidas a ameaças de processos criminais e violência. A censura na internet aumentou. Pelo menos 375 ONGs, entre elas grupos de apoio aos direitos das mulheres, associações de advogados e organizações humanitárias foram fechados por decreto em novembro.

Em março, um tribunal da capital Ancara interveio no grupo de comunicação de oposição Zaman e nomeou um novo administrador para ele em decorrência de uma investigação sobre um possível envolvimento do grupo com terrorismo. Depois de a polícia invadir os escritórios do Zaman, uma linha editorial a favor do governo foi imposta aos jornais e canais de televisão do grupo. Em julho, os meios de comunicação do Grupo Zaman foram fechados permanentemente junto com outros meios de comunicação ligados ao Gülen. Novos veículos criados depois que o governo tomou o controle do Grupo Zaman também foram fechados.

Em maio, o editor-chefe do jornal *Cumhuriyet* Can Dündar e o representante do veículo em Ancara Erdem Gül foram condenados por “revelar segredos de estado” e sentenciados a cinco anos e dez meses de prisão e cinco anos de prisão respectivamente por terem publicado artigos alegando que as autoridades da Turquia tinham tentado enviar armas para grupos armados de oposição na Síria secretamente. O governo alegou que os caminhões estavam levando ajuda humanitária aos turcos. Até o fim do ano, o julgamento do recurso da

decisão sobre o caso permanecia pendente. Em outubro, mais dez jornalistas foram presos sem julgamento por crimes em nome do FETÖ e do PKK.

Em agosto, a polícia fechou o principal jornal curdo Özgür *Gündem* com base em uma ordem judicial que indicava o fechamento pelo jornal estar sendo investigado por suspeita de terrorismo, uma sanção que não está prevista na lei. Dois editores e dois jornalistas foram detidos para aguardar julgamento e acusados de crimes de terrorismo. Três foram libertados em dezembro, enquanto o editor İnan Kızılkaya continuou preso.³ Em outubro, o jornal Özgür *Gündem* foi fechado permanentemente por decreto, junto com todos os principais meios de comunicação nacionais direcionados à população curda.

Acadêmicos que assinaram a petição criada em Janeiro pelo grupo. Acadêmicos pela Paz, que pedia o retorno das negociações de paz e o reconhecimento das demandas do movimento político curdo, foram submetidos a ameaças de violência, investigações administrativas e criminais. Quatro deles foram detidos até o momento de sua audiência em abril; quando foram libertados, mas não absolvidos.⁴ Até o fim do ano, 490 dos acadêmicos ainda estavam sob investigação administrativa e 142 tinham sido liberados. Desde a tentativa de golpe, mais de 1100 dos acadêmicos estavam formalmente sob investigação criminal.

A censura na internet aumentou, com as autoridades emitindo ordens aprovadas pelo judiciário para retirar ou bloquear conteúdo, inclusive websites e contas de redes sociais. Não havia nenhum recurso legal efetivo disponível para contestar essas ordens. Em outubro, as autoridades cortaram os serviços de internet no sudeste da Turquia e limitaram várias redes sociais.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Em maio, baseadas em argumentos ilegítimos, as autoridades baniram a passeata do dia internacional das trabalhadoras e trabalhadores pelo quinto ano consecutivo e a passeata do Orgulho LGBTI pelo segundo

ano seguido, ambas em Istambul. A polícia usou excesso de força contra pessoas que tentavam pacificamente realizar essas manifestações. De julho em diante as autoridades usaram as leis do estado de emergência para emitir proibições impedindo manifestações em cidades por toda a Turquia. Durante este período a polícia também usou excesso de força contra as pessoas que apesar das proibições tentavam exercer seu direito de liberdade de manifestação pacífica.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Houve um aumento nos casos de tortura e outros maus-tratos relatados em detenções policiais, em áreas com toque de recolher no sudeste da Turquia e, mais marcadamente, em Ancara e Istambul logo após a tentativa de golpe. As investigações sobre os abusos não foram efetivas.

O estado de emergência removeu proteções para pessoas privadas de liberdade e permitiu práticas que tinham sido proibidas, o que ajudou a facilitar o uso de tortura e outros maus-tratos: o período máximo de detenção sem acusação foi aumentado de quatro para trinta dias; e medidas impedindo o contato dos detentos com seus advogados antes das acusações por cinco dias e autorizando a gravação de conversas entre detentos e seus advogados e seu uso pela promotoria de acusação foram criadas. O direito das pessoas detidas de terem acesso a assistência jurídica e a escolha de uma equipe de assistência própria e não indicada pelo estado, foram restringidos ainda mais. Foram realizados exames médicos na presença de policiais e os relatórios foram arbitrariamente negados aos advogados dos detentos.

Não há nenhum mecanismo nacional para o monitoramento independente de espaços de detenção desde o fechamento da Instituição Nacional de Direitos Humanos em 2015 e da constatação de que o órgão criado como seu sucessor simplesmente não funciona. O Comitê para Prevenção de Tortura do Conselho da Europa visitou centros de detenção em agosto e forneceu

um relatório às autoridades turcas em novembro. No entanto, até o final do ano o governo não havia publicado o relatório. O Relator Especial da ONU sobre tortura visitou o país em novembro, depois de sua visita ter sido adiada a pedido das autoridades turcas.

As autoridades declararam sua adesão a políticas de “tolerância zero com a tortura”, mas em várias ocasiões, porta-vozes do governo repudiaram sumariamente relatórios sobre o uso de tortura no país afirmando que os golpistas mereciam sofrer abuso e que as alegações de tortura não seriam investigadas. As autoridades acusaram a Anistia Internacional e o Human Rights Watch de serem instrumentalizadas pela “organização terrorista” FETÖ após a publicação conjunta das ONGs sobre o uso de tortura e os maus-tratos no país.⁵ Três associações de advogados que trabalhavam contra violência policial e tortura foram fechadas em novembro por um decreto.

Advogados disseram que 42 pessoas detidas em maio, em Nusaybin, após os confrontos entre afiliados ao PKK e forças do governo foram espancadas e submetidas a outros maus tratos sob a custódia da polícia. Foi dito que o grupo, no qual havia crianças e adultos, foi encapuzado, espancado durante o interrogatório policial e não tiveram acesso a cuidados médicos para as lesões.

Foi reportado uso generalizado de tortura e outros maus-tratos contra os suspeitos de participarem da tentativa de golpe logo em seguida a ela. Em julho, foram relatados diversos espancamentos, agressões sexuais, ameaças de estupro e estupros durante a detenção de milhares de pessoas em espaços de detenção policiais oficiais e extra-oficiais. Aparentemente os militares detidos foram alvo dos piores abusos físicos, mas várias formas de tortura foram usadas em larga escala: manter detentos em posições de submissão e dor física intensa, algemados com as mãos nas costas e negar comida, água ou acesso ao banheiro. Frequentemente os advogados e familiares dos detentos não e am informados de sua detenção, só ficavam sabendo quando elas eram finalmente acusadas formalmente.

USO EXCESSIVO DE FORÇA

Até junho, as forças de segurança conduziram operações contra indivíduos armados afiliados ao PKK, que haviam cavado trincheiras e erguido barricadas em áreas urbanas no sudeste da Turquia. O uso pelas autoridades de toques de recolher durante as 24 horas do dia, proibindo totalmente as pessoas saírem de casa, combinado com o uso de armamento pesado, inclusive de tanques, em áreas povoadas, foi uma resposta desproporcional e abusiva a uma questão de segurança séria, e pode ser considerado uma forma de punição coletiva à população dessas áreas.⁶ As evidências sugerem que as forças de segurança usaram uma política de atirar para matar contra pessoas armadas, o que causou mortes e ferimentos também a pessoas desarmadas e deslocamento forçado massivo..

Em janeiro, o jornalista Refik Tekin, da IMC TV, foi baleado enquanto levava feridos para receberem cuidados médicos em Cizre, cidade que estava submetida ao toque de recolher do governo. Ele continuou filmando depois de ser ferido, aparentemente por pessoas que estavam em um veículo policial blindado. Depois, ele foi detido e investigado com base nas leis de terrorismo.

IMPUNIDADE

A cultura de impunidade das forças de segurança pelos abusos cometidos enraizada no país continuou vigorando. As autoridades não investigaram as alegações de violações de direitos humanos cometidas no sudeste do país, onde poucos ou nenhum dos passos básicos foram dados para processar os casos, inclusive de assassinatos. Em alguns casos, testemunhas sofreram ameaças. Em junho, emendas de leis passaram a exigir a autorização do governo para iniciar qualquer investigação sobre conduta de militares durante operações de segurança e que qualquer julgamento resultante seja realizado em tribunais militares. Esses tribunais já se provaram bastante fracos ao processar

militares por abusos contra os direitos humanos.

As declarações do governo repudiando as alegações de tortura e maus-tratos em detenções policiais após a tentativa de golpe indicaram um rumo preocupante para o país.

Apesar da ratificação da Convenção do Conselho da Europa sobre prevenção e combate à violência contra mulheres (Convenção de Istambul), as autoridades fizeram pouco ou nenhum progresso para acabar com a violência doméstica generalizada contra as mulheres, nem adotaram procedimentos para investigar se foram crimes de ódio os casos de pessoas mortas aparentemente em razão da sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Não houve progresso nas investigações sobre as mortes de cerca de 130 pessoas enquanto tentavam se abrigar de confrontos em porões de três prédios durante o toque de recolher em Cizre, em fevereiro. As autoridades alegaram haver um bloqueio no acesso para as ambulâncias organizado pelo PKK, mas fontes locais informaram que as pessoas nos porões estavam feridas, precisavam de cuidados médicos emergenciais e morreram em decorrência dos ferimentos ou foram mortas quando as forças de segurança invadiram os prédios.

O governador da província de Ağrı, no leste da Turquia, impediu que uma investigação contra policiais analisasse as mortes de dois jovens, de 16 e 19 anos, em Diyaridin. As autoridades alegaram que a polícia atirou contra os jovens em legítima defesa, mas um relatório de balística mostrou que a arma encontrada no local não tinha sido disparada nem tinha as digitais dos jovens.

As autoridades não avançaram na investigação do assassinato, em novembro de 2015, de Tahir Elci, presidente da associação Diyarbakir Bar e conhecido defensor dos direitos humanos. A investigação foi prejudicada por uma análise incompleta da cena do crime e pelo desaparecimento de vídeos do circuito interno de televisão.

Com mais de três anos de duração, as investigações sobre o uso de força pela polícia nos protestos de Gezi Park não trouxeram resultados e levaram a apenas uns poucos processos insatisfatórios. O tribunal emitiu uma multa de 10.100 liras (menos de 10 mil reais) para o policial que foi julgado novamente pelos tiros fatais que disparou contra o manifestante de Ancara Ethem Sarisülük. O tribunal reduziu a indenização dada a Dilan Dursun em 75% — ela ficou com sequelas permanentes depois de ter sido atingida na cabeça por um lata de gás lacrimogêneo atirada pela polícia durante os protestos em Ancara no dia do funeral de Ethem Sarisülük. O tribunal decidiu que ela teve responsabilidade pelo ocorrido, uma vez que participava de uma “manifestação ilegal”.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Houve um aumento enorme no número de ataques indiscriminados e direcionados especificamente a civis, demonstrando desprezo pelo direito à vida e pelo princípio da humanidade. O Estado Islâmico, o PKK, sua ramificação Falcões da Liberdade do Curdistão (TAK) e o Partido da Frente Libertação Popular Revolucionária foram responsabilizados ou assumiram a responsabilidade pelos ataques.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO

A Turquia foi o país que mais recebeu pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio no mundo estima-se que em torno de três milhões delas vivem no país. Há uma população significativa de afegãos e iraquianos, junto com 2,75 milhões de sírios registrados que receberam status temporário de proteção. A UE firmou um acordo migratório com a Turquia em março com o objetivo de impedir a migração irregular para a UE. O acordo prevê que pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio seja devolvidas à Turquia, ignorando as muitas falhas na proteção que o país é capaz de garantir a essas pessoas.⁷ A fronteira da Turquia com a

Síria continuou fechada. Apesar das melhorias, a maioria das crianças refugiadas sírias na Turquia não tiveram acesso à educação e a maioria dos adultos não conseguiu emprego legal. Muitas famílias refugiadas, sem formas de conseguir sua subsistência adequada viveram em condições miseráveis.

Houve retornos forçados em massa de pessoas sírias pelas forças de segurança turcas nos primeiros meses do ano, bem como ocorrências de devoluções ilegais dessas pessoas à Síria e casos de guardas da fronteira da Turquia atirando de forma fatal ou não em pessoas que precisavam de proteção.

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

Centenas de milhares de pessoas foram submetidas a deslocamento forçado devido ao toque de recolher imposto no sudeste da Turquia. A imposição notificada com apenas algumas horas de antecedência forçou as pessoas a partir com poucos ou nenhum de seus bens. Em muitos casos, pessoas deslocadas não conseguiram que seus direitos sociais e econômicos, como moradia e educação adequados, fossem respeitados. Elas receberam ofertas injustas de indenização pela perda de seus bens e de seus meios de subsistência. Seu direito de retorno às suas casas foi gravemente comprometido pelos altos níveis de destruição e pelo anúncio de projetos de reconstrução que, provavelmente, excluirão a população que ali residia.⁸

-
1. Turquia: HDP deputies detained amid growing onslaught on Kurdish opposition voices (News story, 4 November)
 2. Turkey: Massive crackdown on media in Turkey (EUR 44/5112/2016)
 3. Turkey: End pre-trial detention of Özgür Gündem guest editors (EUR 44/4303/2016)
 4. Turkey: End pre-trial detention of Özgür Gündem guest editors (EUR 44/4303/2016)
 5. Joint Statement: Turkey – state of emergency provisions violate human rights and should be revoked (EUR 44/5012/2016)
 6. Turkey: Security operations in southeast Turkey risk return to widespread human rights violations seen in the 1990s (EUR 44/4366/2016)

7. Turkey: No safe refuge – asylum-seekers and refugees denied effective protection in Turkey (EUR 44/3825/2016)
8. Turkey: Displaced and dispossessed – Sur residents' right to return home (EUR 44/5213/2016)

UCRÂNIA

Ucrânia

Chefe de estado: **Petro Poroshenko**

Chefe de governo: **Volodymyr Hroysman (substituiu Arseniy Yatsenyuk em abril)**

Conflitos esporádicos e em baixa escala continuaram no leste da Ucrânia, com os dois lados violando o acordo de cessar fogo. Tanto as forças ucranianas quanto as forças separatistas pró-Rússia permaneceram impunes quanto às violações do direito humanitário internacional, incluindo crimes de guerra como o uso de tortura. As autoridades na Ucrânia e as autodenominadas Repúblicas Populares de Donetsk e de Lugansk realizaram prisões ilegais de pessoas que apoiavam o lado oposto, para inclusive serem usadas em trocas de prisioneiros. A tão aguardada Secretaria de Investigações do Estado, cujo objetivo era investigar as violações cometidas por militares e policiais, foi criada formalmente, mas não entrou em funcionamento até o final do ano. A imprensa e os ativistas independentes não tiveram permissão para trabalhar livremente nas Repúblicas Populares de Donetsk e de Lugansk. A imprensa conhecida como pró-Rússia enfrentou hostilidades nos territórios controlados pelo governo. A maior Marcha do Orgulho LGBTI já realizada na capital, Kiev, teve apoio das autoridades locais e foi efetivamente protegida pela polícia. Na Crimeia, as autoridades de fato continuaram sua campanha para eliminar dissidentes pró-ucranianos. As autoridades contavam cada vez mais com a legislação russa de combate ao extremismo e ao terrorismo, bem como com o processo criminal de dezenas de pessoas consideradas desleais.

INFORMAÇÕES GERAIS

Depois de uma crise política de dois meses e de diversos políticos favoráveis à reforma renunciarem a cargos do alto escalão do governo alegando corrupção generalizada, o Parlamento aceitou a renúncia de Arseniy Yatsenyuk em 12 de abril. Ele foi substituído por Volodymyr Hroysman.

Conflitos e tiroteios esporádicos entre o governo e as forças separatistas apoiadas pela Rússia continuaram. Tiroteios, bombardeios e material bélico não detonado continuaram a causar mortes e lesões de civis. A Missão das Nações Unidas para o Monitoramento dos Direitos Humanos estimou que houve mais de 9.700 mortes relacionadas aos conflitos, das quais cerca de 2.000 foram de civis, e pelo menos 22.500 lesões relacionadas aos conflitos desde o início, em 2014.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) publicou sua avaliação preliminar da Ucrânia em 14 de novembro. O relatório concluiu que a “situação no território da Crimeia e Sevastopol chega a um conflito armado internacional entre a Ucrânia e a Federação Russa” e que essa “informação... sugeriria a existência de um conflito armado internacional no contexto de hostilidades armadas no leste da Ucrânia”. Uma emenda à Constituição foi aprovada em junho, adiando a ratificação do Estatuto de Roma do TPI por um “período provisório” de três anos.

As autoridades ucranianas continuaram a restringir com rigor o movimento de residentes das regiões de Donetsk e Lugansk, controladas por separatistas, para o território controlado pelo governo.

As autoridades russas realizaram eleições parlamentares na Crimeia, que não foram reconhecidas internacionalmente.

A economia, afetada pelo conflito, começou a crescer lentamente: o PIB aumentou em 1%. Os preços de bens e serviços básicos, como aquecimento e água, continuaram a aumentar, onerando ainda mais os padrões de vida decadentes da maioria da população. Os padrões de vida

nas áreas controladas por separatistas continuaram a se deteriorar.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Houve pouco progresso para levar à justiça os representantes da lei responsáveis pelo uso abusivo de força durante os protestos EuroMaidan em Kiev, em 2013-2014. A investigação foi prejudicada por obstáculos burocráticos. Em 24 de outubro, o Procurador Geral reduziu a equipe e os poderes do departamento especial responsável pelas investigações de abusos durante os protestos EuroMaidan, e criou uma nova unidade para investigar apenas o ex-presidente Vyktor Yanukovych e seus aliados mais próximos.

A nova Secretaria de Investigações do Estado foi criada formalmente em fevereiro, para investigar crimes cometidos por representantes da força policial e pelos militares, mas a escolha de seu chefe, com base em uma competição aberta, não havia sido finalizada até o final do ano.¹

O Subcomitê para a Prevenção de Tortura (SPT) da ONU suspendeu sua visita à Ucrânia em 25 de maio, após o Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) negar seu acesso a algumas de suas instalações no leste do país, onde, segundo relatos, prisioneiros secretos eram mantidos e torturados, além de receberem outros maus-tratos. O SPT retomou e finalizou sua visita em setembro. Também preparou um relatório, cuja publicação não foi autorizada pelas autoridades ucranianas.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O advogado Yuriy Grabovsky desapareceu em 6 de março, e foi encontrado assassinado em 25 de março. Antes de seu desaparecimento, Yuriy Grabovsky reclamou sobre intimidação e hostilidade por parte das autoridades ucranianas, numa tentativa de fazê-lo se retirar do caso de um dos dois operários russos que supostamente foram capturados no leste da Ucrânia pelas forças do governo. Durante uma coletiva de imprensa em 29 de março, o Promotor Militar-Chefe da Ucrânia anunciou que dois

suspeitos tinham sido presos em conexão com o assassinato de Yuriy Grabovsky. No final do ano, eles ainda estavam detidos aguardando o julgamento e a investigação estava em andamento.²

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As autoridades ucranianas e as forças separatistas no leste da Ucrânia se envolveram em detenções ilegais no território sob seu respectivo controle. Os civis suspeitos de simpatizarem com o lado oposto foram usados como moeda de troca por prisioneiros.³ Os que não eram desejados pelo lado oposto permaneceram presos durante meses, muitas vezes sem reconhecimento, sem recursos legais nem previsão de libertação.

Kostyantyn Beskorovayny voltou para casa em 25 de fevereiro, após seu rapto e o reconhecimento oficial indireto de sua prisão sigilosa se tornarem o assunto de uma campanha internacional.⁴ Em julho, o Promotor Militar-Chefe da Ucrânia prometeu uma investigação efetiva das alegações de desaparecimentos forçados, torturas e detenções secretas de 15 meses realizados pelo SBU, porém nenhum resultado tangível da investigação foi informado até o final do ano.

Dezenas de outras pessoas foram mantidas em sigilo nas instalações do SBU em Mariupol, Pokrovsk, Kramatorsk, Izyum e Kharkiv e possivelmente em outros locais. Algumas foram, em algum momento, trocadas por prisioneiros mantidos pelos separatistas. A Anistia Internacional e a Human Rights Watch receberam os nomes de 16 pessoas através de três diferentes fontes, todas independentes, confirmando que estas pessoas eram prisioneiras secretas do SBU em Kharkiv desde 2014 ou 2015, e compartilharam a lista com as autoridades ucranianas. Pelo menos 18 pessoas, incluindo os 16 prisioneiros, foram secretamente libertados logo a seguir. Suas prisões nunca foram oficialmente reconhecidas. Destas pessoas, Vyktor Ashykhmyin, Mykola Vakaruk e Dmytro

Koroliiov decidiram se manifestar e registraram reclamações oficiais.⁵

Nas autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, os "Ministros de Segurança do Estado" locais usaram seus poderes por meio de "decretos" locais para prender pessoas de forma arbitrária por até 30 dias, prazo que foi prorrogado diversas vezes. Ivan Kozlovskiy (preso em 27 de janeiro) e Volodymyr Fomychev (preso em 4 de janeiro) foram acusados de posse ilegal de armas (eles negam) e de "apoiar" o "lado ucraniano". Um tribunal em Donetsk condenou Volodymyr Fomychev a dois anos de prisão em 16 de agosto. Ivan Kozlovskiy permanecia detido, aguardando o julgamento, até o final do ano.

PESSOAS DESALOJADAS NO PAÍS

O Comitê CERD destacou uma série de itens preocupantes sobre as dificuldades enfrentadas pessoas desalojadas no país em sua análise da Ucrânia em 2016. Esses itens incluíram a ligação de benefícios sociais, como pensões, ao status dessas pessoas e à residência em áreas controladas pelo governo.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO — JORNALISTAS

Veículos de imprensa que compartilhavam de pontos de vista pró-Rússia ou pró-separatista, e especialmente os que criticavam as autoridades, enfrentaram hostilidades como ameaças de encerramento de atividades ou violência física. O canal de TV Inter foi ameaçado de fechamento repetidamente pelo Ministro do Interior e, em 4 de setembro, cerca de 15 homens encapuzados tentaram invadir o escritório da Inter, sem sucesso. Eles acusavam o canal de cobrir as notícias com viés pró-Rússia. Ao fracassar, atiraram coquetéis molotov no prédio, iniciando um incêndio.

O popular apresentador de TV Savik Shuster (que tem dupla nacionalidade, canadense e italiana) teve sua licença de trabalho revogada pelo Serviço de Migração Ucraniano, violando o procedimento existente. O Tribunal de Apelação de Kiev

restabeleceu a licença em 12 de julho. Na sequência, processos penais foram abertos contra o canal de TV 3STV, de Savik Shuster, pelas autoridades fiscais. Em 1 de dezembro, Savik Shuster decidiu encerrar as atividades do canal devido à pressão e à falta de fundos.

Ruslan Kotsaba, jornalista freelance e blogueiro de Ivano-Frankivsk, foi condenado a três anos e meio de prisão em 12 de maio por "obstruir as atividades legítimas das Forças Armadas Ucranianas em um período especial". Ele havia sido preso em 2015, depois de postar um vídeo no YouTube em que exigia o fim imediato dos combates em Donbass e em que convocava os homens ucranianos a resistir ao serviço militar obrigatório. Ele foi totalmente absolvido ao recorrer em 12 de julho, sendo imediatamente libertado.

Em 20 de julho, o jornalista Pavel Sheremet foi morto por uma bomba implantada no seu carro, na capital Kiev. Os criminosos não haviam sido identificados até o final do ano. A investigação do assassinato do jornalista Oles Buzina, morto a tiros por dois homens encapuzados em 2015, também não gerou resultados.

Jornalistas com visões pró-ucranianas ou que se reportavam a veículos de imprensa ucranianos não conseguiram trabalhar abertamente em áreas controladas por separatistas e na Crimeia. Uma equipe russa do canal de TV independente Dozhd foi presa em Donetsk e deportada para a Rússia pelo Ministério de Segurança de Estado, após a gravação de uma entrevista com um ex-comandante separatista.

Na Crimeia, jornalistas independentes não conseguiram trabalhar abertamente. Jornalistas da Ucrânia continental tiveram sua entrada recusada e retornaram à fronteira de facto. Jornalistas e blogueiros locais que criticavam a ocupação russa e a anexação ilegal da Crimeia corriam o risco de serem processados, e poucos ousaram expressar seus pontos de vista. Mykola Semena, jornalista veterano, foi investigado sob acusações de "extremismo" (com pena de até sete anos de prisão caso seja

condenado), tendo suas viagens restringidas. Ele havia publicado um artigo on-line com um pseudônimo, apoiando o "bloqueio" da Crimeia por ativistas pró-ucranianos como uma medida necessária para que a península fosse "devolvida" à Ucrânia. Ele foi considerado oficialmente como "apoiador do extremismo" e sua conta bancária foi congelada. No final do ano, a investigação sobre seu caso ainda estava em andamento.

DIREITOS LGBTI

Em 19 de março, um tribunal em Liev, no oeste da Ucrânia, proibiu a realização do Festival da Igualdade LGBTI nas ruas devido a preocupações com a segurança pública. Os organizadores transferiram o evento para um local fechado, mas em 20 de março o local foi atacado por um grupo de ativistas de direita mascarados. Nenhuma lesão foi relatada, porém os organizadores foram forçados a cancelar o evento.

Uma Marcha do Orgulho LGBTI ocorreu no centro de Kiev em 12 de junho, com apoio das autoridades de Kiev e ampla proteção da polícia. Com cerca de 2.000 participantes, ela se tornou o maior evento deste tipo já realizado na Ucrânia.⁶

CRIMEIA

Nenhum dos desaparecimentos forçados que seguiram à ocupação russa foi efetivamente investigado. Ervin Ibragimov, membro do Congresso Mundial dos Tártaros da Crimeia, foi dado como desaparecido próximo à sua residência em Bakhchisaray, Crimeia central, em 24 de maio. Uma gravação de vídeo de uma câmera de segurança foi disponibilizada mostrando homens uniformizados forçando Ervin Ibragimov a entrar em uma minivan e levando-o embora. Foi aberta uma investigação, porém não houve progresso até o final do ano.⁷

A liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica, que já eram bastante restritas, foram ainda mais reduzidas. As autoridades de facto da Crimeia bloquearam o acesso aos sites de parte da imprensa independente, que já tinha sido forçada a se realocar para a parte continental da Ucrânia

nos anos anteriores. Em 7 de março, o prefeito da capital da Crimeia, Simferopol, proibiu todas as reuniões públicas, exceto as organizadas pelas autoridades.

O grupo étnico dos tártaros da Crimeia continuou a carregar o fardo da campanha das autoridades de facto para eliminar todos os vestígios remanescentes dos dissidentes pró-ucranianos.⁸ *O Mejlis do Povo Tártaro da Crimeia, órgão eleito em uma assembleia informal, Kurultai, para representar a comunidade, foi suspenso em 18 de abril e foi banido por um tribunal, que o considerou "extremista", em 26 de abril. Seu banimento foi mantido pelo Tribunal Superior da Federação Russa em 29 de setembro.*⁹

O julgamento do líder interino do Mejlis, Akhtem Chiygoz continuou sob acusações forçadas de organizar "desordens em massa" em 26 de fevereiro de 2014 em Simferopol (uma manifestação predominantemente pacífica na véspera da ocupação Russa, marcada por alguns confrontos entre manifestantes pró-Rússia e pró-Ucrânia). Mantido em um centro de detenção antes do julgamento, nos arredores do edifício do tribunal, ele só podia assistir as audiências judiciais por meio de um link de vídeo, supostamente devido ao "perigo" que ele representava. Akhtem Chiygoz continuou sendo um dos muitos prisioneiros de consciência na Crimeia. Ali Asanov e Mustafa Degermendzhi também continuaram presos enquanto aguardavam o julgamento por terem, supostamente, participado das mesmas "desordens em massa" em 26 de fevereiro de 2014.

As autoridades russas usaram alegações de "literatura extremista" e de participação na organização islâmica Hizb ut-Tahrir como pretexto para realizar buscas domiciliares e prisão de pessoas da etnia dos tártaros da Crimeia (predominantemente muçulmanos). Pelo menos 19 homens foram presos sob alegações de serem membros da Hizb ut-Tahrir. Destes, quatro homens de Sevastopol foram julgados por um tribunal militar na Rússia, o que viola o direito humanitário internacional que rege os territórios ocupados, e receberam sentenças entre

cinco e sete anos de prisão. Durante o julgamento, quase todas as testemunhas de acusação tentaram retratar seus depoimentos anteriores, alegando que os depoimentos tinham sido obtidos através de ameaça de processos penais pelos membros do serviço de segurança russo.

-
1. Ukraine: Two years after Euromaidan: The prospect for justice is threatened (EUR 50/3516/2016)
 2. Ukraine: Further information: Body of missing lawyer has been found (EUR 50/3734/2016)
 3. "You don't exist": Arbitrary detentions, enforced disappearances, and torture in Eastern Ukraine (EUR 50/4455/2016)
 4. Ukraine: Authorities must disclose missing man's fate: Kostyantyn Beskorovaynyi (EUR 50/3275/2016)
 5. Five men in secret detention in Ukraine (EUR 50/4728/2016)
 6. Ukraine: Kyiv Pride: A genuine celebration of human rights (EUR 50/4258/2016)
 7. Ukraine: Crimean Tatar activist forcibly disappeared: Ervin Ibragimov (EUR 50/4121/2016)
 8. Ukraine: Crimea in the Dark: The silencing of dissent (EUR 50/5330/2016)
 9. Ukraine: Crimea: Proposed closure of the Mejlis marks culmination of repressive measures against the Crimean Tatar community (EUR 50/3655/2016)

URUGUAI

República Oriental do Uruguai

Chefe de estado e de governo: **Tabaré Vázquez**

Apesar dos esforços empreendidos pelo Grupo de Trabalho por Verdade e Justiça, houve pequeno progresso nos poucos processos de crimes enquadrados nas leis internacionais e violações de direitos humanos cometidos durante o período do governo civil-militar (1973-1985). A discriminação contra pessoas com deficiência continuou e a desigualdade de gênero ainda é preocupante. O Uruguai sediou a Conferência Global de Direitos LGBTI. A recusa entre profissionais de saúde continuou a representar barreiras significativas ao acesso das mulheres ao aborto legal e seguro.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Plano de Ação 2016-2019 “por uma vida livre de violência de gênero”, redigido pelo Conselho Nacional Consultivo de Luta contra a Violência Doméstica, entrou em vigor.

Em julho, o comitê CEDAW da ONU fez um apelo para que o Uruguai aumente as ações no sentido de reduzir a discriminação contra mulheres afrodescendentes e melhorar o acesso delas à educação, emprego e saúde. O Comitê também expressou preocupação com a falta de um mecanismo específico que garanta reparações para mulheres que sofreram violência sexual sob o governo civil-militar, entre outras questões.

Em agosto, o Comitê da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência pediu a criação de mecanismos de consulta para pessoas com deficiência permitindo que elas participem da adoção de políticas públicas e legislativas e também garantindo métodos acessíveis para a denúncia da discriminação em razão de deficiência.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Em junho, o Comissário Parlamentar para o sistema carcerário, juntamente com o apoio de outras instituições nacionais e com o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, realizou cursos de educação em direitos humanos para diretores de prisões. Esses cursos buscavam aprimorar o entendimento dos funcionários públicos em relação à abordagem dos direitos humanos a fim de evitar conflitos internos e o uso excessivo de força.

IMPUNIDADE

O Grupo de Trabalho por Verdade e Justiça, criado em maio de 2015 para investigar crimes contra a humanidade cometidos entre 1968 e 1985, continuou a reunir depoimentos, realizar exumações, e localizar os restos mortais de pessoas desaparecidas. O grupo também conseguiu acesso a documentos importantes, incluindo arquivos na sede dos Fuzileiros Navais e deve

apresentar suas descobertas ao público em 2017.

DIREITOS LGBTI

Em julho, o Uruguai sediou a Conferência Global dos Direitos LGTBI. O Uruguai liderou o grupo de discussão temática que pedia que pessoas LGBTI sejam incluídas na Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030.

Pela primeira vez o Uruguai realizou um censo de pessoas transgênero para entender melhor a situação em que vivem. As várias formas de discriminação sofridas continuaram sendo um problema, apesar dos esforços e políticas implementadas para melhorar a situação.

Centros de saúde livres de homofobia foram criados com sucesso; no entanto, a falta de cuidados de saúde abrangentes para pessoas LGBTI continuou a ser um desafio.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O Comitê CEDAW da ONU parabenizou o Uruguai pela redução drástica nos índices de mortalidade materna e pela expansão do acesso das mulheres a serviços de saúde sexual e reprodutiva. No entanto, expressou preocupação pelo acesso ainda ser limitado em áreas rurais. O Comitê expressou preocupação também com o uso abrangente da rejeição consciente entre os profissionais de saúde, o que limitou o acesso das mulheres a serviços de aborto seguros e legais. O Comitê pediu que o governo avaliasse a disponibilidade de serviços de saúde sexual e reprodutiva em todo o país a fim de identificar áreas carentes de tais serviços e garantir o aporte necessário; deve também estabelecer medidas que garantam que as mulheres tenham acesso a serviços de aborto e pós-aborto legais; e introduzir requisitos mais rigorosos para prevenir o uso indiscriminado de rejeição consciente por parte de profissionais da saúde em casos de aborto.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Chefe de estado e de governo: **Nicolás Maduro Moros**

O governo declarou estado de emergência, que foi renovado quatro vezes. A maioria dos suspeitos de responsabilidade por crimes de direito internacional e por violações de direitos humanos durante os protestos de 2014 ainda não tinham sido levados à justiça. A superlotação das prisões e a violência continuaram. Sobreviventes de violência de gênero enfrentaram obstáculos significativos no acesso à justiça. Defensores de direitos humanos e jornalistas frequentemente enfrentaram campanhas para desacreditá-los, bem como ataques e intimidação. Opositores políticos e críticos do governo continuaram a enfrentar prisões. Houve relatos de uso excessivo de força pela polícia e forças de segurança.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 15 de janeiro, o Presidente Maduro declarou um estado de emergência geral e econômica que durou todo o ano. A declaração estabeleceu disposições que poderiam restringir o trabalho da sociedade civil e de organizações não governamentais, incluindo permitir que as autoridades realizassem auditorias de acordos assinados entre organizações nacionais e pessoas jurídicas com empresas ou instituições sediadas no exterior.

As autoridades não informaram os resultados da implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos, que foi aprovado em 2015.

A maioria das sentenças e das ordens sobre a Venezuela aprovadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda não tinham sido cumpridas até o final do ano.

A escassez de alimentos e medicamentos se intensificou drasticamente, provocando protestos em todo o país. Em julho, o Executivo anunciou um novo regime de

trabalho temporário obrigatório em que os funcionários de empresas públicas e privadas poderiam ser transferidos para empresas estatais de produção de alimentos, o que equivaleria ao trabalho forçado.

Em outubro, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos afirmou que vários Relatores Especiais tiveram dificuldade para visitar o país porque o governo não lhes concedeu as autorizações pertinentes.

Em novembro, o desempenho de direitos humanos da Venezuela foi examinado pela segunda vez no âmbito do processo de Revisão Periódica Universal das ONU (UPR).

Havia preocupação de que o caráter temporário dos postos de mais de 60% dos juízes os deixariam suscetíveis a pressões políticas. Contrariando normas internacionais de direitos humanos, civis foram julgados em tribunais militares. Forças policiais se recusaram a cumprir ordens de libertação emitidas pelos tribunais.

Os poderes da Assembleia Nacional liderada pela oposição foram severamente limitados por resoluções da Suprema Corte de Justiça, que prejudicaram a capacidade dos parlamentares de representarem os povos indígenas. O Tribunal anulou também uma declaração parlamentar sobre não discriminação relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero, bem como uma declaração que reivindicava conformidade com decisões preferidas por organizações intergovernamentais.

IMPUNIDADE

A retirada do país da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (com efeito desde 2013) continuou a negar o acesso de parentes e vítimas de violações de direitos humanos à justiça, à verdade e à reparação.

Embora dois oficiais tenham sido condenados em dezembro pelo assassinato de Bassil Da Costa e Geraldine Moreno durante os protestos de 2014, foi lento o andamento dos processos para levar à justiça os suspeitos de responsabilidade criminal pelo assassinato de outras 41 pessoas – incluindo os agentes das forças de segurança

– bem como a tortura e outros maus-tratos de manifestantes durante os protestos. Os suspeitos incluíam membros das forças de segurança. Informações fornecidas pela Procuradoria Geral durante o processo de UPR revelaram que nove agentes foram condenados por diversos crimes e que outros 18 estavam sob investigação, embora 298 investigações tenham sido iniciadas no ano anterior. No entanto, os únicos dados oficiais publicados pelo Gabinete do Procurador foram sobre a condenação de um homem pelo assassinato de Adriana Urquiola na cidade de Los Teques, estado Miranda, em 2014.

De acordo com um relatório apresentado ao Parlamento pelo Ministério Público em janeiro, mais de 11 mil relatos de crimes de direito internacional e de direitos humanos foram recebidos em 2015, enquanto apenas 77 julgamentos foram iniciados durante esse ano. Ninguém respondeu pelos assassinatos de oito membros da família Barrios ou pelas ameaças e intimidações contra outros membros da família no estado de Aragua desde 1998. Alcedo Mora Márquez, funcionário da Secretaria de Governo no estado de Merida e líder comunitário na área, desapareceu em fevereiro de 2015. Antes de seu desaparecimento, ele enviou relatórios sobre a má conduta de agentes públicos locais.

Em março, 28 mineiros desapareceram no estado de Bolívar. Em outubro, o Gabinete da Procuradoria apresentou um relatório revelando que descobriu os cadáveres dos mineiros e determinou quem era responsável por seu desaparecimento. Doze pessoas foram acusadas de homicídio, agressão e "privação de liberdade".¹

USO EXCESSIVO DE FORÇA

Houve contínuos relatos de uso excessivo da força pelas forças de segurança, particularmente na repressão dos protestos sobre a falta de alimentos e medicamentos. Em junho, Jenny Ortiz Gómez morreu baleada na cabeça quando os policiais realizavam operações pela ordem pública. O

suspeito foi acusado de homicídio doloso e uso indevido de armas de fogo.

De acordo com o Observatório Venezuelano de Conflito Social, cerca de 590 protestos por mês foram registrados durante o ano. A maioria era relacionada a demandas de direitos econômicos, sociais e culturais, em especial o acesso à alimentação, à saúde e à habitação.

DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores de direitos humanos continuaram a ser alvo de ataques e intimidações pela mídia do governo e por representantes do alto escalão do governo.

Em abril, Humberto Prado Sifontes, diretor do Observatório Venezuelano de Prisões (OVP), foi mais uma vez vítima de ameaças e insultos quando seu e-mail e suas contas em mídias sociais foram hackeados após a publicação de uma entrevista em que ele relatava a crise e a violência no sistema prisional.²

Em maio, Rigoberto Lobo Puentes, membro do Observatório de Direitos Humanos da Universidade dos Andes, foi baleado na cabeça e nas costas por policiais no estado de Merida ao tentar ajudar vítimas feridas durante um protesto. Os policiais continuaram a atirar nele depois dele ter entrado no carro.

Em junho, os advogados Raquel Sánchez e Oscar Alfredo Ríos, membros da ONG Venezuelana Fórum Penal, foram atacados por um grupo de agressores encapuzados que quebrou o para-brisa e os espelhos laterais do carro em que estavam ao viajarem pelo estado de Tachira. Raquel Sánchez foi ferida gravemente ao ser atingida na cabeça quando saía do carro.³

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As prisões permaneceram gravemente superlotadas e, apesar do anúncio sobre novos centros de detenção, as condições de vida dos prisioneiros, incluindo seu acesso à alimentação e à saúde, pioraram. A presença de armas mantidas por prisioneiros continuou a ser um problema que as

autoridades não conseguiram controlar. De acordo com o OVP, o número de prisioneiros excedeu a capacidade das prisões em 190% no primeiro semestre do ano. ONGs locais também denunciaram a situação crítica em centros de detenção de presos provisórios.

Em março, 57 pessoas – entre eles quatro presos, um agente penitenciário e o diretor da prisão – foram feridos no Centro Penitenciário Fênix no estado de Lara.

Em agosto, sete pessoas foram mortas e vários outras foram feridas por granadas durante um motim no Centro Penitenciário de Aragua.

Em outubro, diversos presos foram removidos da Penitenciária Geral da Venezuela após semanas de confrontos com a Guarda Nacional Bolivariana, que supostamente usou força excessiva nos confrontos.

A Gabinete da Ouvidoria anunciou uma proposta para reduzir a superlotação em centros de detenção provisória. De acordo com seu relatório anual, apresentado ao parlamento, 22.759 pessoas permaneceram em detenção preventiva em instalações da polícia, resultando em superlotação e na propagação de doenças e violência.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

O advogado Marcelo Crovato permaneceu em regime de prisão domiciliar no fim do ano. Ele foi detido sem julgamento em abril de 2014 por defender os moradores cujas casas tinham sido invadidas pelas autoridades durante os protestos, e foi colocado em regime de prisão domiciliar em 2015.

As decisões do Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias não tinham sido cumpridas até o final do ano. As decisões incluíam os casos de Daniel Ceballos e Antonio Ledezma, dois eminentes críticos do governo.

Em junho, Francisco Márquez e Gabriel San Miguel, dois ativistas que apoiavam o partido da oposição Vontade Popular, foram presos enquanto estavam a caminho da capital, Caracas, para o estado de Portuguesa para ajudar a organizar

atividades eleitorais. Em agosto, Gabriel San Miguel foi libertado após medidas tomadas pelo governo espanhol, enquanto Francisco Márquez foi libertado em outubro.

Emilio Baduel Cafarelli e Alexander Tirado Lara foram transferidos em três ocasiões para centros de detenção conhecidos como perigosos, gerando preocupação por suas vidas e sua integridade física. Eles tinham sido condenados por incitação, intimidação usando explosivos e conspiração para cometer um crime durante os protestos de 2014.

Os membros da oposição Coromoto Rodríguez, Yon Goicoechea, Alejandro Puglia e José Vicente García foram detidos em maio, agosto, setembro e outubro, respectivamente, em circunstâncias que configuravam prisões arbitrárias. Coromoto Rodríguez e Alejandro Puglia foram libertados em outubro.

Em setembro, Andrés Moreno Febres-Cordero, Marco Trejo, James Mathison e César Cuellar foram presos e – apesar de serem civis – foram levados a um tribunal militar por participarem na produção de um vídeo para o partido político Justiça Primeiro, que havia criticado o governo.⁴ Marco Trejo e Andrés Moreno Febres-Cordero foram libertados em novembro.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Oponentes políticos do governo continuaram a enfrentar prisões. Em julho, um Tribunal de Apelações rejeitou o recurso do prisioneiro de consciência Leopoldo López contra a sentença de prisão, sem levar em conta a ausência de evidência crível para apoiar as acusações e declarações públicas feitas antes de sua condenação por parte das autoridades, assim, prejudicando seriamente seu direito a um julgamento justo. Ele foi condenado a 13 anos e nove meses de prisão.

De acordo com o Fórum Penal Venezuelano, mais de 100 pessoas permaneceram detidas por motivos políticos.

Em novembro, o ativista LGBTI e prisioneiro de consciência Rosmit Mantilla foi libertado da prisão. Ele estava preso desde

2014. As circunstâncias e as condições de sua libertação permaneceram obscuras até ao fim do ano.

POLÍCIA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Dados oficiais recentes sobre homicídios continuaram indisponíveis. O Observatório Venezuelano de Violência relatou que o país tinha a segunda maior taxa de homicídios nas Américas.

Em janeiro, o Gabinete da Procuradoria declarou que foram iniciadas investigações sobre 245 mortes que ocorreram em supostos confrontos armados com agentes durante a Operação Libertação e Proteção do Povo, implementada pelas forças de segurança em julho de 2015 para combater as altas taxas de crimes. O elevado número de vítimas civis sugeriu que as forças de segurança podem ter usado força excessiva ou realizado execuções extrajudiciais.

Em 15 de outubro, 12 jovens foram detidos arbitrariamente na região de Barlovento, no estado de Miranda, durante uma operação de segurança da OLP. Em 28 de novembro, corpos foram encontrados em duas covas coletivas. De acordo com a Procuradoria, 18 membros das forças armadas foram detidos por sua suposta participação no massacre.

O Comitê de Direitos Humanos da ONU levantou preocupações sobre relatos de abusos pelas forças armadas contra os povos indígenas estabelecidos em la Guajira, estado de Zulia, na fronteira com a Colômbia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a ter como alvo jornalistas e meios de comunicação críticos do governo

Em março, David Natera Febres, diretor do jornal regional *Correio de Caroní* foi condenado a quatro anos de prisão e multado por publicar relatórios sobre corrupção. A sentença ainda tinha de ser implementada até o fim do ano.

Em junho, 17 jornalistas e trabalhadores de mídia que cobriam protestos em Caracas devido à falta de alimentos, foram atacados e

seus equipamentos foram roubados. O caso foi relatado para a Procuradoria em vão.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A aplicação da lei de 2007 criminalizando a violência de gênero permaneceu lenta devido à falta de recursos. No final do ano ainda não havia abrigos disponíveis às vítimas que buscavam refúgio.

Estatísticas da Procuradoria indicaram que 121.168 queixas de violência de gênero foram recebidas em 2015. Processos penais foram iniciados em 19.816 casos, e medidas de proteção civil, tais como ordens de restrição, foram concedidas em menos de 50% dos casos. De acordo com organizações de direitos da mulher, 96% dos casos que chegaram aos tribunais não resultaram em condenação.

DIREITOS LGBTI

Em maio, a Assembleia Nacional aprovou a declaração de 17 de maio como o "Dia Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia".

Em agosto, o Ministério do Interior e da Justiça e a Procuradoria acordaram que as pessoas transexuais poderiam expressar livremente sua identidade de gênero na fotografia de seus documentos de identificação. No entanto, não houve avanços na legislação para garantir a igualdade de direitos, incluindo oferecer a possibilidade de um indivíduo ajustar seu nome, gênero e outros detalhes na documentação oficial para corresponder à sua identidade de gênero, ou julgar crimes de ódio com base na orientação sexual, na identidade ou na expressão de gênero.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Acesso a contraceptivos, incluindo a contracepção de emergência, ficou cada vez mais limitado devido à escassez de medicamentos. O aborto continuou a ser criminalizado em todos os casos, exceto quando a vida da mulher ou da jovem estava em risco.

De acordo com um relatório do Fundo da ONU para População, a mortalidade materna

no país diminuiu para 95 a cada 100 mil nascidos vivos, ainda significativamente superior à média regional de 68 por 100 mil nascidos vivos. O uso de métodos contraceptivos ficou em 70% para os métodos tradicionais e 64% para métodos modernos, com médias regionais de 73% e 67%, respectivamente.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Não foram cumpridas as disposições legais para garantir e regular a consulta com os povos indígenas sobre assuntos que afetam a sua subsistência. Houve relatos de criminalização de indígenas e defensores de direitos ambientais. Levantou-se a preocupação com o impacto sobre terras indígenas e o meio-ambiente de projetos de mineração de grande escala na região sul da Venezuela, conhecida como o Arco Mineiro. A aprovação para a implementação dos projetos foi concedida sem consulta e sem buscar o consentimento livre, prévio e bem informado das comunidades indígenas na área.

DIREITO À SAÚDE - FALTA DE ALIMENTOS E MEDICAMENTOS

A crise econômica e social do país continuou a se agravar. Devido à falta de estatísticas oficiais, agências privadas e independentes, como o Centro de Documentação e Análise para os Trabalhadores (CENDA) reportou uma inflação de 552% para produtos alimentícios de novembro de 2015 a outubro de 2016, o que tornou extremamente difícil para a população comprar alimentos, mesmo quando conseguiam encontrá-los. De acordo com o Observatório Venezuelano da Saúde, 12,1% da população comia apenas duas vezes ao dia ou menos. A Fundação Bengoa para Alimentação e Nutrição calculou que 25% das crianças estavam subnutridas.

Estudos sobre as condições de vida realizados por três universidades revelaram que 73% dos domicílios no país sofreram com a queda da renda em 2015, enquanto dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística estimam 33,1%.

A recusa do governo em permitir esforços de ajuda internacional para abordar a crise humanitária e oferecer medicamentos agravou a situação crítica da saúde. A situação precária dos serviços de saúde pública levou a um aumento de doenças evitáveis e tratáveis, como malária e tuberculose. ONGs como a Coalizão de Organizações pelo Direito à Saúde e à Vida (CODEVIDA) e associações profissionais calcularam que houve uma redução de 75% em medicamentos de alto custo e 90% em medicamentos essenciais.

-
1. Venezuela: Establish the whereabouts of missing miners (AMR 53/3602/2016)
 2. Venezuela: Human rights defender threatened: Humberto Prado Sifontes (AMR 53/3952/2016)
 3. Venezuela: Human rights defenders assaulted (AMR 53/4223/2016)
 4. Venezuela: Arrested and prosecuted by military tribunal (AMR 53/5029/2016)

ANISTIA INTERNACIONAL – INFORME 2016/17

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

O *Informe 2016/17 da Anistia Internacional* documenta as atuais condições dos direitos humanos em 159 países e territórios durante 2016. Para a edição brasileira foram selecionados 55 países que possuem vínculos mais estreitos com o Brasil ou cuja situação de direitos humanos é mais urgente.

Para milhões de pessoas, 2016 foi um ano de miséria e medo implacáveis, já que governos e grupos armados abusaram dos direitos humanos de incontáveis maneiras. Um grande contingente de pessoas continua fugindo de conflitos e repressões em diversas regiões do mundo. Este relatório registra a continuidade da tortura e maus-tratos, o fracasso em defender direitos sexuais e reprodutivos, vigilância governamental e a cultura de impunidade a crimes antigos, entre outras questões significativas.

Este informe é testemunho da determinação daqueles que lutam pelos direitos humanos no mundo todo e declara sua solidariedade àqueles cujos direitos foram desprezados. Este informe representa as preocupações da Anistia Internacional e chama a uma ação. Mostra como o movimento pelos direitos humanos está crescendo ainda mais forte e como a esperança que ele inspira em milhões de pessoas se mantém uma potente força pela mudança. Este informe é uma leitura essencial para legisladores, ativistas e qualquer outra pessoa interessada em direitos humanos.

anistia.org.br

ANISTIA
INTERNACIONAL

